DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Ano: 2025, nº 109

Disponibilização: terça-feira, 17 de junho de 2025
Publicação: quarta-feira, 18 de junho de 2025

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins
Presidente

Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas
Vice-Presidente e Corregedor

Silvani Maia Resende Santana
Diretor-Geral

Praça Desembargador Edgar Nogueira, s/n. - Centro Cívico
Teresina/PI
CEP: 64000-920

Contato
(86) 2107-9807
djepub@tre-pi.jus.br

SUMÁRIO

Atos da Presidência 2
Atos da Diretoria Geral 4
Secretaria Judiciária 5
Pauta de Julgamentos 50
Atos do Corregedor 53
1ª Zona Eleitoral 55
2ª Zona Eleitoral 57
4ª Zona Eleitoral 237
7ª Zona Eleitoral 247
8ª Zona Eleitoral 249
10ª Zona Eleitoral 259
11ª Zona Eleitoral 261
13ª Zona Eleitoral 262
14ª Zona Eleitoral 266
16ª Zona Eleitoral 287
18ª Zona Eleitoral 289

20ª Zona Eleitoral 302
21ª Zona Eleitoral 303
24ª Zona Eleitoral 338
26ª Zona Eleitoral 340
28ª Zona Eleitoral 341
32ª Zona Eleitoral 342
35ª Zona Eleitoral 344
38ª Zona Eleitoral 370
39ª Zona Eleitoral 372
46ª Zona Eleitoral 378
49ª Zona Eleitoral 379
52ª Zona Eleitoral 380
54ª Zona Eleitoral 382
59ª Zona Eleitoral 383
64ª Zona Eleitoral 384
69ª Zona Eleitoral 386
71ª Zona Eleitoral 388
72ª Zona Eleitoral 402
80ª Zona Eleitoral 409
88ª Zona Eleitoral 413
95ª Zona Eleitoral 414
96ª Zona Eleitoral 418
98ª Zona Eleitoral 419
Índice de Advogados 423
Índice de Partes 426
Índice de Processos 434

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATAS

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REDISTRIBUÍDOS NO TRE-PI EM 16/06/2025.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600042-16.2021.6.18.0014
Origem:
URUÇUÍ-PI
Partes:
RECORRENTE : COMISSAO PROVISORIA DO MUNICIPIO DE URUCUI DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ADVOGADO(A) : GENESIO DA COSTA NUNES
FISCAL DA LEI : MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
Relator:
EDSON ALVES DA SILVA
Distribuição:
DISTRIBUÍDO EM 16/06/2025 09:44:12

RECURSO ELEITORAL Nº 0600286-06.2024.6.18.0089
Origem:
AROAZES-PI
Partes:

RECORRENTE : LUNNA BEATRIZ DE SOUSA VALLE MAPURUNGA
ADVOGADO(A) : LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA
RECORRENTE : MARIA DA PAIXAO CONCEICAO VIEIRA
ADVOGADO(A) : LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA
RECORRENTE : UNIAO BRASIL - AROAZES - PI - MUNICIPAL
ADVOGADO(A) : LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA
FISCAL DA LEI : MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
Relatora:
MARIA LUIZA DE MOURA MELLO E FREITAS
Distribuição:
DISTRIBUÍDO EM 16/06/2025 11:10:33

RECURSO ELEITORAL Nº 0600223-12.2024.6.18.0014
Origem:
ANTÔNIO ALMEIDA-PI
Partes:
RECORRENTE : ELEICAO 2024 PEDRO AFONSO RODRIGUES DE OLIVEIRA VEREADOR
ADVOGADO(A) : THIAGO RAMOS SILVA
RECORRENTE : PEDRO AFONSO RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(A) : THIAGO RAMOS SILVA
FISCAL DA LEI : MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
Relator:
NAZARENO CESAR MOREIRA REIS
Distribuição:
DISTRIBUÍDO EM 16/06/2025 09:42:24

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-63.2024.6.18.0017
Origem:
MIGUEL ALVES-PI
Partes:
RECORRENTE : MIGUEL BORGES DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO(A) : TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS
RECORRENTE : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT / DIRETORIO MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES - PI
ADVOGADO(A) : TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS
RECORRENTE : SEBASTIAO ALVES DE SALES
ADVOGADO(A) : TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS
FISCAL DA LEI : MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
Relator:
EDSON ALVES DA SILVA
Distribuição:
DISTRIBUÍDO EM 16/06/2025 11:13:29

PORTARIAS

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 295/2025 TRE/PRESI/DG/SGP/COPES/SEJUMP, DE 16 DE JUNHO DE 2025

Portaria Presidência Nº 295/2025 TRE/PRESI/DG/SGP/COPES/SEJUMP, de 16 de junho de 2025

Designa a Juíza de Direito substituta Sara Almeida Cedraz, responsável pela Vara Única da Comarca de Marcos Parente/PI, para responder, em caráter excepcional, pela 67ª Zona Eleitoral, sediada em Manoel Emídio/PI, em razão de férias do Juiz Titular.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o Juiz de Direito Thiago Carvalho Martins, titular da 67ª Zona Eleitoral, sediada em Manoel Emídio/PI, encontra-se afastado de suas atividades por motivo de férias, no período de 16 de junho a 5 de julho de 2025, conforme Portaria da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí;

Considerando o disposto no art. 32 da Lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Juíza de Direito substituta SARA ALMEIDA CEDRAZ, responsável pela Vara Única da Comarca de Marcos Parente/PI, para responder, em caráter excepcional, no período de 16 de junho a 5 de julho de 2025, pela 67ª Zona Eleitoral sediada em Manoel Emídio/PI, em razão de férias do Juiz Titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de junho de 2025.

Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

Presidente do TRE-PI

ATOS DA DIRETORIA GERAL

PORTARIAS

PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 96/2025 TRE/PRESI/DG/SAOF/COOF /SEPEO, DE 17 DE JUNHO DE 2025

Concessão de Suprimento de Fundos

A DOUTORA SILVANI MAIA RESENDE SANTANA, DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a regulamentação contida na Resolução TRE-PI nº 294/2014, de 26/09/2014, alterada pelas Resoluções TRE-PI nº 338/2016, de 15/09/2016, 477/2024, de 29/02/2024 e 490 /2024, de 26/08/2024;

Considerando a competência delegada por meio da Portaria Presidência Nº 160/2024 TRE/PRESI /DG/ASSDG, de 16 de abril de 2024;

Considerando a requisição para atender despesas de pequena monta conforme consta do processo SEI 0008298-56.2025.6.18.8000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder um Suprimento de Fundos no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) nos termos adiante consignados:

a) SUPRIDO: RAISSA MARIA LUSTOSA FURTADO, Analista Judiciário, matrícula 590, CPF nº 027 193 283-08, lotada na SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (SELIC);

b) FINALIDADE: aquisições de bens de pequena monta demandadas no âmbito da Sede deste TRE-PI;

c) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0022 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, no Elemento de Despesa 3.3.90.30 - Material de Consumo;

d) PRAZO DE APLICAÇÃO: 90 (noventa) dias para utilização do valor a ser recebido, contados a partir da data da emissão da Ordem Bancária de Pagamento (OBP);

e) PRAZO PARA PRESTAÇÃO CONTAS: nos 15 (quinze) dias subsequentes ao término do prazo para aplicação dos recursos ou da emissão do último documento comprobatório da despesa, caso os recursos sejam exauridos antes do prazo final para aplicação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE
DOUTORA SILVANI MAIA RESENDE SANTANA
Diretora-Geral do TRE-PI

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS PUBLICADOS PELO PJE

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600202-72.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600202-72.2024.6.18.0002 RECURSO ELEITORAL (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
RECORRENTE	: DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES (2723/PI)
RECORRENTE	: ELEICAO 2024 DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA VEREADOR
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES (2723/PI)
RECORRENTE	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RECORRIDO	: DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES (2723/PI)
RECORRIDO	: ELEICAO 2024 DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA VEREADOR
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES (2723/PI)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600202-72.2024.6.18.0002 - Teresina - PIAUÍ
RECORRENTE: ELEIÇÃO 2024 DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA VEREADOR
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES - OAB/PI2723
RECORRENTE: DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES - OAB/PI2723
RECORRENTE: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RECORRIDO: DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES - OAB/PI2723
RECORRIDO: ELEIÇÃO 2024 DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA VEREADOR
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES - OAB/PI2723
RELATORA: JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
D E S P A C H O
Considerada a apresentação de contrarrazões (ID 22448225) ao recurso manejado pelo Ministério Público Eleitoral, após o parecer de ID 22413610, remetam-se os autos ao Procurador Regional Eleitoral para conhecimento e manifestação.

Teresina/PI, 11 de junho de 2025.
MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
Relatora

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600150-76.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600150-76.2024.6.18.0002 RECURSO ELEITORAL (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Jurista 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
INTERESSADO	: ELEICAO 2024 FLAVIANO ALVES CAMPOS VEREADOR
ADVOGADO	: AZIZ MARCELO HIDD (25147/PI)
ADVOGADO	: FRANCISCO RENAN BARBOSA DA SILVA (10030/PI)
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
INTERESSADO	: FLAVIANO ALVES CAMPOS
ADVOGADO	: AZIZ MARCELO HIDD (25147/PI)
ADVOGADO	: FRANCISCO RENAN BARBOSA DA SILVA (10030/PI)
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
ACÓRDÃO Nº 060015076-A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600150-76.2024.6.18.0002. ORIGEM: TERESINA/PI (2ª ZONA ELEITORAL).
Embargante: Flaviano Alves Campos
Advogados: Francisco Renan Barbosa da Silva (OAB/PI: 10.030), Tarcísio Augusto Sousa de Barros (OAB/PI: 10.640) e Aziz Marcelo Hidd (OAB/PI: 25.147)
Relator : Juiz José Maria de Araújo Costa
DIREITO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2024. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
I. CASO EM EXAME
Embargos de declaração opostos por candidato em face de acórdão que deu parcial provimento a recurso para reduzir o valor a ser devolvido ao Tesouro Nacional, mantendo, contudo, a desaprovação das contas de campanha relativas às Eleições de 2024. O embargante alega omissões, equívocos na análise dos fatos e ausência de apreciação de argumentos, especialmente em relação à nota fiscal nº 50238 e às despesas com combustíveis.
II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO
A questão em discussão consiste em verificar se o acórdão embargado incorreu em omissão, contradição ou erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC c/c art. 275 do Código Eleitoral, aptos a justificar a concessão de efeitos modificativos aos embargos de declaração.
III. RAZÕES DE DECIDIR
O acórdão embargado enfrenta de forma expressa os argumentos apresentados na prestação de contas, inclusive quanto à nota fiscal nº 50238 e às despesas com combustíveis, inexistindo omissão ou premissa fática equivocada.

A alegada devolução da mercadoria constante da nota fiscal nº 50238 não foi considerada válida, pois a nota de devolução (nº 50620) foi emitida em nome de terceiro, o que caracteriza recurso de origem não identificada (RONI), conforme art. 32, § 1º, I e § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
As despesas com combustíveis foram corretamente glosadas, em razão de divergências entre as formas de pagamento declaradas (transferência bancária) e aquelas efetivamente realizadas (dinheiro e cartões), reveladas nos cupons fiscais, o que compromete a confiabilidade das contas.
Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da causa, sendo incabível a sua utilização como sucedâneo recursal.
A jurisprudência da Justiça Eleitoral é pacífica quanto à inadmissibilidade de embargos declaratórios para reapreciação de matéria fática já decidida, quando ausentes os vícios previstos legalmente.
IV. DISPOSITIVO E TESE
Embargos de declaração rejeitados.
Tese de julgamento:
Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da causa, sendo cabíveis apenas para suprir omissão, eliminar contradição, esclarecer obscuridade ou corrigir erro material.
A análise de todos os documentos e argumentos relevantes afasta a alegação de omissão, ainda que o resultado da decisão não seja favorável à parte embargante.
A emissão de nota fiscal de devolução em nome de terceiro não afasta a caracterização de recurso de origem não identificada, mesmo quando referida na nota explicativa do candidato.
Divergências entre a forma de pagamento declarada e a efetivamente realizada constituem irregularidade que compromete a confiabilidade das contas, não sendo sanadas por erro de emissão fiscal do fornecedor.
Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 14; Código Eleitoral, art. 275; CPC/2015, art. 1.022; Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 32, § 1º, I e § 2º, e 93, § 6º.
Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, RecCrimEleit 0000024-05.2010.6.18.0087, Rel. Juiz Nazareno Cesar Moreira Reis, j. 09.04.2024; TRE-PI, PCE 0601093-70.2022.6.18.0000, Rel. Des. Guilardo Cesa Medeiros Graça, j. 14.12.2023; TRE-PI, HCCrim 0601664-41.2022.6.18.0000, Rel. Des. José James Gomes Pereira, j. 30.10.2023
Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, NEGAR-LHES ACOLHIMENTO, na forma do voto do Relator.
Sala das Sessões por Meio Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 06 de junho de 2025.
JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA
Relator
R E L A T Ó R I O
O SENHOR JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA (RELATOR): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,
Flaviano Alves Campos apresentou embargos de declaração em face do acórdão (ID 22422388) que concedeu parcial provimento ao recurso para reformar a sentença apenas no ponto relativo à redução do montante a ser devolvido pelo recorrente, mantendo a desaprovação das suas contas de campanha referentes às eleições de 2024.
Transcrevo, a seguir, a ementa do acórdão (ID 22422388), o qual foi proferido de forma unânime por esta Corte:

Ementa: DIREITO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2024. DESAPROVAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADES NA EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS E PAGAMENTO DE DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. PARCIAL PROVIMENTO DE RECURSO PARA REDUÇÃO DO VALOR A SER RECOLHIDO AO ERÁRIO.

I. CASO EM EXAME

Recurso interposto por candidato ao cargo de Vereador contra sentença que desaprovou suas contas de campanha relativas às Eleições 2024 e determinou o recolhimento de valores ao Tesouro Nacional, em razão de: (a) omissão de despesas constatada pela divergência entre notas fiscais e dados da Justiça Eleitoral; (b) inconsistências em pagamentos de combustíveis com recursos do FEFC; (c) cessão de bem imóvel sem comprovação adequada de propriedade.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

Há três questões em discussão: (i) definir se é admissível a juntada extemporânea de documentos para ajuste do montante a ser devolvido ao erário; (ii) estabelecer se as irregularidades apontadas comprometem a regularidade das contas; (iii) determinar o valor correto a ser devolvido ao Tesouro Nacional.

III. RAZÕES DE DECIDIR

A juntada extemporânea de documentos é admitida exclusivamente para ajustar o valor a ser devolvido ao erário, conforme orientação do TSE e deste TRE/PI, evitando enriquecimento sem causa da União.

A irregularidade referente à nota fiscal nº 330 foi parcialmente afastada, pois comprovada a devolução da despesa mediante emissão da nota fiscal nº 412, autorizada e vinculada à devolução da nota anterior.

Persistiu a irregularidade em relação à nota fiscal nº 50238, por ausência de comprovação de que a devolução da mercadoria ocorreu em nome do candidato, caracterizando recurso de origem não identificada (RONI).

As despesas com combustíveis apresentaram divergências entre a forma de pagamento declarada (transferência bancária) e a constante nos cupons fiscais (dinheiro e cartões), violando a Resolução TSE nº 23.607/2019 e comprometendo a confiabilidade das contas.

A cessão de uso de bem imóvel foi considerada regular, pois comprovada de forma suficiente por contrato de compra e venda e fatura de serviço público, em consonância com a jurisprudência eleitoral.

Não se aplicam os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, pois o valor das irregularidades (15,78% dos recursos arrecadados) não é inexpressivo e compromete a higidez das contas.

O valor a ser devolvido ao Tesouro Nacional foi reduzido.

IV. DISPOSITIVO E TESE

Recurso parcialmente provido.

Tese de julgamento:

A juntada extemporânea de documentos em prestação de contas eleitorais é admitida apenas para ajustar o valor de eventual devolução ao erário, sem afastar a irregularidade formal.

A comprovação de devolução de despesas por meio de nota fiscal de estorno é suficiente para afastar a obrigação de recolhimento ao Tesouro Nacional, ainda que a nota original permaneça ativa.

A divergência entre a forma de pagamento declarada e a efetivamente realizada em despesas com combustíveis caracteriza irregularidade grave, comprometendo a confiabilidade da prestação de contas.

A comprovação da propriedade de bem imóvel, para fins eleitorais, pode ser feita por outros documentos que demonstrem a posse legítima, além do registro imobiliário formal.

A aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade em prestação de contas exige que o valor das irregularidades seja inexpressivo em relação ao montante arrecadado.
Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 14; CC/2002, art. 1.245; Lei nº 9.504/1997, art. 30, III; Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 25, 32, 35, 53, II, "c", 60, 74, III.
Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, REl 060031245, Rel. Juiz José Maria de Araújo Costa, j. 17.12.2024; TRE-PI, PCE 06014253720226180000, Rel. Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, j. 18.07.2024; TSE, REspEl 06004805020206020005, Rel. Min. Benedito Gonçalves, j. 16.02.2023; TRE-PA, PC 179812, Rel. Célia Regina de Lima Pinheiro, j. 24.07.2015.
O embargante alega que o acórdão foi prolatado com base em premissa equivocada e em detrimento de questões de fato não apreciadas ou equivocadamente apreciadas, não tendo sido analisados os argumentos apresentados pelo embargante, configurando-se, ainda, omissão, merecendo uma nova apreciação.
O Ministério Público Eleitoral se manifestou (ID 22434530) pelo conhecimento e desprovimento dos embargos de declaração, com a manutenção do acórdão impugnado em sua integralidade.
É o relatório.
V O T O
O SENHOR JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA (RELATOR): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,
Os embargos de declaração são cabíveis, tempestivos, foram interpostos por parte legítima e preenchem os demais requisitos de admissibilidade, razões pelas quais merecem ser conhecidos.
Quanto ao tema, os embargos declaratórios estão regulamentados no art. 275 do Código Eleitoral, cujo texto remete às hipóteses de cabimento do Código de Processo Civil. Por sua vez, o art. 1.022 do CPC/2015 estabelece que são cabíveis os aclaratórios contra qualquer decisão judicial, com o intuito de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e corrigir erro material.
O embargante alega que o acórdão é omisso e foi prolatado com base em premissa equivocada e em detrimento de questões de fato não apreciadas ou equivocadamente apreciadas, não tendo sido analisados os argumentos apresentados pelo embargante.
Sustenta que na Nota Explicativa de ID 22386080, fora explicado o equívoco em relação à Nota Fiscal nº 50238, havendo comprovação da NF de devolução nº 50620, uma vez que, embora a nota fiscal de devolução tenha sido emitida em nome de terceiro, a documentação anexada comprova que a devolução da mercadoria ocorreu de forma efetiva, e se refere aos mesmos produtos, valores e datas, conforme descrito na Nota Explicativa ID 22386080. Tal circunstância não configura irregularidade insanável, tampouco indica má-fé, não havendo fundamento razoável para manter a glosa da despesa.
Aduz que, quanto às despesas com combustível o acórdão também foi omisso e incorreu em erro ao analisar tal questão, tendo em vista que a despesa está devidamente registrada no SPCE com apresentação da nota fiscal e o comprovante de pagamento, sendo que a ocorrência de erro /equívoco quando da emissão de nota fiscal e cupons pelo fornecedor não pode acarretar prejuízo ao candidato, sob pena de restarem violados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
No entanto, não assiste razão ao embargante.
Analisando detidamente o acórdão referenciado, verifico que não merecem guarida os argumentos do embargante. Não vislumbro a existência de omissão ou qualquer outro vício capaz de ocasionar o seu provimento e a concessão de efeitos modificativos aos aclaratórios. No caso, não é possível o manejo deste instituto jurídico para alcançar a pretendida rediscussão da matéria e das provas.

Nos moldes do art. 1022, II do CPC, a omissão que justifica a utilização dos embargos de declaração ocorre quando o juiz deixa de se pronunciar acerca de ponto ou questão que tinha o dever de analisar, o que não é a hipótese dos autos.

Da simples leitura do acórdão atacado, é possível depreender que foram considerados todos os documentos e justificativas apresentados pelo embargante na sua prestação de contas. Contudo, não foram suficientes para afastar e/ou justificar as irregularidades que fundamentaram a desaprovação das suas contas de campanha, conforme trecho a seguir:

"[...]

A comprovação da emissão do documento fiscal nº 412, que está devidamente autorizado, comprova que não houve a despesa e, assim, o candidato cumpriu o disposto no art. 93, §6º, da Resolução do TSE n.º 23.607/2019. Deve portanto, ser afastada a devolução do valor de R$ 21.000,00 ao Tesouro Nacional. Por fim, persiste a irregularidade para manter a desaprovação das contas, diante da apresentação extemporânea da documentação, no entanto, afasta-se a devolução ao erário do valor acima especificado. Já com relação à nota fiscal nº 50238, em que pese o candidato afirmar que procedeu a devolução de venda de mercadoria adquirida por meio da NF nº 50620, não há comprovação nos autos de que tal fato efetivamente tenha ocorrido. Em consulta ao portal nacional da nota fiscal eletrônica, verifico que a NF nº 50620 refere-se a devolução de venda de mercadoria adquirida, porém, consta como destinatário outra razão social, que não o candidato.

Assim, tal vício caracteriza utilização de Recursos de Origem Não Identificada - RONI, justificando-se a devolução do valor de R$ 1.003,86 ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 32, § 1º, I e § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

[...]

No presente caso, a unidade técnica teve acesso aos cupons fiscais vinculados à nota fiscal nº 452, nos quais foram identificadas divergências expressivas entre as informações presentes na nota fiscal apresentada pelo candidato e nos cupons fiscais a ela vinculados. Tais discrepâncias afetam a confiabilidade e a transparência das contas, principalmente quando alguns pagamentos foram realizados em dinheiro, cartão de crédito e débito, o que é vedado pela legislação de regência. Desta feita, entendo que a irregularidade verificada nas despesas com aquisição de combustível não foi sanada ou justificada pelo candidato, devendo o prestador proceder à devolução do valor de R$ 5.478,88 ao Tesouro Nacional.

[...]

No caso em apreço, o embargante sustenta que a decisão recorrida teria se baseado em premissa fática equivocada. No entanto, não há que se falar em erro dessa natureza, uma vez que o acórdão se encontra devidamente fundamentado nas premissas fático-jurídicas extraídas dos autos.

Na verdade, ao ponderar os argumentos trazidos nos aclaratórios e a alegação da existência de vícios na decisão, fica evidente o inconformismo do embargante com o que foi decidido por esta Corte. Assim, é nítida a sua pretensão em rediscutir a matéria já tratada quando do julgamento da presente ação, o que é vedado pela jurisprudência pacífica e reiterada desta Corte Eleitoral, consoante julgados colacionados a seguir:

ELEITORAL - PENAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO CRIMINAL - OMISSÃO QUANTO À ANÁLISE DE MATÉRIA PRELIMINAR - ALEGATIVA DE VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO, À AMPLA DEFESA E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL - ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DO RÉU - PRINCÍPIO DO PREJUÍZO - ART. 563 DO CPP - NÍTIDA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA AS PARTES - INTENÇÃO DE REDISCUSSÃO DAS ALEGATIVAS RECURSAIS - INVIABILIDADE - EMBARGOS PARCIALMENTE PROVIDOS PARA APRECIAÇÃO DE PRELIMINAR Segundo o princípio do prejuízo, não se reconhece nulidade do ato quando dele não

resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa - art. 563, do CPP. O preciosismo formal em relação ao rito processual, quando já se apreciou o mérito da causa a favor do réu, absolvido sumariamente em duas instâncias, é que representaria óbvio prejuízo à parte. Os embargos de declaração não servem para a rediscussão de matéria já apreciada pelo juízo competente; viabilizam apenas o aperfeiçoamento de decisões, sentenças e acórdãos na mesma instância em que foram proferidos. Acolhimento parcial dos embargos apenas para apreciar questão preliminar. Manutenção do acórdão.

(TRE-PI - RecCrimEleit: 0000024-05.2010.6.18.0087 MARCOS PARENTE - PI 000002405, Relator: Nazareno Cesar Moreira Reis, Data de Julgamento: 09/04/2024, Data de Publicação: DJE-65, data 15/04/2024)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE OMISSÃO. NÍTIDO INTERESSE NA REDISCUSSÃO DA CAUSA. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 1. As hipóteses de cabimento dos embargos declaratórios estão previstas no art. 275 do Código Eleitoral, quais sejam, esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e corrigir erro material. 2. Não restou configurada a presença do vício de omissão ora guerreado, visto que a decisão foi proferida após análise de todas as provas presentes nos autos de julgamento das contas da campanha eleitoral de do embargante. 3. Foi verificado inconformismo do embargante com o que restou decidido no acórdão ora vergastado, sendo nítida sua intenção em rediscutir o mérito, o que não se admite em sede de embargos de declaração. Precedentes. 4. Conhecimento e desprovimento dos embargos.

(TRE-PI - PCE: 0601093-70.2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060109370, Relator: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 14/12/2023, Data de Publicação: DJE 229, data 19/12 /2023)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HABEAS CORPUS CRIMINAL. ELEIÇÕES 2022. ACÓRDÃO QUE, JULGANDO PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO IMPETRANTE, REVOGA A LIMINAR, DENEGA A ORDEM PRETENDIDA, MAS FIXA COMPETÊNCIA EM JUÍZO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS, INTERPOSTOS PELO IMPETRANTE. ACOLHIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. ALEGAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. PEDIDO DE EFEITO MODIFICATIVO AO ACÓRDÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DOS VÍCIOS ALEGADOS. REEXAME DA MATÉRIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA SEDIMENTADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO COLEGIADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Preliminar de intempestividade do recurso apresentado pelo Impetrante. Os primeiros embargos, interpostos pelo Impetrante, não devem ser conhecidos ante sua manifesta intempestividade.

2. No que se refere aos segundos embargos, interpostos pelo Ministério Público Eleitoral, cabe destacar que a jurisprudência da Justiça Eleitoral é firme no sentido de que o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência, no acórdão embargado, de um dos vícios previstos no art. 275 do Código Eleitoral, não se prestando, portanto, ao rejulgamento da causa por mero inconformismo da parte (ED-REspe nº 250-47/MG, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJe de 3.5.2017).

3. A irresignação do embargante com os fundamentos do acórdão não enseja omissão ou contradição apontados na decisão, nem mesmo erro material, mas tão somente nítido inconformismo com o resultado que não lhe foi favorável. Rediscussão da matéria. Inadmissibilidade na via estreita dos embargos de declaração.

4. Como se observa nos trechos destacados do voto condutor do acórdão, os argumentos mencionados no apelo aclaratório foram todos suficientemente abordados na decisão, tendo sido os fundamentos do aresto expostos de modo compreensível e coerente.
5. Assim, os argumentos trazidos pelo embargante não devem prosperar, uma vez que o acórdão não foi contraditório ou omisso, tendo analisado detidamente o arcabouço constante dos autos. Também não há obscuridade, contradição ou erro material em suas conclusões, as quais foram colocadas de forma clara e precisa.
6. Configurado o mero inconformismo do embargante com o conteúdo da decisão embargada, de modo que aceitar esses argumentos seria realizar reexame fático probatório da matéria, o que não é permitido pela via escorreita dos aclaratórios.
7. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.
(TRE-PI - HCCrim: 0601664-41.2022.6.18.0000 PARNAÍBA - PI 060166441, Relator: Des. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA, Data de Julgamento: 30/10/2023, Data de Publicação: DJE , data 08/11 /2023)
Portanto, diante de tudo que foi acima exposto, verifico que o acórdão atacado foi fundamentado e enfrentou todos os argumentos e fatos relevantes para o deslinde da causa. Assim, a decisão não apresenta vícios capazes de macular sua clareza e integridade. No caso, é explícito apenas o inconformismo do embargante com o resultado do julgamento, diante do seu claro propósito em rediscutir a matéria já deliberada por esta Corte Eleitoral.
Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento e, no mérito, pela REJEIÇÃO dos presentes embargos de declaração, mantendo o acórdão atacado em todos os seus termos.
É como voto.
E X T R A T O D A A T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600150-76.2024.6.18.0002. ORIGEM: TERESINA/PI (2ª ZONA ELEITORAL).
Embargante: Flaviano Alves Campos
Advogados: Francisco Renan Barbosa da Silva (OAB/PI: 10.030), Tarcísio Augusto Sousa de Barros (OAB/PI: 10.640) e Aziz Marcelo Hidd (OAB/PI: 25.147)
Relator : Juiz José Maria de Araújo Costa
Decisão: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, NEGAR-LHES ACOLHIMENTO, na forma do voto do Relator.
Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.
Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; os Juízes Doutores José Maria de Araújo Costa e Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva.
SESSÃO POR MEIO ELETRÔNICO REALIZADA DE 6 A 12.6.2025

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600296-20.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600296-20.2024.6.18.0002 RECURSO ELEITORAL (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
RECORRENTE	: ELEICAO 2024 CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAUJO NETTO VEREADOR
ADVOGADO	: JOSE DA SILVA BRITO JUNIOR (19616/PI)
RECORRENTE	: CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAUJO NETTO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
ACÓRDÃO Nº 060029620
RECURSO ELEITORAL Nº 0600296-20.2024.6.18.0002. ORIGEM: TERESINA/PI (2ª ZONA ELEITORAL).
Recorrente: Carlos Alberto da Costa Araújo Netto Vereador
Advogado: José da Silva Brito Júnior (OAB/PI: 19.616)
Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
ELEIÇÕES 2024. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL AFASTADO EM PARTE. PROVIMENTO DO RECURSO.
I. CASO EM EXAME
O recurso eleitoral foi interposto por candidato a vereador no município de Teresina/PI contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Zona Eleitoral, que aprovou com ressalvas as contas de campanha relativas às Eleições 2024 e determinou o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 5.744,04.
Parecer técnico opinou pela desaprovação das contas, especialmente em razão de despesas com combustíveis realizadas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) supostamente pagas em espécie.
A Promotora Eleitoral atuante na zona também se manifestou pela desaprovação.
A sentença foi objeto de embargos de declaração, os quais foram rejeitados.
O recorrente, em sede recursal, questionou exclusivamente a irregularidade atinente ao pagamento de combustíveis, requerendo o afastamento da obrigação de devolução do montante de R$ 4.244,04.
A Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo provimento do recurso, exclusivamente para afastar o recolhimento do valor mencionado, mantendo a aprovação com ressalvas nos demais pontos.
II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO
7. A questão em discussão consiste em saber se restou caracterizada irregularidade na quitação, com recursos do FEFC, de despesas com combustíveis, a justificar a manutenção da sanção de devolução ao Tesouro Nacional do valor de R$ 4.244,04.
III. RAZÕES DE DECIDIR
8. A controvérsia recursal cinge-se à suposta inconsistência entre a forma de pagamento declarada na prestação de contas e aquela constante dos documentos fiscais apresentados.
9. Constatou-se, a partir da análise das notas fiscais e dos extratos bancários anexados aos autos, que as despesas com combustíveis foram pagas por meio de PIX e transferência bancária, conforme comprovantes anexos.
10. Os elementos probatórios evidenciam a existência de transações bancárias rastreáveis, afastando a alegada quitação em espécie e, por conseguinte, a irregularidade apontada.
IV. DISPOSITIVO E TESE
12. Recurso conhecido e provido para reformar parcialmente a sentença, excluindo a determinação de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 4.244,04, mantendo-se a aprovação com ressalvas das contas do recorrente.

Tese de julgamento: A existência de comprovantes de transferência bancária e PIX, acompanhados de notas fiscais e extratos bancários, é suficiente para afastar a irregularidade inicialmente apontada quanto ao pagamento de despesas com recursos do FEFC, sendo incabível a imposição de devolução ao Tesouro Nacional nesse caso.

Dispositivos relevantes citados:

Lei nº 9.504/1997, art. 30, §1º;

Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 60, 74 e 77.

Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, devendo a sentença ser parcialmente reformada, mantendo a APROVAÇÃO COM RESSALVAS das contas de CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAÚJO NETTO referentes às Eleições 2024, mas retirando a determinação de recolhimento de R$ 4.244,04 (quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) ao Tesouro Nacional, mantida a decisão de primeiro grau quanto à determinação do recolhimento ao Tesouro Nacional de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), na forma do voto da Relatora.

Sala das Sessões por Meio Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 12 de junho de 2025.

JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS

Relatora

R E L A T Ó R I O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Trata-se de Recurso Eleitoral apresentado por CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAÚJO NETTO, candidato a Vereador no município de Teresina-PI contra a decisão que aprovou com ressalvas suas contas de campanha referentes às Eleições 2024. A sentença determinou, outrossim, o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 5.744,04 (cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos).

Parecer de Diligência nos autos (ID 22316570).

Parecer conclusivo opinando pela desaprovação das contas(ID 22316574).

O Promotor Eleitoral responsável pela atuação na zona eleitoral expressou sua posição a favor da desaprovação da prestação de contas.

Embargos de Declaração nos autos.

Embargos Declaratórios julgados improcedentes.

Em sede recursal a parte recorrente solicitou a revisão da sentença em relação ao trecho que reconheceu a realização de pagamento de combustível em espécie, requerendo, ao final, a reforma do julgado para afastar a obrigação de devolução do montante de R$ 4.244,00 (quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais).

A Procuradoria Regional Eleitoral opinou "conhecimento e provimento do recurso, para reformar a sentença apenas no ponto específico relativo à devolução ao Tesouro Nacional do valor de R$ 4.244,00 (quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais), mantendo-se a APROVAÇÃO COM RESSALVAS em relação aos capítulos não impugnados." (ID 22417845).

É o relatório.

V O T O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, o presente recurso é cabível, tempestivo e foi interposto por parte legítima, bem como atende aos demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

Como relatado, trata-se de Recurso Eleitoral apresentado por CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAÚJO NETTO contra a decisão que aprovou com ressalvas suas contas de campanha nas Eleições 2024.

De início, observo que as irregularidades apontadas pela sentença foram:

1) omissão de gastos eleitorais no importe de R$ 1.500,00, caracterizados como RONI;

2) inconsistências em despesas com combustíveis pagas com recursos do FEFC no valor de R$ 4.244,04(quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos).

Em sede recursal a parte recorrente insurgiu-se apenas quanto a irregularidade descrita no item nº 2 acima.

Passo a analisá-la.

Assiste razão ao recorrente.

Pois bem.

No presente caso, o juízo de primeira instância entendeu pela existência de inconsistências nos dispêndios com combustíveis custeados com recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), no montante de R$ 4.244,04 (quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos). Referidas irregularidades decorreriam da incongruência entre a forma de pagamento informada na prestação de contas - identificada como 'PIX' e transferência bancária - e aquela constante nos cupons fiscais correspondentes, os quais indicam quitação mediante pagamento em espécie.

O exame dos autos evidencia que os referidos gastos foram efetuados junto à empresa G. & S. PETRÓLEO LTDA - ME, estando respaldados por duas notas fiscais: a Nota Fiscal nº 422 (ID 22405547), no valor de R$ 2.244,04 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), e a Nota Fiscal nº 395 (ID 22405546), no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais)

Os comprovantes colacionados aos autos (ID 22405547 e ID 22405546) demonstram que as despesas em questão foram quitadas por intermédio de operações bancárias, notadamente via PIX e transferência entre contas correntes. Acrescente-se que o extrato bancário (ID 22405500) evidencia, de igual modo, os mencionados gastos.

Com efeito, não remanescem dúvidas de que tais despesas foram executadas mediante transações bancárias devidamente identificáveis.

Com base nos argumentos expostos, entende-se que a sentença de origem deve ser parcialmente reformada, mantendo-se a aprovação com ressalvas, mas sem imposição de sanção de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de 4.244,04 (quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos).

A par dessas considerações, VOTO, em consonância com o parecer do Procurador Regional Eleitoral pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo PROVIMENTO, devendo a sentença ser parcialmente reformada, mantendo a APROVAÇÃO COM RESSALVAS das contas de CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAÚJO NETTO referentes às Eleições 2024, mas retirando a determinação de recolhimento de R$ 4.244,04 (quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) ao Tesouro Nacional.

Mantida a decisão de primeiro grau quanto à determinação do recolhimento ao Tesouro Nacional de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

É como voto, Senhor Presidente.

E X T R A T O D A A T A

RECURSO ELEITORAL Nº 0600296-20.2024.6.18.0002. ORIGEM: TERESINA/PI (2ª ZONA ELEITORAL).

Recorrente: Carlos Alberto da Costa Araújo Netto Vereador

Advogado: José da Silva Brito Júnior (OAB/PI: 19.616)

Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas

Decisão: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, devendo a sentença ser parcialmente reformada, mantendo a APROVAÇÃO COM RESSALVAS das contas de CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAÚJO NETTO referentes às Eleições 2024, mas retirando a determinação de recolhimento de R$ 4.244,04 (quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) ao Tesouro Nacional, mantida a decisão de primeiro grau quanto à determinação do recolhimento ao Tesouro Nacional de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), na forma do voto da Relatora.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; o Juiz Doutor Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva. Não participou do julgamento o Juiz José Maria de Araújo Costa, nos termos do § 2º do art. 5º da Resolução TRE/PI nº 380/2019, alterada pela Resolução TRE/PI 391/2020.

SESSÃO POR MEIO ELETRÔNICO REALIZADA DE 6 A 12.6.2025

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600398-48.2024.6.18.0000

PROCESSO	: 0600398-48.2024.6.18.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
REQUERENTE	: COMISSAO PROVISORIA DO PMB - PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA DO PIAUI
ADVOGADO	: SAMUEL DE SOUSA LEAL MARTINS MOURA (6369/PI)
REQUERENTE	: DILSON RESENDE DE ARAUJO
REQUERENTE	: SOLANGE DA SILVA LIMA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ACÓRDÃO Nº 060039848

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600398-48.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI.

Requerente: Partido da Mulher Brasileira - PMB, Comissão Provisória Estadual do Piauí

Advogado: Samuel de Sousa Leal Martins Moura (OAB/PI: 6.369)

Requerentes: Dilson Resende de Araújo e Solange da Silva Lima

Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas

REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021. PARTIDO POLÍTICO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS. NÃO REGULARIZAÇÃO. REQUERIMENTO INDEFERIDO.

I. CASO EM EXAME

Requerimento de Regularização da Omissão de Prestação de Contas Anual do exercício financeiro de 2021, apresentado pelo Diretório Estadual do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB.

As contas foram anteriormente julgadas como não prestadas no Processo nº 0600306-41.2022.6.18.0000.

Após o pedido de regularização, o Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas - NAAPC constatou a apresentação parcial dos documentos obrigatórios e solicitou a complementação.

Decorrido o prazo sem manifestação do partido, a unidade técnica opinou pela não regularização da prestação.

O Procurador Regional Eleitoral manifestou-se pelo indeferimento do pedido de regularização.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

6. A questão em discussão consiste em saber se houve a regularização, pelo partido requerente, da omissão na prestação de contas anual do exercício financeiro de 2021, mediante a apresentação de todos os documentos exigidos pela Resolução TSE nº 23.604/2019.

III. RAZÕES DE DECIDIR

7. A decisão que julga contas como não prestadas possui natureza definitiva quanto ao julgamento das contas, admitindo-se, porém, requerimento de regularização exclusivamente para fins de suspensão dos efeitos sancionatórios do art. 47 da Resolução TSE nº 23.604/2019, conforme dispõe seu art. 58.

8. O partido, devidamente intimado, manteve-se inerte quanto à complementação dos documentos obrigatórios previstos no art. 29 da Resolução TSE nº 23.604/2019.

9. O conjunto documental exigido pelo NAAPC incluía parecer da Comissão Executiva ou do Conselho Fiscal, mandato da tesoureira para o advogado, certidão de regularidade do contador, comprovante de remessa da escrituração contábil à Receita Federal e a correta identificação do contador no demonstrativo respectivo.

10. Diante da ausência de resposta e do não atendimento à solicitação de regularização, resta evidenciada a manutenção da omissão na prestação de contas.

11. O descumprimento da obrigação impõe a manutenção dos efeitos do art. 47 da Resolução TSE nº 23.604/2019, até que ocorra a regularização efetiva da situação contábil.

IV. DISPOSITIVO E TESE

12. Requerimento de regularização indeferido.

Tese de julgamento: "É indeferido o pedido de regularização de omissão na prestação de contas anual quando o partido, mesmo devidamente intimado, não apresenta os documentos obrigatórios exigidos pela Resolução TSE nº 23.604/2019, permanecendo, por conseguinte, sujeitas às consequências previstas no art. 47 da referida norma."

Dispositivos relevantes citados

Resolução TSE nº 23.604/2019, arts. 29, 47 e 58.

Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, INDEFERIR o presente Pedido de Regularização de Omissão de Prestação de Contas, exercício financeiro de 2021, do Diretório Estadual do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA-PMB, na forma do voto da Relatora.

Sala das Sessões por Meio Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 12 de junho de 2025.

JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS

Relatora

R E L A T Ó R I O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes, trata-se de Requerimento de

Regularização da Omissão de Prestação de Contas do exercício financeiro de 2021, apresentado pelo PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB, Diretório Estadual.

A regularização em questão faz referência à prestação de contas anual do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB, Diretório Estadual, atinente ao exercício 2021 por meio do Processo 0600306-41.2022.6.18.0000, julgadas não prestadas.

Na Informação (ID 22399538) o Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas - NAAPC, levando em consideração a apresentação parcial pelo Partido das peças e documentos relacionados no art. 29 da Resolução TSE nº 23.604/2019, solicitou a intimação do Partido para apresentação das peças faltantes.

Transcorrido o lapso temporal assinalado no despacho de minha relatoria (ID 22403802), não se verificou qualquer pronunciamento por parte do diretório competente, conforme atestado na certidão da Secretária Judiciária (ID 22419902).

Parecer do Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas - NAAPC (ID 22423831) opinando "pela Não Regularização da Prestação de Contas Anual do Diretório Estadual do Partido da Mulher Brasileira (PMB), relativa ao exercício de 2021, em razão da ausência de instrução dos autos com todos os dados e documentos que deveriam ter sido apresentados à época da obrigação de prestar contas a que se refere o presente requerimento."

O Procurador Regional Eleitoral opinou pelo "INDEFERIMENTO do pedido de regularização da prestação de contas anual do exercício financeiro de 2021, apresentado pelo Diretório Estadual do Partido da Mulher Brasileira (PMB)".

É o que havia a relatar.

V O T O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, conforme relatado trata-se de Requerimento de Regularização da Omissão de Prestação de Contas do exercício financeiro 2021 do PARTIDO PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB.

De início, impende destacar que uma vez julgadas as contas como não prestadas estas não serão objeto de novo julgamento, servindo sua apresentação apenas para fins de regularização da situação de inadimplência, com o objetivo de suspender as consequências previstas no art. 47, da Resolução TSE nº 23.604/2019.

Assim, com o trânsito em julgado da decisão que julgou as contas como não prestadas, não cabe rediscussão da matéria.

Conforme dispõe o art. 58 da Res. TSE nº 23.604/19, *in verbis:*

Art. 58. Transitada em julgado a decisão que julgar as contas como não prestadas, os órgãos partidários podem requerer a regularização da situação de inadimplência para suspender as consequências previstas no art. 47.

O Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas, em parecer, concluiu pela Não Regularização da Prestação de Contas Anual do Diretório Estadual do Partido da Mulher Brasileira (PMB), relativa ao exercício de 2021, em razão da ausência de instrução dos autos com todos os dados e documentos que deveriam ter sido apresentados à época da obrigação de prestar contas a que se refere o presente requerimento".

Na Informação (ID 22399538) o NAAPC relacionou os documentos que faltavam ser apresentados, quais sejam:

1) Parecer da Comissão Executiva ou do Conselho Fiscal do partido, se houver, sobre as respectivas contas;

2) Instrumento de mandato outorgado pela tesoureira do Partido (Senhora Solange da Silva Lima), para constituição de advogado para a prestação de contas;

3) Certidão de Regularidade do CFC do profissional de contabilidade habilitado;
4) comprovante de remessa, à RFB, da escrituração contábil digital, observado o disposto no art. 25 desta resolução;
5) Demonstrativo Relação Agentes Responsáveis, com identificação do contador, posto não constar do Demonstrativo apresentado, de ID 22187788, tal informação;
Com efeito, observa-se o não atendimento da regularização da situação de inadimplência, diante da inércia do partido em apresentar as peças faltantes relacionadas acima e que constam no art. 29 da Resolução TSE nº 23.604/2019, mesmo regularmente intimado para esse objetivo.
Assim, indefiro o Requerimento de Regularização da Omissão de Prestação de Contas da agremiação, referente ao exercício financeiro de 2021.
Em decorrência do exposto, persiste a omissão no dever de prestar contas, razão pela qual o Diretório Estadual do Partido da Mulher Brasileira-PMB deverá permanecer submetido às consequências jurídicas decorrentes da inobservância dessa obrigação, nos moldes do art. 47 da Resolução TSE nº 23.604/2019, até que se promova a devida regularização da sua situação contábil
Pelo exposto, em consonância com o parecer do Procurador Regional Eleitoral, VOTO pelo INDEFERIMENTO do presente Pedido de Regularização de Omissão de Prestação de Contas, exercício financeiro de 2021, do Diretório Estadual do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA-PMB.
É como voto.
E X T R A T O D A A T A
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600398-48.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI.
Requerente: Partido da Mulher Brasileira - PMB, Comissão Provisória Estadual do Piauí
Advogado: Samuel de Sousa Leal Martins Moura (OAB/PI: 6.369)
Requerentes: Dilson Resende de Araújo e Solange da Silva Lima
Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
Decisão: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, INDEFERIR o presente Pedido de Regularização de Omissão de Prestação de Contas, exercício financeiro de 2021, do Diretório Estadual do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA-PMB, na forma do voto da Relatora.
Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.
Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; o Juiz Doutor Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva. Não participou do julgamento o Juiz José Maria de Araújo Costa, nos termos do § 2º do art. 5º da Resolução TRE/PI nº 380/2019, alterada pela Resolução TRE/PI 391/2020.
SESSÃO POR MEIO ELETRÔNICO REALIZADA DE 6 A 12.6.2025

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0601039-07.2022.6.18.0000

PROCESSO	: 0601039-07.2022.6.18.0000 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz Federal**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
INTERESSADO	: ELEICAO 2022 TERESINHA DE SOUSA MEDEIROS SANTOS DEPUTADO FEDERAL
ADVOGADO	: FRANCISCA SYNARA PEREIRA DE SOUSA (17399/PI)

ADVOGADO	: LUCAS MARIANO PEREIRA RAMOS (10727/PI)
ADVOGADO	: LUIZ JOSE ULISSES JUNIOR (3729/PI)
ADVOGADO	: VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO (3789/PI)
INTERESSADO	: TERESINHA DE SOUSA MEDEIROS SANTOS
ADVOGADO	: FRANCISCA SYNARA PEREIRA DE SOUSA (17399/PI)
ADVOGADO	: LUCAS MARIANO PEREIRA RAMOS (10727/PI)
ADVOGADO	: LUIZ JOSE ULISSES JUNIOR (3729/PI)
ADVOGADO	: VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO (3789/PI)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SECRETARIA JUDICIÁRIA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0601039-07.2022.6.18.0000
RELATOR(A): NAZARENO CESAR MOREIRA REIS
JUNTADA
Nesta data faço a juntada do demonstrativo de débito e da GRU para pagamento.
Teresina, 16 de junho de 2025
GEORGYANNE ALVES CARVALHO NEVES

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0601375-11.2022.6.18.0000

PROCESSO	: 0601375-11.2022.6.18.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
EXECUTADO	: ELEICAO 2022 RAIMUNDO VIANA FILHO DEPUTADO FEDERAL
ADVOGADO	: KAROL WOJTYLA DE OLIVEIRA MARTINS (13772/PI)
EXECUTADO	: RAIMUNDO VIANA FILHO
ADVOGADO	: KAROL WOJTYLA DE OLIVEIRA MARTINS (13772/PI)
EXEQUENTE	: UNIÃO FEDERAL
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - 0601375-11.2022.6.18.0000 - Teresina - PIAUÍ
EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL
EXECUTADO: ELEICAO 2022 RAIMUNDO VIANA FILHO DEPUTADO FEDERAL
ADVOGADO: KAROL WOJTYLA DE OLIVEIRA MARTINS - OAB/PI13772
EXECUTADO: RAIMUNDO VIANA FILHO
ADVOGADO: KAROL WOJTYLA DE OLIVEIRA MARTINS - OAB/PI13772
RELATORA: JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
D E S P A C H O
À Secretaria Judiciária para INTIMAR a parte executada, o senhor RAIMUNDO VIANA FILHO, para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca da possibilidade de parcelamento do débito mediante encaminhamento de proposta de acordo ao endereço eletrônico disponibilizado pela AGU, conforme petição ID nº 22440847.

Intime-se.
Cumpra-se.
Teresina/PI, 11 de junho de 2025.
MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
Juíza Relatora

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0601422-82.2022.6.18.0000

PROCESSO	: 0601422-82.2022.6.18.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
EXECUTADO	: ELEICAO 2022 IDONEIL SANTANA MESQUITA DEPUTADO ESTADUAL
ADVOGADO	: IVILLA BARBOSA ARAUJO (8836/PI)
EXECUTADO	: IDONEIL SANTANA MESQUITA
ADVOGADO	: IVILLA BARBOSA ARAUJO (8836/PI)
EXEQUENTE	: UNIÃO FEDERAL
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - 0601422-82.2022.6.18.0000 - Teresina - PIAUÍ
EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL
EXECUTADO: ELEICAO 2022 IDONEIL SANTANA MESQUITA DEPUTADO ESTADUAL
ADVOGADO: IVILLA BARBOSA ARAUJO - OAB/PI8836-A
EXECUTADO: IDONEIL SANTANA MESQUITA
ADVOGADO: IVILLA BARBOSA ARAUJO - OAB/PI8836-A
RELATORA: JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
D E S P A C H O
Considerando a petição ID nº 22422653, determino à Secretaria Judiciária para que apure e certifique as parcelas que foram pagas pela parte executada, conforme o termo de acordo de ID 22315746.
Cumpra-se.
Teresina/PI, 11 de junho de 2025.
MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
Juíza Relatora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600184-91.2023.6.18.0000

PROCESSO	: 0600184-91.2023.6.18.0000 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
INTERESSADO	: LUANE BORGES RIBEIRO
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)
INTERESSADO	: PARTIDO RENOVACAO DEMOCRATICA - PIAUI - ESTADUAL
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)

ADVOGADO : TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)
INTERESSADO : ANTONIO VENICIO DO O DE LIMA
ADVOGADO : DHOVAN ALVES MENDES (19149/PI)
ADVOGADO : MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL (4450/PI)
INTERESSADO : BRUNO GALISA VILARINHO SOARES
ADVOGADO : ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO : TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)
INTERESSADO : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
ADVOGADO : ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO : DHOVAN ALVES MENDES (19149/PI)
ADVOGADO : MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL (4450/PI)
INTERESSADO : OSMIDIO MACIEL GOMES FILHO
ADVOGADO : DHOVAN ALVES MENDES (19149/PI)
ADVOGADO : MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL (4450/PI)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) - 0600184-91.2023.6.18.0000 - Teresina - PIAUÍ
INTERESSADO: PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
ADVOGADO: ANGÉLICA COELHO LACERDA - OAB/PI13504
ADVOGADO: ÍVILLA BARBOSA ARAUJO - OAB/PI8836-A
ADVOGADO: MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL - OAB/PI4450-A
ADVOGADO: DHOVAN ALVES MENDES - OAB/PI19149
INTERESSADO: JOSÉ LINCOLN SOBRAL MATOS
ADVOGADO: ÍVILLA BARBOSA ARAUJO - OAB/PI8836-A
INTERESSADO: OSMÍDIO MACIEL GOMES FILHO
ADVOGADO: ÍVILLA BARBOSA ARAUJO - OAB/PI8836-A
ADVOGADO: MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL - OAB/PI4450-A
ADVOGADO: DHOVAN ALVES MENDES - OAB/PI19149
INTERESSADO: ANTÔNIO VENÍCIO DO O DE LIMA
ADVOGADO: ÍVILLA BARBOSA ARAUJO - OAB/PI8836-A
ADVOGADO: MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL - OAB/PI4450-A
ADVOGADO: DHOVAN ALVES MENDES - OAB/PI19149
RELATORA: JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
D E S P A C H O
Recebidos os autos após parecer ministerial, verifico que a Secretaria Judiciária juntou Informação da Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (ID 22439160) no sentido de que "o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Patriota, tiveram sua fusão homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 09 de novembro de 2023, originando o Partido da Renovação Democrática (PRD).
Outrossim, em petição de ID 22419981 consta renúncia aos poderes conferidos pelos interessados ANTÔNIO VENÍCIO DO O DE LIMA, OSMÍDIO MACIEL GOMES FILHO, JOSÉ LINCOLN SOBRAL MATOS e PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO.

Mesmo diante da informação de renúncia aos mandatos, com exceção de José Lincoln Sobral Matos, os demais interessado possuem representação nos autos (ID's 22058751, 22058657, 22112327, 22112328, 22162436, 22162437 e 22162438)
Assim, determino à Secretaria Judiciária que:
1- Retifique a autuação para:
a) Fazer constar como interessado o PARTIDO DA RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA - PRD, resultante da fusão entre o Partido Trabalhista Brasileiro e o Patriotas) na qualidade de sucessor processual;
b) Excluir como parte interessada JOSÉ LINCOLN SOBRAL MATOS, uma vez que o mesmo não teve atuação como Tesoureiro responsável pelas presentes contas;
c) Incluir os autuais responsáveis, BRUNO GALISA VILARINHO SOARES e LUANA BORGES RIBEIRO, respectivamente, Presidente e Tesoureira.
2- Renove a intimação das partes, por seus advogados, para responder à diligência (ID 22371989) formulada pela unidade técnica deste Regional, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 36, §3º, I, da Resolução TSE nº 23.604/2019.
Intimem-se. Cumpra-se.
Teresina/PI, 11 de junho de 2025.
MARIA LUIZA DE MOURA MELLO E FREITAS
Relatora

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600269-52.2024.6.18.0094

PROCESSO	: 0600269-52.2024.6.18.0094 RECURSO ELEITORAL (Colônia do Piauí - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
RECORRENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADVOGADO	: LUIZA BEATTRYS PEREIRA DOS SANTOS LIMA (20147/PI)
RECORRENTE	: ETEVALDO DE SOUSA BRITO
ADVOGADO	: LUIZA BEATTRYS PEREIRA DOS SANTOS LIMA (20147/PI)
RECORRENTE	: OSEAS LEAL MOREIRA
ADVOGADO	: LUIZA BEATTRYS PEREIRA DOS SANTOS LIMA (20147/PI)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600269-52.2024.6.18.0094 - Colônia do Piauí - PIAUÍ
RECORRENTE: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADVOGADO: LUÍZA BEATTRYS PEREIRA DOS SANTOS LIMA - OAB/PI20147-A
RECORRENTE: ETEVALDO DE SOUSA BRITO
ADVOGADO: LUÍZA BEATTRYS PEREIRA DOS SANTOS LIMA - OAB/PI20147-A
RECORRENTE: OSEAS LEAL MOREIRA
ADVOGADO: LUÍZA BEATTRYS PEREIRA DOS SANTOS LIMA - OAB/PI20147-A
RELATORA: JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
D E S P A C H O

No parecer de ID 22430164, o Procurador Regional Eleitoral apontou a juntada de documentos "apenas após a emissão do parecer conclusivo, já na fase recursal, conforme os documentos constantes dos IDs 22414634 e 22414635".
Considerada a preliminar arguida de não conhecimento dos aludidos documentos, INTIME-SE a parte recorrente para manifestação, no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 10 do CPC.
Teresina/PI, 12 de junho de 2025.
MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
Relatora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600207-37.2023.6.18.0000

PROCESSO	: 0600207-37.2023.6.18.0000 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
INTERESSADO	: 43-PV- Partido Verde
ADVOGADO	: JOSAFA DE FRANCA (4636/PI)
ADVOGADO	: VERBENHA DE MARIA RUBIM BROXADO (9769/PI)
INTERESSADO	: DEOCLECIANO GUEDES FERREIRA
ADVOGADO	: JOSAFA DE FRANCA (4636/PI)
ADVOGADO	: VERBENHA DE MARIA RUBIM BROXADO (9769/PI)
INTERESSADO	: TERESA DOS SANTOS SOUSA BRITTO
ADVOGADO	: JOSAFA DE FRANCA (4636/PI)
ADVOGADO	: VERBENHA DE MARIA RUBIM BROXADO (9769/PI)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) - 0600207-37.2023.6.18.0000 - Teresina - PIAUÍ
INTERESSADO: 43-PV- Partido Verde
ADVOGADO: JOSAFA DE FRANCA - OAB/PI4636
ADVOGADO: VERBENHA DE MARIA RUBIM BROXADO - OAB/PI9769
INTERESSADO: DEOCLECIANO GUEDES FERREIRA
ADVOGADO: JOSAFA DE FRANCA - OAB/PI4636
ADVOGADO: VERBENHA DE MARIA RUBIM BROXADO - OAB/PI9769
INTERESSADO: TERESA DOS SANTOS SOUSA BRITTO
ADVOGADO: JOSAFA DE FRANCA - OAB/PI4636
ADVOGADO: VERBENHA DE MARIA RUBIM BROXADO - OAB/PI9769
RELATOR: JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
D E S P A C H O
O Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas, emitiu Pareceres Conclusivos nos autos de ID 22439191 e ID 22447292.
Nos termos do art. 40, I e II da Res. TSE nº 23.604/19, *verbis:*
Art. 40. Apresentado o parecer conclusivo, o processo deve ser disponibilizado, nesta ordem:
I - às partes, primeiro ao impugnante depois ao impugnado, se houver, ou apenas ao partido político e aos respectivos responsáveis no caso de prestações contas não impugnadas, para o oferecimento de razões finais, no prazo de 5 (cinco) dias; e

II - ao Ministério Público Eleitoral para a emissão de parecer como fiscal da lei, no prazo de 5 (cinco) dias.

Assim, determino a remessa dos autos à Secretaria Judiciária para proceder à INTIMAÇÃO das partes, por seus advogados para, querendo, apresentarem alegações finais, no prazo de 5 (cinco) dias, com fundamento no art. 40, I, da Res. TSE nº 23.604/19.

Com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao Procurador Regional Eleitoral, nos termos do art. 40, II, da Res. TSE nº 23.604/19.

Intimem-se. Cumpra-se.

Teresina/PI, 11 de junho de 2025.

MARIA LUIZA DE MOURA MELLO E FREITAS

Juiz Relator

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600232-40.2024.6.18.0089

PROCESSO	: 0600232-40.2024.6.18.0089 RECURSO ELEITORAL (Lagoa do Sítio - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
EMBARGANTE	: ELEICAO 2024 FRANCISCO ITAMAR DOS REIS VEREADOR
ADVOGADO	: ARYEL NICOLAS ANJOS COELHO (23184/PI)
ADVOGADO	: JOSE EVALDO DE SOUSA FILHO (23182/PI)
ADVOGADO	: PAULO TASSO SANTOS ARAUJO CASTRO (24247/PI)
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
EMBARGANTE	: FRANCISCO ITAMAR DOS REIS
ADVOGADO	: ARYEL NICOLAS ANJOS COELHO (23184/PI)
ADVOGADO	: JOSE EVALDO DE SOUSA FILHO (23182/PI)
ADVOGADO	: PAULO TASSO SANTOS ARAUJO CASTRO (24247/PI)
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ACÓRDÃO Nº 060023240-A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600232-40.2024.6.18.0089. ORIGEM: LAGOA DO SÍTIO/PI (89ª ZONA ELEITORAL - VALENÇA DO PIAUÍ/PI).

Embargante: Francisco Itamar dos Reis

Advogados: José Evaldo de Sousa Filho (OAB/PI: 23.182), Aryel Nicolas Anjos Coelho (OAB/PI: 23.184), Paulo Tasso Santos Araújo Castro (OAB/PI: 24.247) e Tarcísio Augusto Sousa de Barros (OAB/PI: 10.640)

Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas

ELEIÇÕES 2024. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALEGADA OMISSÃO QUANTO À COMPROVAÇÃO DE DESPESAS E EXTRATOS BANCÁRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

I. CASO EM EXAME

O embargante, candidato ao cargo de vereador no município de Lagoa do Sítio-PI, opôs embargos de declaração contra acórdão que conheceu, mas negou provimento ao recurso eleitoral, mantendo a desaprovação de suas contas de campanha referentes às Eleições 2024.

Sustentou, em síntese, que o acórdão incorreu em omissão ao não reconhecer a comprovação dos gastos com assessoria contábil e jurídica, bem como a juntada dos extratos bancários em sua forma definitiva.

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento dos embargos, por entender ausente qualquer omissão ou vício no julgado.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

4. A questão em discussão consiste em verificar se o acórdão embargado incorreu em omissão quanto à análise da documentação que comprovaria os gastos com assessoria contábil e jurídica e a regularidade dos extratos bancários apresentados.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. Os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, contradição, obscuridade ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022 do Código de Processo Civil.

6. Na hipótese dos autos, verifica-se que os pontos suscitados pelo embargante foram expressamente analisados no acórdão recorrido, não havendo omissão a ser suprida.

7. Quanto às despesas com serviços advocatícios e contábeis, o acórdão foi claro ao apontar que os documentos apresentados não comprovam, de forma inequívoca, que os serviços foram prestados em benefício do candidato embargante, sendo, portanto, devida a desaprovação das contas.

8. Com relação aos extratos bancários, restou consignado no voto condutor que os documentos juntados não contemplaram a integralidade do período da campanha, em sua forma definitiva, caracterizando irregularidade grave e insanável, conforme o art. 53, II, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019.

9. A pretensão do embargante revela mera irresignação com o resultado do julgamento, o que não se compatibiliza com a finalidade dos embargos de declaração, conforme jurisprudência consolidada.

10. A teor do art. 1.025 do CPC, consideram-se incluídos no acórdão os elementos suscitados pelo embargante para fins de prequestionamento.

IV. DISPOSITIVO E TESE

11. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

Tese de julgamento: "Não há omissão no acórdão que, de forma expressa e fundamentada, analisa os elementos de prova apresentados, sendo incabível a rediscussão da matéria em sede de embargos de declaração".

Dispositivos relevantes citados:

Código de Processo Civil, art. 1.022 e art. 1.025

Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 35, § 3º, e 53, II, "a"

Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, NEGAR-LHES ACOLHIMENTO, na forma do voto da Relatora.

Sala das Sessões por Meio Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 12 de junho de 2025.

JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS

Relatora

R E L A T Ó R I O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Trata-se de embargos de declaração apresentados por FRANCISCO ITAMAR DOS REIS, inconformado com o acórdão que conheceu do recurso interposto, mas lhe negou provimento, mantendo, assim, a decisão recorrida que rejeitou a prestação de contas referente às Eleições de 2024.

Eis a ementa do julgado:

Ementa. DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE GASTOS COM ASSESSORIA CONTÁBIL E JURÍDICA. OMISSÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME

1. O recorrente, candidato ao cargo de vereador no município de Lagoa do Sítio-PI, interpôs recurso eleitoral contra a decisão de primeira instância que desaprovou suas contas de campanha nas Eleições 2024.

2. A unidade técnica identificou irregularidades consistentes na ausência de comprovação de despesas com assessoria contábil e jurídica e na omissão dos extratos bancários em sua forma definitiva, abrangendo todo o período da campanha.

3. O recorrente argumentou que tais despesas foram compartilhadas com a candidata ao cargo de prefeita, mas os documentos apresentados não evidenciaram a vinculação dos serviços prestados ao seu benefício.

4. O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo desprovimento do recurso e pela manutenção da decisão de desaprovação das contas.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

5. A questão em discussão consiste em verificar se as irregularidades apontadas comprometem a regularidade da prestação de contas do recorrente, impossibilitando sua aprovação.

III. RAZÕES DE DECIDIR

6. Nos termos do art. 35, § 3º e § 9º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, as despesas com serviços contábeis e advocatícios devem ser devidamente registradas na prestação de contas.

7. O candidato não comprovou de forma inequívoca que os serviços foram prestados em seu benefício e custeados por terceiros, configurando omissão de despesa eleitoral.

8. A omissão dos extratos bancários definitivos constitui irregularidade grave, nos termos do art. 53, II, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, impedindo a fiscalização da movimentação financeira da campanha.

9. Precedente do TRE-PI confirma a inaplicabilidade dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade quando a ausência de documentos compromete a transparência das contas eleitorais (TRE-PI, RE-PC 0600315-45.2020.6.18.0041, Rel. Juiz Aderson Antônio Brito Nogueira, julgado em 13-04-2021, DJe de 16-04-2021).

IV. DISPOSITIVO E TESE

10. Recurso conhecido e desprovido.

11. Tese de julgamento: "A ausência de comprovação de despesas obrigatórias e a omissão de extratos bancários em sua forma definitiva configuram irregularidades insanáveis que comprometem a transparência e a confiabilidade da prestação de contas, impedindo sua aprovação".

Dispositivos relevantes citados: Lei n. 9.504/1997, art. 30, III. Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 35, § 3º e § 9º, e 53, II, "a". Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, RE-PC 0600315-45.2020.6.18.0041, Rel. Juiz Aderson Antônio Brito Nogueira, julgado em 13-04-2021, DJe de 16-04-2021.

O embargante sustenta que o acórdão impugnado não analisou adequadamente dois pontos importantes eis que:

a) prestador comprovou no ID 22339291, com toda a documentação necessária, o custeio da assessoria jurídica e contábil;
b) os extratos se encontram presentes na prestação de contas em ID 22339259, com o devido termo de solicitação de encerramento da conta e a comprovação de todas as movimentações realizadas.
Diante disso, o embargante solicita o conhecimento e total provimento dos presentes aclaratórios, sanando-se a omissão, para reformar o Acórdão recorrido e aprovar sua prestação de contas.
Procurador Regional Eleitoral se manifestou "pelo CONHECIMENTO do recurso e, no mérito, pelo seu DESPROVIMENTO, a fim de que seja mantido o Acórdão impugnado em sua integralidade".
É o relatório.
V O T O
A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, os Embargos de Declaração em apreço merecem conhecimento, em razão da tempestividade da sua apresentação, legitimidade da parte e adequação da via eleita.
Conforme relatado, a parte embargante sustentou que o acórdão impugnado não analisou adequadamente dois pontos importantes eis que:
a) prestador comprovou no ID 22339291, com toda a documentação necessária, o custeio da assessoria jurídica e contábil;
b) os extratos se encontram presentes na prestação de contas em ID 22339259, com o devido termo de solicitação de encerramento da conta e a comprovação de todas as movimentações realizadas.
Pois bem.
Ao contrário do que apontou o embargante, os vícios de omissão não ocorreram.
Observo que a própria argumentação revela o seu mero descontentamento com julgado.
O acórdão abordou de maneira completa e detalhada todos os pontos essenciais para resolver a controvérsia apresentada no caso.
Colaciono trechos do acórdão embargado que explicitamente cuidaram de toda a matéria ora devolvida à apreciação:
"Como consignado no Parecer Conclusivo, "consta dos autos procuração outorgada a advogado (Id 123330314), Registro de Contador (Id 123330315) e Nota Explicativa de Id 123330309 dando conta de que os gastos com assessoria jurídica e contábil foram realizados pela candidata a prefeita Vanessa Helena Amorim Neves Reis e registrada na sua prestação de contas (PCE 0600226-33.2024.6.18.0089). No entanto, as notas fiscais referentes às despesas com assessoria jurídica e contábil da candidata, bem como os contratos por ela firmados não fazem referência a que os serviços foram prestados também em benefício do candidato Francisco Itamar dos Reis, razão pela qual foram solicitados os documentos que comprovassem o pagamento destas despesas em favor do candidato na diligência, porém esta não foi atendida. ".
Analisando os documentos anexados à Nota Explicativa de ID 123330309, verifica-se que não há comprovação inequívoca de que as despesas tenham sido efetivamente suportadas pela candidata Vanessa Helena Amorim Neves Reis em benefício do candidato Francisco Itamar dos Reis. As notas fiscais e os contratos apresentados não discriminam expressamente os beneficiários dos serviços prestados, tampouco demonstram que os referidos gastos foram efetivamente custeados pela mencionada candidata ao cargo de prefeita em prol de terceiros.
Nos termos do artigo 35, § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, as despesas oriundas da contratação de serviços contábeis e advocatícios no contexto das campanhas eleitorais, ainda que

excluídas do limite de gastos de campanha, configuram gastos eleitorais. Por essa razão, impõe-se a obrigatoriedade de seu devido lançamento na prestação de contas, nos moldes da legislação eleitoral vigente.

No caso concreto, constata-se a ausência do registro da despesa na prestação de contas apresentada, o que caracteriza a omissão de despesa eleitoral. Tal irregularidade inviabiliza a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista a impossibilidade de aferição do montante total dos valores despendidos, comprometendo, assim, a regularidade das contas em análise.

(¿)

Quanto a segunda irregularidade qual seja a não juntada dos extratos bancários na sua forma definitiva e abrangendo todo o período da campanha eleitoral assim prescreve o art. 53, II, "a" da Resolução TSE nº 23.607/2019 *in verbis*:

Art. 53. Ressalvado o disposto no art. 62 desta Resolução, a prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deve ser composta:

[...]

II - pelos seguintes documentos, na forma prevista no § 1º deste artigo:

a) extratos das contas bancárias abertas em nome da candidata ou do candidato e do partido político, inclusive da conta aberta para movimentação de recursos do Fundo Partidário e daquela aberta para movimentação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), quando for o caso, nos termos exigidos pelo inciso III do art. 3º desta Resolução, demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira;

[...]

Desse modo, a ausência dos extratos bancários da conta "Outros Recursos" referentes à integralidade do período da campanha eleitoral, em sua forma definitiva, configura omissão de peça obrigatória que deve compor a prestação de contas, conforme o disposto no art. 53, II, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019 acima citado. Não obstante a oportunidade concedida para saneamento da irregularidade no curso das diligências, os referidos documentos não foram apresentados.

Nos termos do arcabouço normativo aplicável, os extratos bancários revestem-se de caráter essencial para a aferição da regularidade da movimentação financeira das contas de campanha, sendo sua ausência apta a comprometer a comprovação da veracidade e da fidedignidade das informações consignadas na prestação de contas, bem como a obstar o exercício do poder fiscalizatório da Justiça Eleitoral.

Diante desse contexto, considerando que a omissão dos extratos bancários em sua versão definitiva configura irregularidade insanável, capaz de comprometer a transparência e a confiabilidade das contas eleitorais, impõe-se a desaprovação da prestação de contas, nos termos da legislação de regência.

Com base nos argumentos expostos, entendo que a sentença de origem deve ser mantida, desaprovando as contas.

A ausência da apresentação do extrato bancário pelo candidato configura uma irregularidade de natureza grave e insanável, uma vez que compromete a transparência e a fiscalização dos recursos de campanha. Do mesmo modo, a omissão de despesas referentes a serviços contábeis e advocatícios representa uma infração substancial, que afeta diretamente a fidedignidade das

contas prestadas. Tais vícios caracterizam afronta aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa, inviabilizando, assim, a aplicação dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade na análise da prestação de contas."

Com efeito, verifica-se que a primeira matéria suscitada em sede de Embargos foi devidamente analisada no acórdão recorrido, não se constatando, de forma clara e incontestável, que os gastos em questão tenham sido efetivamente suportados, a título pessoal, pela candidata Vanessa Helena Amorim Neves Reis, em benefício do postulante ao cargo eletivo, Francisco Itamar dos Reis.

Nesse contexto, infere-se que as notas fiscais e os instrumentos contratuais acostados aos autos não identificam de maneira nítida e inequívoca os destinatários dos serviços contratados, tampouco evidenciam que os respectivos dispêndios foram, de fato, arcados pela candidata ao cargo de chefe do Poder Executivo Municipal, em benefício de terceiros.

Em relação à segunda matéria questionada nos Embargos, o acórdão recorrido do mesmo modo examinou a matéria, reconhecendo a ausência de juntada dos extratos bancários da conta intitulada 'Outros Recursos', correspondentes à totalidade do período da campanha eleitoral, em sua forma definitiva. Tal omissão caracteriza a ausência de documento essencial a regular composição da prestação de contas. Ressalte-se que, embora tenha sido oportunizado ao prestador o saneamento da falha durante a fase de diligências, os aludidos extratos não foram devidamente entregues aos autos.

Como bem esclareceu o Ministério Público Eleitoral "no presente caso, não foram identificados quaisquer vícios que justifiquem a interposição do recurso, sendo o mero inconformismo da parte insuficiente para alterar a decisão."

Na verdade, a parte embargante pretende rediscutir a matéria regularmente decidida, o que se mostra inviável em sede de embargos declaratórios, consoante remansosa jurisprudência.

Diante da inexistência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão vergastado, o desprovimento do recurso é a medida que se impõe.

De outra parte, consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, nos termos do art. 1.025 do CPC.

A par dessas considerações, em consonância com o Procurador Regional Eleitoral, VOTO pelo conhecimento dos presentes Embargos de Declaração, mas para lhes negar provimento, mantendo-se, por conseguinte, inalterado o acórdão objurgado.

É como voto.

E X T R A T O D A A T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600232-40.2024.6.18.0089. ORIGEM: LAGOA DO SÍTIO/PI (89ª ZONA ELEITORAL - VALENÇA DO PIAUÍ/PI).

Embargante: Francisco Itamar dos Reis

Advogados: José Evaldo de Sousa Filho (OAB/PI: 23.182), Aryel Nicolas Anjos Coelho (OAB/PI: 23.184), Paulo Tasso Santos Araújo Castro (OAB/PI: 24.247) e Tarcísio Augusto Sousa de Barros (OAB/PI: 10.640)

Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas

Decisão: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, NEGAR-LHES ACOLHIMENTO, na forma do voto da Relatora.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; o Juiz Doutor Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz

Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva. Não participou do julgamento o Juiz José Maria de Araújo Costa, nos termos do § 2º do art. 5º da Resolução TRE/PI nº 380/2019, alterada pela Resolução TRE/PI 391/2020.
SESSÃO POR MEIO ELETRÔNICO REALIZADA DE 6 A 12.6.2025

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600313-12.2024.6.18.0049

PROCESSO	: 0600313-12.2024.6.18.0049 RECURSO ELEITORAL (Nossa Senhora dos Remédios - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
RECORRENTE	: ELEICAO 2024 GERIMARIO RODRIGUES VEREADOR
ADVOGADO	: HORACIO LOPES MOUSINHO NEIVA (11969/PI)
RECORRENTE	: GERIMARIO RODRIGUES
ADVOGADO	: HORACIO LOPES MOUSINHO NEIVA (11969/PI)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600313-12.2024.6.18.0049 - Nossa Senhora dos Remédios - PIAUÍ
RECORRENTE: ELEIÇÃO 2024 GERIMARIO RODRIGUES VEREADOR
ADVOGADO: HORÁCIO LOPES MOUSINHO NEIVA - OAB/PI11969-A
RECORRENTE: GERIMARIO RODRIGUES
ADVOGADO: HORÁCIO LOPES MOUSINHO NEIVA - OAB/PI11969-A
RELATOR: JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
D E S P A C H O
Considerada a preliminar de ausência de interesse processual arguida pelo Procurador Regional Eleitoral no parecer de ID 22447230, INTIME-SE a parte recorrente para manifestação, no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 10 do Código de Processo Civil.
Teresina/PI, 11 de junho de 2025.
MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS
Relatora

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600009-72.2024.6.18.0094

PROCESSO	: 0600009-72.2024.6.18.0094 RECURSO ELEITORAL (Santa Rosa do Piauí - PI)
RELATOR	**: Relatoria Vice-Presidência**
EMBARGADA	: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
ADVOGADO	: IGOR MARTINS FERREIRA DE CARVALHO (5085/PI)
ADVOGADO	: LUIZA BEATTRYS PEREIRA DOS SANTOS LIMA (20147/PI)
ADVOGADO	: VINICIUS GOMES PINHEIRO DE ARAUJO (18083/PI)
EMBARGANTE	: GERALDO SOARES DA SILVA
ADVOGADO	: JOSE DE JESUS SOUSA BRITO (10614/PI)
ADVOGADO	: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA (22340/PI)

ADVOGADO : TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
ADVOGADO : VANESSA SARAIVA MARTINS (23131/PI)
FISCAL DA LEI : MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
ACÓRDÃO Nº060000972-A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-72.2024.6.18.0094. ORIGEM: SANTA ROSA DO PIAUÍ (05ª ZONA ELEITORAL - OEIRAS/PI).
Embargante: Geraldo Soares da Silva
Advogada(o/s): Tarcísio Augusto Sousa de Barros (OAB/PI: 10.640), José de Jesus Sousa Brito (OAB/PI: 10.614), Vanessa Saraiva Martins (OAB/PI: 23.131), Davyson Hernandez Sousa Silva (OAB/PI: 22.340) e Aziz Marcelo Hidd (OAB/PI: 25.147)
Embargado: Movimento Democrático Brasileiro - MDB, Diretório Municipal de Santa Rosa do Piauí
Advogada(o/s): Ígor Martins Ferreira de Carvalho (OAB/PI: 5.085), Luíza Beattrys Pereira dos Santos Lima (OAB/PI: 20.147) e Vinícius Gomes Pinheiro de Araújo (OAB/PI: 18.083)
Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas
ELEIÇÃO 2024. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. DIVULGAÇÃO DE EVENTO PARTIDÁRIO EM REDE SOCIAL. PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS DESPROVIDOS.
I. CASO EM EXAME
1. Embargos de declaração opostos por pré-candidato a vereador no Município de Santa Rosa do Piauí/PI contra acórdão que, ao reconhecer a prática de propaganda eleitoral antecipada mediante postagem em rede social com pedido explícito de voto durante evento de filiação partidária, manteve multa de R$ 5.000,00. O embargante alega omissão na decisão quanto à inexistência de pedido explícito de voto, à natureza intrapartidária do evento e à licitude da manifestação nas redes sociais.
II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO
2. A questão em discussão consiste em verificar se o acórdão embargado incorreu em omissão ao deixar de se manifestar sobre aspectos relevantes suscitados pelo embargante, especialmente quanto à alegada ausência de pedido explícito de voto e à natureza da manifestação realizada.
III. RAZÕES DE DECIDIR
3. A decisão embargada examina detalhadamente a existência de pedido explícito de voto, transcrevendo trechos do discurso em que o embargante solicita apoio para eleição, configurando propaganda eleitoral antecipada nos termos da jurisprudência do TSE.
4. A alegação de que o evento teria natureza intrapartidária foi afastada diante da ampla divulgação nas redes sociais, que extrapolou o círculo de filiados, tornando pública a mensagem e caracterizando a antecipação da propaganda eleitoral.
5. A manifestação do pré-candidato em redes sociais foi considerada ilícita por conter pedido explícito de voto, ainda que disfarçado de pedido de apoio, contrariando o art. 36-A da Lei nº 9.504 /97.
6. Não se verifica omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada, sendo os embargos de declaração utilizados indevidamente como sucedâneo recursal para rediscussão do mérito já apreciado.
7. O TSE possui firme entendimento de que embargos de declaração não se prestam à revisão de julgamento sob a mera alegação de inconformismo com o decidido.
IV. DISPOSITIVO E TESE

8. Embargos de declaração desprovidos.
Tese de julgamento:
1. A decisão que enfrenta expressamente os fundamentos invocados pelas partes não padece de omissão, ainda que adote entendimento contrário aos interesses do embargante.
2. O pedido explícito de voto em postagem divulgada em rede social configura propaganda eleitoral antecipada, ainda que realizada em evento partidário.
3. A ampla divulgação de reunião intrapartidária nas redes sociais descaracteriza sua natureza interna e reforça a ilicitude da propaganda antecipada.
4. Embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da decisão embargada.
Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/1997, arts. 36 e 36-A; Código de Processo Civil, art. 1.022; Resolução TSE nº 23.610/2019, arts. 3º e 3º-A; Resolução TSE nº 23.738/2024.
Jurisprudência relevante citada: TSE, AgR-AI nº 9-24/SP, Rel. Min. Tarcísio Vieira, DJe 18.10.2018; TSE, ED-AgR-REspEl nº 060063029, Rel. Min. Raul Araújo Filho, DJe 22.04.2024; TRE-PI, RE nº 060011886, Rel. Des. Erivan José da Silva Lopes, DJe 26.01.2021; TRE-PI, AIME nº 586, Rel. Des. Daniel Santos Rocha Sobral, DJe 12.11.2018.
Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, NEGAR-LHES ACOLHIMENTO, na forma do voto do Relator.
Sala das Sessões por Meio Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 12 de junho de 2025.
DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS
Relator
R E L A T Ó R I O
O SENHOR DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS (RELATOR): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,
Cuida-se de embargos de declaração opostos por GERALDO SOARES DA SILVA, então pré-candidato ao cargo vereador no Município de Santa Rosa do Piauí-PI, em face do Acórdão nº 060000972, de ID 22404122, que, em consonância com o parecer ministerial conheceu do recurso e, no mérito, negou-lhe provimento, para manter a sentença que reconheceu a prática de propaganda eleitoral antecipada e aplicou ao recorrente multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do § 3º do artigo 36 da Lei n. 9.504/1997.
Sustenta o Embargante, em síntese, que o acórdão recorrido se apresentou omisso por ter deixado de analisar: (i) a inexistência do suposto pedido explícito de voto; (ii) o fato de que recorrente encontrava-se em reunião intrapartidária, sendo pacífico o entendimento de que pedido de apoio político não é pedido explícito de voto; (iii) o fato de que a manifestação do recorrente na internet é lícita e promove a transparência para os eleitores sobre os pré-candidatos.
Por fim, pugna pelo conhecimento e provimento do embargo, com efeitos modificativos, para reformar o acórdão recorrido a fim de julgar improcedente a sentença que reconheceu a prática de propaganda eleitoral antecipada e aplicou ao recorrente multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo conhecimento dos embargos de declaração e, no mérito, pelo seu desprovimento, mantendo-se hígido o acórdão embargado (ID 22429449).
É o relatório.
V O T O

O SENHOR DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS (RELATOR): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Conheço dos embargos, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade.

O acordão recorrido encontra-se ementado como segue, *in verbis*:

ELEIÇÕES 2024. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. ATO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. POSTAGEM EM REDE SOCIAL DO CANDIDATO. PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO ANTES DO PERÍODO PERMITIDO. CONFIGURAÇÃO. MULTA. MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso eleitoral interposto contra sentença do Juízo da 05ª Zona Eleitoral/PI, que julgou procedente representação eleitoral e condenou o recorrente ao pagamento de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.504/97, em razão da prática de propaganda eleitoral antecipada. A infração teria ocorrido por meio de postagem pública no Instagram do recorrente, na qual, durante evento de filiação partidária realizado em 30/03/2024, foi feito pedido explícito de votos.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Há duas questões em discussão: (i) verificar se o recurso preenche os requisitos de admissibilidade, em especial a dialeticidade recursal; e (ii) determinar se a publicação realizada pelo recorrente em sua rede social configura propaganda eleitoral antecipada, nos termos do art. 36-A da Lei nº 9.504/97.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. O recurso atende aos pressupostos de admissibilidade, pois, ainda que as razões recursais repitam argumentos apresentados na defesa, evidenciam os motivos de fato e de direito para reforma da decisão, não violando o princípio da dialeticidade recursal.

4. O art. 36-A da Lei nº 9.504/97 permite a menção à pretensa candidatura e a exaltação de qualidades pessoais antes do período eleitoral, desde que não envolvam pedido explícito de votos.

5.A postagem realizada pelo recorrente em rede social, contendo discurso com solicitação expressa de apoio e votos, configura propaganda eleitoral antecipada, nos termos da jurisprudência do TSE e deste Tribunal Regional Eleitoral.

6 A ampla divulgação do evento nas redes sociais descaracteriza a reunião intrapartidária, ampliando seu alcance para além do corpo de convencionais, o que reforça a ilicitude da conduta.

7. O pedido explícito de voto caracteriza propaganda eleitoral antecipada, independentemente da existência de dispêndio de recursos, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

8. O valor da multa aplicada encontra-se dentro dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, devendo ser mantido.

IV. DISPOSITIVO E TESE

9. Recurso desprovido.

Tese de julgamento:

1. A reprodução dos argumentos da defesa nas razões recursais não viola, por si só, o princípio da dialeticidade, desde que reste demonstrada a impugnação específica da decisão recorrida.

2. A divulgação, em rede social, de vídeo contendo pedido explícito de votos antes do prazo permitido caracteriza propaganda eleitoral antecipada, nos termos do art. 36-A da Lei nº 9.504/97.

3. A ampla divulgação de evento partidário em redes sociais descaracteriza sua natureza intrapartidária, configurando propaganda eleitoral irregular quando houver pedido explícito de votos.

4. A aplicação de multa por propaganda eleitoral antecipada deve observar os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sendo mantida quando fixada dentro dos parâmetros legais.
Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/97, arts. 36 e 36-A; Resolução TSE nº 23.610/2019, arts. 3º e 3º-A; Resolução TSE nº 23.738/2024.
Jurisprudência relevante citada: TSE, AgR-AI nº 9-24/SP, Rel. Min. Tarcísio Vieira, pub. em 18/10 /2018; TRE-PI, AIME nº 586, Rel. Des. Daniel Santos Rocha Sobral, DJE. 12/11/2018; TRE-PI, RE nº 060011886, Rel. Des. Erivan José da Silva Lopes, DJE. 26/01/2021.
Segundo o embargante, o acórdão recorrido se apresentou omisso por ter deixado de analisar: (i) a inexistência do suposto pedido explícito de voto; (ii) o fato de que recorrente encontrava-se em reunião intrapartidária, sendo pacífico o entendimento de que pedido de apoio político não é pedido explícito de voto; (iii) o fato de que a manifestação do recorrente na internet é lícita e promove a transparência para os eleitores sobre os pré-candidatos.
Acerca da matéria, o art. 1067 do CPC disciplina o artigo 275 do Código Eleitoral. E, o art. 1022 do Código de Processo Civil dispõe:
Art. 1022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489,§1º. [Destacamos]
O voto condutor da decisão, ao analisar a questão, não só reconheceu a prática de propaganda irregular, como também enfrentou a temática em relação ao pedido explícito de voto, de forma fundamentada, como se vê dos trechos que seguem:
"*No vídeo colacionado, vislumbra-se, facilmente, que em seu discurso o recorrente pede explicitamente voto. Eis parte da transcrição do discurso: 'hoje aqui como vereador do povo eu peço mais uma vez, como pré-candidato a vereador, peço apoio de vocês, peço essa oportunidade pra que eu possa chegar lá em janeiro de 2025 (...) vou pedir mais uma vez essa oportunidade a vocês pra que esse vereador possa chegar lá de novo e trabalhar pelo nosso povo, é essa a minha missão e eu peço aqui encarecidamente a cada um de vocês, me ajudem! Que eu ajudo vocês! (...)' . [...]O Tribunal Superior Eleitoral tem se aprofundado cada vez mais na análise da configuração da propaganda eleitoral antecipada e estabelecido parâmetros necessários para sua caracterização. Ao realizar o julgamento do AgR-AI nº 9-24/SP (TSE, Rel. Min. Tarcísio Vieira, pub. em 18/10 /2018), definiu-se que 'o pedido explícito de votos, entendido em termos estritos, caracteriza a realização de propaganda antecipada irregular, independentemente da forma utilizada ou da existência de dispêndio de recursos'."*
A argumentação do recorrente de que sua presença em reunião intrapartidária e o suposto pedido de apoio político não configuram pedido explícito de voto foi devidamente enfrentada no voto condutor, que considerou o impacto efetivo da comunicação no ambiente eleitoral, com ampla divulgação das falas do recorrente pela internet:
"*Impende destacar que eventual reunião intrapartidária deve obedecer aos ditames da legislação, estando vedadas as modalidades de propaganda que exorbitem o âmbito do partido político, contendo pedido explícito de voto, caso dos autos. Desse modo, não merece acolhimento as teses de que o evento realizado em local fechado foi dirigido, tão somente, aos filiados e organizadores, vez que ele extrapolou os limites de abrangência e finalidade de tal reunião, através da sua ampla*

divulgação e abrangência que busca atingir a população do município, inclusive, contado com a presença do recorrente pedindo voto no seu discurso. [...]"

Por fim, no que tange à argumentação de que a manifestação do recorrente na internet seria lícita e promotora de transparência para os eleitores sobre os pré-candidatos, o voto condutor procedeu a um exame aprofundado, adentrando na forma e no alcance da manifestação. A divulgação ampla e ostensiva do discurso do recorrente, que se dirigiu a toda a população do município, configurou um desvio da finalidade intrínseca de uma comunicação intrapartidária, vejamos:

"*Outrossim, a forma ampla e ostensiva com que o evento foi divulgado, dirigindo-se a toda a população do município, denuncia o seu desvirtuamento, de modo a influir em todo eleitorado e não apenas no corpo de convencionais, a quem deveria se dirigir.[..]"*

Constato, portanto, que a matéria objeto dos aclaratórios foi devidamente apreciada no julgamento do recurso eleitoral, tendo este Tribunal entendido pela manutenção da sentença que aplicou multa ao embargante.

Inexistem, portanto, os vícios apontados pelo embargante, que, em verdade, busca, pela via dos embargos de declaração, rediscutir a matéria já apreciada e decidida por este Tribunal, o que não se admite na via eleita.

A propósito, o colendo Tribunal Superior Eleitoral já decidiu que "Os embargos de declaração constituem modalidade recursal de integração e objetivam esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, não sendo meio adequado para veicular inconformismo com a decisão embargada, a fim de obter novo julgamento do feito" (ED-AgR-REspEl nº 060063029, Rel. Min. Raul Araújo Filho, DJE de 22.4.2024).

Ante o exposto, VOTO, em consonância com o parecer ministerial, pelo conhecimento do embargo de declaração, mas para lhes negar provimento.

É como voto.

E X T R A T O D A A T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-72.2024.6.18.0094. ORIGEM: SANTA ROSA DO PIAUÍ (05ª ZONA ELEITORAL - OEIRAS/PI).

Embargante: Geraldo Soares da Silva

Advogada(o/s): Tarcísio Augusto Sousa de Barros (OAB/PI: 10.640), José de Jesus Sousa Brito (OAB/PI: 10.614), Vanessa Saraiva Martins (OAB/PI: 23.131), Davyson Hernandez Sousa Silva (OAB/PI: 22.340) e Aziz Marcelo Hidd (OAB/PI: 25.147)

Embargado: Movimento Democrático Brasileiro - MDB, Diretório Municipal de Santa Rosa do Piauí

Advogada(o/s): Ígor Martins Ferreira de Carvalho (OAB/PI: 5.085), Luíza Beattrys Pereira dos Santos Lima (OAB/PI: 20.147) e Vinícius Gomes Pinheiro de Araújo (OAB/PI: 18.083)

Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas

Decisão: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, NEGAR-LHES ACOLHIMENTO, na forma do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; o Juiz Doutor Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva. Não participou do julgamento o Juiz José Maria de Araújo Costa, nos termos do § 2º do art. 5º da Resolução TRE/PI nº 380/2019, alterada pela Resolução TRE/PI 391/2020.

SESSÃO POR MEIO ELETRÔNICO REALIZADA DE 06 A 12.6.205

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600123-60.2024.6.18.0013

PROCESSO	: 0600123-60.2024.6.18.0013 RECURSO ELEITORAL (Coronel José Dias - PI)
RELATOR	**: Relatoria Vice-Presidência**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
RECORRENTE	: PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADVOGADO	: JOSE ADAILTON ARAUJO LANDIM NETO (13752/PI)
RECORRIDA	: EMILIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ULISSES JOSE DA SILVA NETO JUNIOR (11350/PI)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
ACÓRDÃO Nº 060012360
RECURSO ELEITORAL Nº 0600123-60.2024.6.18.0013. ORIGEM: CORONEL JOSÉ DIAS/PI (13ª ZONA ELEITORAL - SÃO RAIMUNDO NOTATO/PI).
Recorrente: Partido dos Trabalhadores - PT, Diretório Municipal de Coronel José Dias/PI
Advogado: José Adailton Araújo Landim Neto (OAB/PI: 13.752)
Recorrida: Emília Rodrigues de Oliveira
Advogado: Ulisses José da Silva Neto Júnior (OAB/PI: 11.350)
Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas
ELEIÇÕES 2024. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DECLARAÇÃO DO ITR EM NOME DO CÔNJUGE. CERTIDÃO DE CASAMENTO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO PATRIMONIAL E RESIDÊNCIAL COM O MUNICÍPIO. MANUTENÇÃO DO DEFERIMENTO DO PEDIDO. RECURSO DESPROVIDO.
I. CASO EM EXAME
1. Recurso eleitoral interposto com o objetivo de reformar decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio para o município de Coronel José Dias - PI. O recorrente alega ausência de residência e de vínculos da eleitora com o referido município. A recorrida apresentou documentação indicando vínculo patrimonial e familiar com o local, incluindo declaração do ITR em nome do cônjuge e certidão de casamento.
II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO
2. A questão em discussão consiste em verificar se a eleitora comprovou vínculo suficiente com o município de Coronel José Dias - PI, nos termos da legislação eleitoral, para fins de transferência de domicílio eleitoral.
III. RAZÕES DE DECIDIR
3. A legislação eleitoral admite conceito ampliado de domicílio, não se restringindo à residência física, mas abrangendo também vínculos de natureza política, econômica, social ou familiar.
4. A Resolução TSE nº 23.659/2021, em seu art. 23, admite como suficientes os vínculos patrimoniais ou afetivos para justificar o domicílio eleitoral.
5. A eleitora apresentou documentos que comprovam vínculo patrimonial com imóvel situado no município de destino, registrado em nome de seu cônjuge, o que, aliado à certidão de casamento, constitui prova suficiente de vínculo familiar e patrimonial.
6. A jurisprudência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí é pacífica no sentido de admitir a transferência quando demonstrados vínculos indiretos, como imóvel em nome de cônjuge ou genitor, conforme precedente citado.
IV. DISPOSITIVO E TESE
7. Recurso desprovido.
Tese de julgamento:

1. O conceito de domicílio eleitoral é amplo e admite vínculos patrimoniais, afetivos, familiares ou comunitários como suficientes para fins de transferência.
2. A apresentação de documentos que comprovem propriedade de imóvel em nome do cônjuge da eleitora, aliado à certidão de casamento, configura vínculo patrimonial e familiar hábil a justificar a transferência do domicílio eleitoral.
Dispositivos relevantes citados: Código Eleitoral, art. 55, § 1º; Resolução TSE nº 23.659/2021, art. 23.
Jurisprudência relevante citada: TRE/PI, Recurso Eleitoral nº 060002932, Rel. Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, j. 09.09.2024.
Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto do Relator.
Sala das Sessões por Meio Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 12 de junho de 2025.
DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS
Relator
R E L A T Ó R I O
O SENHOR DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS (RELATOR): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,
Trata-se de recurso eleitoral interposto pelo Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores - PT, contra decisão do Juízo Eleitoral da 13ª Zona que deferiu a transferência do domicílio eleitoral de EMÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA para o município de Coronel José Dias - PI.
O partido recorrente (ID 22418299) sustenta que a recorrida reside em outro município, não tendo nenhum vínculo com o município. Por essa razão, pugna pelo provimento do recurso para indeferir a transferência eleitoral da recorrida.
O Cartório Eleitoral certificou a tempestividade do recurso (ID 22418302). Posteriormente, juntou o RAE e documentos respectivos (ID 22418306 e 22418307).
Em contrarrazões (ID 22418314), a recorrida afirma que é casada desde 2014 com o senhor Osmar Rodrigues de Assis, que desde 2008 é proprietário de uma área de terra no município de Coronel José Dias-PI, onde estabeleceu sua Fazenda e reside há 10 anos. Requer, ao final, a improcedência da impugnação.
O Ministério Público Eleitoral (ID 22428247) opina pelo conhecimento e desprovimento do recurso a fim de que seja mantido o deferimento de transferência eleitoral da recorrida.
É o relatório.
V O T O
O SENHOR DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS (RELATOR): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,
O recurso é cabível, tempestivo e foi interposto por parte legítima. Portanto, dele conheço.
Conforme relatado, o recorrente sustenta que a eleitora deve ter seu pedido de transferência indeferido, uma vez que não reside em Coronel José Dias - PI, além de não ter demonstrado a existência de vínculos com o município para o qual pediu a transferência.
A recorrida, por sua vez, afirma residir no município, com o qual possui vinculo patrimonial e afetivo. Apresentou documentos que acompanharam o RAE, um recibo de entrega da declaração do ITR do exercício de 2023, em nome do seu cônjuge com endereço na localidade canto do poleiro, em Coronel José Dias - PI, certidão de casamento e boleto bancário (ID 22418307).

Pois bem, a matéria em análise refere-se à verificação acerca da comprovação do domicílio da recorrida para fins de transferência eleitoral.

A matéria em questão está disciplinada no §1º do art. 55 do Código Eleitoral, e regulamentada na Resolução TSE nº 23.659/2021. Ressalte-se que a jurisprudência do colendo Tribunal Superior Eleitoral é pacífica no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais, patrimonial ou familiares.

Analisando os autos, especialmente o Requerimento de Alistamento Eleitoral - RAE (ID 22418306) e os documentos apresentados (ID 22418307), verifica-se que a eleitora EMÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, natural de São Raimundo Nonato- PI, declarou residir no Povoado Canto do Poleiro, em Coronel José Dias - PI. Para comprovar sua residência, anexou cópia da Declaração do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), referente ao exercício de 2023, do imóvel situado em Coronel José Dias -PI e registrado em nome de seu cônjuge, cuja união foi comprovada mediante apresentação da certidão de casamento, os quais são documentos hábeis a comprovar vínculo patrimonial da eleitora com o município para o qual requereu sua transferência de domicílio eleitoral.

Sobre o tema trago recente decisão deste Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, vejamos:

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. RECIBO DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) DE IMÓVEL EM NOME DA ELEITORA. DECLARAÇÃO DO ITR EM NOME DO PAI. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO. - Documentos acostados aos autos em nome da eleitora e de seu pai, com o mesmo endereço declarado no RAE, comprovam os vínculos residencial e familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do Código Eleitoral, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral. - Recurso conhecido, mas desprovido. (Acórdão n.º 060002932, Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Data do julgado em 09/09/2024).

Entendo, portanto, que a recorrida comprovou os vínculos patrimonial e residencial, atendendo os requisitos exigidos para sua transferência eleitoral, conforme preceitua o art. 23 da Resolução 23.659/2021:

Art. 23. Para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município. [Destacamos]

Ante o exposto, VOTO, em consonância com o parecer ministerial, pelo conhecimento e desprovimento do recurso para manter a decisão do Juízo *a quo* que deferiu o requerimento de transferência de EMÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA para o município de Coronel José Dias - PI.

É como voto.

E X T R A T O D A A T A

RECURSO ELEITORAL Nº 0600123-60.2024.6.18.0013. ORIGEM: CORONEL JOSÉ DIAS/PI (13ª ZONA ELEITORAL - SÃO RAIMUNDO NOTATO/PI).

Recorrente: Partido dos Trabalhadores - PT, Diretório Municipal de Coronel José Dias/PI

Advogado: José Adailton Araújo Landim Neto (OAB/PI: 13.752)

Recorrida: Emília Rodrigues de Oliveira

Advogado: Ulisses José da Silva Neto Júnior (OAB/PI: 11.350)

Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas

Decisão: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.
Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; o Juiz Doutor Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva. Não participou do julgamento o Juiz José Maria de Araújo Costa, nos termos do § 2º do art. 5º da Resolução TRE/PI nº 380/2019, alterada pela Resolução TRE/PI 391/2020.
SESSÃO POR MEIO ELETRÔNICO REALIZADA DE 6 A 12.6.2025

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600182-24.2023.6.18.0000

PROCESSO	: 0600182-24.2023.6.18.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Jurista 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
INTERESSADA	: UNIÃO FEDERAL
INTERESSADO	: CIDADANIA - DIRETORIO ESTADUAL DO PIAUI
ADVOGADO	: DIOGO SANTOS FONTAO (19808/PI)
ADVOGADO	: JASON NUNES RIBEIRO GONCALVES (10611/PI)
INTERESSADO	: EDIMO GRACIANO DE ALMEIDA
INTERESSADO	: MARIO ROGERIO DA COSTA SOARES

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - 0600182-24.2023.6.18.0000 - Teresina - PIAUÍ
INTERESSADA: UNIÃO FEDERAL
INTERESSADO: CIDADANIA - DIRETORIO ESTADUAL DO PIAUI
ADVOGADO: DIOGO SANTOS FONTAO - OAB/PI19808
ADVOGADO: JASON NUNES RIBEIRO GONCALVES - OAB/PI10611
INTERESSADO: MARIO ROGERIO DA COSTA SOARES
INTERESSADO: EDIMO GRACIANO DE ALMEIDA
RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAUJO COSTA
D E S P A C H O
Considerando o cumprimento pelo Colendo Tribunal Superior Eleitoral do desconto direto do valor do Fundo Partidário do Diretório Nacional do Partido Cidadania destinado ao Diretório Regional do Piauí (certidão ID 22448965), restando ainda parcelas a serem recolhidas, determino sobrestamento do presente feito até que se proceda à quitação integral da dívida objeto do presente cumprimento de sentença.
À Secretaria Judiciária para acompanhar o pagamento das parcelas.
Teresina/PI, 13 de junho de 2025.
JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA
Juiz Relator

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600345-04.2023.6.18.0000

PROCESSO	: 0600345-04.2023.6.18.0000 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Jurista 2**

Destinatário	: Terceiros interessados
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
INTERESSADA	: IDEVANIA PEREIRA DE SOUSA
INTERESSADO	: MAURICIO PEREIRA DE SOUSA
INTERESSADO	: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) - 0600345-04.2023.6.18.0000 - Teresina - PIAUÍ
INTERESSADO: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB
INTERESSADO: MAURICIO PEREIRA DE SOUSA
INTERESSADA: IDEVANIA PEREIRA DE SOUSA
RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA
D E S P A C H O
À Secretaria Judiciária para:
a) certificar o trânsito em julgado da decisão;
b) proceder com o registro das informações das sanções em sistema informatizado, quando disponível, ou em livro próprio para controle pela Justiça Eleitoral, na forma do art. 32 da Resolução TSE nº 23.709/2022 (expedição da certidão de sanção obrigacional);
c) proceder com a atualização do débito, na forma do art. 39, II, da Resolução acima citada.
Após, retornem os autos conclusos.
Teresina/PI, 16 de junho de 2025.
JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA
Juiz Relator

CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL(221) Nº 0600051-09.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600051-09.2024.6.18.0002 CONFLITO DE COMPETêNCIA CíVEL (Teresina - PI)
RELATOR	**: Relatoria Vice-Presidência**
Destinatário	: Terceiros interessados
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
SUSCITADO	: JUÍZO DA 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 063ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
Teresina/PI, 17 de junho de 2025.

REFERÊNCIA-TSE	: 0600051-09.2024.6.18.0002
PROCEDÊNCIA	: Teresina - PIAUÍ
RELATOR	: RICARDO GENTIL EULALIO DANTAS

SUSCITANTE: JUÍZO DA 063ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
VISTA

Nesta data, faço estes autos com vista ao Exmo. Sr. Procurador Regional Eleitoral.
SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, em Teresina, 17 de junho de 2025.
WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO Secretário Judiciário -TRE/PI

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600581-73.2024.6.18.0079

PROCESSO	: 0600581-73.2024.6.18.0079 RECURSO ELEITORAL (Jurema - PI)
RELATOR	**: Relatoria Jurista 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
RECORRENTE	: ELEICAO 2024 KAYLANNE DA SILVA OLIVEIRA PREFEITO
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (5671/PI)
ADVOGADO	: VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO (3789/PI)
RECORRENTE	: KAYLANNE DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (5671/PI)
ADVOGADO	: VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO (3789/PI)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
GABINETE DO JUIZ MEMBRO DA CORTE
RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600581-73.2024.6.18.0079 - Jurema - PIAUÍ
RECORRENTE: ELEICAO 2024 KAYLANNE DA SILVA OLIVEIRA PREFEITO
ADVOGADO: VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO - OAB/PI3789-A
ADVOGADO: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - OAB/PI5671
RECORRENTE: KAYLANNE DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO: VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO - OAB/PI3789-A
ADVOGADO: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - OAB/PI5671
RELATOR: JUIZ JOSE MARIA DE ARAUJO COSTA
D E S P A C H O
Tendo em vista que o Ministério Público Eleitoral se manifesta (ID 22448429) pela nulidade da sentença por ausência de fundamentação, determino a intimação da parte recorrente para manifestar-se sobre o referido ponto, no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 10 do Código de Processo Civil (CPC).
Teresina/PI, 12 de junho de 2025.
JOSE MARIA DE ARAUJO COSTA
Relator

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600282-60.2024.6.18.0091

PROCESSO	: 0600282-60.2024.6.18.0091 RECURSO ELEITORAL (Luís Correia - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
RECORRENTE	: ELEICAO 2024 MARCELO SOARES DE ARAUJO VEREADOR
ADVOGADO	: LARISSA RACHEL SECUNDO MAIA (16256/PI)
RECORRENTE	: MARCELO SOARES DE ARAUJO
ADVOGADO	: LARISSA RACHEL SECUNDO MAIA (16256/PI)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
ACÓRDÃO Nº 060028260
RECURSO ELEITORAL Nº 0600282-60.2024.6.18.0091. ORIGEM: LUÍS CORREIA/PI (91ª ZONA ELEITORAL.
Recorrente: Marcelo Soares de Araújo
Advogada: Larissa Rachel Secundo Maia (OAB/PI: 16.256)
Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
ELEIÇÕES 2024. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADE GRAVE. RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI). OMISSÃO DE GASTO. NOTA FISCAL NÃO DECLARADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. CONTAS DESAPROVADAS.
I. CASO EM EXAME
Recurso eleitoral interposto por candidato ao cargo de vereador nas Eleições 2024, no município de Luís Correia-PI, contra sentença proferida pelo Juízo da 91ª Zona Eleitoral que desaprovou suas contas de campanha.
A decisão de primeiro grau determinou, ainda, o recolhimento ao Tesouro Nacional da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com fundamento no art. 74, inciso III, e §3º do art. 21, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019.
A sentença reconheceu, com base em parecer técnico conclusivo, a existência de nota fiscal vinculada ao CNPJ do prestador não declarada no SPCE, implicando omissão de gasto, indicativo de utilização de recurso de origem não identificada (RONI) e despesa realizada fora do período eleitoral.
O recorrente alegou desconhecimento da nota fiscal e erro da empresa emissora, sustentando não estarem presentes os requisitos do art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019 e pleiteou a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para aprovação das contas.
A Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso.
II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO
A questão em discussão consiste em saber se a ausência de registro de despesa evidenciada por nota fiscal não declarada, emitida após as eleições e fora do sistema SPCE, configura irregularidade suficiente para a desaprovação das contas, com a consequente imposição de recolhimento de valores a título de RONI.
III. RAZÕES DE DECIDIR
O art. 32, §1º, inciso IV, da Resolução TSE nº 23.607/2019 caracteriza como RONI os recursos financeiros que não provenham das contas específicas de campanha, quando não for possível identificar sua origem.
A nota fiscal regularmente emitida e ainda vigente, vinculada ao CNPJ do candidato e não declarada no SPCE, configura omissão de despesa e afronta ao art. 53, I, "g", do mesmo diploma normativo.
A ausência de prova que desqualifique a regularidade do documento fiscal emitido e a falta de registro da despesa comprometem a consistência, confiabilidade e transparência das contas apresentadas.
A jurisprudência é pacífica ao reconhecer a nota fiscal como meio idôneo de comprovação de despesa eleitoral, sendo sua não declaração causa para desaprovação das contas e devolução dos valores ao erário.
Inviável a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, ante a ausência dos requisitos cumulativos exigidos: falha relevante, valor expressivo e comprometimento da regularidade da prestação.
IV. DISPOSITIVO E TESE

Recurso conhecido e desprovido, para manter a sentença que desaprovou as contas do candidato e determinou o recolhimento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) ao Tesouro Nacional.

Tese de julgamento: A não declaração de nota fiscal válida e vinculada ao CNPJ do prestador de contas configura omissão de despesa e recurso de origem não identificada, impondo a desaprovação das contas e o recolhimento do valor correspondente ao Tesouro Nacional.

Dispositivos relevantes citados:

Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 21, §3º; 32, §1º, inciso IV; 53, I, "g"; 74, III.

Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto da Relatora.

Sala das Sessões por Meio Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 12 de junho de 2025.

JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS

Relatora

R E L A T Ó R I O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Trata-se de recurso interposto por MARCELO SOARES DE ARAÚJO, candidato a vereador nas Eleições 2024 no município de Luís Correia-PI em face da sentença proferida pelo Juízo da 91ª Zona Eleitoral que julgou DESAPROVADAS suas contas de campanha com a determinação do recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), consoante o disposto no art. 74, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e com fulcro no §3º do art. 21 do mesmo diploma normativo.

Em sentença (ID 22431161) foram reconhecidas as seguintes falhas "a) há uma despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas e não registrada no SPCE e assim há uma omissão irregular de gasto na contas em exame; b) essa irregularidade indica pagamento de despesas com recursos que não transitaram pelas contas bancárias específicas de campanha eleitoral, de modo que, não sendo possível identificar sua origem, sua utilização configura Recurso de Origem Não Identificada (RONI) e, c) o gasto foi realizado pós eleição, fora do período eleitoral.".

O recorrente alegou (ID 22431166), em síntese, que "ao contrário do que traz o parecer conclusivo, o recorrente desconhece totalmente a nota fiscal no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil), tratando-se de um equívoco cometido. O recorrente não deu azo ao infortúnio havido na presente prestação de contas, já que empresa emitiu a nota fiscal por erro e sem consultar o Prestador de Contas. Não há falar na presença de RONI, posto que não subsistem nos autos a presença de nenhum dos requisitos caracterizadores previstos no art. 32, I ao VIII, da Resolução TSE nº 23.607/2019."

Ao final, requereu a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e o provimento do presente recurso para reformar a sentença recorrida e julgar aprovadas suas contas de campanha.

A Procuradoria Regional Eleitoral (ID 22433221) se manifestou pelo "pelo conhecimento do presente recurso e, no mérito, pelo DESPROVIMENTO, para manter a sentença que julgou desaprovadas as contas, com fundamento no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, determinando o recolhimento do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) ao Tesouro Nacional."

É o relatório.

V O T O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

O recurso é cabível, tempestivo, interposto por parte legítima, preenche os demais requisitos de admissibilidade, razões pelas quais dele conheço.

Passo à apreciação das irregularidades consignadas na decisão judicial.

Como relatado a sentença recorrida reconhece as seguintes falhas "a) há uma despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas e não registrada no SPCE e assim há uma omissão irregular de gasto na conta em exame; b) essa irregularidade indica pagamento de despesas com recursos que não transitaram pelas contas bancárias específicas de campanha eleitoral, de modo que, não sendo possível identificar sua origem, sua utilização configura Recurso de Origem Não Identificada (RONI) e, c) o gasto foi realizado pós eleição, fora do período eleitoral.".

O Parecer Técnico Conclusivo aponta que "a constatação da existência de documento fiscal relativo a despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas sem seu devido registro no SPCE configura omissão irregular de gasto que denota a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, uma vez que submetidas a outros elementos de controle, hábeis a validar /confirmar as informações prestadas, resultaram na impossibilidade de atestar sua fidedignidade. Tal irregularidade pode indicar pagamento de despesas com recursos que não transitaram pelas contas bancárias específicas de campanha eleitoral, de modo que, não sendo possível identificar sua origem, sua utilização configura Recurso de Origem Não Identificada (RONI) no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) passíveis de recolhimento ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 32, IV, da Res. TSE 23.607/201".

O recorrente alegou, em síntese, que "ao contrário do que traz o parecer conclusivo, o recorrente desconhece totalmente a nota fiscal no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil), tratando-se de um equívoco cometido. O recorrente não deu azo ao infortúnio havido na presente prestação de contas, já que empresa emitiu a nota fiscal por erro e sem consultar o Prestador de Contas. Não há falar na presença de RONI, posto que não subsistem nos autos a presença de nenhum dos requisitos caracterizadores previstos no art. 32, I ao VIII, da Resolução TSE nº 23.607/2019

Pois bem.

Não assiste razão ao recorrente.

As hipóteses de configuração de recursos de origem não identificada (RONI) encontram-se elencadas no § 1º do art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019:

Art. 32. Os recursos de origem não identificada não podem ser utilizados por partidos políticos e candidatas ou candidatos e devem ser transferidos ao Tesouro Nacional por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

§ 1º Caracterizam o recurso como de origem não identificada:

I - a falta ou a identificação incorreta da doadora ou do doador;

II - a falta de identificação da doadora ou do doador originária(o) nas doações financeiras recebidas de outras candidatas ou de outros candidatos ou partidos políticos;

III - a informação de número de inscrição inválida no CPF da doadora ou do doador pessoa física ou no CNPJ quando a doadora ou o doador for candidata ou candidato ou partido político;

IV - as doações recebidas em desacordo com o disposto no art. 21, § 1º, desta Resolução quando impossibilitada a devolução à doadora ou ao doador;

V - as doações recebidas sem a identificação do número de inscrição no CPF/CNPJ no extrato eletrônico ou em documento bancário;

VI - os recursos financeiros que não provenham das contas específicas de que tratam os arts. 8º e 9º desta Resolução;

VII - doações recebidas de pessoas físicas com situação cadastral na Secretaria da Receita Federal do Brasil que impossibilitem a identificação da origem real da doadora ou do doador; e/ou

VIII - recursos utilizados para quitação de empréstimos cuja origem não seja comprovada.

No tocante à matéria, é pacífico que a nota fiscal constitui meio de prova idôneo e legalmente admitido para a comprovação de despesas no âmbito da campanha eleitoral.
Considerando a emissão de notas fiscais válidas e ativas, não declaradas na prestação de contas, os respectivos valores devem ser enquadrados como recursos de origem não identificada (RONI), cuja irregularidade impõe a obrigatoriedade de devolução ao erário, nos termos do art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Nessa conformidade, a inobservância do registro da despesa correspondente à nota fiscal devidamente emitida e ainda vigente configura irregularidade que consubstancia omissão de gastos eleitorais, em afronta ao disposto no art. 53, inciso I, alínea 'g', da Resolução TSE nº 23.607 /2019. Tal falha persiste e compromete a transparência, a confiabilidade e a regularidade das contas apresentadas.
Desse modo, cabe o recolhimento de valor a título de Recurso de Origem Não Identificada, assim como determinado na r. sentença de primeiro grau.
Mostra-se incabível, no caso em apreço, a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ante a ausência dos requisitos cumulativos exigidos: falha relevante, valor expressivo e comprometimento da regularidade da prestação.
A par dessas considerações, em consonância com o parecer ministerial, VOTO pelo conhecimento e desprovimento do recurso para manter a sentença que determinou a obrigação de recolhimento de valor (R$ 4.000,00) ao Tesouro Nacional e DESAPROVOU as contas de campanha eleitoral do recorrente, com fundamento no art. 74, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e com fulcro no §3º do art. 21 do mesmo diploma normativo.
É o voto.
E X T R A T O D A A T A
RECURSO ELEITORAL Nº 0600282-60.2024.6.18.0091. ORIGEM: LUÍS CORREIA/PI (91ª ZONA ELEITORAL.
Recorrente: Marcelo Soares de Araújo
Advogada: Larissa Rachel Secundo Maia (OAB/PI: 16.256)
Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
Decisão: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto da Relatora.
Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.
Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; o Juiz Doutor Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva. Não participou do julgamento o Juiz José Maria de Araújo Costa, nos termos do § 2º do art. 5º da Resolução TRE/PI nº 380/2019, alterada pela Resolução TRE/PI 391/2020.
SESSÃO POR MEIO ELETRÔNICO REALIZADA DE 6 A 12.6.2025

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600405-92.2024.6.18.0015

PROCESSO	: 0600405-92.2024.6.18.0015 RECURSO ELEITORAL (Bom Jesus - PI)
RELATOR	**: Relatoria Juiz de Direito 2**
FISCAL DA LEI	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
RECORRENTE	: JOELSON ALVES DE SOUSA
ADVOGADO	: DAVID MARTINS NUNES (14903/PI)
ADVOGADO	: GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)
RECORRENTE	: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL PC DO B - BOM JESUS - MUNICIPAL - PI

ADVOGADO : DAVID MARTINS NUNES (14903/PI)
ADVOGADO : GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)
RECORRENTE : GILBERTO NERES DE JESUS FILHO
ADVOGADO : DAVID MARTINS NUNES (14903/PI)
ADVOGADO : GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
ACÓRDÃO Nº 060040592
RECURSO ELEITORAL Nº 0600405-92.2024.6.18.0015. ORIGEM: BOM JESUS/PI (15ª ZONA ELEITORAL).
Recorrentes: Partido Comunista do Brasil - PCdoB, Diretório Municipal de Bom Jesus/PI, Joelson Alves de Sousa e Gilberto Neres de Jesus Filho
Advogados: Genésio da Costa Nunes (OAB/PI: 5.304) e David Martins Nunes (OAB/PI: 14.903)
Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO POLÍTICO. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA DE CAMPANHA. FALHA GRAVE. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
I. CASO EM EXAME
1. Recurso Eleitoral contra sentença do Juízo da 15ª Zona Eleitoral que desaprovou prestação de contas relativas às Eleições 2024, em razão da não abertura de conta bancária de campanha.
2. O recorrente sustentou que não lançou candidatos no município, não arrecadou valores nem efetuou gastos, razão pela qual considerou a ausência de conta uma irregularidade meramente formal, sem prejuízo à fiscalização e que deveria ser superada pela aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO
3. A questão em discussão consiste em definir se a ausência de abertura de conta bancária de campanha, quando inexistentes arrecadação e movimentação financeira, configura falha meramente formal que permite a aprovação das contas, ainda que com ressalvas, ou se constitui irregularidade grave que impõe a desaprovação das contas.
III. RAZÕES DE DECIDIR
4. O art. 8º, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade de abertura de conta bancária específica, ainda que não haja arrecadação ou movimentação de recursos financeiros durante a campanha.
5. A ausência de abertura de conta bancária inviabiliza a transparência das contas e a fiscalização pela Justiça Eleitoral, configurando falha grave que compromete a regularidade das contas, sendo inaplicáveis os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
6. A jurisprudência consolidada do Tribunal Superior Eleitoral orienta-se no sentido de que a não abertura de conta bancária e a consequente ausência de extratos constituem irregularidades graves, que ensejam a desaprovação das contas.
IV. DISPOSITIVO E TESE
7. Recurso desprovido.
Tese de julgamento:
1. A ausência de abertura de conta bancária de campanha constitui falha grave, que compromete a regularidade das contas e impõe a sua desaprovação, ainda que não haja arrecadação ou movimentação financeira.

2. Não se aplicam os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para mitigar a obrigatoriedade da abertura de conta bancária prevista no art. 8º, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607 /2019.

Dispositivos relevantes citados: Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 8º, § 2º.

Jurisprudência relevante citada: TSE, REspEl nº 0600713-43.2020.6.05.0141, Rel. Min. Benedito Gonçalves, j. 16.02.2023; TSE, REspEl nº 0601194-11.2020.6.26.0015, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 10.04.2023.

Sob a Presidência em exercício do Excelentíssimo Senhor Desembargador RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS, ACORDAM as|os Juízas|es do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, devendo ser mantida a sentença que DESAPROVOU as contas de campanha do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC do B de Bom Jesus/PI, na forma do voto da Relatora.

Sala das Sessões por Videoconferência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 10 de junho de 2025.

JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS

Relatora

R E L A T Ó R I O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, Senhores Membros, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhores Advogados, Senhoras Advogadas e demais pessoas presentes.

Trata-se de Recurso Eleitoral apresentado pelo PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL no município de Bom Jesus-PI, em face de sentença do juízo da 15ª Zona que DESAPROVOU sua Prestação de Contas relativas às Eleições 2024, em razão da não abertura de conta bancária de campanha.

O recorrente alegou (ID 22428200) que 1. "como o Partido Recorrente não lançou candidatos no município de Bom Jesus-PI, não arrecadou quaisquer valores e não efetuou nenhum gasto de campanha, não houve qualquer prejuízo à fiscalização, sendo a ausência de abertura da conta uma irregularidade meramente formal, haja vista que o extrato que seria apresentado, deveria demonstrar movimentação zero" e 2. "a desaprovação das contas por uma falha meramente formal, sem qualquer impacto na transparência ou lisura do processo eleitoral, configura-se como medida desproporcional e irrazoável".

Requereu "seja dado provimento ao presente recurso para reformar a r. sentença, aprovando as contas do Partido Recorrente, ainda que com ressalvas".

O Procurador Regional Eleitoral opinou (ID 22429303) "pela DESAPROVAÇÃO das contas do Partido Comunista do Brasil - PC do B, relativas às Eleições 2024, no Município de Bom Jesus/PI".

É o relatório.

V O T O

A SENHORA JUÍZA MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO E FREITAS (RELATORA): Senhor Presidente, Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

O recurso é cabível, tempestivo, interposto por parte legítima, razões pelas quais dele conheço.

Conforme relatado, as Contas de Campanha - Eleições 2024 - do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC do B no município de Bom Jesus-PI, foram DESAPROVADAS em razão da não abertura de conta bancária de campanha.

O partido recorrente alega que: 1. "como o Partido Recorrente não lançou candidatos no município de Bom Jesus-PI, não arrecadou quaisquer valores e não efetuou nenhum gasto de campanha,

não houve qualquer prejuízo à fiscalização, sendo a ausência de abertura da conta uma irregularidade meramente formal, haja vista que o extrato que seria apresentado, deveria demonstrar movimentação zero" e 2. "a desaprovação das contas por uma falha meramente formal, sem qualquer impacto na transparência ou lisura do processo eleitoral, configura-se como medida desproporcional e irrazoável".

Pois bem.

A matéria está regulada no art. 8º, §2º da Resolução TSE nº 23.607/19:

Art. 8º É obrigatória para os partidos políticos e para as candidatas ou os candidatos a abertura de conta bancária específica, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira com carteira comercial reconhecida pelo Banco Central do Brasil e que atendam à obrigação prevista no art. 13 desta Resolução.(¿)

§ 2º A obrigação prevista neste artigo deve ser cumprida pelos partidos políticos e pelas candidatas ou pelos candidatos, mesmo que não ocorra arrecadação e/ou movimentação de recursos financeiros, observado o disposto no § 4º deste artigo e no art. 12 desta Resolução.

Como visto, o regulamento de regência impõe a abertura de conta bancária ainda que não haja arrecadação ou movimentação de recursos durante a campanha.

Nesse contexto, a ausência de conta bancária compromete integralmente as contas por inviabilizar a transparência das contas e a fiscalização da Justiça Eleitoral, sendo inaplicáveis para o caso os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Colaciono precedentes de Tribunal Superior Eleitoral, reconhecendo a gravidade da falha com a consequente desaprovação das contas.

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2020. PRESTAÇÃO DE CONTAS . DIRETÓRIO MUNICIPAL. NÃO ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. FALHAS GRAVES . DESAPROVAÇÃO. SÚMULA 24/TSE. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. NÃO INCIDÊNCIA . NEGATIVA DE PROVIMENTO.

1. No decisum monocrático, negou-se seguimento ao recurso especial para manter sentença e aresto do TRE/BA em que se desaprovaram as contas de campanha do partido agravante em decorrência da não abertura de conta específica e da falta dos extratos bancários.

2 . Conforme a jurisprudência desta Corte Superior, a não abertura de conta bancária específica e, consequentemente, a falta dos respectivos extratos configuram falhas graves que comprometem a regularidade das contas e ensejam, por si sós, a sua desaprovação, ainda que não tenha havido movimentação financeira. Precedentes.

3. No caso, extrai-se do aresto a quo que "o prestamista não comprovou a abertura das contas bancárias eleitorais necessárias, nos moldes do art. 8º, caput, da Resolução TSE de nº 23.607 /2010, nem trouxe aos autos os extratos bancários em conformidade com o regramento legal de regência", vindo a macular a lisura e confiabilidade das contas, além de comprometer a fiscalização por esta Justiça Especializada.

4. Conclusão em sentido diverso demandaria reexame de fatos e provas, inviável na via extraordinária, tendo em vista o óbice da Súmula 24/TSE .

5. De outra parte, incabível a incidência dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para aprovar com ressalvas as contas, uma vez que se trata de falhas graves comprometedoras da higidez do balanço contábil. Precedentes.

6 . Agravo interno a que se nega provimento.

(TSE - REspEl: 06007134320206050141 VERA CRUZ - BA 060071343, Relator.: Min. Benedito Gonçalves, Data de Julgamento: 16/02/2023, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 31)

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS . PARTIDO POLÍTICO. OBRIGATORIEDADE DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA. RES.-TSE 23.607/2019. AUSÊNCIA. FALHA GRAVE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO TSE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. É obrigatória a abertura de conta específica de campanha, nos termos do art . 8º da Res.-TSE 23.607/2019.

2. A jurisprudência pacífica deste Tribunal Superior é no sentido de que, ainda que não haja movimentação financeira, a ausência de abertura de conta bancária específica constitui falha grave, que compromete a confiabilidade das contas, ensejando a sua desaprovação.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(TSE - REspEl: 06011941120206260015 NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO 060119411, Relator.: Min. Ricardo Lewandowski, Data de Julgamento: 10/04/2023, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 80)

Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, VOTO pelo DESPROVIMENTO do recurso, devendo ser mantida a sentença que DESAPROVOU as contas de campanha do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC do B de Bom Jesus/PI.

É como voto, Senhor Presidente.

E X T R A T O D A A T A

RECURSO ELEITORAL Nº 0600405-92.2024.6.18.0015. ORIGEM: BOM JESUS/PI (15ª ZONA ELEITORAL).

Recorrentes: Partido Comunista do Brasil - PCdoB, Diretório Municipal de Bom Jesus/PI, Joelson Alves de Sousa e Gilberto Neres de Jesus Filho

Advogados: Genésio da Costa Nunes (OAB/PI: 5.304) e David Martins Nunes (OAB/PI: 14.903)

Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas

Decisão: ACORDAM as|os Juízas|es do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, devendo ser mantida a sentença que DESAPROVOU as contas de campanha do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC do B de Bom Jesus/PI, na forma do voto da Relatora.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas (em exercício). Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; os Juízes Doutores José Maria de Araújo Costa e Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva. Ausência justificada do Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

SESSÃO DE 10.6.2025

PAUTA DE JULGAMENTOS

JUDICIÁRIA ORDINÁRIA

P A U T A D E J U L G A M E N T O Nº 057/2025

SERÁ(ÃO) JULGADO(S) NA SESSÃO JUDICIÁRIA ORDINÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DE SEGUNDA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2025, A PARTIR DAS 14 HORAS, O(S) SEGUINTE(S) FEITO(S):

1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600026-65.2025.6.18.0000. ORIGEM: CAJAZEIRAS DO PIAUÍ/PI (94ª ZONA ELEITORAL - OEIRAS/PI).

RESUMO: MANDADO DE SEGURANÇA - AIJE 0600299-87.2024.6.18.0094 - NÃO APRECIAÇÃO DE PEDIDO DE PERÍCIA - DEPOIMENTO PESSOAL DOS INVESTIGADOS - JUNTADA EXTEMPORÂNEA DE PROVAS - PEDIDO DE LIMINAR
Embargante: Carlos Alberto Silvestre de Sousa
Advogada: Ívilla Barbosa Araújo (OAB/PI: 8.836)
Embargado: Juízo da 094ª Zona Eleitoral (Oeiras/PI)
Embargado: Promotor Eleitoral do Estado do Piauí
Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas
(RETIRADO DE JULGAMENTO DA SESSÃO VIRTUAL DE 20 A 26.6.2025, POR DETERMINAÇÃO DO RELATOR, QUE DEFERIU PEDIDO DA PARTE PARA INCLUSÃO DO FEITO NA PAUTA DE JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA)
2 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-91.2024.6.18.0015. ORIGEM: REDENÇÃO DO GURGUÉIA/PI (15ª ZONA ELEITORAL - BOM JESUS/PI). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO - CONDUTA VEDADA - PARCIAL PROCEDÊNCIA - MULTA
Embargante/Embargado: Arlei Figueredo Borges e Matusalém Moreira de Nogueira
Advogada: Gleyciara de Moura Borges (OAB/PI: 24.398)
Embargante/Embargado: Progressistas, Comissão Provisória de Redenção do Gurgueia/Pi
Advogada(os): José Rógeres Pereira Marculino Filho (OAB/PI: 12.978), Geórgia Ferreira Martins Nunes (OAB/PI: 4.314) e Giovana Ferreira Martins Nunes Santos (OAB/PI: 3.646)
Embargado: Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Advogados: Mário Basílio de Melo (OAB/PI: 6.157), José Augusto Nunes Neto (OAB/PI: 4.994) e Thiago Veras Pádua (OAB/PI: 4.262)
Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas
3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600281-76.2024.6.18.0026. ORIGEM: CURIMATÁ/PI (26ª ZONA ELEITORAL - PARNAGUÁ/PI). RESUMO: URSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO- PESQUISA PI-07536/2024 -REDES SOCIAIS -MULTA
Embargantes: Flávia Katyanya Louzeiro Jacobina e José Adelmo da Silva
Advogado: Diogo Josennis do Nascimento Vieira (OAB/PI: 8.754)
Interessado: Francisco Ieldyson de Paiva Vasconcelos
Advogado: Diogo Josennis do Nascimento Vieira (OAB/PI: 8.754)
Embargados: Valdecir Rodrigues de Albuquerque Júnior e a Coligação CURIMATÁ EM MÃOS LIMPAS [PP/PSD]
Advogada(o/s): Luiz Ricardo Meireles Macedo (OAB/PI: 14.263) e Sônia Rangel Oliveira Gomes (OAB/PI: 22.616)
Interessados: Estação I Estúdio Criativo Ltda e Meta Serviços em Informática
Terceiro Interessado: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda veja a grade do acórdão
Advogada(o/s): Carina Babeto Caetano (OAB/SP: 207.391), Natália Teixeira Mendes (OAB/SP: 317.372), Priscila Andrade (OAB/SP: 316.907), Priscila Pereira Santos (OAB/SP: 310.634), Sílvia Maria Casaca Lima (OAB/SP: 307.184), Jéssica Longhi (OAB/SP: 346.704), Marlio de Almeida Nobrega Martins (OAB/SP: 238.513), Diego Costa Spinola (OAB/SP: 296.727) e Celso de Faria Monteiro (OAB/SP: 138.436)
Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas
4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600384-19.2024.6.18.0015. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (15ª ZONA ELEITORAL - GUADALUPE/PI). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO - PROPAGANDA IRREGULAR - NOME DO VICE-PREFEITO - TAMANHO INFERIOR - PARCIAL PROCEDÊNCIA - MULTA - RECOLHIMENTO DE MATERIAL DE CAMPANHA

Embargantes: Gedison Alves Rodrigues, Maurício Reis Ribeiro Moreira e Coligação PRA CONTINUAR AVANÇANDO (PT/PCdoB/Republicanos/PDT/PS/PL) de Marcos Parente/PI
Advogado: Emmanuel Fonseca de Souza (OAB/PI: 4.555)
Embargada: Coligação A MUDANÇA QUE O POVO QUER de Marcos Parente/PI
Advogadas: Giovana Ferreira Martins Nunes Santos (OAB/PI: 3.646) e Geórgia Ferreira Martins Nunes (OAB/PI: 4.314)
Relator: Juiz Nazareno César Moreira Rêis

5 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600281-28.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RESUMO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS - ÓRGÃO DE DIREÇÃO ESTADUAL - EXERCÍCIO 2021
Embargante: Partido Novo, Diretório Estadual do Piauí
Advogados: Paulo Augusto Fernandes Fortes (OAB/MG: 131.667), Lucas Bessoni Coutinho de Magalhães (OAB/MG: 139.537) e Tryzia Carolina Franco de Moraes (OAB/MG: 178.809).
Interessados: Marcelo Portela dos Santos, Wallace Rodrigues de Holanda Miranda, Alfredo Ennes Fonseca Filho e Bruce Barbosa Silva
Advogada(o/s): Marilda de Paula Silveira (OAB/DF: 33.954), Flávio Henrique Unes Pereira (OAB /DF: 31.442), Daniel de Castro Magalhães (OAB/MG: 83.473), Barbara Mendes Lobo Amaral (OAB /DF: 21.375), Raphael Rocha de Souza Maia (OAB/DF: 52.820) e Heffren Nascimento da Silva (OAB/DF: 59.173)
Relatora: Juíza Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio

6 - PETIÇÃO CÍVEL Nº 0600074-24.2025.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RESUMO: PETIÇÃO CÍVEL - SEI N.º 0005848-43.2025.6.18.8000 - RELATÓRIO DE AUTOINSPEÇÃO - ZONAS ELEITORAIS
Interessada: Seção de Orientação às Zonas Eleitorais, Inspeções e Correições (SEOZIC)
Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Corregedor Regional Eleitoral

7 - RECURSO ELEITORAL Nº 0600693-82.2024.6.18.0001. ORIGEM: TERESINA/PI (1ª ZONA ELEITORAL). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - COTA DE GÊNERO - CANDIDATURA FEMININA FICTÍCIA - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO - DECADÊNCIA - EXTINÇÃO COM JULGAMENTO DO MÉRITO
Recorrente: Gustavo Henrique Leite Feijó
Advogado: Pedro Víctor Miranda de Oliveira (OAB/PI: 23.065)
Recorrido: Republicanos, Diretório Municipal de Teresina
Advogada: Angelica Coêlho Lacerda (OAB/PI: 13.504)
Recorridas: Maria Marlene da Silva Ribeiro e Layna Meireles Vieira
Advogadas: Noeme Marques da Silva (OAB/PI: 12.808) e Angelica Coêlho Lacerda (OAB/PI: 13.504)
Relator: Juiz Nazareno César Moreira Réis

8 - RECURSO ELEITORAL Nº 0600694-67.2024.6.18.0001. ORIGEM: TERESINA/PI (1ª ZONA ELEITORAL). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - COTA DE GÊNERO - CANDIDATURA FEMININA FICTÍCIA - LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO - DECADÊNCIA - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO
Recorrente: Gustavo Henrique Leite Feijó
Advogado: Pedro Víctor Miranda de Oliveira (OAB/PI: 23.065)
Recorrido: UNIÃO BRASIL, Diretório Municipal de Teresina
Advogada: Ívilla Barbosa Araújo (OAB/PI: 8.836)
Recorridas: Rosângela dos Anjos Batista e Pepita Fernandes da Silva
Advogado: Rômulo Quaresma Tobias (OAB/PI: 17.339)
Relator: Juiz Nazareno César Moreira Réis

9 - RECURSO ELEITORAL Nº 0600070-58.2024.6.18.0020. ORIGEM: SÃO JOÃO DO PIAUÍ (20ª ZONA ELEITORAL). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO - PROPAGANDA INSTITUCIONAL - PROCEDÊNCIA - MULTA
Recorrente: Ednei Modesto Amorim
Advogados: João Manuel Costa Oliveira Carvalhêdo Lima (OAB/PI: 12.381) e José Victor Costa Oliveira Carvalhêdo Lima (OAB/PI: 14.940)
Recorrido: Partido Socialista Brasileiro - PSB, Diretório Municipal de São João do Piauí
Advogados: Edinardo Pinheiro Martins (OAB/PI: 12.358), Igor Martins Ferreira de Carvalho (OAB /PI: 5.085) e Leonardo Laurentino Nunes Martins (OAB/PI: 11.328)
Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa
10 - RECURSO ELEITORAL Nº 0600320-04.2024.6.18.0049. ORIGEM: NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS/PI (49ª ZONA ELEITORAL - PORTO/PI). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - VEREADOR - DESAPROVAÇÃO
Recorrente: Dirceu Oliveira Costa
Advogado: Horácio Lopes Mousinho Neiva (OAB/PI: 11.969)
Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa
11 - RECURSO ELEITORAL Nº 0600201-42.2024.6.18.0017. ORIGEM: MIGUEL ALVES/PI (17ª ZONA ELEITORAL). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - VEREADOR - DESAPROVAÇÃO - DEVOLUÇÃO AO TESOURO
Recorrente: Maria do Socorro Araújo Moraes
Advogada: Márcia Morgana Val Romão (OAB/PI: 23.598)
Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
12 - RECURSO ELEITORAL Nº 0600446-82.2024.6.18.0072. ORIGEM: ITAUEIRA/PI (72ª ZONA ELEITORAL). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - PREFEITO - VICE-PREFEITO - DESAPROVAÇÃO - DEVOLUÇÃO AO TESOURO
Recorrentes: Quirino Avelino Neto e Verônica Beserra Lima Avelino
Advogado: Márcio Pereira de Moura (OAB/PI: 19.178)
Relatora: Juíza Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
13 - RECURSO ELEITORAL Nº 0600393-44.2024.6.18.0091. ORIGEM: LUÍS CORREIA/PI (91ª ZONA ELEITORAL). RESUMO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - VEREADOR - DESAPROVAÇÃO
Recorrente: Francisco Junio dos Santos
Advogada(o/s): Lucas Holanda dos Santos (OAB/PI: 22.301), Marcelo Braz Ribeiro (OAB/PI: 4.190) e Sônia Regina Sousa Ferreira (OAB/PI: 22.294)
Relatora: Juíza Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio
ATENÇÃO: A advogada ou advogado que tiver interesse em participar da sessão, inclusive para fazer uso da palavra para sustentação oral e para esclarecer eventuais questões de fato, deverá encaminhar o pedido pelo Formulário disponível na página do TRE-PI na internet (http://www.tre-pi.jus.br/servicos-judiciais/pautas-e-atas-das-sessoes/solicitacao-de-sustentacao-oral-para-as-sessoes-por-videoconferencia-1), com antecedência mínima de 2 horas do início da sessão, quando receberá as instruções de acesso ao evento.
TERESINA, 17 DE JUNHO DE 2025.
WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO
SECRETÁRIO DAS SESSÕES

ATOS DO CORREGEDOR

PORTARIAS

PORTARIA CORREGEDORIA Nº 6/2025 TRE/CRE, DE 13 DE JUNHO DE 2025

Autoriza o Núcleo de Assistência Processual ao Primeiro Grau a prestar apoio à 5ª ZE - Oeiras, 08ª ZE - Amarante, 12ª ZE - Pedro II, 14ª ZE - Uruçuí, 18ª ZE - Valença do Piauí, 28ª ZE - Picos, 32ª ZE - Altos, 46ª ZE - Guadalupe, 52ª ZE - Água Branca, 69ª ZE - São João do Piauí, 79ª ZE - Caracol e 91ª ZE - Luís Correia, na forma da Resolução TRE-PI nº 442/2022, e dá outras providências.

Considerando que compete ao Núcleo de Assistência Processual ao Primeiro Grau - NAPPG prestar o assessoramento e promover o processamento dos feitos de competência dos cartórios eleitorais relativamente a procedimentos e processos eletrônicos nas Zonas Eleitorais do Estado, com enfoque naqueles que impactam em metas e indicadores do CNJ, na forma da Resolução TRE-PI nº 422, de 7 de março de 2022;

Considerando a(s) decisão(ões) proferida(s) nos autos eletrônicos SEI nº 0007953-90.2025.6.18.8000, que definiram as zonas a ser(em) atendida(s) pelo NAPPG, na forma do art. 3º da Resolução de regência;

Considerando a necessidade de permitir o acesso dos servidores e das servidoras do NAPPG aos sistemas corporativos, bem como de elaboração de atos processuais e minutas de despachos, pareceres, decisões e/ou sentenças com o perfil de servidor da(s) zona(s) eleitoral(is) a ser(em) atendida(s).

RESOLVE:

Art. 1º O Núcleo de Assistência Processual ao Primeiro Grau - NAPPG prestará suporte remoto nos processos de competência da 5ª ZE - Oeiras, 08ª ZE - Amarante, 12ª ZE - Pedro II, 14ª ZE - Uruçuí, 18ª ZE - Valença do Piauí, 28ª ZE - Picos, 32ª ZE - Altos, 46ª ZE - Guadalupe, 52ª ZE - Água Branca, 69ª ZE - São João do Piauí, 79ª ZE - Caracol e 91ª ZE - Luís Correia, ficando sua atuação adstrita aos feitos que impactem nas metas e indicadores do CNJ.

§ 1º A assistência do Núcleo compreende:

I - movimentação do(s) processo(s) no PJe;

II - emissão e publicação de editais;

III - elaboração e execução de atos de comunicação;

IV - emissão de relatórios e pareceres técnicos em processos de prestações de contas;

V - elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças.

§ 2º A(s) zona(s) eleitoral(is) apoiada(s) deverá(ão) orientar os servidores e as servidoras do NAPPG quanto aos posicionamentos do(s) magistrado(s), metodologia de trabalho e rotina cartorária, gerenciando, em conjunto com o Chefe do Núcleo, a execução das atividades.

§ 3º No período de atuação do NAPPG, a(s) zona(s) eleitoral(s) também deverá(ão) realizar as atribuições previstas no § 1º, mediante divisão de tarefas e segregação de funções, em comum acordo com a servidora ou o servidor designado(a) para o suporte, visando a gestão célere e eficiente dos processos.

Art. 2º O NAPPG prestará apoio à(s) zona(s) indicada(s) no art. 1º da entrada em vigor da presente Portaria até o final do respectivo mês.

§ 1º O prazo de atuação do NAPPG poderá ser prorrogado, desde que atendidos os requisitos do § 2º do art. 3º e/ou do art. 4º da Resolução TRE-PI nº 442/2022.

§ 2º Publicada a presente Portaria ficarão as servidoras e os servidores integrantes do NAPPG habilitados a acessar os sistemas corporativos, especialmente o PJe, no perfil da(s) zona(s) eleitoral(is) indicada(s), a quem competirá garantir o acesso respectivo.

Art. 3º O acesso aos sistemas corporativos a que se refere o § 2º do artigo anterior será permitido aos servidores e às servidoras que compõem o NAPPG durante o período de atuação na(s) zona (s) eleitoral(is), independentemente da data do ato de lotação ou de designação para exercício de

função, cabendo ao Chefe do Núcleo informar à(s) zona(s) apoiada(s) eventual alteração na composição da unidade, para fins de cadastramento.

Art. 4º O NAPPG fica autorizado a proceder a baixa dos processos julgados nas zonas eleitorais em que já tenha sido prestado apoio operacional pela unidade, resguardando-se, para tanto, o acesso aos sistemas administrativos indispensáveis aos registros de praxe.

Art. 5º Findo o período de atuação do NAPPG perante a(s) zona(s) indicada(s), caberá ao Chefe do Núcleo elaborar relatório de produtividade, submetendo-o à Corregedoria Regional, para análise e publicação, nos termos do art. 6º, II, da Resolução TRE-PI nº 442/2022.

Art. 6º Os casos omissos serão decididos pela Corregedoria Regional Eleitoral.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 02 de junho de 2025.

(data e assinatura eletrônicas)

Desembargador RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS

Corregedor Regional Eleitoral do Piauí

1ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 46/2025 - TRE/1A ZONA

Edital Nº 46/2025 - TRE/1A ZONA

PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS

ALISTAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS

A Dra. Júnia Maria Feitosa Bezerra Fialho, Juíza da 1ª Zona Eleitoral de Teresina, Circunscrição do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, em cumprimento ao disposto na Resolução TSE nº 21.538/2003, bem como a Lei nº 6.996/82, etc,

TORNA PÚBLICO a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente aos eleitores, aos representantes dos partidos políticos e ao Ministério Público Eleitoral, em lista anexa, a relação de eleitores e as respectivas operações efetivadas e deferidas no âmbito desta 1ª Zona Eleitoral, referente ao lote nº 0033/2025, que compreende o período de 06 /06/2025 a 13/06/2025, ficando facultado a qualquer interessado manifestar-se sobre os eleitores constantes na dita relação no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação do presente Edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, determinou a MMa. Juíza Eleitoral a expedição do presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, bem como no lugar de costume deste Cartório Eleitoral. Dado e passado nesta cidade de Teresina, Estado do Piauí, sede da 1ª Zona Eleitoral, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (17/06/2025). Eu, Ana Régya Lélis Leal, Chefe da 1ª Zona Eleitoral, o expedi e o subscrevi.

Júnia Maria Feitosa Bezerra Fialho

Juíza da 1ª Zona Eleitoral/PI

ANEXO AO EDITAL Nº 46/2025 - TRE/1ª ZONA

Requerimento de alistamento e transferências deferidos

Parâmetros: Período: 06/06/2025 a 13/06/2025; UF: PI; ZE: 001; Município:12190 - TERESINA; Nº Lote de

RAE:0033/2025; Ordenação: Nome; Requerimentos: Deferidos

de 1

DEFERIDOS

ZONA: 001 Município: 12190 - TERESINA - PI

Nome Inscrição Eleitoral Operação Digitação Lote
ALBERTO CARLOS DE SOUSA xxxx 0418 xxxx Transferência 12/06/2025 0033/2025
ANDRESSIANE SANTOS ALVES xxxx 7581 xxxx Alistamento 10/06/2025 0033/2025
ANTONIO FAUSTINO DA ROCHA FILHO xxxx 5499 xxxx Transferência 06/06/2025 0033/2025
ARINA VITORIA DO NASCIMENTO LIMA xxxx 7583 xxxx Alistamento 10/06/2025 0033/2025
CAIO CESAR BARBOSA DE SÁ xxxx 7588 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033/2025
CLEITON SANTOS DE ARAUJO xxxx 7577 xxxx Alistamento 09/06/2025 0033/2025
EDNALDA DE SENA SILVA xxxx 9807 xxxx Transferência 12/06/2025 0033/2025
ERICK VINÍCIUS DA SILVA SOUZA xxxx 7584 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033/2025
GEOVANA DA SILVA BORGES xxxx 7585 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033/2025
GUILHERME MARQUES PEREIRA xxxx 7587 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033/2025
ILANA LIMA SAMPAIO xxxx 7594 xxxx Alistamento 12/06/2025 0033/2025
IRAN GENISON BRASIL COSTA xxxx 7579 xxxx Alistamento 10/06/2025 0033/2025
JESSE EVERSON LEITE DE SOUSA xxxx 7586 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033/2025
JOÃO PEDRO RODRIGUES DE CARVALHO xxxx 7591 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033/2025
JOSE RIBEIRO DA CUNHA xxxx 9461 xxxx Transferência 12/06/2025 0033/2025
KELLYANI CARDOSO SOUSA BARBOSA xxxx 7580 xxxx Alistamento 10/06/2025 0033/2025
LUIZ NAVAH ALVES DE SOUSA xxxx 7582 xxxx Alistamento 10/06/2025 0033/2025
MARCOS VINICIUS MOREIRA DA SILVA xxxx 7595 xxxx Alistamento 12/06/2025 0033/2025
MARIA DE LOURDES SOUSA DE LIMA xxxx 6281 xxxx Transferência 09/06/2025 0033/2025
MARIA GABRIELA SALDANHA MOREIRA xxxx 7592 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033/2025
MARIA JOSÉ LEITE SOARES xxxx 1788 xxxx Transferência 11/06/2025 0033/2025
MARIA LINA DE OLIVEIRA FEITOSA xxxx 8076 xxxx Transferência 09/06/2025 0033/2025
MARIO EDUARDO COSTA DA SILVA xxxx 7589 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033/2025
MAYCON RUAN DOS SANTOS FREIRE xxxx 7578 xxxx Alistamento 09/06/2025 0033/2025
RITA DE CÁSSIA DE SOUSA SILVA xxxx 7593 xxxx Alistamento 12/06/2025 0033/2025
SEBASTIÃO CARDOSO DO NASCIMENTO xxxx 8610 xxxx Transferência 11/06/2025 0033/2025
THAYNARA KAROLINE DE MOURA COUTINHO xxxx 7590 xxxx Alistamento 11/06/2025 0033 /2025
Total de requerimentos deferidos : 27
Em 17 de junho de 2025.

EDITAL Nº 47/2025 - TRE/1A ZONA

Edital Nº 47/2025 - TRE/1A ZONA
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS
ALISTAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS
A Dra. Júnia Maria Feitosa Bezerra Fialho, Juíza da 1ª Zona Eleitoral de Teresina, Circunscrição do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, em cumprimento ao disposto na Resolução TSE nº 21.538/2003, bem como a Lei nº 6.996/82, etc,
TORNA PÚBLICO a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente aos eleitores, aos representantes dos partidos políticos e ao Ministério Público Eleitoral, em lista anexa, a relação de eleitores e as respectivas operações efetivadas e deferidas no âmbito desta 1ª Zona Eleitoral, referente ao lote nº 0034/2025, que compreende o período de 09 /06/2025 a 10/06/2025, ficando facultado a qualquer interessado manifestar-se sobre os eleitores constantes na dita relação no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação do presente Edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, determinou a MMa. Juíza Eleitoral a expedição do presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, bem como no lugar de costume deste Cartório Eleitoral. Dado e

passado nesta cidade de Teresina, Estado do Piauí, sede da 1ª Zona Eleitoral, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (17/06/2025). Eu, Ana Régya Lélis Leal, Chefe da 1ª Zona Eleitoral, o expedi e o subscrevi.
Júnia Maria Feitosa Bezerra Fialho
Juíza da 1ª Zona Eleitoral/PI
ANEXO AO EDITAL Nº 47/2025 - TRE/1ª ZONA
Requerimento de alistamento e transferências deferidos
Parâmetros: Período: 09/06/2025 a 10/06/2025; UF: PI; ZE: 001; Município:12190 - TERESINA; Nº Lote de
RAE:0034/2025; Ordenação: Nome; Requerimentos: Deferidos
de 1
DEFERIDOS
ZONA: 001 Município: 12190 - TERESINA - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação Digitação Lote
MAYARA POLLIANNE VIEIRA ALVES DE MENESES xxxx 7299 xxxx Transferência 09/06/2025 0034/2025
SARA MIRANDA DOS SANTOS xxxx 9409 xxxx Transferência 09/06/2025 0034/2025
Total de requerimentos deferidos : 2
Em 17 de junho de 2025.

2ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600329-10.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600329-10.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: CALEBE FARIAS SILVA VERAS
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 CALEBE FARIAS SILVA VERAS VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600329-10.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 CALEBE FARIAS SILVA VERAS VEREADOR, CALEBE FARIAS SILVA VERAS
Advogados do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504, TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - PI6170

Advogados do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504, TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - PI6170

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de CALEBE FARIAS SILVA VERAS, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123686732).

Intimado, o candidato apresentou contas retificadoras, além de justificativas(ID 123704908).

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123710216), no qual opinou pela desaprovação das contas, em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.1, 2.3 e 3, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123723313) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

A prestadora de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela não prestação das contas.

1. FORNECEDOR INSCRITO EM PROGRAMA SOCIAL(Item 2)

O cerne da questão se verifica no fato de um fornecedor de campanha ter prestado para a candidatura um serviço no valor de R$ 6.900,00, mesmo sendo beneficiário do programa Bolsa Família.

Em resposta, o candidato juntou documento ID 123704909, afirmando a juntada aos autos de "contrato de trabalho e notas fiscais referente ao fornecedor James Jecy Sousa Barros"

No entanto, se eventualmente houver problema com a falta de capacidade operacional do fornecedor, o candidato não pode ser responsabilizado por ele ser adepto do Bolsa Família. De fato, o prestador de contas apenas contratou o serviço.

Sobre o tema, cito jurisprudência da Corte Eleitoral do Piauí: "o fato de o doador de bem estimado (um veículo) ser beneficiário do programa bolsa família, constitui indício de irregularidade alheia à análise da prestação de contas do candidato beneficiário". (TRE-PI - RE: 060041730 DOM INOCÊNCIO - PI 60041730, Relator.: Des. DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Data de Julgamento: 21/10/2019, Data de Publicação: DJE , data 29/10/2019)."

Porém, apesar de não haver irregularidade, determino que os autos sejam encaminhados ao MPE, para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019, em razão do montante gasto.

2. ANALISE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (Item 3.1)

Nesse quesito o parecer técnico indicou que foram abertas contas bancárias no CNPJ do candidato, mas não constam os extratos bancários respectivos, tão pouco elas foram registradas no SPCE.

Constata-se que a irregularidade é meramente formal, pois a parecerista teve acesso aos extratos de todas as contas, viabilizando a analise. Por isso, trata-se de irregularidade de só menos importância, consoante se depreende da jurisprudência: "Existência de conta bancária que não foi registrada na prestação de contas. Embora se trate de irregularidade de natureza grave, o NAAPC teve acesso aos extratos eletrônicos do candidato, constatando a ausência de movimentação financeira dessas contas. Dessa forma, não houve nenhum prejuízo à análise das contas, razão pela qual a irregularidade apontada não afeta a confiabilidade das contas. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)"

3. GASTOS COM FACEBOOK(Item 2.1)

O prestador gastou R$ 1.000,00 com impulsionamento. Apresentou, em ID 123703662, o recibo de pagamento, bem como o comprovante de pagamento para o FACEBOOK. Não juntou a nota fiscal.

O tema em questão é tratado no art. 60 da Resolução nº 23.607/2019, a seguir transcrito:

Art. 60. A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

§ 1º Além do documento fiscal idôneo, a que se refere o caput, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gastos, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como:

I - contrato;

II - comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço;

III - comprovante bancário de pagamento; ou

Pois bem, no caso dos autos, apesar de não haver nota fiscal, é indene de dúvidas de que o FACEBOOK recebeu o dinheiro, tendo inclusive emitido recibo. Assim, o gasto está devidamente comprovado, inclusive por meio dos extratos bancários de ID 123703664.

Assim, a ausência de nota fiscal apenas desafia a aposição de ressalvas nas contas, sem culminar na devolução de valores ao Erário, pois o dispêndio está comprovado.

4. GASTOS COM O FORNECEDOR UP IDEIAS (Item 2.3)

A unidade técnica indica o pagamento de R$ 6.900,00 para o fornecedor JAMES JECY SOUSA BARROS - CNPJ: 48101346000102. Constam notas fiscais em ID 123703511 e 123703510, com a descrição do serviço prestado como "SERVIÇO DE MARKETING POLITICO"

Também há contrato em ID 123703474, porém as partes não o assinaram. Nesse contexto, não se pode considerar válido um documento apócrifo, sem assinatura dos contratantes, sendo o documento imprestável para fins probatórios.

Assim, o que resta para comprovar o gasto são as notas fiscais. Ocorre que o já mencionado art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019 exige que a nota fiscal descreva o serviço prestado.

Contudo, no caso dos autos, *não há a descrição do serviço prestado, pois há apenas a expressão "marketing político", restando o documento fiscal revestido de generalidade que impede essa Especializada de aferir a sua idoneidade.*

Nessas circunstâncias, deve incidir na espécie a jurisprudência do TSE: "Consideram-se não comprovadas as despesas cujos documentos fiscais ou recibos, em razão dos termos genéricos em que redigidos, não permitem identificar a que se refere especificamente o pagamento realizado, bem como sua vinculação a atividades partidárias" (PC 290-21, rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 21.6.2019).

Destarte, a despesa é irregular, devendo o valor gasto ser restituído ao Tesouro Nacional, na forma do art. 79, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019. Trata-se de erro grave, que compromete quase a metade dos recursos financeiros da campanha.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas da candidata CALEBE FARIAS SILVA VERAS, ao cargo de vereador, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024 e o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 6.900(seis mil e novecentos reais), nos termos do art. 79, §1º da Res. TSE 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 91 da Res. TSE 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600196-65.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600196-65.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600196-65.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA VEREADOR, CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881

Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI pelo partido PODE, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo (ID 123391298), para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar sem impugnação, conforme certidão de ID 123556035.

As presentes contas foram submetidas à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral, que emitiu Relatório Preliminar para Expedição de Diligência.

Devidamente intimado (ID 1123710336) para sanar as irregularidades apontadas, o candidato permaneceu inerte, não apresentando qualquer manifestação ou documento, mesmo após envio de mensagem por aplicativo(ID 123890307).

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123711065), no qual opinou pelo julgamento das contas como NÃO PRESTADAS, em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.2, 2.1 e 3.1 do parecer. O órgão técnico apontou, ainda, a necessidade de recolhimento, ao Tesouro Nacional, do valor total de R$ 18.685,00 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).

A Representante do Ministério Público Eleitoral, em seu parecer, manifestou-se igualmente pelo julgamento das contas como NÃO PRESTADAS, nos termos do art. 74, IV, da Resolução TSE nº 23.607/2019, e pela devolução dos valores apontados pelo setor técnico.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe a todo candidato a obrigação de prestar contas de forma clara e transparente, permitindo à Justiça Eleitoral e à sociedade o efetivo controle sobre a origem e o destino dos recursos de campanha. Fica, pois, a cargo do prestador, informar todos os dados financeiros e contábeis de campanha, instruindo o processo com a documentação comprobatória.

Passo à análise de cada uma das irregularidades que fundamentam a presente decisão.

1. Ausência de Peças Obrigatórias (Item 1.2 do Parecer Técnico)

O órgão técnico apontou a ausência de peças obrigatórias que devem integrar a prestação de contas, notadamente os extratos bancários completos e em sua forma definitiva, e a procuração de advogado. A ausência de tais documentos configura irregularidade de natureza gravíssima, que compromete a confiabilidade das contas e inviabiliza o exercício da fiscalização pela Justiça Eleitoral.

Quanto a ausência de instrumento constituindo advogado, trata-se de irregularidade grave, mas que não conduz, necessariamente, ao julgamento das contas como não prestadas, conforme art. 74, §3-A da Resolução nº 23.607/2019.

Considero, contudo, tal irregularidade com gravidade suficiente para a desaprovação das contas, conforme julgado a seguir transcrito:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL . AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA E DOS RESPECTIVOS EXTRATOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MANDATO PARA CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO. DESAPROVAÇÃO.

1 . A ausência de abertura de conta bancária e dos respectivos extratos caracteriza irregularidade grave, não sendo possível a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. O Tribunal Superior Eleitoral, recentemente, firmou o entendimento no sentido de que o vício relativo à falta de procuração judicial, isoladamente, é inapto a julgar as contas como não prestadas.

3 . Nos termos do disposto no art. 35, § 3º, da Resolução TSE 23.607/2019, as despesas decorrentes da prestação de serviços contábeis no curso das campanhas eleitorais, embora estejam excluídas do limite de gastos de campanha, são considerados gastos eleitorais, devendo-se, portanto, proceder ao lançamento de tais despesas na prestação de contas.

4 . Desaprovação das Contas

(TRE-PI - PCE: 06015925420226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Jose James Gomes Pereira, Data de Julgamento: 31/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 101, Data 06/06/2023)

No que tange aos extratos, em consulta ao módulo Extrato Bancário do SPCE-WEB, percebe-se a movimentação financeira, de tal maneira que tal irregularidade, apesar de ter ocorrido, não inviabilizou a analise das contas.

Em tais casos, há de se considerar que a falha não compromete a regularidade das contas, conforme jurisprudência do TRE/PI: "Ausência dos extratos bancários. Verifica-se que foi possível o acesso da movimentação financeira do candidato pelo NAAPC mediante os extratos eletrônicos disponibilizados pela instituição financeira. Ausência de movimentação financeira. A inobservância da apresentação dos extratos bancários não compromete a regularidade das contas no presente caso. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)."

2. Omissão de Despesas e Recebimento de Recursos de Origem Não Identificada (RONI) (Item 2.1 do Parecer Técnico)

Foram identificadas omissões relativas a despesas constantes na base de dados da Justiça Eleitoral que não foram declaradas na prestação de contas. Neste caso, quanto à emissão da nota fiscal, referente a gastos em nome do candidato, mas não declarada na prestação de contas em exame, vale registrar que dificilmente empresas emitiriam notas fiscais por equívoco sem proceder o seu cancelamento, tendo em vista que a emissão de tais documentos tem reflexo tributário para as empresas.

No caso dos autos, percebo que a despesa de R$ 1.555,00, contraída no dia 26/09/2024, junto ao fornecedor M V OLIVEIRA VIEIRA, CNPJ 33.132.640/0001-04, foi devidamente paga no dia 25/10 /2024, tendo os recursos utilizados no pagamento saídos da conta "outros recursos", conforme imagem em anexo, extraída do SPCE:

Assim, considero a despesa como regular, sobretudo porque se enquadra no permissivo legal da Resolução TSE nº 23.607/2019, a seguir transcrito:

Art. 33. Partidos políticos e candidatas ou candidatos podem arrecadar recursos e contrair obrigações até o dia da eleição.

§ 1º Após o prazo fixado no caput, é permitida a arrecadação de recursos exclusivamente para a quitação de despesas já contraídas e não pagas até o dia da eleição, as quais deverão estar integralmente quitadas até o prazo de entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

3. Dívidas de Campanha Não Comprovadas (Item 3.1 do Parecer Técnico)

O parecer técnico indicou a existência de dívidas de campanha no montante de R$ 7.130,00 (sete mil, cento e trinta reais), sem que o candidato apresentasse a documentação necessária, como a autorização do órgão partidário nacional para a assunção da dívida, conforme exige o art. 33, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 23.607/2019. A ausência de comprovação sobre o equacionamento da dívida constitui falha grave, pois gera incerteza sobre a quitação dos débitos e pode ocultar doações indiretas de fontes vedadas. Conforme o art. 34 da mesma Resolução, os débitos de campanha não assumidos pelo partido constituem motivo para a rejeição das contas.

Nesse sentido, é a jurisprudência: "*Dívida de campanha, não assumida pelo partido, constitui falha de natureza grave, por implicar a incerteza quanto ao efetivo pagamento*" (TRE-PR - PCE: 0602629-73 .2022.6.16.0000 CURITIBA - PR 060262973, Relator.: Fernando Wolff Bodziak, Data de Julgamento: 04/12/2023, Data de Publicação: DJE-241, data 11/12/2023)

Contudo, há de se ter em mente o novo posicionamento do TSE sobre o tema. Para a Corte Superior, as dívidas de campanha não devem ocasionar a devolução de valores ao erário, a não

ser quando não for identificada a origem da verba. Isso porque, havendo credor identificado, a ele pertence o numerário devido.

Com efeito, pagar essa dívida para a União importaria em enriquecimento sem causa e ainda dificultaria o recebimento dos valores pelo credor real. Nesse sentido:

Direito Eleitoral. Eleições 2018. Recurso Especial Eleitoral. Prestação de contas. Deputado Federal. Dívida de campanha. Inexistência de obrigação de devolução da quantia ao Erário. Rejeição das contas. Negativa de Provimento.

1. Trata-se de recurso especial eleitoral interposto contra acórdão do TRE/MS que desaprovou as contas de candidato ao cargo de deputado federal nas Eleições 2018.

2 . Na origem, o TRE/MS, por unanimidade, concluiu haver irregularidades graves na prestação de contas, notadamente dívidas de campanha no montante de R$ 110.422,50 (cento e dez mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), que não foram assumidas pelo órgão partidário nacional. No entanto, deixou de determinar a devolução deste valor ao Tesouro Nacional, por não considerar que se tratasse de utilização de recurso de origem não identificada.

3 . Propõe-se o acolhimento da tese recursal no sentido de que seja determinada, além da desaprovação das contas, a devolução ao Tesouro Nacional da quantia referente às dívidas de campanha, pelos seguintes fundamentos: (i) a infringência ao art. 35 da Res.-TSE nº 23.553/2017 impede que a Justiça Eleitoral controle a regularidade da movimentação financeira do candidato, logo o pagamento das despesas, se realizado, será com recurso cuja origem não estará comprovada nos autos da prestação de contas; e (ii) à luz da interpretação sistemática da legislação, é devido o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor referente aos débitos de campanha não quitados e não assumidos pelo partido político, porque não foi comprovada a procedência das verbas a serem futuramente utilizadas, caracterizando-as como recurso de origem não identificada.

4. Contudo, não há respaldo normativo para determinar o recolhimento de dívida de campanha ao Tesouro Nacional como se de recursos de origem não identificada se tratasse.

5. Isso porque (i) a assunção da dívida pelo partido não é um procedimento obrigatório e, tampouco, afasta a possibilidade de que o candidato obtenha diretamente os recursos para quitar as obrigações junto aos fornecedores; (ii) incabível considerar como de "origem não identificada" recursos que sequer foram captados, pois significaria, em última análise, impedir o candidato de quitar a obrigação pela qual responde pessoal e individualmente; e (iii) a medida apenas agrava o problema detectado pelo Relator, pois o candidato terá que duplicar o esforço de arrecadação de recursos junto a fontes não controladas pela Justiça Eleitoral, para, além de pagar fornecedores, realizar o recolhimento ao Tesouro .

6. Nego provimento ao recurso especial eleitoral.

(TSE - REspEl: 060120546 CAMPO GRANDE - MS, Relator.: Min. Luís Roberto Barroso, Data de Julgamento: 08/02/2022, Data de Publicação: 30/03/2022)

Assim, reputo a irregularidade como grave e, somada as outras já detectadas, capaz de conduzir a desaprovação das contas, mas não importa em devolução de valores ao Erário.

4. Não comprovação da utilização de recursos do FEFC

Conforme apontado pelo órgão técnico e pelo Ministério Público, o candidato recebeu o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), contudo, não apresentou qualquer documento que comprovasse a regular aplicação desses recursos públicos. A ausência total de comprovação de gastos com verba pública é uma das mais graves falhas em uma prestação de contas, pois frustra o dever de transparência e o controle sobre o erário. Impõe-se, assim, a devolução integral do valor recebido ao Tesouro Nacional.

Isso porque, não se sabe qual o uso dos recursos públicos utilizados em campanha, inviabilizando o controle efetivo por parte desta especializada. Tal irregularidade conduz à desaprovação das contas e à devolução de valores aos cofres públicos, consoante jurisprudência do TRE/PI, abaixo colacionada:

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL. OMISSÃO QUANTO À ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS E DE COMPROVANTES DE DESPESAS REALIZADAS. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA CONTA PESSOAL. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI). FALTA DE REGISTRO DOS GASTOS COM SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE. INVIABILIDADE DE EFETIVA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTABILIDADE DE CAMPANHA. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. (...) 7. Por outro lado, impõe-se a determinação de ressarcimento ao erário dos recursos do FEFC cuja movimentação não tem comprovação adequada, bem como de transferência ao Tesouro Nacional do equivalente à totalidade dos recursos de origem não identificada empregados em campanha, nos termos dos artigos 32, caput, § 1º, inciso VI, e 79, § 1º, combinados com o disposto no artigo 80, § 3º, todos da Resolução TSE nº 23 .607/2019. (...)(TRE-PI - PCE: 0601606-38 .2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060160638, Relator.: Des . Lucas Rosendo Maximo De Araujo, Data de Julgamento: 07/11/2023, Data de Publicação: DJE , data 13/11/2023)

Além disso, analisando o sistema SPCE, percebo que o candidato gastou a integralidade de seus recursos pagando dois fornecedores: Aguiar Goncalves Sociedade Individual de Advocacia e Azienda Contabilidade Publica e Privada, tendo ambos recebido a quantia de R$ 5.000,00. Ocorre que não foi emitida nota fiscal, ao arrepio do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, nem apresentado qualquer justificativa para ter gasto a totalidade do FEFC para pagar o advogado e o contador.

Destarte, considero a despesa como irregular, com a necessidade de devolução dos valores ao Tesouro Nacional.

Diante de um cenário de omissão do candidato, ausência de documentos essenciais e graves irregularidades que somam R$ 10.000,00 (dez mil reais), não há como aprovar as contas com ressalvas.

Em face do exposto, em dissonância com o parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas do candidato CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA, relativas à sua campanha ao cargo de vereador no município de Teresina/PI nas Eleições 2024, com fundamento no artigo 74, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Como consequência, determino o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), referentes a recursos do FEFC não comprovados, nos termos dos art. 79, §1º da Res. TSE nº 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, incluindo o registro no Sistema de Informações de Contas (SICO).

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público Eleitoral.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Art. 86, Parágrafo Único, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias. Após, arquivem-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600091-88.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600091-88.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ERISVALDO RODRIGUES DE SOUSA VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)
REQUERENTE	: ERISVALDO RODRIGUES DE SOUSA
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600091-88.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ERISVALDO RODRIGUES DE SOUSA VEREADOR, ERISVALDO RODRIGUES DE SOUSA
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de ERISVALDO RODRIGUES DE SOUSA, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI pelo partido Progressistas (PP).
Publicado o edital (ID 123313945) e decorrido o prazo legal sem impugnação (ID 123656448), a unidade técnica desta Zona Eleitoral emitiu Relatório Preliminar. Intimado, o candidato apresentou manifestação (ID 123837723).
Após a análise da defesa, a unidade técnica emitiu Parecer Conclusivo (ID 123844621), opinando pela DESAPROVAÇÃO das contas, com a sugestão de recolhimento de valores ao Tesouro Nacional.
O Ministério Público Eleitoral, em seu parecer, acompanhou a unidade técnica, manifestando-se pela DESAPROVAÇÃO das contas e pela devolução ao Tesouro Nacional dos valores enumerados no parecer conclusivo.
Relatório sucinto. Decido.
A prestação de contas é um dever fundamental do candidato, essencial para a transparência do processo eleitoral. Compete a este Juízo analisar as falhas apontadas, as justificativas apresentadas e o conjunto da contabilidade para aferir sua regularidade, nos termos do art. 74 da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Passo à análise individualizada das principais irregularidades apontadas.
1. Irregularidades Acolhidas
1.1. Despesas com Pessoal sem o Detalhamento Exigido (Item 3.1.1)
O parecer técnico apontou a ausência de detalhamento em despesas com pessoal, pagas com recursos do FEFC, no valor de R$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais). Isso porque o candidato contratou militantes, através do fornecedor I R MACEDO, mas não apresentou a identificação integral dos prestadores, locais de trabalho, horas trabalhadas e especificação das atividades, violando o disposto no art. 35, § 12, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

O pagamento de despesas com pessoal sem o devido detalhamento exigido pela norma acima indicada, especialmente com verba pública, constitui irregularidade grave, que impede a verificação da efetiva prestação do serviço e impõe o ressarcimento ao Erário.

Isso porque, mesmo se levando em conta os documentos apresentados com a prestação de contas retificadora(ID 123747196), não há os mencionados contratos, tornando a despesa irregular, por ausência de comprovação idônea. Nesse sentido: " 2.3. Com relação aos gastos com a contratação de pessoal para campanha, o TRE-PI já fixou entendimento de que as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado (art. 35, § 12, Res. TSE nº 23.607/2019), sob pena de configurar irregularidade com recursos oriundos do FEFC. No caso, apesar dos documentos fiscais , não foram apresentados os contratos de prestação de serviço de pessoal, com o detalhamento das atividades a serem exercidas, dos locais e horas de trabalho. O vício representa mais de 10% do total arrecadado, portanto é grave leva à desaprovação e necessidade do recolhimento do valor ao Tesouro Nacional (art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019)." TRE-PI - PCE: 06012166820226180000 TERESINA - PI 060121668, Relator.: Des. Lirton Nogueira Santos, Data de Julgamento: 27/06/2024, Data de Publicação: DJE 125, data 09/07/2024)

1.2. Recebimento de Recurso de Origem Não Identificada - RONI (Item 7.1)

Foi identificada a utilização de material de campanha(painel de backdrop), cuja documentação não foi suficiente para comprovar a identidade do doador. Também não se identificou, dentro dos materiais gráficos adquiridos, qualquer locação ou aquisição desse artefato.

Assim, a impossibilidade de aferir a origem do recurso, caracteriza o recebimento de Recurso de Origem Não Identificada (RONI). Nos termos do art. 32, § 1º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019, o valor correspondente à doação deve ser recolhido ao Tesouro Nacional.

No caso dos autos, porém, não se sabe qual a quantia desembolsada pelo doador. Persiste a irregularidade, mas, à mingua de detalhamento sobre seu valor, deixo de determinar o recolhimento ao Erário.

2. Irregularidades Afastadas por este Juízo

2.1. Inconsistências em Despesas com FEFC (Itens 3.1.2 e 3.1.3)

A unidade técnica apontou inconsistências em despesas com serviços de terceiros(ID 123747192) e material gráfico(ID 123346538). Contudo, o candidato apresentou notas fiscais idôneas e os respectivos comprovantes de pagamento.

Conforme jurisprudência deste Regional (TRE-PI, PCE 0601222-75.2022.6.18.0000), a apresentação de documento fiscal hábil, contendo a descrição do serviço/produto e a identificação das partes, é suficiente para comprovar o gasto, não cabendo à Justiça Eleitoral presumir fraude ou exigir provas adicionais sem indícios concretos de irregularidade.

Ademais, as diferenças de preço em material gráfico são plausíveis devido a fatores de mercado e a diferença de fornecedores. No caso, aliás, o fornecedor Regina S Pessoal, vendeu o santinho a R$ 0,035, enquanto a empresa Gráfica do Povo cobrou R$ 0,024, ou seja, a diferença entre ambos é de um centavo, plenamente justificável.

Dito isso, afasto as irregularidades a que se referem estes itens.

2.2. Extratos Bancários (Item 4.3)

Apesar de o parecer apontar a ausência do extrato completo nos autos físicos, tal falha é suprida pela disponibilidade dos extratos bancários eletrônicos no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), que permitem a conferência integral da movimentação. Assim, afasto a irregularidade.

2.3. Suposto Comitê Não Declarado (Item 7.2)

A irregularidade foi apontada com base em suspeita. A jurisprudência eleitoral é firme no sentido de que a rejeição das contas exige elementos de prova materiais e seguros, não podendo se basear em meras presunções (TRE/SC, Ac. n. 23.840, de 20.07.2009).

Na ausência de provas concretas, afasto a irregularidade. Porém, existe indícios de que efetivamente existiu o mencionado comitê, fato que pode ser apurado pelo Ministério Público.

3. Falhas Formais e Impropriedades

As demais falhas apontadas (itens 1.1.1, 4.1, 5.1(2)), relativas ao descumprimento de prazos para envio de informações, omissão de registro de conta bancária e não informação de doações na parcial, configuram falhas de natureza formal que, embora demonstrem desorganização, não comprometeram a análise do conjunto da prestação de contas.

4. Conclusão e Aplicação dos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade

As irregularidades remanescentes, que maculam as contas, somam o valor de R$ 10.700,00 (referente ao item 3.1.1), além do valor do RONI (item 7.1). O montante principal refere-se à má aplicação de recursos públicos (FEFC), falha de natureza grave.

Considerando que as receitas totais da campanha foram de R$ 94.245,32, o valor da irregularidade principal(R$ 10.700,00) representa 11,35% do total arrecadado. Este percentual, somado à natureza da falha (verba pública), ultrapassa o limite usualmente aceito pela jurisprudência para a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, comprometendo a regularidade e a transparência do balanço contábil.

Em face do exposto, em consonância parcial com o parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas do candidato ERISVALDO RODRIGUES DE SOUSA, relativas à sua campanha ao cargo de vereador nas Eleições 2024, com fundamento no artigo 74, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Como consequência, determino o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor total de R$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), referente à aplicação irregular de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), nos termos dos arts. 32 e 79, §1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, incluindo o registro no Sistema de Informações de Contas (SICO).

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público Eleitoral, inclusive para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Art. 86, Parágrafo Único, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias. Após, arquivem-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600574-21.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600574-21.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARIA APARECIDA JUCA E SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

REQUERENTE : MARIA APARECIDA JUCA E SILVA
ADVOGADO : DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600574-21.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARIA APARECIDA JUCA E SILVA VEREADOR, MARIA APARECIDA JUCA E SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de MARIA APARECIDA JUCÁ E SILVA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123672419).
Intimada em 06/12/2024, inclusive via aplicativo de mensagem, a candidata só veio a se manifestar em 24/12/2024, oportunidade na qual apresentou contas retificadoras, além de justificativas(ID 123763770).
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123717231), no qual opinou pela aprovação com ressalvas das contas, em razão das irregularidades apontadas, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 4.570,00 (quatro mil quinhentos e setenta reais).
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123725373) manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
A prestadora de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.
O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela não prestação das contas.
1. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS(Item 1.2)
Nesse ponto o parecer conclusivo aponta para a ausência de procuração. O documento encontra-se nos autos, sob ID 123763867, motivo pelo qual considero sanada a irregularidade.
2. DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO (Item 4.11)
O parecerista identificou recursos estimáveis em dinheiro provenientes de doações de pessoas físicas, mas sem a documentação comprobatória. Trata-se de serviços de militância política e de coordenação de campanha.

Sobre o tema, a norma exige a obediência ao art. 21 da Resolução TSE nº 23.607/2019, a seguir transcrito:

Art. 21. As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de: I - transação bancária na qual o CPF da doadora ou do doador seja obrigatoriamente identificado; II - doação ou cessão temporária de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, com a demonstração de que a doadora ou o doador é proprietária(o) do bem ou é a(o) responsável direto pela prestação de serviços;

No caso dos autos as doações realizadas foram comprovadas por meio de recibo eleitoral e termo de cessão, contidos em ID's 123763854, 123763855, 123763856, 123763858 123763859, 123763860, 123763861, 123763862, 123763863 e 123763864.

Ademais, os trabalhos prestados não exigem especialização e podem ser desempenhados por qualquer pessoa, não havendo óbice para se reconhecer que os doadores foram os responsáveis diretos pela execução dos trabalhos.

Por fim, trata-se de recurso estimável, onde não envolveu a utilização de recursos públicos. Destarte, entendo a receita como regular.

3. ANALISE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (Item 10.3)

Nesse quesito o parecer técnico indicou que foram abertas contas bancárias no CNPJ do candidato, mas não constam os extratos bancários respectivos, tão pouco elas foram registradas no SPCE.

Constata-se que a irregularidade é meramente formal, pois o parecerista teve acesso aos extratos de todas as contas, viabilizando a analise. Por isso, trata-se de irregularidade de só menos importância, consoante se depreende da jurisprudência: "Existência de conta bancária que não foi registrada na prestação de contas. Embora se trate de irregularidade de natureza grave, o NAAPC teve acesso aos extratos eletrônicos do candidato, constatando a ausência de movimentação financeira dessas contas. Dessa forma, não houve nenhum prejuízo à análise das contas, razão pela qual a irregularidade apontada não afeta a confiabilidade das contas. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)"

4. ATRASO NA ABERTURA DE CONTAS BANCÁRIAS(Item 10.4)

A abertura da conta bancária destinada ao recebimento de Doações para Campanha extrapolou o prazo de 10 (dez) dias contados da concessão do CNPJ, em desatendimento ao disposto no art. 8, § 1º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

O parecer técnico sublinhou o atraso na abertura de contas bancárias. Contudo, isso não inviabilizou a analise das contas, motivo pelo qual considero essa irregularidade como meramente formal, a desafiar mera ressalva, conforme já decidiu o TRE/PI:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. DEPUTADO ESTADUAL. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTAS. AUSÊNCIA DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. ACESSO AOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. IRREGULARIDADE QUE NÃO PREJUDICA A ANÁLISE DAS CONTAS. ATRASO NA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A APRECIAÇÃO DAS CONTAS. IRREGULARIDADE FORMAL. EXISTÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA NÃO REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA VERIFICADA MEDIANTE EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A ANÁLISE DAS CONTAS. IRREGULARIDADE QUE NÃO AFETA A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE REGISTRO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GASTOS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E DE

PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE. IRREGULARIDADE GRAVE QUE IMPOSSIBILITA A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Ausência dos extratos bancários. Verifica-se que foi possível o acesso da movimentação financeira do candidato pelo NAAPC mediante os extratos eletrônicos disponibilizados pela instituição financeira. Ausência de movimentação financeira. A inobservância da apresentação dos extratos bancários não compromete a regularidade das contas no presente caso.

2. Atraso na abertura da conta bancária. Como não houve nenhum prejuízo para a análise da prestação de contas diante do atraso na abertura da conta bancária, verifico que o descumprimento da regra, nesse caso, constitui mera falha formal, a qual enseja uma mera ressalva. Precedente deste e. TRE/PI.

(...)

(TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023).

5. DÍVIDAS DE CAMPANHA(Item 12.1)

Na hipótese, o parecerista destacou que "*Há dívidas de campanha declaradas na prestação de contas decorrentes do não pagamento de despesas contraídas na campanha, no montante de R$ 4.570,00, não tendo sido apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s), conforme dispõe o art.33, §§ 2° e 3°, da Resolução TSE nº 23.607/2019: (12.1)*

. autorização do órgão nacional para assunção da dívida pelo órgão partidário da respectiva circunscrição;

. acordo expressamente formalizado, no qual deverão constar a origem e o valor da obrigação assumida, os dados e a anuência do credor;

. cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo e

. indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido ".

No caso, a agremiação não efetivou a assunção da dívida no montante de R$ 4.570,00. Não houve apresentação dos documentos para viabilizar a assunção da dívida pelo Partido.

Sabe-se que há a possibilidade de assunção da dívida pela agremiação por decisão do órgão nacional de direção partidária, com apresentação, no ato da prestação de contas final, de acordo expressamente formalizado, cronograma de pagamento e quitação e a indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido (art. 33, §§ 2º e 3º, Resolução nº 23.607/2019).

Demais disso, os débitos de campanha, conforme orientação do art. 34 da mesma Resolução, não assumidos pelo partido devem ser cotejados e considerados como motivo suficiente para ensejar a rejeição das contas.(art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019).

Nesse sentido, é a jurisprudência: "*A existência de dívidas de decorrentes do não pagamento de despesas contraídas e não assumidas pela agremiação partidária, nos moldes do artigo 33, §§ 2º e 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, macula a prestação de contas de campanha, podendo ser razão de sua desaprovação. No caso em tela, tem-se que os dispêndios não foram pagos nem assumidos pelo partido, remanescendo a irregularidade, a caracterizar vício grave e insanável que compromete a regularidade das contas.*" (TRE-PI - PCE: 0601377-78.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060137778, Relator: Nazareno Cesar Moreira Reis, Data de Julgamento: 25/01/2024, Data de Publicação: DJE-18, data 31/01/2024);

No caso dos autos, porém, o valor foi recolhido a União espontaneamente pelo prestador, conforme faz prova ID 123763845, não restando irregularidade a ser sanada.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso II, da Resolução supracitada, e em cons onância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO APROVADAS, COM RESSALVAS, as contas da candidata MARIA APARECIDA JUCÁ E SILVA, ao cargo de vereador, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600268-52.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600268-52.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 JOVENTINA MOURA DUARTE PIMENTEL VEREADOR
ADVOGADO	: OSVALDO MARTINS DA SILVA (20403/PI)
REQUERENTE	: JOVENTINA MOURA DUARTE PIMENTEL
ADVOGADO	: OSVALDO MARTINS DA SILVA (20403/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600268-52.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 JOVENTINA MOURA DUARTE PIMENTEL VEREADOR, JOVENTINA MOURA DUARTE PIMENTEL

Advogado do(a) REQUERENTE: OSVALDO MARTINS DA SILVA - PI20403

Advogado do(a) REQUERENTE: OSVALDO MARTINS DA SILVA - PI20403

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, da candidata JOVENTINA MOURA DUARTE PIMENTEL, ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 28 da Lei nº 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo(ID 123393470), para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As contas em análise encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela Unidade Técnica desta Zona Eleitoral, com posterior emissão do Relatório Preliminar para Expedição de Diligências(ID 123602636).

Devidamente intimada, a parte manifestou-se, apresentando documentação complementar e justificativas.

Em Parecer Técnico Conclusivo(ID 123669564), o responsável pela análise técnica concluiu que remanesceram impropriedades e irregularidades, que serão arroladas e debatidas no corpo desta decisão.

A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela Aprovação com ressalvas(ID 123723515), nos termos da Resolução TSE 23.607/2019.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

As impropriedades apontadas em sede de análise técnica não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

No tocante às irregularidades apontadas em análise técnica, destaca-se:

1-Foram identificadas despesas com serviços junto aos fornecedores elencados abaixo, pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conforme dados abaixo relacionados:

DATA:16/09/2024

NOTA FISCAL Nº 8

CNPJ:40.321.132/0001-30 40.321.132

FORNECEDOR: ADONIAS PEDROSA DE SOUZA JUNIOR

TIPO DE DESPESA: Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo

VALOR: R$ 6.000,00

Segundo o Parecer conclusivo(ID 123669564), não verificou-se na Prestação de contas, a presença do contrato referente à despesa supracitada(produção de programas de rádio, televisão ou vídeo).

Além disso, o parecer técnico ressaltou que consta na nota fiscal de nº 8, emitida no Município de Pimenteiras-PI, a descrição do serviço de fotografia e filmagem para propaganda eleitoral, não havendo, porém, a comprovação da realização do referido serviço.

Ademais, constatou que no extrato de Prestação de contas, há recursos estimáveis em dinheiro doados pelo partido PP(Partido Popular), no valor de R$ 11.000,00(onze mil reais), disponibilizados em favor da candidata, conforme descrição contida no recibo(ID 123621413), no qual consta a descrição do mesmo tipo de serviço(criação, produção, filmagem edição e distribuição de programas).

Dessa forma, o analista de contas concluiu que existem indícios de que a despesa não se destinou à candidata e, caso tenha sido a ela fornecido, foram pagos com recursos de origem não identificada.

Ocorre que, embora não conste na Prestação de contas o contrato de prestação de serviços, a candidata apresentou um relatório de atividades de marketing de campanha(ID 123626961), no qual há links de acesso aos materiais de campanha, representando comprovação das atividades realizadas(fotos, vídeos e outros documentos).

Além disso, a despesa transitou por conta bancária(nº 90.193-8), conforme extrato de ID 123621406.

Quanto ao fato de que houve receita estimada, referente à doação de serviço(ID 123621413) semelhante ao descrito no item 1, não fica evidenciada uma irregularidade, visto que nada impede que a candidata contrate uma empresa para a realização de serviços semelhantes aos doados pelo referido partido.

Outrossim, embora esteja ausente o contrato supramencionado, a despesa foi devidamente comprovada por meio de nota fiscal e prova material do serviço, restando obedecido as exigências do art.60 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Assim, reputo a despesa como regular.

2. Foram identificadas as seguintes inconsistências nas despesas com aluguel de imóvel para funcionamento de Comitê, pagas com recursos do FEFC, contrariando o que dispõem os arts. 35, 53, II, c, e 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019:

FORNECEDOR: AIRTON MENDES DOS SANTOS BARROS

TIPO DE DESPESA: Locação de imóvel para Comitê eleitoral

VALOR: R$ 1.450,00

DATA DO PAGAMENTO: 09/09/2024

Segundo o Parecer Técnico, após a aferição dos documentos enviados pelo Prestador, verificou-se uma incongruência, entre a data do contrato de locação do imóvel firmado com a candidata, cuja assinatura ocorreu em 27/10/2024(depois da data da ocorrência do pleito) e a data do pagamento da referida locação, em 09/09/2024, ocorrida antes da assinatura do contrato. Consta na Prestação de contas, pagamento da despesa mencionada, no valor de R$ 1.450,00(um mil quatrocentos e cinquenta reais), por meio de pix, realizado na data de 09/09/2024.

Dessa forma, verificou-se que o contrato de locação foi firmado depois da eleição e posteriormente ao pagamento da referida despesa, com recursos do FEFC. Assim, o valor probatório do ajuste fica comprometido, pois o fornecedor foi pago quando inexistia contrato vigente.

Assim, resta saber se a despesa, mesmo diante desta ocorrência, pode ou não ser considerada válida. Pois bem, consta no autos um recibo de pagamento, em ID 123621364, no qual consta o endereço do imóvel, bem como comprovante de pagamento.

Nessa situação, entendo que a despesa deve ser considerada válida, apesar da impropriedade, pois se trata de locação, hipótese na qual a legislação não exige o contrato e a Lei não impõe o pagamento de ISS, o que inviabiliza a emissão de nota fiscal.

Nesse sentido é a jurisprudência do TRE/PI: "a prova de propriedade do bem somente é exigida nas doações de bens ou serviços estimáveis em dinheiro, conforme dispõe o art . 58, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019. No caso, pois, trata-se de locação de imóvel, o qual se enquadra dentre os gastos eleitorais, cuja *comprovação se efetiva com a juntada do recibo, descrição, valor, identificação do destinatário e emitente*, a teor do disposto no art. 60, §§ 1º e 2º da Resolução TSE nº 23 .607/2019." (TRE-PI - PCE: 0601402-91.2022.6 .18.0000 TERESINA - PI 060140291, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 31/05/2023, Data de Publicação: DJE 101, data 06/06/2023).

Outrossim, analisando os presentes autos, verifica-se que as irregularidades apresentadas não comprometem a lisura da Prestação de contas inferior sendo inferiores a 10% do total da arrecadação ou da despesa.

Isto posto e com base no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607 /2019, APROVO COM RESSALVAS as contas da campanha eleitoral/2024, prestadas por JOVENTINA MOURA DUARTE PIMENTEL.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Após, arquive-se com as cautelas de praxe

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600392-35.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600392-35.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 HASSAN SAID SOUZA VEREADOR
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (23/RO)
REQUERENTE	: HASSAN SAID SOUZA
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (23/RO)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600392-35.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 HASSAN SAID SOUZA VEREADOR, HASSAN SAID SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - RO23
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - RO23
SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de HASSAN SAID SOUZA, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral, que solicitou diligências(ID 123690969).

Intimado, o prestador juntou petição ID 123708279, acompanhada de documentos.

Após, foi emitido Parecer Técnico Conclusivo (ID 123717239), opinando pela aprovação, com ressalvas das contas, em razão da presença de irregularidades.

A representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123725372) manifestou-se pela aprovação, com ressalvas das contas, com devolução de R$ 25,48(vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), nos termos da Resolução TSE 23.607/2019.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela aprovação com ressalvas das contas em exame.

1. FORNECEDOR INSCRITO NO BOLSA FAMÍLIA(Item 6.6)

O cerne da questão se verifica no fato de um fornecedor de campanha ter prestado para a candidatura um serviço no valor de R$ 5.540,00 mesmo sendo beneficiário do programa Bolsa Família.

Em resposta, o candidato, afirmou que "*não tem como ter conhecimento sobre possíveis recebimentos de auxílios assistenciais pelos sócios e administradores das empresas com as quais realiza contratos.*"

Com efeito, se eventualmente houver problema com a falta de capacidade operacional do fornecedor, o candidato não pode ser responsabilizado por ele ser adepto do Bolsa Família. De fato, o prestador de contas apenas contratou o serviço.

Sobre o tema, cito jurisprudência da Corte Eleitoral do Piauí: "o fato de o doador de bem estimado (um veículo) ser beneficiário do programa bolsa família, constitui indício de irregularidade alheia à análise da prestação de contas do candidato beneficiário". (TRE-PI - RE: 060041730 DOM INOCÊNCIO - PI 60041730, Relator.: Des. DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Data de Julgamento: 21/10/2019, Data de Publicação: DJE, data 29/10/2019)."

2. DESPESA COM FACEBOOK(ITEM 6.14)

O candidato juntou aos autos inúmeros boletos e comprovantes de pagamento ao Facebook, totalizando o valor de R$ 35.520,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte reais), segundo ID 123708300. Os extratos bancários ID 123467048 e 123467049 atestam a correção desse valor.

Ocorre que, de acordo com o mesmo ID 123708300, só foram consumidos R$ 35.157,24, havendo uma diferença de R$ 362,76. Esse crédito pago ao FACEBOOK e não utilizado, deve ser restituída ao Tesouro Nacional. Considero, portanto, violado o art. 35, §2º da Resolução nº 23.607/2019, com a obrigação de devolução de R$ 362,76.

Além disso, houve um gasto de R$ 25,48 com o GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTACAO E SERVICOS DE DADOS LTDA. Não consta nota fiscal nos autos, mas a mesma pode ser aurida do sistema SPCE, conforme imagem abaixo:

Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da

citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.

3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

(...)

6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607 /2019. (Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)

3. DIVERGÊNCIA ENTRE AS PRESTAÇÕES DE CONTAS FINAIS E PARCIAIS(Item 13.10)

A unidade técnica verificou divergências entre as informações relativas às doações constantes da prestação de contas final e aquelas constantes da prestação de contas parcial, frustrando a execução tempestiva das medidas de controle concomitante, transparência e fiscalização dos gastos eleitorais da candidata.

Instada a se manifestar sobre a impropriedade, esclareceu o prestador que 'como pode ser observado pela própria tabela nas diligências, essa "divergência" inexiste, pois não houve alteração em nenhum momento sobre esses valores'. Acrescenta, ainda, que o depósito de recursos próprios realizado na conta de campanha eleitoral refere-se a valores provenientes de sua renda pessoal.

Em relação à impropriedade, é forçoso concluir que as divergências entre as informações relativas às receitas, constantes da prestação de contas final em exame e aquelas constantes da prestação de contas parcial não comprometem a regularidade das contas, na medida em que se identificou o doador, o destinatário e o valor da doação recebida.

Portanto, considero a receita como regular, mormente porque os extratos bancários captaram a movimentação, permitindo a analise pela Justiça Eleitoral.

Sem embargo do já explanado, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis, que seriam 10% do total arrecadado.

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.

Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico, que comprometem a regularidade das contas do candidato, ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, da importância inferior a 10% do valor total arrecadado, cabendo a aplicação dos princípios supracitados, para aprovação das contas com ressalvas.

Diante do exposto, nos termos do artigo 74, inciso II, da Resolução supracitada, e em consonância com o parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO APROVADAS, COM RESSALVAS as contas

do candidato HASSAN SAID SOUZA, ao cargo de vereador, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024.

Outrossim, determino o recolhimento de R$ 388,24(trezentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600227-85.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600227-85.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 PAULO ROBERTO BEZERRA DE OLIVEIRA VEREADOR
ADVOGADO	: ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO (6651/PI)
REQUERENTE	: PAULO ROBERTO BEZERRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO (6651/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600227-85.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 PAULO ROBERTO BEZERRA DE OLIVEIRA VEREADOR, PAULO ROBERTO BEZERRA DE OLIVEIRA

Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO - PI6651

Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO - PI6651

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de PAULO ROBERTO BEZERRA DE OLIVEIRA, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE 23.607/2019 e do art. 28 da Lei 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo(123391883), para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral.

Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligências(ID 123671667).

Intimado, o candidato não se manifestou.

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo(ID 123698085), no qual opinou pela desaprovação das contas em razão da presença de irregularidades.

A Representante do Ministério Público Eleitoral(ID 123705844) manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas.

Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O responsável pelas contas em apreciação apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos à análise técnica, sendo emitido Parecer Conclusivo, que destacou a presença de irregularidades nas presentes contas. Estas não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

No tocante às irregularidades apontadas em análise técnica, destaca-se:

1. Houve descumprimento quanto ao prazo para envio dos dados relativos aos recursos financeiros recebidos na campanha, estabelecido pela legislação eleitoral, em relação às seguintes doações (art. 47, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019)

O envio, à Justiça Eleitoral, dos dados referentes aos recursos financeiros recebidos na campanha, deveria ocorrer em até 72(setenta e duas) horas, contadas dos respectivos recebimentos. O candidato, no entanto, não prestou esclarecimentos sobre a falha apontada, contrariando o artigo 47, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Contudo, o atraso no envio dos relatórios financeiros, isoladamente, não tem o condão de acarretar a desaprovação das contas do prestador, gerando apenas ressalva. Nesses termos:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ATRASO NO ENVIO DE RELATÓRIO FINANCEIRO DE CAMPANHA . NÃO COMPROMETIMENTO DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. 1. O atraso no envio de relatório financeiro é mera falha formal que, por si só, não compromete a regularidade das contas, na medida em que foi possível a fiscalização e análise da movimentação contábil e financeira das informações prestadas, ainda que de maneira intempestiva . Precedentes desta Corte. 2. Prestação de contas aprovada com ressalvas.(TRE-AP - PCE: 0601032-32 .2022.6.03.0000 MACAPÁ - AP 060103232, Relator.: Paola Julien Oliveira Dos Santos, Data de Julgamento: 17/05/2023, Data de Publicação: DJE-86, data 22 /05/2023).

Dessa forma, a irregularidade acima apontada não impede a análise técnica e tampouco implica a rejeição das contas.

2. Foram detectadas divergências entre os dados dos fornecedores constantes da prestação de contas e as informações constantes da base de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil:

DATA	CPF/CNPJ DO FORNECEDOR	FORNECEDOR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	FORNECEDOR CONSTANTE DA BASE DE DADOS DA RFB	VALOR TOTAL
25/09/2024	007.980.690-23	ROBERTO DA SILVA	VILMAR BRAGE MARQUES	680,00
27/08/2024	08.433.196/0001 -10	POSTO SANTA EDWIRGENS	POSTO SANTA EDWIRGES & CIA. LTDA.	1.600,00
12/09/2024	08.433.196/0001 -10	POSTO SANTA EDWIRGENS	POSTO SANTA EDWIRGES & CIA. LTDA.	2.600,00

26/09/2024	08.433.196/0001-10	POSTO SANTA EDWIRGENS	POSTO SANTA EDWIRGES & CIA. LTDA.	2.800,00
02/09/2024	20.873.104/0001-18.	MAYKON JHEIKISON SOARES DA SILVEIRA	POSTO SANTA EDWIRGES & CIA. LTDA.	397,00

Embora o Parecer Técnico admita que as divergências deste item versam apenas sobre erros formais de digitação, ressalta que no caso do fornecedor Roberto da Silva, o nome cadastrado na Prestação de contas diverge significativamente do que consta no cadastro da Receita Federal. Além disso, conforme a analise do parecerista, não consta na Prestação de Contas, o registro da despesa no valor de R$ 680,00(seiscentos e oitenta reais), efetuada com o referido fornecedor.

Contudo, a despesa supracitada consta no Relatório de despesas efetuadas(ID 123516182) e transitou por conta bancária. Além disso, consta nota fiscal ativa no sistema SPCE WEB. O Tribunal Superior tem entendimento pacificado no sentido de que aspectos meramente formais ou materiais irrelevantes, não ensejam a rejeição de contas.

Nesse contexto, a divergência entre o CNPJ do fornecedor informado na prestação de contas e a base de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil consiste em irregularidade meramente formal, tendo em vista que a despesa foi efetivamente registrada e comprovada mediante extratos bancários e outros documentos, sendo possível se identificar o real beneficiário, sem prejuízo para a analise das contas.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020. VEREADOR . DIVERGÊNCIA ENTRE OS DADOS DOS FORNECEDORES CONSTANTES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AS INFORMAÇÕES NA BASE DE DADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. NÃO ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA. PRECLUSÃO. IRREGULARIDADE FORMAL . EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS .

1. A natureza jurisdicional do processo de prestação de contas atrai a incidência do instituto da preclusão, e que por isso não se admite, após o momento adequado ou em sede recursal, o saneamento de falhas e irregularidades quando anteriormente já se teve oportunidade. Precedentes.

2 . Ao deixar de atender às notificações para sanar a omissão apontada no relatório preliminar no período previsto, mantendo-se inerte, operou-se a preclusão do direito de juntar documentos aos autos ou prestar esclarecimentos, nos termos do artigo 69, § 1º, da Resolução TSE 23.607/19.

3. A irregularidade apontada (divergências entre dados de fornecedores constantes da prestação de contas e daqueles constantes da base de dados da SRF) não comprometeu a análise das contas, nos termos do disposto no art . 74, § 2º, da Res. TSE nº 23.607/2019, considerando que o recorrente apresentou as demais peças obrigatórias, as quais permitem a fiscalização dos registros das contas e da movimentação financeira.

(...)

(TRE-PA - Acórdão: 060089925 PARAUAPEBAS - PA, Relator.: Des . JUIZ DIOGO SEIXAS CONDURÚ, Data de Julgamento: 17/05/2022, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 97, Data 31/05/2022, Página 29 DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 97, Data 31/05/2022, Página 28-30).

Assim, as divergências apontadas neste item, apesar de constituírem uma irregularidade, decorreram de erros puramente formais, incapazes de comprometer a lisura da prestação de contas.

3.1 Foram identificadas as seguintes divergências entre as informações relativas às despesas, constantes da prestação de contas, e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral, obtidas mediante circularização e/ou informações voluntárias de campanha e/ou confronto com notas fiscais eletrônicas de gastos eleitorais, revelando indícios de omissão de gastos eleitorais, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Valor: R$ 640,00

Os dados das notas fiscais eletrônicas enviados pelas Secretarias de Fazenda para a Justiça Eleitoral, ou voluntariamente via IDC(Informações Durante a Campanha) estão amparados por documentação probatória(NFe em situação "ativa"), contrariando os registros da prestação de contas. A nota fiscal no valor de R$ 640,00(seiscentos e quarenta reais), consta modulo Fiscaliza JE do sistema SPCE WEB, porém o referido valor não transitou por conta bancária e não foi registrado na Prestação de contas em epígrafe.

A constatação da divergência em dados de documentos fiscais de despesas vinculadas ao CNPJ do prestador de contas em relação ao que foi registrado no SPCE configura omissão irregular de gasto, que denota a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, uma vez que submetidas a outros elementos de controle, hábeis a validar/confirmar as informações prestadas, resultaram na impossibilidade de atestar sua fidedignidade.

Tal irregularidade indica pagamento de despesas com recursos que não transitaram pelas contas bancárias específicas de campanha eleitoral, de modo que, em razão da impossibilidade de identificar sua origem, a utilização configura Recurso de Origem Não Identificada(RONI) no valor de R$ 640,00(seiscentos e quarenta reais), gerando a obrigação recolhimento do referido montante ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 32, IV, da Res. TSE 23.607/2019, consoante jurisprudência:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEPUTADO ESTADUAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL ENTREGUE FORA DO PRAZO ESTABELECIDO PELA RESOLUÇÃO TSE 23 . 607/19. ATRASO NA ENTREGA DE RELATÓRIOS FINANCEIROS. VÍCIOS FORMAIS QUE NÃO COMPROMETERAM A ANÁLISE DAS CONTAS. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS SEM A RESPECTIVA COMPROVAÇÃO DE CESSÃO DE USO OU LOCAÇÃO DE VEÍCULOS . OMISSÃO DE GASTOS E RECEITAS ELEITORAIS. RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. IRREGULARIDADE NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS PÚBLICOS. FUNDO PARTIDÁRIO . RECOLHIMENTO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. INAPLICABILIDADE. CONTAS DESAPROVADAS .

1. O atraso na entrega da prestação de contas final por poucos dias configura mera impropriedade, uma vez que não obstaculiza a análise das contas.

2. A intempestividade na apresentação dos relatórios financeiros de campanha, quando inexistente demonstração de que o atraso comprometeu a análise global das contas, é vício meramente formal .

3. No presente caso, houve despesas com combustíveis, sem o registro de contrato de locação ou cessão dos respectivos veículos para campanha em desacordo com o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23 .607/2019.

4. Omissão de gastos eleitorais identificados por meio de circularização, em razão da emissão de notas fiscais lançadas no CNPJ de campanha que gera a presunção de existência da despesa

subjacente ao documento, configurando despesa paga com recursos de origem não identificada (RONI), em afronta ao art. 32 da Resolução TSE 23 .607/19, ensejando a necessidade de recolhimento dos valores ao Tesouro Nacional.

(...)

(TRE-PR - PCE: 06031510320226160000 CURITIBA - PR 060315103, Relator.: Des. Fernando Wolff Bodziak, Data de Julgamento: 02/06/2023, Data de Publicação: 06/06/2023).

Dessa forma, a identificação de nota fiscal eletrônica, referente à despesa omitida na prestação de contas, somada à circunstância de que tal despesa foi paga com recursos que não transitaram pelas contas específicas de campanha, configura a utilização de recursos de origem não identificada, ensejando a irregularidade da despesa e a necessidade de recolhimento do valor correspondente(R$ 640,00), ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 32, §§ 2º e 3º da Res. TSE nº 23.607/2019.

3.2- Foram identificadas as seguintes omissões relativas às despesas constantes da prestação de contas em exame e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral, obtidas mediante circularização e/ou informações voluntárias de campanha e/ou confronto com notas fiscais eletrônicas de gastos eleitorais, revelando indícios de omissão de gastos eleitorais, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019:

FORNECEDOR: ROBERTO DA SILVA

VALOR: R$ 680,00

Segundo o parecer técnico, os dados das notas fiscais eletrônicas enviados pelas Secretarias de Fazenda para a Justiça Eleitoral, ou voluntariamente via IDC(Informações Durante a Campanha) estão amparados por documentação probatória(NFe em situação "ativa" no valor de R$ 680,00), contrariando os registros da prestação de contas.

A constatação da existência de documento fiscal relativo a despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas sem seu devido registro no SPCE, configura omissão irregular de gasto que denota a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, uma vez que submetidas a outros elementos de controle, hábeis a validar/confirmar as informações prestadas, resultaram na impossibilidade de atestar sua fidedignidade

Ocorre que houve registro da referida despesa no Demonstrativo de despesas efetuadas(ID 123516182), embora não conste o referido registro no detalhamento individual das despesas. Além disso, o valor de R$ 680,00(seiscentos e oitenta reais), transitou por conta bancária e está amparado por nota fiscal, cumprindo as exigências do art. 60 das Resolução 23.607/2019.

Assim, resta sanada a irregularidade apontada no parecer conclusivo, embora persista uma impropriedade que não prejudicou a lisura das contas prestadas.

4. Inconsistências nas despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), contrariando o que dispõem os arts. 35, 53, II, c, e 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Segundo o Parecer conclusivo, o candidato não apresentou contrato e tampouco comprovante de pagamento da despesa no valor de R$ 9.075,00(nove mil e setenta e cinco reais). A referida despesa consta no Extrato de Prestação de Contas como Dívida de Campanha.

A assunção de dívida de campanha pelo Partido Político somente é possível se atendidos os três requisitos dispostos no art. 33, § 3°,incisos I a III, da Resolução TSE nº 23.607/2019. O prestador de contas não atendeu a nenhum deles, assim como não consta decisão da agremiação nacional do partido, assumindo a dívida.

Ressalta-se que, dentre os requisitos para a assunção de dívidas se encontra a anuência do credor, o que não foi comprovado nos autos. Dessa forma, a falta dos requisitos exigidos no artigo supracitado impede o reconhecimento da obrigação como dívida de campanha na presente prestação de contas, visto que não foi comprovada a consolidação da referida dívida. Ademais,

inexiste previsão normativa para determinar o recolhimento de dívida de campanha ao Tesouro Nacional, como se de recursos de origem não identificada fosse.

Outrossim, segundo precedente do TSE, a assunção da dívida pelo partido não é um procedimento compulsório e, tampouco, afasta a possibilidade de que o candidato obtenha diretamente os recursos para quitar as obrigações junto aos fornecedores. Destarte, não se configura pertinente, classificar o valor devido como recurso de origem não identificada, visto que sequer houve captação de recurso. Tal classificação, em última análise, obstaria o candidato de quitar obrigação pela qual responde pessoal e individualmente.

A qualificação do valor devido como de origem não identificada, apenas agravaria a irregularidade detectada na análise técnica, impondo ao candidato o ônus de duplicar esforços na arrecadação de recursos junto a fontes não controladas pela Justiça Eleitoral, para além de saldar os débitos com fornecedores e efetuar o recolhimento ao Tesouro Nacional.

Nesse diapasão, a determinação de recolhimento ao erário configuraria enriquecimento sem causa da União, que se tornaria credora por dívidas contraídas pelo candidato junto a terceiros e ainda dificultaria o recebimento dos valores pelo credor real.

Nesses termos:

AGRAVO INTERNO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO . NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS. DÍVIDAS DE CAMPANHA. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. 1. A constatação de notas fiscais emitidas em nome do candidato e não canceladas impõe a presunção da responsabilidade sobre o gasto, que, se não adimplido, constitui dívida de campanha. 2. A existência de dívida de campanha não impõe a determinação de recolhimento de valores ao erário por ausência de previsão normativa nesse sentido. Precedentes. 3. Agravo interno conhecido e desprovido.(TRE-GO - PCE: 06032047620226090000 GOIÂNIA - GO 060320476, Relator.: Des. Márcio Antônio De Sousa Moraes Júnior, Data de Julgamento: 16/03/2023, Data de Publicação: 22/03/2023).

Dessa forma, considerando entendimento da Corte Superior, não há respaldo normativo para determinar o recolhimento da supracitada dívida de campanha, ao Tesouro Nacional, visto que, havendo credor identificado(M V OLIVEIRA VIEIRA), a ele pertence o numerário devido.

Sem embargo do exposto, a falha permanece, só não desafia o recolhimento de valores ao Erário. Ademais, a empresa M V Oliveira Vieira figura em inúmeras prestações de contas de candidatos como credora, o que causa espécie, afinal, aparentemente ela aceitou vender material gráfico sem receber pagamento.

Assim, o fato deve ser notificado ao MPE, para os fins do art. 91 da Resolução nº 23.607/2019.

5. O valor dos recursos próprios supera em R$ 4.454,44 [soma RP menos 10% do limite de gastos, fixado para a candidatura] o limite previsto no art. 27, §1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019

O valor máximo de recursos próprios utilizados deveria ser R$ 30.827,27(trinta mil oitocentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos), ou seja, 10% do limite de gastos para o cargo(R$ 308.272,66). Segundo o parecer técnico, o valor de recursos próprios aplicados ultrapassou em R$ 4.454,44(quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), o limite legal estabelecido pela Resolução 23.607/2019, visto que o candidato utilizou R$ 35.281,71(trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos), atingindo o percentual de 11,44%.

Nos termos do art. 5º, I a III, da Resolução TSE 23.607/2019, o limite de gastos compreende, além dos gastos contratados e transferências realizadas a outros candidatos e partidos, as doações estimáveis em dinheiro recebidas. Dessa forma, o candidato poderia aplicar recursos próprios em campanha até o limite de R$ 30.827,27(trinta mil oitocentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos), incluindo as receitas estimáveis em dinheiro.

O descumprimento do limite estabelecido pela norma constitui irregularidade e enseja o pagamento de multa no valor de até 100%(cem por cento) da quantia em excesso, sem prejuízo da candidata ou do candidato responder por abuso do poder econômico, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 3º), conforme art. 27, §4º, da Resolução TSE 23.607/2019.

Entretanto, apesar de haver irregularidade, considerando o valor módico do limite ultrapassado (1,44%), frente ao limite máximo de gastos para o cargo e observada a ausência de má fé do prestador de contas e o não comprometimento da higidez e transparência das contas prestadas, cabe a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no julgamento das contas.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO . RECURSOS PRÓPRIOS. EXCESSO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART . 27, §§ 1º E 4º DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.607/2019. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE . RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1- O Tribunal Superior Eleitoral atualizou para R$ 36.159,76 (trinta e seis mil cento e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos) o teto de gastos para o cargo de vereador no Município de Luís Correira-PI.

2- Os aportes de recursos próprios financeiros e/ou estimáveis em dinheiro na campanha do recorrente, estavam limitados a R$ 3 .615,97 (três mil seiscentos e quinze reais e noventa e sete centavos).

3- O extrato de prestação de contas final reporta a utilização de recursos próprios no total de R$ 3.731,20 (três mil setecentos e trinta e um reais e vinte centavos), o que perfaz um excesso de arrecadação de R$ 115,22 (cento e quinze reais e vinte e dois centavos).

4- A teor do art . 27, § 4º da Resolução TSE nº 23.607/2019, a doação acima dos limites fixados sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de até 100% (cem por cento) da quantia em excesso.

5- O valor da irregularidade corresponde a 1,55% do total arrecadado, o que autoriza a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para aprovar as contas com ressalvas, mantida a multa aplicada.

6- Recurso parcialmente provido .(TRE-PI - RE: 060028554 LUIS CORREIA - PI, Relator.: TEÓFILO RODRIGUES FERREIRA, Data de Julgamento: 06/04/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 06/04/2021)

Dessa forma, determino o pagamento de multa no valor de R$ 890,88(oitocentos e noventa reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 20%(vinte por cento) da quantia em excesso, conforme art. 27, § 4º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

6. Há contas bancárias na base de dados dos extratos eletrônicos não registradas na prestação de contas em exame, caracterizando omissão na prestação de informações à Justiça Eleitoral relativas ao registro integral da movimentação financeira de campanha, infringindo o art. 53, II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019

Segundo o parecer técnico, há contas bancárias não registradas na Prestação de contas, o que compromete a transparência e a análise das contas, uma vez que somente foi possível a análise através dos extratos eletrônicos, disponíveis no SPCE-WEB , contrariando o disposto no art. 53, II, a, da Resolução TSE 23.607/2019.

Contudo, verificou-se que tal irregularidade não inviabilizou a analise das contas, visto que os extratos das contas bancárias não registradas encontram-se disponíveis no Sistema SPCE WEB, não apresentando movimentação financeira.

Nesses termos:

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATA. DEPUTADA ESTADUAL. EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO PARA ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA DESTINADA AO RECEBIMENTO DOAÇÕES DE CAMPANHA . SOBRAS DE CAMPANHA. EQUÍVOCO DE REGISTRO NO SPCE. DESPESA PAGA COM RECURSOS ORIUNDOS DO FEFC. PROVA MATERIAL . DESNECESSIDADE. OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. EXISTÊNCIA DE CONTAS BANCÁRIAS NA BASE DE DADOS DOS EXTRATOS BANCÁRIOS NÃO REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. INCONSISTÊNCIAS QUE NÃO MACULAM A CONFIABILIDADE DAS CONTAS . APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. 1. A extrapolação do prazo para a abertura da conta bancária destinada ao recebimento de Doações para Campanha é falha meramente formal, autorizando a aposição de ressalvas nas contas .(Precedentes) 2. Identificado equívoco no lançamento no SPCE de sobras de campanha oriundas do fundo partidário. Impropriedade que não impediu a análise da movimentação financeira, bem como a identificação da origem dos mencionados recursos. Apontamento de ressalvas nas contas . 3. O art. 60, § 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019, ao facultar a possibilidade de serem exigidos outros documentos como meio de prova de despesas, tem como desiderato o cotejo com outros elementos já existentes diante de eventual dúvida, quando há insuficiência de documentos, indícios de omissão de despesas ou desvio de verbas, o que não é o caso dos autos . 4. Foi detectada na base de dados dos extratos eletrônicos a existência de contas bancárias cujos registros não foram efetuados na prestação de contas da interessada, em desacordo com o art. 53, II, a, da Resolução TSE nº 23.607/2019 . A candidata não se manifestou, apesar de regularmente intimada. Irregularidade que se mantém. 5. Na hipótese, restaram inconsistências que não trazem gravidade suficiente a macular a confiabilidade das contas . Aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para aprovar com ressalvas as contas 6. Contas aprovadas com ressalvas.(TRE-PI - PCE: 0601154-28.2022 . 6.18.0000 TERESINA - PI 060115428, Relator.: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 12/05/2023, Data de Publicação: DJE 92, data 24/05/2023).

Assim, a aludida irregularidade não impediu a fiscalização pela Justiça Eleitoral, da arrecadação e da aplicação de recursos. Falha que, por si só, não leva à desaprovação das contas, gerando apenas uma ressalva.

7. Há divergências entre a movimentação financeira registrada na prestação de contas e aquela registrada nos extratos eletrônicos (art. 53, I, alínea "g" e II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019.

O parecerista apontou dados constantes dos extratos bancários sem registro na Prestação de contas:

PIX(CRÉDITO): R$ 7.000,00(20/08/2024)

TRANSFERÊNCIAS INTERBANCÁRIAS(ENVIADAS):

R$ 3.000,00(30/08/2024);

R$ 3.000,00(02/09/2024);

R$ 1.000,00(03/09/2024) e

R$ 680,00(25/09/2024).

A receita no valor de R$ 7.000,00(sete mil reais) não foi registrada na Prestação de contas, constando apenas nos extratos eletrônicos(conta outros recursos) do Sistema SPCE WEB. O crédito é proveniente da conta de nº 446-10 da Caixa econômica Federal.

Além disso, o restante das despesas descritas neste item, no montante de R$ 7.000,00, não foram registradas na Prestação de contas do candidato, não constando também, documentos fiscais dos referidos gastos.

Ocorre que os débitos bancários no total de R$7.000,00(soma de dois débitos no valor R$3.000,00 e um débito no valor de R$ 1.000,00), foram realizados em favor da conta nº 446-10 da Caixa econômica Federal, acima citada.

Deduz-se, dessa forma, que o candidato recebeu o crédito(R$7.000,00) na conta outros recursos (nº 70494-6) e devolveu o mesmo valor, através de transferências bancárias em datas distintas, justificando-se o não registro na Prestação de contas e a ausência de notas fiscais referentes aos gastos supostamente realizados.

Assim, restaram sanadas, as irregularidades relatadas no Parecer técnico(ID 123698085).

8.Há dívidas de campanha declaradas na prestação de contas decorrentes do não pagamento de despesas contraídas na campanha, no montante de R$ 9.075,00, não tendo sido apresentado(s) o (s) seguinte(s) documento(s), conforme dispõe o art.33, §§ 2° e 3°, da Resolução TSE nº 23.607 /2019: . autorização do órgão nacional para assunção da dívida pelo órgão partidário da respectiva circunscrição;

. acordo expressamente formalizado, no qual deverão constar a origem e o valor da obrigação assumida, os dados e a anuência do credor;

. cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo e

. indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido.

A irregularidade apontada neste item já foi esclarecida no item 4.

9. Confronto com a prestação de contas parcial

9.1 Foram detectadas divergências entre as informações relativas às doações constantes da prestação de contas final e aquelas constantes da prestação de contas parcial, frustrando a execução tempestiva das medidas de controle concomitante, transparência e fiscalização, contrariando o que dispõe o art. 47, § 6º, da Resolução TSE nº 23.607/2019

9.2 Foram detectadas doações recebidas em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informadas à época, frustrando a execução tempestiva das medidas de controle concomitante, transparência e fiscalização, contrariando o que dispõe o art. 47, § 6º, da Resolução TSE nº 23.607/2019

O parecerista constatou diferenças entre a Informações relativas às doações constantes da prestação de contas final e aquelas constantes da prestação de contas parcial em desacordo com o art. 47, § 6º, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Ressaltou ainda que as doações recebidas em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informadas à época, frustraram a execução tempestiva das medidas de controle concomitante pela Justiça Eleitoral, assim como a transparência e fiscalização das contas, configurando irregularidade grave.

O registro das movimentações financeiras de recursos públicos, na forma prevista na Resolução TSE nº 23.607/2019, visa preservar o controle social e a organicidade da complexa atividade fiscalizatória realizada pela Justiça Eleitoral, de modo que não se pode relevar a importância da tempestiva contabilização pública dos gastos de campanha.

Todavia, apesar de persistir a presente falha, esta, analisada no conjunto das presentes contas, não possui força para comprometer a regularidade e a fiscalização das mesmas, haja vista que foram registradas na prestação de contas final, o que não inviabilizou o exame, tampouco se afigura a má-fé do prestador de contas, sendo suficiente a ressalva.

Nesse termos:

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. ATRASO NA ENTREGA DE RELATÓRIO FINANCEIRO DE CAMPANHA . DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. DIVERGÊNCIAS ENTRE A

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AQUELA REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. CONFRONTO COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.
(...)
4. Foram detectadas divergências entre as informações relativas às despesas constantes da prestação de contas final em exame e aquelas constantes da prestação de contas parcial, bem como gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época.
4 .1. Acompanhando o entendimento da Corte Superior e deste egrégio Tribunal, é imprescindível analisar se os vícios não afetam a transparência das contas e a fiscalização tanto por esta Justiça Especializada quanto pela sociedade durante toda a campanha.
5. As irregularidades subsistentes (itens 1 e 4) impõem a aprovação das contas com ressalvas .
6. Contas aprovadas com ressalvas. (TRE-PI - PCE: 0601066-87.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060106687, Relator.: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 12/12/2022, Data de Publicação: PSESS 174, data 12/12/2022)
Dessa forma, apesar de persistir as falhas supracitadas, não houve comprometimento na regularidade e a fiscalização das contas, gerando apenas ressalvas.
Ante o exposto, em consonância com o opinativo do Parquet, APROVO COM RESSALVAS, as contas da campanha eleitoral/2024, PRESTADAS por PAULO ROBERTO BEZERRA DE OLIVEIRA, nos termos do artigo 74, caput, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
DETERMINO, outrossim, o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 640,00(seiscentos e quarenta reais)
DETERMINO, ainda, o pagamento de multa no valor de R$ 890,88(oitocentos e noventa reais e oitenta e oito centavos).
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019), inclusive para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Remetam-se os autos ao Representante do Ministério Público Eleitoral para análise e instauração dos procedimentos cabíveis para apuração e eventuais ilícitos, conforme preceituam os arts. 75, parágrafo único e 91, I da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.
Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600078-89.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600078-89.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 WILZIANNE CORREIA DE OLIVEIRA VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

RESPONSÁVEL : WILZIANNE CORREIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600078-89.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 WILZIANNE CORREIA DE OLIVEIRA VEREADOR, WILZIANNE CORREIA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925139, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).
6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à

Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600190-58.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600190-58.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 LARISSA KATIUSSA DO NASCIMENTO CAVALCANTE DANTAS VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
RESPONSÁVEL	: LARISSA KATIUSSA DO NASCIMENTO CAVALCANTE DANTAS
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600190-58.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 LARISSA KATIUSSA DO NASCIMENTO CAVALCANTE DANTAS VEREADOR, LARISSA KATIUSSA DO NASCIMENTO CAVALCANTE DANTAS
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925149, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?

method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.

Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.

5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do (a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709 /2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600088-36.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600088-36.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ANTONIO SERGIO SOUSA SANTOS
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 ANTONIO SERGIO SOUSA SANTOS VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600088-36.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 ANTONIO SERGIO SOUSA SANTOS VEREADOR, ANTONIO SERGIO SOUSA SANTOS

Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881

Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881

DECISÃO

Considerando a petição retro, ID 123929972, determino ao Cartório Eleitoral que:

1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;

2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.

Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado,

independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;

3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;

4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.

O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.

Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br /CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?
method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.

Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.

5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do (a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709 /2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600098-80.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600098-80.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 HUMBERTO ROLDAO DE OLIVEIRA SOUSA VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI)
RESPONSÁVEL	: HUMBERTO ROLDAO DE OLIVEIRA SOUSA
ADVOGADO	: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600098-80.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 HUMBERTO ROLDAO DE OLIVEIRA SOUSA VEREADOR, HUMBERTO ROLDAO DE OLIVEIRA SOUSA
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - PI12306
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - PI12306
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925151, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br /CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?
method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do (a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709 /2022).
6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600116-04.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600116-04.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: JOSE DA LUZ SILVA
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (23/RO)
ADVOGADO	: VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO (3789/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 JOSE DA LUZ SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (23/RO)
ADVOGADO	: VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO (3789/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600116-04.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 JOSE DA LUZ SILVA VEREADOR, JOSE DA LUZ SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - RO23, VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO - PI3789
Advogados do(a) REQUERENTE: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - RO23, VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO - PI3789
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123929978, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE

cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do (a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709 /2022).
6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600110-94.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600110-94.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ABDIAS LIMA DE QUEIROZ FILHO
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 ABDIAS LIMA DE QUEIROZ FILHO VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600110-94.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ABDIAS LIMA DE QUEIROZ FILHO VEREADOR, ABDIAS LIMA DE QUEIROZ FILHO
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123929976, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;

4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.

O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.

Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.

Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.

5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600177-59.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600177-59.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: CARLOS GABRIEL DA SILVA BARBOSA
ADVOGADO	: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES (139537/MG)
ADVOGADO	: PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES (131667/MG)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 CARLOS GABRIEL DA SILVA BARBOSA VEREADOR
ADVOGADO	: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES (139537/MG)
ADVOGADO	: PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES (131667/MG)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600177-59.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 CARLOS GABRIEL DA SILVA BARBOSA VEREADOR, CARLOS GABRIEL DA SILVA BARBOSA
Advogados do(a) REQUERENTE: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES - MG139537, PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES - MG131667
Advogados do(a) REQUERENTE: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES - MG139537, PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES - MG131667
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123929980, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).
6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600151-61.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600151-61.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ANISIA MARIA TEIXEIRA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 ANISIA MARIA TEIXEIRA PEREIRA DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600151-61.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ANISIA MARIA TEIXEIRA PEREIRA DA SILVA VEREADOR, ANISIA MARIA TEIXEIRA PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925153, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.

5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600184-51.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600184-51.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 PAULO AFONSO MARTINS DE CARVALHO VEREADOR
ADVOGADO	: PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES (131667/MG)
ADVOGADO	: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES (139537/MG)
RESPONSÁVEL	: PAULO AFONSO MARTINS DE CARVALHO
ADVOGADO	: PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES (131667/MG)
ADVOGADO	: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES (139537/MG)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600184-51.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 PAULO AFONSO MARTINS DE CARVALHO VEREADOR, PAULO AFONSO MARTINS DE CARVALHO

Advogados do(a) REQUERENTE: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES - MG139537, PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES - MG131667

Advogados do(a) REQUERENTE: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES - MG139537, PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES - MG131667

DECISÃO

Considerando a petição retro, ID 123925155, determino ao Cartório Eleitoral que:

1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;

2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.

Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;

3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).
6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600353-38.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600353-38.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 LEILA SOARES BATISTA SANTANA LIMA VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI)
REQUERENTE	: LEILA SOARES BATISTA SANTANA LIMA
ADVOGADO	: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600353-38.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 LEILA SOARES BATISTA SANTANA LIMA VEREADOR, LEILA SOARES BATISTA SANTANA LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - PI12306
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - PI12306
SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de LEILA SOARES BATISTA SANTANA LIMA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123633190).

Intimada, a candidata apresentou, intempestivamente, prestação de contas retificadora em ID 123653951, além de esclarecimentos e documentos.

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123675919), no qual opinou pela desaprovação das contas em razão das irregularidades apontadas nos itens 2.2, 3.1, 4.5, 5.1, 6.1 e 6.2, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ R$ 100.000,00 (cem mil reais), classificados como gasto irregular, na forma do art.79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019, além de R$ 11.183,18 (onze mil, cento e oitenta e três reais e dezoito centavos), a título de RONI.

A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123685054) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades, detalhadas nos itens 2.2, 3.1, 4.5, 5.1, 6.1 e 6.2, bem como o recolhimento ao Tesouro Nacional o valor R$ 111 .183,18 (cem e onze mil, cento e oitenta e três reais e dezoito centavos).

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela aprovação com ressalvas das contas em exame.

1. OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS (Item 2.1)

O cerne da questão se verifica no fato de um fornecedor de campanha ter prestado para a candidatura um serviço no valor de R$ 5.000,00, mesmo sendo beneficiário do programa Bolsa Família.

Porém, trata-se de mero indício de irregularidade. Com efeito, se eventualmente houver problema com a falta de capacidade operacional do fornecedor, o candidato não pode ser responsabilizado por ele ser adepto do Bolsa Família. De fato, o prestador de contas apenas contratou o serviço.

Sobre o tema, cito jurisprudência da Corte Eleitoral do Piauí: "o fato de o doador de bem estimado (um veículo) ser beneficiário do programa bolsa família, constitui indício de irregularidade alheia à análise da prestação de contas do candidato beneficiário". (TRE-PI - RE: 060041730 DOM INOCÊNCIO - PI 60041730, Relator.: Des. DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Data de Julgamento: 21/10/2019, Data de Publicação: DJE , data 29/10/2019)."

Assim, reputo a despesa como regular, mas deve-se cientificar o Ministério Público para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

2. EXAME DE REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA(ITEM 2.2, 3.1 e 4.5)

A unidade técnica aponta que houve inúmeros gastos sem comprovação, os quais, para fins de melhor entendimento, serão abordados um a um.

FORNECEDOR I R DE MACEDO - R$ 40.000,00

É crucial se ter em mente que uma despesa eleitoral se encontra comprovada quando cumpre os requisitos legais, mormente o art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019, o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

Compreende-se, a partir dessas disposições, que o prestador de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.

Analisando os autos, observa-se que as despesas contratadas estão regularmente comprovadas, pois há notas fiscais, contrato, recibo e comprovante de transferência lhes dando suporte(ID 123653988). Assim, afasto a irregularidade apontada.

GABRIEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO RODRIGUES - R$ 27.078,00

O fornecedor foi contrato para prestar dois tipos de serviço, um no valor de R$ 10.000,00 e outro no valor de R$ 8.000,00. Além disso, recebeu mais duas transferências, sendo a primeira de R$ 2.078,00, ocorrida em 20/09/2024 e a segunda em 04/10/2024, no aporte de R$ 7.000,00.

Percebo, em ID 123653987, que a despesa de R$ 10.000,00 encontra-se devidamente comprovada, com a apresentação de contrato, nota fiscal e comprovante de pagamento, sendo regular.

Contudo, no que tange aos gastos de R$ 8.000,00, de R$ 2.078,00 e de R$ 7.000,00, não consta nos autos nenhum documento lhes dando suporte. Apesar disso, sabe-se que o valor saiu da conta de campanha(págs. 5 e 6do ID 123655917), sendo indene de dúvidas que o pagamento ocorreu.

Nesse contexto, não se sabe qual o uso dos recursos públicos utilizados em campanha, inviabilizando o controle efetivo por parte desta Especializada. Tal irregularidade conduz à desaprovação das contas e à devolução de valores aos cofres públicos, consoante jurisprudência do TRE/PI, abaixo colacionada:

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL .OMISSÃO QUANTO À ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS E DE COMPROVANTES DE DESPESAS REALIZADAS. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA CONTA PESSOAL. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI). FALTA DE REGISTRO DOS GASTOS COM SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE. INVIABILIDADE DE EFETIVA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTABILIDADE DE CAMPANHA. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO . (...) 7. Por outro lado, impõe-se a determinação de ressarcimento ao erário dos recursos do FEFC cuja movimentação não tem comprovação adequada, bem como de transferência ao Tesouro Nacional do equivalente à totalidade dos recursos de origem não identificada empregados em campanha, nos termos dos artigos 32, caput, § 1º, inciso VI, e 79, § 1º, combinados com o disposto no artigo 80, § 3º, todos da Resolução TSE nº 23 .607/2019. (...)(TRE-PI - PCE: 0601606-38 .2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060160638, Relator.: Des . Lucas Rosendo Maximo De Araujo, Data de Julgamento: 07/11/2023, Data de Publicação: DJE , data 13/11/2023)

Destarte, considero a despesa não comprovada como irregular, com a necessidade de devolução dos valores ao Tesouro Nacional.

ARACELLY CAROLYNE MOURA BARROS COSTA - R$ 5.000,00

A prestadora gastou R$ 5.000,00 com 250 marmitas. Ocorre que somente foram contratos dois militantes(ID 123653979 e 123653980). Assim, o número de refeições adquiridas excede, e muito, o necessário para se alimentar o pessoal contratado para fazer campanha.

A aquisição de alimentos em quantidades que destoam com a perspectiva de consumo e de uso, no curto período de campanha, por apenas 2 (dois) prestadores de serviços, leva a irregularidade do gasto.

Com efeito, considerando que uma pessoa consome um almoço por dia e que a campanha possui 45 dias, o máximo de refeições a serem contratadas, computando inclusive os feriados e finais de semana, seriam 90.

Portanto, resta díspar e incompatível a proporção entre os agentes de campanha contratados e a quantidade de marmitas fornecidas, levando a violação do princípio da economicidade.

Em tais casos, a despesa deve ser considerada irregular e o montante despendido ser devolvido ao Tesouro Nacional, consoante jurisprudência do TRE/PI:

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATA. DEPUTADA ESTADUAL. APRESENTAÇÃO DE CONTAS INTEMPESTIVA. FALHA FORMAL. SOBRA DE CAMPANHA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEVOLUÇÃO. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO SEM IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. IRREGULARIDADE. DESPESA COM MILITÂNCIA. AUSÊNCIA DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DOS REQUISITOS. FALHA PARCIALMENTE ATENDIDA. APOSIÇÃO DE RESSALVAS. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. DISCREPÂNCIA ENTRE NOTAS FISCAIS E CUPONS FISCAIS. DIVERGÊNCIA NA FORMA DE PAGAMENTO E TIPO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO . IRREGULARIDADE. DESPESAS COM PUBLICIDADE. PROVA MATERIAL. DESNECESSIDADE. FALHA SUPERADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO. IRREGULARIDADE. DOAÇÕES RECEBIDAS E GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO PARCIAL E NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. RESSALVA. DESPESAS PAGAS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FEFC. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. DESAPROVAÇÃO.

(...)

3. Houve despesas com alimentação sem identificação dos destinatários das refeições. Em que pese a nota fiscal tenha sido juntada aos autos em um dos casos, não foi comprovada a correlação da aludida despesa com as atividades da campanha e, por conseguinte, não é possível aferir a destinação dos alimentos adquiridos em supermercado: uso pessoal (para si ou para terceiros) ou uso de campanha. Causa espécie a compra dos produtos sem qualquer justificativa de vínculo com a campanha, sobretudo pela natureza dos alimentos obtidos.

(TRE-PI - PCE: 06014253720226180000 TERESINA - PI 060142537, Relator.: Des. Ricardo Gentil Eulalio Dantas, Data de Julgamento: 18/07/2024, Data de Publicação: DJE 138, data 25/07/2024)"

CLAUDIO HENRIQUE BEZERRA SILVA RODRIGUES - R$ 15.000,00

O parecer técnico aponta para gastos com material gráfico, no aporte de R$ 5.000,00. Além disso, o fornecedor recebeu outro pagamento, no valor de R$ 10.000,00, em 30/09/2024.

Quanto ao primeiro gasto, percebo que há nota fiscal em ID 123653982, mas que o mencionado documento não cumpre os requisitos legais.

Isso porque, em tal tipo de dispêndio, é imperioso que o documento fiscal retrate o material de campanha impresso, indicando no corpo do documento fiscal as dimensões do material produzido. Ocorre que a nota fiscal colacionada aos autos não traz as dimensões e nem as quantidades produzidas, inviabilizando a aceitação do gasto, por desrespeito ao §8º, do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Nesse cenário, faz-se mister se considerar a despesa como irregular cumulada com a devolução do gasto ao erário, conforme julgado a seguir:

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. EXAME DE REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO E DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES. PUBLICIDADE POR MATERIAIS IMPRESSOS E ADESIVOS. DESPESAS COM HOSPEDAGEM. LOCAÇÃO COM EQUIPAMENTO DE GERADOR A GASOLINA. IMPULSIONAMENTO DE CONTEÚDOS. COMPROVANTE DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO DOADO. CONFRONTO COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL . APROFUNDAMENTO DO EXAME DE GASTOS ELEITORAIS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

(...)

3. O § 8º do Artigo 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019 afirma que "a comprovação dos gastos eleitorais com material de campanha impresso deve indicar no corpo do documento fiscal as dimensões do material produzido" . Não consta do corpo da nota fiscal 69146 as dimensões do material produzido, contrariando o referido dispositivo, motivo pelo qual não resta comprovado o gasto eleitoral. 3.1. Recolhimento do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) ao Tesouro Nacional.

(...)

(TRE-PI - PCE: 0601207-09.2022.6 .18.0000 TERESINA - PI 060120709, Relator.: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 13/12/2022, Data de Publicação: PSESS 196, data 13/12/2022)

Já quanto ao segundo pagamento, não consta nos autos nem nota fiscal, nem qualquer outro documento que os comprove. Portanto, não se sabe qual o uso dos recursos públicos utilizados em campanha, inviabilizando o controle efetivo por parte desta Especializada. Tal irregularidade conduz à desaprovação das contas e à devolução de valores aos cofres públicos.

RAQUEL CRISTINA DA CUNHA RODRIGUES e FRANCISCA DAS CHAGAS LIMA - R$ 3.420,00

Ambas foram contratadas como militantes, conforme comprovante de pagamento em ID's 123653979 e 123653980.

Ocorre que a contratação desse tipo de mão de obra exige o detalhamento, com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado, consoante art. 35, § 12º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Na espécie, porém, mesmo se levando em conta os documentos apresentados com a prestação de contas retificadora, não há os mencionados contratos, tornando a despesa irregular, por ausência de comprovação idônea. Nesse sentido: "2.3. Com relação aos gastos com a contratação de pessoal para campanha, o TRE-PI já fixou entendimento de que as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado (art. 35, § 12, Res. TSE nº 23.607/2019), sob pena de configurar irregularidade com recursos oriundos do FEFC. No caso, apesar dos documentos fiscais, não foram apresentados os contratos de prestação de serviço de pessoal, com o detalhamento das atividades a serem exercidas, dos locais e horas de trabalho. O vício representa mais de 10% do total arrecadado, portanto é grave leva à desaprovação e necessidade do recolhimento do valor ao Tesouro Nacional (art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019)." TRE-PI - PCE: 06012166820226180000 TERESINA - PI 060121668, Relator.: Des. Lirton Nogueira Santos, Data de Julgamento: 27/06/2024, Data de Publicação: DJE 125, data 09/07/2024)."

Destarte, reputo a despesa como irregular, devendo os valores serem devolvidos ao Tesouro Nacional.

FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA - R$ 2.000,00

A candidata juntou aos autos a nota fiscal do Facebook nº 94176521, no valor de R$ 1.816,82 (um mil, oitocentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos). Porém, foram contratados R$ 2.000,00 (dois mil reais) em créditos, conforme ID 123653983, ou seja, há um diferença de R$ 183,68 (cento e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos) em créditos contratados e não utilizados.

Assim, a diferença paga ao FACEBOOK e não utilizada, deve ser restituída ao Tesouro Nacional. Considero, portanto, violado o art. 35, §2º da Resolução nº 23.607/2019, com a obrigação de devolução de R$ 183,68 (cento e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos).

DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R$ 3.000,00

O parecer técnico indica gasto com serviços advocatícios. A prestadora apresentou nota fiscal, comprovante de pagamento e procuração em ID 123653978. Não resta dúvidas de que a despesa esteja regular, sobretudo porque o profissional advoga no presente feito, restando regular a despesa.

GISELLY WALLESKA DE OLIVEIRA BRITO - R$ 3.000,00

Mais uma vez, há transferência de valores para uma pessoa, mas sem comprovação de qual despesa eleitoral veio a ser coberta. Trata-se, novamente, de pagamento sem comprovação, atraindo a irregularidade e obrigatoriedade de ressarcimento do erário.

Isso porque, conforme já explicado alhures, em processo de prestação de contas, cumpre ao candidato comprovar todas as receitas e os gastos efetivados na campanha, devendo suas informações convergirem com os dados obtidos pela Justiça Eleitoral, a fim de viabilizar o trabalho de fiscalização, conforme o art. 53, I, g, da Resolução do TSE nº 23.607/2019.

E a presente despesa não possui nenhuma comprovação, há, simplesmente, a transferência do valor para a beneficiária, sem se demonstrar qual o trabalho ou o produto fornecido para a campanha.

3. DÍVIDAS DE CAMPANHA (ITEM 5.1)

Na hipótese, a parecerista destacou que "*Há dívidas de campanha declaradas na prestação de contas decorrentes do não pagamento de despesas contraídas na campanha, no montante de R$ 1.855,00, não tendo sido apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s), conforme dispõe o art.33, §§ 2° e 3°, da Resolução TSE nº 23.607/2019: (12.1)*

. autorização do órgão nacional para assunção da dívida pelo órgão partidário da respectiva circunscrição;

. acordo expressamente formalizado, no qual deverão constar a origem e o valor da obrigação assumida, os dados e a anuência do credor;

. cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo e

. indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido ".

No caso, a agremiação não efetivou a assunção da dívida no montante de R$ 1.855,00. Não houve apresentação dos documentos para viabilizar a assunção da dívida pelo Partido.

Sabe-se que há a possibilidade de assunção da dívida pela agremiação por decisão do órgão nacional de direção partidária, com apresentação, no ato da prestação de contas final, de acordo expressamente formalizado, cronograma de pagamento e quitação e a indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido (art. 33, §§ 2º e 3º, Resolução nº 23.607/2019).

Demais disso, os débitos de campanha, conforme orientação do art. 34 da mesma Resolução, não assumidos pelo partido devem ser cotejados e considerados como motivo suficiente para ensejar a rejeição das contas.(art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019).

Nesse sentido, é a jurisprudência: "*A existência de dívidas de decorrentes do não pagamento de despesas contraídas e não assumidas pela agremiação partidária, nos moldes do artigo 33, §§ 2º e 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, macula a prestação de contas de campanha, podendo ser razão de sua desaprovação. No caso em tela, tem-se que os dispêndios não foram pagos nem assumidos pelo partido, remanescendo a irregularidade, a caracterizar vício grave e insanável que compromete a regularidade das contas.*" (TRE-PI - PCE: 0601377-78.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060137778, Relator: Nazareno Cesar Moreira Reis, Data de Julgamento: 25/01/2024, Data de Publicação: DJE-18, data 31/01/2024);

Entendo, portanto, que permanece não sanada a irregularidade no valor R$ 1.855,00 devida aos fornecedores GRAFICA DO POVO LTDA e M V OLIVEIRA VIEIRA. Trata-se, conforme visto acima, de erro grave.

Contudo, há de se ter em mente o novo posicionamento do TSE sobre o tema. Para a Corte Superior, as dívidas de campanha não devem ocasionar a devolução de valores ao erário, a não ser quando não for identificada a origem da verba. Isso porque, havendo credor identificado, a ele pertence o numerário devido.

Com efeito, pagar essa dívida para a União importaria em enriquecimento sem causa e ainda dificultaria o recebimento dos valores pelo credor real. Nesse sentido:

Direito Eleitoral. Eleições 2018. Recurso Especial Eleitoral. Prestação de contas. Deputado Federal. Dívida de campanha. Inexistência de obrigação de devolução da quantia ao Erário. Rejeição das contas. Negativa de Provimento. 1. Trata-se de recurso especial eleitoral interposto contra acórdão do TRE/MS que desaprovou as contas de candidato ao cargo de deputado federal nas Eleições 2018. 2 . Na origem, o TRE/MS, por unanimidade, concluiu haver irregularidades graves na prestação de contas, notadamente dívidas de campanha no montante de R$ 110.422,50 (cento e dez mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), que não foram assumidas pelo órgão partidário nacional. No entanto, deixou de determinar a devolução deste valor ao Tesouro Nacional, por não considerar que se tratasse de utilização de recurso de origem não identificada. 3 . Propõe-se o acolhimento da tese recursal no sentido de que seja determinada, além da desaprovação das contas, a devolução ao Tesouro Nacional da quantia referente às dívidas de campanha, pelos seguintes fundamentos: (i) a infringência ao art. 35 da Res.-TSE nº 23.553/2017 impede que a Justiça Eleitoral controle a regularidade da movimentação financeira do candidato, logo o pagamento das despesas, se realizado, será com recurso cuja origem não estará comprovada nos autos da prestação de contas; e (ii) à luz da interpretação sistemática da legislação, é devido o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor referente aos débitos de campanha não quitados e não assumidos pelo partido político, porque não foi comprovada a procedência das verbas a serem futuramente utilizadas, caracterizando-as como recurso de origem não identificada. 4. Contudo, não há respaldo normativo para determinar o recolhimento de dívida de campanha ao Tesouro Nacional como se de recursos de origem não identificada se tratasse. 5. Isso porque (i) a assunção da dívida pelo partido não é um procedimento obrigatório e, tampouco, afasta a possibilidade de que o candidato obtenha diretamente os recursos para quitar as obrigações junto aos fornecedores; (ii) incabível considerar como de "origem não identificada" recursos que sequer foram captados, pois significaria, em última análise, impedir o candidato de quitar a obrigação pela qual responde pessoal e individualmente; e (iii) a medida apenas agrava o problema detectado pelo Relator, pois o candidato terá que duplicar o esforço de arrecadação de recursos junto a fontes não controladas pela Justiça Eleitoral, para, além de pagar fornecedores, realizar o recolhimento ao Tesouro . 6. Nego provimento ao recurso especial eleitoral. (TSE - REspEl: 060120546 CAMPO GRANDE - MS, Relator.: Min. Luís Roberto Barroso, Data de Julgamento: 08/02/2022, Data de Publicação: 30/03/2022)

Assim, reputo a irregularidade como grave e, somada as outras já detectadas, capaz de conduzir a desaprovação das contas.

4. APROFUNDAMENTO DE EXAME DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (Item 6.1)

O parecerista identificou que houve um saldo de R$ R$ 15.145,50 (quinze mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) que deveria ter sido recolhido ao Tesouro Nacional, já que não teria sido utilizado.

Ocorre, contudo, que extrato ID 123655917, aponta para saldo zerado na conta do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, não havendo que se falar em sobras de campanha.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas da candidata LEILA SOARES BATISTA SANTANA LIMA, ao cargo de vereadora, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024 e o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor total R$ 43.681,68 (quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta de oito centavos), nos termos do art. 32, caput, e art. 31, §4º, da Res. TSE 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600387-13.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600387-13.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 CARLA CLEIA ALVES DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: JOSE DA SILVA BRITO JUNIOR (19616/PI)
REQUERENTE	: CARLA CLEIA ALVES DA SILVA

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600387-13.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 CARLA CLEIA ALVES DA SILVA VEREADOR, CARLA CLEIA ALVES DA SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE DA SILVA BRITO JUNIOR - PI19616

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de CARLA CLÉIA ALVES DA SILVA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral, que solicitou diligências em ID 123662431.

Intimada, a candidata atravessou petição ID 123677595, acompanhada de documentos.

Após, foi emitido Parecer Técnico Conclusivo (ID 123683760), opinando pela desaprovação, em razão da presença de irregularidades nos itens 1.1, 1.2, 2.1, 2.3 e 3.1 além da devolução ao Tesouro Nacional de e R$ 29.560,00 (vinte e nove mil e quinhentos e sessenta reais)além de outros R$ 5.000,00(cinco mil reais) a título de RONI.

A representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123677595) manifestou-se pela desaprovação das contas, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019, com devolução de valores ao erário.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.

1. OS RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM CAMPANHA SUPERAM O VALOR DO PATRIMÔNIO DECLARADO POR OCASIÃO DO REGISTRO DE CANDIDATURA (Item 1.1 e Item 1.2)

A analise técnica aponta que a candidata gastou recursos próprios em sua campanha. Contudo, essas despesas superam o patrimônio declarado na Prestação de Contas.

Em sua defesa, a prestadora aduz que é funcionária pública federal, tendo apresentado contracheque em ID 123677599.

Assiste razão à parte, pois seu salário é compatível com o valor doado, conforme jurisprudência abaixo:

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM VALOR SUPERIOR AO PATRIMÔNIO DECLARADO. MERO INDÍCIO. NÃO APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUA FORMA DEFINITIVA. EXTRATOS ELETRÔNICOS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. 1. Os recursos próprios aplicados em campanha que superam o valor do patrimônio declarado por ocasião do registro de candidatura não devem ser considerados como recurso de origem não identificada, à míngua de outros elementos que assim o caracterizem. Ademais, apesar de não ter patrimônio, os valores doados são módicos e afigura-se plausível que o candidato tivesse condições de doá-los em benefício de sua campanha, em decorrência da atividade profissional informada.

(...)

(TRE-PI - PCE: 06012877020226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 26/04/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 78, Data 04/05/2023)

Destarte, reputo como sanada a irregularidade, considerando a despesa como regular.

Também ficou consignado a doação de um VEÍCULO MARCA HYUNDAY, MODELO HB20S 1.6A COMF, ANO 2017, pertencente a Roberlito de Moraes(ID 123677600), companheiro da candidata, conforme declaração de União Estável ID 123677601.

Nesse contexto, entendo como justificada a doação, pois satisfeitos os requisitos legais. Ademais, identificado o doador, não há que se falar em recursos de origem não identificada, conforme entendimento do TSE(PC 0600432-34, rel. Min. Cármen Lúcia, DJE de 19.5.2023).

Ademais, não foi constatado má-fé, desvio de finalidade, utilização de recursos originados de fonte vedada ou outra circunstância de maior reprovabilidade.

Portanto, entendo como regular a doação.

2. DOAÇÕES RECEBIDAS DE OUTROS CANDIDATOS OU PARTIDOS POLÍTICOS COM INFORMAÇÕES DIVERGENTES NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS DOADORES(Item 2.1)

A unidade técnica aduz que a Direção Municipal do PDT de TERESINA/PI doou a candidata a produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, mas houve uma divergência nos recibos eleitorais.

Ocorre que, mesmo havendo essa impropriedade, trata-se de mero erro formal, que não macula as contas, na medida em que se identifica o doador e o donatário. Nesse sentido é a jurisprudência do TRE/PI:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. DEPUTADA FEDERAL. DIVERGÊNCIA ENTRE AS INFORMAÇÕES DAS DOAÇÕES REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DOADOR. INCONSISTÊNCIAS NA DESPESA COM ASSESSORIA DE IMPRENSA. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS COM ASSESSORIA E COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO. INCONSISTÊNCIAS NA DESPESA COM ASSESSORIA ADVOCATÍCIA . IMPROPRIEDADES. ERROS FORMAIS. NÃO COMPROVAÇÃO DO GASTO COM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. OMISSÃO DE RECEBIMENTO DE DOAÇÕES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL . PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. APLICAÇÃO. DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. As falhas refentes às doações recebidas de partido político com informações divergentes nas prestações de contas dos doadores, inconsistências na despesa com assessoria de imprensa, inconsistências nas despesas com assessoria e coordenação de mobilização e inconsistências na despesa com assessoria e consultoria advocatícia se apresentam como erros formais, que não impediram a fiscalização pela Justiça Eleitoral. Assim, são meras impropriedades que não têm força para macular as contas sob exame.

(...)

(TRE-PI - PCE: 0601359-57 .2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060135957, Relator.: Jose Maria De Araujo Costa, Data de Julgamento: 29/01/2024, Data de Publicação: DJE-19, data 01/02/2024)

Assim, reputo o quesito como impropriedade a desafiar a aposição de ressalvas nas contas sob analise.

3. DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS, CONSTANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, E AQUELAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL(Item 2.3)

O parecerista indica divergência, pois houve dois pagamentos a fornecedora LUIZA ALVES DA SILVA, contratada para exercer duas funções na campanha: Atuar como Administradora Financeira (ID 123481553), recebendo R$ 4.000,00, e trabalhar como coordenadora geral da campanha(ID 123481554), aferindo R$ 5.000,00 pelo serviço.

Ocorre que a nota fiscal relativa ao labor como coordenadora geral foi emitida no valor de R$ 4.500,00, não com os R$ 5.000,00.

Assim, o erro no numerário da nota fiscal está comprovado. Inclusive a própria defesa reconhece o ocorrido, ao salientar que "o valor da Nota fiscal nº 2 (documento id 123481554), de R$4.500,00 foi emitido por equívoco pela própria fornecedora do serviço, posto que o valor contratado e pago foi de R$5.000,00",

Noutro giro, observo em ID 123481573 que a prestadora transferiu para a fornecedora um total de R$ 9.000,00, divido em dois pagamentos de R$ 2.000,00 e outros dois de R$ 2.500,00. Também constato, nos contratos citados, que o valor dos serviços de coordenadora de campanha e de administradora financeira realmente totalizam os R$ 9.000,00.

Assim, no que pese a divergência entre o valor contratado e o da nota fiscal, é indene de dúvidas que os serviços foram efetivamente prestados, conforme a juntada de documentos ID's 123481553 e 123481554.

Trata-se, portanto, de mero erro formal, capaz de opor ressalvas às contas, mas que não deve conduzir ao ressarcimento ao Tesouro Nacional, conforme jurisprudência do TRE/PI: "Quanto à Nota Fiscal nº 2, emitida por Roberto Maranhão Vieira da Cunha, embora persista a irregularidade quanto à sua não substituição, os documentos apresentados demonstram que o serviço foi efetivamente prestado por Victor Vinícius Sousa Bezerra, conforme contrato e comprovante de pagamento, sendo desnecessária a devolução do valor ao Tesouro Nacional. (TRE/PI - Proc 0600474-66.2024.6.18.0002. ORIGEM: TERESINA/PI - 2ª ZONA ELEITORAL. Recorrente: Ismael do Nascimento Silva Advogado: Mariano Gil Castelo Branco de Cerqueira (OAB/PI: 17.066) Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas, publicado em de 27 de março de 2025)

4. REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA(Item 3.1)

O parecer técnico indica que foram contratados vários gastos, que passaram a ser abordados individualmente, para melhor organização.

NEMESIO MARTINS DE SANTANA - R$ 5.000,00

Contratado para a função de coordenador de militância, consta dos autos, em ID 123481556, o contrato, o comprovante de pagamento e uma foto de uma publicação em rede social.

Inicialmente, destaco que a contratação desse tipo de mão de obra exige o detalhamento, com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado, consoante art. 35, § 12º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Na espécie, levando-se em conta os documentos apresentados com a defesa, há o mencionado contrato, tornando a despesa regular, por satisfazer todos os requisitos legais.

MARIA CLARA DA COSTA LIMA - R$ 5.000,00

A fornecedora foi contratada para a função de coordenador de SOCIAL MEDIA E GERENCIAMENTO DAS MÍDIAS SOCIAIS DA CANDIDATA, consta dos autos, em ID 123481560, o contrato, o comprovante de pagamento, a nota fiscal e fotos de publicações em rede social.

O tema em questão é tratado pelo art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019, o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

Compreende-se, a partir dessas disposições, que o prestador de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.

Analisando os autos, observa-se que a despesa contratada está regularmente comprovada, pois há vasta documentação lhe dando suporte. O fato de a nota fiscal ter sido emitida após as Eleições não representa irregularidade no caso, pois extratos bancários ID 123481573 atestam que o pagamento se deu em 16/09/2024.

RAIMUNDO NONATO SOARES CAMPELO - R$ 3.000,00 e DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO - R$ 620,31

O Sr. Raimundo foi contratado para a função de motorista, constando dos autos, em ID 123481561, o contrato, o comprovante de pagamento e uma foto de uma publicação em rede social, na qual o contratado empurra a cadeira de rodas da prestadora.

Na espécie, levando-se em conta os documentos apresentados com a defesa, não restam dúvidas de que o fornecedor foi contratado para prestar serviço de motorista à candidata. A própria defesa afirmou: "Excelência, o Sr. Raimundo Nonato foi o Motorista da campanha Contratado a partir do dia 04/09/2024 a 04/10/2024."

Ocorre que os recursos públicos não podem ser usados para custear o trabalho de motorista, por vedação expressa do art. 35, §6º da Resolução 23.607/2019, a seguir transcrito:

"Art. 35. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução

(...)

§ 6º Não são consideradas gastos eleitorais, não se sujeitam à prestação de contas e não podem ser pagas com recursos da campanha as seguintes despesas de natureza pessoal da candidata ou do candidato:

a) combustível e manutenção de veículo automotor usado pela candidata ou pelo candidato na campanha;

b) remuneração, alimentação e hospedagem da pessoa condutora do veículo a que se refere a alínea a deste parágrafo;

c) alimentação e hospedagem própria;

Assim, não resta dúvidas de que o motorista foi contratado para conduzir veículo usado pela candidata na campanha, tratando-se, pois, de despesa pessoal paga com recursos de campanha, e, ressalte-se, recursos públicos, mormente porque há apenas um veículo cadastrado na prestação de contas. Em conclusão, reputo o gasto como irregular, devendo o valor ser devolvido ao Erário.

Na mesma linha, o parecer conclusivo e os extratos bancários apontam para gasto com alimentação em restaurantes como o Coco Bambu. Entretanto, conforme já explicado acima, as despesas com alimentação não podem ser dirigidas a candidata ou ao seu motorista.

No caso dos autos, contudo, não ficou especificado quem foram os destinatários dos gastos com alimentação, inviabilizando a fiscalização por esta Especializada e ensejando a irregularidade do gasto, cujo valor deverá ser devolvido ao Tesouro Nacional.

CINTIA NOGUEIRA DANTAS ME - R$ 1.400,00

O parecerista destaca que foram realizados gastos com o fornecedor, contratado para fornecer material gráfico, constando nota fiscal e comprovante de pagamento(ID 123481545).

Contudo, o parecer conclusivo destaca que a "Candidata apresentou imagens de materiais produzidos, porém, no único em que foi possível visualizar a tiragem, Pag. 1 (Id 123677604), o quantitativo estava diferente do verificado na Nota Fiscal."

A Resolução TSE nº 23.607/2019 regulamenta a matéria, exigindo que o gasto com material impresso seja demonstrado por nota fiscal, conforme se depreende da legislação:

Art. 60. A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço. (...) § 8º A comprovação dos gastos eleitorais com material de campanha impresso deve indicar no corpo do documento fiscal a s dimensões do material produzido .

Analisando detidamente a prova colacionada aos autos, observo que a nota fiscal cumpre os requisitos. Ademais, há fotos dos materiais gráficos produzidos, que, apesar de não ser possível visualizar a tiragem em todas as imagens, é indene de dúvidas de que ele foi efetivamente produzido(ID 123677604).

Assim, reputo a despesa como regular.

AMARILDO DA COSTA VIEIRA - R$ 4.000,00

Reporta o parecer conclusivo que o fornecedor foi contratado para exercer a função de "assessoria geral de campanha", mas não delineou quais as funções exercidas.

Em sua peça defensiva, a prestadora afirma que "o Sr. Amarildo exercia a função assessoria geral de campanha: auxiliava a Candidata no constante deslocamento e resolvia funções gerais de necessidade da Candidata, bem como, organizava os espaços das visitas e reuniões, realizava entrega de material gráfico, entre outras. Seguem alguns registros da presença do Sr. Amarildo: https://www.instagram.com/reel/DAYeD1ovNtf/?igsh=OGVxZWh0b2VpYWhm https://www. instagram.com/reel/DAUhbUWPEc8/?igsh=MXF3NjFob2hwNmNsZA%3D %3D"

Compulsando os autos, percebo, em ID 123481555, a presença de contrato de prestação de serviços, de nota fiscal e de comprovante de pagamento. Além disso há prova material de que o contratado se envolveu na campanha da candidata, não havendo motivos para se considerar a despesa como irregular.

Com efeito, o gasto deve ser considerado legal, conforme se depreende da jurisprudência do TRE /PI: "Para a comprovação da efetiva realização de gastos nas prestações de contas de campanha, torna-se desnecessária a juntada de documentação acessória quando o serviço contratado e a sua vinculação com a atividade eleitoral forem comprovados por notas fiscais idôneas, mormente quando acompanhadas de contratos de prestação dos serviços contratados, como no caso dos autos." (TRE-PI - PCE: 06012937720226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 12/12/2022, Data de Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 12/12/2022).

Ademais, o caso específico possui nuances que justificam a existência de um assessor. Isso porque a prestadora se locomove por cadeiras de rodas, então o seu deslocamento urbano para os atos de campanha precisam de uma pessoa que a auxiliasse constantemente.

CACIQUE PETROLEO LTDA - R$ 1.539, 69

A unidade técnica afirma que a candidata não detalhou como estava sendo o uso do veículo cedido e nem informou quantas vezes por semana a candidata o utilizava, nem tampouco descreveu a periodicidade da utilização do veículo pela candidata.

Sobre o tema, transcrevo como a Resolução nº 23.607/2019 trata o tema:

Art. 35. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução

§ 11. Os gastos com combustível são considerados gastos eleitorais apenas na hipótese de apresentação de documento fiscal da despesa do qual conste o CNPJ da campanha, para abastecimento de:

I - veículos em eventos de carreata, até o limite de 10 (dez) litros por veículo, desde que feita, na prestação de contas, a indicação da quantidade de carros e de combustíveis utilizados por evento;

II - veículos utilizados a serviço da campanha, decorrentes da locação ou cessão temporária, desde que:

a) os veículos sejam declarados originariamente na prestação de contas; e

b) seja apresentado relatório do qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente para este fim; e

No caso dos autos, observo que as notas fiscais foram emitidas, com o registro do CNPJ da prestadora, em ID's 123481544, 123481565, 123481565, 123481566, 123481567, 123481568 e 123481569.

Também está cadastrado na prestação de contas o veículo usado na campanha. Apesar de não haver relatório de gasto semanal, as notas fiscais acima enumeradas foram expedidas entre o dia 09/09/2024 até 04/10/2024.

Destarte, a ausência de relatório revela-se erro meramente formal, estando o gasto devidamente comprovado, por força do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Diante do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução supracitada, e em consonância com o parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas da candidata CARLA CLÉIA ALVES DA SILVA, ao cargo de vereadora, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024.

Determino, outrossim, a devolução de R$ 3.662,31(três mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e um centavos) ao Tesouro Nacional, com espeque no art. 79, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, para tomar ciência da decisão.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600269-37.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600269-37.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: CASSIO DE SOUSA BORGES
ADVOGADO	: GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 CASSIO DE SOUSA BORGES VEREADOR
ADVOGADO	: GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600269-37.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 CASSIO DE SOUSA BORGES VEREADOR, CASSIO DE SOUSA BORGES
Advogado do(a) REQUERENTE: GENESIO DA COSTA NUNES - PI5304
Advogado do(a) REQUERENTE: GENESIO DA COSTA NUNES - PI5304
SENTENÇA
Trata-se da Prestação de Contas de Campanha, referente às Eleições 2024, de CÁSSIO DE SOUSA BORGES, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 28 da Lei nº 9.504/97.
Foi publicado o Edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As contas em análise encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela Unidade Técnica desta Zona Eleitoral, com posterior emissão do Relatório Preliminar para Expedição de Diligências(ID 123554813).
Devidamente intimado, a parte manifestou-se, apresentando Prestação de petição ID 123581207, acompanhada de documentação complementar e justificativas.
Foram solicitadas novas diligências(ID 123669593), respondida em manifestação ID 123688870.
Em Parecer Técnico Conclusivo(ID 123693900), a responsável pela análise técnica concluiu que remanesceram impropriedades e irregularidades, que serão arroladas e debatidas no corpo desta decisão.
A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação(ID 123701477), nos termos da Resolução TSE 23.607/2019, com indicação de devolução de R$ 42.372,80 (quarenta e dois mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), além de outros R$ 700,00 (setecentos reais) a título de RONI.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador(a), candidato(a) ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral os dados financeiros e contábeis de campanha.
A responsável pelas contas apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos a análise técnica que, em Parecer Conclusivo, destacou impropriedades e irregularidades. Estas não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.
Compulsando os autos, constatou-se que o Parecer Técnico Conclusivo, opinou pela Desaprovação da prestação de contas do candidato a vereador, CÁSSIO DE SOUSA BORGES, referente às eleições de 2024, em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.1.1, 2.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 e 4.1.
No tocante às irregularidades apontadas no Parecer técnico, destaca-se:
1) Houve descumprimento quanto ao prazo para envio dos dados relativos aos recursos financeiros recebidos na campanha (Item 1.1):
Nesse quesito o parecer técnico indicou que houve intempestividade no envio de informações financeiras, o que dificultaria o exercício da fiscalização por esta Especializada.
Oportuno salientar que, apesar do atraso, as informações constam no processo, permitindo o acesso e a visibilidade. Assim, percebo que se trata de irregularidade de menor relevância, apta a atrair apenas ressalvas às contas.
Nesse sentido, cito julgado do TRE/PI, diante de caso semelhante:
PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. PARTIDO POLÍTICO. DIREÇÃO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA DOS

RELATÓRIOS FINANCEIROS. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. IDENTIFICAÇÃO DE OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, OBTIDAS MEDIANTE CIRCULARIZAÇÃO E/OU INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE CAMPANHA E/OU CONFRONTO COM NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE GASTOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESPESAS COM CONTADOR E ADVOGADO. IRREGULARIDADES. JURISPRUDÊNCIA. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

(...)

2 - Nos termos do art. 47, I, da Resolução TSE nº 23 .607/2019, os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a enviar por meio do SPCE à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim, os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento.

3 - O atraso na entrega dos relatórios financeiros e as omissões de informações nas prestações de contas parciais são falhas que, no presente caso, consideradas isoladamente, não têm o condão de ensejar a desaprovação das contas, sendo certo que devem ser cotejadas com outras irregularidades detectadas no exame das contas, de modo a aferir a sua consistência e confiabilidade.

(...)

(TRE-PI - PC: 060043954 TERESINA - PI, Relator.: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 25/10/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 03/11/2021)

E, no caso dos autos, o parecerista conseguiu analisar a movimentação financeira, no que pese a mora.

2. OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS (Item 2.2)

O parecer destacou que a fornecedora ADRIANA SAMPAIO DE SA emitiu nota fiscal de R$ 700,00. Contudo, não encontrou essa despesa nos extratos bancários da prestadora. Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.
3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).
(...)
6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.(Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)
Desse modo, a irregularidade apontada neste item, implica a devolução ao Tesouro Nacional, do valor de R$ 700,00(setecentos reais), na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607 /2019.
3) INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS, PAGAS COM FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (Item 3.3)
A unidade técnica aponta que "Analisando as notas fiscais apresentadas, bem como, os cupons fiscais vinculados a estas, constatou-se um alto consumo de combustível, especialmente considerando que para a campanha só foram cadastradas 4 veículos."
Já a defesa, assevera: "foram utilizados não só 2(dois) veículos, mas 3(três) veículos a gasolina. A análise não identificou o carro de som lançado em publicidade por carro de som. De outro lado, os cupons fiscais já foram emitidos e não há mais como corrigir descrevendo os veículos. A nota fiscal emitida aponta para a veracidade de haver o abastecimento e a prestação de contas escriturou os veículos utilizados na campanha do candidato prestador de contas."
Em tais ocasiões, ressalta o parecerista, que "foram adquiridos um total de 2.674,59 litros de diesel. Considerando a média de consumo da AMAROK de 8,5km/l na cidade, conclui-se que o candidato teria rodado, em 51 dias, 22.734km, ou, 445.8km por dia, na cidade de Teresina. Quanto à gasolina, estimando-se uma média de consumo de 10km/l, o candidato adquiriu combustível suficiente para rodar 28.974,8km."
Isso significa que, somando a distância percorrida pelos carros de campanha, chegaríamos a 51.708KM. Tendo-se em mira que é necessário se percorrer 40.000km para dar uma volta completa ao globo terrestre, chegamos à conclusão que o gasto com combustível no presente feito seria suficiente para viajar pelo planeta inteiro. Destarte, afigura-se irrazoável e exagerado o gasto com combustível.
Em acréscimo, a analista de contas foi precisa ao comparar o gasto com combustível do presente prestador com os candidatos mais votados de Teresina, senão vejamos:
Assim, com base nos princípios da eficiência, economicidade, moralidade e transparência, que devem orientar o dispêndio de recursos públicos, o valor pago a maior deverá ser ressarcido ao erário, sob pena de se convalidar um abuso.

Sem embargo do já exposto, a argumentação da defesa de que o gasto se encontra regularmente escriturado, e por isso é regular, não merece prosperar. Analisando a inconsistência encontrada, destaco que o tema em questão é tratado pelo art. 35, § 11º da Resolução TSE 23.607/2019.

No caso dos autos, observa-se que as despesas contratadas estão regularmente comprovadas, pois há notas fiscais lhes dando suporte. Mas violam, conforme já demonstrado alhures, os ditames da razoabilidade.

De fato, são irregulares contratações efetivadas de forma antieconômica e os valores pagos a maior devem ser devolvidos ao Tesouro Nacional, consoante jurisprudência abaixo:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. DEPUTADO ESTADUAL. DESPESAS SUPERFATURADAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). SUPERFATURAMENTO NA CONTRATAÇÃO DE PUBLICIDADE POR MATERIAIS IMPRESSOS. DEVOLUÇÃO DE VALOR DA DIFERENÇA APURADA EM RELAÇÃO AO VALOR DE MERCADO. DIVERGÊNCIA ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS E OS EXTRATOS BANCÁRIOS. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDOS DO FEFC PARA A CONTA PESSOAL DO CANDIDATO. PAGAMENTO EM ESPÉCIE DE VALOR NÃO ABRANGIDO PELO ART. 39, EM CIRCUNSTÂNCIA NÃO ABRANGIDA PELO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 8º, AMBOS DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. IRREGULARIDADES. REPRESENTATIVIDADE DO VALOR ENVOLVIDO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO.

1. Na espécie, remanesceram as falhas anotadas nos itens 1 e 2 do parecer técnico conclusivo, relativas a superfaturamento de despesas com recursos do FEFC e pagamento em espécie de serviços gráficos não incluídos no permissivo do art. 39 e no § 4º do art. 8º, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019.

2. Na linha do entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, "a observância do princípio da economicidade na aplicação de recursos públicos pode ser objeto de controle em processo de prestação de contas, assim como se assentou que é possível considerar irregular a despesa que tenha caráter antieconômico."(TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 060116394, Acórdão, Relator (a) Min. Sergio Silveira Banhos, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 216, Data 27/10 /2020).

(...)

5. Contas desaprovadas. Determinação de devolução ao Tesouro Nacional do valor dos gastos irregularmente com recursos públicos do FEFC.

(TRE-PI - PCE: 06013206020226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 13/07/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 134, Data 24/07/2023)

Assim, considero violado o princípio da economicidade, considerando a despesa como irregular e sendo necessário a devolução do valor despendido a maior, qual seja, R$ 25.372,80(vinte e cinco mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).

4. DESPESA COM LOCAÇÃO DE VEÍCULO (Item 3.4)

Narra a unidade técnica que "Deixou de apresentar CRLV da AMAROK alugada junto a MAZUAD AUTOLOCADORA E LOGISTICA LTDA, além de comprovação da utilização dos dois veículos (fotos, vídeos, comprovante de abastecimento (NFCe) em que conste a placa do carro), solicitada em diligência. Conclui-se que não há prova material da efetiva utilização dos veículos na campanha do candidato (art. 60, §3º, da Res. TSE 23.607/2019)."

O tema em questão é tratado pelo art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019, o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da

(o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

Compreende-se, a partir dessas disposições, que a prestadora de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.

Pois bem, no caso em tela, percebo que consta contrato, comprovante de pagamento e recibo de aluguel do veículo, em ID 123502872, além de que a despesa se encontra registrado no extrato bancário ID 1233580809.

Em tais casos, reputo comprovada a despesa, sobretudo porque na locação de veículo para campanha não se faz necessária a juntada de CRLV, conforme se depreende da jurisprudência abaixo:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. PARTIDO POLÍTICO. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS APÓS FASE PRÓPRIA. MÉRITO. OMISSÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. GASTOS COM MILITÂNCIA, LOCAÇÃO DE VEÍCULO, PUBLICIDADE, COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS CONTÁBEIS E JURÍDICOS. OMISSÃO DE CONTAS BANCÁRIAS. DIVERGÊNCIA NAS INFORMAÇÕES INSERIDAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL. GASTOS REALIZADOS ANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. PRESENÇA DE FALHAS GRAVES. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RESOLUÇÃO TSE nº 23.607/2019. DESAPROVAÇÃO.

(...)

4. Em relação às despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, ficou demonstrada a regularidade em relação aos gastos com: militância, locação de veículo, publicidade e serviços contáveis e jurídicos. No entanto, os gastos com combustíveis são aptos a gerar ressalvas nas contas.

4.1. Quanto aos gastos com militância, depreende-se do contrato existente nos autos, que foram prestadas informações suficientes à comprovação dos serviços pagos, de forma que o item configura mera irregularidade formal, sem condão de comprometer a regularidade das contas.

4.2. Com relação às despesas com locação de veículo, esta Corte entende que o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), ainda que de exercício diverso da locação do veículo, constitui prova suficiente da propriedade do bem móvel. Ademais, a obrigatoriedade de apresentação do (CRLV) se restringe aos casos de doação de serviços de automóvel, nos termos estabelecidos pela Resolução TSE 23.607/2019, exigência entretanto, a qual não se estende às hipóteses de locação de veículos. Portanto, a falha, portanto está afastada.

4.3. Porém, estando os gastos com combustíveis comprovados por notas fiscais, e regulamente declarados e registrados na prestação de contas, conclui-se, com base na jurisprudência desta Corte, que a falta de apresentação dos cupons fiscais não possuem o condão de impor a desaprovação das contas, mas apor meras ressalvas. Portanto, a falha gera meras ressalvas nas contas.

4.4. Esta Corte entende que a ausência de elementos comprobatórios da efetiva produção do material publicitário, como a gravação de vídeo para campanha eleitoral, não configura, por si só, irregularidade que, contextualmente, conduza a um juízo de reprovação pontual da prestação de contas. Considerando que o prestador apresentou contrato de prestação de serviços, nota fiscal e comprovante de pagamento, tais documentos são suficientes à comprovação da despesa, a teor do art. 60, § 1º da Resolução TSE 23 .607/2019.

(...)

(TRE-PI - PCE: 06013907720226180000 TERESINA - PI 060139077, Relator.: Des. Lirton Nogueira Santos, Data de Julgamento: 10/10/2024, Data de Publicação: DJE 215, data 16/10 /2024)."

Da mesma forma, o parecer conclusivo destaca que não há prova material do serviço prestado. Ocorre que tal comprovação não é exigida pela legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE /PI, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607/2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e /ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04/06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024)."

Portanto, reputo o gasto como regular.

5. NOTA FISCAL CANCELADA (Item 3.6)

Foi registrado despesa com o fornecedor G DE LIMA CAMELO, no dia 19/08/2024, no valor de R$ 1.500,00, estampada na nota fiscal nº 93. Ocorre que a nota fiscal que lhe dava suporte foi cancelada.

Compulsando os autos, mormente documento ID 123580809, percebo que houve dois pagamentos de R$ 1.500,00 ao mencionado fornecedor, sendo um do dia 28/08/2024 e outro quitado em 18/09 /2024. Assim, não restam dúvidas de que foi transferido R$ 3.000,00.

Na verdade, pela analise dos extratos bancários, percebe-se que houve pagamento dobrado ao fornecedor. Tal constatação se fortalece ao se escrutinar os documentos ID 123580775 e 123580805.

Nesse contexto, mesmo considerando válido os contratos e recibos de pagamento acostados em ID 123502848 e 123502879, ainda assim está comprovado o pagamento em dobro, tendo o fornecedor recebido duas vezes pelo mesmo trabalho.

Assim, não resta outro caminho que não se considerar a despesa como irregular, com a obrigação de restituir o Tesouro Nacional o valor de R$ 1.500,00. Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA ELEITA. DEPUTADA FEDERAL. DOAÇÃO DE RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO A CANDIDATO DE PARTIDO DIVERSO. DESPESAS COM ALUGUEL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES QUE EXTRAPOLARAM O LIMITE DE 20%. DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AQUELA REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE À FORNECEDORES. FEFC. ART. 74, II, E 79, § 1º, AMBOS DA RESOLUÇÃO TSE 23.607/2019. RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL. FALHAS QUE COMPROMETERAM 4,25% DO TOTAL MOVIMENTADO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

(...)

4. Despesa paga em dobro, por erro, conduz à necessidade de recomposição da verba pública utilizada.

5. Foram constatadas irregularidades no montante total de R$121.159,32 (cento e vinte e um mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos), correspondente ao percentual de 4,25% (quatro vírgula vinte e cinco por cento) da cifra movimentada - R$2 .847.524,35 (dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte quatro reais e trinta e cinco centavos) - o que autoriza a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade à hipótese, para aprovar com ressalvas as contas, na linha da jurisprudência deste Regional, que tem relevado

inconsistências cujo valor global fique abaixo de 10% (dez por cento) do total movimentado pelo candidato.

6. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS . DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE R$103.492,00 (CENTO E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS) AO TESOURO NACIONAL.

(TRE-GO - PCE: 0603039-29.2022 .6.09.0000 GOIÂNIA - GO 060303929, Relator.: Amélia Martins De Araújo, Data de Julgamento: 15/12/2022, Data de Publicação: PSESS-285, data 15/12/2022)."

6. ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (Item 4.1)

Há contas bancárias na base de dados dos extratos eletrônicos não registradas na prestação de contas em exame, caracterizando omissão na prestação de informações à Justiça Eleitoral relativas ao registro integral da movimentação financeira de campanha, infringindo o art. 53, II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019

O módulo Extrato Bancário do SPCE-WEB indica que as contas apresentadas foram abertas em nome do candidato. Tais contas tiveram abertura e encerramento no mês de agosto de 2024, verificando-se, conforme extratos eletrônicos constantes do SPCE-WEB, não constar movimentação financeira.

Apesar da ausência de recursos, a ausência dos extratos impressos ou de declaração do banco atestando a inexistência de movimentação financeira, compromete a transparência e a análise das contas, uma vez que somente foi possível a análise através dos extratos eletrônicos, disponíveis no SPCE-WEB, os quais nem sempre contemplam toda a movimentação financeira havida.

Pelo exposto, a ausência de registro das contas bancárias na prestação de contas, quando somada as outras irregularidades detectadas nos autos, compromete a transparência e a fiscalização efetiva da origem e destinação dos recursos, contrariando o disposto no art. 53, II, a, da Res. TSE 23.607/2019.

7) A ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA DESTINADA AO RECEBIMENTO DE DOAÇÕES PARA CAMPANHA EXTRAPOLOU O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS CONTADOS DA CONCESSÃO DO CNPJ(Item 4.2)

Em sua defesa, a parte aduz se tratar de pequeno atraso, de apenas um dia.

Nesse cenário, trata-se de falha meramente formal, pois não se verificou indício de omissão de receita e despesa financeira. Assim, não houve nenhum prejuízo para a análise da prestação de contas, diante do atraso na abertura da conta bancária. Verifico, portanto, que o descumprimento da regra, nesse caso, constitui formalidade, a desafiar uma mera ressalva.

Nesse sentido, já decidiu o TRE/PI: "*O atraso na abertura da conta de campanha configura impropriedade formal que não leva, isoladamente, à desaprovação das contas, mas deve ser considerada em conjunto com as demais falhas dos autos*." TRE-PI - PC: 060075124 TERESINA /PI, Relator: ADERSON ANTÔNIO BRITO NOGUEIRA , Data de Julgamento: 27/07/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 03/08/2021)."

Não obstante, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis.

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.

Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico, não comprometem a regularidade das contas do candidato, pois ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, de importância inferior a 10% do valor total arrecadado, incidindo os princípios supracitados para aprovação das contas com ressalvas.

Ante o exposto, em dissonância com o opinativo do *Parquet*, APROVO, COM RESSALVAS, as contas da campanha eleitoral de 2024, do candidato CÁSSIO DE SOUSA BORGES, nos termos do artigo 74, caput, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

DETERMINO, outrossim, o recolhimento ao Tesouro Nacional, do valor de R$ 27.572,80(vinte e sente mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), na forma do art. 79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019, aplicados irregularmente ou não comprovados devidamente, já incluso os R$ 700,00(setecentos reais), referente ao pagamento de despesas que não transitaram por conta bancária de campanha, configurando a utilização de Recursos de Origem não Identificada (RONI).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Ciência à Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação(Parágrafo Único do art. 85, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600472-96.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600472-96.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ELEUZA DIAS DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: GUSTAVO SOUSA BEZERRA (19440/PI)
REQUERENTE	: ELEUZA DIAS DA SILVA
ADVOGADO	: GUSTAVO SOUSA BEZERRA (19440/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600472-96.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 ELEUZA DIAS DA SILVA VEREADOR, ELEUZA DIAS DA SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: GUSTAVO SOUSA BEZERRA - PI19440

Advogado do(a) REQUERENTE: GUSTAVO SOUSA BEZERRA - PI19440

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de ELEUZA DIAS DA SILVA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral, que solicitou diligências, no ID 123652699.
Intimada, a prestadora apresentou prestação de contas retificadora, acompanhada de documentos e de petição ID 123670835.
Após, foi emitido Relatório Conclusivo(ID 123692567), que opinou pela desaprovação das contas, em razão de irregularidades, com indicação de devolução de e R$ 3.000,00 (Três mil reais), por não comprovação de gastos, além de R$1.500,00 (Mil e quinhentos mil reais) a título de RONI e outros R$ 2.099,41 (Dois mil e noventa e nove reais e quarenta e um centavos) que configurariam sobras de campanha.
O Ministério Público Eleitoral foi devidamente intimado, emitindo parecer em ID 123701511, opinando pela desaprovação das contas, com pagamento dos valores delineados no parecer conclusivo, tudo em conformidade com a Resolução nº 23.607/2910.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe ao candidato ou candidata que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
A responsável pelas contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.
O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades, apontadas nos itens 1.1.1, 4.1, 5.2, 6.1 e 6.3.
Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.
1. DESCUMPRIMENTO QUANTO AO PRAZO PARA ENVIO DOS DADOS RELATIVOS AOS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS (Item 1.1.1)
Nesse quesito o parecer técnico indicou que houve intempestividade no envio de informação financeiras, o que dificultaria o exercício da fiscalização por esta Especializada.
Oportuno salientar que, apesar do atraso, as informações constam no processo, permitindo o acesso e a visibilidade. Assim, percebo que se trata de irregularidade de menor relevância, apta a atrair apenas ressalvas às contas.
Nesse sentido, cito julgado do TRE/PI, diante de caso semelhante:
PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. PARTIDO POLÍTICO. DIREÇÃO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. IDENTIFICAÇÃO DE OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, OBTIDAS MEDIANTE CIRCULARIZAÇÃO E/OU INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE CAMPANHA E/OU CONFRONTO COM NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE GASTOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESPESAS COM CONTADOR E ADVOGADO. IRREGULARIDADES. JURISPRUDÊNCIA . APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. (...) 2 - Nos termos do art. 47, I, da Resolução TSE nº 23 .607/2019, os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a enviar por meio do SPCE à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim, os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento. 3 - O atraso na entrega dos relatórios financeiros e as omissões de informações nas prestações de contas parciais são falhas que, no presente caso, consideradas isoladamente, não têm o condão de ensejar a desaprovação das contas, sendo certo que devem ser cotejadas com outras irregularidades detectadas no exame das

contas, de modo a aferir a sua consistência e confiabilidade. (...) (TRE-PI - PC: 060043954 TERESINA - PI, Relator.: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 25/10/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 03/11/2021)

E, no caso dos autos, o parecerista conseguiu analisar a movimentação financeira, no que pese a mora.

2. DOAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS OU DE RECURSOS PRÓPRIOS, INCLUSIVE MEDIANTE FINANCIAMENTO COLETIVO, DE VALOR IGUAL OU SUPERIOR A R$ 1.064,10(Item 2.1 e 5.2)

O parecerista aponta que o doador JESUS CLEITON SOUSA doou R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) a prestadora por meio de depósito em dinheiro.

Contudo, a Resolução TSE nº 23.607/2019 determina que as transações dessa espécie só podem ser efetivadas por meio de transferência ou de cheque cruzado, senão vejamos:

Art. 21. As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de: I - transação bancária na qual o CPF da doadora ou do doador seja obrigatoriamente identificado; II - doação ou cessão temporária de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, com a demonstração de que a doadora ou o doador é proprietária(o) do bem ou é a(o) responsável direto pela prestação de serviços; III - instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios da internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares. IV - Pix. (Incluído pela Resolução nº 23.731/2024) § 1º As doações financeiras de valor igual ou superior a R$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias da doadora ou do doador e da beneficiária ou do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal.

No caso dos autos, os valores foram depositados em dinheiro, o que inviabiliza o controle por parte da Justiça Eleitoral. Com efeito, a realização de depósito identificado apenas pelo depositante nada prova a respeito da prévia origem.

Esses recursos, inclusive, podem advir de fontes vedadas, na medida em que não tiveram trânsito pelo sistema bancário. É exatamente esta a razão pela qual se exige que a doação seja realizada por meio de transferência bancária, mecanismo que permite o rastreamento de sua origem, minimizando as possibilidades de operações irregulares. Trata-se de exigência que amplia a segurança do modelo de captação de recursos de campanha autorizado pela legislação.

Esse é o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que a aceitação de doações eleitorais por meio diverso de transferência bancária é irregularidade grave que enseja a desaprovação das contas. Confira-se a ementa do seguinte precedente:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DIRETÓRIO ESTADUAL. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADES. GRAVIDADE. DOAÇÃO. DEPÓSITO BANCÁRIO EM CONTA DIVERSA DA ESPECÍFICA DE CAMPANHA. MONTANTE SUPERIOR AO PREVISTO EM LEI. TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA. NECESSIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 30/TSE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. SANÇÃO DE SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO. PROPORCIONALIDADE. OBSERVÂNCIA. DESPROVIMENTO. 1. As doações de pessoas físicas, em espécie, devem transitar exclusivamente na conta específica de campanha nos termos no art. 3º, III, da Res.-TSE nº 23.463/2015, de modo que "a ausência de trânsito de recursos em conta bancária específica é irregularidade grave apta a ensejar a desaprovação das contas diante do risco à sua própria confiabilidade. Nesse sentido: PC nº 130-71/DF, Rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJe de 27.4.2016" (AgR-REspe nº 160-58/RS, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 19.2.2019). 2. "A atual jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que as doações acima de R$ 1.064,10 devem ser feitas mediante transferência eletrônica, nos exatos

termos do art. 18, § 1º, da Res.-TSE 23.463, e o descumprimento da norma regulamentar não é reputado como falha meramente formal" (AgR-REspe nº 254-76/RS, Rel. Min. Sergio Silveira Banhos, DJe de 2.8.2019), o que ensejou a incidência da Súmula nº 30/TSE. 3. No caso concreto, o TRE/RJ, instância exauriente no exame de fatos e provas, desaprovou as contas da agremiação, relativas ao pleito de 2016, em virtude do recebimento de doações em conta bancária do partido diversa da conta específica de campanha, em afronta ao art. 3º, III, da Res.-TSE nº 23.463/2015, e devido ao recebimento de doações de pessoas físicas acima de R$ 1.064,10 (mil sessenta e quatro reais e dez centavos) por meio de depósito bancário e cheque, e não por transferência eletrônica, consignando que "o valor arrecadado em desacordo com a norma acima citada é de R$ 2.947.500,00 (dois milhões novecentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais), que corresponde a exatos 48,9% do total arrecadado pelo partido durante as Eleições 2016, o que faz caracterizar a gravidade da irregularidade, e consequentemente o comprometimento das contas" (fl. 1.813). (...) (AgR-AREspE n. 321-42.2016.6.19.0000/RJ, ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 15 de março de outubro de 2019)

Destarte, reputo como irregular a receita, sendo necessário a devolução dos valores arrecadados, conforme art. 21, §3º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS (Item 6.1)

A unidade técnica sinaliza que a prestação de contas registrou apenas um veículo na campanha, um fiat cronos, conforme documento ID 123668988. Consta nos autos o contrato firmado com o posto de gasolina, além da nota fiscal e do comprovante de pagamento. O dispêndio total com combustível foi de R$ 2.099,41.

Ocorre que o parecer conclusivo consultou os cupons fiscais e percebeu a concentração de vários abastecimentos no dia 04/10/2014 e no dia 13/09/2024. De fato, foi fornecido um total de 182,13 litros de gasolina na antevéspera das Eleições, combustível suficiente para encher o tanque do veículo abastecido três vezes, tendo em mira a capacidade de 48l do reservatório do carro, e ainda sobraria mais de trinta litros.

Em sua defesa, a prestadora afirma que "trata-se de inconsistência nas informações prestadas pelo posto de combustível contratado para realizar o abastecimento dos veículos cadastrados pelo Candidato. Ainda assim, fica nítido que não são diversos cupons do dia 04/10, conforme nota fiscais anexadas juntamente com o contrato."

Analisando a inconsistência encontrada, destaco que o tema em questão é tratado pelo art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019, o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

Compreende-se, a partir dessas disposições, que o prestador de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.

Analisando os autos, observa-se que as despesas contratadas estão regularmente comprovadas, pois há notas fiscais, contrato e recibo lhes dando suporte.

No que tange à concentração de abastecimentos no dia 04/10/2024, porém, percebo que não há prova nenhuma de que os cupons fiscais foram emitidos com erro, de forma que a tese defensiva não merece acolhida.

Não obstante, o volume abastecido é incompatível com o período(apenas um dia) e com a quantidade de veículos cadastrados(somente um), demonstrando a existência de gasto irrazoável

de recursos, ou, então, o abastecimento de veículo que não consta na presente prestação de contas.

Assim, reputo que a despesa efetuada no dia 04/10/2024 como irregular, mas não é o caso de devolver os R$ 1.054,54 ao Tesouro Nacional, pois se trata de despesa paga com recursos próprios, ou seja, não foram oriundos do fundo especial de financiamento de campanha.

Também não se pode considerar esse gasto como sobra de campanha, afinal, os recursos foram gastos. Assim, a irregularidade não conduz a nenhuma sanção pecuniária, por ausência de previsão legal.

4. AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL (Item 7)

O parecerista identificou que foi realizada despesas com a produção de vídeo e o recebimento de doação estimável com a mesma finalidade. Diante disso, solicitou provas materiais de que ambos os materiais foram produzidos.

Contudo, nem a legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE/PI, exigem a apresentação de prova material, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607/2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04/06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024.*)".*

No caso dos autos há contrato em ID 123668987, além de nota fiscal e comprovante de pagamento, o que satisfaz as exigências do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, não havendo motivo para considerar a despesa como irregular.

Sem embargo do exposto, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis, que seriam 10% do total arrecadado.

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.

Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico, que comprometem a regularidade das contas da candidata, ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, da importância de R$ 2.554,54, que representa menos de 10% do valor total arrecadado, incidindo a aplicação dos princípios supracitados para aprovação das contas com ressalvas.

Isto posto e com base no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019, em dissonância com o parecer do Ministério Público, APROVO, com ressalvas as contas de campanha prestadas por ELEUZA DIAS DA SILVA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina /PI, nas eleições municipais de 2024.

Determino, ainda o recolhimento de R$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais) ao Tesouro Nacional, a título de RONI, com espeque no art. 21, §3º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, para tomar conhecimento da sentença, inclusive para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019, mormente em virtude dos itens 2.2 e 4.1 do parecer conclusivo.
O Cartório deve utilizar a via do expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).
Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.
Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600578-58.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600578-58.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARIA ANTONIA DA SILVA VIEIRA VEREADOR
ADVOGADO	: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI)
REQUERENTE	: MARIA ANTONIA DA SILVA VIEIRA
ADVOGADO	: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600578-58.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARIA ANTONIA DA SILVA VIEIRA VEREADOR, MARIA ANTONIA DA SILVA VIEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO - PI15999
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO - PI15999
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de MARIA ANTONIA DA SILVA VIEIRA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral, que solicitou diligências(ID 123634256).
Regularmente intimado, o candidato apresentou petição ID 123655387, acompanhada de documentos e de prestação de contas retificadora.
Após, foi emitido Parecer Técnico Conclusivo (ID 123678576), opinando pela desaprovação das contas, em razão da presença de irregularidade nos Itens 1.1.1., 1.2., 2.2., 3.1.4, 5.2., 6.1.a e 6.1.c,

com indicação de devolução de R$ 6.552,50 (Seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) ao Tesouro Nacional, além de outros (R$ 199,00 cento e noventa e nove reais) a título de RONI.

A representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123696131) manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019, opinando pelo pagamento das verbas indicadas no parecer.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.

1. FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS(Itens 1.1.1, 1.1.2 e 5.2)

Nesses quesitos, o parecer técnico indicou que houve intempestividade no envio de informação financeira, o que dificultaria o exercício da fiscalização por esta Especializada. Também aduz que não foi prestada as contas parciais.

Oportuno salientar que, apesar dos atrasos, as informações constam no processo, permitindo o acesso e a visibilidade. Assim, percebo que se trata de irregularidade de menor relevância, apta a atrair apenas ressalvas às contas.

Nesse sentido, cito julgado do TRE/PI, diante de caso semelhante:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. PARTIDO POLÍTICO. DIREÇÃO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. IDENTIFICAÇÃO DE OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, OBTIDAS MEDIANTE CIRCULARIZAÇÃO E/OU INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE CAMPANHA E/OU CONFRONTO COM NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE GASTOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESPESAS COM CONTADOR E ADVOGADO. IRREGULARIDADES. JURISPRUDÊNCIA. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. (...) 2 - Nos termos do art. 47, I, da Resolução TSE nº 23 .607/2019, os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a enviar por meio do SPCE à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim, os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento. 3 - O atraso na entrega dos relatórios financeiros e as omissões de informações nas prestações de contas parciais são falhas que, no presente caso, consideradas isoladamente, não têm o condão de ensejar a desaprovação das contas, sendo certo que devem ser cotejadas com outras irregularidades detectadas no exame das contas, de modo a aferir a sua consistência e confiabilidade. (...) (TRE-PI - PC: 060043954 TERESINA - PI, Relator.: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 25/10/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 03/11/2021)

E, no caso dos autos, o parecerista conseguiu analisar a movimentação financeira, no que pese a mora.

2. OMISSÃO DE DESPESA (ITEM 2.2)

Reporta o parecer conclusivo que a Nota Fiscal nº 2833 foi emitida pela empresa QUEROAPOIAR . COM.BR LTDA, CNPJ: 39.586.155/0001-97, no valor de R$ 199,00, tendo como destinatário do

serviço a prestadora de contas. Apesar disso, tal despesa não se encontra registrada nos extratos bancários, sinalizando a ocorrência de omissão.

Em sua defesa, a parte aduz que o serviço não foi prestado, pois houve a "emissão automática da nota fiscal pela empresa, ainda que sem a execução do serviço". Isso representaria mero "erro formal que está fora do controle do prestador de contas, não podendo este corrigir unilateralmente tal documento."

Sobre o assunto, é imperioso destacar que dificilmente um empresário emitirá uma nota fiscal sem que tenha sido provocado a tanto, pois recolherá tributo ao fisco, dispendendo dinheiro sem necessidade.

Assim, o argumento de que a nota foi emitida indevidamente não merece prosperar. Ademais, todos os gastos de devem ser registrados e circularem pelas contas bancárias de campanha, o que não ocorreu na espécie.

Outrossim, até a presente data, a referida nota continua com sua situação ativa, não tendo sido cancelada, conforme imagem abaixo:

Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. 1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral. 2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devi d o registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso. 3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato , de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU). (...) *6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019.(Tribunal*

Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)

Assim, entendo configurado o RONI, devendo ser devolvido ao Erário o valor de R$ 199.00(cento e noventa e nove reais).

3. MATERIAL GRÁFICO CONTRATADO JUNTO À EMPRESA A C DE SOUSA LTDA (ITEM 3.1.4)

Aponta o parecerista que a candidata contratou a fornecedora A C DE SOUSA LTDA, por R$ 1.600,50, para prestar serviços de fornecimento de material gráfico. Há nota fiscal(ID 123655397).

Ocorre que a prestadora também contratou a empresa I H MARTINS SILVEIRA, por R$ 5.530,00, para fornecer impressos, conforme notas fiscais ID 123654226 e 123654233. Daí, a analise técnica concluiu que as fotos juntadas aos autos como prova material de que o serviço foi prestado, foram as mesmas para ambos os fornecedores. Haveria, então, uma sobreposição de contratos.

Contudo, compulsando os autos, não vislumbro esse gasto dobrado. Basta observar as notas fiscais acima enumeradas para se perceber que os materiais fornecidos pelas empresas são diversos, afastando-se a irregularidade apontada.

Ademais, não há exigência de prova material pela legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE /PI, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607/2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e /ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04/06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024.

Assim, presente a documento fiscal pertinente e tendo os recursos transitados pela conta, restam satisfeitos os requisitos legais e o gasto deve ser considerado como regular.

Diante do exposto, nos termos do artigo 74, inciso II, da Resolução supracitada, e em consonância com o parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO APROVADAS, COM RESSALVAS as contas da candidata MARIA ANTONIA DA SILVA VIEIRA, ao cargo de vereadora, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024.

Determino o recolhimento de R$ 199,00(cento e noventa e nove reais) ao Tesouro Nacional, a título de RONI, com espeque no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019, frente o item 6 do parecer técnico conclusivo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600579-43.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600579-43.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 PEDRO ALVES DA PAZ VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
REQUERENTE	: PEDRO ALVES DA PAZ
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600579-43.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 PEDRO ALVES DA PAZ VEREADOR, PEDRO ALVES DA PAZ
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de PEDRO ALVES DA PAZ , candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo(123404546), para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral.

Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligências(ID 123746153).

Intimado, o candidato apresentou prestação de contas retificadora e manifestação(ID 123749841), acompanhada de documentos.

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo(ID 123756357), no qual opinou pela pela aprovação com ressalvas das contas, em razão da presença de irregularidades.

A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se(ID 123762362) pela aprovação com ressalvas das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019.

Relatório sucinto. Decido

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

As impropriedades apontadas em sede de análise técnica não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

No tocante às irregularidades apontadas em análise técnica, destaca-se:

1. A abertura da conta bancária destinada ao recebimento de Doações para Campanha identificada abaixo, extrapolou o prazo de 10 (dez) dias contados da concessão do CNPJ, em desatendimento ao disposto no art. 8, § 1º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019, não sendo possível aferir a correção dos valores declarados na prestação de contas em relação ao período em que não houve a abertura da conta bancária, bem como a eventual omissão de receitas e gastos eleitorais:

Conta: 836940- Banco do Brasil S.A.

Trata-se de irregularidade que prejudica o controle e a aferição da veracidade das informações prestadas, pois impossibilita aferir a correção dos valores declarados na prestação de contas em relação ao período em que não houve a abertura da conta bancária, bem como a eventual omissão de receitas e gastos eleitorais, caracterizando irregularidade por afronta ao art. 8, § 1º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A finalidade primordial da exigência de abertura da conta bancária dentro do prazo estabelecido é facilitar a fiscalização da movimentação financeira da campanha. Contudo, a extrapolação do prazo, por si só, não implica necessariamente a impossibilidade de aferir a correção das contas, embora trate-se de uma irregularidade.

A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, em casos análogos, tem demonstrado uma tendência a flexibilizar a aplicação de penalidades por falhas formais, desde que não haja prejuízo efetivo à fiscalização e que a prestação de contas, em seu conjunto, permita a análise da regularidade das receitas e despesas.

Nesses termos:

ELEIÇÕES 2014. AGRAVO REGIMENTAL MANEJADO EM 17.5.2016 . RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. DEPUTADO ESTADUAL. CONTA CORRENTE . ABERTURA TARDIA. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZO AO ACOMPANHAMENTO E À FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA PELA JUSTIÇA ELEITORAL. NÃO PROVIMENTO . 1. Ausente prejuízo ao acompanhamento e à fiscalização das contas, a tardia abertura da conta bancária, por si só, não enseja a desaprovação das contas de campanha. Precedentes. 2 . Tese da Corte de origem, ao exame das circunstâncias do caso concreto, pelo afastamento do prejuízo à atuação da Justiça Eleitoral. Óbice da Súmula nº 24/TSE. Agravo regimental a que se nega provimento.(TSE - RESPE: 193947 BRASÍLIA - DF, Relator.: ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA, Data de Julgamento: 25/10/2016, Data de Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Volume -, Tomo 218, Data 17/11/2016, Página 15).

O candidato apresentou de forma clara e organizada os extratos bancários, ainda que a conta tenha sido aberta posteriormente ao prazo legal, não impedindo dessa forma, que Justiça Eleitoral pudesse realizar a devida análise e controle das contas, embora trate-se de uma irregularidade, a ensejar a aposição de ressalvas.

2. Há dívidas de campanha declaradas na prestação de contas decorrentes do não pagamento de despesas contraídas na campanha, no montante de R$ 1.048,56, não tendo sido apresentado(s) o (s) seguinte(s) documento(s), conforme dispõe o art.33, §§ 2° e 3°, da Resolução TSE nº 23.607 /2019:

Autorização do órgão nacional para assunção da dívida pelo órgão partidário da respectiva circunscrição;

Acordo expressamente formalizado, no qual deverão constar a origem e o valor da obrigação assumida, os dados e a anuência do credor;

Cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo;

Indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido.

A assunção de dívida de campanha somente é possível se atendidos os três requisitos dispostos no art. 33, § 3°,incisos I a III, da Resolução TSE nº 23.607/2019. O prestador de contas não atendeu a nenhum deles, assim como não consta decisão da agremiação nacional do partido, assumindo a dívida. Ressalta-se que, dentre os requisitos para a assunção de dívidas se encontra a anuência do credor, o que não foi comprovado nos autos. Dessa forma, a falta dos requisitos exigidos no artigo supracitado, impede o reconhecimento da obrigação como dívida de campanha na presente prestação de contas, visto que não foi comprovada a consolidação da referida dívida.

Ademais, inexiste previsão normativa para determinar o recolhimento de dívida de campanha ao Tesouro Nacional, como se de recursos de origem não identificada fosse.

Outrossim, segundo precedente do TSE, a assunção da dívida pelo partido não é um procedimento compulsório e, tampouco, afasta a possibilidade de que o candidato obtenha diretamente os recursos para quitar as obrigações junto aos fornecedores. Destarte, não se configura pertinente, classificar o valor devido como recurso de origem não identificada, visto que sequer houve captação de recurso. Tal classificação, em última análise, obstaria o candidato de quitar obrigação pela qual responde pessoal e individualmente.

A qualificação do valor devido como de origem não identificada, apenas agravaria a irregularidade detectada na análise técnica, impondo ao candidato o ônus de duplicar esforços na arrecadação de recursos junto a fontes não controladas pela Justiça Eleitoral, para além de saldar os débitos com fornecedores e efetuar o recolhimento ao Tesouro Nacional.

Nesse diapasão, a determinação de recolhimento ao erário configuraria enriquecimento sem causa da União, que se tornaria credora por dívidas contraídas pelo candidato junto a terceiros e ainda dificultaria o recebimento dos valores pelo credor real.

Nesses termos:

AGRAVO INTERNO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO . NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS. DÍVIDAS DE CAMPANHA. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. 1 . A constatação de notas fiscais emitidas em nome do candidato e não canceladas impõe a presunção da responsabilidade sobre o gasto, que, se não adimplido, constitui dívida de campanha. 2. A existência de dívida de campanha não impõe a determinação de recolhimento de valores ao erário por ausência de previsão normativa nesse sentido. Precedentes . 3. Agravo interno conhecido e desprovido.(TRE-GO - PCE: 06032047620226090000 GOIÂNIA - GO 060320476, Relator.: Des. Márcio Antônio De Sousa Moraes Júnior, Data de Julgamento: 16/03/2023, Data de Publicação: 22/03/2023).

Dessa forma, considerando entendimento da Corte Superior, não há respaldo normativo para determinar o recolhimento da supracitada dívida de campanha, ao Tesouro Nacional, visto que, havendo credor identificado(JORGE MARTINS VIANA-ME), a ele pertence o numerário devido.

Sem embargo do exposto, a falha permanece, só não desafia o recolhimento de valores ao Erário.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, APROVO COM RESSALVAS, as contas da campanha eleitoral/2024, prestadas por PEDRO ALVES DA PAZ, nos termos do artigo 74, caput, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação(Parágrafo Único do art. 85, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias-SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600576-88.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600576-88.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)

RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ROSANGELA DOS ANJOS BATISTA VEREADOR
ADVOGADO	: IVILLA BARBOSA ARAUJO (8836/PI)
REQUERENTE	: ROSANGELA DOS ANJOS BATISTA
ADVOGADO	: IVILLA BARBOSA ARAUJO (8836/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600576-88.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ROSANGELA DOS ANJOS BATISTA VEREADOR, ROSANGELA DOS ANJOS BATISTA
Advogado do(a) REQUERENTE: IVILLA BARBOSA ARAUJO - PI8836
Advogado do(a) REQUERENTE: IVILLA BARBOSA ARAUJO - PI8836
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de ROSÂNGELA DOS ANJOS BATISTA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123660533).
Intimada, a candidata apresentou petição ID 123672652, acompanhada de documentos.
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123681492), no qual opinou pela desaprovação das contas em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.1, 1.2, 2.1, 3.1 e 4.1, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ R$29.537,00 (vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete reais), na forma do art.79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019.
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123695559) manifestou-se pela desaprovação, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.
1. OMISSÃO QUANTO À ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL (Item 1.1)
Nesse quesito, a unidade técnica aponta que a prestação de contas parcial não foi entregue. Contudo, tal irregularidade não comprometeu a analise das contas finais, não havendo prejuízo para o feito. Tratando-se de erro meramente formal, deve ser cotejado junto com outras impropriedades, podendo ensejar a desaprovação das contas.
Nesse sentido:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. DEPUTADO FEDERAL. OMISSÃO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUA FORMA DEFINITIVA. DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES ACERCA DAS CONTAS BANCÁRIAS. FALHAS FORMAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE DESPESAS COM ASSESSORIA JURÍDICA E CONTÁBIL. FALHA GRAVE. AUSÊNCIA DE PROFISSIONAL DE ADVOCACIA CONSTITUÍDO (A) NOS AUTOS. CONTAS NÃO PRESTADAS.
1 . Omissão quanto à entrega de prestação de contas parcial. A omissão na entrega da prestação de contas parcial obsta o acompanhamento por esta Justiça Especializada da regularidade das contas e o controle social, podendo repercutir no julgamento das contas finais do candidato, inclusive no que diz respeito à rejeição das contas. (...) (TRE-PI - PCE: 06015994620226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 12/05/2023, Data de Publicação: Relator (a) designado (a) Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO)
No caso dos autos, porém, no que pese a omissão, a prestação de contas final dá a devida publicidade as contas da candidata, de maneira que o erro conduz apenas a aposição de ressalvas.
2. EXAME DE REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA(ITEM 2.1 e ITEM 3.1)
A unidade técnica apontou inconsistências na despesa com o fornecedor VALDECY BATISTA DA COSTA, pagas com recursos do FEFC. Citou que não consta dos autos a nota fiscal, além de ter pago a despesa com cheque não cruzado.
Em acréscimo, as provas materiais trazidas não comprovariam a efetiva prestação dos trabalhos, pois o "conteúdo para redes sociais, sem que a candidata tenha apresentado um link demonstrando a efetiva postagem de conteúdos publicitário de campanha."
A defesa colacionou aos autos um relatório de prestação de serviços(ID 123672674), além do contrato, da nota fiscal e de foto do cheque(ID 123672675).
Pois bem. Dispõe o art. 60 da Resolução nº 23.607/2019 que:
Art. 60. A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço. § 1º Além do documento fiscal idôneo, a que se refere o caput, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gastos, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como: I - contrato; III - comprovante bancário de pagamento; (...)
No caso dos autos, há contrato, comprovante de pagamento e nota fiscal, além de inúmeras imagens que demonstram o serviço prestado, restando plenamente comprovado o gasto, de acordo com as exigências normativas acima delineadas, não havendo que se falar em irregularidade.
Nesse sentido:
"ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATA. DEPUTADA FEDERAL. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO PARA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL. AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL. OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS PAGAS COM FEFC. APROVAÇÃO COM RESSALVAS . (¿) 2. Houve despesas com material de publicidade. A candidata cumpriu todas as exigências determinadas na legislação. Foram juntadas as notas fiscais com as dimensões do material impresso produzido, recibos, extratos bancários e alguns exemplares da arte gráfica do material de campanha. 3. O art. 60, § 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019 ao facultar a possibilidade de serem exigidos outros documentos como meio de prova de despesas tem como desiderato o cotejo com outros elementos já existentes diante de

eventual dúvida, quando há insuficiência de documentos, indícios de omissão de despesas ou desvio de verbas, o que não é o caso dos autos. 4. O eventual descumprimento de diligência adicional e facultativa não deve ser fundamento para afirmar que a candidata descumpriu as normas obrigatórias, tampouco impor sanção de devolução do valor ao Erário, quando há outros elementos probatórios nos autos que infirmam tal assertiva. 5. A apresentação de prova material não é exigida pela legislação, por conseguinte, a sua solicitação, quando ocorrer, deve ser medida excepcional e que, isoladamente, não tem o condão de transmudar a ausência de juntada do documento em irregularidade. 6. A falha remanescente referente ao atraso da entrega da prestação de contas impõe a aprovação com ressalvas. (TRE-PI - PCE: 06012504320226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 10/03/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 50, Data 21/03/2023)

Assim, presente a documento fiscal pertinente e tendo os recursos transitados pela conta, restam satisfeitos os requisitos legais e o gasto deve ser considerado como regular.

Não obstante, no que tange ao pagamento mediante cheque não cruzado, percebo no ID 123 672675, no qual consta imagem do cheque, além de outros documentos que demonstram cabalmente que o beneficiário do pagamento foi o fornecedor indicado pela prestadora.

Assim, está plenamente identificado o destinatário dos recursos, restando apenas o desrespeito à formalidade de que o pagamento tinha que se dar por cheque cruzado, falha de menor importância, a atrair apenas a aposição de ressalvas, consoante jurisprudência do TRE/PI:

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CARGO VEREADOR. ELEIÇÕES 2020 . RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. PAGAMENTO DE DESPESAS FINANCEIRAS COM CHEQUES NÃO CRUZADOS. RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA . REGULAR COMPROVAÇÃO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ENVOLVIDOS. CHEQUES NOMINAIS AOS FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS DA CAMPANHA. NOTAS FISCAIS EMITIDAS NOS MESMOS VALORES DEBITADOS NA CONTA BANCÁRIA. INSUBSISTÊNCIA DA FALHA . NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 79 DA RESOLUÇÃO DE REGÊNCIA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. RECURSO PROVIDO . 1. A determinação do art. 38, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019, para que os pagamentos de despesas sejam realizados mediante cheque cruzado visa o rastreamento dos recursos utilizados. No entanto, tal procedimento ser mitigado por meio da apresentação de documentos hábeis e idôneos a demonstrar que os reais beneficiários são os efetivamente registrados na prestação de contas.

2. Demonstrada, por outros meios, a real destinação dos recursos públicos (FEFC) aplicados na campanha eleitoral, objeto de pagamentos realizados por cheques nominais não cruzados, não há razões para incidência do disposto art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23 .607/2019, relativa à devolução desses valores ao Tesouro Nacional.

(TRE-PI - RE: 060034413 CANTO DO BURITI - PI, Relator.: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 26/07/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 04/08/2021)

3. CONTRATAÇÃO DE MILITÂNCIA DE RUA (ITEM 2.1)

A parecerista destaca que foram realizados gastos com os fornecedores MARCIO JOSÉ BONFIM SOARES e CLEINE REJANE LEITE DA SILVA, contratados para prestarem serviço de militância de rua, constando em ID's 123672673 e 123672676, as respectivas notas fiscais, contratos e comprovantes de pagamento.

Contudo, o parecer conclusivo destaca que não há prova material dos serviços prestados. Ocorre que tal comprovação não é exigida pela legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE/PI, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607/2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e

/ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04/06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024."

Destarte, diante do cumprimento das exigências leais, reputo a despesa como regular.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso II, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO APROVADAS, COM RESSALVAS, as contas da candidata ROSÂNGELA DOS ANJOS BATISTA, ao cargo de vereadora, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019, mormente em razão do item 5.1 do parecer conclusivo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600450-38.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600450-38.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA VEREADOR
ADVOGADO	: RICARDO AFONSO RODRIGUES RAMOS (13729/PI)
REQUERENTE	: MARCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA
ADVOGADO	: RICARDO AFONSO RODRIGUES RAMOS (13729/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600450-38.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA VEREADOR, MARCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA

Advogado do(a) REQUERENTE: RICARDO AFONSO RODRIGUES RAMOS - PI13729

Advogado do(a) REQUERENTE: RICARDO AFONSO RODRIGUES RAMOS - PI13729

SENTENÇA

Trata-se da Prestação de Contas de Campanha, referente às Eleições 2024, de MÁRCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 28 da Lei nº 9.504/97.

Foi publicado o Edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As contas em análise encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela Unidade Técnica desta Zona Eleitoral, com posterior emissão do Relatório Preliminar para Expedição de Diligências(ID 123670265).

Em Parecer Técnico Conclusivo(ID 123697889), a responsável pela análise técnica concluiu que remanesceram impropriedades e irregularidades, que serão arroladas e debatidas no corpo desta decisão.

A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação(ID 123705701), nos termos da Resolução TSE 23.607/2019, com indicação de devolução de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) de recursos do FEFC, aplicados irregularmente ou não comprovados devidamente, bem como do valor de R$ 1.064,10 (mil, sessenta e quatro reais e dez centavos), referente ao recebimento de recurso de origem não identificada.

Por fim, a candidata "impugnou" a manifestação ministerial em ID 123757072, juntando aos autos prestação de contas retificadora.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador(a), candidato(a) ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral os dados financeiros e contábeis de campanha.

A responsável pelas contas apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos a análise técnica que, em Parecer Conclusivo, destacou impropriedades e irregularidades. Estas não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

Compulsando os autos, constatou-se que o Parecer Técnico Conclusivo, opinou pela Desaprovação da prestação de contas do candidato a vereadora, MÁRCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA, referente às eleições de 2024, em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.1 e 3.1.

No tocante às irregularidades apontadas no Parecer técnico, destaca-se:

1) DOAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS OU DE RECURSOS PRÓPRIOS, INCLUSIVE MEDIANTE FINANCIAMENTO COLETIVO, DE VALOR IGUAL OU SUPERIOR A R$ 1.064,10 (Item 1.1)

A parecerista aponta que a doadora TELMA VILA NOVA PEREIRA doou R$ R$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) a prestadora por meio de depósito em dinheiro.

Contudo, a Resolução TSE nº 23.607/2019 determina que as transações dessa espécie só podem ser efetivadas por meio de transferência ou de cheque cruzado, senão vejamos:

Art. 21. As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de: I - transação bancária na qual o CPF da doadora ou do doador seja obrigatoriamente identificado; II - doação ou cessão temporária de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, com a demonstração de que a doadora ou o doador é proprietária(o) do bem ou é a(o) responsável direto pela prestação de serviços; III - instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios da internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares. IV - Pix. (Incluído pela Resolução nº 23.731/2024) § 1º As doações

financeiras de valor igual ou superior a R$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias da doadora ou do doador e da beneficiária ou do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal.

No caso dos autos, os valores foram depositados em dinheiro, o que inviabiliza o controle por parte da Justiça Eleitoral. Com efeito, a realização de depósito identificado apenas pelo depositante nada prova a respeito da prévia origem.

Esses recursos, inclusive, podem advir de fontes vedadas, na medida em que não tiveram trânsito pelo sistema bancário. É exatamente esta a razão pela qual se exige que a doação seja realizada por meio de transferência bancária, mecanismo que permite o rastreamento de sua origem, minimizando as possibilidades de operações irregulares. Trata-se de exigência que amplia a segurança do modelo de captação de recursos de campanha autorizado pela legislação.

Esse é o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que a aceitação de doações eleitorais por meio diverso de transferência bancária é irregularidade grave que enseja a desaprovação das contas. Confira-se a ementa do seguinte precedente:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DIRETÓRIO ESTADUAL. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADES. GRAVIDADE. DOAÇÃO. DEPÓSITO BANCÁRIO EM CONTA DIVERSA DA ESPECÍFICA DE CAMPANHA. MONTANTE SUPERIOR AO PREVISTO EM LEI. TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA. NECESSIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 30/TSE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. SANÇÃO DE SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO. PROPORCIONALIDADE. OBSERVÂNCIA. DESPROVIMENTO. 1. As doações de pessoas físicas, em espécie, devem transitar exclusivamente na conta específica de campanha nos termos no art. 3º, III, da Res.-TSE nº 23.463/2015, de modo que "a ausência de trânsito de recursos em conta bancária específica é irregularidade grave apta a ensejar a desaprovação das contas diante do risco à sua própria confiabilidade. Nesse sentido: PC nº 130-71/DF, Rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJe de 27.4.2016" (AgR-REspe nº 160-58/RS, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 19.2.2019). 2. "A atual jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que as doações acima de R$ 1.064,10 devem ser feitas mediante transferência eletrônica, nos exatos termos do art. 18, § 1º, da Res.-TSE 23.463, e o descumprimento da norma regulamentar não é reputado como falha meramente formal" (AgR-REspe nº 254-76/RS, Rel. Min. Sergio Silveira Banhos, DJe de 2.8.2019), o que ensejou a incidência da Súmula nº 30/TSE. 3. No caso concreto, o TRE/RJ, instância exauriente no exame de fatos e provas, desaprovou as contas da agremiação, relativas ao pleito de 2016, em virtude do recebimento de doações em conta bancária do partido diversa da conta específica de campanha, em afronta ao art. 3º, III, da Res.-TSE nº 23.463/2015, e devido ao recebimento de doações de pessoas físicas acima de R$ 1.064,10 (mil sessenta e quatro reais e dez centavos) por meio de depósito bancário e cheque, e não por transferência eletrônica, consignando que "o valor arrecadado em desacordo com a norma acima citada é de R$ 2.947.500,00 (dois milhões novecentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais), que corresponde a exatos 48,9% do total arrecadado pelo partido durante as Eleições 2016, o que faz caracterizar a gravidade da irregularidade, e consequentemente o comprometimento das contas" (fl. 1.813). (...) (AgR-AREspE n. 321-42.2016.6.19.0000/RJ, ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 15 de março de outubro de 2019)

Destarte, reputo como irregular a receita, sendo necessário a devolução dos valores arrecadados, conforme art. 21, §3º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

2) INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC) (Item 3.1)

FORNECEDOR - RICARDO & MANOEL CONTABILIDA DE LTDA - R$ 8.000,00

A unidade técnica aponta que a despesa concentrou 25,4% dos seus gastos de campanha nos serviços contábeis e que o valor pago se mostra bastante elevado em comparação ao cobrado pelo mesmo fornecedor a outros prestadores de contas.

Já a defesa, assevera: "O valor cobrado reflete o trabalho técnico e especializado necessário à campanha da candidata, que participava de debates em redes de TV e aparecia em pesquisas eleitorais (comprovantes anexos). Não há disparidades entre o valor pago e o mercado, já que as diferenças encontradas no relatório preliminar decorrem de trabalhos prestados a outros candidatos em circunstâncias distintas."

Em acréscimo, a analista de contas comparou o gasto com os serviços prestados pelo mesmo profissional a outros candidatos, destacando a disparidade de valores, senão vejamos:

Assim, com base nos princípios da eficiência, economicidade, moralidade e transparência, que devem orientar o dispêndio de recursos públicos, o valor pago a maior deverá ser ressarcido ao erário, sob pena de se convalidar um abuso.

Sem embargo do já exposto, a argumentação da defesa de que o gasto se encontra regularmente escriturado, e por isso é regular, não merece prosperar. Analisando a inconsistência encontrada, destaco que o tema em questão é tratado pelo art. 35, § 11º da Resolução TSE 23.607/2019.

No caso dos autos, observa-se que as despesas contratadas estão regularmente comprovadas, pois há notas fiscais lhes dando suporte. Além disso o próprio processo analisado é prova material dos serviços prestados.

Contudo, entendo como violado os ditames da razoabilidade. De fato, são irregulares contratações efetivadas de forma antieconômica e os valores pagos a maior devem ser devolvidos ao Tesouro Nacional.

No caso dos autos, foram registrados, apenas sete gastos, o que denota que o valor pago pelos serviços contábeis não são compatíveis com o porte da candidatura. Observa-se que, para a candidata a prefeita de Jerumenha-PI, candidatura que mais se aproxima da aqui tratada, em termos de movimentação financeira, foi pago para o mesmo fornecedor o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Destarte, houve violação à economicidade, devendo a despesa ser considerada irregular, consoante jurisprudência abaixo:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. SUPERFATURAMENTO DAS DESPESAS COM CONTADOR. EXTRAPOLAÇÃO DO VALOR DE MERCADO APURADO PELA UNIDADE TÉCNICA DE CONTAS. RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. DESTINAÇÃO DE 90% PARA O PAGAMENTO ANTECIPADO DO PROFISSIONAL. IRREGULARIDADE GRAVE. INDÍCIOS DA PRÁTICA DO ILÍCITO PENAL ELEITORAL PREVISTO NO ART. 354-A DO CÓDIGO ELEITORAL. NATUREZA E REPRESENTATIVIDADE DA FALHA EM RELAÇÃO AO MONTANTE ARRECADADO. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO. 1. Na espécie, foi apurado pela unidade de contas que o candidato realizou despesa equivalente a 90% dos recursos financeiros recebidos do FEFC (no total de R$ 20.000,00) com a contratação dos serviços de contabilidade de sua campanha, pagando ao contador, antecipadamente, o valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), quando o valor médio cobrado pelo mesmo profissional, nas eleições de 2022, foi de R$ 4.125,00 (quatro mil, cento e vinte e cinco reais). 2. Na linha do entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, "a observância do princípio da economicidade na aplicação de recursos públicos pode ser objeto de controle em processo de prestação de contas, assim como se assentou que é possível considerar irregular a despesa que tenha caráter antieconômico."(TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 060116394, Acórdão, Relator (a) Min. Sergio Silveira Banhos, Publicação: DJE - Diário da justiça

eletrônica, Tomo 216, Data 27/10/2020) . 3. Por força do disposto no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, desaprovam-se as contas de campanha "quando constatadas falhas que comprometam sua regularidade ." 4. Contas desaprovadas. Determinação de devolução ao Tesouro Nacional do valor dos gastos indevidos com recursos públicos do FEFC. (TRE-PI - PCE: 06011777120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 22/06/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 116, Data 28/06/2023)

Assim, considero violado o princípio da economicidade, reputando a despesa como irregular e sendo necessário a devolução ao Erário do valor despendido a maior, qual seja, R$ 3.000,00(três mil reais).

FORNECEDOR - FRANCISCO KLEYTON JONHSOM LIMA PINTO - R$ 4.000,00

Foi registrado despesa com o fornecedor FRANCISCO KLEYTON JONHSOM LIMA PINTO, no dia 13/09/2024, no valor de R$ 4.000,00, estampada na nota fiscal nº 84. Ocorre que o referido documento continha uma irregularidade, qual seja, não discriminava adequadamente o material fornecido.

Por isso, a analise técnica destacou que "a declaração apresentada no id 123689898, informa fornecimento de 5.000 santinhos e 400 adesivos, enquanto a nota fiscal indica apenas fornecimento de adesivos. As divergências de informações comprometem a consistência e confiabilidade da despesa paga com recurso do FEFC. Além disso, a nota fiscal apresentada para comprovação do gasto (id 123211076), desatende ao art. 60, caput e §8º, da Res. TSE 23.607 /2019, por não conter as dimensões e descrição detalhada do material gráfico adquirido (modelo, quantidade e valor unitário)."

Em sua defesa, a candidata apresentou prova material do fornecimento dos santinhos e dos adesivos, nos ids 123690162 a 123690181 e 123690102. Também há comprovante de pagamento em ID 123756946.

O tema em questão é tratado no §8º do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, que dispõe: "A comprovação dos gastos eleitorais com material de campanha impresso deve indicar no corpo do documento fiscal as dimensões do material produzido."

No caso dos autos, a nota ID 123756946 realmente não traz as informações exigidas pela legislação. Contudo, o complemento trazido pela parte, em ID 123691020, cumpre as exigências legais, não havendo razão para não aceitá-lo.

Ademais, conforme ressalta a parecerista, há prova material de que os adesivos e os santinhos foram efetivamente confeccionados. Nesse cenário, incide o inciso III, do §1º do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, que considera a prova material como meio de se comprovar a despesa.

Assim, considero válido o e regular o gasto, conforme jurisprudência do TRE/PI:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA AO CARGO DE VEREADOR. ELEIÇÕES 2016 # CONTAS DESAPROVADAS NO JUÍZO A QUO. I - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. I. Aplicação do art. 1.013 do CPC. Anulação da sentença. Foram apontadas irregularidades sobre as quais a candidata deveria ter sido intimada para apresentar documentos e apresentar manifestação, mas diante da manifestação da candidata em recurso, entendo que deve ser dado julgamento imediato, nos termos do o art. 1.013 do novo CPC. II OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COMPROVADAS ATRAVÉS DAS NOTAS FISCAIS DE Nº 2171 E 90 - Da análise dos documentos juntados em recurso, foi constatada a juntada de Cartas de correção de ambas as notas por erro de descrição no CNPJ, sanando as omissões apontadas . (...) (TRE-PI - PC: 0000166-87.2016.6 .18.0090 COLÔNIA DO GURGUÉIA - PI 16687, Relator.: Des. ANTÔNIO LOPES DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 09/05/2017, Data de Publicação: DJE 85, data 17/05 /2017, pag.10)

FORNECEDORES - HENRIQUE BUARQUE GURGEL e AYLA SABRINA OLIVEIRA CORDEIRO - R$ 3.500,00 e R$ 3.000,00

A parecerista destaca que foram realizados gastos com os fornecedores, contratados para prestar em serviços de organização e planejamento de campanha, constando notas fiscais ID 123756947 e 123756944, além de comprovantes de pagamentos.

Contudo, a unidade técnica solicitou prova material dos trabalhos. Tal documentação foi apresentada pela prestadora, em documentos de ID 23689910, 23690091, 123690072, 23690073 e 12369007, 123690109, 123690105, 123690107, 123690108.

Ocorre que o parecer conclusivo sinaliza que as fotos e vídeos são insuficientes, porque não evidenciam que o trabalho foi efetivamente feito pelo contratado.

Inicialmente cumpre ressaltar que tal comprovação material do serviço não é exigida pela legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE/PI, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607/2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04 /06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024.)

Assim, presente a documento fiscal pertinente e tendo os recursos transitados pela conta, restam satisfeitos os requisitos legais e os gastos devem ser considerados como regulares.

No que tange à alegação de que ambos os prestadores foram contratados para fornecer o mesmo serviço de organização de eventos, não há elementos nos autos que permitam concluir nesse sentido. Com efeito, não há como se deduzir se os contratados agiram em conjunto para os eventos acontecerem, tampouco há meio de se saber quantos atos foram realizados ou quem ficou responsável por cada um deles.

Assim, à mingua de comprovação robusta de que efetivamente houve a duplicidade de contratação para o mesmo fim, e diante da regularidade formal das despesas, afasto as irregularidades.

Não obstante, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis.

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.

Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico, comprometem a regularidade das contas do candidato, pois ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, de importância superior a 10% do valor total arrecadado, afastando os princípios supracitados para aprovação das contas com ressalvas.

Ante o exposto, em consonância com o opinativo do *Parquet*, DESAPROVO, as contas da campanha eleitoral de 2024, da candidata MÁRCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA, nos termos do artigo 74, caput, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

DETERMINO, outrossim, o recolhimento ao Tesouro Nacional, do valor de R$ 4.064,10(quatro mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), na forma do art. 79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019, aplicados irregularmente ou não comprovados devidamente.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Ciência à Representante do Ministério Público Eleitoral, inclusive para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).
Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação(Parágrafo Único do art. 85, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.
Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600290-13.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600290-13.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DENISE DE SOUSA TRIGUEIRO CAMPOS
ADVOGADO	: MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL (4450/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 DENISE DE SOUSA TRIGUEIRO CAMPOS VEREADOR
ADVOGADO	: MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL (4450/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600290-13.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 DENISE DE SOUSA TRIGUEIRO CAMPOS VEREADOR, DENISE DE SOUSA TRIGUEIRO CAMPOS
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL - PI4450
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL - PI4450
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de DENISE DE SOUSA TRIGUEIRO CAMPOS, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral, resultando na solicitação de diligências(ID 123671150).
Devidamente intimada, a candidata apresentou documentos e prestação de contas retificadora (ID123689632 e seguintes).

Após, foi emitido Relatório Conclusivo(ID 1236700491), que opinou pela desaprovação das contas, em razão de irregularidades, além da necessidade de recolher ao Tesouro Nacional a quantia de e R$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), por gastos com o FEFC e mais e R$ 21,75 (vinte e um reais e setenta e cinco centavos), considerados como RONI.

O Ministério Público Eleitoral exarou parecer pela aprovação com ressalvas das contas, em conformidade com a Resolução TSE nº 23.607/2019(ID 123696157), requerendo a devolução de valores ao erário.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato ou candidata que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

A responsável pelas contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades, apontadas nos itens 2.1 e 3.1. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.

1. OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (Item 2.1)

Reporta o parecer conclusivo que a Nota Fiscal nº 16001 foi emitida pela 2 SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TITULOS, CNPJ: 454.333.981 /0001-18, no valor de R$ 21,75, tendo como destinatário do serviço a prestadora de contas. Apesar disso, tal despesa não se encontra registrada nos extratos bancários, sinalizando a ocorrência de omissão.

Em sua defesa, a parte aduz que não se trata de despesa de campanha e que o valor é irrisório.

Ocorre que, até a presente data, a referida nota continua com sua situação ativa, não tendo sido cancelada. Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019

estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.

3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

(...)

6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.(Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)

2. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC) (item 3.1)

A parecerista indica que a Nota Fiscal nº 1 foi emitida pela fornecedora VALDINETE VIEIRA DOS SANTOS, no valor de R$ 6.000,00. O contrato se deu para o desempenho das funções de coordenação de campanha, estando presente um relatório de suas atividades, com fotos das atividades desempenhadas(ID 123689646), além de nota fiscal, contrato e comprovante de pagamento, todos em documento ID 123689183.

Ocorre que a parecerista identificou que o valor pago pelos serviços foi exagerado, se comparado ao de outras campanhas eleitorais.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o gasto está devidamente comprovado, pois obedece todos as exigências do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

No que tange ao valor do contrato, não vislumbro excesso. Com efeito, o dispêndio não viola o princípio da economicidade, pois está muito próximo do valor trazido aos autos pelo próprio parecer conclusivo.

Isso porque a candidata Carla Cléia gastou R$ 5.000,00 pelo serviço de coordenador de campanha e a prestadora desembolsou R$ 1.000,00 a mais, totalizando R$ 6.000,00 com essa rubrica. Assim, não restou comprovado gasto acima do razoável, estando dentro dos valores praticados no mercado.

Ademais, a legislação não coloca limites a este tipo de gastos, conforme jurisprudência do TRE/PI:

"PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. DEPUTADO FEDERAL. GASTOS COM RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO E DO FEFC - AUSÊNCIA DOS CUPONS FISCAIS DOS GASTOS COMBUSTÍVEIS . DOCUMENTOS NÃO EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO ELEITORAL. IRREGULARIDADE AFASTADA. CONTRATAÇÃO ELEVADA DE COORDENADORES DE CAMPANHA PAGOS COM RECURSOS DO FEFC. LEGISLAÇÃO ELEITORAL NÃO IMPÕE LIMITE DE MONTANTE DESSES GASTOS. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. DOAÇÃO DE BEM. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DO DOADOR. APRESENTAÇÃO DE CRLV . IRREGULARIDADE AFASTADA. IDENTIFICAÇÃO DE GASTOS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL MAS NÃO INFORMADAS À ÉPOCA. GASTOS DECLARADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE . IRREGULARIDADES QUE NÃO COMPROMETEM A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

(...)
2. Contratação elevada de coordenadores de campanha pagos com recursos do FEFC. A legislação eleitoral permite a contratação de pessoal com recursos públicos do FEFC, sem limitação de montante, proibindo tão somente o repasse desses recursos a partidos ou candidatos /candidatas não pertencentes à mesma coligação e/ou não coligados. Assim, a análise feita pelo NAAPC demonstra rigor excessivo, pois ultrapassa a exigência contida na legislação eleitoral. Ausência de irregularidade.
(...)
(TRE-PI - PCE: 06012487320226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 10/12/2022, Data de Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 12/12/2022)."
Destarte, considero a despesa como regular.
Outro item da analise técnica foi o gasto de R$ 500,00 com o fornecedor ANTONIO DA SILVA CARDOSO FILHO. Aduz o parecer que "Embora a candidata tenha apresentado contrato, documentos pessoais, comprovante de pagamento e recibo de pagamento (id 123689635), subsiste irregularidade por ausência de nota fiscal."
Analisando a inconsistência encontrada, destaco que o tema em questão é tratado pelo art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019, o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.
Compreende-se, a partir dessas disposições, que o prestador de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.
Na falta do documento fiscal, a legislação aceita outros tipos de comprovação, senão vejamos:
Art. 60. A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.
§ 1º Além do documento fiscal idôneo, a que se refere o caput, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gastos, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como:
I - contrato;
II - comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço;
III - comprovante bancário de pagamento; ou
(...)
No caso dos autos, há contrato e comprovante de pagamento em ID 123689635, satisfazendo os requisitos da legislação e afastando a irregularidade apontada.
Isto posto e com base no art. 30, III, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, III, da Res. TSE nº 23.607/2019, em consonância com o parecer do Ministério Público, APROVO COM RESSALVAS as contas de campanha prestadas por DENISE DE SOUSA TRIGUEIRO CAMPOS, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nas eleições municipais de 2024.
Determino a devolução ao Tesouro Nacional de R$ 21,75 (vinte e um reais e setenta e cinco centavos), em razão da caracterização de uso de recursos de origem não identificada e/ou aplicados irregularmente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral. O Cartório deve utilizar a via do expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.
Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600467-74.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600467-74.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 THIAGO MARTINS VAZ DE SOUSA VEREADOR
ADVOGADO	: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI)
REQUERENTE	: THIAGO MARTINS VAZ DE SOUSA
ADVOGADO	: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600467-74.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 THIAGO MARTINS VAZ DE SOUSA VEREADOR, THIAGO MARTINS VAZ DE SOUSA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO - PI15999
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO - PI15999
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de THIAGO MARTINS VAZ DE SOUSA, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n°23.607/2019 e do art. 28 da Lei n°9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral, que solicitou diligências em 123708593.
Intimado, o candidato apresentou contas retificadoras(ID 123734370), seguida de documentos.
Após, foi emitido Parecer Técnico Conclusivo (ID 123732881), opinando pela desaprovação das contas, em razão da presença de irregularidades nos itens 1, 2.1, 2.2, 3, 4 e 5, com indicação de devolução de .

O Ministério Público Eleitoral foi intimado, emitindo parecer ID 123739955, pugnando pela desaprovação das contas, com indicação de devolução de R$ 2.183,25 (dois mil, cento e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) .

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.

1. Não foram apresentados extratos bancários e contas não registradas(Itens 1 e 4.1)

Aponta a parecerista que o candidato abriu contas, mas não juntou os extratos bancários ou declaração do banco atestando a inexistência de movimentação financeira, o que comprometeria a transparência e a análise das contas, uma vez que somente foi possível a análise através dos extratos eletrônicos, disponíveis no SPCE-WEB os quais nem sempre contemplam toda a movimentação financeira havida.

Ocorre que tal falha é meramente formal, pois a Justiça Eleitoral teve acesso aos extratos, viabilizando a analise das contas. Tal irregularidade não é capaz de desaprovar as contas, consoante se depreende da jurisprudência: "Existência de conta bancária que não foi registrada na prestação de contas. Embora se trate de irregularidade de natureza grave, o NAAPC teve acesso aos extratos eletrônicos do candidato, constatando a ausência de movimentação financeira dessas contas. Dessa forma, não houve nenhum prejuízo à análise das contas, razão pela qual a irregularidade apontada não afeta a confiabilidade das contas. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)"

Portanto, entendo que a falha é meramente formal, impondo apenas ressalvas às contas.

Outra inconsistência apontada no parecer técnico indicou que foram abertas contas bancárias no CNPJ do candidato, mas não constam os extratos bancários respectivos. E, mesmo os extratos apresentados, não contemplam toda a movimentação financeira.

Constata-se que a irregularidade é meramente formal, pois o parecerista teve acesso aos extratos de todas as contas, viabilizando a analise. Por isso, nenhuma delas tem o condão de desaprovar as contas, consoante se depreende da jurisprudência: "Existência de conta bancária que não foi registrada na prestação de contas. Embora se trate de irregularidade de natureza grave, o NAAPC teve acesso aos extratos eletrônicos do candidato, constatando a ausência de movimentação financeira dessas contas. Dessa forma, não houve nenhum prejuízo à análise das contas, razão pela qual a irregularidade apontada não afeta a confiabilidade das contas. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)"

2. Foram identificadas as seguintes inconsistências nas despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha(Item 2.1 e 3)

O parecer técnico aponta que o prestador realizou despesas com alimentação, apresentando a nota fiscal e o comprovante de pagamento ID(123734399). Porém não indicou as pessoas às quais foram fornecidas as alimentações e as datas do efetivo fornecimento.

Sobre o assunto, faz-se mister transcrever a Resolução nº 23.607/2019:

Art. 35 São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução

§ 6º Não são consideradas gastos eleitorais, não se sujeitam à prestação de contas e não podem ser pagas com recursos da campanha as seguintes despesas de natureza pessoal da candidata ou do candidato:

(...)

b) remuneração, alimentação e hospedagem da pessoa condutora do veículo a que se refere a alínea a deste parágrafo;

c) alimentação e hospedagem própria;

(...)

Assim, para saber se a despesa com alimentação foi ou não regular, é imperioso que se determine quem foi o beneficiário. Se tiver sido o candidato ou seu motorista particular, os recursos do FEFC não podem ser utilizados para custear esse gasto.

No caso dos autos, a nota fiscal ID 123734399 não esclarece para quem a comida foi fornecida, inviabilizando o controle dessa Especializada sobre a regularidade. Em tal situação, o gasto deve ser considerado irregular, conforme jurisprudência a seguir colacionada: "Houve despesas com alimentação sem identificação dos destinatários das refeições. Em que pese a nota fiscal tenha sido juntada aos autos em um dos casos, não foi comprovada a correlação da aludida despesa com as atividades da campanha e, por conseguinte, não é possível aferir a destinação dos alimentos adquiridos em supermercado: uso pessoal (para si ou para terceiros) ou uso de campanha. Causa espécie a compra dos produtos sem qualquer justificativa de vínculo com a campanha, sobretudo pela natureza dos alimentos obtidos (TRE-PI - PCE: 06014253720226180000 TERESINA - PI 060142537, Relator.: Des. Ricardo Gentil Eulalio Dantas, Data de Julgamento: 18/07/2024, Data de Publicação: DJE 138, data 25/07/2024)."

Destarte, ante a impossibilidade de se identificar os beneficiários da alimentação, considero a despesa como irregular, sendo necessário que se restitua o Tesouro Nacional a quantia de R$ 1.295,00.

3. Despesa com assessoria(Item 2.2)

A questão é saber se resta comprovada a despesa realizada em 19/09/2024, no valor de R$ 850,00, ao Sr. GIORDANY ANJOS AMORIM, tendo em mira que consta nos autos a nota fiscal(ID 12374400).

Entendo que a apresentação de nota fiscal supre as exigências do art. 60, da Resolução TSE nº 23.607/2019. o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço."

Compreende-se, a partir dessas disposições, que o prestador de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.

No caso dos autos, porém, não há a descrição do serviço prestado, restando a nota fiscal revestida de generalidade que impede essa Especializada de aferir a sua idoneidade. Ademais, não consta nos autos contrato que esclareça o ponto em analise.

Nessas circunstâncias, em que o documento fiscal apenas aponta que o serviço prestado foi de "assessoria", deve incidir a jurisprudência do TSE: "Consideram-se não comprovadas as despesas cujos documentos fiscais ou recibos, em razão dos termos genéricos em que redigidos, não permitem identificar a que se refere especificamente o pagamento realizado, bem como sua vinculação a atividades partidárias" (PC 290-21, rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 21.6.2019).

4. Sobras de campanha(Item 5)

O extrato bancário ID 123734403 aponta que sobrou R$ 38,25 (trinta e oito reais e vinte e cinco centavos reais) de saldo. Em tais casos, os valores deveriam ser devolvidos ao Erário, conforme dispõe o art. 50, §5º da Resolução nº 23.607/2019.

No caso dos autos não houve esse recolhimento, infringindo-se a legislação.

Não obstante, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis, que seriam 10% do total arrecadado.

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.

Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas comprometem a regularidade das contas do candidato, pois ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, da importância superior a 10% do valor total arrecadado, que foi R$ 14.197,05, impedindo a aplicação dos princípios supracitados para aprovação das contas com ressalvas.

Diante do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, e em consonância com o parecer ministerial, JULGO DESAPROVSADAS as contas do candidato THIAGO MARTINS VAZ DE SOUSA, ao cargo de vereador, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024.

DETERMINO a devolução de e R$ 2.145,00 (dois mil, cento e quarenta e cinco reais) ao Tesouro Nacional, gastos indevidamente, conforme art. 79, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019, além de outros R$ 38,25 (trinta e oito reais e vinte e cinco centavos reais), considerados sobras de campanha.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600376-81.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600376-81.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARINALVA DE SANTANA RIBEIRO VEREADOR

ADVOGADO : CARMEN LUCIA DOS SANTOS RIBEIRO (16051/PI)
ADVOGADO : GLAUDSON LIMA GOMES (14499/PI)
ADVOGADO : WALLYSON SOARES DOS ANJOS (10290/PI)
ADVOGADO : YOANNA LAIS XAVIER ARAUJO (1538100/PI)
REQUERENTE : MARINALVA DE SANTANA RIBEIRO
ADVOGADO : CARMEN LUCIA DOS SANTOS RIBEIRO (16051/PI)
ADVOGADO : GLAUDSON LIMA GOMES (14499/PI)
ADVOGADO : WALLYSON SOARES DOS ANJOS (10290/PI)
ADVOGADO : YOANNA LAIS XAVIER ARAUJO (1538100/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600376-81.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARINALVA DE SANTANA RIBEIRO VEREADOR, MARINALVA DE SANTANA RIBEIRO
Advogados do(a) REQUERENTE: CARMEN LUCIA DOS SANTOS RIBEIRO - PI16051, GLAUDSON LIMA GOMES - PI14499, WALLYSON SOARES DOS ANJOS - PI10290-A, YOANNA LAIS XAVIER ARAUJO - PI1538100
Advogados do(a) REQUERENTE: CARMEN LUCIA DOS SANTOS RIBEIRO - PI16051, GLAUDSON LIMA GOMES - PI14499, WALLYSON SOARES DOS ANJOS - PI10290-A, YOANNA LAIS XAVIER ARAUJO - PI1538100
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de MARINALVA DE SANTANA RIBEIRO, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral, que solicitou diligências, no ID 123669121.
Intimada, a prestadora apresentou prestação de contas retificadora, acompanhada de documentos e de petição ID 123696986.
Após, foi emitido Relatório Conclusivo(ID 123701140), que opinou pela desaprovação das contas, em razão de irregularidades, com indicação de devolução de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais), por não comprovação de gastos, além de R$ 4.000,00 - quatro mil reais a título de RONI e outros R$ 960,21 (novecentos e sessenta reais e vinte e um centavos) que configurariam sobras de campanha.
O Ministério Público Eleitoral foi devidamente intimado, emitindo parecer em ID 123705835, opinando pela desaprovação das contas, com pagamento dos valores delineados no parecer conclusivo, tudo em conformidade com a Resolução nº 23.607/2910.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe ao candidato ou candidata que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
A responsável pelas contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades, apontadas nos itens 1.1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 5.1, 6.1 e 6.2.

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.

1. DESCUMPRIMENTO QUANTO AO PRAZO PARA ENVIO DOS DADOS RELATIVOS AOS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS (Item 1.1.1)

Nesse quesito, o parecer técnico indicou que houve intempestividade no envio de informações financeiras, o que dificultaria o exercício da fiscalização por esta Especializada.

Oportuno salientar que, apesar do atraso, as informações constam no processo, permitindo o acesso e a visibilidade. Assim, percebo que se trata de irregularidade de menor relevância, apta a atrair apenas ressalvas às contas.

Nesse sentido, cito julgado do TRE/PI, diante de caso semelhante:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. PARTIDO POLÍTICO. DIREÇÃO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. IDENTIFICAÇÃO DE OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, OBTIDAS MEDIANTE CIRCULARIZAÇÃO E/OU INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE CAMPANHA E/OU CONFRONTO COM NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE GASTOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESPESAS COM CONTADOR E ADVOGADO. IRREGULARIDADES. JURISPRUDÊNCIA . APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. (...) 2 - Nos termos do art. 47, I, da Resolução TSE nº 23 .607/2019, os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a enviar por meio do SPCE à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim, os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento. 3 - O atraso na entrega dos relatórios financeiros e as omissões de informações nas prestações de contas parciais são falhas que, no presente caso, consideradas isoladamente, não têm o condão de ensejar a desaprovação das contas, sendo certo que devem ser cotejadas com outras irregularidades detectadas no exame das contas, de modo a aferir a sua consistência e confiabilidade. (...) (TRE-PI - PC: 060043954 TERESINA - PI, Relator.: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 25/10/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 03/11/2021)

E, no caso dos autos, o parecerista conseguiu analisar a movimentação financeira, no que pese a mora.

2. NÃO FORAM APRESENTADAS AS SEGUINTES PEÇAS OBRIGATÓRIAS (Item 1.2 e 6.1)

A unidade técnica afirma não ter sido juntado aos autos os comprovantes de recolhimento das sobras de campanha. Ocorre que tais documentos encontram-se em ID 123696751 e 123696750, não havendo que se falar em irregularidade.

3. DESPESAS REALIZADAS COM COMBUSTÍVEIS SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÕES, CESSÕES DE VEÍCULOS, PUBLICIDADE COM CARRO DE SOM (Item 2.1)

O parecerista aponta que houve gastos com combustível, mas sem que a campanha tenha registrado veículos. Novamente, percebo em ID's 123696736 e 123696728 a existência de termos de cessão de veículos, acompanhados dos CRLV dos veículos.

Portanto, o gasto com combustível é regular, mormente por constar as notas fiscais em ID 123509812, 123509822, 123509828 e 123509831. Ademais, a quantidade de combustível consumida é combatível com o ordinariamente gasto em campanhas.

4. DESPESA COM FACEBOOK(Item 2.2)

A candidata juntou aos autos a nota fiscal do Facebook nº 94045896, no valor de R$ 1.792,77. Porém, foram contratados R$ 2.000,00 (dois mil reais) em créditos, ou seja, há um diferença de R$ 207,23 em créditos contratados e não utilizados.

Em sua defesa a prestadora afirma que houve o pagamento de R$ 2.000,00 à Meta, por meio de duas notas fiscais, sendo uma emitida em outubro, no valor de R$ 1.792,77 e outra, emitida em novembro/2024, no valor de R$ 207,23(ID 123696700).

Assim, não há que se falar em irregularidade, pois todo o valor contratado foi efetivamente consumido.

5. DESPESA COM MÍDIA SOCIAL(Item 3.2)

O parecerista aponta que contratou-se a fornecedora MARINA DA COSTA LOPES para se gerenciar as redes sociais da candidata, tendo se efetuado dois pagamentos por este serviço, o que representaria duplicidade de gastos.

Porém, documento ID 123696696 traz o contrato celebrado entre as partes, do qual se depreende que seu objeto são "atividades de Marketing Digital e Administração de Redes Sociais para campanha eleitoral, com ênfase na divulgação de conteúdo político eleitoral e administração de redes sociais na internet como Instagram, Facebook, WhatsApp, YouTube e outras mídias."

O ajuste também previu o pagamento de R$3.512,00(três mil quinhentos e doze reais). Notas fiscais e comprovantes de pagamento de ID 123509807 demonstram duas transferência para a fornecedora, uma de R$ 2.100,00, feita em 03/10/2024 e outra em 03/09/2024, no montante de R$ 1.412,00.

Destarte, o gasto está plenamente comprovado por meio de documentação idônea, não havendo que se falar em irregularidade, mormente porque os valores cobrados são razoáveis pelos serviços prestados.

6. DESPESAS GENÉRICAS (Item 3.3)

A unidade técnica sinaliza que a fornecedora LINDINALVA PEREIRA DOS SANTOS foi contratada para prestar serviços genéricos de "apoio administrativo e recepção em comitê de campanha", sem discriminação adequada das atividades prestadas.

Ocorre que documento ID 123696712, a parte trouxe contrato que descreveu as funções a serem desempenhadas pela contratada, quais sejam: "atividades de recepção e apoio administrativo no comitê de campanha eleitoral da contratante, devendo a contratada desempenhar as seguintes funções: recepcionista; atendimento aos apoiadores no Comitê (com entrega de material e informações sobre a agenda de campanha da candidata); envio diário de mensagens via whats app para apoiadores e simpatizantes da candidatura; montagem de kits com material da campanha para distribuição; organização do material de campanha para as atividades (reuniões, panfletagens etc)."

Foram pagos R$ 2.000,00(dois mil reais) a trabalhadora, conforme nota fiscal ID 123509830. Constante o contrato e a nota fiscal, a despesa se mostra regular, em obediência ao art. 35, §12º da Resolução TSE nº 23.607/2019, combinado com o art. 60 do mesmo diploma normativo.

7. APROFUNDAMENTO DO EXAME DE RECEITAS ARRECADADAS (Item 5.1)

O parecerista identificou receita sem especificação, advinda do doador AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES, no valor de R$ 4.000,00.

A parte trouxe, em ID 123696737 o recibo da doação e a cessão de uso de um imóvel comercial, localizado na Rua Eliseu Martins, 1294, bairro Centro de Teresina/PI, por um período de sessenta dias, com algumas mobílias e eletrodomésticos inclusos.

Assim, há a discriminação adequada do bem cedido. O que não consta nos autos é a comprovação de que o bem cedido integra o patrimônio do doador. Nesse contexto, não há como a Justiça Eleitoral saber se o proprietário do imóvel o cedeu para a campanha, pois não se sabe quem é o dono do local.

Em tal situação, a receita há de ser considerada como de origem não identificada, devendo o valor ser devolvido ao erário, por força do art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019, conforme jurisprudência do TRE/PI: "No que tange à cessão de imóvel para a campanha, para que ser considerada regular, deve ser acompanhada do seu respectivo termo, do recibo de doação eleitoral, bem como de documento que comprove a propriedade do imóvel. No particular, o prestador, além de apresentar o termo de cessão de imóvel extemporâneo, não trouxe o recibo de doação eleitoral e também não anexou o documento de comprovação da propriedade do imóvel. Tendo isso em conta, a irregularidade resiste, sendo possível, ainda, enquadrar a conduta como uso de recurso de origem não identificada, o que leva a um juízo de desaprovação das contas, especialmente, quando analisada em conjunto com as demais falhas apontadas, passível, inclusive, de devolução ao erário, a teor do art. 32, caput, da Res. TSE nº 23.607/2019." (TRE-PI - PCE: 0601429-74.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060142974, Relator: Nazareno Cesar Moreira Reis, Data de Julgamento: 18/03/2024, Data de Publicação: DJE-54, data 26/03/2024).

Sem embargo do exposto, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis, que seriam 10% do total arrecadado.

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.

Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico, que comprometem a regularidade das contas da candidata, ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, da importância de R$ 4.000,00, que representa menos de 10% do valor total arrecadado, incidindo a aplicação dos princípios supracitados para aprovação das contas com ressalvas.

Isto posto e com base no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019, em dissonância com o parecer do Ministério Público, APROVO, com ressalvas as contas de campanha prestadas por MARINALVA DE SANTANA RIBEIRO, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nas eleições municipais de 2024.

Determino, ainda o recolhimento de R$ 4.000,00(quatro mil reais) ao Tesouro Nacional, a título de RONI, com espeque no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, para tomar conhecimento da sentença, inclusive para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019, mormente em virtude do item 3.1 do parecer conclusivo.

O Cartório deve utilizar a via do expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600386-28.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600386-28.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: CAMILA CASTRO DA COSTA
ADVOGADO	: WAGNER JOSE DE SOUSA (17216/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 CAMILA CASTRO DA COSTA VEREADOR
ADVOGADO	: WAGNER JOSE DE SOUSA (17216/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600386-28.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 CAMILA CASTRO DA COSTA VEREADOR, CAMILA CASTRO DA COSTA
Advogado do(a) REQUERENTE: WAGNER JOSE DE SOUSA - PI17216
Advogado do(a) REQUERENTE: WAGNER JOSE DE SOUSA - PI17216
SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de CAMILA CASTRO DA COSTA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123854151).

Intimada, a candidata não se manifestou.

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123867157), no qual opinou pela não prestação das contas em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.1, 2.1 e 3.1, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais).

A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123871509) manifestou-se pela não prestação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma delas, que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela não prestação das contas em exame.

1. OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (Item 2.1)

Reporta o parecer conclusivo que a Nota Fiscal nº 188 foi emitida pela empresa REGINA S PESSOA LTDA, CNPJ: 52.336.957/0001-07, no valor de R$ 40,00, tendo como destinatário do serviço a prestadora de contas. Apesar disso, tal despesa não se encontra registrada nos extratos bancários, sinalizando a ocorrência de omissão.

Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ da prestadora de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.

3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

(...)

6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.(Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)

2. DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AQUELA REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS (ITEM 3.1 e 1.1)

O parecerista aponta o pagamento de R$ 5.000,00 à Sra. Gyselle Soares Estevao, conforme extrato bancário ID 123796118, mas as notas fiscais de ID 123796115 e 123796114 foram emitidas pela pessoa jurídica G S ESTEVAO CNPJ, nº 40064796000160.

Ocorre que a pessoa física beneficiária da transferência deve ser a sócia da empresa que prestou o serviço, pois trata-se de empresa individual que tem o nome de "Gyselle Soares Filmes", conforme imagem abaixo:

Convém ponderar que o pagamento a pessoa diversa não gera presunção de não quitação, especialmente porque o valor foi transferido a única sócia da empresa.

Ademais, a despesa foi devidamente comprovada, por meio de nota fiscal que satisfaz os requisitos do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, motivo pelo qual entendo como regular a despesa, na linha do entendimento jurisprudencial:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. OMISSÃO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONTA BANCÁRIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. PAGAMENTO DE DESPESA A PESSOA DISTINTA DA PRESTADORA DE SERVIÇO CONSTANTE NA NOTA FISCAL. PAGAMENTO DE DESPESA COM MILITÂNCIA DE RUA . COMPROVANTES DAS TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS. FOTOS E/OU VÍDEOS. FALHAS SANADAS OU MITIGADAS POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVAS . CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

(...)

2 - PAGAMENTO DE DESPESA A PESSOA DISTINTA DA PRESTADORA DE SERVIÇO CONSTANTE NA NOTA FISCAL . Em que pese a divergência entre o fornecedor do serviço e recebedor do pagamento, é plausível o argumento trazido pelo candidato de que falha no PIX da fornecedora impediu que o pagamento fosse feito em seu nome e em sua conta. A certidão de casamento apresentada indica que foi o cônjuge da fornecedora quem recebeu o pagamento, assim como documento fiscal comprova despesa contratada, o que permitiu a esta Justiça Especializada conhecer a despesa e a movimentação financeira dos recursos públicos, afastando a irregularidade e a sanção de devolução.

(...)

7 - Contas aprovadas com ressalvas.

(TRE-PI - PCE: 06016289620226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Jose James Gomes Pereira, Data de Julgamento: 12/07/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 131, Data 19/07/2023)

Nesse contexto, compreendo que a irregularidade detectada, de natureza formal, é irrelevante no conjunto da prestação de contas, ensejando, pois, mera aposição de ressalvas.

No que tange a ausência de prova material do serviço prestado, tal comprovação não é exigida pela legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE/PI, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607/2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04 /06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024.

Por fim, causa estranheza nas pressentes contas que o total de valor arrecado tenha sido integralmente usado para pagar tão somente marketing digital, principalmente diante da ausência de registro de gastos com despesas que se sabe que foram feitas, como a contratação de profissional da advocacia e de contabilidade.

Mas, à mingua de maiores elementos de prova, não resta outra opção que não se encaminhar os autos ao Ministério Público para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso II, da Resolução supracitada, e em dissonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO APROVADAS, COM RESSALVAS, as contas da candidata CAMILA CASTRO DA COSTA, ao cargo de vereadora, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024.

Outrossim, determino a devolução de R$ 40,00(quarenta reais) ao Tesouro Nacional, por força do art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600514-48.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600514-48.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARIA DALVA FERNANDES VERAS VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)
REQUERENTE	: MARIA DALVA FERNANDES VERAS
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600514-48.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARIA DALVA FERNANDES VERAS VEREADOR, MARIA DALVA FERNANDES VERAS

Advogados do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504, TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - PI6170
Advogados do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504, TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - PI6170
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de MARIA DALVA FERNANDES VERAS, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123748625).
Intimada, a candidata apresentou petição ID 123738464, acompanhada de documentos e prestação de contas retificadora.
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123739112), no qual opinou pela aprovação das contas, com ressalvas, em razão das irregularidades apontadas nos itens 3.1 (1), 3.2(1) e 4.1.
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123748625) manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a transferência a conta do Diretório Municipal de R$ 500,00(quinhentos reais).
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.
O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades, detalhadas nos itens 3.1(1), 3.2(1) e 4.1. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela aprovação com ressalvas das contas em exame.
1) A ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA DESTINADA AO RECEBIMENTO DE DOAÇÕES PARA CAMPANHA IDENTIFICADA ABAIXO EXTRAPOLOU O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS CONTADOS DA CONCESSÃO DO CNPJ (Item 3.1)
O parecer técnico sublinhou o atraso na abertura de contas bancárias. Contudo, isso não inviabilizou a analise das contas, motivo pelo qual considero essa irregularidade como meramente formal, conforme já decidiu o TRE/PI:
PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. DEPUTADO ESTADUAL. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTAS. AUSÊNCIA DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. ACESSO AOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. IRREGULARIDADE QUE NÃO PREJUDICA A ANÁLISE DAS CONTAS. ATRASO NA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A APRECIAÇÃO DAS CONTAS. IRREGULARIDADE FORMAL. EXISTÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA NÃO REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA VERIFICADA MEDIANTE EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A ANÁLISE DAS CONTAS. IRREGULARIDADE QUE NÃO AFETA A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE REGISTRO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GASTOS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E DE PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE. IRREGULARIDADE GRAVE QUE IMPOSSIBILITA A

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Ausência dos extratos bancários. Verifica-se que foi possível o acesso da movimentação financeira do candidato pelo NAAPC mediante os extratos eletrônicos disponibilizados pela instituição financeira. Ausência de movimentação financeira. A inobservância da apresentação dos extratos bancários não compromete a regularidade das contas no presente caso.

2. Atraso na abertura da conta bancária. Como não houve nenhum prejuízo para a análise da prestação de contas diante do atraso na abertura da conta bancária, verifico que o descumprimento da regra, nesse caso, constitui mera falha formal, a qual enseja uma mera ressalva. Precedente deste e. TRE/PI.

(...)

(TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)

2. HÁ DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AQUELA REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS (item 3.2)

Esclarece a unidade técnica que "a divergência deve-se ao fato de que o registro na prestação de contas foi realizado com o CNPJ da matriz da água mineral Regina (fábrica de envase) e o pagamento foi realizado na conta da distribuidora da referida empresa, cujo CNPJ é outro."

Assim, trata-se de formalidade, pois plenamente identificado o destinatário do recurso, tendo o valor transitado pelas contas bancárias, não havendo prejuízo à analise financeira. Assim, se tratando de erro meramente formal, impõe apenas a aposição de ressalvas.

3. SOBRAS DE CAMPANHA (Item 4.1)

Reporta o parecer conclusivo que foi emitida pela empresa FACEBOOK, CNPJ: 13.347.0 16/0001-17, uma nota fiscal no valor de R$ 500,00, tendo como destinatário do serviço a prestadora de contas. Apesar disso, tal despesa não foi registrada nas contas.

Consta nos autos nota fiscal ID 123752994, com gasto de R$ 212,53, mas com o pagamento de R$ 500,00. Ou seja, se contratou um total de R$ 500,00, contudo, apenas foi usado efetivamente R$ 212,53, restando uma diferença não utilizada de R$ 287,53. O pagamento se originou da conta "Outros Recursos", não se tratando de recurso público.

Assim, a diferença paga ao FACEBOOK e não utilizada, deve ser pago. Ocorre que, em ID 123753014, o mencionado recurso já foi transferido, não havendo mais sanção pecuniária a ser imposta.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso II, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO APROVADAS, COM RESSALVAS, as contas da candidata MARIA DALVA FERNANDES VERAS, ao cargo de vereadora, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600346-46.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600346-46.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 VANIA LUCIA DA SILVA ARAUJO REIS VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)
REQUERENTE	: VANIA LUCIA DA SILVA ARAUJO REIS
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600346-46.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 VANIA LUCIA DA SILVA ARAUJO REIS VEREADOR, VANIA LUCIA DA SILVA ARAUJO REIS
Advogados do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504, TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - PI6170
Advogados do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504, TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - PI6170
SENTENÇA
Trata-se da Prestação de Contas de Campanha, referente às Eleições 2024, de VÂNIA LUCIA DA SILVA ARAÚJO REIS, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 28 da Lei nº 9.504/97.
Foi publicado o Edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As contas em análise encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela Unidade Técnica desta Zona Eleitoral, com posterior emissão do Relatório Preliminar para Expedição de Diligências(ID 123724909).
Devidamente intimada, a parte manifestou-se, apresentando petição de ID 123724688.
Em Parecer Técnico Conclusivo(ID 123732267), o responsável pela análise técnica concluiu que remanesceram impropriedades e irregularidades, que serão arroladas e debatidas no corpo desta decisão.
A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas(ID 123740114), nos termos da Resolução TSE 23.607/2019, com indicação de devolução de R$ 1.000,00(mil reais).
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador(a), candidato(a) ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral os dados financeiros e contábeis de campanha.

A responsável pelas contas apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos a análise técnica que, em Parecer Conclusivo, destacou impropriedades e irregularidades. Estas não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

Compulsando os autos, constatou-se que o Parecer Técnico Conclusivo, opinou pela aprovação com ressalvas da prestação de contas da candidata a vereadora, em razão das irregularidades apontadas nos itens 2.1, 3.1 e 4.

No tocante às irregularidades apontadas no Parecer técnico conclusivo, destaca-se:

1) OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS (Item 2.1):

O parecer destacou que o fornecedor MALTA & BARBOSA LTDA emitiu cinco notas fiscais de R$ 200,00, somando R$ 1.000,00. Contudo, não encontrou essa despesa nos extratos bancários da prestadora.

Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ da prestadora de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.

3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

(...)

6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607

/2019.(Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)

Desse modo, a irregularidade apontada neste item, implica a devolução ao Tesouro Nacional, do valor de R$ 1.000,00(mil reais), na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

2) AS DESPESAS COM ALUGUEL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, NUM TOTAL DE R$ 3.000,00, EXTRAPOLARAM O LIMITE DE 20% DO TOTAL DOS GASTOS DE CAMPANHA CONTRATADOS, NUM TOTAL DE R$ 6.980,00, EM R$ 1.604,00, INFRINGINDO O QUE DISPÕE O ART. 42, II, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. (Item 3.1)

Conforme relatório técnico, a candidata declarou gastos com aluguel de veículos, extrapolando o limite de 20% do total dos gastos de campanha contratados, o que compromete a regularidade das contas, configurando irregularidade grave e insanável.

Não obstante, faz-se necessário perquerir se a extrapolação de gasto dá ensejo a alguma sanção pecuniária, como a aplicação de multa prevista no art. 6 da Resolução nº 23.607/2019, já que o art. 42, II da mencionada Resolução não traz nenhuma punição específica para o excesso de gasto.

Entendo que o legislador não fixou sanção específica para esta irregularidade, não havendo, por isso, que se falar em aplicação de multa. Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. EXCESSO DE GASTO COM ALUGUEL DE VEÍCULO. MULTA. INAPLICÁVEL. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL. CUPOM FISCAL. DOCUMENTO NÃO OBRIGATÓRIO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

-Despesas com aluguel de veículos automotores extrapolaram o limite de 20% do total dos gastos de campanha contratados. - A resolução de regência estabelece a aplicação do percentual de 20% para gastos com aluguel de veículo automotor em relação às despesas efetivamente contratadas . Da análise do extrato de prestação de contas verifica-se que o total de despesas efetivado foi de R$ 12.352,30 (doze mil trezentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), o que induz um limite de gastos com aluguel de veículo de R$ 2.470,46 (dois mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e seis centavos). A despesa de R$ 3 .000,00 (três mil reais) com locação de veículo, desborda o limite legal em R$ 529,54 (quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos). De outra parte, indevida a incidência da multa prevista no art. 6º da Resolução TSE nº 23.607/19 . Consoante a jurisprudência do c. TSE, "a sanção pecuniária estabelecida no art. 6º da Res.-TSE 23 .607/2019 (art. 18-B da Lei 9.505/97) se restringe ao excesso de despesas globais com a campanha de cada candidato, e não a todo e qualquer limite determinado pela lei". (TSE - REspEl: 06005568520206200001 NATAL - RN 060055685, Relator.: Min . Benedito Gonçalves, Data de Julgamento: 01/02/2023, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 8).

(...)

- Proporcionalidade e razoabilidade. No caso presente, o valor da falha remanescente (item 2.1 - R$ 529,54) corresponde a 1,78 % do valor total arrecadado (R$ 29.586,57), o que torna aplicável os princípios da proporcionalidade e razoabilidade para fins de aprovação das contas com ressalvas .

- Aprovação com ressalvas.(TRE-PI - PCE: 0601118-83.2022.6 .18.0000 TERESINA - PI 060111883, Relator: Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, Data de Julgamento: 13/07/2023, Data de Publicação: DJE 132, data 20/07/2023)

Destarte, a contratação acima do limite legal implica em vício grave, mas sem aplicação de multa.

Não obstante, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis.
Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.
Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico, comprometem a regularidade das contas da candidata, pois ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, da importância correspondente a mais de 10% do valor total arrecadado, não cabendo a aplicação dos princípios supracitados para aprovação das contas com ressalvas.
Ante o exposto, em dissonância com o opinativo do *Parquet*, DESAPROVO as contas da campanha eleitoral de 2024, da candidata VÂNIA LUCIA DA SILVA ARAÚJO REIS, nos termos do artigo 74, caput, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
DETERMINO, outrossim, o recolhimento ao Tesouro Nacional, do valor de R$ 1.000,00(mil reais), na forma do art. 32 do supracitado normativo, por configurar a utilização de Recursos de Origem não Identificada (RONI).
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Ciência à Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).
Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação(Parágrafo Único do art. 85, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.
Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600504-04.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600504-04.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 LARISSA FREIRE DE FARIAS LIMA VEREADOR
REQUERENTE	: LARISSA FREIRE DE FARIAS LIMA

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600504-04.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 LARISSA FREIRE DE FARIAS LIMA VEREADOR, LARISSA FREIRE DE FARIAS LIMA
SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de LARISSA FREIRE DE FARIAS LIMA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123647374).

Intimada, inclusive via *whatsapp*(ID 123658128), a candidata não se manifestou.

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123694116), no qual opinou pela desaprovação das contas, em razão das irregularidades apontadas nos itens 11.1, 1.2, 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 4.1 e 4.2, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor R$ 39.739,06 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e seis centavos), além de outros R$ 574,00 (quinhentos e setenta e quatro reais), classificados como RONI.

A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123705841) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

A prestadora de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela não prestação das contas.

1. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS(Item 1.1)

Quanto a ausência de instrumento constituindo advogado, trata-se de irregularidade grave, mas que não conduz, necessariamente, ao julgamento das contas como não prestadas, conforme art. 74, §3-A da Resolução nº 23.607/2019.

Considero, contudo, tal irregularidade com gravidade suficiente para a desaprovação das contas, conforme julgado a seguir transcrito:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL . AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA E DOS RESPECTIVOS EXTRATOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MANDATO PARA CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO. DESAPROVAÇÃO.

1 . A ausência de abertura de conta bancária e dos respectivos extratos caracteriza irregularidade grave, não sendo possível a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. O Tribunal Superior Eleitoral, recentemente, firmou o entendimento no sentido de que o vício relativo à falta de procuração judicial, isoladamente, é inapto a julgar as contas como não prestadas.

3 . Nos termos do disposto no art. 35, § 3º, da Resolução TSE 23.607/2019, as despesas decorrentes da prestação de serviços contábeis no curso das campanhas eleitorais, embora estejam excluídas do limite de gastos de campanha, são considerados gastos eleitorais, devendo-se, portanto, proceder ao lançamento de tais despesas na prestação de contas.

4 . Desaprovação das Contas

(TRE-PI - PCE: 06015925420226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Jose James Gomes Pereira, Data de Julgamento: 31/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 101, Data 06/06/2023)

2. OMISSÃO DE GASTOS (Item 2.2)

Reporta o parecer conclusivo que a Nota Fiscal nº 1819 foi emitida pela empresa M V OLIVEIRA VIEIRA, CNPJ: 33.132.640/0001-04, no valor de R$ 574,00, tendo como destinatário do serviço a prestadora de contas. Apesar disso, tal despesa não se encontra registrada nos extratos bancários, sinalizando a ocorrência de omissão.

Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.

3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

(...)

6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.(Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)

3. GASTOS COM FACEBOOK(Item 3.1 e 3.5)

A prestadora gastou R$ 23.974,00 com impulsionamento, dividido em quatro pagamentos, sedo dois deles de R$ 1.000,00, outro de R$ 974,00 e o último de R$ 21.000,00. Ocorre que não consta nos autos nota fiscal amparando o gasto.

Em sua defesa, a parte alega que sofreu um golpe, tendo transferido recursos públicos para dois estelionatários(ID 123573257), que se comprometeram em prestar serviços de marketing digital.

Em ID 123573262, narra o boletim de ocorrência que:

"Por indicção de colegas em comum, conheceu MAYKE JHONATAS SALES SOARES; Que mayke infromar que trabalha com marketing digital e tinha experiência na área da políticaa; Que vinha em contratação com Mayke desde o ano de 2024; Que fez as negociações por meio de conversas no aplicativo Whatsapp, mas que não possui mais essas conversas por ter apagado as mesmas em um ímpeto; Que nessa conversa fez a contratação verbal, e que Mayke lhe comunicou que LUIZ SANTOS JÚNIOR iria trabalhar com ele, pois possuía uma empresa de marketings; Que na negociação ficou acertado que mayke iria fazer o seu marketing em suas redes sociais, administrando-as, dentre outros serviços da área; Que não ficou acertado um valor total, específico, apara todo os erviçi, sendo-lhe requisitado valores sempre que havia uma demanda, segundo Maylke; Que Mayke sempre lhe demandava pedindo valores a pretexto de contratação de pessoal, pagamentto de lideranças, etc.; Que Mayle em verdade estava apenas lhe erolando, pois não estava entregando nada do que havia sido proposto, como a administração de suas redes; Que entre as transações requeridas por Mayke, haviam algumas para LUIZ SANTOS JÚNIOR, que teoricamente estaria trabalhando com Mayke; Que, ao calcular todos os valores enviados aos estelionatários, chegou a conclusão de que tranferiu o valor total de R$ 2.677,50 para a conta de MAYKE JHONATAS SALES SOARES, e de R$ 2.677,50 para a conta de LUIZ SANTOS JÚNIOR; Que esse dinheiro adveio do que recebeu por parte do fundo eleitoral para a sua campanha; Que não teve como prestar contas do serviço, porque não houve uma emissão do contrato ou de alguma nota fiscal; Que quando fez a devidas requisições a Mayke, o mesmo sumiu bloqueando a declarante de suas redes sociais; Que após isso, teve conhecimento por meio de terceiros de que Mayke é em verdade um golpista, pois já deu golpe em outras pessoas;"

Ocorre que em extratos ID 123573268, percebo que a prestadora transferiu, em 03/09/2024, o numerário de R$ 22.000,00 para Luiz Santos Junior. Em 06/09/2024, repassou outros R$ 974,00 para a mesma pessoa, e, por fim, em 10/09/2024, pagou mais R$ 3.000,00. Não bastasse isso, em 11/09/2024, ainda transferiu R$ 2.677,50 ao Sr. MAYKE JHONATAS SALES SOARES.

Diante do narrado, salta aos olhos que a prestadora repassou R$ 28.651,50 aos senhores Luiz Santos Junior e MAYKE JHONATAS SALES SOARES, depois de, segundo seu próprio depoimento para a Polícia, ter recebido a indicação de alguém e firmado contrato verbal. Após isso, repassou dinheiro para os contratados, sem se dar o trabalho de visualizar suas redes sociais para ver se algo estava sendo feito.

Nesse contexto, é flagrante o descuido com o dinheiro público que deveria ter sido usado em campanha, principalmente porque as despesas com impulsionamento devem ser contratadas direto com provedor, no caso o FACEBOOK(art. 35, XII da Resolução TSE nº 23.607/2019). Já na situação dos autos, contudo, os valores foram enviados a pessoas físicas, o que já torna a despesa como irregular e passível de devolução ao Tesouro Nacional.

Sem embargo do exposto, vislumbro fortes indícios de ocorrência de crime, motivo pelo qual o Ministério Público deve ser cientificado, por força do art. 82 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

4. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO(Item 3.2)

A unidade técnica indica o pagamento de R$ 31,56 para custear alimentação, mas não há nota fiscal, tampouco indicação de quem foi o beneficiário.

Em tais casos, a despesa deve ser considerada irregular e o montante despendido ser devolvido ao Tesouro Nacional, consoante jurisprudência do TRE/PI:

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATA. DEPUTADA ESTADUAL. APRESENTAÇÃO DE CONTAS INTEMPESTIVA. FALHA FORMAL. SOBRA DE CAMPANHA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEVOLUÇÃO. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO SEM IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. IRREGULARIDADE. DESPESA COM MILITÂNCIA. AUSÊNCIA DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DOS REQUISITOS. FALHA PARCIALMENTE ATENDIDA. APOSIÇÃO DE RESSALVAS. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. DISCREPÂNCIA ENTRE NOTAS FISCAIS E CUPONS FISCAIS. DIVERGÊNCIA NA FORMA DE PAGAMENTO E TIPO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO . IRREGULARIDADE. DESPESAS COM PUBLICIDADE. PROVA MATERIAL. DESNECESSIDADE. FALHA SUPERADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO. IRREGULARIDADE. DOAÇÕES RECEBIDAS E GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO PARCIAL E NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. RESSALVA. DESPESAS PAGAS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FEFC. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. DESAPROVAÇÃO.

(...)

3. Houve despesas com alimentação sem identificação dos destinatários das refeições. Em que pese a nota fiscal tenha sido juntada aos autos em um dos casos, não foi comprovada a correlação da aludida despesa com as atividades da campanha e, por conseguinte, não é possível aferir a destinação dos alimentos adquiridos em supermercado: uso pessoal (para si ou para terceiros) ou uso de campanha. Causa espécie a compra dos produtos sem qualquer justificativa de vínculo com a campanha, sobretudo pela natureza dos alimentos obtidos.

(TRE-PI - PCE: 06014253720226180000 TERESINA - PI 060142537, Relator.: Des. Ricardo Gentil Eulalio Dantas, Data de Julgamento: 18/07/2024, Data de Publicação: DJE 138, data 25/07/2024)"

5. GASTOS COM LOCAÇÃO DE CARRO E MOTORISTA(Item 3.3)

A parecerista informa que a prestadora contratou o Sr. ITALO REGIS LOPES DE LIMA para alugar o seu carro, com serviço de motorista incluso. Solicitou à candidata que juntasse aos autos as notas fiscais e demais documentos comprobatórios.

Percebo, em ID 123573276, que consta nos autos os contratos, as notas fiscais, o CRLV e a CNH do contratado. Assim, considero a despesa como regularmente comprovada. Ademais, extratos bancários ID 123573268 corroboram que o fornecedor foi pago, não havendo indícios de que a despesa não tenha efetivamente ocorrido.

Destarte, reputo o gasto como regular.

6. DESPESA COM ASSESSORIA DE CAMPANHA e COM FACEBOOK(Item 3.4)

O parecer técnico aponta que a fornecedora MIKAELA PIRES FERREIRA ARAÚJO foi contratada para prestar serviço de Assessoria administrativa de campanha, pelo que receberia R$ 2.000,00. Também indica o pagamento de R$ 100,00 ao Facebook.

O tema em questão é tratado pelo art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019, o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

Compreende-se, a partir dessas disposições, que a prestadora de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.

A legislação, entretanto, permite que outros meios de prova sejam aceitos, como os contratos de prestação de serviços, provas materiais do trabalho, comprovantes de pagamentos, dentre outros.
No caso dos autos, documentos ID 123573260 e 123573265, traz o contrato e os comprovantes de pagamentos, suficientes para comprovar os gastos, consoante jurisprudência do TSE:
ELEIÇÕES 2018. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CARGO. DEPUTADA ESTADUAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS NA INSTÂNCIA REGIONAL. GASTOS ELEITORAIS . PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTÁBEIS. AUSÊNCIA DE NOTA FISCAL. COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS. POSSIBILIDADE . ART. 63, § 1º, DA RES.-TSE Nº 23.553/2017. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.
1. Ao regulamentar a forma de comprovação dos gastos de campanha eleitoral, a Res.-TSE nº 23.553/2017 estabelece que, além dos documentos fiscais, outros meios idôneos podem ser utilizados para demonstrar a regularidade da despesa eleitoral, nos termos do art. 63, §§ 1º e 2º, da Res.-TSE nº 23.553/2017 .
2. O referido regramento não faz distinção quanto à natureza do recurso financeiro envolvido, se privado ou público, de modo que não há óbice à comprovação da regularidade dos gastos eleitorais quitados com recursos oriundos de fundos públicos por meio de documentação idônea diversa da fiscal.
3. A ausência de documento fiscal, por si só, não conduz necessariamente à desaprovação das contas, se o prestador demonstrou, por outros meios idôneos, a regularidade dos gastos eleitorais realizados. Precedentes: AgR-REspe nº 0601358-19/SE, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe de 25.5 .2020; AgR-REspe nº 0601108-83/SE, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 7.11 .2019; e AgR-REspe nº 0601072-41/SE, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe de 8.11 .2019.
4. No caso, o Tribunal de origem assentou que as despesas referentes à prestação de serviços jurídicos e contábeis desacompanhadas de nota fiscal foram regularmente comprovadas por meio dos recibos, comprovantes bancários e instrumento de outorga de poderes para representação processual apresentados pela agravada, razão pela qual concluiu que a falha consistente na ausência das notas fiscais acarretou a mera ressalva na prestação de contas.
5 . A referida conclusão observa a legislação eleitoral regente e se harmoniza com a jurisprudência deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece reparos.
(...)
(TSE - AI: 060160421 BELÉM - PA, Relator.: Min. Edson Fachin, Data de Julgamento: 13/08/2020, Data de Publicação: 03/09/2020)."
Assim, julgo as despesas como regulares.
7. GASTOS COM MARKETING(Item 3.7)
Documento ID 123573258 colaciona o contrato com o Sr. MAURÍCIO FERREIRA DE CARVALHO, selecionado para "serviços de assessoria de comunicação marketing, realizando a produção de cards, legendas e vídeos para as redes sociais e layouts gráficos para o material impresso." Consta nota fiscal e comprovante de pagamento do montante de R$ 5.006,00.
Contudo, chama atenção o fato de que o contrato foi celebrado em 31/08/2024. E, nesta data, a candidata havia contrato verbalmente os Srs. Luiz Santos Junior e MAYKE JHONATAS SALES SOARES para prestarem exatamente esse mesmo tipo de trabalho.
Ora, se a prestadora somente tomou ciência de que foi vítima de estelionato após o dia 11/09 /2024, data da última transferência bancária ao Sr. Mayke, não haveria nenhum motivo para se contratar um outro serviço de marketing, desta vez com o Sr. Maurício, ainda em 31/08/2024. Seria pagar duas vezes pelo mesmo trabalho.

Assim, considero a despesa como irregular, pois, apesar de estar formalmente comprovada com nota fiscal, as circunstâncias que a cercam levam a crer que os serviços não foram efetivamente prestados, não refletindo a realidade do que realmente se deu na campanha.

Em conclusão, os valores dispendidos devem ser devolvidos ao Erário e o Ministério Público deve ser cientificado, para os fins do art. 82 da Resolução TSE nº 23.607/2019. Nesse sentido:

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA ELEITA. DEPUTADA FEDERAL. DOAÇÃO DE RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO A CANDIDATO DE PARTIDO DIVERSO. DESPESAS COM ALUGUEL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES QUE EXTRAPOLARAM O LIMITE DE 20%. DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AQUELA REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE À FORNECEDORES. FEFC. ART. 74, II, E 79, § 1º, AMBOS DA RESOLUÇÃO TSE 23.607/2019. RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL. FALHAS QUE COMPROMETERAM 4,25% DO TOTAL MOVIMENTADO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

(...)

4. Despesa paga em dobro, por erro, conduz à necessidade de recomposição da verba pública utilizada.

5. Foram constatadas irregularidades no montante total de R$121.159,32 (cento e vinte e um mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos), correspondente ao percentual de 4,25% (quatro vírgula vinte e cinco por cento) da cifra movimentada - R$2 .847.524,35 (dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte quatro reais e trinta e cinco centavos) - o que autoriza a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade à hipótese, para aprovar com ressalvas as contas, na linha da jurisprudência deste Regional, que tem relevado inconsistências cujo valor global fique abaixo de 10% (dez por cento) do total movimentado pelo candidato.

(...)

(TRE-GO - PCE: 0603039-29.2022 .6.09.0000 GOIÂNIA - GO 060303929, Relator.: Amélia Martins De Araújo, Data de Julgamento: 15/12/2022, Data de Publicação: PSESS-285, data 15/12/2022)

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas da candidata LARISSA FREIRE DE FARIAS LIMA, ao cargo de vereadora, no município de Teresina /PI, durante as eleições 2024 e o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 34.263,06 (trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e seis centavos), nos termos do art. 79, §1º da Res. TSE 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 82 da Res. TSE 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600132-55.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600132-55.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ELIAS PEREIRA LOPES VEREADOR
ADVOGADO	: JOAO VICTOR LOPES ANCHIETA (23954/PI)
REQUERENTE	: ELIAS PEREIRA LOPES
ADVOGADO	: JOAO VICTOR LOPES ANCHIETA (23954/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600132-55.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ELIAS PEREIRA LOPES VEREADOR, ELIAS PEREIRA LOPES
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO VICTOR LOPES ANCHIETA - PI23954
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO VICTOR LOPES ANCHIETA - PI23954
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de ELIAS PEREIRA LOPES, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123645636).
Intimado, o candidato apresentou contas retificadoras, além de documentos e justificações(ID 123668161 e seguintes).
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123706319), no qual opinou pela desaprovação das contas, em razão das irregularidades apontadas nos itens "1.1.1", "1.1.2", "2.2", "3.1- A(2)", "3.1-C", "4.1-A", "4.1-B", "4.1-C", "4.1-D", "5.1", "6.1-A" e "6.1-B, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor R$ 24.340,00 (vinte e quatro mil, trezentos e quarenta reais), além de outros R$124,00 (cento e vinte e quatro reais), classificados como RONI e mais a R$ 425,29 (quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos).
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123717392) manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
A prestadora de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela não prestação das contas.

1. ATRASO NA ENTREGA DE RELATÓRIOS FINANCEIROS(Item 1.1.1)

Nesse quesito o parecer técnico indicou que houve intempestividade no envio de informação de dados financeiros, o que dificultaria o exercício da fiscalização por esta Especializada.

Oportuno salientar que, apesar do atraso, as informações constam no processo, permitindo o acesso e a visibilidade. Assim, percebo que se trata de irregularidade de menor relevância, apta a atrair apenas ressalvas às contas.

Nesse sentido, cito julgado do TRE/PI, diante de caso semelhante:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. PARTIDO POLÍTICO. DIREÇÃO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. IDENTIFICAÇÃO DE OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, OBTIDAS MEDIANTE CIRCULARIZAÇÃO E/OU INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE CAMPANHA E/OU CONFRONTO COM NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE GASTOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESPESAS COM CONTADOR E ADVOGADO. IRREGULARIDADES. JURISPRUDÊNCIA. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

(...)

2 - Nos termos do art. 47, I, da Resolução TSE nº 23 .607/2019, os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a enviar por meio do SPCE à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim, os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento.

3 - O atraso na entrega dos relatórios financeiros e as omissões de informações nas prestações de contas parciais são falhas que, no presente caso, consideradas isoladamente, não têm o condão de ensejar a desaprovação das contas, sendo certo que devem ser cotejadas com outras irregularidades detectadas no exame das contas, de modo a aferir a sua consistência e confiabilidade.

(...)

(TRE-PI - PC: 060043954 TERESINA - PI, Relator.: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 25/10/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 03/11/2021)

E, no caso dos autos, o parecerista conseguiu analisar a movimentação financeira, no que pese a mora.

2. ATRASO NA ENTREGA DAS CONTAS FINAIS (Item 1.1.2)

Reporta a unidade técnica que as contas finais foram entregues apenas em 15/11/2024, sendo que o prazo máximo seria dia 05/11/2024.

Ocorre que a entrega intempestiva da prestação de contas final enseja, por si só, apenas a aposição de ressalvas, pois não impediu o exercício da fiscalização por parte desta Justiça Especializada.

3. DESPESAS COM COMBUSTÍVEL(Item 2.2 e Item 4.1)

A parecerista sublinha que foram gastos R$6.840,00 com combustível, adquiridos junto ao Posto HD PETROLEO ALBERTAO LTDA (28.842.572/0001-37). Ocorre que o candidato não registrou nenhum veículo na prestação de contas, tão pouco registrou carreatas.

A defesa aduz que "o fornecedor foi responsável pelo abastecimento do veículo de propriedade particular do candidato, conforme documento comprobatório em anexo, referente à nota fiscal, comprovante de pagamento com valor integral e documentação veicular, bem como CNH do mesmo, restando demonstrado que as despesas apontadas como irregular, na realidade se trata do abastecimento de veículo próprio, cuja descrição consta na documentação arrolada em anexo; foi conduzido e usado ao longo do período correspondente a campanha, pelo candidato, não existindo, cessões de veículos, publicidade com carro de som ou despesa com geradores de energia, não havendo que se falar, portanto, em irregularidade ou sanção."

A legislação, ao tratar do tema, assim dispõe:

Art. 35. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução:

(¿)

§ 6º Não são consideradas gastos eleitorais, não se sujeitam à prestação de contas e não podem ser pagas com recursos da campanha as seguintes despesas de natureza pessoal da candidata ou do candidato:

a) combustível e manutenção de veículo automotor usado pela candidata ou pelo candidato na campanha;

Pois bem, no caso dos autos resta claro que o veículo usado na campanha foi o pessoal do candidato e que o mesmo foi utilizado para a campanha. Nesse cenário, não se pode pagar o combustível com recursos públicos, por expressa disposição legal.

Essa vedação ocorre para se evitar a confusão patrimonial, pois, na prática, é inviável se saber qual a quantidade de combustível abastecida para fins de campanha e qual a consumida para fins pessoais.

É por isso que a jurisprudência já se posicionou:

APRESENTAÇÃO DE CONTAS INTEMPESTIVA. FALHA FORMAL. ÚNICO VEÍCULO USADO PELA CANDIDATA. REGISTRO DE DESPESAS COM USO DE COMBUSTÍVEL. GASTO DE NATUREZA PESSOAL. IRREGULARIDADE. DESPESAS COM PUBLICIDADE. PROVA MATERIAL . DESNECESSIDADE. FALHA SUPERADA. AUSÊNCIA DE DIMENSÕES DO MATERIAL PRODUZIDO NO CORPO DE NOTA FISCAL. IRREGULARIDADE. DESPESAS COM MILITÂNCIA. AUSÊNCIA DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS. DESPESAS PAGAS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FEFC. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO . DOAÇÕES RECEBIDAS E GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO PARCIAL E NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. RESSALVA. GASTOS COM ASSESSORIA CONTÁBIL. PAGAMENTO POR PESSOA JURÍDICA. FONTE VEDADA. DESAPROVAÇÃO.

1. A prestadora descumpriu o prazo para entrega da prestação de contas. Porém, a aludida inconsistência não impediu a fiscalização pela Justiça Eleitoral da arrecadação e da aplicação de recursos. Falha que, por si só, não leva à desaprovação das contas.

2. Os gastos com combustível no único veículo utilizado pela candidata não deveriam ter sido registrados, pois configuram despesa de natureza pessoal. Por conseguinte, eles não poderiam ter sido pagos com recursos de campanha.

(...)

(TRE-PI - PCE: 06010486620226180000 TERESINA - PI 060104866, Relator.: Des . Ricardo Gentil Eulalio Dantas, Data de Julgamento: 22/07/2024, Data de Publicação: DJE 138, data 25/07 /2024)

Destarte, julgo o gasto como irregular e determino a devolução dos valores ao Tesouro Nacional.

4. DESPESA COM PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA(Item 3.1 - A2)

A prestadora pagou R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para o fornecedor BOOM SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA, para fins de prestação de serviço de "CAPTAÇÃO AUDIOVISUAL PARA

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL; - COBERTURA DE EVENTOS COM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL; - EDIÇÃO DE VÍDEOS E FILMES PUBLICITÁRIOS; - PRODUÇÃO CONTÍNUA DE VIDEO MOBILE; - COBERTURA E PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA." conforme nota fiscal ID 123668230.

Ocorre que a mesma fornecedora foi contratada, conforme nota fiscal ID 123668437, para "PLANEJAMENTO E GESTÃO DE REDES SOCIAIS; - CRIAÇÃO DE CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS PARA REDES SOCIAIS; - CRIAÇÃO DE DESIGNS, EDIÇÃO DE IMAGENS E LAYOUTS PARA MÍDIAS DIGITAIS E FÍSICAS; - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SITE"

A unidade técnica solicitou que fosse dado um detalhamento sobre quais as atividades foram efetivamente prestadas pela empresa.

O tema em questão é tratado no art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, a seguir transcrito:

Art. 60 A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

No caso dos autos, percebo que as notas fiscais cumprem as exigências normativas, mormente porque o dispositivo citado não exige que haja uma individualização dos preços contratados, mas apenas a descrição das atividades desenvolvidas. Seria de rigor excessivo pedir que o prestador cumpra com obrigação não veiculada na legislação.

Ademais, consta nos autos até mesmo prova material de que os serviços foram prestados, conforme se depreende dos links https://www.instagram.com/p/C_-7B6APA76/ ; https://www.instagram.com/p/C_53iiaInAu/ ; https://www.instagram.com/p/C_QOJugOuJk/ ; https://www.instagram.com/p/C-uw-5YOZNb/ , nos quais é possível verificar publicações de conteúdo de campanha eleitoral.

Nesse contexto, não há que se falar em irregularidade do gastos, consoante jurisprudência: "Não há irregularidade por ausência de prova material das despesas com publicidade, tendo a candidata acostado os documentos exigidos pela legislação, tais como nota fiscal com a descrição dos produtos, contrato, recibo, comprovante de pagamento"(TRE-PI - PCE: 06014253720226180000 TERESINA - PI 060142537, Relator.: Des. Ricardo Gentil Eulalio Dantas, Data de Julgamento: 18 /07/2024, Data de Publicação: DJE 138, data 25/07/2024)

Assim, considero o gasto como regular.

5. DESPESA COM MATERIAL GRÁFICO (Item 3.1 - A3 e 4.1 - D)

A parecerista destaca que foram realizados gastos com os fornecedores MJ G TINTAS LTDA (12.476.046/0001-60), ART TINTAS COMUNICAÇÃO VISUAL GRAFICA LTDA (11.421.968/0001-08), F S NASCIMENTO-ME (10.765.853/0001-78) e FLEX UNIFORMES E ACESSORIOS LTDA (23.641.434/0001-76), contratados para fornecerem material gráfico para a campanha. Há notas fiscais em ID 123668434, 123668459, 123668461, 123668462, 123668433 e 123589379, além de fotos dos materiais, em ID 123668544, 123668666, 123668667, 123668219 e 123668673.

No que tange as notas fiscais 123589379 e 123589383, as mesmas não trazem em seu corpo o tamanho dos materiais, o que importa desobediência ao art. 60, §8º da Resolução TSE nº 23.607 /2019. Contudo, diante da prova material de que o serviço foi efetivamente prestado, não que se falar em irregularidade.

Isso porque mesmo a ausência de documento fiscal não conduz necessariamente à desaprovação das contas, se o prestador demonstrar, por outros meios idôneos, como a prova material, a regularidade dos gostos(TSE - AI: 060160421 BELÉM - PA, Relator.: Min. Edson Fachin, Data de Julgamento: 13/08/2020, Data de Publicação: 03/09/2020).

6. GASTOS COM FACEBOOK(Item 4.1 - B)

O gasto com impulsionamento de conteúdo junto ao FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA (13.347.016/0001-17) foi pago por meio de dois boletos que totalizaram R$6.000,00 (seis mil reais). Como comprovação dos créditos utilizados, o candidato apresentou, em prestação de contas retificadora, as Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços (NFS-e) nº 94771964 (ID 123668451 - pág.4) e nº 96987802 (ID 123668431 - pág.3) que, somadas, resultam em R$5.574,71(cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e setenta e um centavos), sanando as falhas quanto a este ponto.

Por outro lado, ficou comprovada a existência de um saldo de impulsionamento cuja utilização não foi comprovada mediante documento fiscal, nem houve a devolução ao Tesouro Nacional na forma do art. 35, §2º, da Res. TSE 23.607/2019. Assim, configura irregularidade no valor de R$ 425,29 (quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos), correspondente a créditos com impulsionamento contratados e não utilizados

Assim, a diferença paga ao FACEBOOK e não utilizada, deve ser restituída ao Tesouro Nacional. Considero, portanto, violado o art. 35, §2º da Resolução nº 23.607/2019, com a obrigação de devolução de R$ 425,29 (quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos).

7. DESPESAS COM PESSOAL (Item 4.1 - C)

O parecer técnico indica que foram contratados os militantes ANTONIO CARLOS MESQUITA (274.955.073-49), RAIMUNDO DE SOUSA SILVA (136.288.598-32), SAMUEL SOUSA CHAVES (057.302.113-92), MARCIO JOSE FERREIRA GOMES (554.225.193-53), para fazer campanha favorável à candidatura do prestador. Consta nos autos as notas fiscais e os contratos de prestação de serviço(ID 123668556, 123668557, 123668558 e 123668559).

Ocorre que a contratação desse tipo de mão de obra exige o detalhamento, com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado, consoante art. 35, § 12º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Na espécie, os documentos trazidos satisfazem os requisitos da legislação, estando a despesa como regular. Ademais, o valor da contratação é condizente com o mercado.

8. SOBRAS DE CAMPANHA (Item 6.1)

A parecerista indica que houve um saldo de R$124,00 (cento e vinte e quatro reais) de recursos do FEFC, que deveriam ser devolvidos ao Tesouro Nacional. Ocorre que o prestador, ao invés de usar a sobra e devolvê-la à União, tirou recurso próprio para quitar a GRU.

E, ao fazer isso, acabou realizando despesa que não transitou pelas contas de campanha. Tal situação reflete a utilização de Recursos de Origem Não Identificada para custear a campanha. Tal irregularidade conduz a necessidade de devolução dos valores ao Tesouro Nacional, por força do art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

No caso dos autos, o candidato já devolveu os recursos, conforme documento ID 123579921, não restando consequências patrimoniais a serem ajustadas. Com efeito, se fosse condenado a devolver o dinheiro, haveria *bis in idem* com enriquecimento ilícito por parte do Erário.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso II, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO APROVADAS COM RESSALVAS as contas do candidato ELIAS PEREIRA LOPES, ao cargo de vereador, no município de Teresina /PI, durante as eleições 2024 e o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 7.265,29 (sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), nos termos do art. 79, §1º da Res. TSE 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 82 da Res. TSE 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600265-97.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600265-97.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 LUCIVANIA RODRIGUES MUNDURI VEREADOR
ADVOGADO	: GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)
ADVOGADO	: HANNA CAROLINE SOARES DE MIRANDA (12926/PI)
REQUERENTE	: LUCIVANIA RODRIGUES MUNDURI
ADVOGADO	: GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)
ADVOGADO	: HANNA CAROLINE SOARES DE MIRANDA (12926/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600265-97.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 LUCIVANIA RODRIGUES MUNDURI VEREADOR, LUCIVANIA RODRIGUES MUNDURI

Advogados do(a) REQUERENTE: GENESIO DA COSTA NUNES - PI5304, HANNA CAROLINE SOARES DE MIRANDA - PI12926

Advogados do(a) REQUERENTE: GENESIO DA COSTA NUNES - PI5304, HANNA CAROLINE SOARES DE MIRANDA - PI12926

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, da candidata LUCIVANIA RODRIGUES MUNDURI, ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 28 da Lei nº 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo(123393357), para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As contas em análise encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela Unidade Técnica desta Zona Eleitoral, com posterior emissão do Relatório Preliminar para Expedição de Diligências(ID 123677086).

Devidamente intimada, a parte manifestou-se, apresentando documentação complementar e justificativas.

Em Parecer Técnico Conclusivo(123701371), o responsável pela análise técnica concluiu que remanesceram impropriedades e irregularidades, que serão arroladas e debatidas no corpo desta decisão.

A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação das contas(ID 123703884), nos termos da Resolução TSE 23.607/2019.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral os dados financeiros e contábeis de campanha.

O responsável pelas contas apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos a análise técnica que, em Parecer Conclusivo, destacou impropriedades e irregularidades. Estas não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

No tocante às irregularidades apontadas em análise técnica, destaca-se:

1. Foram identificadas as seguintes inconsistências na despesa com combustíveis, paga com recursos do Fundo Partidário, contrariando o que dispõem os arts. 35, 53, II, c, e 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019:

Da nota fiscal NE-e apresentada, observou-se constar o número dos cupons fiscais referenciados, os quais foram objetos de análise pela unidade técnica. Dessa análise, verificou-se as seguintes irregularidades:

FORNECEDOR: RIBEIRO & SILVA LTDA

NFE nº 000.003.724

VALOR: R$ 5.000,00

Nº DOS CUPONS FISCAIS REFERENCIADOS: 289510, 289520, 289521, 289522, 289523, 289524, 289525, 289526, 289527, 289528, 289529, 289530, 289531, 289532, 289534, 289536,289706, 289707, 289708, 289709, 289710 - pagos com dinheiro.

Segundo Parecer conclusivo, os cupons fiscais, referenciados na nota fiscal nº 000.003.724, foram pagos com dinheiro, diversamente da forma de pagamento apresentada pela prestadora de contas, que foi via transferência entre contas correntes(ID 123471927). Não haveria, dessa forma, prova do efetivo fornecimento do combustível à candidata.

Contudo, é perfeitamente possível que tenha havido um erro por parte do Posto de combustível que, ao emitir o cupom fiscal, registrou o pagamento como sendo em dinheiro, ao invés de registrá-lo como transferência eletrônica.

Assim, à mingua de comprovação se o pagamento realmente ocorreu por meio do dinheiro, considero a despesa como regular, pois consta nos autos nota fiscal idônea, além dos recursos terem transitado pela conta bancária. Nesse sentido, já julgou o TRE/PI: "Restaram comprovados os gastos com combustíveis através das notas fiscais, constando o CNPJ do candidato, e com suas informações complementares, foram cumpridas todas as exigências determinadas na legislação." (TRE-PI - PCE: 06012158320226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 13/07/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 131, Data 19/07/2023).

Dessa forma, reputo como regular a referida despesa.

2. Foram identificadas as seguintes inconsistências nas despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), contrariando o que dispõem os arts. 35, 53, II, c, e 60 da

Resolução TSE nº 23.607/2019, as quais representam 66,64% em relação ao total das despesas realizadas
com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)
Segundo o Parecer técnico, não foi possível identificar a tiragem nas imagens do material gráfico produzido, pela empresa M V OLIVEIRA VIEIRA, no valor de R$ 4.270,00(quatro mil duzentos e setenta reais).
Entretanto, verificou-se que a referida tiragem foi comprovada por nota fiscal idônea(ID 123693060), constante da Prestação de contas.
Assim, considero regular a despesa, visto que não restou caracterizada nenhuma irregularidade, mormente porque o documento fiscal cumpre os requisitos exigidos pelo art. 60, §8º da Resolução TSE nº 23.607/2019.
3. A abertura da conta bancária destinada ao recebimento de Doações para Campanha identificada abaixo extrapolou o prazo de 10 (dez) dias contados da concessão do CNPJ, em desatendimento ao disposto no art. 8, § 1º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019, não sendo possível aferir a correção dos valores declarados na prestação de contas em relação ao período em que não houve a abertura da conta bancária, bem como a eventual omissão de receitas e gastos eleitorais
O Parecer conclusivo ressalta que a falha acima apontada impede o controle e a aferição da veracidade das informações prestadas, pois impossibilitou aferir a correção dos valores declarados na prestação de contas em relação ao período em que não houve a abertura da conta bancária, bem como a eventual omissão de receitas e gastos eleitorais, caracterizando irregularidade por afronta ao art. 8, § 1º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Contudo, o atraso na abertura da conta bancária não configurou uma irregularidade grave, visto que não houve prejuízo ao acompanhamento e fiscalização das contas.
Nesses termos, já decidiu o TRE/PI:
PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. DEPUTADO ESTADUAL. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTAS. AUSÊNCIA DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. ACESSO AOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. IRREGULARIDADE QUE NÃO PREJUDICA A ANÁLISE DAS CONTAS. ATRASO NA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A APRECIAÇÃO DAS CONTAS. IRREGULARIDADE FORMAL. EXISTÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA NÃO REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA VERIFICADA MEDIANTE EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A ANÁLISE DAS CONTAS. IRREGULARIDADE QUE NÃO AFETA A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE REGISTRO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GASTOS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E DE PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE. IRREGULARIDADE GRAVE QUE IMPOSSIBILITA A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.
1. Ausência dos extratos bancários. Verifica-se que foi possível o acesso da movimentação financeira do candidato pelo NAAPC mediante os extratos eletrônicos disponibilizados pela instituição financeira. Ausência de movimentação financeira. A inobservância da apresentação dos extratos bancários não compromete a regularidade das contas no presente caso.
2. Atraso na abertura da conta bancária. Como não houve nenhum prejuízo para a análise da prestação de contas diante do atraso na abertura da conta bancária, verifico que o descumprimento da regra, nesse caso, constitui mera falha formal, a qual enseja uma mera ressalva. Precedente deste e. TRE/PI.
(...)

(TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)

Portanto, entendo que a falha apontada, apenas impõe ressalvas às contas.

Ante o exposto, em dissonância com o parecer ministerial, APROVO COM RESSALVAS, as contas da campanha eleitoral/2024, prestadas por LUCIVANIA RODRIGUES MUNDURI, nos termos do artigo 74, caput, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação(Parágrafo Único do art. 85, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias-SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600081-44.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600081-44.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO PREFEITO
ADVOGADO	: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO VICE-PREFEITO
ADVOGADO	: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI)
REQUERENTE	: GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO
ADVOGADO	: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI)
REQUERENTE	: JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO
ADVOGADO	: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600081-44.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO PREFEITO, GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO, ELEICAO 2024 JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO VICE-PREFEITO, JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO

Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES - PI24730

Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES - PI24730

Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES - PI24730

Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES - PI24730

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO, candidato ao cargo de Prefeito de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123672109).

Intimado, o candidato não apresentou manifestação.

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123698093), no qual opinou pela aprovação com ressalvas das contas em razão da presença de irregularidades.

A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123705849) manifestou-se pela aprovação das contas com ressalvas, sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato ou candidata que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

A responsável pelas contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades, detalhadas no ID 123698093.

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela aprovação com ressalvas das contas em exame.

1. FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (1.2 e 10)

O parecer técnico indicou, neste ponto, a não apresentação de extratos bancários relativos às movimentações financeiras provenientes do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e de Outros Recursos.

No entanto, o próprio parecerista registra que 'constam na Prestação de Contas o Extrato Eletrônico e o registro da despesa com advogado.'

Dessa forma, entendo que a inconsistência apontada não se sustenta.

2. EXAME DE REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (8.1)

A unidade técnica apontou 8.1 que a necessidade de apresentação de comprovante de pagamento das despesas pagas com recursos do FEFC

Nesse contexto, é preciso sublinhar que o analista de contas ao verificar os extratos eletrônicos constatou que todas as despesas foram pagas e estão registradas na Prestação de Contas, entretanto, a não apresentação dos documentos solicitados não impediu a análise das contas, gerando apenas ressalvas nesse quesito.

Desse modo, houve o descumprimento parcial da legislação, a qual possui aptidão para ensejar a aprovação das contas, com ressalva.

3. DESPESAS PAGAS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS(15)

No tocante aos serviços advocatícios, o art. 45, §5° da Resolução do TSE n° 23.607/2019 impõe a obrigatoriedade da constituição de advogado para o processo de prestação de contas, tendo em vista o caráter jurisdicional do feito, dito isto, consta procuração ID 123705824, nos autos.

As despesas relativas à prestação de serviços advocatícios e contábeis realizadas no curso da campanha eleitoral devem ser registradas na respectiva prestação de contas, na medida em que, nos termos do art. 26, § 4° da Lei n° 9.504/1997 (regulamentado pelo art. 35, §3º da Resolução TSE n° 23.607/2019), constituem gastos eleitorais, vejamos o teor do dispositivo:

Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei:

§ 4º As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizadas em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha.

Nota-se que a legislação prevê apenas que tais despesas não serão submetidas ao limite de gastos de campanha, mas não exonera o prestador de registrar e comprovar as despesas decorrentes de serviços advocatícios e contábeis na prestação de contas.

Ainda, sobre o tema o § 1º do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, estabelece que os gastos eleitorais devem ser comprovados por meio de documento fiscal idôneo, podendo ser admitido, para fins de comprovação, outros documentos como contratos e comprovante da efetiva prestação do serviço.

Nesse condão, compulsando os autos, o Parecer técnico informa que, apesar da ausência das notas fiscais, as despesas estão devidamente registradas no Relatório de Despesas Efetuadas e no sistema fiscaliza JE, e os pagamentos constam nos extratos bancários.

Assim, resta comprovado as despesas, conforme corrobora o julgado a seguir:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. DEPUTADO ESTADUAL. IRREGULARIDADE NAS DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC) . DESPESAS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE NOTA FISCAL. COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS .

1. Embora configure impropriedade apta a ensejar a anotação de ressalvas, a ausência de nota fiscal de serviços advocatícios não compromete a regularidade da prestação de contas eleitorais quando houver demonstração do labor e de seu respectivo pagamento por outras provas documentais (art. 60, § 1º, I a III, Resolução TSE 23.607/2019) .

2. A instância da prestação de contas eleitorais não comporta discussão sobre obrigação tributária acessória. 3. Contas aprovadas com ressalvas .

(TRE-MA - PCE: 0601936-57.2022.6.10 .0000 SÃO LUÍS - MA 060193657, Relator.: Andre Bogea Pereira Santos, Data de Julgamento: 24/07/2023, Data de Publicação: DJE-135, data 01/08/2023)

Dessa forma, entendemos que essa inconsistência foi parcialmente resolvida.

Isto posto e com base no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019, em consonância com o parecer do Ministério Público, APROVO, com ressalvas as contas de campanha prestadas por, GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO, candidato ao cargo de Prefeito de Teresina/PI.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, tanto para tomar conhecimento da sentença, como para os fins do art. 91 da Resolução nº 23.607/2019. O Cartório deve utilizar a via do expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600081-44.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600081-44.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO PREFEITO
ADVOGADO	: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO VICE-PREFEITO
ADVOGADO	: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI)
REQUERENTE	: GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO
ADVOGADO	: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI)
REQUERENTE	: JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO
ADVOGADO	: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600081-44.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO PREFEITO, GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO, ELEICAO 2024 JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO VICE-PREFEITO, JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES - PI24730
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES - PI24730
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES - PI24730
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES - PI24730
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO, candidato ao cargo de Prefeito de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123672109).
Intimado, o candidato não apresentou manifestação.
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123698093), no qual opinou pela aprovação com ressalvas das contas em razão da presença de irregularidades.
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123705849) manifestou-se pela aprovação das contas com ressalvas, sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019.
Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato ou candidata que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

A responsável pelas contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades, detalhadas no ID 123698093.

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela aprovação com ressalvas das contas em exame.

1. FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (1.2 e 10)

O parecer técnico indicou, neste ponto, a não apresentação de extratos bancários relativos às movimentações financeiras provenientes do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e de Outros Recursos.

No entanto, o próprio parecerista registra que 'constam na Prestação de Contas o Extrato Eletrônico e o registro da despesa com advogado.'

Dessa forma, entendo que a inconsistência apontada não se sustenta.

2. EXAME DE REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (8.1)

A unidade técnica apontou 8.1 que a necessidade de apresentação de comprovante de pagamento das despesas pagas com recursos do FEFC

Nesse contexto, é preciso sublinhar que o analista de contas ao verificar os extratos eletrônicos constatou que todas as despesas foram pagas e estão registradas na Prestação de Contas, entretanto, a não apresentação dos documentos solicitados não impediu a análise das contas, gerando apenas ressalvas nesse quesito.

Desse modo, houve o descumprimento parcial da legislação, a qual possui aptidão para ensejar a aprovação das contas, com ressalva.

3. DESPESAS PAGAS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS(15)

No tocante aos serviços advocatícios, o art. 45, §5° da Resolução do TSE n° 23.607/2019 impõe a obrigatoriedade da constituição de advogado para o processo de prestação de contas, tendo em vista o caráter jurisdicional do feito, dito isto, consta procuração ID 123705824, nos autos.

As despesas relativas à prestação de serviços advocatícios e contábeis realizadas no curso da campanha eleitoral devem ser registradas na respectiva prestação de contas, na medida em que, nos termos do art. 26, § 4° da Lei n° 9.504/1997 (regulamentado pelo art. 35, §3º da Resolução TSE n° 23.607/2019), constituem gastos eleitorais, vejamos o teor do dispositivo:

Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei:

§ 4º As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizadas em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha.

Nota-se que a legislação prevê apenas que tais despesas não serão submetidas ao limite de gastos de campanha, mas não exonera o prestador de registrar e comprovar as despesas decorrentes de serviços advocatícios e contábeis na prestação de contas.

Ainda, sobre o tema o § 1º do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, estabelece que os gastos eleitorais devem ser comprovados por meio de documento fiscal idôneo, podendo ser admitido, para fins de comprovação, outros documentos como contratos e comprovante da efetiva prestação do serviço.

Nesse condão, compulsando os autos, o Parecer técnico informa que, apesar da ausência das notas fiscais, as despesas estão devidamente registradas no Relatório de Despesas Efetuadas e no sistema fiscaliza JE, e os pagamentos constam nos extratos bancários.

Assim, resta comprovado as despesas, conforme corrobora o julgado a seguir:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. DEPUTADO ESTADUAL. IRREGULARIDADE NAS DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC) . DESPESAS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE NOTA FISCAL. COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS .

1. Embora configure impropriedade apta a ensejar a anotação de ressalvas, a ausência de nota fiscal de serviços advocatícios não compromete a regularidade da prestação de contas eleitorais quando houver demonstração do labor e de seu respectivo pagamento por outras provas documentais (art. 60, § 1º, I a III, Resolução TSE 23.607/2019) .

2. A instância da prestação de contas eleitorais não comporta discussão sobre obrigação tributária acessória. 3. Contas aprovadas com ressalvas .

(TRE-MA - PCE: 0601936-57.2022.6.10 .0000 SÃO LUÍS - MA 060193657, Relator.: Andre Bogea Pereira Santos, Data de Julgamento: 24/07/2023, Data de Publicação: DJE-135, data 01/08/2023)

Dessa forma, entendemos que essa inconsistência foi parcialmente resolvida.

Isto posto e com base no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019, em consonância com o parecer do Ministério Público, APROVO, com ressalvas as contas de campanha prestadas por, GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO, candidato ao cargo de Prefeito de Teresina/PI.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, tanto para tomar conhecimento da sentença, como para os fins do art. 91 da Resolução nº 23.607/2019. O Cartório deve utilizar a via do expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600283-21.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600283-21.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA VEREADOR
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES (2723/PI)
REQUERENTE	: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES (2723/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600283-21.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA VEREADOR, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES - PI2723-A
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES - PI2723-A
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA, candidato ao cargo de vereador de Teresina /PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504 /97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123591004).
Intimado, o candidato apresentou petição e documentos, em ID 123617980 e seguintes.
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123622685), no qual opinou pela desaprovação das contas em razão das irregularidades apontadas nos itens 2.1 e 3.1, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ R$ 122.200,00 (Cento e Vinte e Dois Mil e Duzentos Reais), na forma do art.79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019.
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123642983) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
A prestadora de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.
Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.
1. REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (Itens 2.1 e 3.1)
A unidade técnica aponta o pagamento irregular de um cheque. Compulsando os autos, percebo em ID 123618075 que os gastos estão formalmente registrados, inclusive com a identificação do destinatário dos recursos, restando apenas o desrespeito à formalidade de que o pagamento tinha que se dar por cheque cruzado, falha de menor importância, consoante jurisprudência do TRE/PI:
RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CARGO VEREADOR. ELEIÇÕES 2020. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. PAGAMENTO DE DESPESAS FINANCEIRAS COM CHEQUES NÃO CRUZADOS. RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA . REGULAR COMPROVAÇÃO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ENVOLVIDOS. CHEQUES NOMINAIS AOS FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS DA CAMPANHA. NOTAS FISCAIS EMITIDAS NOS MESMOS VALORES DEBITADOS NA CONTA BANCÁRIA.

INSUBSISTÊNCIA DA FALHA . NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 79 DA RESOLUÇÃO DE REGÊNCIA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. RECURSO PROVIDO . 1. A determinação do art. 38, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019, para que os pagamentos de despesas sejam realizados mediante cheque cruzado visa o rastreamento dos recursos utilizados. No entanto, tal procedimento ser mitigado por meio da apresentação de documentos hábeis e idôneos a demonstrar que os reais beneficiários são os efetivamente registrados na prestação de contas.

2. Demonstrada, por outros meios, a real destinação dos recursos públicos (FEFC) aplicados na campanha eleitoral, objeto de pagamentos realizados por cheques nominais não cruzados, não há razões para incidência do disposto art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23 .607/2019, relativa à devolução desses valores ao Tesouro Nacional.

(TRE-PI - RE: 060034413 CANTO DO BURITI - PI, Relator.: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 26/07/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 04/08/2021)

Não obstante, o prestador efetuou vultosa despesa com material gráfico. Apresentou as notas fiscais, contratos e provas materiais em ID 123618075(valor de R$ 120.500,00), ID 123618076 (gasto de R$ 6.110,00) e ID 123618080, totalizando R$ 138.810,00(cento e trinta e oito mil, oitocentos e dez reais) de dispêndio.

Destaco que foram contratados 1.200.000 santinhos, além de 132.000 praguinhas e 60.000 cartazes. Contudo, não consta nos autos gastos com militância para distribuição de todo esse material, assim como não há registro de dispêndio com combustível.

Nesse contexto, analisando a inconsistência encontrada, ressalto que o tema em questão é tratado pelo art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019, o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

Compreende-se, a partir dessas disposições, que o prestador de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.

Analisando os autos, observa-se que as despesas contratadas estão regularmente comprovadas, pois há notas fiscais e comprovante de transferência lhes dando suporte, além de contrato e prova material. Porém, o ponto central da discussão é porque foi adquirido tanto material gráfico e como ele foi distribuído ao eleitorado.

O mais comum é a utilização de serviços de militância, mesmo que executados por voluntários. Contudo, em consulta aos autos, revelam-se gastos com material de propaganda impressa, mas não há registro de contratação ou doação de serviços para distribuí-los. Essa discrepância, sugere uma possível omissão de despesas de campanha, afetando a transparência das contas.

Pois bem, mesmo na hipótese de simpatizantes terem se responsabilizado pela coleta e posterior distribuição voluntária do material, estar-se-ia diante da doação de serviços estimáveis, cujo registro na prestação de contas é exigido pelo art. 25, em combinação com o art. 43, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019(RECURSO ELEITORAL 060046860, Acórdão, Des. Rodrigo Maia Rocha, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 22/01/2025 - TRE-MA).

Em situação análoga, já decidiu o TRE/PI: "*1. A distribuição voluntária de material gráfico de campanha, quando realizada em quantidade expressiva, caracteriza doação estimável em dinheiro, cuja omissão no registro compromete a regularidade das contas. 2. A ausência de contabilização de serviço de militância constitui falha grave, impedindo a aplicação dos princípios da*

proporcionalidade e razoabilidade para afastar a irregularidade." (RECURSO ELEITORAL Nº 0600336-09.2024.6.18.0032, Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Acórdão 060033609 no DJe de 18 de março de 2025)

Desse modo, a ausência do registro da mencionada despesa constitui falha grave que compromete a confiabilidade das contas, não se podendo aplicar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que não é possível mensurar os valores referentes aos gastos.(AgR-REspE nº 0600867-47, Min. Benedito Gonçalves, DJE 19/10/2023; TRE-MT- Prestação de Contas nº60129105, Acórdão, Des. EDSON DIAS REIS, DJE de 01/03/2024; TRE-SE - PC nº 060054707, Rel. Des. Edivaldo Dos Santos, DJE de 07/07/2021).

Outo ponto que chama a atenção é o volume de material adquirido. Tendo em conta que o eleitorado de Teresina/PI é de cerca de 590.000, foram comprados mais de dois santinhos por cada eleitor, o que causa estranheza. Também é incomum a quantidade de cartazes e de praguinhas adquiridas.

Não bastasse isso, conforme já salientado alhures, o pagamento foi feito por meio de cheque não cruzado, o que contraria o art. 38, I da Resolução TSE nº 23.607/2019, aumentando a suspeita sobre a legitimidade do gasto, mormente porque o extrato bancário ID 123618082 não identifica o recebedor do dinheiro, que somente pode ser inferido indiretamente, por meio da nota fiscal e demais documentos de ID 123618075.

Em razão do exposto, considero presentes fortes indícios de gasto indevido de recursos públicos, ocasionando a desaprovação das contas e o encaminhamento dos autos ao MPE, para os fins dos art. 91 e 82 da Resolução nº 23.607/2019.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução supracitada, e em dis sonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas do candidato PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA, ao cargo de vereador, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024 .

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 91 e do art. 82 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600421-85.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600421-85.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE ABREU VEREADOR
ADVOGADO	: IVILLA BARBOSA ARAUJO (8836/PI)
REQUERENTE	: FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE ABREU

ADVOGADO : IVILLA BARBOSA ARAUJO (8836/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600421-85.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE ABREU VEREADOR, FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE ABREU
Advogado do(a) REQUERENTE: IVILLA BARBOSA ARAUJO - PI8836
Advogado do(a) REQUERENTE: IVILLA BARBOSA ARAUJO - PI8836
SENTENÇA
Vistos, etc.
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE ABREU, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 28 da Lei nº 9.504/97.
Foi publicado o Edital, para conhecimento dos interessados, tendo transcorrido o prazo, sem impugnação.
As contas em análise encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela Unidade Técnica desta Zona Eleitoral, com posterior emissão do Relatório Preliminar para Expedição de Diligência. Devidamente intimada, a parte manifestou-se, apresentando documentação complementar e justificativas.
Em Parecer Técnico Conclusivo, o responsável pela análise técnica concluiu pela *desaprovação das contas* (Id n° 123715075), com indicação de devolução de R$ 852,50 (oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).
A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela *aprovação com ressalvas* das contas, (Id n° 123724309).
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral os dados financeiros e contábeis de campanha.
O responsável pelas contas apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos a análise técnica que, em Parecer Conclusivo, destacou impropriedades e irregularidades. Estas não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral, tal como consignado no parecer do Representante do Ministério Público.
No tocante às irregularidades apontadas em análise técnica, destaca-se:
1. Despesa com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).
Analisando detidamente os autos, constato que a única inconsistência remanescente refere-se ao compartilhamento indevido de material de campanha com candidatos a cargos distintos *(realização de propaganda compartilhada por materiais impressos com o candidato à Prefeito e Vice-Prefeito pela coligação "Teresina no Caminho Certo",* no valor total de R$ 1.705,00 (mil, setecentos e cinco reais), fato que contraria norma expressa da legislação eleitoral.
Tal fato infringe o art. 17, §2º, II, vez que não existe previsão de coligação para o cargo concorrido pelo candidato cujas contas estão sendo analisadas, implicando, assim, na devolução, ao Tesouro Nacional, correspondente à metade do valor dispendido com o material compartilhado.

Isso porque, considerando a vedação à celebração de coligações nas eleições proporcionais, contida no art. 17 , § 1º , da Constituição da Republica , com a redação dada pela Emenda Constitucional 97 /2017, a única possibilidade de transferência de recursos recebidos do FEFC para candidatos a cargos proporcionais seria na hipótese de estes pertencerem aos mesmos partidos dos candidatos majoritários, tendo em vista a vedação constitucional.(TSE - REspEl: 06009821520206090095 JUSSARA - GO 060098215, Relator.: Min. Sergio Silveira Banhos, Data de Julgamento: 16/02/2023, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 30).

De acordo com jurisprudência consolidada do TSE e do TRE/PI, é admitida a aprovação com ressalvas quando a irregularidade representa menos de 10% do total arrecadado, desde que não haja indícios de dolo, fraude ou má-fé, como é o caso dos autos. Nesses casos, a solução adequada é a aprovação das contas com a determinação de devolução do valor considerado irregular.

Ante o exposto, em consonância com o opinativo do Parquet, APROVO COM RESSALVAS as contas da campanha eleitoral/2024, PRESTADAS por FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE ABREU, nos termos do artigo 74, caput, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

DETERMINO a devolução da quantia de R$ 852,50 (oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 79, §1º, da mesma norma.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação.

Remetam-se os autos ao Representante do Ministério Público Eleitoral para análise e instauração dos procedimentos cabíveis para apuração e eventuais ilícitos, conforme preceituam os arts. 75, parágrafo único e 91, I da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600250-31.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600250-31.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ISABELA MICHELLE ALVES DOS SANTOS VEREADOR
REQUERENTE	: ISABELA MICHELLE ALVES DOS SANTOS

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600250-31.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 ISABELA MICHELLE ALVES DOS SANTOS VEREADOR, ISABELA MICHELLE ALVES DOS SANTOS

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de ISABELA MICHELLE ALVES DOS SANTOS, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123629746).

Intimada, inclusive via aplicativo de mensagem(ID 123634002), a candidata não se manifestou.

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123732368), no qual opinou pela desaprovação das contas em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.2, 8.1, 10.4, 10.8, 10,11 e 12.1, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor R$ 41.660,00 (quarenta e mil seiscentos e sessenta reais) do FEFC, além de outros R$ 1.575,00 (mil quinhentos e setenta e cinco reais) classificados como de origem não identificada, na forma do art.79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019.

A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123740138) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.

O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades, detalhadas nos itens 1.2, 8.1, 10.4, 10.8, 10,11 e 12.1, bem como o recolhimento ao Tesouro Nacional o valor R$ 43.235,00(quarenta e três mil, duzentos e trinta e cinco reais).

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela aprovação com ressalvas das contas em exame.

1. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS(Item 1.1 e item 3.2)

Nesse quesito o parecer técnico indicou que não foram localizados no SPCE-WEB, os Extratos das contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do Fundo Partidário, Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e Outros Recursos.

Oportuno salientar que a Justiça Eleitoral teve acesso aos extratos eletrônicos. Como se sabe, a previsão legal (art. 45, I da Res. TSE nº 23.607/2019), traz o dever dos candidatos de prestarem contas à justiça eleitoral, observando as exigências descritas no art. 53 da mesma Resolução, sob pena de ter suas contas julgadas como desaprovadas ou não prestadas.

Diante da irregularidade acima descrita, entendo que não há comprometimento da análise das contas, pois o sistema bancário forneceu os extratos eletrônicos para esta Especializada.

Nesse sentido, cito julgado do TSE, diante de casos semelhantes:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2018. SENADOR . CONTAS DE CAMPANHA APROVADAS COM RESSALVAS. EXTRATOS DE CONTA BANCÁRIA. FORNECIMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. NATUREZA PÚBLICA . SUPRIMENTO DA OMISSÃO DO CANDIDATO. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

(...)

3. O TRE/PA, a despeito de desaprovar o ajuste contábil devido à ausência de extratos bancários na sua forma completa e definitiva, assentou que "foi possível a análise da prestação de contas

através do confronto com os extratos eletrônicos do SPCE", de modo que, no caso específico dos autos, a omissão do candidato quanto a esses documentos não inviabilizou a análise do regular fluxo financeiro, ressaltando-se que as demais irregularidades constantes do parecer técnico foram afastadas no aresto a quo. Precedentes, entre eles: AgR-REspe 0600603-54/PB, Rel . Min. Sérgio Banhos, DJE de 29/4/2020.

4. Agravo interno a que se nega provimento .

(TSE - REspEl: 060152894 BELÉM - PA, Relator.: Min. Luis Felipe Salomão, Data de Julgamento: 26/11/2020, Data de Publicação: 10/12/2020)

E, no caso dos autos, o parecerista conseguiu analisar a movimentação financeira. Desta forma, reputo a falha como formal, apta a desencadear a aposição de ressalvas nas contas.

Já quanto a ausência de instrumento constituindo advogado, trata-se de irregularidade grave, mas que não conduz, necessariamente, ao julgamento das contas como não prestadas, conforme art. 74, §3-A da Resolução nº 23.607/2019.

Considero, contudo, tal irregularidade com gravidade suficiente para a desaprovação das contas, conforme julgado a seguir transcrito:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA E DOS RESPECTIVOS EXTRATOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MANDATO PARA CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO. DESAPROVAÇÃO.

1. A ausência de abertura de conta bancária e dos respectivos extratos caracteriza irregularidade grave, não sendo possível a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. O Tribunal Superior Eleitoral, recentemente, firmou o entendimento no sentido de que o vício relativo à falta de procuração judicial, isoladamente, é inapto a julgar as contas como não prestadas.

3 . Nos termos do disposto no art. 35, § 3º, da Resolução TSE 23.607/2019, as despesas decorrentes da prestação de serviços contábeis no curso das campanhas eleitorais, embora estejam excluídas do limite de gastos de campanha, são considerados gastos eleitorais, devendo-se, portanto, proceder ao lançamento de tais despesas na prestação de contas.

4 . Desaprovação das Contas

(TRE-PI - PCE: 06015925420226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Jose James Gomes Pereira, Data de Julgamento: 31/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 101, Data 06/06/2023)

2. EXAME DE REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA(Item 2.1 e 4.1)

Reporta o parecer conclusivo que a Nota Fiscal nº 2056 foi emitida pela empresa M V OLIVEIRA VIEIRA, CNPJ: 33.132.640 /0001-04, no valor de R$ 1.575,00, tendo como destinatário do serviço o prestador de contas. Apesar disso, tal despesa não se encontra registrada nos extratos bancários, sinalizando a ocorrência de omissão.

Ressalto que, até a presente data, a referida nota continua com sua situação ativa, não tendo sido cancelada. Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.

3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

(...)

6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.(Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)

Ademais, há inúmeras notas fiscais expedidas nas Eleições de 2024, tendo como beneficiária a empresa M V OLIVEIRA VIEIRA, que não foram pagas, motivo pelo qual dou ciência do fato ao Ministério Público, para os fins do art. 91 da Resolução 23.607/2019.

3. ATRASO NA ABERTURA DE CONTAS BANCÁRIAS (Item 2.3 e 3.2)

A unidade técnica indica que as contas bancárias foram abertas com 12 dias de atraso. Porém, trata-se de irregularidade meramente formal, conforme já decidiu o TRE/PI:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. DEPUTADO ESTADUAL. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTAS. AUSÊNCIA DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. ACESSO AOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. IRREGULARIDADE QUE NÃO PREJUDICA A ANÁLISE DAS CONTAS. ATRASO NA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A APRECIAÇÃO DAS CONTAS. IRREGULARIDADE FORMAL. EXISTÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA NÃO REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA VERIFICADA MEDIANTE EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A ANÁLISE DAS CONTAS. IRREGULARIDADE QUE NÃO AFETA A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE REGISTRO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GASTOS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E DE

PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE. IRREGULARIDADE GRAVE QUE IMPOSSIBILITA A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Ausência dos extratos bancários. Verifica-se que foi possível o acesso da movimentação financeira do candidato pelo NAAPC mediante os extratos eletrônicos disponibilizados pela instituição financeira. Ausência de movimentação financeira. A inobservância da apresentação dos extratos bancários não compromete a regularidade das contas no presente caso.

2. Atraso na abertura da conta bancária. Como não houve nenhum prejuízo para a análise da prestação de contas diante do atraso na abertura da conta bancária, verifico que o descumprimento da regra, nesse caso, constitui mera falha formal, a qual enseja uma mera ressalva. Precedente deste e. TRE/PI.

(...)

(TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)

Portanto, entendo que a falha apontada apenas impõe ressalvas às contas, por ser de menor importância.

4. DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AQUELA REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS (Item 3.3)

O cerne da questão se verifica no fato de terem sido realizados gastos com recursos do FEFC, mas sem se especificar quais despesas foram cobertas. Em suma, existe a despesa, mas não há nenhuma justificativa para ela.

Nesse contexto, não se sabe qual o uso dos recursos públicos utilizados em campanha, inviabilizando o controle efetivo por parte desta especializada. Tal irregularidade conduz à desaprovação das contas e à devolução de valores aos cofres públicos, consoante jurisprudência do TRE/PI, abaixo colacionada:

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL .OMISSÃO QUANTO À ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS E DE COMPROVANTES DE DESPESAS REALIZADAS. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA CONTA PESSOAL. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI). FALTA DE REGISTRO DOS GASTOS COM SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE. INVIABILIDADE DE EFETIVA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTABILIDADE DE CAMPANHA. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO .

(...)

7. Por outro lado, impõe-se a determinação de ressarcimento ao erário dos recursos do FEFC cuja movimentação não tem comprovação adequada, bem como de transferência ao Tesouro Nacional do equivalente à totalidade dos recursos de origem não identificada empregados em campanha, nos termos dos artigos 32, caput, § 1º, inciso VI, e 79, § 1º, combinados com o disposto no artigo 80, § 3º, todos da Resolução TSE nº 23 .607/2019.

(...)

(TRE-PI - PCE: 0601606-38 .2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060160638, Relator.: Des . Lucas Rosendo Maximo De Araujo, Data de Julgamento: 07/11/2023, Data de Publicação: DJE , data 13 /11/2023)

Estão nessa situação de falta de comprovação do gasto, as despesas com os fornecedores: John Weslley Santos Vieira, Allef Pereira da Silva, Nathanael Alexandre Vieira da Silva, David Ramalho Sousa, João da Cruz Soares Mineir, Nivaldo Pereira da Silva, Jonas Vieira da Silva, totalizando R$ 44.660,00.

No caso do fornecedor F. G. Papelaria e Copias, a nota fiscal ID 123245341 não consta as dimensões dos materiais confeccionados, desrespeitando o art. 60, §8º da Resolução nº 23.607 /2019, tornando o gasto como irregular. Na mesma situação se encontra o gasto de R$ 1.435,00, contraído junto a mesma empresa, conforme nota fiscal ID 123245342.

No que tange à nota fiscal 123245343, que tem como fornecedor A F RODRIGUES SERVICOS, CNPJ 05.334.096/0001-48, a mesma satisfaz as exigências da legislação. Porém, a prestadora efetuou vultosa despesa(R$ 20.675,00) com material gráfico. Contudo, não consta nos autos gastos com militância para distribuição de todo esse material, assim como não há registro de dispêndio com combustível.

O ponto central da discussão é o porquê foi adquirido tanto material gráfico e como ele foi distribuído ao eleitorado.

O mais comum é a utilização de serviços de militância, mesmo que executados por voluntários. Contudo, em consulta aos autos, revelam-se gastos com material de propaganda impressa, mas não há registro de contratação ou doação de serviços para distribuí-los. Essa discrepância, sugere uma possível omissão de despesas de campanha, afetando a transparência das contas.

Pois bem, mesmo na hipótese de simpatizantes terem se responsabilizado pela coleta e posterior distribuição voluntária do material, estar-se-ia diante da doação de serviços estimáveis, cujo registro na prestação de contas é exigido pelo art. 25, em combinação com o art. 43, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019(RECURSO ELEITORAL 060046860, Acórdão, Des. Rodrigo Maia Rocha, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 22/01/2025 - TRE-MA).

Em situação análoga, já decidiu o TRE/PI: "*1. A distribuição voluntária de material gráfico de campanha, quando realizada em quantidade expressiva, caracteriza doação estimável em dinheiro, cuja omissão no registro compromete a regularidade das contas. 2. A ausência de contabilização de serviço de militância constitui falha grave, impedindo a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para afastar a irregularidade.*" (RECURSO ELEITORAL Nº 0600336-09.2024.6.18.0032, Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Acórdão 060033609 no DJe de 18 de março de 2025)

Desse modo, a ausência do registro da mencionada despesa constitui falha grave que compromete a confiabilidade das contas, não se podendo aplicar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que não é possível mensurar os valores referentes aos gastos.(AgR-REspE nº 0600867-47, Min. Benedito Gonçalves, DJE 19/10/2023; TRE-MT- Prestação de Contas nº60129105, Acórdão, Des. EDSON DIAS REIS, DJE de 01/03/2024; TRE-SE - PC nº 060054707, Rel. Des. Edivaldo Dos Santos, DJE de 07/07/2021).

Em razão do exposto, considero presentes fortes indícios de gasto indevido de recursos públicos, ocasionando a desaprovação das contas e o encaminhamento dos autos ao MPE, para os fins dos art. 91 e 82 da Resolução nº 23.607/2019.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas da candidata ISABELA MICHELLE ALVES DOS SANTOS, ao cargo de vereadora, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024 e determino o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor total de $ 47.670,00 (quarenta e sete mil, seiscentos e setenta reais) aplicados irregularmente, na forma do art.79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019, numerário que já inclui os R$ 1.575,00 (mil quinhentos e setenta e cinco reais), nos termos do art. 32, caput, da Res. TSE 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 91 e art. 82 da Resolução nº 23.607/2019.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.
Teresina/PI, datado e assinado eletronicamente.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600468-59.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600468-59.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARCELO SILVA CASTELO BRANCO VEREADOR
ADVOGADO	: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI)
REQUERENTE	: MARCELO SILVA CASTELO BRANCO
ADVOGADO	: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600468-59.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARCELO SILVA CASTELO BRANCO VEREADOR, MARCELO SILVA CASTELO BRANCO
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO - PI15999
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO - PI15999
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha de MARCELO SILVA CASTELO BRANCO, relativa às Eleições 2024, do candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o Edital respectivo(123404190), para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação, conforme certidão de ID 123555777.
As contas em análise encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela Unidade Técnica desta Zona Eleitoral, com posterior emissão do Relatório Preliminar para Expedição de Diligência, ID 123706981.
Devidamente intimada, a parte manifestou-se através da Petição de ID 123725395.
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo(ID 123762362), no qual opinou pela pela desaprovação das contas, em razão da presença de irregularidades.
A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se(ID 123737667) pela aprovação com ressalvas das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019.
Relatório sucinto. Decido

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

As impropriedades apontadas em sede de análise técnica não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

No tocante às irregularidades apontadas em análise técnica, destaca-se:

1- Não foram apresentadas as seguintes peças obrigatórias que devem integrar a prestação de contas (art. 53 da Resolução TSE nº 23.607/2019):

1.1- Documentos fiscais que comprovem a regularidade dos gastos eleitorais realizados com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC):

Apresentar nota fiscais relativas às contratações constantes no ID 123454934, 123454932 e 123454929

Constatou-se, na Prestação de contas, a ausência de notas fiscais referentes à compra de água(ID 123454934), aquisição de microfone(ID 123454932) e aluguel de espaço, cadeiras, freezer e salgados (ID 123454929). As referidas notas não constam no módulo FISCALIZA JE no sistema SPCE e tampouco na Prestação de contas, embora as despesas tenham transitado por conta bancária.

O art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, em seu § 1º, permite que a Justiça Eleitoral admita a comprovação de gastos por qualquer meio idôneo de prova, inclusive documentos diversos das notas fiscais, tais como: contrato, comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço, comprovante bancário de pagamento; ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP). Observemos que o recibo não está enumerado dentro desse permissivo legal.

Já o art. 60, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, especifica que o recibo somente pode ser utilizado "Quando dispensada a emissão de documento fiscal, na forma da legislação aplicável, a comprovação da despesa pode ser realizada por meio de recibo que contenha a data de emissão, a descrição e o valor da operação ou prestação, a identificação da destinatária ou do destinatário e da(o) emitente pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço e assinatura da prestadora ou do prestador de serviços."

Ocorre que, segundo o Parecer técnico, nas três contratações ora analisadas, há fornecimento de bens e, portanto, deveria ter sido emitida o documento fiscal. Não obstante os gastos supracitados terem transitados por conta bancária, conforme documentos de ID 123723478(despesas com eventos de promoção de candidatura no valor de R$ 400,00); ID 1237234819(compra de microfone no valor de R$ 100,00) e ID 123723483(compra de água no montante de R$ 27,00), o meio de comprovação do gasto(recibo) é inadequado para a despesa, pois a legislação exige nota fiscal.

Assim, configurada irregularidade e ainda, diante da realização dos gastos supracitados, com recursos públicos que não foram comprovados por documento fiscal idôneo, se impõe a sua devolução ao Tesouro Nacional na forma do art. 79, §1º da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesses termos:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. AUSÊNCIA DE NOTA FISCAL. NÃO APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTES DE PAGAMENTOS BANCÁRIOS E/OU DE TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA ONDE CONSTE O CPF OU CNPJ DO BENEFICIÁRIO. AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL RELATIVA ÀS PESQUISAS DE OPINIÃO. EMISSÃO DE CHEQUE EM FAVOR DO PARTIDO SEM CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA. REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM COMPROVAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO . AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL. INDÍCIOS. NÃO COMPROVAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS À CRIAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PARTICIPAÇÃO

POLÍTICA DAS MULHERES. APLICAÇÃO DO VALOR NAS ELEIÇÕES SUBSEQUENTES . DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. MULTA.
1 . A ausência de nota fiscal com a descrição detalhada da despesa configura irregularidade e prejudica a fiscalização das contas, notadamente porque consistiu em despesa realizada com recursos públicos
(...)
(TRE-PI - Acórdão: 060011734 TERESINA - PI, Relator.: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 22/09/2022, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 28/09 /2022).
Dessa forma, as regularidades acima descritas, realizadas com recursos públicos, ensejam a devolução do montante de R$ 527,00(quinhentos e vinte e sete reais) ao Erário, na forma do art. 79, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.
2.1 Verificada a contratação de espaço para eventos com cadeiras, freezer e salgados (ID 123454929) com recursos do FEFC, sem a especificação de cada contratação.
Conforme já apontado no item 1, no fornecimento dos referidos bens, há necessidade da apresentação de documentação fiscal.
2.2. Inconsistências entre as despesas realizadas.
a) No que tange aos eventos de campanha, foi declarado gasto de R$ 400,00 com eventos de promoção da candidatura, contudo não há registro de despesas essenciais para sua realização, como contratação de pessoal e equipamentos de som, o que levanta dúvidas sobre como estes eventos foram operacionalizados.
Entretanto, conforme recibo juntado, o evento ocorreu num clube, sob a responsabilidade de José Carlos da Silva, não havendo necessidade de registro de despesas essenciais para sua realização por parte do candidato, visto que as atividades operacionais ficaram por conta do clube contratado.
b) Quanto à produção audiovisual, foram declarados R$ 1.000,00 para produção de jingles Contudo, não constam despesas relacionadas à veiculação destes materiais, seja por carro de som, internet ou outros meios, nem gastos com impulsionamento de conteúdo ou criação de páginas na internet para sua divulgação, o que pode indicar a realização de despesas sem trânsito nas contas bancárias de campanha.
Algumas despesas são, via de regra, associadas a outras estruturas necessárias à utilização dos serviços contratados. Foram declarados R$ 1.000,00(mil reais) para produção de jingles, havendo a necessidade do detalhamento despesas relacionadas ao serviço, embora o candidato não tenha registrado nenhuma despesa associada ao gasto supracitado.
Não obstante, consta nos autos a nota fiscal, identificada com o CNPJ do candidato e a descrição do serviço de produção e gravação de jingles, bem como o comprovante de transferência bancária.
Convém ressaltar que há receita estimada(ID122922294), referente à doação de produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, justificando-se a despesa com jingles, que poderiam ser veiculados nos citados meios de comunicação, ou usado em redes sociais.
Ademais, o gasto foi lançado no relatório de despesas efetuadas, sendo anexados todos dos documentos suficientes para comprovar o referido gasto, cumprindo pois, o candidato, as exigências determinadas na legislação, consoante jurisprudência:
PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAMPANHA ELEITORAL. ELEIÇÕES GERAIS 2022. CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL . LEI Nº 9.504/97. RES. TSE Nº 23 .607/2019. PRELIMINAR. DOCUMENTOS JUNTADOS APÓS O PARECER CONCLUSIVO. IRREGULARIDADES . NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO PARA A ENTREGA DE RELATÓRIOS FINANCEIROS DE CAMPANHA. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE NOTAS FISCAIS NO SPCE. AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL. OUTROS ELEMENTOS

PROBATÓRIOS. OBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NAS NORMAS DE REGÊNCIA. DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E AQUELAS CONSTANTES NA PARCIAL. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

(...)

5 - No caso, a unidade técnica, baseada no art. 60, § 3º da Res. TSE nº 23.607/2019, solicitou documentos adicionais para comprovar as despesas, relativas a materiais gráficos, bem como a produção de jingles e vinhetas, todos pagos com o Fundo Especial de Financiamento de Campanha . Todavia, além de constar nos autos alguns exemplares de material de campanha, para comprovar a efetiva execução das despesas realizadas, constam nos autos as notas fiscais, emitida em nome do CNPJ do candidato, com a data de emissão, a descrição das despesas e os valores dos gastos, bem como a identificação dos contraentes. Dessa forma, considerando que ao candidato atendeu ao comando do art. 60 da Res. TSE nº 23 .607/2019, entendo resta sanada a falha.

(...)

(TRE-PI - PCE: 0601136-07.2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060113607, Relator.: Des . LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 12/12/2022, Data de Publicação: PSESS 178, data 12/12/2022).

Dessa forma, a apresentação da nota fiscal e a doação pelo partido dos serviços audiovisuais são suficientes para comprovar a despesa com jingles, motivo pelo qual considero a despesa como regular.

Isto posto e com base no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607 /2019, em consonância com o parecer do Ministério Público, APROVO COM RESSALVAS as contas de campanha prestadas por MARCELO SILVA CASTELO BRANCO, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nas eleições municipais de 2024.

DETERMINO, outrossim, a devolução ao Tesouro Nacional no valor de R$ 527,00(quinhentos e vinte e sete reais), conforme art. 79, §1º da Res. TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, para tomar conhecimento da sentença.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três)dias, contados da sua publicação (art. 85, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Após, arquive-se com as cautelas de praxe.

Teresina, datado e assinado eletronicamente

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600438-24.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600438-24.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MICHELLE MOREIRA LIMA VEREADOR
ADVOGADO	: GABRIEL DE LIMA RIBEIRO E CARVALHO (23925/PI)
REQUERENTE	: MICHELLE MOREIRA LIMA

ADVOGADO : GABRIEL DE LIMA RIBEIRO E CARVALHO (23925/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600438-24.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MICHELLE MOREIRA LIMA VEREADOR, MICHELLE MOREIRA LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: GABRIEL DE LIMA RIBEIRO E CARVALHO - PI23925
Advogado do(a) REQUERENTE: GABRIEL DE LIMA RIBEIRO E CARVALHO - PI23925
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de MICHELLE MOREIRA LIMA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123658348).
Intimada, a candidata requereu mais prazo para juntar a documentação solicitada. Pedido negado em ID 123686880.
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123706542), no qual opinou pela desaprovação das contas, em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.1, 2.1(2), 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 4.8, 4.9, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 5.1, 5.2(1) e 6.1 (2), e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 32.597,00 (trinta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais), além de outros R$ 574,00 (quinhentos e setenta e quatro reais), classificados como RONI.
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123717610) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional dos valores apontados no parecer conclusivo.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
A prestadora de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica.
O Parecer Conclusivo resultante dessa análise apontou a existência de irregularidades. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela não prestação das contas.
1. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS(Item 1.1)
Aponta o parecerista que o candidato abriu contas bancárias, mas não constam os extratos nos autos. Também, não há extratos ou declaração do banco atestando a inexistência de movimentação financeira, o que comprometeria a transparência e a análise das contas, uma vez que somente foi possível a análise através dos extratos eletrônicos, disponíveis no SPCE-WEB os quais nem sempre contemplam toda a movimentação financeira havida.

Ocorre que tal falha é meramente formal, pois a Justiça Eleitoral teve acesso aos extratos, viabilizando a analise das contas. Tal irregularidade não é capaz de desaprovar as contas, consoante se depreende da jurisprudência: "Existência de conta bancária que não foi registrada na prestação de contas. Embora se trate de irregularidade de natureza grave, o NAAPC teve acesso aos extratos eletrônicos do candidato, constatando a ausência de movimentação financeira dessas contas. Dessa forma, não houve nenhum prejuízo à análise das contas, razão pela qual a irregularidade apontada não afeta a confiabilidade das contas. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)"

Portanto, entendo que a falha apontada apenas impõe ressalvas às contas.

2. OMISSÃO DE GASTOS (Item 2.1)

Reporta o parecer conclusivo que a Nota Fiscal nº 1823 foi emitida pela empresa M V OLIVEIRA VIEIRA, CNPJ: 33.132.640/0001-04, no valor de R$ 574,00, tendo como destinatário do serviço a prestadora de contas. Apesar disso, tal despesa não se encontra registrada nos extratos bancários, sinalizando a ocorrência de omissão.

Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.

3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

(...)

6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.(Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021).

Por fim, causa espécie que tantos candidatos tenham contraído dívidas junto a empresa M V OLIVEIRA VIEIRA, motivo pelo qual encaminho os autos ao MPE, para fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3. GASTOS COM FACEBOOK(Item 3.1 e Item 4.15)

A prestadora gastou R$ 197,00 com impulsionamento, dividido em dois pagamentos, sedo o primeiro deles de R$ 77,00 e o outro de R$ 130,00. Além disso, dispendeu mais R$ 292,00 para a mesma empresa.

Contudo, não há registro das despesas na prestação de contas e também não consta os documentos fiscais necessários e obrigatórios, contrariando os arts. 53, I, "g" e II, "c" e 60, caput, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Assim, considero a despesa como irregular, devendo os recursos serem devolvidos ao Tesouro Nacional, por força do art. 79, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

4. GASTOS COM OS FORNECEDORES FRANCISCO WELLIGTON, JOSÉ WANDERSON SILVA ALMEIDA, MIKAELLE MOREIRA e ALEX NUNES PUBLICIDADES (Item 3.2, Item 3.3, 4.13 e 4.14)

A unidade técnica indica o pagamento de R$ 2.500,00 para o fornecedor FRANCISCO WELLINGTON DE JESUS PEREIRA e outros R$ 2.490,00 à MIKAELLE MOREIRA LIMA, além de mais R$ R$ 1.500,00 a JOSÉ WANDERSON SILVA ALMEIDA e R$ 200,00 a ALEX NUNES PUBLICIDADES. Não há documento fiscal, contrato ou qualquer tipo de prova material que informe a qual título os valores foram dispendidos.

Nesse contexto, não se sabe qual o uso dos recursos públicos utilizados em campanha, inviabilizando o controle efetivo por parte desta especializada. Tal irregularidade conduz à desaprovação das contas e à devolução de valores aos cofres públicos, consoante jurisprudência do TRE/PI, abaixo colacionada:

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL. OMISSÃO QUANTO À ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS E DE COMPROVANTES DE DESPESAS REALIZADAS. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA CONTA PESSOAL. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI). FALTA DE REGISTRO DOS GASTOS COM SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE. INVIABILIDADE DE EFETIVA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTABILIDADE DE CAMPANHA. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. (...) 7. Por outro lado, impõe-se a determinação de ressarcimento ao erário dos recursos do FEFC cuja movimentação não tem comprovação adequada, bem como de transferência ao Tesouro Nacional do equivalente à totalidade dos recursos de origem não identificada empregados em campanha, nos termos dos artigos 32, caput, § 1º, inciso VI, e 79, § 1º, combinados com o disposto no artigo 80, § 3º, todos da Resolução TSE nº 23 .607/2019. (...) (TRE-PI - PCE: 0601606-38 .2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060160638, Relator.: Des . Lucas Rosendo Maximo De Araujo, Data de Julgamento: 07/11/2023, Data de Publicação: DJE , data 13/11/2023)

Destarte, considero a despesa não comprovada como irregular, com a necessidade de devolução dos valores ao Tesouro Nacional.

5. GASTOS COM O FORNECEDOR WILLIAMES DE JESUS PEREIRA (Item 4.1)

Aduz o parecerista que foram gastos R$ 5.000,00 com o fornecedor, contrato para prestar "assessoria para campanha eleitoral", conforme nota fiscal ID 123478651.

Contudo, não há a descrição do serviço prestado, restando a nota fiscal revestida de generalidade que impede essa Especializada de aferir a sua idoneidade. Ademais, não consta nos autos contrato que esclareça o ponto em analise.

Nessas circunstâncias, deve incidir na espécie a jurisprudência do TSE: "Consideram-se não comprovadas as despesas cujos documentos fiscais ou recibos, em razão dos termos genéricos em que redigidos, não permitem identificar a que se refere especificamente o pagamento realizado, bem como sua vinculação a atividades partidárias" (PC 290-21, rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 21.6.2019).

Não bastasse isso, o fornecedor possui residência no mesmo imóvel da prestadora, o que revela indícios de que os valores não foram usados para custear a campanha da candidata, motivo pelo qual o Ministério Público deve ser notificado, para os fins do art. 82 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.

Destarte, considero a despesa como irregular e não comprovada, devendo os valores serem restituídos ao Erário.

6. GASTOS COM O FORNECEDOR JOAO KLAUSEN RAMOS DA SILVA (Item 4.2)

O parecerista informa que a prestadora contratou o Sr. JOAO KLAUSEN RAMOS DA SILVA, pagando R$ 4.000,00, para prestar serviço de "Criação de conteúdo, gestão de campanhas publicitárias e gestão de mídias sociais".

O tema em questão é tratado pelo art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019, o qual estabelece que "a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas ou dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da (o) emitente e da destinatária ou do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

Compreende-se, a partir dessas disposições, que a prestadora de contas tem o dever primário de apresentar os documentos fiscais relativos às despesas que realizar durante a campanha. A nota fiscal deve constar a identificação inequívoca do fornecedor ou prestador do serviço e do correlato adquirente, com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido e os respectivos valores.

Pois bem, no caso em tela, percebo, em ID 123478650, que consta nos autos a nota fiscal e o comprovante de pagamento. Assim, considero a despesa como regularmente comprovada, mormente porque o documento fiscal é suficientemente descritivo das atividades desempenhadas.

7. DESPESA COM JINGLES(Item 4.3)

O parecer técnico aponta que o fornecedor ANDERSON SILVA SOUZA foi contratado para produzir jingles para a prestadora, recebendo R$ 7.500,00 pelo trabalho. Há nota fiscal em ID 123478649.

A unidade técnica solicitou prova material de que o serviço foi realmente feito. Contudo, tal comprovação não é exigida pela legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE/PI, bastando o documento fiscal idôneo, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607/2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se

observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04/06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024.

Assim, considero a despesa regular.

8. DESPESA COM EVENTOS (Item 4.4)

Foi contratada a Srª. ADRIANA SANTOS, a qual foi pago a quantia de R$ 745,00, para fins de "eventos de promoção da candidatura". A analise técnica solicitou o detalhamento da despesa, com sua comprovação.

A parte juntou comprovante de pagamento em ID 123478647, mas, não trouxe nota fiscal, contrato ou prova material do serviço prestado, o que inviabiliza o controle do gasto. Novamente, trata-se de despesa sem comprovação idônea, o que enseja a sua irregularidade e a devolução dos valores ao Erário, consoante jurisprudência:

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL. OMISSÃO QUANTO À ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS E DE COMPROVANTES DE DESPESAS REALIZADAS. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA CONTA PESSOAL. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI). FALTA DE REGISTRO DOS GASTOS COM SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE. INVIABILIDADE DE EFETIVA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTABILIDADE DE CAMPANHA. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

(...)

7. Por outro lado, impõe-se a determinação de ressarcimento ao erário dos recursos do FEFC cuja movimentação não tem comprovação adequada, bem como de transferência ao Tesouro Nacional do equivalente à totalidade dos recursos de origem não identificada empregados em campanha, nos termos dos artigos 32, caput, § 1º, inciso VI, e 79, § 1º, combinados com o disposto no artigo 80, § 3º, todos da Resolução TSE nº 23 .607/2019.

(...)

(TRE-PI - PCE: 0601606-38 .2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060160638, Relator.: Des . Lucas Rosendo Maximo De Araujo, Data de Julgamento: 07/11/2023, Data de Publicação: DJE , data 13 /11/2023)

9. GASTOS COM PESSOAL(Item 4.5)

O parecer técnico indica que foi contratada a militante ANA PATRICIA CAVALANTE DA CRUZ para fazer campanha favorável à candidatura da prestadora. Consta nos autos documento ID 123478646, com a CNH da fornecedora.

Ocorre que a contratação desse tipo de mão de obra exige o detalhamento, com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado, consoante art. 35, § 12º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Na espécie, porém, não há os mencionados contratos, tornando a despesa irregular, por ausência de comprovação idônea. Nesse sentido: "2.3. Com relação aos gastos com a contratação de pessoal para campanha, o TRE-PI já fixou entendimento de que as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado (art. 35, § 12, Res. TSE nº 23.607/2019), sob pena de configurar irregularidade com recursos oriundos do FEFC. No caso, apesar dos documentos fiscais, não foram apresentados os contratos de prestação de serviço de pessoal, com o detalhamento das atividades a serem exercidas, dos locais e horas de trabalho. O vício representa mais de 10% do total

arrecadado, portanto é grave leva à desaprovação e necessidade do recolhimento do valor ao Tesouro Nacional (art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019)." TRE-PI - PCE: 06012166820226180000 TERESINA - PI 060121668, Relator.: Des. Lirton Nogueira Santos, Data de Julgamento: 27/06/2024, Data de Publicação: DJE 125, data 09/07/2024).

Assim, reputo o gasto de R$ 350,00 como irregular e passível de devolução ao Tesouro Nacional.

10. LOCAÇÃO DE IMÓVEL (Item 4.6)

Foi alugado um imóvel com a fornecedora NATALINE DE JESUS CUSTÓDIO, a qual foi pago a quantia de R$ 1.500,00. A analise técnica solicitou o detalhamento da despesa, com a comprovação da despesa.

A parte juntou a conta de água do imóvel, em nome da locadora, em ID 123478645, além de contrato de locação e comprovante de pagamento. A despesa também está registrada nos extratos bancários.

Assim, reputo como regular o gasto, mormente porque não se faz necessária a prova da propriedade do imóvel, em consonância com a jurisprudência do TRE/PI:

"PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. DEPUTADA FEDERAL. ENTREGA EM ATRASO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. IRREGULARIDADE FORMAL. DESPESAS COM ALUGUEL DE IMÓVEL. DISPENSÁVEL A COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE DO BEM. IRREGULARIDADE AFASTADA. DESPESAS REALIZADAS ANTES DA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E NÃO INFORMADAS À ÉPOCA. COMPROVAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL. IRREGULARIDADE QUE ENSEJA APENAS RESSALVA NAS CONTAS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR USADO PELA CANDIDATA EM CAMPANHA, PAGOS COM RECURSOS DO FEFC . IRREGULARIDADE GRAVE. OMISSÃO DE REGISTRO E COMPROVAÇÃO DE DESPESA COM CONTADOR QUE CONSTA NA RELAÇÃO DE REPRESENTANTES. PAGAMENTO A PESSOA DIVERSA COM RECURSOS DO FEFC. FALHA GRAVE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. DEVOLUÇÃO DE VALORES AO ERÁRIO.

(...)

2. A prova de propriedade do bem somente é exigida nas doações de bens ou serviços estimáveis em dinheiro, conforme dispõe o art . 58, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019. No caso, pois, trata-se de locação de imóvel, o qual se enquadra dentre os gastos eleitorais, cuja *comprovação se efetiva com a juntada do recibo, descrição, valor, identificação do destinatário e emitente*, a teor do disposto no art. 60, §§ 1º e 2º da Resolução TSE nº 23 .607/2019. Irregularidade afastada.

(TRE-PI - PCE: 0601402-91.2022.6 .18.0000 TERESINA - PI 060140291, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 31/05/2023, Data de Publicação: DJE 101, data 06/06/2023).

11. DESPESA COM ALUGUEL DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS(Item 4.7)

A candidata contratou a Srª. MIKAELLE MOREIRA LIMA para alugar cadeiras, climatizadores e outros bens, pelo montante de R$ 1.300,00. Juntou aos autos, sob ID 123478644, contrato, mas sem assinaturas e sem especificação do período de locação. Também não há nota fiscal.

Não bastasse isso, a fornecedora é irmã da prestadora, havendo relação de parentesco que, via de regra, viola o princípio da moralidade, pois foram usados recursos públicos para o pagamento de parente próximo. Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2018. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. CONTAS DESAPROVADAS. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. NÃO PREENCHIMENTO. AUSÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. ENUNCIADO Nº 28 DA SÚMULA DO TSE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ENUNCIADO Nº 24 DA SÚMULA DO TSE. USO DA TOTALIDADE DE

RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO ELEITORAL PARA A CONTRATAÇÃO DE PARENTE (IRMÃO) DO AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO REGIONAL DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE SUPERIOR. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO AFASTADOS. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.
1. Trata-se de prestação de contas que foram julgadas desaprovadas em razão da irregular c ontratação de parente (irmão) do candidato com recursos públicos oriundos do FEFC para a prestação de serviços de campanha.
2. Tal como assentado na decisão agravada, o acórdão regional está de acordo com a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, no sentido de rechaçar que a totalidade dos recursos recebidos dos fundos públicos de financiamento, seja partidário, seja eleitoral, venha a ser utilizado na contratação de parente de candidato. Precedente: REspEl nº 0601163-94/MS, rel. Min. Sérgio Banhos, julgado em 29.9 .2020, DJe de 27.10.2020.
3. Para chegar a conclusão diversa da obtida pela Corte regional, mormente para aquilatar o valor das doações estimáveis em dinheiro recebidas pelo agravante em relação à quantia paga na contratação de seu irmão, seria necessário o reexame de fatos e provas, providência não admitida em instância superior, conforme o Enunciado nº 24 da Súmula do TSE.
4. À míngua de razões para alterar a conclusão da decisão agravada, sua manutenção é medida que se impõe.
5 . Negado provimento ao agravo interno.
(TSE - ARESPE: 06011396620186120000 CAMPO GRANDE - MS 060113966, Relator.: Min. Mauro Campbell Marques, Data de Julgamento: 01/07/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 145)
Ademais, a fornecedora já havia recebido outro pagamento, de R$ 2.490,00, já tratado em outro ponto desta decisão. Por isso, ausente comprovação e presente relação de parentesco , entendo o gasto como irregular, devendo o valor ser ressarcido ao Erário.
12. DESPESA COM SERVIÇO (Item 4.8, 4.11 e 4.12)
ANTONIO DUARTE DE OLIVEIRA foi contratado para prestar "serviços" à candidata, recebendo R$ 460,00. Já VALDIANA RODRIGUES FONTES foi remunerada em R$ 400,00, enquanto MARIA DO SOCORRO ALVES DA SILVA PIMENTEL auferiu R$ 500,00. Em nenhuma dessas despesas há nota fiscal, contrato, ou qualquer especificação de qual trabalho foi realizado.
Assim, novamente estar-se diante de despesa sem comprovação, portanto, irregular e passível de devolução dos recursos ao Erário.
13. DESPESA COM ALUGUEL DE SOM(Item 4.9)
RICHARD WILLAMES DO NASCIMENTO SILVA foi contratado para alugar "som para reunião de campanha" à candidata, recebendo R$ 150,00. Não há nota fiscal, o contrato ID 123478642 está assinado apenas pelo fornecedor e não contém a especificação de qual a aparelhagem locada.
Não há nota fiscal que discrimine o aparelho alugado. Destarte, novamente, estar-se diante de despesa sem comprovação, portanto, irregular e passível de devolução dos recursos ao Erário.
14. DESPESA COM MATERIAL GRÁFICO (Item 4.10)
Foi identificada irregularidade referente à aquisição de materiais publicitários impressos, mas com preços diferentes. A fim de esclarecer esse fato, a analise técnica solicitou prova material.
Não foi atendida a diligência, mas consta em ID 123478641 o contrato de prestação de serviço, a nota fiscal e os comprovantes de pagamento.
Nesse ponto, é salutar trazer à baila o art. 60, § 8º da Resolução TSE nº23.607/2019, que assevera: "A comprovação dos gastos eleitorais com material de campanha impresso deve indicar no corpo do documento fiscal as dimensões do material produzido."
Após exame dos autos, verifica-se, que a nota fiscal cumpre o dispositivo legal acima citado, estando o gasto devidamente comprovado.

No que tange ao superfaturamento do preço, o parecer conclusivo apontou que foi pago, a maior, um total de R$ 4.985,00 (quatro mil e novecentos e oitenta e cinco reais. A indicação de sobrepreço recaiu sobre dois itens, a saber, 2.500 praguinhas compradas a R$ 0,30, enquanto que outro candidato conseguiu, com outro fornecedor, adquirir 80.000 praguinhas, a R$ 0,07 cada.

No que tange ao gasto com as praguinhas, não vislumbro qualquer irregularidade, pois quanto mais material se manda imprimir, menor tende a ser preço.

Já quanto a aquisição de bandeiras em tecido, o fornecedor M D G DIAS NEGREIROS (15.825.827 /0001-01) vendeu 150 bandeiras a R$ 9,00 cada, enquanto que o contratado no presente feito forneceu 120 bandeiras por R$ 45,00, um valor cinco vezes maior.

Assim, entendo que a aquisição das bandeiras foi formalmente regular, mas com sobrepreço. Por isso, em homenagem ao princípio da economicidade os valores pagos a maior devem ser devolvidos ao Tesouro Nacional, consoante jurisprudência abaixo:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. DEPUTADO ESTADUAL. DESPESAS SUPERFATURADAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). SUPERFATURAMENTO NA CONTRATAÇÃO DE PUBLICIDADE POR MATERIAIS IMPRESSOS. DEVOLUÇÃO DE VALOR DA DIFERENÇA APURADA EM RELAÇÃO AO VALOR DE MERCADO. DIVERGÊNCIA ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS E OS EXTRATOS BANCÁRIOS. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDOS DO FEFC PARA A CONTA PESSOAL DO CANDIDATO. PAGAMENTO EM ESPÉCIE DE VALOR NÃO ABRANGIDO PELO ART. 39, EM CIRCUNSTÂNCIA NÃO ABRANGIDA PELO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 8º, AMBOS DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. IRREGULARIDADES. REPRESENTATIVIDADE DO VALOR ENVOLVIDO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO.

1. Na espécie, remanesceram as falhas anotadas nos itens 1 e 2 do parecer técnico conclusivo, relativas a superfaturamento de despesas com recursos do FEFC e pagamento em espécie de serviços gráficos não incluídos no permissivo do art. 39 e no § 4º do art. 8º, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019.

2. Na linha do entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, "a observância do princípio da economicidade na aplicação de recursos públicos pode ser objeto de controle em processo de prestação de contas, assim como se assentou que é possível considerar irregular a despesa que tenha caráter antieconômico."(TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 060116394, Acórdão, Relator (a) Min. Sergio Silveira Banhos, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 216, Data 27/10 /2020).

(...)

5. Contas desaprovadas. Determinação de devolução ao Tesouro Nacional do valor dos gastos irregularmente com recursos públicos do FEFC.

(TRE-PI - PCE: 06013206020226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Data de Julgamento: 13/07/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 134, Data 24/07/2023)

Portanto, o sobrepreço total foi de R$ 4.320,00, que deve ser ressarcido ao Tesouro Nacional.

Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas da candidata MICHELLE MOREIRA LIMA, ao cargo de vereadora, no município de Teresina/PI, durante as eleições 2024 e o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 20.978,00 (vinte mil, novecentos e setenta e oito reais), nos termos do art. 79, §1º da Res. TSE 23.607/2019.

Além disso, devem ser devolvidos outros R$ 574,00(quinhentos e setenta e quatro reais) ao Tesouro Nacional, a título de RONI, por força do art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 82 e do art. 91 da Res. TSE 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600230-40.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600230-40.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARIA DE FATIMA NUNES PEREIRA VEREADOR
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (23/RO)
REQUERENTE	: MARIA DE FATIMA NUNES PEREIRA
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (23/RO)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600230-40.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARIA DE FATIMA NUNES PEREIRA VEREADOR, MARIA DE FATIMA NUNES PEREIRA

Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - RO23

Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - RO23

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de MARIA DE FATIMA NUNES PEREIRA, candidata ao cargo de vereadora de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123688420).

Intimada, a candidata apresentou petição ID 123705674, acompanhada de documentos.

Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123717296), no qual opinou pela desaprovação das contas em razão da presença de irregularidades, cumulada com a devolução de R$ 3.757,50 (três mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) do FEFC, aplicados irregularmente ou não comprovados devidamente.

A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123734050) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019, com indicação de devolução d os valores indicados no parecer conclusivo.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político, a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O responsável pelas contas em apreciação apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos à análise técnica. Assim, foi emitido Parecer Conclusivo, que destacou a presença de irregularidades nas presentes contas.

Vale destacar que as falhas apontadas após análise técnica não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.

1) INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC)(Item 1.1)

FORNECEDOR: APA OFFICIUM LTDA

VALOR: R$ 3.000,00

A parecerista destaca que "a candidata apresentou no id 123705681, nota fiscal detalhada da despesa. No entanto, deixou de apresentar imagens/cópias do material gráfico produzido, deixando, portanto, de evidenciar a efetiva prestação dos serviços."

Contudo, o parecer conclusivo destaca que não há prova material do serviço prestado. Ocorre que tal comprovação não é exigida pela legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE/PI, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607 /2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04/06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024.

Assim, presente a documento fiscal pertinente e tendo os recursos transitados pela conta, restam satisfeitos os requisitos legais e o gasto deve ser considerado como regular.

FORNECEDOR: M V OLIVEIRA VIEIRA

VALOR: 955,00

Destaca a unidade técnica que "constatou-se irregularidade relativa ao pagamento de propaganda compartilhada com recurso do FEFC em favor de candidato a prefeito de partido diferente da agremiação da candidata, contrariando o art. 17, §2º, II, da Res. TSE 23.607/2019. Além disso, não houve registro de doação estimável relativa a essa despesa (irregularidade), contrariando o texto dos §§ 6º, 7º e 10 do art. 7º, §8º do art. 35 e §§ 4º a 6º do art. 60 da Resolução TSE nº 23.607 /2019, segundo os quais, a produção de materiais publicitários que beneficiem duas ou mais campanhas eleitorais constituem doações estimáveis em dinheiro cujos registros permanecem obrigatórios tanto na prestação de contas do doador, como de seu beneficiário."

O cerne da questão é saber se no caso em apreço houve, ou não, desrespeito ao § 2º do art. 17 da Res.-TSE 23.607, que veda a transferência de recursos provenientes do FEFC por candidatos ou partidos políticos a candidatos de agremiação partidária distinta ou não coligada.

Nesse cenário, considerando a vedação à celebração de coligações nas eleições proporcionais, contida no art. 17, § 1º, da Constituição da Republica, com a redação dada pela Emenda

Constitucional 97/2017 - a qual se aplica desde as Eleições de 2020, nos termos do art. 2º da referida norma constitucional alteradora -, a única possibilidade de transferência de recursos recebidos do FEFC para candidatos a cargos proporcionais seria na hipótese de estes pertencerem aos mesmos partidos dos candidatos majoritários, tendo em vista a vedação constitucional. É vedado o repasse de verbas do FEFC a candidatos proporcionais de partidos diversos aos da chapa majoritária(TSE - AREspEl: 06011626520206090019 LUZIÂNIA - GO 060116265, Relator.: Raul Araujo Filho, Data de Julgamento: 20/06/2024, Data de Publicação: Diário de Justiça Eletrônico - DJE 107, data 21/06/2024).

Portanto, tratando-se de candidatos pertencentes a Partidos diferentes, reconheço que a referida doação estimável se deu de maneira irregular, de forma que é de rigor a aplicação do art. 79, § 1º, da Res.-TSE 23.607, a fim de determinar a devolução ao Tesouro Nacional dos valores indevidamente utilizados, no total de R$ 477,50(quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: ANA PAULA DA SILVA LIMA

VALOR: R$ 280,00

Aponta o parecer conclusivo que a prestadora contratou militância de rua, mas "não apresentou documentos pessoais da contratada e contrato detalhando dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado, descumprindo a exigência do art. 35, §12, da Res. TSE 23.607/2019."

Ocorre que a contratação desse tipo de mão de obra exige o detalhamento, com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado, consoante art. 35, § 12º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Na espécie, porém, mesmo se levando em conta os documentos apresentados com a defesa, não há os mencionados contratos, tornando a despesa irregular, por ausência de comprovação idônea. Nesse sentido: " 2.3. Com relação aos gastos com a contratação de pessoal para campanha, o TRE-PI já fixou entendimento de que as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado (art. 35, § 12, Res. TSE nº 23.607/2019), sob pena de configurar irregularidade com recursos oriundos do FEFC. No caso, apesar dos documentos fiscais, não foram apresentados os contratos de prestação de serviço de pessoal, com o detalhamento das atividades a serem exercidas, dos locais e horas de trabalho. O vício representa mais de 10% do total arrecadado, portanto é grave leva à desaprovação e necessidade do recolhimento do valor ao Tesouro Nacional (art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019)." TRE-PI - PCE: 06012166820226180000 TERESINA - PI 060121668, Relator.: Des. Lirton Nogueira Santos, Data de Julgamento: 27/06/2024, Data de Publicação: DJE 125, data 09/07/2024).

Não obstante, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis, que seriam 10% do total arrecadado.

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.

Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico de, que comprometem a regularidade das contas da candidata, ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, de importância que corresponde a menos de 10% do valor total arrecadado, cabendo a aplicação dos princípios supracitados, para aprovação das contas com ressalvas.

Isto posto e com base no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019, e em dissonância com o parecer do Ministério Público, APROVO, COM RESSALVAS, as contas de campanha prestadas por MARIA DE FATIMA NUNES PEREIRA, candidato ao cargo de vereador da cidade de Teresina/PI, nas eleições municipais de 2024.

DETERMINO ainda ao prestador de contas que recolha ao Tesouro Nacional, na forma estabelecida pela Resolução TSE 23.709/2022, o valor total de R$ 757,50(setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), caracterizados como gastos irregulares, por meio do recolhimento ao Tesouro Nacional, por força do art. 79, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, para tomar conhecimento da sentença, e, para os fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600274-59.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600274-59.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
REQUERENTE	: VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600274-59.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA VEREADOR, VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504

Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504

SENTENÇA

Trata-se da Prestação de Contas de Campanha, referente às Eleições 2024, de VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 28 da Lei nº 9.504/97.

Foi publicado o Edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.

As contas em análise encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela Unidade Técnica desta Zona Eleitoral, com posterior emissão do Relatório Preliminar para Expedição de Diligências(ID 123169990).

Devidamente intimado, a parte manifestou-se, apresentando Prestação de contas retificadora, acompanhada de documentação complementar e justificativas.

Em Parecer Técnico Conclusivo(ID 123718028), o responsável pela análise técnica concluiu que remanesceram impropriedades e irregularidades, que serão arroladas e debatidas no corpo desta decisão.

A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação(ID 123733882), nos termos da Resolução TSE 23.607/2019, com indicação de devolução de R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais), de acordo com a norma de regência.

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador(a), candidato(a) ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral os dados financeiros e contábeis de campanha.

A responsável pelas contas apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos a análise técnica que, em Parecer Conclusivo, destacou impropriedades e irregularidades. Estas não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.

Compulsando os autos, constatou-se que o Parecer Técnico Conclusivo, opinou pela Desaprovação da prestação de contas do candidato a vereador, referente às eleições de 2024, em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.1, 2.1 e 3.2.

No tocante às irregularidades apontadas no Parecer técnico, destaca-se:

1) RECEBIMENTO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (Item 1.1):

A analise técnica aponta que o candidato gastou recursos próprios em sua campanha. Contudo, essas despesas superam o patrimônio declarado na Prestação de Contas.

Contudo, o valor dispendido foi de R$ 579,00, menos que a metade de uma salário mínimo. Assim, qualquer pessoa que trabalhe normalmente pode custear despesa nessa monta, conforme jurisprudência abaixo:

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM VALOR SUPERIOR AO PATRIMÔNIO DECLARADO . MERO INDÍCIO. NÃO APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUA FORMA DEFINITIVA. EXTRATOS ELETRÔNICOS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. Os recursos próprios aplicados em campanha que superam o valor do patrimônio declarado por ocasião do registro de candidatura não devem ser considerados como recurso de origem não identificada, à míngua de outros elementos que assim o caracterizem. Ademais, apesar de não ter patrimônio, os valores doados são módicos e afigura-se plausível que o candidato tivesse condições de doá-los em benefício de sua campanha, em decorrência da atividade profissional informada.

(...)

(TRE-PI - PCE: 06012877020226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 26/04/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 78, Data 04/05/2023)

Destarte, reputo como sanada a irregularidade, considerando a despesa como regular.

2. REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (Item 2.1)

Sinaliza o parecer técnico que foram adquiridos santinhos a R$ 0,15 centavos, enquanto o preço normal do produto gira em torno de R$ 0,04. Também foram adquiridos cartazes a R$ 2,80, valor mais de cinco vezes superior o normalmente praticado em mercado.

Nesses dois produtos é flagrante o valor excessivo pago com recursos públicos, em arrepio ao princípio da economicidade. De fato, são irregulares contratações efetivadas de forma antieconômica e os valores pagos a maior devem ser devolvidos ao Tesouro Nacional, consoante jurisprudência abaixo:

DIREITO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. ELEIÇÕES 2024. DESAPROVAÇÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL .

I. CASO EM EXAME Recurso interposto por candidato ao cargo de vereador no município de São Félix do Piauí - PI contra decisão do Juiz da 74ª Zona Eleitoral, que desaprovou suas contas de campanha referentes ao pleito de 2024 e determinou a devolução de R$ 1.175,00 ao Tesouro Nacional, em razão de irregularidades na comprovação de despesas com propaganda e publicidade e na aquisição de material gráfico em valores superiores aos praticados pelo mercado.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se a irregularidade na aquisição de material gráfico com sobrepreço justifica a devolução dos valores ao Tesouro Nacional; e (ii) estabelecer se a documentação apresentada é suficiente para afastar a irregularidade relativa à comprovação de despesas com publicidade e propaganda.

III. RAZÕES DE DECIDIR A contratação de material gráfico (santinhos) em valor cinco vezes superior ao preço médio apontado no parecer técnico, sem comprovação de que outras gráficas cobravam preços similares, configura sobrepreço injustificado e afronta o princípio da economicidade, exigindo a devolução dos valores ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23 .607/2019. A ausência de comprovação adequada dos serviços de publicidade e propaganda foi sanada com a apresentação de contrato, nota fiscal detalhada e comprovante de pagamento, atendendo aos requisitos exigidos pela legislação eleitoral. O valor irregular constatado, correspondente a R$ 960,00, representa menos de 10% do total de recursos arrecadados pelo candidato, justificando a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para aprovar suas contas com ressalvas, nos termos do art. 74, II, da Resolução TSE nº 23 .607/2019.

IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso parcialmente provido. Tese de julgamento: A contratação de material gráfico com sobrepreço excessivo, sem justificativa plausível ou comprovação de preços similares no mercado, configura irregularidade e exige a devolução do valor correspondente ao Tesouro Nacional . A comprovação posterior da regularidade de despesas com publicidade e propaganda, mediante apresentação de documentos idôneos, permite o afastamento da irregularidade inicialmente apontada. A aprovação com ressalvas das contas eleitorais é cabível quando a irregularidade remanescente corresponde a percentual reduzido dos recursos arrecadados, aplicando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Dispositivos relevantes citados: Resolução TSE nº 23.607/2019, arts . 74, II, e 79, § 1º. Jurisprudência relevante citada: TRE-MT, PC 60119150, Rel. Edson Dias Reis, DJE de 11/07 /2024; TRE-PI, PC 060121316, Rel. Kelson Carvalho Lopes da Silva, DJE de 07/03/2024; PC 060142974, Rel . Nazareno César Moreira Reis, DJE de 26/03/2024; PCE 060141760, Rel. José Maria de Araújo Costa, DJE de 14/11/2024; PCE 060104866, Rel. Juiz do TRE-PI, DJE de 25/07 /2024.

(TRE-PI - REI: 06003332520246180074 SÃO FÉLIX DO PIAUÍ - PI 060033325, Relator.: Des . Ricardo Gentil Eulalio Dantas, Data de Julgamento: 17/02/2025, Data de Publicação: DJE 34, data 20/02/2025)

Destarte, os recursos gastos em excesso, que totalizam R$ 1.770,00(um mil setecentos e setenta reais) devem ser devolvidos ao Erário, conforme art. 79, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3) A ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA DESTINADA AO RECEBIMENTO DE DOAÇÕES PARA CAMPANHA IDENTIFICADA ABAIXO EXTRAPOLOU O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS CONTADOS DA CONCESSÃO DO CNPJ (Item 3.2)

O parecer técnico sublinhou o atraso na abertura de contas bancárias. Contudo, isso não inviabilizou a analise das contas, motivo pelo qual considero essa irregularidade como meramente formal, conforme já decidiu o TRE/PI:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. DEPUTADO ESTADUAL. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTAS. AUSÊNCIA DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. ACESSO AOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. IRREGULARIDADE QUE NÃO PREJUDICA A ANÁLISE DAS CONTAS. ATRASO NA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A APRECIAÇÃO DAS CONTAS. IRREGULARIDADE FORMAL. EXISTÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA NÃO REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA VERIFICADA MEDIANTE EXTRATOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A ANÁLISE DAS CONTAS. IRREGULARIDADE QUE NÃO AFETA A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE REGISTRO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GASTOS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E DE PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE. IRREGULARIDADE GRAVE QUE IMPOSSIBILITA A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Ausência dos extratos bancários. Verifica-se que foi possível o acesso da movimentação financeira do candidato pelo NAAPC mediante os extratos eletrônicos disponibilizados pela instituição financeira. Ausência de movimentação financeira. A inobservância da apresentação dos extratos bancários não compromete a regularidade das contas no presente caso.

2. Atraso na abertura da conta bancária. Como não houve nenhum prejuízo para a análise da prestação de contas diante do atraso na abertura da conta bancária, verifico que o descumprimento da regra, nesse caso, constitui mera falha formal, a qual enseja uma mera ressalva. Precedente deste e. TRE/PI.

(...)

(TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)

Não obstante, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, orientam que a análise das contas deve considerar a gravidade e a relevância das falhas detectadas, ponderando se estas comprometem ou não a essência da prestação de contas.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que irregularidades que afetem aspectos centrais do processo de prestação de contas, como a movimentação financeira, devem ensejar a desaprovação, especialmente quando sua gravidade supera os limites toleráveis.

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade sejam aplicáveis na análise das contas, irregularidades graves que comprometam a transparência e a confiabilidade e superem os limites da razoabilidade nas informações prestadas, ensejam a desaprovação.

Na presente prestação de contas, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico, comprometem a regularidade das contas do candidato, pois ensejam o recolhimento, ao Tesouro Nacional, de

importância superior a 10% do valor total arrecadado, não incidindo os princípios supracitados para aprovação das contas com ressalvas.

Ante o exposto, em consonância com o opinativo do *Parquet*, DESAPROVO, as contas da campanha eleitoral de 2024, do candidato VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA, nos termos do artigo 74, caput, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

DETERMINO, outrossim, o recolhimento ao Tesouro Nacional, do valor de R$ 1.770,00(um mil setecentos e setenta reais), na forma do art. 79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019, aplicados irregularmente ou não comprovados devidamente.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Ciência à Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação(Parágrafo Único do art. 85, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600564-74.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600564-74.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 JOAO BATISTA COSTA PEREIRA VEREADOR
ADVOGADO	: VIVIANE ALVES FARIAS DE OLIVEIRA (24509/PI)
REQUERENTE	: JOAO BATISTA COSTA PEREIRA
ADVOGADO	: VIVIANE ALVES FARIAS DE OLIVEIRA (24509/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600564-74.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 JOAO BATISTA COSTA PEREIRA VEREADOR, JOAO BATISTA COSTA PEREIRA

Advogado do(a) REQUERENTE: VIVIANE ALVES FARIAS DE OLIVEIRA - PI24509

Advogado do(a) REQUERENTE: VIVIANE ALVES FARIAS DE OLIVEIRA - PI24509

SENTENÇA

Vistos, etc.

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de JOÃO BATISTA COSTA PEREIRA, candidato ao cargo de vereador do Partido PODE de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 28 da Lei nº 9.504/97.

Foi publicado o Edital, para conhecimento dos interessados, tendo transcorrido o prazo, sem impugnação.

Em Parecer Técnico Conclusivo, o responsável pela análise técnica concluiu pela *desaprovação das contas* (Id n° 123715930).

A Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela *desaprovação das contas* (Id n° 123723341).

Relatório sucinto. Decido.

A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral os dados financeiros e contábeis de campanha.

O responsável pelas contas apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos a análise técnica que, em Parecer Conclusivo, destacou impropriedades e irregularidades.

No tocante às irregularidades apontadas em análise técnica, destaca-se:

1. FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS - Ausência de peças obrigatórias - Dívidas de campanha não regularizadas(Item 1 e Item 5)

No caso, a agremiação não efetivou a assunção da dívida no montante de R$ 1.555,00. Impende ressaltar que os outros R$ 4.290,00 não se caracterizam como dívida de campanha, conforme se explicará nos tópicos abaixo.

Sabe-se que há a possibilidade de assunção da dívida pela agremiação por decisão do órgão nacional de direção partidária, com apresentação, no ato da prestação de contas final, de acordo expressamente formalizado, cronograma de pagamento e quitação e a indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido (art. 33, §§ 2º e 3º, Resolução nº 23.607/2019).

Demais disso, os débitos de campanha, conforme orientação do art. 34 da mesma Resolução, não assumidos pelo partido devem ser cotejados e considerados como motivo suficiente para ensejar a rejeição das contas.(art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019).

Nesse sentido, é a jurisprudência: "*A existência de dívidas de decorrentes do não pagamento de despesas contraídas e não assumidas pela agremiação partidária, nos moldes do artigo 33, §§ 2º e 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, macula a prestação de contas de campanha, podendo ser razão de sua desaprovação. No caso em tela, tem-se que os dispêndios não foram pagos nem assumidos pelo partido, remanescendo a irregularidade, a caracterizar vício grave e insanável que compromete a regularidade das contas.*" (TRE-PI - PCE: 0601377-78.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060137778, Relator: Nazareno Cesar Moreira Reis, Data de Julgamento: 25/01/2024, Data de Publicação: DJE-18, data 31/01/2024);

Contudo, há de se ter em mente o novo posicionamento do TSE sobre o tema. Para a Corte Superior, as dívidas de campanha não devem ocasionar a devolução de valores ao erário, a não ser quando não for identificada a origem da verba. Isso porque, havendo credor identificado, a ele pertence o numerário devido.

Com efeito, pagar essa dívida para a União importaria em enriquecimento sem causa e ainda dificultaria o recebimento dos valores pelo credor real.

Nesse sentido:

Direito Eleitoral. Eleições 2018. Recurso Especial Eleitoral. Prestação de contas. Deputado Federal. Dívida de campanha. Inexistência de obrigação de devolução da quantia ao Erário. Rejeição das contas. Negativa de Provimento. 1. Trata-se de recurso especial eleitoral interposto contra acórdão do TRE/MS que desaprovou as contas de candidato ao cargo de deputado federal nas Eleições 2018.2 . Na origem, o TRE/MS, por unanimidade, concluiu haver irregularidades

graves na prestação de contas, notadamente dívidas de campanha no montante de R$ 110.422,50 (cento e dez mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), que não foram assumidas pelo órgão partidário nacional. No entanto, deixou de determinar a devolução deste valor ao Tesouro Nacional, por não considerar que se tratasse de utilização de recurso de origem não identificada. 3 . Propõe-se o acolhimento da tese recursal no sentido de que seja determinada, além da desaprovação das contas, a devolução ao Tesouro Nacional da quantia referente às dívidas de campanha, pelos seguintes fundamentos: (i) a infringência ao art. 35 da Res.-TSE nº 23.553/2017 impede que a Justiça Eleitoral controle a regularidade da movimentação financeira do candidato, logo o pagamento das despesas, se realizado, será com recurso cuja origem não estará comprovada nos autos da prestação de contas; e (ii) à luz da interpretação sistemática da legislação, é devido o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor referente aos débitos de campanha não quitados e não assumidos pelo partido político, porque não foi comprovada a procedência das verbas a serem futuramente utilizadas, caracterizando-as como recurso de origem não identificada. 4. Contudo, não há respaldo normativo para determinar o recolhimento de dívida de campanha ao Tesouro Nacional como se de recursos de origem não identificada se tratasse.5. Isso porque (i) a assunção da dívida pelo partido não é um procedimento obrigatório e, tampouco, afasta a possibilidade de que o candidato obtenha diretamente os recursos para quitar as obrigações junto aos fornecedores; (ii) incabível considerar como de "origem não identificada" recursos que sequer foram captados, pois significaria, em última análise, impedir o candidato de quitar a obrigação pela qual responde pessoal e individualmente; e (iii) a medida apenas agrava o problema detectado pelo Relator, pois o candidato terá que duplicar o esforço de arrecadação de recursos junto a fontes não controladas pela Justiça Eleitoral, para, além de pagar fornecedores, realizar o recolhimento ao Tesouro .6. Nego provimento ao recurso especial eleitoral.(TSE - REspEl: 060120546 CAMPO GRANDE - MS, Relator.: Min. Luís Roberto Barroso, Data de Julgamento: 08/02/2022, Data de Publicação: 30/03/2022)

Assim, com a identificação dos credores, reputo a irregularidade como grave e, mas sem gerar a obrigação de devolver recursos ao Erário. Ademais, tal erro somado a outros já detectados, pode ser capaz de conduzir à desaprovação das contas.

2. OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS - Impulsionamento (Facebook)

Foi identificada omissão na prestação de contas no valor de R$ 149,24, referente a serviço de impulsionamento de conteúdo na plataforma Facebook, conforme nota fiscal eletrônica registrada em nome da empresa Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Tal informação consta das bases de dados da Justiça Eleitoral, alimentadas por informações da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda, notadamente a do Município de São Paulo.

O candidato, em manifestação, alegou que o valor referente ao impulsionamento estaria incluído em contrato firmado com Alzira Sousa Carvalho Neta, prestadora de serviços de mídias sociais, o que justificaria a ausência do registro específico no SPCE.

No entanto, percebo, por meio da nota fiscal de ID 123713874 que a despes foi contratada diretamente pelo candidato, pois consta seu CNPJ no documento. Porém, o débito não está registrado na movimentação financeira dos extratos bancários ID 123713870.

Assim, não restou comprovado obediência ao art. 35, XII da Resolução TSE nº 23.607/2019, que determina a quitação das despesas com impulsionamento diretamente pelo candidato, o que não ocorreu no caso sob analise.

Assim, o recurso usado se enquadra como de origem não identificada, por expressa disposição legal:

Art. 32. Serão considerados como recursos de origem não identificada aqueles que:

(...)

IV - não transitaram pela conta bancária específica de campanha, quando a sua utilização for obrigatória, e não for possível identificar sua origem.

A utilização de recursos com essa natureza compromete a transparência, a rastreabilidade e a regularidade das contas eleitorais, sendo classificada pela jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral como irregularidade grave.

Assim, a violação ao referido dispositivo enseja, por si só, a desaprovação das contas, especialmente quando não sanada e inserida no contexto de outras falhas relevantes. Ademais, o valor há de ser devolvido ao Tesouro Nacional.

3. EXAME DE REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (ART. 53, II, C, DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.607/2019)

3.1 Empresa MV Oliveira Vieira - DÍVIDA DE CAMPANHA (ITEM 3)

O candidato inicialmente declarou despesa no valor de R$ 10.000,00 com a empresa MV Oliveira Vieira, custeada com recursos do FEFC. Em sede de prestação de contas retificadora, informou a redução contratual do valor para R$ 1.555,00, conforme Nota Fiscal nº 1892, alegando supressão de parte dos serviços inicialmente contratados.

Entretanto, não houve comprovação do efetivo pagamento. Tampouco foi identificada, nos extratos bancários anexados (ID 123713868, 123713869 e 123713870), qualquer transferência eletrônica para a empresa contratada.

Assim, resta configurada dívida de campanha, pois se contratou uma despesa(ID 123713872), mas não se pagou por ela. Conforme já demonstrado alhures, trata-se de falha grave, mas que não enseja devolução ao Erário.

Por fim, reconheço a estranheza que causa a quantidade de candidatos que contraíram dívida com a empresa MV Oliveira Vieira, motivo pelo qual encaminho aos autos ao MPE, para fins do art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3.2 Empresa JC Gráfica e Mídia Ltda - Despesa não comprovada com recursos do FEFC

Consta na prestação de contas do candidato a despesa no valor de R$ 4.290,00, supostamente paga com recursos do FEFC, à empresa JC Gráfica e Mídia Ltda.

Apesar da emissão da Nota Fiscal nº 42 (Id n°123712526), não consta no SPCE o registro do pagamento e, conforme verificado nos extratos bancários apresentados (ID 123713868, 123713869 e 123713870), não houve movimentação financeira que demonstre transferência de valores à referida empresa.

Ressalta-se que o candidato não apresentou nenhuma manifestação para justificar a ausência de comprovação, mesmo após ser expressamente intimado para tanto. Essa omissão impede a aferição da regularidade da despesa declarada e compromete a consistência e transparência das contas prestadas.

Porém, quanto ao presente fornecedor, não há contrato que demonstre se tratar de uma dívida de campanha. O que ocorreu, em verdade, foi o pagamento de uma nota fiscal com recursos que não se sabe de onde vieram. Nesse cenário, resta caracterizado RONI, importando em irregularidade da despesa e na devolução de valores ao Erário, conforme jurisprudência:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATA. CARGO . DEPUTADO ESTADUAL. FALHAS. ATRASO NA ENTREGA DE RELATÓRIOS FINANCEIROS. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FEFC (PUBLICIDADE, COMBUSTÍVEIS E DESPESAS COM PESSOAL) . AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DE GASTO COM CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA. RECEITAS ESTIMÁVEIS SEM COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS VEÍCULOS. OMISSÃO DE GASTOS (NOTAS FISCAIS ATIVAS). INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS . FALHAS REMANESCENTES. GRAVIDADE. PERCENTUAL ACIMA DOS 10%.

INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE . RESOLUÇÃO TSE nº 23.607/2019. DESAPROVAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE RECOLHIMENTO E/OU DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL .

(...)

4. Diante das notas fiscais ativas, não canceladas, tendo a candidata como tomadora dos serviços, deve-se atribuir tais gastos à referida campanha, cujo registro foi omitido nas contas, levando ao entendimento de que se trata da utilização de recursos de origem não identificada, passível de devolução ao Tesouro Nacional (art. 32, da Res. TSE 23 .607/2019).

(...)

6 . Destarte, a falha grave leva ao julgamento das contas como desaprovadas, havendo necessidade de imposição de recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores recebidos do FEFC e cujos gastos não foram devidamente comprovados, assim como dos valores recebidos e tidos como de origem não identificada.

(TRE-PI - PCE: 06012166820226180000 TERESINA - PI 060121668, Relator.: Des. Lirton Nogueira Santos, Data de Julgamento: 27/06/2024, Data de Publicação: DJE 125, data 09/07/2024)

4. Inviabilidade da aplicação do princípio da proporcionalidade

Não obstante, a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos no âmbito do direito eleitoral, é certo que tais parâmetros devem ser utilizados de forma criteriosa, especialmente quando se verifica que as irregularidades detectadas comprometem aspectos essenciais da prestação de contas.

Ainda que os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade possam, em certos casos, mitigar falhas de menor relevância, não se aplicam às hipóteses de irregularidades graves, que afetem diretamente a transparência, a rastreabilidade e a confiabilidade das informações declaradas, sobretudo quando envolvem recursos públicos sem comprovação de aplicação regular.

No presente caso, as irregularidades apontadas no Parecer Técnico Conclusivo (ID nº 123715930) - especialmente aquelas referentes à aplicação irregular de recursos do FEFC, omissão de despesas e ausência de documentos essenciais - resultam em valor que correspondente a aproximadamente 60% do total arrecadado pela campanha, percentual que ultrapassa o limite jurisprudencialmente tolerado pelo TSE, que é de até 10% do montante arrecadado.

Tal proporção revela a gravidade material das falhas, impedindo o controle efetivo das contas e afastando a possibilidade de aprovação com ressalvas.

Diante do exposto, com fulcro no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, e em consonância com o parecer ministerial, JULGO DESAPROVADAS as contas de campanha apresentadas por JOÃO BATISTA COSTA PEREIRA, relativas às eleições de 2024.

DETERMINO a devolução da quantia de R$ 4.439,24(quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos) ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 32, da já mencionada norma.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do MPE, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019), inclusive para os fins do art. 91.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação.

Remetam-se os autos ao Representante do MPE para análise e instauração dos procedimentos cabíveis para apuração e eventuais ilícitos, conforme preceituam os arts. 75, parágrafo único e 91, I da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600119-56.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600119-56.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: CLEMILTON LIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 CLEMILTON LIRA DO NASCIMENTO VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600119-56.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 CLEMILTON LIRA DO NASCIMENTO VEREADOR, CLEMILTON LIRA DO NASCIMENTO
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881
SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de CLEMILTON LIRA DO NASCIMENTO, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI pelo partido Progressistas (PP), nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.

Foi publicado o edital respectivo (ID 123390479), para conhecimento dos interessados, tendo transcorrido o prazo regulamentar sem impugnação, conforme certidão de ID 123543511.

Instado a se manifestar sobre as ocorrências apontadas no Relatório Preliminar para Expedição de Diligência, o candidato pleiteou dilação de prazo (ID 123668126 a 123668129), que foi indeferida por este Juízo (ID 123671937), por ausência de amparo legal.

O prestador de contas, contudo, permaneceu inerte, mesmo após intimado via aplicativo de mensagem(ID 123883071), não apresentando defesa, documentos ou esclarecimentos acerca da diligência solicitada.

A unidade técnica desta Zona Eleitoral emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123673362), no qual opinou pelo julgamento das contas como NÃO PRESTADAS, em razão da gravidade e da quantidade de irregularidades que impediram a análise da movimentação financeira. Apontou, ademais, a necessidade de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID [inserir ID do parecer do MPE]), em seu parecer, manifestou-se igualmente pelo julgamento das contas como NÃO PRESTADAS, nos termos do art. 74, IV, da Resolução TSE nº 23.607/2019, e pela devolução integral dos valores apontados pelo setor técnico.

Relatório sucinto. Decido.

A obrigação de prestar contas é um pilar da transparência e da legitimidade do processo eleitoral. O descumprimento dos deveres formais e materiais, especialmente quando o candidato,

devidamente intimado, se omite em sanar as falhas, subtrai da Justiça Eleitoral e da sociedade a capacidade de fiscalizar a origem e o destino dos recursos de campanha.

Passo à análise das irregularidades que fundamentam esta decisão.

1. Ausência de Peças Obrigatórias (Item 1.2)

O órgão técnico apontou a ausência de peças obrigatórias que devem integrar a prestação de contas, notadamente os extratos bancários completos e em sua forma definitiva, e a procuração de advogado. A ausência de tais documentos configura irregularidade de natureza gravíssima, que compromete a confiabilidade das contas e inviabiliza o exercício da fiscalização pela Justiça Eleitoral.

Quanto a ausência de instrumento constituindo advogado, trata-se de irregularidade grave, mas que não conduz, necessariamente, ao julgamento das contas como não prestadas, conforme art. 74, §3-A da Resolução nº 23.607/2019.

Considero, contudo, tal irregularidade com gravidade suficiente para a desaprovação das contas, conforme julgado a seguir transcrito:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL . AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA E DOS RESPECTIVOS EXTRATOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MANDATO PARA CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO. DESAPROVAÇÃO.

1 . A ausência de abertura de conta bancária e dos respectivos extratos caracteriza irregularidade grave, não sendo possível a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. O Tribunal Superior Eleitoral, recentemente, firmou o entendimento no sentido de que o vício relativo à falta de procuração judicial, isoladamente, é inapto a julgar as contas como não prestadas.

3 . Nos termos do disposto no art. 35, § 3º, da Resolução TSE 23.607/2019, as despesas decorrentes da prestação de serviços contábeis no curso das campanhas eleitorais, embora estejam excluídas do limite de gastos de campanha, são considerados gastos eleitorais, devendo-se, portanto, proceder ao lançamento de tais despesas na prestação de contas.

4 . Desaprovação das Contas

(TRE-PI - PCE: 06015925420226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Jose James Gomes Pereira, Data de Julgamento: 31/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 101, Data 06/06/2023)

No que tange aos extratos, em consulta ao módulo Extrato Bancário do SPCE-WEB, percebe-se a movimentação financeira, de tal maneira que tal irregularidade, apesar de ter ocorrido, não inviabilizou a analise das contas.

Em tais casos, há de se considerar que a falha não compromete a regularidade das contas, conforme jurisprudência do TRE/PI: "Ausência dos extratos bancários. Verifica-se que foi possível o acesso da movimentação financeira do candidato pelo NAAPC mediante os extratos eletrônicos disponibilizados pela instituição financeira. Ausência de movimentação financeira. A inobservância da apresentação dos extratos bancários não compromete a regularidade das contas no presente caso. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)."

2. Aplicação Irregular de Recursos do FEFC (Itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4)

A mais grave mácula material reside na ausência absoluta de comprovação de gastos realizados com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que totalizam R$ 48.212,75 (quarenta e oito mil, duzentos e doze reais e setenta e cinco centavos), referentes a despesas com pessoal, publicidade, assessorias e locação de veículo.

A ausência dos documentos fiscais idôneos, exigidos pelo art. 60 da Res. TSE nº 23.607/2019, impede a verificação da legitimidade dos gastos, configurando irregularidade insanável que impõe o recolhimento integral dos valores ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 79, § 1º, da mesma Resolução.

Nesse contexto, não se sabe qual o uso dos recursos públicos utilizados em campanha, inviabilizando o controle efetivo por parte desta especializada. Tal irregularidade conduz à desaprovação das contas e à devolução de valores aos cofres públicos, consoante jurisprudência do TRE/PI, abaixo colacionada:

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL. OMISSÃO QUANTO À ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS E DE COMPROVANTES DE DESPESAS REALIZADAS. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA CONTA PESSOAL. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI). FALTA DE REGISTRO DOS GASTOS COM SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE. INVIABILIDADE DE EFETIVA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTABILIDADE DE CAMPANHA. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. (...) 7. Por outro lado, impõe-se a determinação de ressarcimento ao erário dos recursos do FEFC cuja movimentação não tem comprovação adequada, bem como de transferência ao Tesouro Nacional do equivalente à totalidade dos recursos de origem não identificada empregados em campanha, nos termos dos artigos 32, caput, § 1º, inciso VI, e 79, § 1º, combinados com o disposto no artigo 80, § 3º, todos da Resolução TSE nº 23 .607/2019. (...) (TRE-PI - PCE: 0601606-38 .2022.6.18.0000 TERESINA - PI 060160638, Relator.: Des . Lucas Rosendo Maximo De Araujo, Data de Julgamento: 07/11/2023, Data de Publicação: DJE , data 13/11/2023)

Destarte, considero as despesas não comprovadas como irregulares, com a necessidade de devolução dos valores ao Tesouro Nacional.

3. Demais Irregularidades Formais que Corroboram a Inconfiabilidade das Contas

Para além das falhas capitais já mencionadas, o parecer técnico arrolou uma série de outras irregularidades que, embora de menor gravidade individual, em conjunto, demonstram o descontrole contábil e o descaso do candidato com as normas eleitorais:

- Item 1.1.1 e 6.1 - Omissões nos Relatórios Parciais: O candidato deixou de informar, no prazo legal, tanto o recebimento de recursos quanto doações, frustrando o controle concomitante da Justiça Eleitoral (arts. 47, I e §6º, da Resolução). Embora tais falhas possam ser consideradas formais se sanadas na prestação de contas final, no presente caso elas se somam ao conjunto de omissões que macularam todo o processo.
- Item 4.1 - Omissão de Conta Bancária: O candidato não registrou na prestação de contas uma conta bancária existente, infringindo o art. 53, II, 'a', da Resolução. Trata-se de erro formal que, no contexto de ausência dos extratos definitivos, agrava a falta de transparência.
- Item 4.2 - Abertura de Conta Fora do Prazo: A abertura da conta de campanha extrapolou o prazo de 10 dias previsto no art. 8º, § 1º, I, da Resolução. Ainda que seja uma irregularidade que, isoladamente, ensejaria ressalva, ela denota a desorganização inicial da campanha.
- Item 4.3 - Divergências entre a Prestação de Contas e os Extratos Eletrônicos: Foram detectadas divergências entre a movimentação financeira declarada pelo candidato e aquela registrada nos extratos bancários eletrônicos. Esta falha atinge diretamente a fidedignidade das informações prestadas, indicando que a contabilidade não reflete a realidade das transações.

Em síntese, o conjunto destas falhas formais pinta um quadro de caos contábil, reforçando a convicção de que as contas são inconfiáveis e inaptas para a análise.

4. Tarifas bancárias

Nesse ponto, entendo despiciendo o pagamento de R$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), referente a tarifas bancárias, uma vez que se trata de encargo não previsto nas vedações estabelecidas no artigo 37 da Resolução TSE nº 23.607/2019, assim não há que se falar em irregularidade.

Filio-me, assim, aos precedentes de outras cortes eleitorais. Vejamos:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DEPUTADO FEDERAL. ATRASO NA ENTREGA DE RELATÓRIOS FINANCEIROS DE CAMPANHA . OMISSÃO DE RECEITAS. RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL. REPASSE IRREGULAR DE VERBA RECEBIDA DO FEFC DESTINADO A CANDIDATO NEGRO . DEVOLUÇÃO AO TESOURO NACIONAL. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FEFC PARA PAGAMENTO DE TARIFAS BANCÁRIAS. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL. OMISSÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL . INFRAÇÃO DE NATUREZA GRAVE. IRREGULARIDADES NAS DESPESAS REALIZADAS ATRAVÉS DE OUTROS RECURSOS. OMISSÃO DE DESPESAS COM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS . INDICADOR DE AUSÊNCIA DE CAPACIDADE OPERACIONAL DE PRESTADOR DE SERVIÇO. CIÊNCIA DA PRE. IRREGULARIDADES QUE ULTRAPASSAM O LIMITE DE 10% DOS RECURSOS MOVIMENTADOS NA CAMPANHA. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE . DESAPROVAÇÃO. 1. O (¿)

5. A legislação proíbe o pagamento de encargos financeiros ou de multas com recursos públicos advindos do Fundo Partidário ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. 5.1. Os recursos provenientes do FEFC foram utilizados para o pagamento de tarifas bancárias, encargo não previsto nas vedações estabelecidas no artigo 37 da Resolução TSE nº 23 .607/2019, assim não há que se falar em irregularidade.

(TRE-PR - PCE: 06030879020226160000 CURITIBA - PR 060308790, Relator.: Julio Jacob Junior, Data de Julgamento: 04/09/2023, Data de Publicação: DJE-178, data 12/09/2023)

5. Determinação de Recolhimento de Valores

Por fim, no que tange as sobras de campanha, percebo que o candidato depositou, via GRU, a quantia de R$ 1.782,75 (mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos), no dia 29 /11/2024, não havendo necessidade de se recolher novamente a quantia, evitando-se o *bis in idem*.

Em face do exposto, em total consonância com o parecer ministerial, JULGO NÃO PRESTADAS as contas do candidato CLEMILTON LIRA DO NASCIMENTO, relativas à sua campanha ao cargo de vereador no município de Teresina/PI nas Eleições 2024, com fundamento no artigo 74, inciso IV, alíneas 'b' e 'c', da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Como consequência, determino:

a) O impedimento de o candidato obter a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura para a qual concorreu, persistindo os efeitos da restrição até que a apresentação das contas seja regularizada, o que não afasta a apuração de responsabilidade civil e criminal (art. 80, §2º, da Res. TSE nº 23.607/2019);

b) O recolhimento ao Tesouro Nacional do valor total de R$ 48.212,75 (quarenta e oito mil, duzentos e doze reais e setenta e cinco centavos), nos termos do art. 79 da Res. TSE nº 23.607 /2019.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, incluindo o registro no Sistema de Informações de Contas (SICO).

Dê-se ciência ao membro do Ministério Público Eleitoral, inclusive para os fins do art. 82 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Art. 86, Parágrafo Único, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Diligências necessárias. Após, arquivem-se com as cautelas de praxe.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600437-39.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600437-39.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600437-39.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA VEREADOR, ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de ANTÔNIO CARLOS LOPES DA SILVA, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123704557).
Intimado, o candidato não se manifestou, conforme certidão ID 123721484.
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123723534), no qual opinou pela desaprovação das contas, em razão das irregularidades apontadas nos itens 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 3.1 e 4.1, e o recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais).
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123735512) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019 e a devolução ao Tesouro Nacional do numerário apontado no parecer conclusivo.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe à candidata e ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.

O prestador de contas apresentou a documentação considerada pertinente, a qual foi submetida à análise técnica. Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.

1. OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS (Item 1.1)

Foram identificadas doações recebidas de outros candidatos ou partidos políticos com informações divergentes nas prestações de contas dos doadores, revelando inconsistência nas informações.

Ocorre que, apesar da omissão, conseguiu-se identificar perfeitamente o doador, o donatário, o objeto da doação e o seu valor, de forma que não houve prejuízo para a analise das contas. Ademais, não se doou dinheiro, mas sim a produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, motivo pelo qual reputo o achado como mera impropriedade, apta a atrair a aposição de ressalvas.

2. DESPESAS REALIZADAS COM INDÍCIOS DE AUSÊNCIA DE CAPACIDADE OPERACIONAL (Item 1.2)

O cerne da questão se verifica no fato de um fornecedor de campanha ter prestado para a candidatura um serviço no valor de R$ 1.200,00, mesmo sendo beneficiário do programa Bolsa Família.

A questão levantada neste item refere-se a uma EVENTUAL INCAPACIDADE OPERACIONAL do prestador de serviços, todavia, não é possível estabelecer qualquer exigência obrigacional baseada em presunções, mas tão somente em fatos.

Com efeito, se eventualmente houver problema com a falta de capacidade operacional do fornecedor, o candidato não pode ser responsabilizado por ele ser adepto do Bolsa Família. De fato, o prestador de contas apenas contratou o serviço.

Sobre o tema, cito jurisprudência da Corte Eleitoral do Piauí: "o fato de o doador de bem estimado (um veículo) ser beneficiário do programa bolsa família, constitui indício de irregularidade alheia à análise da prestação de contas do candidato beneficiário". (TRE-PI - RE: 060041730 DOM INOCÊNCIO - PI 60041730, Relator.: Des. DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Data de Julgamento: 21/10/2019, Data de Publicação: DJE , data 29/10/2019)."

Assim, não resta irregularidade, mas sim, acontecimento que pode ser investigado pelo Ministério Público, com espeque no art. 91 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3. ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (Item 2.1)

Nesse quesito o parecer técnico indicou que foram abertas contas bancárias no CNPJ do candidato, mas não constam os extratos bancários respectivos. E, mesmo os extratos apresentados, não contemplam toda a movimentação financeira.

Constata-se que todas as irregularidades são meramente formais, pois o parecerista teve acesso aos extratos de todas as contas, viabilizando a analise. Por isso, nenhuma delas tem o condão de desaprovar as contas, consoante se depreende da jurisprudência: "Existência de conta bancária que não foi registrada na prestação de contas. Embora se trate de irregularidade de natureza grave, o NAAPC teve acesso aos extratos eletrônicos do candidato, constatando a ausência de movimentação financeira dessas contas. Dessa forma, não houve nenhum prejuízo à análise das contas, razão pela qual a irregularidade apontada não afeta a confiabilidade das contas. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)"

Portanto, entendo que as falhas apontadas apenas impõe ressalvas às contas.

4. DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AQUELA REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS (Item 2.2, Item 3.1 e Item 4.1)

Relata o parecer conclusivo que "o candidato recebeu da Direção Nacional do Partido: 10 - REPUBLICANOS a quantia de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de FEFC", tendo sacado integralmente o valor.

É importante destacar-se que o Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, modalidade de financiamento público de campanha, foi uma das inovações legislativas introduzidas pelas Leis nºs 13.487 /2017 e 13.488 /2017.

É justamente em razão da natureza pública dos recursos que as normas de regência exigem que os recursos sejam rastreados, obrigando-se que os extratos bancários captem todas as despesas e as receitas auferidas pela campanha.

Dentro deste esquadro que a Resolução nº 23.607/2019 exigi:

Art. 38. Os gastos eleitorais de natureza financeira, ressalvados os de pequeno vulto previstos no art. 39 e o disposto no § 4º do art. 8º, ambos desta Resolução, só podem ser efetuados por meio de:

I - cheque nominal cruzado;

II - transferência bancária que identifique o CPF ou CNPJ da beneficiária ou do beneficiário;

III - débito em conta; (Redação dada pela Resolução nº 23.665/2021)

IV - cartão de débito da conta bancária; ou (Redação dada pela Resolução nº 23.665/2021)

V - Pix.(Redação dada pela Resolução nº 23.731/2024)

Analisando os autos, contudo, verifica-se que o valor foi sacado da conta do Fundo Especial de Financiamento de Campanha pelo próprio candidato e os fornecedores, a Srª. ARIANE LIMA DA SILVA, que recebeu R$ 6.150,00(documentos ID 123405560, 123405561 e 123405560) e a empresa HÉLIO FERREIRA NUNES MICROEMPRESA - ME, que foi paga com R$ 850,00, receberam valores que não se sabe de onde vieram, justamente porque os seus pagamentos não constam nos extratos bancários de ID 123405565.

O fato de os recursos terem sido sacados impossibilita o seu rastreio e fiscalização da Justiça Eleitoral, frustrando os mecanismo de controle, necessários quando se lida com verbas públicas.

Assim, a irregularidade demonstrada na hipótese é grave, não somente pelo desconhecimento do real destino do valor empregado pelo candidato, mas também porque o importe tem natureza pública.

Destarte, tal circunstância reveste-se de falha grave que, além de não apresentar a transparência que as contas de campanha devem espelhar, implicou a desobediência a vários princípios constitucionais como a probidade, a moralidade e a legalidade.

É preciso não se perder de vista que o objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

Tal irregularidade é grave e indício de apropriação dos recursos por parte do candidato, importando na desaprovação nas contas, além da obrigatoriedade de devolução dos valores, conforme art. 79, §1º da retromencionada Resolução.

Nesse sentido é a jurisprudência:

AGRAVO INTERNO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL . DECISÃO QUE DESAPROVOU AS CONTAS E DETERMINOU O RECOLHIMENTO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. USO IRREGULAR DE RECURSOS DO FEFC.

Decisão fundamentada em informações técnicas e documentos constantes dos autos. O pagamento da despesa de R$2.999,99 deveria ter sido feito diretamente ao fornecedor por meio de transferência eletrônica ou cheque nominal. O candidato emitiu cheque em seu nome e sacou a quantia, pagando o fornecedor em espécie. Violação à transparência das contas e ao disposto nos

arts. 38 e 39 da Resolução TSE nº 23.607/2019. Trâmite irregular também em razão de vedação para utilização de fundo de caixa no caso, seja pelo limite de 2% dos gastos contratados, como pelo valor da despesa, que ultrapassa meio salário mínimo. Inquestionável o uso irregular de recursos do FEFC, impondo-se o recolhimento do citado valor ao Tesouro Nacional, com base no § 1º do art. 79 da Resolução TSE nº 23 .607/2019. Inaplicável o art. 76 da citada resolução, tendo em vista o montante das irregularidades constatadas nas contas e o uso de recursos de origem pública. Manutenção da decisão agravada. Agravo interno a que se nega provimento.
(TRE-MG - PCE: 0605216-52.2022.6 .13.0000 BELO HORIZONTE - MG 060521652, Relator.: Cassio Azevedo Fontenelle, Data de Julgamento: 15/11/2023, Data de Publicação: DJE-209, data 23/11/2023)
Além disso, é preciso que dê ciência ao Ministério Público, em razão do art. 82 e do art. 91, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019, para fins de apuração de eventual ilícito penal.
Nesse contexto, considero a falha configurada, e revestida de gravidade suficiente para desaprovar as contas. Além disso, é devido o recolhimento de R$ 7.000,00(sete mil reais) ao Tesouro Nacional.
Em face do exposto, nos termos do artigo 74, inciso III, da Resolução supracitada, e em consonância ao parecer do Ministério Público Eleitoral, JULGO DESAPROVADAS as contas do candidato ANTÔNIO CARLOS LOPES DA SILVA, ao cargo de vereador, no município de Teresina /PI, durante as eleições 2024 e o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor R$ 7.000,00(sete mil reais) aplicados irregularmente, na forma do art.79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019.
Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações necessárias, registros no Sistema de Informações de Contas - SICO, observadas as devidas cautelas legais e anotações de praxe, Arquivem-se, na forma usual.
Dê-se ciência ao membro do Ministério Público, inclusive para os fins do art. 82 da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600461-67.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600461-67.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAUJO VEREADOR
ADVOGADO	: HILDETE OLIVEIRA DA SILVA (21765/PI)
REQUERENTE	: EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAUJO
ADVOGADO	: HILDETE OLIVEIRA DA SILVA (21765/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600461-67.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAUJO VEREADOR, EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAUJO
Advogado do(a) REQUERENTE: HILDETE OLIVEIRA DA SILVA - PI21765
Advogado do(a) REQUERENTE: HILDETE OLIVEIRA DA SILVA - PI21765
SENTENÇA
Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas de Campanha, relativa às Eleições 2024, de EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAUJO, candidato ao cargo de vereador de Teresina/PI, nos ditames do art. 45, inciso I, da Resolução TSE n° 23.607/2019 e do art. 28 da Lei n° 9.504/97.
Foi publicado o edital respectivo, para conhecimento dos interessados, acerca das contas apresentadas, tendo transcorrido o prazo regulamentar, sem impugnação.
As presentes contas encontram-se instruídas com documentos que foram submetidos à análise pela unidade técnica desta Zona Eleitoral. Após, foi emitido Relatório Preliminar para Expedição de Diligência (ID 123664273).
Intimado, inclusive via aplicativo de mensagens(ID 1236921558), apresentou contas retificadoras.
Em seguida, a unidade técnica emitiu Parecer Técnico Conclusivo (ID 123712334), no qual opinou pela desaprovação das contas em razão da presença de irregularidades.
A Representante do Ministério Público Eleitoral (ID 123729896) manifestou-se pela desaprovação das contas sob exame, nos termos da Resolução TSE 23.607/2019, com indicação de devolução de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) ao Tesouro Nacional, além de outros R$ 199,00 (cento e noventa e nove reais), a título de RONI.
Relatório sucinto. Decido.
A legislação eleitoral impõe ao candidato que concorre a cargo eletivo e ao partido político, a obrigação de prestar contas. Fica, pois, a cargo do prestador, candidato ou órgão partidário, informar à Justiça Eleitoral, os dados financeiros e contábeis de campanha.
O responsável pelas contas em apreciação apresentou os documentos que entendia pertinentes, os quais foram submetidos à análise técnica. Assim, foi emitido Parecer Conclusivo, que destacou a presença de irregularidades nas presentes contas.
Vale destacar que as falhas apontadas após análise técnica não impediram o efetivo exame contábil e financeiro dos gastos efetivados durante a campanha eleitoral.
Assim, passarei a seguir à análise de cada uma das irregularidades que fundamentaram o parecer técnico conclusivo pela desaprovação das contas em exame.
1)FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (Itens 1.1)
A unidade técnica apontou que o módulo Extrato Bancário do SPCE-WEB indicou a abertura de contas em nome do candidato, mas que os extratos foram juntados aos autos de maneira incompleta.
Nesse contexto, é preciso sublinhar que tal irregularidade, apesar de ter ocorrido, não inviabilizou a analise das contas, pois o próprio parecerista afirma ter tido acesso a elas, tanto que sublinhou: "no caso em tela, a ausência do período mencionado não impediu a análise das contas."
Em tais casos, há de se considerar que a falha não compromete a regularidade das contas, conforme jurisprudência do TRE/PI: "Ausência dos extratos bancários. Verifica-se que foi possível o acesso da movimentação financeira do candidato pelo NAAPC mediante os extratos eletrônicos disponibilizados pela instituição financeira. Ausência de movimentação financeira. A inobservância da apresentação dos extratos bancários não compromete a regularidade das contas no presente caso. (TRE-PI - PCE: 06010841120226180000 TERESINA - PI, Relator.: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 02/05/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 79, Data 05/05/2023)

2) OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS (Item 2.2)

Reporta o parecer conclusivo que a Nota Fiscal nº 2834 foi emitida pela empresa QUEROAPOIAR . COM.BR LTDA, CNPJ: 39.586.155/0001-97, no valor de R$ 199,00, tendo como destinatário do serviço o prestador de contas. Apesar disso, tal despesa não se encontra registrada nos extratos bancários, sinalizando a ocorrência de omissão.

Em sua defesa, a parte aduz que o serviço não foi prestado, por isso não há lançamento. *Ocorre que, até a presente data, a referida nota continua com sua situação ativa, não tendo sido cancelada.*

Nesse contexto, a existência de documento fiscal ativo, referente à despesa vinculada ao CNPJ do prestador de contas, sem o devido registro no SPCE, configura omissão de gastos eleitorais, revelando a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, em razão da impossibilidade de atestar sua fidedignidade, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Ademais, o pagamento de despesas com recursos que não transitaram por conta bancária de campanha, envolve a utilização de recursos de origem não identificada(RONI), justificando-se a devolução ao Erário, na forma art. 32, caput e §§2º a 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Nesse sentido:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS. VALOR CONSIDERADO COMO RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. GASTOS COM COMBUSTÍVEL SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÃO OU CESSÃO DE VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Foi identificada a emissão de nota fiscal em nome do prestador de contas sem o devido registro da despesa respectiva na prestação de contas, o que evidencia a omissão de gastos eleitorais. O candidato afirmou que o documento fiscal foi emitido de forma errada. Entretanto, entende-se que a falha não foi sanada e nem justificada, vez que o art. 59 da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o cancelamento das notas fiscais deve ser realizado de acordo com a legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular. Desta forma, ao verificar a emissão errônea da citada nota, o candidato deveria ter solicitado o seu cancelamento, o que não foi realizado no presente caso.

3. Por consequência, o valor usado pelo candidato no pagamento da despesa financeira não registrada na prestação de contas é considerado recurso de origem não identificada, vez que não transitou pelas contas bancárias abertas em nome do candidato, de acordo com o art. 32, § 1º, VI da Resolução TSE nº 23.607/2019. Desta feita, o montante sob exame deve ser recolhido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

(...)

6. Recurso desprovido para manter a sentença que desaprovou as presentes contas e a aplicação de sanção, ao recorrente, de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor considerado como recurso de origem não identificada, conforme o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.(Tribunal Regional Eleitoral de Piauí TRE-PI - Recurso Eleitoral: RE 060027831 CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - PI. Data de Julgamento: 24/05/2021, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 01/06/2021)

3) EDIÇÃO DE MATERIAL AUDIO VISUAL E FOTOGRAFIA (Item 3.1)

O parecerista destaca que foram realizados gastos com o fornecedor MAYRTON DE MOURA CALADO, contratado para prestar serviço de EDIÇÃO DE MATERIAL AUDIO VISUAL E FOTOGRAFIA, constando nota fiscal ID 123696361 e comprovante de pagamento, além de prova material ID 123749063 e contrato ID 123749011.

Contudo, o parecer conclusivo destaca que não há prova material do serviço prestado. Ocorre que tal comprovação não é exigida pela legislação, tampouco pela jurisprudência do TRE/PI, conforme julgado a seguir: "Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607 /2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie."(TRE-PI - PCE: 0601203-69.2022 .6.18.0000 TERESINA - PI 060120369, Relator.: Des. Guilardo Cesa Medeiros Graca, Data de Julgamento: 04/06/2024, Data de Publicação: DJE 109, data 18/06/2024.

Assim, presente a documento fiscal pertinente e tendo os recursos transitados pela conta, restam satisfeitos os requisitos legais e o gasto deve ser considerado como regular, mormente em face das demais provas apresentadas, inclusive material.

4) GASTOS COM CONTADOR(ITEM 5.1)

Reporta o parecer conclusivo que há divergências entre as informações relativas às despesas, constantes da prestação de contas final em exame e aquelas constantes da prestação de contas parcial, frustrando a execução tempestiva das medidas de controle concomitante, transparência e fiscalização.

Isso porque, na prestação de contas parcial, foi cadastrado gasto de R$ 5.000,00 com serviços de contadoria, enquanto na final o dispêndio registrado é de R$ 4.500,00. A nota fiscal e o extrato bancários ID 123696363, aponta que o gasto foi realmente de R$ 4.500,00, pagos em 07/10/2024.

Compulsando os autos, percebo que há nota fiscal em ID 123696359, além de contrato de prestação de serviço. Além disso, trata-se do trabalho do contator de campanha, cuja prova material é o próprio processo de prestação de contas ora analisado.

Em relação à impropriedade, é forçoso concluir que as divergências entre as informações relativas às despesas, constantes da prestação de contas final em exame e aquelas constantes da prestação de contas parcial não comprometem a regularidade das contas, na medida em que se identificou o doador, o destinatário e o valor do pagamento.

Portanto, considero o gasto como regular, mormente porque os extratos bancários captaram a movimentação, permitindo a analise pela Justiça Eleitoral, representando a divergência falha de menor importância.

Isto posto e com base no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 e art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019, e em dissonância com o parecer do Ministério Público, APROVO, COM RESSALVAS, as contas de campanha prestadas por EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAUJO, candidato ao cargo de vereador da cidade de Teresina/PI, nas eleições municipais de 2024.

DETERMINO ainda ao prestador de contas que recolha ao Tesouro Nacional, na forma estabelecida pela Resolução TSE 23.709/2022, o valor total de R$ 199,00(cento e noventa e nove reais), caracterizados como RONI, por meio do recolhimento ao Tesouro Nacional.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, para tomar conhecimento da sentença.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação (Parágrafo Único do art. 86, da Resolução TSE nº 23.607 /2019).
Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado.
Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.
Drª. ELIANA MARCIA NUNES DE CARVALHO
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600100-50.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600100-50.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO
ADVOGADO	: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600100-50.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO VEREADOR, ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - PI12306
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - PI12306
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925133, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.

Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br /CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?
method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do (a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709 /2022).
6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600563-89.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600563-89.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ARICELINA SILVA GOMES
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 ARICELINA SILVA GOMES VEREADOR
ADVOGADO	: ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI)
ADVOGADO	: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600563-89.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ARICELINA SILVA GOMES VEREADOR, ARICELINA SILVA GOMES
Advogados do(a) REQUERENTE: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - PI6170, ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504
Advogados do(a) REQUERENTE: TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - PI6170, ANGELICA COELHO LACERDA - PI13504

DECISÃO

Considerando a petição retro, ID 123925137, determino ao Cartório Eleitoral que:

1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;

2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.

Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;

3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;

4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.

O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.

Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.

Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.

5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600215-71.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600215-71.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: BRUNO OLIVEIRA DA SILVA

ADVOGADO : DIOGO SANTOS FONTAO (19808/PI)
ADVOGADO : JASON NUNES RIBEIRO GONCALVES (10611/PI)
RESPONSÁVEL : ELEICAO 2024 BRUNO OLIVEIRA DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO : DIOGO SANTOS FONTAO (19808/PI)
ADVOGADO : JASON NUNES RIBEIRO GONCALVES (10611/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600215-71.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 BRUNO OLIVEIRA DA SILVA VEREADOR, BRUNO OLIVEIRA DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: JASON NUNES RIBEIRO GONCALVES - PI10611, DIOGO SANTOS FONTAO - PI19808
Advogados do(a) REQUERENTE: JASON NUNES RIBEIRO GONCALVES - PI10611, DIOGO SANTOS FONTAO - PI19808
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925145, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à

satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do (a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709 /2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600123-93.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600123-93.2024.6.18.0002 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: SUELY DA CONCEICAO DE SOUSA SILVA
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 SUELY DA CONCEICAO DE SOUSA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600123-93.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

RESPONSÁVEL: ELEICAO 2024 SUELY DA CONCEICAO DE SOUSA SILVA VEREADOR, SUELY DA CONCEICAO DE SOUSA SILVA

Advogado do(a) RESPONSÁVEL: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881

Advogado do(a) RESPONSÁVEL: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881

DECISÃO

Considerando a petição retro, ID 123925147, determino ao Cartório Eleitoral que:

1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;

2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.

Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;

3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;

4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.

O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).
6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600090-06.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600090-06.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: AMARILDO DE JESUS COSTA MOTA JUNIOR
ADVOGADO	: HILDETE OLIVEIRA DA SILVA (21765/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 AMARILDO DE JESUS COSTA MOTA JUNIOR VEREADOR
ADVOGADO	: HILDETE OLIVEIRA DA SILVA (21765/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600090-06.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 AMARILDO DE JESUS COSTA MOTA JUNIOR VEREADOR, AMARILDO DE JESUS COSTA MOTA JUNIOR
Advogado do(a) REQUERENTE: HILDETE OLIVEIRA DA SILVA - PI21765
Advogado do(a) REQUERENTE: HILDETE OLIVEIRA DA SILVA - PI21765
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925135, determino ao Cartório Eleitoral que:

1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).
6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600199-20.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600199-20.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: CYNTIA RAQUEL DA COSTA FALCAO
ADVOGADO	: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI)
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 CYNTIA RAQUEL DA COSTA FALCAO VEREADOR

ADVOGADO : MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600199-20.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 CYNTIA RAQUEL DA COSTA FALCAO VEREADOR, CYNTIA RAQUEL DA COSTA FALCAO
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO - PI15999
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO - PI15999
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925141, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.
Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.
5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do(a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709/2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).
Teresina, datado e assinado eletronicamente.
Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho
Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600131-70.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600131-70.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 VALDEMAR DA PENHA VEREADOR
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (23/RO)
RESPONSÁVEL	: VALDEMAR DA PENHA
ADVOGADO	: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (23/RO)

JUSTIÇA ELEITORAL
002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600131-70.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 VALDEMAR DA PENHA VEREADOR, VALDEMAR DA PENHA
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - RO23
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER - RO23
DECISÃO
Considerando a petição retro, ID 123925143, determino ao Cartório Eleitoral que:
1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;
2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.
Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;
3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;
4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.
O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.
Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?

method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.

Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.

5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do (a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709 /2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600086-66.2024.6.18.0002

PROCESSO	: 0600086-66.2024.6.18.0002 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (TERESINA - PI)
RELATOR	**: 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: ELEICAO 2024 FRANCISCO CANINDE DIAS ALVES VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)
RESPONSÁVEL	: FRANCISCO CANINDE DIAS ALVES
ADVOGADO	: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600086-66.2024.6.18.0002 / 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 FRANCISCO CANINDE DIAS ALVES VEREADOR, FRANCISCO CANINDE DIAS ALVES

Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881

Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL DE AGUIAR GONCALVES - PI11881

DECISÃO

Considerando a petição retro, ID 123916947, determino ao Cartório Eleitoral que:

1) Evolua a classe processual de Prestação de Contas para Cumprimento de Sentença, com as cautelas e diligências pertinentes;

2) Proceda à intimação do(a) prestador(a) para que efetue o pagamento do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de o valor ser acrescido de multa de dez por cento, conforme art. 523 do CPC.

Também deverá constar no mandado de intimação que a ausência de pagamento voluntário dentro do prazo, faz com que se inicie um novo prazo, também de 15 (quinze) dias, para que o executado,

independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação;

3) Em caso de pagamento, o Cartório deverá dar vista dos autos ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito;

4) Em caso de pedido de parcelamento, como o mesmo é um direito da parte(art. 17 da Resolução nº 23.709/2022), defiro-o desde já, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, com o destaque de que compete à própria parte calcular, emitir a GRU e instruir o requerimento com o comprovante de pagamento da primeira prestação.

O valor das prestações seguintes também deverão ser atualizados pelo(a) prestador(a), que emitirá a GRU e anexará o comprovante de pagamento aos autos, até que a obrigação se extingua.

Para efetuar essa tarefa, informo que o valor da multa ou recolhimento ao erário deve ser corrigido monetariamente no site do Banco Central do Brasil, no endereço https://www3.bcb.gov.br /CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?
method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4, tendo como data inicial, a data do trânsito em julgado da Sentença que condenou ao pagamento de multa ou devolução dos valores.

Como sabido, o recolhimento do valor deve ser feito através de GRU, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 23.709/2022, emitida com os códigos constantes nos normativos, no sítio do TSE cujo endereço é: https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/mais-servicos/guia-de-recolhimento-da-uniao-gru, seguindo criteriosamente os dados a seguir: UG/Gestão Arrecadadora: 070006 - TRE-PI. Código de Recolhimento: 20001-8. Nº de referência: é o número do processo com 20 dígitos.

5) Em caso de não pagamento, defiro desde logo a penhora e avaliação dos bens(art. 523, §3º do CPC), bem como consulta prévia ao sistema SISBAJUD para bloqueio dos valores suficientes à satisfação do débito (art. 7º, Resolução TSE nº 23.709/22), protesto do título e inclusão do nome do (a) Requerido(a) em cadastros de inadimplentes (art. 34, §§ 2º e 3º, Resolução TSE nº 23.709 /2022).

6) Se a providência anterior não for exitosa, adotar medidas executórias atípicas, devendo se oficiar ao Detran-PI buscando suspender a Carteira Nacional de Habilitação(CNH), bem como à Polícia Federal para cassar os passaportes do(a) executado(a), tudo conforme art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil(STJ: REsp 1963739/MT).

Teresina, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Eliana Marcia Nunes de Carvalho

Juíza da 2ª Zona Eleitoral/PI

4ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600294-44.2024.6.18.0004

PROCESSO	: 0600294-44.2024.6.18.0004 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (PARNAÍBA - PI)
RELATOR	**: 004ª ZONA ELEITORAL DE PARNAÍBA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 SANDYS LIMA DE OLIVEIRA VEREADOR
ADVOGADO	: LUIS RODRIGO SA DE CARVALHO (24102/PI)
REQUERENTE	: SANDYS LIMA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: LUIS RODRIGO SA DE CARVALHO (24102/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
4ª ZONA ELEITORAL DE PARNAÍBA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600294-44.2024.6.18.0004 / 004ª ZONA ELEITORAL DE PARNAÍBA PI
REQUERENTE: SANDYS LIMA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIS RODRIGO SA DE CARVALHO - PI24102
SENTENÇA
Vistos etc.
Trata-se de PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - ELEIÇÕES/2024 do candidato ao cargo eletivo de Vereador pelo partido PODE, na Unidade Eleitoral PARNAÍBA/PI, SANDYS LIMA DE OLIVEIRA, nos termos do art. 48, *caput* e art. 49, § 4º c/c art. 101, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Relatório Preliminar (ID n.º 123922234).
Parecer conclusivo opinando pelo julgamento das contas em exame como desaprovação, nos termos do art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (ID n.º 123943730).
Parecer do MPE pela desaprovação das contas (ID n.º 123950085).
É o relatório.
DECIDO.
A Resolução TSE n.º 23.604/19, em seu art. 45, inc. IV, *a* e *b*, estabelece que, após citado, o partido que permanecer omisso terá as suas contas julgadas como não prestadas. Vejamos:
"Art. 45. Compete à Justiça Eleitoral decidir sobre a regularidade das contas partidárias, julgando:
(...)
IV - pela não prestação, quando:
a) depois de intimados na forma do art. 30, o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas; ou
b) os documentos e as informações de que trata o art. 29, §§ 1º e 2º, não forem apresentados, ou o órgão partidário deixar de atender às diligências determinadas para suprir a ausência que impeça a análise da movimentação dos seus recursos financeiros".
Pela unidade técnica, restou certificado no parecer conclusivo (ID n.º 123943730) o seguinte:
"1. FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
1.1. Peças integrantes:
Após análise verificou-se que não foram apresentadas todas as peças obrigatórias que devem integrar a prestação de contas (art. 53 c/c art. 64 da Resolução TSE nº 23.607/2019).
Mesmo após diligência, o candidato deixou de apresentar os seguintes documentos:
. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do Fundo Partidário, se houver
. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), se houver
. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de Outros Recursos
. Autorização do órgão nacional de direção partidária, na hipótese de assunção de dívida pelo partido político, acordo expressamente formalizado, bem como cronograma de pagamento e quitação, nas prestações de contas de candidatas e de candidatos.
O candidato foi intimado (Id 123936241) através do DJE nº 98 de 03/06/2025 para se manifestar e apresentar documentos ausentes elencados no relatório preliminar Id 12393500, porém permaneceu inerte, conforme certidão Id 123943729.

Assim, persiste a inconsistência apontada passível de desaprovação das contas, conforme art. 33 da Resolução TSE nº 23.607/2019, podendo ser entendido, à critério do Ministério Público Eleitoral, como utilização de recurso de origem não identificada.

A candidata juntou documentos comprobatórios, ou seja, procuração, contrato de prestação de serviços, certidão de regularidade profissional e nota fiscal, referente à contratação dos serviços advocatícios e contábeis (Id. 123452500, 123452501 e 123452502) por serem obrigatórios na formalização da prestação de contas de campanha eleitoral, de acordo com o art. 45, §§ 4º e 5º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

1.2 Prazo para apresentação das contas:

O candidato apresentou suas contas tempestivamente, conforme declaração Id. 123359168.

2. RECEBIMENTO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (ART. 32 DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.607/2019)

Por haver dívidas de campanha sem comprovação de assunção da dívida pelo partido deixamos a cargo do Ministério Público Eleitoral a apuração de possível RONI nas prestação de contas em questão.

3. OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS E EXAME DE REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (ART. 53 E ART. 60 DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.607/2019)

O candidato apresentou demonstrativo de receitas estimáveis em dinheiro (Id 123452479) e juntou termos de doação/cessão, recibos eleitorais e NF (Id 123452498).

Os recursos arrecadados foram elencados no demonstrativo Id 123441472 e comprovados por meio de recibo eleitoral e extrato bancário (Id. 123441490). O valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) foi devidamente transferido para conta específica de natureza FEFC.

O requerente apresentou demonstrativo de despesas efetuadas e não pagas no documento Id 123452467, tendo juntado NF, contrato relacionados nos documentos Id 123452486 a 123452490.

4. ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (ART. 53, DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.607 /2019)

O candidato não apresentou os extratos bancários das contas abertas para o pleito 2024, em desatendimento ao art. 53, II, "a" da Resolução TSE nº 23.607/2019. Verificamos que os documentos juntados nos Id 123452492 a 123452494 tratam somente de contrato de abertura de contas.

Os extratos eletrônicos extraídos do sistema SPCE não trazem movimentação financeira nas contas abertas, conforme relatório anexo.

Não foram encontradas doações de recursos públicos para o candidato em análise, conforme demonstrativo emitido pelo sistema SPCE, em anexo.

5. CONCLUSÃO DE EXAMES

Foi devidamente expedido edital para impugnação das contas em questão (Id. 123392757) e publicado no DJE Nº 237 de 07/11/2024 não havendo impugnação, conforme certidão Id. 123826804.

Pelo exposto e considerando a documentação apresentada pelo candidato, esta analista opina pela DESAPROVAÇÃO das contas em exame, nos termos do art. 74, III da Resolução TSE nº 23.607/2019".

Consoante o art. 8º, § 1º, I, da Resolução n. 23.607/2019/TSE, candidatos e partidos políticos são obrigados a procederem à abertura de conta bancária específica de campanha, o que deve ser realizado no prazo de até dez dias da concessão do CNPJ com o qual disputarão as eleições.

Nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o atraso na abertura de conta bancária específica de campanha, bem como a não apresentação dos extratos bancários de todo o período são irregularidades de natureza grave, não se cuidando de falhas meramente formais ou de

diminuta relevância, porquanto comprometem a atividade fiscalizatória das contas, o que prejudica aferir a efetiva movimentação financeira durante o período de mora.

A respeito,

"ELEIÇÕES 2022. DEPUTADO ESTADUAL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS DE TODO O PERÍODO DE CAMPANHA. PREJUÍZO À FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNICADO N. 24 DA SÚMULA DO TSE. DESPROVIMENTO. 1. A desaprovação das contas apoiou-se nas seguintes irregularidades: ausência dos extratos bancários de todo o período de campanha e divergência entre a movimentação financeira registrada e as constantes nos extratos bancários. 2. Consoante o art. 8º, § 1º, I, da Resolução n. 23.607/2019/TSE, candidatos e partidos políticos são obrigados a procederem à abertura de conta bancária específica de campanha, o que deve ser realizado no prazo de até dez dias da concessão do CNPJ com o qual disputarão as eleições. 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o atraso na abertura de conta bancária específica de campanha, bem como a não apresentação dos extratos bancários de todo o período são irregularidades de natureza grave, não se cuidando de falhas meramente formais ou de diminuta relevância, porquanto comprometem a atividade fiscalizatória das contas, o que prejudica aferir a efetiva movimentação financeira durante o período de mora. 4. No caso, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE) desaprovou o ajuste contábil do agravante por entender que a apresentação dos extratos bancários apenas do período de 24 de outubro de 2022 a 2 de novembro de 2022 comprometeu a confiabilidade e a transparência das contas, sobretudo, porque impediu aferir se houve ou não movimentação financeira durante esse período. 5. Para acolher as teses do agravante - segundo as quais: (i) o atraso na abertura da conta e a insuficiência de dados dos extratos bancários foram de responsabilidade da Caixa Econômica Federal, e (ii) os documentos apresentados foram suficientes para a apreciação das contas - seria indispensável o revolvimento de fatos e provas dos autos, o qual é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado n. 24 da Súmula do TSE. 6. Agravo interno desprovido." (TSE, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL n.º 0602883- 19.2022.6.17.0000 - RECIFE - PERNAMBUCO, Relator: Ministro NUNES MARQUES).

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2022. DEPUTADO ESTADUAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTA BANCÁRIA. ABERTURA FORA DO PRAZO REGULAMENTAR. PREJUÍZO À CONFIABILIDADE DO AJUSTE. SÚMULA 24/TSE. NEGATIVA DE PROVIMENTO. 1. No decisum monocrático, manteve-se aresto unânime do TRE/PE no sentido da desaprovação das contas do agravante relativas ao cargo de deputado estadual nas Eleições 2022, haja vista atraso na abertura da conta bancária específica de campanha (art. 8º, § 1º, I, da Res.-TSE 23.607/2019). 2. Consoante o art. 8º, § 1º, I, da Res.-TSE 23.607/2019, candidatos e partidos políticos são obrigados a proceder à abertura de conta bancária específica de campanha, o que deve ser realizado no prazo de até dez dias da concessão do CNPJ com o qual disputarão as eleições. 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o atraso na abertura de conta bancária específica de campanha é irregularidade de natureza grave, não se cuidando de falha meramente formal ou de diminuta relevância, na medida em que compromete a atividade fiscalizatória das contas e impede aferir a efetiva movimentação financeira durante o período de mora. 4. No caso, o TRE/PE desaprovou o ajuste contábil ao assentar que 'o candidato apenas providenciou a solicitação da abertura da conta 15 (quinze) dias após a concessão do CNPJ pela Receita Federal do Brasil', concluindo que 'não há como verificar, se no período omisso, houve campanha eleitoral, com possíveis arrecadações e gastos financeiros, o que macula as contas em exame'. 5. Conclusão em sentido diverso demandaria reexame de fatos e provas,

providência inviável em sede extraordinária, nos termos da Súmula 24/TSE. 6. Agravo interno a que se nega provimento." (AgR-REspEl n.º 0602526-39.2022.6.17.0000/PE, ministro Benedito Gonçalves, DJe de 22 de setembro de 2023)

"ELEIÇÕES 2018. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PARCIAL PROVIMENTO. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. SENADOR. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. GRAVIDADE. PREJUÍZO À CONFIABILIDADE DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO. PRECEDENTES. PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA ISONOMIA. DESPROVIMENTO. 1. Conforme iterativa jurisprudência desta Corte Superior, a não apresentação do extrato bancário de todo o período de campanha eleitoral constitui motivo para a desaprovação das contas, mas não enseja, por si só, o julgamento como não prestadas. Nesse sentido: AgR-REspe nº 433-44/SE, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe de 3.12.2018; AgR-REspe nº 330-79 /SE, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 20.11.2018. Referente ao pleito de 2018: AgR-REspe nº 0601308-85/PI, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 27.8.2019. 2. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (AgR-REspEl n. 0603597-51.2018.6.05.0000/BA, ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 4 de fevereiro de 2020)

Tal como se assentou, o dever de prestar contas constitui obrigação inafastável de candidatos e legendas, permitindo à Justiça Eleitoral auditar os recursos financeiros movimentados na campanha e apurar condutas que possam vir a comprometer a legitimidade do pleito ou a paridade de armas, a exemplo de uso de receitas oriundas de fontes vedadas e da prática de "caixa dois".

Nos termos da alínea, *a*, do inciso IV, do art. 74, da Resolução n.º 23.607/2019 do TSE, *verbis*:

"Art. 74. Apresentado o parecer do Ministério Público e observado o disposto no parágrafo único do art. 73 desta Resolução, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo (Lei n.º 9.504/1997, art. 30, *caput*):

(¿)

IV - pela não prestação, quando, observado o disposto no § 2º:

a) depois de citados, na forma do inciso IV, do § 5º, do art. 49, o candidato ou o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas;".

Ainda, conforme o disposto no inciso I, do art. 80, da Resolução n.º 23.607/2019 do TSE, segundo o qual estabelece que a decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta ao candidato o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas.

Nos termos do enunciado da Súmula n.º 42/TSE, "a decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das contas".

A respeito do tema, tem-se:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAIS. FUNDAMENTOS NÃO INFIRMADOS. REEXAME. NÃO PROVIMENTO.SÍNTESE DO CASO. 1. O Tribunal Regional Eleitoral manteve a sentença que julgou não prestadas as contas da candidata, referentes à campanha nas Eleições de 2020, quando concorreu ao cargo de vereador do Município Salvaterra /PA, em razão da não apresentação da sua prestação de contas finais, com fundamento no art. 30, IV, da Lei 9.504/97, combinado com o art. 49, § 5º, VII, e o art. 74, IV, da Res.-TSE 23.607. 2. Por meio da decisão agravada, foi negado seguimento ao agravo em recurso especial, seguindo-se a interposição de agravo interno. ANÁLISE DO AGRAVO REGIMENTAL. 3. O agravo em recurso especial teve seu seguimento negado em razão dos óbices previstos nos verbetes sumulares 24,

27 e 28 do TSE, e por não ser possível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade nos casos em que se observa a omissão do dever de prestar contas. 4. A agravante deixou de infirmar os fundamentos da decisão agravada, se limitando a reiterar argumentos já lançados no recurso especial e no agravo em recurso especial, os quais já foram, portanto, devidamente enfrentados pelo decisum monocrático, de modo a incidir o verbete sumular 26 do TSE, segundo o qual 'é inadmissível o recurso que deixa de impugnar especificamente fundamento da decisão recorrida que é, por si só, suficiente para a manutenção desta'. 5. 'A reprodução das teses suscitadas anteriormente, sem o combate específico dos fundamentos da decisão questionada, não é suficiente para viabilizar o trânsito do agravo interno' (AgR-AREspE 0600115-87, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 11.4.2022).6. Ainda que superado o óbice do verbete sumular 26 do TSE, a partir das premissas fáticas consignadas no acórdão regional, verifica-se que a agravante se limitou a apresentar contas parciais e, a despeito de ter sido devidamente intimada, não apresentou as suas contas finais de campanha.7. Para alterar o entendimento do TRE/PA, a fim de assentar que foram apresentadas as contas finais de campanha, seria necessário o reexame do acervo fático-probatório dos autos, medida inviável em sede de recurso especial, conforme o verbete sumular 24 do TSE. 8. O entendimento do Tribunal a quo está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que 'é obrigatório que candidatos e legendas, independentemente da existência ou não de contas parciais, apresentem as contas finais, sob pena de seu julgamento como não prestadas' (AgR-REspEl 0600421-44, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 25.5.2022). 9. 'A jurisprudência desta Corte Superior, o art. 28 da Lei nº 9.504/97 e o § 8º do art. 48 da Res.-TSE nº 23.553/2017 são cristalinos ao conferir a obrigação de prestar contas a todos os que participam do processo eleitoral, ainda que não haja movimentação financeira ou que ocorra renúncia, desistência, substituição ou indeferimento de candidatura' (AgR-REspEl 0600685-43, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJE de 6.4.2021). 10. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade não se aplicam nos casos de omissão do dever de prestar contas, porquanto, 'o dever de prestar contas constitui obrigação inafastável de candidatos e partidos políticos e assegura à Justiça Eleitoral a auditoria de recursos financeiros movimentados em campanha, o que permite apurar uso de recursos de fontes vedadas e prática de ¿caixa dois' e, em última análise, resguardar a legitimidade do pleito e a paridade de armas' (AgR-REspe 1019-46, rel. Min. Herman Benjamin, DJE de 3.6.2016). CONCLUSÃO Agravo regimental a que se nega provimento." (TSE, AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060080328, Acórdão, Relator(a) Min. Sergio Silveira Banhos, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 36, Data 10/03/2023)

"A jurisprudência desta Corte Superior, o art. 28 da Lei n.º 9.504/97 e o § 8º do art. 48 da Res.-TSE nº 23.553/2017 são cristalinos ao conferir a obrigação de prestar contas a todos os que participam do processo eleitoral, ainda que não haja movimentação financeira ou que ocorra renúncia, desistência, substituição ou indeferimento de candidatura" (AgR-REspEl 0600685-43, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJE de 6.4.2021).

"RECURSO. ELEIÇÕES 2020. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VEREADOR. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. APRESENTAÇÃO FORA DO PRAZO. AUSÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELO ART. 53 DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.607/19. MANTIDA A SENTENÇA. DESPROVIMENTO. 1. Insurgência contra sentença que julgou não prestadas as contas de candidato ao cargo de vereador nas eleições de 2020, em virtude da não apresentação no prazo e na forma prevista na legislação eleitoral. 2. A juntada, nesta instância, de documentos relativos aos extratos bancários e de recibos de pagamento não é suficiente para suprir a falta de apresentação das contas pelo sistema disponibilizado pela Justiça Eleitoral para esse fim. Análise que demandaria exame técnico e reabertura da instrução, inviável nesta fase processual, quando já prolatada a sentença. 3. Irregularidade na representação sanada após a citação, sem, contudo, ter

sido apresentada a demonstração contábil. Incabível a alegação de desconhecimento da legislação eleitoral, pois o representante legal do candidato poderia tê-lo instruído para que suas contas fossem prestadas, conforme claramente constava no mandado de citação, que determinava a constituição de advogado e o dever de prestar contas no prazo de três dias. Portanto, correta a sentença ao concluir pelo julgamento das contas como não prestadas e pela aplicação, por força do inc. I, do art. 80, da Resolução TSE n.º 23.607/19, da sanção de impedimento de obtenção da certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas. 4. Desprovimento." (TRE-RS, RECURSO ELEITORAL nº 060054656, Acórdão, Relator(a) Des. KALIN COGO RODRIGUES, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 24, Data 10/02/2023)

Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS, com fundamento no art. 30, IV, da Lei n.º 9.504/97, combinado com o art. 49, § 5º, VII, e o art. 74, IV, da Res.-TSE 23.607, as contas do candidato SANDYS LIMA DE OLIVEIRA, o qual concorreu ao cargo eletivo de Vereador pelo partido PODE, na Unidade Eleitoral PARNAÍBA/PI, referente às eleições de 2024 e aplico, por força do inciso I, do art. 80, da Resolução TSE n.º 23.607/19, a sanção de impedimento de obtenção da certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO, em seguida, arquivem-se os autos.

Parnaíba(PI), 16 de junho de 2025

HELIOMAR RIOS FERREIRA

Juiz Eleitoral da 4ª Zona de Parnaíba/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600372-38.2024.6.18.0004

PROCESSO	: 0600372-38.2024.6.18.0004 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (ILHA GRANDE - PI)
RELATOR	**: 004ª ZONA ELEITORAL DE PARNAÍBA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA DE ILHA GRANDE-PI
ADVOGADO	: LEO SALES MACHADO (5485/PI)
REQUERENTE	: SILAS SILVA SALES
ADVOGADO	: LEO SALES MACHADO (5485/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

4ª ZONA ELEITORAL DE PARNAÍBA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600372-38.2024.6.18.0004 / 004ª ZONA ELEITORAL DE PARNAÍBA PI

REQUERENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA DE ILHA GRANDE-PI, SILAS SILVA SALES

Advogado do(a) REQUERENTE: LEO SALES MACHADO - PI5485

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - ELEIÇÕES/2024 do diretório omisso Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT de Ilha Grande/PI, nos termos do art. 48, *caput* e art. 49, §4º c/c art. 101, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Relatório Preliminar (ID n.º 123855814).
Parecer conclusivo opinando pelo julgamento das contas em exame como não prestadas, nos termos do art. 74, IV, *a, b* e *c ,* c/c art. 34 da Resolução TSE nº 23.607/2019 (ID n.º 123931761).
Parecer do MPE pela não prestação das contas (ID n.º 122172701).
É o relatório.
DECIDO.
A Resolução TSE n.º 23.604/19, em seu art. 45, inc. IV, *a* e *b*, estabelece que, após citado, o partido que permanecer omisso terá as suas contas julgadas como não prestadas. Vejamos:
"Art. 45. Compete à Justiça Eleitoral decidir sobre a regularidade das contas partidárias, julgando:
(...)
IV - pela não prestação, quando:
a) depois de intimados na forma do art. 30, o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas; ou
b) os documentos e as informações de que trata o art. 29, §§ 1º e 2º, não forem apresentados, ou o órgão partidário deixar de atender às diligências determinadas para suprir a ausência que impeça a análise da movimentação dos seus recursos financeiros".
Pela unidade técnica, restou certificado no parecer conclusivo (ID n.º 122165900) o seguinte:
"1. FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Peças integrantes:
Não foram apresentadas as seguintes peças obrigatórias que devem integrar a prestação de contas (art. 53 da Resolução TSE nº 23.607/2019):
. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do Fundo Partidário, se houver
. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), se houver
. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de Outros Recursos.
. Documentos fiscais das despesas realizadas.
2. QUALIFICAÇÃO DO PRESTADOR DE CONTAS
A prestação de contas cujo número de controle é P12000410820PI6149318 foi retificada de forma inválida, por não atender as hipóteses previstas no art. 71, § 1º, II, *b*, da Resolução TSE 23.607 /2019, qual seja: "a retificação da prestação de contas só é permitida, sob pena de ser considerada inválida com a apresentação do extrato da prestação de contas, acompanhado de justificativas e, quando cabível, de documentos que comprovem a alteração realizada, mediante petição dirigida , via Processo Judicial Eletrônico, à juíza ou ao juiz eleitoral."
3. ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (ART. 53, DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.607 /2019)
Não houve indicação das informações referentes às contas bancárias na prestação de contas e na base de dados do extrato eletrônico, contrariando o que dispõe os arts. 8 e 53, II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, o que impossibilita a análise da movimentação financeira da campanha eleitoral.
4. APROFUNDAMENTO DO EXAME DE RECEITAS ARRECADADAS
Não foram informados os dados referentes às contas bancárias, impossibilitando o confronto entre a data inicial da arrecadação dos recursos e a data da abertura da conta bancária, impedindo a aferição de regularidade no cumprimento dos requisitos para início da arrecadação dispostos no

art. 3º, I, alínea "c", e II, alínea "c", da Resolução TSE nº 23.607/2019, o que configura restrição ao exame.

5. APROFUNDAMENTO DO EXAME DE GASTOS ELEITORAIS

Não foram informados os dados referentes à conta bancária no extrato eletrônico e na prestação de contas, impossibilitando o confronto entre a data de pagamento de despesas e a data da abertura da conta bancária, impedindo a aferição de regularidade no cumprimento dos requisitos para realização de gastos, nos termos do art. 3°, I, alínea "c", II, alínea "c", da Resolução TSE nº 23.607/2019, o que configura restrição ao exame.

Não foram apresentados os documentos fiscais hábeis e idôneos emitidos na data da realização da despesa ou por outro meio de prova permitido, contrariando o art. 33, §6º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

6. APROFUNDAMENTO DE EXAME DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A conciliação bancária não foi realizada, apesar da diferença entre o saldo das despesas receitas e despesas lançadas na prestação de contas e o saldo da conta bancária de campanha (art. 53, I, alínea "l", da Resolução TSE nº 23.607/2019).

7. CONCLUSÃO DE EXAMES

Diante das falhas apontadas na presente análise, opino pela NÃO PRESTAÇÃO das contas, com fundamento no art. 74, IV, *a, b* e *c ,* c/c art. 34 da Resolução TSE nº 23.607/2019.".

Consoante o art. 8º, § 1º, I, da Resolução n. 23.607/2019/TSE, candidatos e partidos políticos são obrigados a procederem à abertura de conta bancária específica de campanha, o que deve ser realizado no prazo de até dez dias da concessão do CNPJ com o qual disputarão as eleições.

Nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o atraso na abertura de conta bancária específica de campanha, bem como a não apresentação dos extratos bancários de todo o período são irregularidades de natureza grave, não se cuidando de falhas meramente formais ou de diminuta relevância, porquanto comprometem a atividade fiscalizatória das contas, o que prejudica aferir a efetiva movimentação financeira durante o período de mora.

A respeito,

"ELEIÇÕES 2022. DEPUTADO ESTADUAL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS DE TODO O PERÍODO DE CAMPANHA. PREJUÍZO À FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNICADO N. 24 DA SÚMULA DO TSE. DESPROVIMENTO. 1. A desaprovação das contas apoiou-se nas seguintes irregularidades: ausência dos extratos bancários de todo o período de campanha e divergência entre a movimentação financeira registrada e as constantes nos extratos bancários. 2. Consoante o art. 8º, § 1º, I, da Resolução n. 23.607/2019/TSE, candidatos e partidos políticos são obrigados a procederem à abertura de conta bancária específica de campanha, o que deve ser realizado no prazo de até dez dias da concessão do CNPJ com o qual disputarão as eleições. 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o atraso na abertura de conta bancária específica de campanha, bem como a não apresentação dos extratos bancários de todo o período são irregularidades de natureza grave, não se cuidando de falhas meramente formais ou de diminuta relevância, porquanto comprometem a atividade fiscalizatória das contas, o que prejudica aferir a efetiva movimentação financeira durante o período de mora. 4. No caso, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE) desaprovou o ajuste contábil do agravante por entender que a apresentação dos extratos bancários apenas do período de 24 de outubro de 2022 a 2 de novembro de 2022 comprometeu a confiabilidade e a transparência das contas, sobretudo, porque impediu aferir se houve ou não movimentação financeira durante esse período. 5. Para acolher as teses do agravante - segundo as quais: (i) o

atraso na abertura da conta e a insuficiência de dados dos extratos bancários foram de responsabilidade da Caixa Econômica Federal, e (ii) os documentos apresentados foram suficientes para a apreciação das contas - seria indispensável o revolvimento de fatos e provas dos autos, o qual é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado n. 24 da Súmula do TSE. 6. Agravo interno desprovido." (TSE, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL n.º 0602883- 19.2022.6.17.0000 - RECIFE - PERNAMBUCO, Relator: Ministro NUNES MARQUES).

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2022. DEPUTADO ESTADUAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTA BANCÁRIA. ABERTURA FORA DO PRAZO REGULAMENTAR. PREJUÍZO À CONFIABILIDADE DO AJUSTE. SÚMULA 24/TSE. NEGATIVA DE PROVIMENTO. 1. No decisum monocrático, manteve-se aresto unânime do TRE/PE no sentido da desaprovação das contas do agravante relativas ao cargo de deputado estadual nas Eleições 2022, haja vista atraso na abertura da conta bancária específica de campanha (art. 8º, § 1º, I, da Res.-TSE 23.607/2019). 2. Consoante o art. 8º, § 1º, I, da Res.-TSE 23.607/2019, candidatos e partidos políticos são obrigados a proceder à abertura de conta bancária específica de campanha, o que deve ser realizado no prazo de até dez dias da concessão do CNPJ com o qual disputarão as eleições. 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o atraso na abertura de conta bancária específica de campanha é irregularidade de natureza grave, não se cuidando de falha meramente formal ou de diminuta relevância, na medida em que compromete a atividade fiscalizatória das contas e impede aferir a efetiva movimentação financeira durante o período de mora. 4. No caso, o TRE/PE desaprovou o ajuste contábil ao assentar que 'o candidato apenas providenciou a solicitação da abertura da conta 15 (quinze) dias após a concessão do CNPJ pela Receita Federal do Brasil', concluindo que 'não há como verificar, se no período omisso, houve campanha eleitoral, com possíveis arrecadações e gastos financeiros, o que macula as contas em exame'. 5. Conclusão em sentido diverso demandaria reexame de fatos e provas, providência inviável em sede extraordinária, nos termos da Súmula 24/TSE. 6. Agravo interno a que se nega provimento." (AgR-REspEl n.º 0602526-39.2022.6.17.0000/PE, ministro Benedito Gonçalves, DJe de 22 de setembro de 2023)

"ELEIÇÕES 2018. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PARCIAL PROVIMENTO. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. SENADOR. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. GRAVIDADE. PREJUÍZO À CONFIABILIDADE DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO. PRECEDENTES. PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA ISONOMIA. DESPROVIMENTO. 1. Conforme iterativa jurisprudência desta Corte Superior, a não apresentação do extrato bancário de todo o período de campanha eleitoral constitui motivo para a desaprovação das contas, mas não enseja, por si só, o julgamento como não prestadas. Nesse sentido: AgR-REspe nº 433-44/SE, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe de 3.12.2018; AgR-REspe nº 330-79 /SE, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 20.11.2018. Referente ao pleito de 2018: AgR-REspe nº 0601308-85/PI, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 27.8.2019. 2. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (AgR-REspEl n. 0603597-51.2018.6.05.0000/BA, ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 4 de fevereiro de 2020)

Assim, uma vez não prestadas as contas, aplicável ao partido a penalidade de perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, nos termos 47, I, da Resolução n.º 23.604/2019, do TSE. *In verbis*:

"Art. 47. A decisão que julgar a prestação de contas não prestada acarreta ao órgão partidário:

I - a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha;"

Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS as contas eleitorais apresentadas pelo Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT de Ilha Grande/PI, com a suspensão do recebimento de quotas do Fundo Partidário.
Publique-se. Intimem-se.
Ciência ao Ministério Público Eleitoral.
Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO, em seguida, arquivem-se os autos.
Parnaíba(PI), 16 de junho de 2025
HELIOMAR RIOS FERREIRA
Juiz Eleitoral da 4ª Zona de Parnaíba/PI

7ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600235-47.2024.6.18.0007

PROCESSO	: 0600235-47.2024.6.18.0007 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (JATOBÁ DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 007ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARIA DA LUZ OLIVEIRA DE SOUSA VEREADOR
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
REQUERENTE	: MARIA DA LUZ OLIVEIRA DE SOUSA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
007ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI
MANDADO DE INTIMAÇÃO
De ordem do(a) MM. Carlos Marcello Sales Campos, Juiz(a) Eleitoral desta 007ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI, INTIMO o(a) interessado(a) ELEICAO 2024 MARIA DA LUZ OLIVEIRA DE SOUSA VEREADOR e outros e outros, por intermédio de seu(sua) advogado(a) constituído(a), para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

- Promova O recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 1.000,00, referente à despesa não registrada na prestação de contas constantes nos autos do processo nº 0600235-47.2024.6.18.0007.

A Guia de Recolhimento da União (GRU) deverá ser gerada por meio do seguinte endereço eletrônico:
https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru
As instruções completas sobre o preenchimento e pagamento da GRU encontram-se no passo a passo publicado pelo TSE, disponível em:
https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/pasta-de-arquivos/passo-de-arquivos/passo-a-passo-para-devolucao-de-gru/@@download/file/tse-gru-devolucao-passo-a-passo-2024.pdf
Código da Unidade Gestora do TRE/PI: 070006.
Dado e passado nesta cidade de CAMPO MAIOR - PI, em 17 de junho de 2025.
Assinado eletronicamente por:

BERNARDO BORGES SILVA
Servidor

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600183-51.2024.6.18.0007

PROCESSO	: 0600183-51.2024.6.18.0007 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (CAMPO MAIOR - PI)
RELATOR	**: 007ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI**
EXECUTADO	: ELEICAO 2024 JOSE DE RIBAMAR CARVALHO VEREADOR
ADVOGADO	: FELIPE PONTES LAURENTINO (7755/PI)
ADVOGADO	: GABRIEL OLIVEIRA ANDRADE (23796/PI)
EXECUTADO	: JOSE DE RIBAMAR CARVALHO
ADVOGADO	: FELIPE PONTES LAURENTINO (7755/PI)
ADVOGADO	: GABRIEL OLIVEIRA ANDRADE (23796/PI)
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RESPONSÁVEL	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ

JUSTIÇA ELEITORAL
007ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600183-51.2024.6.18.0007 / 007ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 JOSE DE RIBAMAR CARVALHO VEREADOR, JOSE DE RIBAMAR CARVALHO
Advogados do(a) REQUERENTE: FELIPE PONTES LAURENTINO - PI7755, GABRIEL OLIVEIRA ANDRADE - PI23796
Advogados do(a) REQUERENTE: FELIPE PONTES LAURENTINO - PI7755, GABRIEL OLIVEIRA ANDRADE - PI23796
Mandado de Intimação
De ordem do(a) MM. Carlos Marcello Sales Campos, Juiz Eleitoral desta 007ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI, INTIMO o(a) interessado(a) ELEICAO 2024 JOSE DE RIBAMAR CARVALHO VEREADOR e outros, por intermédio de seu(sua) advogado(a) constituído(a), para que, no prazo de 15 (quinze) dias:
- Promova o pagamento da multa eleitoral aplicada nos autos do processo nº 0600183-51.2024.6.18.0007, com os devidos acréscimos legais (correção monetária e juros de mora); **OU**
- Apresente pedido de parcelamento, nos termos do art. 17 da Resolução TSE nº 23.709/2019.
A Guia de Recolhimento da União (GRU) deverá ser gerada por meio do seguinte endereço eletrônico:
https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru
As instruções completas sobre o preenchimento e pagamento da GRU encontram-se no passo a passo publicado pelo TSE, disponível em:
https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/pasta-de-arquivos/passo-de-arquivos/passo-a-passo-para-devolucao-de-gru/@@download/file/tse-gru-devolucao-passo-a-passo-2024.pdf
Código da Unidade Gestora do TRE/PI: 070006.
Dado e passado nesta cidade de CAMPO MAIOR - PI, em 17 de junho de 2025.

Assinado eletronicamente por:
BERNARDO BORGES SILVA
Assistente I da 7ª Zona Eleitoral

8ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600042-29.2024.6.18.0008

PROCESSO	: 0600042-29.2024.6.18.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (AMARANTE - PI)
RELATOR	**: 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI**
Destinatário	: Destinatário Ciência Pública
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: ALYSSON FRANCISCO LEAL DA SILVEIRA
INTERESSADO	: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO ECOLOGICO NACIONAL DE AMARANTE PI

JUSTIÇA ELEITORAL
008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600042-29.2024.6.18.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI
INTERESSADO: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO ECOLOGICO NACIONAL DE AMARANTE PI, ALYSSON FRANCISCO LEAL DA SILVEIRA
SENTENÇA
Trata-se de processo de prestação de contas anuais do Partido PATRIOTA, do município de Amarante-PI, referente ao exercício financeiro de 2023.
O processo foi autuado automaticamente mediante integração entre o Sistema de Prestação de Contas Anual - SPCA com o PJe, em observância ao previsto no *caput* do art. 30 da Resolução TSE 23.604/2019.
Procedeu-se à citação do diretório estadual do PRD (PATRIOTA + PTB), uma vez que o diretório municipal não se encontra vigente (ID 123034577), tendo decorrido *in albis* o prazo para apresentação das contas (ID 123853654).
A unidade técnica procedeu a juntada dos extratos eletrônicos e certificação das informações relativas ao recebimento de recursos do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, de fonte vedada e/ou de origem não identificada e demais dados disponíveis e, em seguida, se manifestou pelo julgamento das contas como não prestadas (ID 123938103).
Instado, o Ministério Público Eleitoral opinou pelo julgamento das contas como não prestadas (ID 123939714).
É o relatório. Decido.
O dever de prestar contas à Justiça Eleitoral encontra amparo no art. 17, IV, da CFRB, e no art. 30 e seguintes da Lei 9.096/95.
A Resolução TSE nº 23.604, de 17 de novembro de 2019, que, atualmente, regulamenta o disposto na Lei nº 9.096/95 sobre Finanças e Contabilidade dos Partidos, preconiza em seu art. 4º,

inciso V, que os partidos políticos, em todos os níveis de direção, devem "*remeter à Justiça Eleitoral, nos prazos estabelecidos nesta resolução, a prestação de contas anual, para que se dê ampla publicidade"*.

Feitas estas considerações introdutórias, vislumbro que, não obstante tenha sido oportunizado apresentar a prestação de contas e/ou justificar a omissão, através da esfera partidária estadual, a agremiação se manteve inerte.

Dito isto, a ausência de prestação de contas constitui vício grave de formalização do processo, que impede o exercício da fiscalização pela Justiça Eleitoral, sendo, por sua vez, forçoso julgar as contas como não prestadas, uma vez que a hipótese em exame se subsume ao regramento dos artigos 45, inciso IV, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.604/19 c.c. art. 30, inciso IV, da Lei n.º 9.504/97.

Corroborando com essa posição, segue o julgado abaixo colacionado:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. EXERCÍCIO 2020. OMISSÃO. INÉRCIA DO PARTIDO. PRECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. CONTAS NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Os partidos políticos são obrigados a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até 30 de junho do ano seguinte, nos termos do art. 32 da Lei 9.096/95 2. In casu, mesmo sendo chamado para apresentar suas contas no tempo determinado por lei sob pena de ter suas contas julgadas não prestadas, o diretório municipal se manteve inerte, vindo a apresentar em fase recursal sua prestação de contas, ato que incide o instituto da preclusão processual. 3. A Justiça Eleitoral julgará pela não prestação de contas quando, mesmo após intimado, o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou suas justificativas não forem aceitas, conforme art. 45, IV, alínea "a" da Resolução TSE 23.604/2019. 4. Recurso conhecido e desprovido. (Recurso Eleitoral nº 06000888820216140087, Acórdão de , Relator(a) Des. JUIZ EDMAR SILVA PEREIRA, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 103, Data 08/06/2022, Página 26-27)

Em suma, a ausência da prestação de contas impede o necessário e salutar controle da Justiça Eleitoral, independentemente de ter havido ou não movimentação de recursos financeiros, não havendo, na espécie, nem mesmo elementos mínimos de análise, tendo em vista a completa omissão do dever legal e consequente inexistência de dados e/ou informações no SPCA e nos autos.

Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS as contas ordinárias relativas ao ano 2023 do Partido PATRIOTA (extinto por fusão com o PTB, originando o PRD), do município de Amarante-PI, ficando este, por conseguinte, impedido de receber cota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, persistindo os efeitos da restrição até a efetiva apresentação das contas, caracterizada a inadimplência a partir da data fixada pela lei para a prestação de contas, de acordo com o disposto no art. 47, I, da Resolução TSE nº 23.604/2019, devendo, contudo, ser suspensa a sanção durante o segundo semestre do ano eleitoral (Lei nº 9.096/1995, art. 37, § 9º).

Expedientes necessários.

Caso não seja apresentado recurso, certifique-se o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais.

Após a certificação nos autos do trânsito em julgado, determino a publicação de Edital no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, com prazo de 03 (três) dias, no qual constará o nome e a sigla do partido, a esfera de abrangência do órgão partidário, o exercício correspondente às contas julgadas não prestadas e a data do trânsito em julgado da decisão, para fins previstos no inciso I, art. 54-B, da Resolução TSE nº 23.571/2018, alterada pela Resolução TSE nº 23.662/2021.

Vista do edital ao Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com prazo de 03(três) dias, para os fins previstos no inciso II, art. 54-B e art. 54-N, caput e §2º, ambos da Resolução TSE nº 23.571/2018, alterada pela Resolução TSE nº 23.662 /2021.

Comunique-se os Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal, a qual poderá ser feita por meio do aplicativo *WhatsApp* ou correio eletrônico (e-mail) cadastrado no SGIP, sem necessidade de aviso de recebimento, diante do que dispõe o art. 54-B, § 1º, da Resolução TSE nº 23.571/2018.

Após, arquive-se com as cautelas de praxe.

Cumpra-se.

Amarante - PI, *datado eletronicamente.*

DANILO MELO DE SOUSA

Juiz da 8ª Zona Eleitoral do Piauí

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600040-59.2024.6.18.0008

PROCESSO	: 0600040-59.2024.6.18.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (AMARANTE - PI)
RELATOR	**: 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: PARTIDO PROGRESSISTAS - AMARANTE - PI - MUNICIPAL
ADVOGADO	: ANDERSON DA SILVA SOARES (8214/PI)
REQUERENTE	: DIEGO LAMARTINE SOARES TEIXEIRA
ADVOGADO	: ANDERSON DA SILVA SOARES (8214/PI)
REQUERENTE	: GUILHERME TEIXEIRA LIMA
ADVOGADO	: ANDERSON DA SILVA SOARES (8214/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600040-59.2024.6.18.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI

INTERESSADO: PARTIDO PROGRESSISTAS - AMARANTE - PI - MUNICIPAL

REQUERENTE: DIEGO LAMARTINE SOARES TEIXEIRA, GUILHERME TEIXEIRA LIMA

Advogado do(a) INTERESSADO: ANDERSON DA SILVA SOARES - PI8214

Advogado do(a) REQUERENTE: ANDERSON DA SILVA SOARES - PI8214

Advogado do(a) REQUERENTE: ANDERSON DA SILVA SOARES - PI8214

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre Prestação de Contas Anual do Partido PROGRESSISTAS - PP do município de Amarante/PI, referente ao exercício 2023.

Devidamente publicado o Edital a que se refere o art. 44, inciso I, da Resolução TSE n.º 23.604 /2019, decorreu o tríduo legal sem que houvesse impugnação às contas em exame (ID 123938437).

Após regular trâmite, a unidade técnica se manifestou pelo arquivamento da declaração, considerando as contas prestadas e aprovadas (ID 123938441).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pela aprovação das contas (ID 123939466).

É o relatório. Decido.

O dever de prestar contas à Justiça Eleitoral encontra amparo no art. 30 e seguintes da Lei 9.096 /95.

Por sua vez, a Resolução TSE nº 23.604, de 17 de novembro de 2019, que, atualmente, regulamenta a matéria, preconiza que na hipótese de não existir impugnação ou movimentação financeira registrada nos extratos bancários e houver manifestação favorável da análise técnica e do MPE, deve ser determinado o imediato arquivamento da declaração apresentada pelo órgão partidário, considerando, para todos os efeitos, prestadas e aprovadas as respectivas contas.

Feitas essas considerações, infiro que foram apresentadas as contas tempestivamente, a despeito de a norma de regência exigir apenas a declaração de ausência de movimentação foi apresentada, devidamente acompanhada do(s) instrumento(s) de procuração (ID 122384500), restando, pois, cumpridos os requisitos formais essenciais.

Ademais, a unidade técnica atesta que não foram encontrados extratos bancários, porém, o art. 6º, § 3º, da Resolução TSE nº 23.604/19, isenta as esferas partidárias municipais da abertura de conta bancária na hipótese de não terem recebido recursos do Fundo Partidário, o que se aplica ao caso, tampouco emitiu recibos de doação, não havendo, portanto, qualquer irregularidade nas contas sob análise.

Diante do exposto, na esteira do parecer ministerial, nos termos em que JULGO PRESTADAS e APROVADAS as contas referentes ao Exercício Financeiro de 2023 do Partido Progressistas - PP do município de Amarante/PI com fundamento no art. 44, inciso VIII, alínea "a", da Resolução TSE 23.604/19, determinando, por conseguinte, o imediato arquivamento da declaração apresentada pelo órgão partidário.

Intimações necessárias.

Transitada em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informações de Contas Partidárias e Eleitorais, de tudo certificado.

Publique-se. Cumpra-se.

Após, arquive-se.

Amarante - PI, *datado eletronicamente.*

DANILO MELO DE SOUSA

Juiz da 8ª Zona Eleitoral do Piauí

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600403-46.2024.6.18.0008

PROCESSO	: 0600403-46.2024.6.18.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (PALMEIRAIS - PI)
RELATOR	**: 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 VALDIVA RIBEIRO RODRIGUES VEREADOR
ADVOGADO	: MARCIO PEREIRA DE MOURA (19178/PI)
REQUERENTE	: VALDIVA RIBEIRO RODRIGUES
ADVOGADO	: MARCIO PEREIRA DE MOURA (19178/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600403-46.2024.6.18.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 VALDIVA RIBEIRO RODRIGUES VEREADOR, VALDIVA RIBEIRO RODRIGUES
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIO PEREIRA DE MOURA - PI19178
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIO PEREIRA DE MOURA - PI19178
SENTENÇA
Trata-se de processo de prestação de contas de campanha relativas às eleições ordinárias 2024 apresentada pela prestadora acima nominada.
Publicado edital e intimado o Ministério Público dando ciência da apresentação das contas, não houve proposição de impugnação.
Emitido relatório preliminar, o processo foi baixado em diligências para saneamento das falhas encontradas na prestação de contas.
Regularmente intimada, a prestadora apresentou, intempestivamente, a petição que se vê na árvore de Id 123882399.
Em parecer conclusivo, o setor técnico detectou irregularidades nas contas analisadas, opinando pela desaprovação das contas, com recolhimento ao Tesouro Nacional dos recursos considerados como de origem não identificada (conforme Id 123930164).
Instado, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como desaprovadas (Id 123934879).
É o relatório. Passo à decisão.
O sistema de análise simplificada, aplicável a candidatos que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores, caracteriza-se pela análise informatizada da prestação de contas, que será composta exclusivamente pelas informações prestadas diretamente no SPCE e pelos documentos descritos nas alíneas a, b, d e f do inciso II do *caput* do art. 53 da Resolução TSE nº 23.607/19, com o objetivo de detectar recebimento direto ou indireto de fontes vedadas, recebimento de recursos de origem não identificada, extrapolação de limite de gastos, omissão de receitas e gastos eleitorais e não identificação de doadoras ou de doadores originários, nas doações recebidas de outras prestadoras ou de outros prestadores de contas (art. 65 da Resolução TSE nº 23.607/19).
Feitas essas considerações introdutórias, vislumbro que a prestação de contas final foi apresentada tempestivamente, e o candidato fez-se representar por advogado, mediante instrumento de procuração (Id 123798849), não tendo havido, ainda, impugnação às contas, nos termos do art. 56 da norma de regência.
Todavia, foram detectadas irregularidades na prestação de contas, não sanadas mesmo após a realização de diligência. Dentre essas falhas, excluídas aquelas geradoras de ressalvas, encontra-se: 1. omissão de receitas e gastos eleitorais, devido à ausência de registro de uma nota fiscal relativa a um *jingle* de campanha; e 2. descumprimento da diligência realizada para fins de prova da efetiva entrega da prestação do serviço (juntada de arquivos contendo imagens do material impresso e do *jingle* de campanha).
Especificamente quanto a esse último quesito, considerando a apresentação de toda documentação fiscal e dos comprovantes de pagamento que se vê nos documentos de Id 123444161, 123444159 e 123444158, considero que não há elementos suficientes nos autos que sugiram sua falsidade e/ou inidoneidade, e sendo assim, a desaprovação constituiria sanção excessivamente gravosa, no presente contexto.
Nesse sentido, posiciona-se a jurisprudência especializada deste E.TRE-PI:

DIREITO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2024. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. IRREGULARIDADE NÃO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. CASO EM EXAME. Recurso interposto por candidato ao cargo de Vereador de Santa Cruz dos Milagres/PI contra sentença que julgou aprovadas com ressalvas suas contas de campanha e determinou a devolução de R$ 2.500,00 ao Tesouro Nacional, sob a justificativa de ausência de comprovação da prestação dos serviços de marketing contratados. II. (¿) III. RAZÕES DE DECIDIR. A Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que a comprovação dos gastos eleitorais deve ser realizada por meio de documento fiscal idôneo, sendo possível a exigência de provas adicionais apenas em casos de dúvida sobre a idoneidade do documento ou sobre a efetiva prestação do serviço. O prestador de contas apresentou nota fiscal, contrato e comprovante de pagamento, sendo que o CNPJ da empresa destinatária do pagamento coincide com o da empresa contratada, o que evidencia a regularidade da despesa. O entendimento consolidado do TRE/PI é no sentido de que a exigência de elementos probatórios adicionais deve ocorrer apenas de forma excepcional e facultativa, quando há insuficiência de prova, sendo a nota fiscal e o comprovante de pagamento, em regra, suficientes para demonstrar a despesa eleitoral. IV. DISPOSITIVO E TESE. 6. Recurso provido. Tese de julgamento: A apresentação de nota fiscal idônea, contrato e comprovante de pagamento é suficiente para comprovar a despesa eleitoral, salvo quando houver dúvida fundada quanto à efetiva prestação do serviço ou à idoneidade da documentação. A exigência de elementos probatórios adicionais deve ser adotada de forma excepcional e facultativa, quando houver insuficiência de prova. RECURSO ELEITORAL nº060039565, Acórdão, Relator(a) Des. Maria Luiza De Moura Mello E Freitas, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 26/03/2025.

(grifo nosso)

Contudo, foi detectada omissão de receitas e gastos eleitorais, conforme item 1 do parecer conclusivo (Id 123930164). Observo a existência, conforme circularização realizada mediante determinação da Justiça Eleitoral, junto aos órgãos fazendários, a teor do disposto no art. 92 da Resolução TSE n.º 23.607/2019, de uma nota fiscal ativa que foi emitida em face da prestadora de contas, e que não foi declarada na presente prestação de contas, representando 12% das despesas totais registradas pela candidata.

Ora, as notas fiscais eletrônicas validadas pelo órgão fazendário gozam de presunção de legitimidade e veracidade, motivo pelo qual, se emitidas por equívoco, deverão ser canceladas, cabendo ao prestador ou prestadora apresentar o comprovante do cancelamento junto com os esclarecimentos firmados pelo fornecedor.

A candidata, após ter tomado conhecimento de todos os dados das notas fiscais ativas e validadas emitidas em seu nome, alega que a nota fiscal foi emitida erroneamente, que o serviço descrito na nota não foi prestado e que o prazo para o cancelamento foi informado. Ao final, o prestador se coloca à disposição para apresentar documentos e comprovações que poderiam ter sido juntados naquele instante processual, e assim as alegações remanesceram nos autos, carentes de comprovação. No parecer técnico, consta ainda que a nota fiscal encontra-se ativa, foi emitida com os dados corretos da prestadora, inclusive endereço (informação não disponível na internet), no período eleitoral e refere-se a despesa compatível com despesa de campanha (*jingle*). Consta ainda que a nota fiscal gerou tributação para o fornecedor, no valor de R$ 120,00 (cento e vinte) reais, o que demonstra o desinteresse do mesmo em gerar o referido documento fiscal sem que tenha sido demandado.

Tendo em conta que a Resolução TSE n. 23.607/2019, em seu art. 59, impõe ao candidato o dever de solicitar o cancelamento da nota fiscal emitida erroneamente, o que não foi realizado no caso em exame, restando caracterizada a omissão da despesa, materializada pela omissão do registro

na prestação de contas, bem como do seu respectivo pagamento. Não tendo sido juntados aos autos comprovantes de cancelamento da documentação fiscal, conforme determina o art. 92, §6º da norma de regência, reputo válidas tais informações, diante da ausência de prova em contrário, considerando graves as irregularidades apontadas na presente prestação de contas.

É nesse sentido que se posiciona a jurisprudência especializada deste E.TRE-PI:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. PARTIDO POLÍTICO. DIVERGÊNCIA ENTRE OS DADOS DAS CONTAS BANCÁRIAS INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. ERRO FORMAL. NOTAS FISCAIS ATIVAS E NÃO REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. FALHA NÃO SANADA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo partido político e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral. (¿) 3. Foram detectadas notas fiscais emitidas e ativas em nome do partido recorrido cujas despesas não foram registradas na prestação de contas em análise. De fato, a existência de notas fiscais emitidas em nome do partido recorrente cujas despesas não foram registradas na prestação de contas gera indícios de omissão de gastos, permanecendo a irregularidade como não sanada e nem justificada pela agremiação ora recorrida. (¿) Recurso Eleitoral nº060051720, Acórdão, Relator(a) Des. Marcelo Leonardo Barros Pio, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 01/09/2023.

grifo nosso

DIREITO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. ELEIÇÕES 2024. OMISSÃO DE GASTOS. CANCELAMENTO DE NOTA FISCAL NÃO COMPROVADO. (¿) III. RAZÕES DE DECIDIR. O art. 92, § 6º, da Resolução TSE 23.607/2019 exige que o prestador de contas comprove o cancelamento de notas fiscais informadas como válidas pelos órgãos fazendários à Justiça Eleitoral, o que não ocorreu no caso concreto. Consulta ao módulo Fiscaliza JE revela que as notas fiscais nº 08 e 09 permanecem ativas, sem indicação de cancelamento, confirmando a omissão de gastos na prestação de contas. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para aprovação com ressalvas quando a irregularidade não ultrapassa 10% do total arrecadado e não compromete a transparência da prestação de contas (TSE - REspe nº 06069891420186260000, Rel. Min. Edson Fachin, DJE 13.08.2020). (¿) Tese de julgamento: O cancelamento de nota fiscal informada como válida à Justiça Eleitoral deve ser comprovado documentalmente, conforme exige o art. 92, § 6º, da Resolução TSE 23.607/2019. (¿) RECURSO ELEITORAL nº 060049254, Acórdão, Relator (a) Des. Maria Luiza De Moura Mello E Freitas, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 22 /04/2025.

grifo nosso

Observo que o valor envolvido é relevante, visto tratar-se de valores que somam R$ 2.400,00 (dois mil quatrocentos reais), e representam 12% das despesas totais declaradas nesta prestação de contas, e sendo assim, impossível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, visto o não preenchimento dos requisitos exigidos pela jurisprudência do C. TSE.

Diante do exposto, entendo que a desaprovação das contas é a medida mais justa e adequada.

Diante do exposto, com fulcro no artigo 30, III, da Lei n.º 9.504/97, combinado com o artigo 74, inciso III, da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO DESAPROVADAS as contas de campanha d e VALDIVA RIBEIRO RODRIGUES, candidata ao cargo de Vereadora do município de Palmeirais-PI. Determino, ainda, o recolhimento ao Erário, no importe de R$ 2.400 (dois mil quatrocentos reais) , relativo ao recebimento de recurso de origem não identificada (RONI), nos termos do art. 32, daquela Resolução, no prazo de 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado, ou a comprovação de

recolhimento anterior, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), a qual deverá ser juntada aos presentes autos.
Publique-se. Intimem-se.
Ciência ao Ministério Público Eleitoral.
Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO.
Em seguida, arquivem-se os autos.
Amarante(PI), *data registrada eletronicamente*.
DANILO MELO DE SOUSA
Juiz da 8ª Zona Eleitoral do Piauí

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600041-44.2024.6.18.0008

PROCESSO	: 0600041-44.2024.6.18.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PALMEIRAIS - PI)
RELATOR	**: 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI**
Destinatário	: Destinatário Ciência Pública
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADA	: MARIANY SILVA MIRANDA
INTERESSADO	: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO VERDE - PV - PALMEIRAIS PI
INTERESSADO	: MANOEL MIRANDA DE SOUSA NETO

JUSTIÇA ELEITORAL
008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600041-44.2024.6.18.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI
INTERESSADO: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO VERDE - PV - PALMEIRAIS PI, MANOEL MIRANDA DE SOUSA NETO
INTERESSADA: MARIANY SILVA MIRANDA
SENTENÇA
Trata-se de processo de prestação de contas anuais do Partido Verde - PV, do município de Palmeirais-PI, referente ao exercício financeiro de 2023.
O processo foi autuado automaticamente mediante integração entre o Sistema de Prestação de Contas Anual - SPCA com o PJe, em observância ao previsto no *caput* do art. 30 da Resolução TSE 23.604/2019.
Procedeu-se à citação do diretório municipal do partido político (ID 123052348), tendo decorrido *in albis* o prazo para apresentação das contas (ID 123853651).
A unidade técnica procedeu a juntada dos extratos eletrônicos e certificação das informações relativas ao recebimento de recursos do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, de fonte vedada e/ou de origem não identificada e demais dados disponíveis e, em seguida, se manifestou pelo julgamento das contas como não prestadas (ID 123938073).
Instado, o Ministério Público Eleitoral opinou pelo julgamento das contas como não prestadas (ID 123939717).
É o relatório. Decido.
O dever de prestar contas à Justiça Eleitoral encontra amparo no art. 17, IV, da CFRB, e no art. 30 e seguintes da Lei 9.096/95.

A Resolução TSE nº 23.604, de 17 de novembro de 2019, que, atualmente, regulamenta o disposto na Lei nº 9.096/95 sobre Finanças e Contabilidade dos Partidos, preconiza em seu art. 4º, inciso V, que os partidos políticos, em todos os níveis de direção, devem "*remeter à Justiça Eleitoral, nos prazos estabelecidos nesta resolução, a prestação de contas anual, para que se dê ampla publicidade"*.

Feitas estas considerações introdutórias, vislumbro que, não obstante tenha sido oportunizado apresentar a prestação de contas e/ou justificar a omissão, através da esfera partidária municipal, a agremiação se manteve inerte.

Dito isto, a ausência de prestação de contas constitui vício grave de formalização do processo, que impede o exercício da fiscalização pela Justiça Eleitoral, sendo, por sua vez, forçoso julgar as contas como não prestadas, uma vez que a hipótese em exame se subsume ao regramento dos artigos 45, inciso IV, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.604/19 c.c. art. 30, inciso IV, da Lei n.º 9.504/97.

Corroborando com essa posição, segue o julgado abaixo colacionado:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. EXERCÍCIO 2020. OMISSÃO. INÉRCIA DO PARTIDO. PRECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. CONTAS NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Os partidos políticos são obrigados a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até 30 de junho do ano seguinte, nos termos do art. 32 da Lei 9.096/95 2. In casu, mesmo sendo chamado para apresentar suas contas no tempo determinado por lei sob pena de ter suas contas julgadas não prestadas, o diretório municipal se manteve inerte, vindo a apresentar em fase recursal sua prestação de contas, ato que incide o instituto da preclusão processual. 3. A Justiça Eleitoral julgará pela não prestação de contas quando, mesmo após intimado, o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou suas justificativas não forem aceitas, conforme art. 45, IV, alínea "a" da Resolução TSE 23.604/2019. 4. Recurso conhecido e desprovido. (Recurso Eleitoral nº 06000888820216140087, Acórdão de , Relator(a) Des. JUIZ EDMAR SILVA PEREIRA, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 103, Data 08/06/2022, Página 26-27)

Em suma, a ausência da prestação de contas impede o necessário e salutar controle da Justiça Eleitoral, independentemente de ter havido ou não movimentação de recursos financeiros, não havendo, na espécie, nem mesmo elementos mínimos de análise, tendo em vista a completa omissão do dever legal e consequente inexistência de dados e/ou informações no SPCA e nos autos.

Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS as contas ordinárias relativas ao ano 2023 do Partido Verde - PV, do município de Palmeirais-PI, ficando este, por conseguinte, impedido de receber cota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, persistindo os efeitos da restrição até a efetiva apresentação das contas, caracterizada a inadimplência a partir da data fixada pela lei para a prestação de contas, de acordo com o disposto no art. 47, I, da Resolução TSE nº 23.604/2019, devendo, contudo, ser suspensa a sanção durante o segundo semestre do ano eleitoral (Lei nº 9.096/1995, art. 37, § 9º).

Expedientes necessários.

Caso não seja apresentado recurso, certifique-se o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais.

Após a certificação nos autos do trânsito em julgado, determino a publicação de Edital no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, com prazo de 03 (três) dias, no qual constará o nome e a sigla do partido,

a esfera de abrangência do órgão partidário, o exercício correspondente às contas julgadas não prestadas e a data do trânsito em julgado da decisão, para fins previstos no inciso I, art. 54-B, da Resolução TSE nº 23.571/2018, alterada pela Resolução TSE nº 23.662/2021.

Vista do edital ao Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com prazo de 03(três) dias, para os fins previstos no inciso II, art. 54-B e art. 54-N, caput e §2º, ambos da Resolução TSE nº 23.571/2018, alterada pela Resolução TSE nº 23.662 /2021.

Comunique-se os Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal, a qual poderá ser feita por meio do aplicativo *WhatsApp* ou correio eletrônico (e-mail) cadastrado no SGIP, sem necessidade de aviso de recebimento, diante do que dispõe o art. 54-B, § 1º, da Resolução TSE nº 23.571/2018.

Após, arquive-se com as cautelas de praxe.

Cumpra-se.

Amarante - PI, *datado eletronicamente.*

DANILO MELO DE SOUSA

Juiz da 8ª Zona Eleitoral do Piauí

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600067-42.2024.6.18.0008

PROCESSO	: 0600067-42.2024.6.18.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (AMARANTE - PI)
RELATOR	**: 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DE AMARANTE
ADVOGADO	: ANDERSON DA SILVA SOARES (8214/PI)
INTERESSADO	: JOSE DA CRUZ PAULINO DE SOUSA
ADVOGADO	: ANDERSON DA SILVA SOARES (8214/PI)
INTERESSADO	: SAMUEL SOARES DE ALMEIDA
ADVOGADO	: ANDERSON DA SILVA SOARES (8214/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600067-42.2024.6.18.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE AMARANTE PI

INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DE AMARANTE, SAMUEL SOARES DE ALMEIDA, JOSE DA CRUZ PAULINO DE SOUSA

Advogado do(a) INTERESSADO: ANDERSON DA SILVA SOARES - PI8214

Advogado do(a) INTERESSADO: ANDERSON DA SILVA SOARES - PI8214

Advogado do(a) INTERESSADO: ANDERSON DA SILVA SOARES - PI8214

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre Prestação de Contas Anual do Partido Socialista Brasileiro - PSB do município de Amarante/PI, referente ao exercício 2023.

Devidamente publicado o Edital a que se refere o art. 44, inciso I, da Resolução TSE n.º 23.604 /2019, decorreu o tríduo legal sem que houvesse impugnação às contas em exame (ID 123938111).
Após regular trâmite, a unidade técnica se manifestou pelo arquivamento da declaração, considerando as contas prestadas e aprovadas (ID 123938176).
Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pela aprovação das contas (ID 123939393).
É o relatório. Decido.
O dever de prestar contas à Justiça Eleitoral encontra amparo no art. 30 e seguintes da Lei 9.096 /95.
Por sua vez, a Resolução TSE nº 23.604, de 17 de novembro de 2019, que, atualmente, regulamenta a matéria, preconiza que na hipótese de não existir impugnação ou movimentação financeira registrada nos extratos bancários e houver manifestação favorável da análise técnica e do MPE, deve ser determinado o imediato arquivamento da declaração apresentada pelo órgão partidário, considerando, para todos os efeitos, prestadas e aprovadas as respectivas contas.
Feitas essas considerações, infiro que foram apresentadas as contas tempestivamente, a despeito de a norma de regência exigir apenas a declaração de ausência de movimentação foi apresentada, devidamente acompanhada do(s) instrumento(s) de procuração (ID 122485628), restando, pois, cumpridos os requisitos formais essenciais.
Ademais, a unidade técnica atesta que não foram encontrados extratos bancários, porém, o art. 6º, § 3º, da Resolução TSE nº 23.604/19, isenta as esferas partidárias municipais da abertura de conta bancária na hipótese de não terem recebido recursos do Fundo Partidário, o que se aplica ao caso, tampouco emitiu recibos de doação, não havendo, portanto, qualquer irregularidade nas contas sob análise.
Diante do exposto, na esteira do parecer ministerial, nos termos em que JULGO PRESTADAS e APROVADAS as contas referentes ao Exercício Financeiro de 2023 do Partido Socialista Brasileiro - PSB do município de Amarante/PI com fundamento no art. 44, inciso VIII, alínea "a", da Resolução TSE 23.604/19, determinando, por conseguinte, o imediato arquivamento da declaração apresentada pelo órgão partidário.
Intimações necessárias.
Transitada em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informações de Contas Partidárias e Eleitorais, de tudo certificado.
Publique-se. Cumpra-se.
Após, arquive-se.
Amarante - PI, *datado eletronicamente.*
DANILO MELO DE SOUSA
Juiz da 8ª Zona Eleitoral do Piauí

10ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME(272) Nº 0600480-87.2024.6.18.0062

PROCESSO	: 0600480-87.2024.6.18.0062 REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME (PICOS - PI)
RELATOR	**: 010ª ZONA ELEITORAL DE PICOS PI**

FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
NOTICIADO	: ABIMAEL JOSE DO NASCIMENTO LIMA
ADVOGADO	: LUIS FELLIPE MARTINS RODRIGUES DE ARAUJO (16009/PI)
REPRESENTANTE /NOTICIANTE	: COLIGAÇÃO O PROGRESSO VAI CONTINUAR
ADVOGADO	: MARJORIE CARDOSO CASTRO (22675/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
010ª ZONA ELEITORAL DE PICOS PI
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME (272) - Processo nº 0600480-87.2024.6.18.0062
REPRESENTANTE/NOTICIANTE: COLIGAÇÃO O PROGRESSO VAI CONTINUAR
ADVOGADO: MARJORIE CARDOSO CASTRO - OAB/PI22675
NOTICIADO: ABIMAEL JOSE DO NASCIMENTO LIMA
ADVOGADO: LUIS FELLIPE MARTINS RODRIGUES DE ARAUJO - OAB/PI16009
FISCAL DA LEI: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
S E N T E N Ç A
Versam os presentes autos sobre Noticia Crime de boca de urna, protocolada pela Coligação o Progresso Vai Continuar, por meio de seu representante legal TEODYS GONÇALVES DE MOURA.
Por se tratar de delito de menor potencial ofensivo, percebe-se que o Juízo das Garantias exercido pela 62ª Zona Eleitoral do Núcleo IV, ao entendimento de que não tem competência para processa e julgar o presente feito determinou, por declínio de competência, a remessa dos presentes autos a esta Zona Eleitoral.
Em manifestação lançada em ID 123925728, o Ministério Público Eleitoral que oficia perante esta Zona Eleitoral informou que registrou a notícia de fato nº 000003-296/2025, nos termos da Portaria nº 1, de 9 de setembro de 2019, da PGR e procedeu ao encaminhamento de cópia da presente Notícia de Crime à Polícia Federal para a realização de investigação destinada à completa elucidação do fato noticiado.
Eis, aí, e no essencial, o relatório.
D E C I D O
Anoto, de partida, que assiste razão ao Ministério Público Eleitoral.
Efetivamente é incontroverso que a eventual instauração e tramitação de IPL deve ocorrer em autos próprios e assim concluo pela ausência de interesse processual na continuidade do presente feito.
Sendo assim, tendo presentes as razões expostas, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, em razão da instauração e tramitação de IPL ocorrer em autos próprios, na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.
Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se, com as cautelas legais.
Picos/PI, datada e assinada em meio digital por.:.
ADELMAR DE SOUSA MARTINS
Juiz Eleitoral da 10ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600048-30.2024.6.18.0010

PROCESSO	: 0600048-30.2024.6.18.0010 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (AROEIRAS DO ITAIM - PI)

RELATOR	**: 010ª ZONA ELEITORAL DE PICOS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: JUÍZO DA 10ª ZONA ELEITORAL DO PIAUI
REQUERENTE	: Movimento Democrático Brasileiro do Município de Aroeiras do Itaim - PI
ADVOGADO	: AKAYAMA SAMALA DE SOUSA DOURADO (20510/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
010ª ZONA ELEITORAL DE PICOS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) - Processo nº 0600048-30.2024.6.18.0010
REQUERENTE: Movimento Democrático Brasileiro do Município de Aroeiras do Itaim - PI
ADVOGADO: AKAYAMA SAMALA DE SOUSA DOURADO - OAB/PI20510
INTERESSADO: JUÍZO DA 10ª ZONA ELEITORAL DO PIAUI
FISCAL DA LEI: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
DECISÃO
Versam os presentes autos sobre processo de prestação de contas do Movimento Democrático Brasileiro - MDB do município de Aroeiras do Itaim/PI, referente ao exercício de 2023, protocolado em duplicidade pela referida agremiação político partidária, já que existe prestação de contas em tramitação relativa ao mesmo período.
Em manifestação o Cartório Eleitoral constatou a duplicidade de procedimentos, consoante evidencia a certidão de ID 123902138.
É o sucinto relatório.
Constatada a duplicidade de procedimentos de rigor a extinção do presente feito, em face da ocorrência do fenômeno da litispendência.
Sendo assim, tendo presentes as razões expostas, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, em razão da existência de uma prestação de contas já protocolado, na forma do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil.
Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se, com as cautelas legais.
Picos/PI, datada e assinada em meio digital por.:
ADELMAR DE SOUSA MARTINS
Juiz Eleitoral da 10ª ZE/PI

11ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600286-46.2024.6.18.0011

PROCESSO	: 0600286-46.2024.6.18.0011 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (BRASILEIRA - PI)
RELATOR	**: 011ª ZONA ELEITORAL DE PIRIPIRI PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 FRANCISCO WILSON AMARAL AGUIAR JUNIOR PREFEITO
ADVOGADO	: JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO (16374/PI)
ADVOGADO	: FRANCISCO EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS (10685/PI)

REQUERENTE : PATRICIA PIMENTEL CERQUEIRA
ADVOGADO : JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO (16374/PI)
REQUERENTE : ELEICAO 2024 PATRICIA PIMENTEL CERQUEIRA VICE-PREFEITO
ADVOGADO : JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO (16374/PI)
REQUERENTE : FRANCISCO WILSON AMARAL AGUIAR JUNIOR
ADVOGADO : JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO (16374/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
011ª ZONA ELEITORAL DE PIRIPIRI PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600286-46.2024.6.18.0011 / 011ª ZONA ELEITORAL DE PIRIPIRI PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 FRANCISCO WILSON AMARAL AGUIAR JUNIOR PREFEITO, FRANCISCO WILSON AMARAL AGUIAR JUNIOR, ELEICAO 2024 PATRICIA PIMENTEL CERQUEIRA VICE-PREFEITO, PATRICIA PIMENTEL CERQUEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO - PI16374, FRANCISCO EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS - PI10685
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO - PI16374
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO - PI16374
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO - PI16374
SENTENÇA
Trata-se de processo de prestação de contas de campanha relativas às eleições ordinárias 2024 apresentadas pelo prestador acima nominado.
Publicado edital e intimado o Ministério Público, não houve proposição de impugnação.
Emitido relatório preliminar de diligências, o candidato apresentou a manifestação que se vê na árvore de Id 123887933.
Em parecer conclusivo, o setor técnico apontou que remanesceu falha nas contas apresentadas que não macularam seu conteúdo, tendo opinado pela aprovação das contas com ressalvas.
O Ministério Público Eleitoral, igualmente, manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas (Id 123935937).
É o relatório. Decido.
Do detido exame dos autos, constata-se que o interessado cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019, do Tribunal Superior Eleitoral.
Em exame simplificado das contas de campanha, conforme artigo 65, da Res. TSE 23.607/2019, e após todos os cruzamentos realizados pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE-WEB), foram constadas falhas que não comprometem a análise e a regularidade das contas em questão.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 30, II, da Lei n.º 9.504/97, combinado com o artigo 74, II da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO APROVADAS COM RESSALVAS as contas de campanha de FRANCISCO WILSON AMARAL, que se candidatou ao cargo de prefeito do município de Brasileira-PI.
Publique-se. Intimem-se.
Ciência ao Ministério Público Eleitoral.
Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO, em seguida, arquivem-se os autos.
Piripiri-PI, datado e assinado eletronicamente.
JOSÉ EDUARDO COUTO DE OLIVEIRA
Juiz Eleitoral na 11ª Zona/PI

13ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600047-02.2025.6.18.0013

PROCESSO	: 0600047-02.2025.6.18.0013 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 013ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI**
Destinatário	: TERCEIROS INTERESSADOS
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B
ADVOGADO	: GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)
INTERESSADO	: JOANA ROSILENE DE SANTANA
ADVOGADO	: GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)
INTERESSADO	: JOSE ERASMO RIBEIRO
ADVOGADO	: GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
013ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
EDITAL DE ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES
(Prazo de 03 dias)
De ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Eleitoral da 13ª Zona, Dra.Luciana Cláudia Medeiros de Souza Brilhante, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados que foi protocolizada no Processo Judicial Eletrônico - PJe a prestação de contas anual sem movimentação financeira do partido político abaixo relacionado, referente ao exercício de 2024.
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) 0600047-02.2025.6.18.0013
INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B, JOANA ROSILENE DE SANTANA, JOSE ERASMO RIBEIRO
Advogado(s) do reclamante: GENESIO NUNES REGISTRADO(A) CIVILMENTE COMO GENESIO DA COSTA NUNES
MUNICÍPIO: SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ
FINALIDADE: intimação dos partidos políticos, candidato ou coligação, Ministério Público, bem como qualquer interessado para, querendo, apresentar impugnação à prestação de contas apresentada.
Nos termos do art. 44, I, da Resolução TSE n° 23.604/2019, caberá a qualquer partido político, candidato ou coligação, o Ministério Público, bem como qualquer outro interessado, no prazo de 03 (três) dias, contados da publicação deste edital, impugnar a prestação de contas apresentada.
São Raimundo Nonato/PI, data e hora registradas no sistema.
Marjoria de Paula Soares Paes Landim
Chefe - Cartório da 13ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600048-84.2025.6.18.0013

PROCESSO	: 0600048-84.2025.6.18.0013 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (SÃO RAIMUNDO NONATO - PI)
RELATOR	**: 013ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI**

Destinatário	: TERCEIROS INTERESSADOS
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DE SAO RAIMUNDO NONATO - PI
ADVOGADO	: TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA (9106/PI)
INTERESSADO	: AVELAR DE CASTRO FERREIRA
INTERESSADO	: JUNIVAL NEGREIROS SOARES

JUSTIÇA ELEITORAL
013ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
EDITAL DE ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES
(Prazo de 03 dias)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral da 13ª Zona, Dr. Carlos Alberto Bezerra Chagas, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados que foi protocolizada no Processo Judicial Eletrônico - PJe a prestação de contas anual sem movimentação financeira do partido político abaixo relacionado, referente ao exercício de 2021.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) 0600048-84.2025.6.18.0013
INTERESSADO: PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DE SAO RAIMUNDO NONATO - PI, JUNIVAL NEGREIROS SOARES, AVELAR DE CASTRO FERREIRA
Advogado(s) do reclamante: TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA
MUNICÍPIO: SÃO RAIMUNDO NONATO/PI

FINALIDADE: intimação dos partidos políticos, candidato ou coligação, Ministério Público, bem como qualquer interessado para, querendo, apresentar impugnação à prestação de contas apresentada.

Nos termos do art. 44, I, da Resolução TSE n° 23.604/2019, caberá a qualquer partido político, candidato ou coligação, o Ministério Público, bem como qualquer outro interessado, no prazo de 03 (três) dias, contados da publicação deste edital, impugnar a prestação de contas apresentada.

São Raimundo Nonato/PI, data e hora registradas no sistema.
Marjoria de Paula Soares Paes Landim
Chefe - Cartório da 13ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600045-32.2025.6.18.0013

PROCESSO	: 0600045-32.2025.6.18.0013 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 013ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI**
Destinatário	: TERCEIROS INTERESSADOS
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADA	: VANICLEIDE DA SILVA PAES LANDIM
INTERESSADO	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
INTERESSADO	: RAIMUNDO NONATO DE SOUSA MARQUES

JUSTIÇA ELEITORAL
013ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
EDITAL DE ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES
(Prazo de 03 dias)

De ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Eleitoral da 13ª Zona, Dra. Luciana Cláudia Medeiros de Souza Brilhante, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados que foi protocolizada no Processo Judicial Eletrônico - PJe a prestação de contas anual sem movimentação financeira do partido político abaixo relacionado, referente ao exercício de 2024.
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) 0600045-32.2025.6.18.0013
INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, RAIMUNDO NONATO DE SOUSA MARQUES
INTERESSADA: VANICLEIDE DA SILVA PAES LANDIM
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024
FINALIDADE: intimação dos partidos políticos, candidato ou coligação, Ministério Público, bem como qualquer interessado para, querendo, apresentar impugnação à prestação de contas apresentada.
Nos termos do art. 44, I, da Resolução TSE n° 23.604/2019, caberá a qualquer partido político, candidato ou coligação, o Ministério Público, bem como qualquer outro interessado, no prazo de 03 (três) dias, contados da publicação deste edital, impugnar a prestação de contas apresentada.
São Raimundo Nonato/PI, data e hora registradas no sistema.
Marjoria de Paula Soares Paes Landim
Chefe - Cartório da 13ª ZE/PI

EDITAIS

EDITAL Nº 58/2025 - TRE/13A ZONA

Edital Nº 58/2025 - TRE/13A ZONA
(Prazo - 10 dias)
A Dra. LUCIANA CLÁUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTE, Juíza da 13ª Zona Eleitoral do Piauí, no uso de suas atribuições competente etc...
TORNA PÚBLICO, pelo prazo de 10 (dez) dias, em cumprimento ao disposto nos arts. 17, § 1º, e 18, § 5º, da Resolução TSE nº 21.538/2005, a relação de eleitores que requereram Alistamento Eleitoral e Transferência de Título, nesta 13ª ZE/PI, relativo aos Lotes 0060/2025, 0082/2025, 0083 /2025, 0084/2025 e 0085/2025, conforme anexo, dos municípios de CORONEL JOSÉ DIAS/PI, DOM INOCÊNCIO , SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ /PI E SÃO RAIMUNDO NONATO/PI e, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, mandou a Excelentíssima Juíza Eleitoral expedir o presente edital, que será publicado no átrio do Cartório Eleitoral e no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado no Cartório Eleitoral da cidade da 13ª ZE/PI, sediado no município de São Raimundo Nonato - PI, aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco (16/06/2025). Eu, Jobson Oliveira Braga, Assistente de Cartório, substituto, preparei e conferi o presente Edital.
LUCIANA CLÁUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTE
Juíza Eleitoral - 13ª ZE/PI,
LOTE 0060/2025
Parâmetros: Período: 15/05/2025 a 03/06/2025; UF: PI; ZE: 013; Nº Lote de RAE:0060/2025; Ordenação: Nome; Requerimentos: Deferidos
ZONA: 013 Município: 12114 - SÃO RAIMUNDO NONATO - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação Lote Digitação
ELIAS PIO MENEZES DE MOURA xxxx 9560 xxxx 0060/2025Transferência 02/06/2025
LOTE 0082/2025
Parâmetros: Período: 27/05/2025 a 03/06/2025; UF: PI; ZE: 013; Nº Lote de RAE:0082/2025; Ordenação: Nome; Requerimentos: Deferidos

ZONA: 013 Município: 12114 - SÃO RAIMUNDO NONATO - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação Lote Digitação
CLAYNA CÉLIA FERREIRA DE MOURA xxxx 5535 xxxx 0082/2025Transferência 29/05/2025
FELISMANE DIAS DA SILVA xxxx 6098 xxxx 0082/2025Transferência 29/05/2025
FRANCISCO PEREIRA DA COSTA xxxx 3409 xxxx 0082/2025Transferência 29/05/2025
MARIA DEUSA FERREIRA DOS SANTOS xxxx 6151 xxxx 0082/2025Transferência 28/05/2025
MIKAELA DE SOUSA LIMA xxxx 9480 xxxx 0082/2025Transferência 29/05/2025
ROSIMERE BARBOSA DO ROSARIO xxxx 5234 xxxx 0082/2025Transferência 28/05/2025
VANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS xxxx 5562 xxxx 0082/2025Transferência 29/05/2025
ZENAILDE BRAZ DO ROSARIO xxxx 5431 xxxx 0082/2025Transferência 29/05/2025
LOTE 0083/2025
Parâmetros: Período: 29/05/2025 a 03/06/2025; UF: PI; ZE: 013; Nº Lote de RAE:0083/2025; Ordenação: Nome; Requerimentos: Deferidos
ZONA: 013 Município: 12114 - SÃO RAIMUNDO NONATO - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação Lote Digitação
CLAUDILENE SANTOS RODRIGUES xxxx 6414 xxxx 0083/2025Transferência 30/05/2025
VALDEMIR PEREIRA DA SILVA xxxx 5822 xxxx 0083/2025Transferência 30/05/2025
LOTE 0084/2025
Parâmetros: Período: 30/05/2025 a 03/06/2025; UF: PI; ZE: 013; Nº Lote de RAE:0084/2025; Ordenação: Nome; Requerimentos: Deferidos
ZONA: 013 Município: 12114 - SÃO RAIMUNDO NONATO - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação Lote Digitação
MARIA ZENEIDE ASSIS SOUSA xxxx 1235 xxxx 0084/2025Transferência 02/06/2025
LOTE 0085/2025
Parâmetros: Período: 02/06/2025 a 05/06/2025; UF: PI; ZE: 013; Nº Lote de RAE:0085/2025; Ordenação: Nome; Requerimentos: Deferidos
ZONA: 013 Município: 12114 - SÃO RAIMUNDO NONATO - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação Lote Digitação
EMILIA DIAS BORGES GALVAO xxxx 8499 xxxx 0085/2025Transferência 04/06/2025
EVA MARIA REINALDO COELHO xxxx 3042 xxxx 0085/2025Transferência 03/06/2025
GABRIELA DIAS DA SOUSA xxxx 9456 xxxx 0085/2025Transferência 04/06/2025
GISELLY DE SOUSA BELARMINO xxxx 6030 xxxx 0085/2025Transferência 03/06/2025
JOSÉ YURI RIBEIRO BELARMINO JUNIOR xxxx 9769 xxxx 0085/2025Transferência 03/06/2025
MARIA DE LOURDES DA SILVA COSTA xxxx 2184 xxxx 0085/2025Transferência 03/06/2025
MARIA DO CARMO FERREIRA DOS SANTOS xxxx 8471 xxxx 0085/2025Transferência 04/06/2025
MARIA PATRICIA DE SOUSA SANTOS xxxx 8127 xxxx 0085/2025Transferência 03/06/2025
NILO RODRIGUES GALVAO xxxx 0287 xxxx 0085/2025Transferência 04/06/2025
OSMANO DA SILVA RIBEIRO xxxx 2511 xxxx 0085/2025Transferência 03/06/2025

14ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600061-17.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600061-17.2024.6.18.0014 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ANTôNIO ALMEIDA - PI)

RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - ANTONIO ALMEIDA - PI - MUNICIPAL
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600061-17.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERENTE: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - ANTONIO ALMEIDA - PI - MUNICIPAL
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
SENTENÇA
Trata-se de requerimento de regularização de contas julgadas não prestadas apresentado pelo partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB de Antônio Almeida/PI referente ao exercício financeiro de 2012.
Os autos foram instruídos com os documentos necessários à formalização da prestação de contas e não houve recebimento de recursos do Fundo Partidário, de origem não identificada ou de fonte vedada, de modo que não foi identificada nenhuma irregularidade ou impropriedade que afete a confiabilidade do requerimento de regularização apresentado, conforme informação prestada pelo Cartório Eleitoral (ID 123945318).
Assim sendo, tendo em vista que não há recurso a devolver ou impropriedade a sanar, DEFIRO o requerimento de regularização das contas e determino o levantamento da situação de inadimplência do prestador no SICO.
Intime-se o prestador e o Ministério Público Eleitoral.
Publique-se. Registre-se.
Cumpra-se.
Uruçuí/PI, datada e assinada eletronicamente.
FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA
Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600064-69.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600064-69.2024.6.18.0014 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ANTôNIO ALMEIDA - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL DE ANTONIO ALMEIDA - PI
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)
REQUERENTE	: FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600064-69.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERENTE: FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)
INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL DE ANTONIO ALMEIDA - PI
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
Advogado do(a) INTERESSADO: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
SENTENÇA
Trata-se de requerimento de regularização de contas julgadas não prestadas apresentado pelo Partido Comunista do Brasil - PC do B de Antônio Almeida/PI referente ao exercício financeiro de 2019.
Os autos foram instruídos com os documentos necessários à formalização da prestação de contas e não houve recebimento de recursos do Fundo Partidário, de origem não identificada ou de fonte vedada, de modo que não foi identificada nenhuma irregularidade ou impropriedade que afete a confiabilidade do requerimento de regularização apresentado, conforme informação prestada pelo Cartório Eleitoral (ID 123945318).
Assim sendo, tendo em vista que não há recurso a devolver ou impropriedade a sanar, DEFIRO o requerimento de regularização das contas e determino o levantamento da situação de inadimplência do prestador no SICO.
Intime-se o prestador e o Ministério Público Eleitoral.
Publique-se. Registre-se.
Cumpra-se.
Uruçuí/PI, datada e assinada eletronicamente.
FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA
Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600063-84.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600063-84.2024.6.18.0014 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ANTôNIO ALMEIDA - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL DE ANTONIO ALMEIDA - PI
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)
REQUERENTE	: FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600063-84.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERENTE: FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)
INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL DE ANTONIO ALMEIDA - PI
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
Advogado do(a) INTERESSADO: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
SENTENÇA
Trata-se de requerimento de regularização de contas julgadas não prestadas apresentado pelo Partido Comunista do Brasil - PC do B de Antônio Almeida/PI referente ao exercício financeiro de 2018.
Os autos foram instruídos com os documentos necessários à formalização da prestação de contas e não houve recebimento de recursos do Fundo Partidário, de origem não identificada ou de fonte vedada, de modo que não foi identificada nenhuma irregularidade ou impropriedade que afete a confiabilidade do requerimento de regularização apresentado, conforme informação prestada pelo Cartório Eleitoral (ID 123945318).
Assim sendo, tendo em vista que não há recurso a devolver ou impropriedade a sanar, DEFIRO o requerimento de regularização das contas e determino o levantamento da situação de inadimplência do prestador no SICO.
Intime-se o prestador e o Ministério Público Eleitoral.
Publique-se. Registre-se.
Cumpra-se.
Uruçuí/PI, datada e assinada eletronicamente.
FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA
Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600040-41.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600040-41.2024.6.18.0014 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (URUÇUÍ - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
ADVOGADO	: BEN TEN DE SOARES E MARTINS NETO (7121/PI)
REQUERENTE	: ANTONIO SOARES DOS SANTOS
REQUERENTE	: DANIEL GONÇALVES GUIMARAES

JUSTIÇA ELEITORAL
014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600040-41.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERENTE: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO, DANIEL GONÇALVES GUIMARAES, ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: BEN TEN DE SOARES E MARTINS NETO - PI7121-A

SENTENÇA

Trata-se de requerimento de regularização de contas julgadas não prestadas apresentado pelo partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB de Uruçuí/PI referente ao exercício financeiro de 2022.

Os autos foram instruídos com os documentos necessários à formalização da prestação de contas e não houve recebimento de recursos do Fundo Partidário, de origem não identificada ou de fonte vedada, de modo que não foi identificada nenhuma irregularidade ou impropriedade que afete a confiabilidade do requerimento de regularização apresentado, conforme informação prestada pelo Cartório Eleitoral (ID 123945318).

Assim sendo, tendo em vista que não há recurso a devolver ou impropriedade a sanar, DEFIRO o requerimento de regularização das contas e determino o levantamento da situação de inadimplência do prestador no SICO.

Intime-se o prestador e o Ministério Público Eleitoral.

Publique-se. Registre-se.

Cumpra-se.

Uruçuí/PI, datada e assinada eletronicamente.

FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA

Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600278-60.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600278-60.2024.6.18.0014 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (PORTO ALEGRE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA ROCHA VEREADOR
ADVOGADO	: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA (10542/PI)
REQUERENTE	: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA ROCHA
ADVOGADO	: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA (10542/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600278-60.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA ROCHA VEREADOR, FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA ROCHA

Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA - PI10542

Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA - PI10542

SENTENÇA

I) RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas Eleitorais Final do candidato FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA ROCHA, de Porto Alegre do Piauí/PI, referentes às Eleições Municipais de 2024.

Publicado o edital, decorreu "*in albis*" o prazo legal sem impugnação, nos termos do art. 56, *caput*, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Concluída a análise técnica, houve a necessidade de expedição de relatório preliminar (intimação ID 1º grau 123830169) para cumprimento de diligências, nos termos do § 3º, art. 64 e 69, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 4º).

O prestador de contas apresentou manifestação intempestiva (ID 1º grau 123839629).

A Unidade Técnica do Cartório Eleitoral emitiu Parecer Conclusivo pela Desaprovação das Contas (ID 1º grau 123862629).

Da mesma forma, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como Desaprovadas, nos termos do art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (ID 1º grau 123878635).

É o breve relatório. Passo a fundamentar e decidir.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Em sede de prestação de contas, cumpre à Justiça Eleitoral o importante papel de averiguar se os candidatos e partidos apresentaram corretamente a documentação exigida por lei, bem como se as receitas e despesas foram regulares e devidamente listadas, a fim de que as informações sejam arquivadas em local próprio para que os interessados possam ter livre acesso a elas.

Após a fase de diligências, o Parecer Técnico Conclusivo apontou inconsistências/irregularidades, entre as quais as que seguem:

16. EXPEDIÇÃO DE DILIGÊNCIAS:

16.1 - DOAÇÃO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

Constata-se, no arquivo "notas explicativas", um contrato de prestação de serviços de contabilidade entre o Candidato a Prefeito João Carlos Alves dos Santos Silva e o profissional Patric Dias Ramos. No referido contrato, é possível deduzir que, a partir deste contrato, o contador referido prestaria serviços a este candidato a vereador prestador de contas.

Por outro lado, ainda considerando o arquivo "notas explicativas", constata-se um rascunho (digo isso porque não há, sequer, assinatura dos supostos contratante e contratado) de contrato de prestação de serviços advocatícios entre o Candidato a Prefeito João Carlos Alves dos Santos Silva e o Advogado Luiz Mario de Araujo Rocha. No referido contrato, é possível deduzir que, a partir deste contrato, o advogado referido prestaria serviços a este candidato a vereador prestador de contas.

Não obstante não haja absolutamente nenhuma explicação por parte do candidato ou de seu Advogado, é possível, a partir de um esforço interpretativo, deduzir, através do arquivo "notas explicativas", que talvez tenha havido doação estimável de serviços advocatícios e de contabilidade. Neste caso, referida doação deveria ter sido declarada na presente prestação de contas.

Ademais, conforme contrato e rascunho de contrato já citados, os serviços foram despesas para o contratante e possível doador, de forma que deve ser comprovado o pagamento e apresentado documento fiscal idôneo referente à contratação e prestação dos serviços.

Nesse caso, tendo havido doação, verifica-se contrariedade ao art. 21, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Por outro lado, já não teria como esta unidade técnica considerar que não houve movimentação, o que contraria o extrato de prestação de contas apresentado.

Análise técnica: devidamente intimado, o prestador de contas, através de seu Advogado, afirmou que o candidato a Prefeito Municipal de Porto Alegre do Piauí firmou contrato de serviço oneroso com Advogado e Contador para a prestação de serviço advocatício e contábil, abrangendo tanto a candidatura majoritária quanto as candidaturas proporcionais; que os serviços foram devidamente prestados, mas não se converteram em doação; que ambos profissionais contratados firmaram termo de assunção de dívida; e que as dívidas decorrentes dos contratos foram assumidas pelo Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores do Estado do Piauí, ficando o contratante

exonerado de todas as obrigações onerosas decorrente dos referidos contratos. Esta unidade técnica entende que a inconsistência referida neste item não foi sanada, sequer, minimamente; observa-se que não há lógica na argumentação da prestadora de contas, senão vejamos:

* afirma não ter havido doação; entretanto, se os serviços foram prestados ao candidato, mas contratados pelo candidato a prefeito, a lógica é estarmos diante de doação, fato que obrigaria o prestador de contas a emitir recibos, bem como declará-la na prestação de contas;

* afirma, apresentando um termo, que os profissionais, advogado e contador, "firmaram termo de assunção de dívida"; não há sentido nisso; se os profissionais figuram como credores, é impraticável que eles assumam termo de assunção de dívida. A assunção de dívida de campanha deve ser feita pelo partido político, como reza o art. 33, § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Assim, passo a analisar especificamente as inconsistências/irregularidades acima descritas, entend endo que a inconsistência "ausência de peças integrantes" foi sanada e a inconsistência "atraso na abertura de conta bancária" não é motivo para desaprovação destas contas eleitorais.

(16.1 - DOAÇÃO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E SERVIÇOS DE CONTABILIDADE)

Compulsando os autos, constata-se um contrato de prestação de serviços de contabilidade e um documento apócrifo que se pode deduzir pretensamente um contrato de prestação de serviços advocatícios, onde constam como partes os profissionais respectivos e o candidato a prefeito da Federação partidária à qual pertence este prestador de contas.

Também à base de dedução, pode-se afirmar que o candidato a prefeito contratante seria doador do prestador de contas deste processo.

Dessa forma, pode-se afirmar que houve doação de serviços estimáveis em dinheiro; neste caso, com descumprimento literal ao art. 21, da Resolução TSE nº 23.607/2019, à medida em que faltam recibo eleitoral, termo de doação e até mesmo comprovação da prestação dos serviços.

Além disso, não houve, sequer, declaração desta doação ou da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade nesta prestação de contas, haja vista encontrar-se inteiramente sem registros de receitas ou despesas. Ou seja, a doação não declarada, se é que existiu a prestação dos serviços, caracteriza omissão de receitas, infringindo o art. 53, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Por outro lado, o prestador de contas apresentou um "termo de assunção de dívida" totalmente sem sentido, em que o Advogado e o Contador consentem que a dívida decorrente dos seus trabalhos sejam pagas pelo Diretório Estadual, sem qualquer indício de que este Diretório sequer tenha conhecimento da dívida referida. Esse argumento merece rejeição de pronto, baseada no art. 33, § 2º e § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Esta irregularidade é suficiente para ensejar a desaprovação das contas em comento, seguindo j urisprudência recente:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. CARGO DEPUTADO ESTADUAL. JUNTADA DE DOCUMENTO APÓS O PRAZO LEGAL. PRECLUSÃO. PEÇAS OBRIGATÓRIAS. EXTRATOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE DESPESA COM ADVOGADO E CONTADOR. DESAPROVAÇÃO. 1. A requerente foi diligenciada para apresentar manifestação acerca das irregularidades descritas em parecer preliminar, tendo deixado transcorrer in albis o prazo regulamentar, de modo que a juntada de documentos posteriormente resta atingida pela preclusão, nos termos do art. 69, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019. 2. Descumprimento do disposto no art. 53, II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019 que determina a apresentação, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, dos extratos das contas bancárias abertas em nome do candidato, demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira. 3. Não comprovação da realização de despesas com serviços contábeis

e advocatícios. Na atual disciplina da Resolução TSE nº 23.607/2019 (art. 45, § 4º), a assessoria jurídica e contábil é obrigatória e deve ser comprovada no âmbito da prestação de contas de campanha eleitoral. No caso dos autos, é fato a ausência de informação nas contas em análise acerca das despesas/receitas com profissionais das áreas jurídica e contábil. 4. Conclusão. Não se aplicam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade uma vez que a falta de extratos bancários, bem como a omissão de gastos e ou receitas, impedem a fiscalização das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados, em face da inexistência de dados objetivos acerca dos valores efetivamente empregados no custeio da campanha. 5. Contas desaprovadas.

Prestação de Contas nº060111191, Acórdão, Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 27/06/2023.

Por fim, a referida inconsistência/irregularidade comprometeu a análise das contas na sua integralidade, e, por conseguinte, sua confiabilidade, razão pela qual não há que se falar em aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para relativizá-la. Houve descumprimento literal de exigências previstas na Resolução TSE nº 23.607/2019. O escopo do referido normativo é criar a possibilidade dos eleitores e demais interessados acompanharem, durante a campanha, os recursos recebidos pelos candidatos e pelos partidos políticos, em especial, a quantidade, a regularidade e a origem dos mesmos, bem como viabilizar a fiscalização pela Justiça Eleitoral, Ministério Público, partidos e demais candidatos.

Por outro lado, como apontado pela unidade técnica, os extratos apresentados, bem como a documentação disponível no sistema SPCEWEB, especialmente os extratos eletrônicos e a ausência de notas fiscais em nome do candidato no módulo FiscalizaJE, permitiram deduzir que não houve recebimento ou pagamento envolvendo recursos financeiros, fato este que denota circunstância menos gravosa e atrai a incidência do art. 74, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 .

Restaram, portanto, caracterizadas inconsistências graves e insanáveis que comprometem a regularidade das contas e que são suficientes para que as mesmas sejam desaprovadas. Aliás, é o que entendem, também, o setor responsável pela análise técnica e o Ministério Público Eleitoral.

III) DISPOSITIVO

Ante o exposto, e em consonância com a unidade técnica do Cartório Eleitoral e com o Ministério Público Eleitoral, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha do candidato FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA ROCHA, por ocasião das Eleições/2024, com fulcro no art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, III, e § 2º, estes da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Abra-se vista ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente PJe, para ciência e para os fins previstos no art. 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação, nos termos do art. 85 da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, §5º).

Transitada em julgado, proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.

Uruçuí/PI, *datada e assinada eletronicamente.*

FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA

Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600283-82.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600283-82.2024.6.18.0014 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (PORTO ALEGRE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: CELIA MARIA BISPO DA COSTA
ADVOGADO	: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA (10542/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 CELIA MARIA BISPO DA COSTA VEREADOR
ADVOGADO	: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA (10542/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600283-82.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 CELIA MARIA BISPO DA COSTA VEREADOR, CELIA MARIA BISPO DA COSTA
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA - PI10542
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA - PI10542
SENTENÇA
I) RELATÓRIO
Trata-se de Prestação de Contas Eleitorais Final da candidata CELIA MARIA BISPO DA COSTA, de Porto Alegre do Piauí/PI, referentes às Eleições Municipais de 2024.
Publicado o edital, decorreu "*in albis*" o prazo legal sem impugnação, nos termos do art. 56, *caput*, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Concluída a análise técnica, houve a necessidade de expedição de relatório preliminar (intimação ID 1º grau 123830175) para cumprimento de diligências, nos termos do § 3º, art. 64 e 69, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 4º).
A prestadora de contas apresentou manifestação intempestiva (ID 1º grau 123839620).
A Unidade Técnica do Cartório Eleitoral emitiu Parecer Conclusivo pela Desaprovação das Contas (ID 1º grau 123862613).
Da mesma forma, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como Desaprovadas, nos termos do art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (ID 1º grau 123878789).
É o breve relatório. Passo a fundamentar e decidir.
II) FUNDAMENTAÇÃO
Em sede de prestação de contas, cumpre à Justiça Eleitoral o importante papel de averiguar se os candidatos e partidos apresentaram corretamente a documentação exigida por lei, bem como se as receitas e despesas foram regulares e devidamente listadas, a fim de que as informações sejam arquivadas em local próprio para que os interessados possam ter livre acesso a elas.
Após a fase de diligências, o Parecer Técnico Conclusivo apontou inconsistências/irregularidades, entre as quais as que seguem:
16. EXPEDIÇÃO DE DILIGÊNCIAS:
16.1 - DOAÇÃO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

Constata-se, no arquivo "notas explicativas", um contrato de prestação de serviços de contabilidade entre o Candidato a Prefeito João Carlos Alves dos Santos Silva e o profissional Patric Dias Ramos. No referido contrato, é possível deduzir que, a partir deste contrato, o contador referido prestaria serviços a esta candidata a vereadora prestadora de contas.
Por outro lado, ainda considerando o arquivo "notas explicativas", constata-se um rascunho (digo isso porque não há, sequer, assinatura dos supostos contratante e contratado) de contrato de prestação de serviços advocatícios entre o Candidato a Prefeito João Carlos Alves dos Santos Silva e o Advogado Luiz Mario de Araujo Rocha. No referido contrato, é possível deduzir que, a partir deste contrato, o advogado referido prestaria serviços a esta candidata a vereadora prestadora de contas.
Não obstante não haja absolutamente nenhuma explicação por parte da candidata ou de seu Advogado, é possível, a partir de um esforço interpretativo, deduzir, através do arquivo "notas explicativas", que talvez tenha havido doação estimável de serviços advocatícios e de contabilidade. Neste caso, referida doação deveria ter sido declarada na presente prestação de contas.
Ademais, conforme contrato e rascunho de contrato já citados, os serviços foram despesas para o contratante e possível doador, de forma que deve ser comprovado o pagamento e apresentado documento fiscal idôneo referente à contratação e prestação dos serviços.
Nesse caso, tendo havido doação, verifica-se contrariedade ao art. 21, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Por outro lado, já não teria como esta unidade técnica considerar que não houve movimentação, o que contraria o extrato de prestação de contas apresentado.
Análise técnica: devidamente intimada, a prestadora de contas, através de seu Advogado, afirmou que o candidato a Prefeito Municipal de Porto Alegre do Piauí firmou contrato de serviço oneroso com Advogado e Contador para a prestação de serviço advocatício e contábil, abrangendo tanto a candidatura majoritária quanto as candidaturas proporcionais; que os serviços foram devidamente prestados, mas não se converteram em doação; que ambos profissionais contratados firmaram termo de assunção de dívida; e que as dívidas decorrentes dos contratos foram assumidas pelo Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores do Estado do Piauí, ficando o contratante exonerado de todas as obrigações onerosas decorrente dos referidos contratos. Esta unidade técnica entende que a inconsistência referida neste item não foi sanada, sequer, minimamente; observa-se que não há lógica na argumentação da prestadora de contas, senão vejamos:
* afirma não ter havido doação; entretanto, se os serviços foram prestados à candidata, mas contratados pelo candidato a prefeito, a lógica é estarmos diante de doação, fato que obrigaria a prestadora de contas a emitir recibos, bem como declará-la na prestação de contas;
* afirma, apresentando um termo, que os profissionais, advogado e contador, "firmaram termo de assunção de dívida"; não há sentido nisso; se os profissionais figuram como credores, é impraticável que eles assumam termo de assunção de dívida. A assunção de dívida de campanha deve ser feita pelo partido político, como reza o art. 33, § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Assim, passo a analisar especificamente as inconsistências/irregularidades acima descritas, entend endo que a inconsistência "ausência de peças integrantes" foi sanada.
(16.1 - DOAÇÃO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E SERVIÇOS DE CONTABILIDADE)
Compulsando os autos, constata-se um contrato de prestação de serviços de contabilidade e um documento apócrifo que se pode deduzir pretensamente um contrato de prestação de serviços advocatícios, onde constam como partes os profissionais respectivos e o candidato a prefeito da Federação partidária à qual pertence esta prestadora de contas.
Também à base de dedução, pode-se afirmar que o candidato a prefeito contratante seria doador da prestadora de contas deste processo.

Dessa forma, pode-se afirmar que houve doação de serviços estimáveis em dinheiro; neste caso, com descumprimento literal ao art. 21, da Resolução TSE nº 23.607/2019, à medida em que faltam recibo eleitoral, termo de doação e até mesmo comprovação da prestação dos serviços.

Além disso, não houve, sequer, declaração desta doação ou da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade nesta prestação de contas, haja vista encontrar-se inteiramente sem registros de receitas ou despesas. Ou seja, a doação não declarada, se é que existiu a prestação dos serviços, caracteriza omissão de receitas, infringindo o art. 53, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Por outro lado, a prestadora de contas apresentou um "termo de assunção de dívida" totalmente sem sentido, em que o Advogado e o Contador consentem que a dívida decorrente dos seus trabalhos sejam pagas pelo Diretório Estadual, sem qualquer indício de que este Diretório sequer tenha conhecimento da dívida referida. Esse argumento merece rejeição de pronto, baseada no art. 33, § 2º e § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Esta irregularidade é suficiente para ensejar a desaprovação das contas em comento, seguindo j urisprudência recente:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. CARGO DEPUTADO ESTADUAL. JUNTADA DE DOCUMENTO APÓS O PRAZO LEGAL. PRECLUSÃO. PEÇAS OBRIGATÓRIAS. EXTRATOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE DESPESA COM ADVOGADO E CONTADOR. DESAPROVAÇÃO. 1. A requerente foi diligenciada para apresentar manifestação acerca das irregularidades descritas em parecer preliminar, tendo deixado transcorrer in albis o prazo regulamentar, de modo que a juntada de documentos posteriormente resta atingida pela preclusão, nos termos do art. 69, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019. 2. Descumprimento do disposto no art. 53, II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019 que determina a apresentação, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, dos extratos das contas bancárias abertas em nome do candidato, demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira. 3. Não comprovação da realização de despesas com serviços contábeis e advocatícios. Na atual disciplina da Resolução TSE nº 23.607/2019 (art. 45, § 4º), a assessoria jurídica e contábil é obrigatória e deve ser comprovada no âmbito da prestação de contas de campanha eleitoral. No caso dos autos, é fato a ausência de informação nas contas em análise acerca das despesas/receitas com profissionais das áreas jurídica e contábil. 4. Conclusão. Não se aplicam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade uma vez que a falta de extratos bancários, bem como a omissão de gastos e ou receitas, impedem a fiscalização das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados, em face da inexistência de dados objetivos acerca dos valores efetivamente empregados no custeio da campanha. 5. Contas desaprovadas.

Prestação de Contas nº060111191, Acórdão, Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 27/06/2023.

Por fim, a referida inconsistência/irregularidade comprometeu a análise das contas na sua integralidade, e, por conseguinte, sua confiabilidade, razão pela qual não há que se falar em aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para relativizá-la. Houve descumprimento literal de exigências previstas na Resolução TSE nº 23.607/2019. O escopo do referido normativo é criar a possibilidade dos eleitores e demais interessados acompanharem, durante a campanha, os recursos recebidos pelos candidatos e pelos partidos políticos, em especial, a quantidade, a regularidade e a origem dos mesmos, bem como viabilizar a fiscalização pela Justiça Eleitoral, Ministério Público, partidos e demais candidatos.

Por outro lado, como apontado pela unidade técnica, os extratos apresentados, bem como a documentação disponível no sistema SPCEWEB, especialmente os extratos eletrônicos e a

ausência de notas fiscais em nome do candidato no módulo FiscalizaJE, permitiram deduzir que não houve recebimento ou pagamento envolvendo recursos financeiros, fato este que denota circunstância menos gravosa e atrai a incidência do art. 74, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 .

Restaram, portanto, caracterizadas inconsistências graves e insanáveis que comprometem a regularidade das contas e que são suficientes para que as mesmas sejam desaprovadas. Aliás, é o que entendem, também, o setor responsável pela análise técnica e o Ministério Público Eleitoral.

III) DISPOSITIVO

Ante o exposto, e em consonância com a unidade técnica do Cartório Eleitoral e com o Ministério Público Eleitoral, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha da candidata CELIA MARIA BISPO DA COSTA, por ocasião das Eleições/2024, com fulcro no art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, III, e § 2º, estes da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Abra-se vista ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente PJe, para ciência e para os fins previstos no art. 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação, nos termos do art. 85 da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, §5º).

Transitada em julgado, proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.

Uruçuí/PI, *datada e assinada eletronicamente.*

FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA

Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600281-15.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600281-15.2024.6.18.0014 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (PORTO ALEGRE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 FLABIANO ROCHA DOS REIS VEREADOR
ADVOGADO	: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA (10542/PI)
REQUERENTE	: FLABIANO ROCHA DOS REIS
ADVOGADO	: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA (10542/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600281-15.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 FLABIANO ROCHA DOS REIS VEREADOR, FLABIANO ROCHA DOS REIS

Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA - PI10542

Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA - PI10542

SENTENÇA

I) RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas Eleitorais Final do candidato FLABIANO ROCHA DOS REIS, de Porto Alegre do Piauí/PI, referentes às Eleições Municipais de 2024.

Publicado o edital, decorreu "*in albis*" o prazo legal sem impugnação, nos termos do art. 56, *caput*, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Concluída a análise técnica, houve a necessidade de expedição de relatório preliminar (intimação ID 1º grau 123830170) para cumprimento de diligências, nos termos do § 3º, art. 64 e 69, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 4º).

O prestador de contas apresentou manifestação intempestiva (ID 1º grau 123841210).

A Unidade Técnica do Cartório Eleitoral emitiu Parecer Conclusivo pela Desaprovação das Contas (ID 1º grau 123862624).

Da mesma forma, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como Desaprovadas, nos termos do art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (ID 1º grau 123878649).

É o breve relatório. Passo a fundamentar e decidir.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Em sede de prestação de contas, cumpre à Justiça Eleitoral o importante papel de averiguar se os candidatos e partidos apresentaram corretamente a documentação exigida por lei, bem como se as receitas e despesas foram regulares e devidamente listadas, a fim de que as informações sejam arquivadas em local próprio para que os interessados possam ter livre acesso a elas.

Após a fase de diligências, o Parecer Técnico Conclusivo apontou inconsistências/irregularidades, entre as quais as que seguem:

16. EXPEDIÇÃO DE DILIGÊNCIAS:

16.1 - DOAÇÃO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

Constata-se, no arquivo "notas explicativas", um contrato de prestação de serviços de contabilidade entre o Candidato a Prefeito João Carlos Alves dos Santos Silva e o profissional Patric Dias Ramos. No referido contrato, é possível deduzir que, a partir deste contrato, o contador referido prestaria serviços a este candidato a vereador prestador de contas.

Por outro lado, ainda considerando o arquivo "notas explicativas", constata-se um rascunho (digo isso porque não há, sequer, assinatura dos supostos contratante e contratado) de contrato de prestação de serviços advocatícios entre o Candidato a Prefeito João Carlos Alves dos Santos Silva e o Advogado Luiz Mario de Araujo Rocha. No referido contrato, é possível deduzir que, a partir deste contrato, o advogado referido prestaria serviços a este candidato a vereador prestador de contas.

Não obstante não haja absolutamente nenhuma explicação por parte do candidato ou de seu Advogado, é possível, a partir de um esforço interpretativo, deduzir, através do arquivo "notas explicativas", que talvez tenha havido doação estimável de serviços advocatícios e de contabilidade. Neste caso, referida doação deveria ter sido declarada na presente prestação de contas.

Ademais, conforme contrato e rascunho de contrato já citados, os serviços foram despesas para o contratante e possível doador, de forma que deve ser comprovado o pagamento e apresentado documento fiscal idôneo referente à contratação e prestação dos serviços.

Nesse caso, tendo havido doação, verifica-se contrariedade ao art. 21, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Por outro lado, já não teria como esta unidade técnica considerar que não houve movimentação, o que contraria o extrato de prestação de contas apresentado.

Análise técnica: devidamente intimado, o prestador de contas, através de seu Advogado, afirmou que o candidato a Prefeito Municipal de Porto Alegre do Piauí firmou contrato de serviço oneroso com Advogado e Contador para a prestação de serviço advocatício e contábil, abrangendo tanto a candidatura majoritária quanto as candidaturas proporcionais; que os serviços foram devidamente prestados, mas não se converteram em doação; que ambos profissionais contratados firmaram termo de assunção de dívida; e que as dívidas decorrentes dos contratos foram assumidas pelo Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores do Estado do Piauí, ficando o contratante exonerado de todas as obrigações onerosas decorrente dos referidos contratos. Esta unidade técnica entende que a inconsistência referida neste item não foi sanada, sequer, minimamente; observa-se que não há lógica na argumentação da prestadora de contas, senão vejamos:

* afirma não ter havido doação; entretanto, se os serviços foram prestados ao candidato, mas contratados pelo candidato a prefeito, a lógica é estarmos diante de doação, fato que obrigaria o prestador de contas a emitir recibos, bem como declará-la na prestação de contas;

* afirma, apresentando um termo, que os profissionais, advogado e contador, "firmaram termo de assunção de dívida"; não há sentido nisso; se os profissionais figuram como credores, é impraticável que eles assumam termo de assunção de dívida. A assunção de dívida de campanha deve ser feita pelo partido político, como reza o art. 33, § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Assim, passo a analisar especificamente as inconsistências/irregularidades acima descritas, entend endo que a inconsistência "ausência de peças integrantes" foi sanada.

(16.1 - DOAÇÃO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E SERVIÇOS DE CONTABILIDADE)

Compulsando os autos, constata-se um contrato de prestação de serviços de contabilidade e um documento apócrifo que se pode deduzir pretensamente um contrato de prestação de serviços advocatícios, onde constam como partes os profissionais respectivos e o candidato a prefeito da Federação partidária à qual pertence este prestador de contas.

Também à base de dedução, pode-se afirmar que o candidato a prefeito contratante seria doador do prestador de contas deste processo.

Dessa forma, pode-se afirmar que houve doação de serviços estimáveis em dinheiro; neste caso, com descumprimento literal ao art. 21, da Resolução TSE nº 23.607/2019, à medida em que faltam recibo eleitoral, termo de doação e até mesmo comprovação da prestação dos serviços.

Além disso, não houve, sequer, declaração desta doação ou da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade nesta prestação de contas, haja vista encontrar-se inteiramente sem registros de receitas ou despesas. Ou seja, a doação não declarada, se é que existiu a prestação dos serviços, caracteriza omissão de receitas, infringindo o art. 53, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Por outro lado, o prestador de contas apresentou um "termo de assunção de dívida" totalmente sem sentido, em que o Advogado e o Contador consentem que a dívida decorrente dos seus trabalhos sejam pagas pelo Diretório Estadual, sem qualquer indício de que este Diretório sequer tenha conhecimento da dívida referida. Esse argumento merece rejeição de pronto, baseada no art. 33, § 2º e § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Esta irregularidade é suficiente para ensejar a desaprovação das contas em comento, seguindo j urisprudência recente:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. CARGO DEPUTADO ESTADUAL. JUNTADA DE DOCUMENTO APÓS O PRAZO LEGAL. PRECLUSÃO. PEÇAS OBRIGATÓRIAS. EXTRATOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE DESPESA COM ADVOGADO E CONTADOR. DESAPROVAÇÃO. 1. A requerente foi diligenciada para apresentar manifestação acerca das irregularidades descritas em parecer preliminar, tendo deixado transcorrer in albis o prazo regulamentar, de modo que a juntada de documentos posteriormente resta atingida pela preclusão, nos termos do art. 69, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019. 2. Descumprimento do disposto no

art. 53, II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019 que determina a apresentação, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, dos extratos das contas bancárias abertas em nome do candidato, demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira. 3. Não comprovação da realização de despesas com serviços contábeis e advocatícios. Na atual disciplina da Resolução TSE nº 23.607/2019 (art. 45, § 4º), a assessoria jurídica e contábil é obrigatória e deve ser comprovada no âmbito da prestação de contas de campanha eleitoral. No caso dos autos, é fato a ausência de informação nas contas em análise acerca das despesas/receitas com profissionais das áreas jurídica e contábil. 4. Conclusão. Não se aplicam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade uma vez que a falta de extratos bancários, bem como a omissão de gastos e ou receitas, impedem a fiscalização das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados, em face da inexistência de dados objetivos acerca dos valores efetivamente empregados no custeio da campanha. 5. Contas desaprovadas.

Prestação de Contas nº060111191, Acórdão, Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 27/06/2023.

Por fim, a referida inconsistência/irregularidade comprometeu a análise das contas na sua integralidade, e, por conseguinte, sua confiabilidade, razão pela qual não há que se falar em aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para relativizá-la. Houve descumprimento literal de exigências previstas na Resolução TSE nº 23.607/2019. O escopo do referido normativo é criar a possibilidade dos eleitores e demais interessados acompanharem, durante a campanha, os recursos recebidos pelos candidatos e pelos partidos políticos, em especial, a quantidade, a regularidade e a origem dos mesmos, bem como viabilizar a fiscalização pela Justiça Eleitoral, Ministério Público, partidos e demais candidatos.

Por outro lado, como apontado pela unidade técnica, os extratos apresentados, bem como a documentação disponível no sistema SPCEWEB, especialmente os extratos eletrônicos e a ausência de notas fiscais em nome do candidato no módulo FiscalizaJE, permitiram deduzir que não houve recebimento ou pagamento envolvendo recursos financeiros, fato este que denota circunstância menos gravosa e atrai a incidência do art. 74, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 .

Restaram, portanto, caracterizadas inconsistências graves e insanáveis que comprometem a regularidade das contas e que são suficientes para que as mesmas sejam desaprovadas. Aliás, é o que entendem, também, o setor responsável pela análise técnica e o Ministério Público Eleitoral.

III) DISPOSITIVO

Ante o exposto, e em consonância com a unidade técnica do Cartório Eleitoral e com o Ministério Público Eleitoral, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha do candidato FLABIANO ROCHA DOS REIS, por ocasião das Eleições/2024, com fulcro no art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, III, e § 2º, estes da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Abra-se vista ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente PJe, para ciência e para os fins previstos no art. 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Da decisão deste juízo eleitoral, cabe recurso para Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação, nos termos do art. 85 da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, §5º).

Transitada em julgado, proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.
Uruçuí/PI, *datada e assinada eletronicamente.*
FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA
Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600240-48.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600240-48.2024.6.18.0014 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (ANTôNIO ALMEIDA - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 RAIMUNDO ALVES DE ANDRADE VEREADOR
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)
REQUERENTE	: RAIMUNDO ALVES DE ANDRADE
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600240-48.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 RAIMUNDO ALVES DE ANDRADE VEREADOR, RAIMUNDO ALVES DE ANDRADE
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
SENTENÇA
Trata-se de processo de prestação de contas de campanha relativas às eleições ordinárias 2024 apresentadas pelo prestador acima nominado.
Publicado edital dando ciência da apresentação das contas, não houve proposição de impugnação.
Emitido relatório de diligências (Id 123743596), para fins de oportunizar ao candidato a apresentação de esclarecimentos, argumentos e/ou documentos para saneamento das falhas encontradas na prestação de contas, o prestador, regularmente intimado, apresentou petição de Id 123750196.
Em parecer conclusivo, o setor técnico detectou irregularidades nas contas analisadas, opinando ao final pela desaprovação das contas, com a determinação de devolução da receita obtida de forma irregular (Id 123758078).
Instado, o Ministério Público Eleitoral emitiu parecer (Id 1237559506) manifestando-se pela desaprovação das contas e requerendo a devolução de valor referente à doação financeira realizada em desacordo com a norma.
É o relatório. Passo à decisão.
O art. 45, *caput* e §3º c/c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e os partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral.
Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

O sistema de análise simplificada se caracteriza pela análise informatizada da prestação de contas, que será composta exclusivamente pelas informações prestadas diretamente no SPCE e pelos documentos descritos nas alíneas a, b, d e f do inciso II do caput do art. 53 da Resolução TSE nº 23.607/19, com o objetivo de detectar recebimento direto ou indireto de fontes vedadas, recebimento de recursos de origem não identificada, extrapolação de limite de gastos, omissão de receitas e gastos eleitorais e não identificação de doadoras ou de doadores originários, nas doações recebidas de outras prestadoras ou de outros prestadores de contas (art. 65 da Resolução TSE nº 23.607/19).

Feitas essas considerações introdutórias, observo que, na presente prestação de contas, remanesceram impropriedades e irregularidades que, em conjunto, comprometeram sobremaneira a confiabilidade das contas, em especial a falha apontada no item 1 do parecer conclusivo, que trata de arrecadação irregular de recursos para a campanha eleitoral, em valor proporcionalmente relevante.

Houve doação financeira recebida por meio de depósito em espécie, em valor superior a R$ 1.064,10 (um mil sessenta e quatro reais e dez centavos), portanto superior ao limite permitido, infringindo assim o disposto no art. 21, §1º ,da Resolução TSE n.º 23.607/2019. O candidato, após diligenciado, alegou equívoco da doadora, argumento insuficiente para afastar a irregularidade, cujo valor representa 87,10% de toda a arrecadação financeira, e 69,85% de todas as receitas, incluídas as estimáveis em dinheiro.

Observa-se que, *in casu*, o candidato deixou de utilizar a prerrogativa de restituição do valor irregularmente arrecadado, conforme previsto na norma de regência, tendo optado por utilizar o recurso, restando assim configurada a utilização de RONI (Recurso de Origem Não Identificada) e a obrigação de recolhimento do valor ao Tesouro Nacional, nos termos do §3º do art. 21 da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

Quanto ao peso da irregularidade, considerando que a falha evidenciada não configura, conforme jurisprudência consolidada nesta especializada, valor módico, aqui considerado o que represente valor absoluto diminuto (R$ 1.604,10) ou percentual inexpressivo, visto que supera em muito os 10% do total da arrecadação ou das despesas, não resta alternativa que não seja a reprovação das contas.

A Resolução TSE n.º 23.607/2019 classifica os recursos recebidos em desacordo com o art. 21, §1º, como RONI - Recursos de Origem Não Identificada, conforme definição no art. 32, §1º, inciso IV. No que se refere ao valor considerado RONI efetivamente gasto durante a campanha eleitoral do candidato, o entendimento é que deve ser devolvido o resultado da diferença entre o valor arrecadado e o limite legal, senão vejamos:

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATA. ELEIÇÕES 2020. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DOAÇÕES RECEBIDAS DE RECURSOS PRÓPRIOS MEDIANTE DEPÓSITO EM ESPÉCIE EM VALOR ACIMA DO LIMITE LEGAL. APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE TODA A QUANTIA DOADA. DESPROPORCIONALIDADE. ART. 21, § 1º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. REDUÇÃO DA MULTA PARA O PATAMAR EQUIVALENTE APENAS AO QUE EXCEDEU O LIMITE LEGAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.1. As doações financeiras de valor igual ou superior a R$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal.2. Na espécie, a candidata fez doações a sua campanha mediante depósitos bancários identificados, em valor acima do mencionado limite legal. Nesse caso, conforme entendimento jurisprudencial, é devido o recolhimento ao Tesouro Nacional somente da quantia que ultrapasse o valor regulamentar (R$1.064,10).3. Impossibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.4. Recurso provido parcialmente

para reduzir o valor a ser devolvido ao Tesouro Nacional.5. Sentença mantida para desaprovar as contas de campanha. Recurso Eleitoral nº 060027620, Acórdão, Des. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 29/03/2022.

Diante do exposto, em consonância com o opinativo Ministerial, com fulcro no artigo 30, III, da Lei n.º 9.504/97, combinado com o artigo 74, inciso II, da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO DESAPROVADAS as contas de campanha de RAIMUNDO ALVES DE ANDRADE, candidato ao cargo de vereador do município de ANTÔNIO ALMEIDA-PI nas Eleições 2024, nos termos em que DETERMINO o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 1.935,90 (um mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos), no prazo de 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado, ou a comprovação de recolhimento anterior, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), a qual deverá ser juntada aos presentes autos.

Decorrido o referido prazo, sem a consequente comprovação do recolhimento, proceda-se na forma da Resolução TSE nº 23.709/2022.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO, e ELO, caso necessário; em seguida, arquivem-se os autos.

Uruçuí (PI), datada e assinada eletronicamente.

FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA

Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600224-94.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600224-94.2024.6.18.0014 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (ANTôNIO ALMEIDA - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 LUZIMAR PEREIRA DE AZEVEDO VEREADOR
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)
REQUERENTE	: LUZIMAR PEREIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600224-94.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 LUZIMAR PEREIRA DE AZEVEDO VEREADOR, LUZIMAR PEREIRA DE AZEVEDO

Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260

Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260

SENTENÇA

Trata-se de processo de prestação de contas de campanha relativas às eleições ordinárias 2024 apresentadas pela prestadora acima nominada.

Publicado edital dando ciência da apresentação das contas, não houve proposição de impugnação.

Emitido relatório de diligências (Id 123733080), para fins de oportunizar à candidata a apresentação de esclarecimentos, argumentos e/ou documentos para saneamento das falhas

encontradas na prestação de contas, a prestadora, regularmente intimada, apresentou petição de Id 123747100.

Em parecer conclusivo, o setor técnico detectou irregularidades nas contas analisadas, opinando ao final pela desaprovação das contas, com a determinação de devolução da receita obtida de forma irregular (Id 123757946).

Instado, o Ministério Público Eleitoral emitiu parecer (Id 1237559215) manifestando-se pela desaprovação das contas e requerendo a devolução de valor referente à doação financeira realizada em desacordo com a norma.

É o relatório. Passo à decisão.

O art. 45, *caput* e §3º c/c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e os partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral.

Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

O sistema de análise simplificada se caracteriza pela análise informatizada da prestação de contas, que será composta exclusivamente pelas informações prestadas diretamente no SPCE e pelos documentos descritos nas alíneas a, b, d e f do inciso II do caput do art. 53 da Resolução TSE nº 23.607/19, com o objetivo de detectar recebimento direto ou indireto de fontes vedadas, recebimento de recursos de origem não identificada, extrapolação de limite de gastos, omissão de receitas e gastos eleitorais e não identificação de doadoras ou de doadores originários, nas doações recebidas de outras prestadoras ou de outros prestadores de contas (art. 65 da Resolução TSE nº 23.607/19).

Feitas essas considerações introdutórias, observo que, na presente prestação de contas, remanesceram impropriedades e irregularidades que, em conjunto, comprometeram sobremaneira a confiabilidade das contas, em especial a falha apontada no item 1 do parecer conclusivo, que trata de arrecadação irregular de recursos para a campanha eleitoral, em valor proporcionalmente relevante.

Houve doação financeira recebida por meio de depósito em espécie, em valor superior a R$ 1.064,10 (um mil sessenta e quatro reais e dez centavos), portanto superior ao limite permitido, infringindo assim o disposto no art. 21, §1º ,da Resolução TSE n.º 23.607/2019. A candidata, após diligenciada, alegou equívoco da doadora, argumento insuficiente para afastar a irregularidade, cujo valor representa 87,10% de toda a arrecadação financeira, e 66,8% de todas as receitas, incluídas as estimáveis em dinheiro.

Observa-se que, *in casu*, a candidata deixou de utilizar a prerrogativa de restituição do valor irregularmente arrecadado, conforme previsto na norma de regência, tendo optado por utilizar o recurso, restando assim configurada a utilização de RONI (Recurso de Origem Não Identificada) e a obrigação de recolhimento do valor ao Tesouro Nacional, nos termos do §3º do art. 21 da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

Quanto ao peso da irregularidade, considerando que a falha evidenciada não configura, conforme jurisprudência consolidada nesta especializada, valor módico, aqui considerado o que represente valor absoluto diminuto (R$ 1.604,10) ou percentual inexpressivo, visto que supera em muito os 10% do total da arrecadação ou das despesas, não resta alternativa que não seja a reprovação das contas.

A Resolução TSE n.º 23.607/2019 classifica os recursos recebidos em desacordo com o art. 21, §1º, como RONI - Recursos de Origem Não Identificada, conforme definição no art. 32, §1º, inciso

IV. No que se refere ao valor considerado RONI efetivamente gasto durante a campanha eleitoral da candidata, o entendimento é que deve ser devolvido o resultado da diferença entre o valor arrecadado e o limite legal, senão vejamos:

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATA. ELEIÇÕES 2020. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DOAÇÕES RECEBIDAS DE RECURSOS PRÓPRIOS MEDIANTE DEPÓSITO EM ESPÉCIE EM VALOR ACIMA DO LIMITE LEGAL. APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE TODA A QUANTIA DOADA. DESPROPORCIONALIDADE. ART. 21, § 1º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. REDUÇÃO DA MULTA PARA O PATAMAR EQUIVALENTE APENAS AO QUE EXCEDEU O LIMITE LEGAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.1. As doações financeiras de valor igual ou superior a R$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal.2. Na espécie, a candidata fez doações a sua campanha mediante depósitos bancários identificados, em valor acima do mencionado limite legal. Nesse caso, conforme entendimento jurisprudencial, é devido o recolhimento ao Tesouro Nacional somente da quantia que ultrapasse o valor regulamentar (R$1.064,10).3. Impossibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.4. Recurso provido parcialmente para reduzir o valor a ser devolvido ao Tesouro Nacional.5. Sentença mantida para desaprovar as contas de campanha. Recurso Eleitoral nº 060027620, Acórdão, Des. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 29/03/2022.

Diante do exposto, em consonância com o opinativo Ministerial, com fulcro no artigo 30, III, da Lei n.º 9.504/97, combinado com o artigo 74, inciso II, da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO DESAPROVADAS as contas de campanha de LUZIMAR PEREIRA DE AZEVEDO, candidata ao cargo de vereadora do município de ANTÔNIO ALMEIDA-PI nas Eleições 2024, nos termos em que DETERMINO o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R$ 1.935,90 (um mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos), no prazo de 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado, ou a comprovação de recolhimento anterior, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), a qual deverá ser juntada aos presentes autos.

Decorrido o referido prazo, sem a consequente comprovação do recolhimento, proceda-se na forma da Resolução TSE nº 23.709/2022.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO, e ELO, caso necessário; em seguida, arquivem-se os autos.

Uruçuí (PI), datada e assinada eletronicamente.

FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA

Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600206-73.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600206-73.2024.6.18.0014 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (ANTôNIO ALMEIDA - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: MACIEL VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MACIEL VIEIRA DOS SANTOS VEREADOR
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)

TERMO DE VISTA
Nesta data, abro vista dos presentes autos ao Ministério Público Eleitoral junto a esta 14ª ZE/PI.
Uruçuí/PI, 17 de junho de 2025.
Adelmar Dias Pinheiro Filho
Técnico Judiciário - Mat. TRE/PI 622

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600042-11.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600042-11.2024.6.18.0014 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ANTôNIO ALMEIDA - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - ANTONIO ALMEIDA - PI - MUNICIPAL
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)
RESPONSÁVEL	: MARLENE DA SILVA GUIMARAES
RESPONSÁVEL	: WLADMIR PAULO DA SILVA BORGES

JUSTIÇA ELEITORAL
014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600042-11.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERENTE: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - ANTONIO ALMEIDA - PI - MUNICIPAL
RESPONSÁVEL: WLADMIR PAULO DA SILVA BORGES, MARLENE DA SILVA GUIMARAES
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
SENTENÇA
Trata-se de requerimento de regularização de contas julgadas não prestadas apresentado pelo partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB de Antônio Almeida/PI referente ao exercício financeiro de 2022.
Os autos foram instruídos com os documentos necessários à formalização da prestação de contas e não houve recebimento de recursos do Fundo Partidário, de origem não identificada ou de fonte vedada, de modo que não foi identificada nenhuma irregularidade ou impropriedade que afete a confiabilidade do requerimento de regularização apresentado, conforme informação prestada pelo Cartório Eleitoral (ID 123945318).
Assim sendo, tendo em vista que não há recurso a devolver ou impropriedade a sanar, DEFIRO o requerimento de regularização das contas e determino o levantamento da situação de inadimplência do prestador no SICO.
Intime-se o prestador e o Ministério Público Eleitoral.
Publique-se. Registre-se.
Cumpra-se.
Uruçuí/PI, datada e assinada eletronicamente.
FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA

Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600045-63.2024.6.18.0014

PROCESSO	: 0600045-63.2024.6.18.0014 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ANTôNIO ALMEIDA - PI)
RELATOR	**: 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - ANTONIO ALMEIDA - PI - MUNICIPAL
ADVOGADO	: THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600045-63.2024.6.18.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE URUÇUÍ PI
REQUERENTE: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - ANTONIO ALMEIDA - PI - MUNICIPAL
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO RAMOS SILVA - PI10260
DESPACHO
INTIME-SE o prestador de contas para que se manifeste, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sobre a informação id 1º grau 123945334, sob pena de aplicação do disposto no art. 58, § 2º, da Resolução TSE nº 23.604/2019.
Após, voltem-me conclusos.
Cumpra-se.
Uruçuí/PI, datado e assinado eletronicamente.
FERNANDO JOSÉ ALVES SILVA
Juiz Eleitoral - 14ª ZE/PI

16ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

PUBLICAÇÃO DO ATENDIMENTO DE ELEITORES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI
Edital Nº 29/2025 - TRE/16A ZONA
PUBLICAÇÃO DO ATENDIMENTO DE ELEITORES
A Meritíssima Senhora Mariana Cruz Almeida Pires, Juíza que responde por esta 16ª Zona Eleitoral, compreendendo os municípios de União - Sede e Lagoa Alegre, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.
Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente aos Partidos Políticos desta 16ª Zona Eleitoral, composta pelos municípios de União e Lagoa Alegre, conforme art. 54, da Resolução n.º 23.659, do TSE de 26/10/2021, que foram expedidos os

títulos eleitorais das pessoas constantes da relação anexa (Lotes n.ºs 19, 20 e 21/2025), incluindo Alistamentos e Transferências, sendo que os Partidos Políticos têm um prazo de 10 (dez) dias para, querendo, impugná-los.

E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, mandou a MM.ª Juíza Eleitoral que expedisse o presente Edital, que será afixado no Cartório Eleitoral, no lugar de costume, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do TRE-PI.

Dado e passado nesta Cidade de União, Estado do Piauí, Eu, Pedro Alves Lira Filho, Técnico Judiciário - Chefe de Cartório, o digitei.

Mariana Cruz Almeida Pires

Juíza Eleitoral respondendo

LOTE 19/2025

Origem: ZE 16 Zona: 016 Município: 12211 - UNIÃO

Nome Inscrição Operação Data Requerimento Lote

MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS NASCIMENTO xxxx 1593 xxxx Transferência 23/05/2025 0019/2025

MARIA LUIZA GOMES DA SILVA xxxx 7057 xxxx Transferência 23/05/2025 0019/2025

LOTE 20/2025

Origem: ZE 16 Zona: 016 Município: 10324 - LAGOA ALEGRE

Nome Inscrição Operação Data Requerimento Lote

JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS SILVA xxxx 6215 xxxx Transferência 29/05/2025 0020/2025

JOSE NILSON MACEDO CRUZ xxxx 6652 xxxx Transferência 28/05/2025 0020/2025

Origem: ZE 16 Zona: 016 Município: 12211 - UNIÃO

Nome Inscrição Operação Data Requerimento Lote

ALYSSON ALVES DE LIMA xxxx 6871 xxxx Transferência 26/05/2025 0020/2025

ANTONIO JAISON DE SOUSA SANTOS xxxx 4446 xxxx Transferência 27/05/2025 0020/2025

EMANUELE DE PINHO FERREIRA xxxx 0041 xxxx Alistamento 27/05/2025 0020/2025

FRANCISCO JOSE MARTINS xxxx 3330 xxxx Transferência 26/05/2025 0020/2025

FRANCISCO WESLEY DA SILVA FERREIRA xxxx 0045 xxxx Alistamento 29/05/2025 0020/2025

GABRIEL OLIVEIRA CARVALHO xxxx 0042 xxxx Alistamento 29/05/2025 0020/2025

KAIQUE SOUSA GOMES xxxx 0047 xxxx Alistamento 30/05/2025 0020/2025

LARA LETICIA DOS SANTOS OLIVEIRA xxxx 0044 xxxx Alistamento 29/05/2025 0020/2025

LINARA CUNHA SANTOS xxxx 0043 xxxx Alistamento 29/05/2025 0020/2025

MARIA DO PERPETUO SOCORRO DOS SANTOS SILVA xxxx 8742 xxxx Transferência 27/05/2025 0020/2025

SARA NAELI GONÇALVES GOMES xxxx 0046 xxxx Alistamento 30/05/2025 0020/2025

LOTE 21/2025

Origem: ZE 16 Zona: 016 Município: 10324 - LAGOA ALEGRE

Nome Inscrição Operação Data Requerimento Lote

MARIA DA CONCEICAO MOREIRA DA SILVA xxxx 4788 xxxx Transferência 02/06/2025 0021/2025

Origem: ZE 16 Zona: 016 Município: 12211 - UNIÃO

Nome Inscrição Operação Data Requerimento Lote

ADRIELLY ANDRADE DE SOUSA xxxx 0053 xxxx Alistamento 03/06/2025 0021/2025

ANNE CAROLINE ROCHA SOUSA xxxx 0055 xxxx Alistamento 05/06/2025 0021/2025

CARMELITA FERNANDES DE MACEDO xxxx 0060 xxxx Alistamento 09/06/2025 0021/2025

DIÔGO MORAES SANTOS xxxx 0058 xxxx Alistamento 06/06/2025 0021/2025

EMILLY KELLY FONTENELLE BARBOSA xxxx 0056 xxxx Alistamento 05/06/2025 0021/2025

EVERALDO JOSE DA SILVA xxxx 0646 xxxx Transferência 05/06/2025 0021/2025

FERDINAN SANTOS xxxx 9170 xxxx Transferência 06/06/2025 0021/2025
FRANCISCO RODRIGO DA SILVA CAMPOS xxxx 0059 xxxx Alistamento 06/06/2025 0021/2025
FRANCIVALDO VICENTE DA SILVA xxxx 1493 xxxx Transferência 04/06/2025 0021/2025
GRAZIELA DE OLIVEIRA LIMA xxxx 5466 xxxx Transferência 02/06/2025 0021/2025
JOAO DOS SANTOS SILVA xxxx 0049 xxxx Alistamento 03/06/2025 0021/2025
JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO SOUSA xxxx 6969 xxxx Transferência 04/06/2025 0021/2025
JOSÉ LUCAS SILVA BORGES xxxx 0052 xxxx Alistamento 03/06/2025 0021/2025
LUCAS DE OLIVEIRA RESENDE xxxx 0048 xxxx Alistamento 03/06/2025 0021/2025
LUCIANA SILVA DUARTE DE ABREU xxxx 2527 xxxx Transferência 09/06/2025 0021/2025
LUIS FERNANDO DA SILVA SOUSA xxxx 0051 xxxx Alistamento 03/06/2025 0021/2025
MARIA JOANA DARC FERREIRA DA COSTA xxxx 0057 xxxx Alistamento 05/06/2025 0021/2025
THIAGO SOARES AVELINO xxxx 0054 xxxx Alistamento 04/06/2025 0021/2025
Em 16 de junho de 2025.
Documento assinado eletronicamente por MARIANA CRUZ ALMEIDA PIRES, Juiz(a) Eleitoral, em 17/06/2025, às 09:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0002437108 e o código CRC E67DD351.

0000701-85.2025.6.18.8016	0002437108v2
	--

18ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600203-09.2024.6.18.0018

PROCESSO	: 0600203-09.2024.6.18.0018 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (VALENÇA DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE VALENCA DO PIAUI - PI
REQUERENTE	: GEANE DA SILVA VIEIRA
REQUERENTE	: GEOVAN DA SILVA VIEIRA

JUSTIÇA ELEITORAL
018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600203-09.2024.6.18.0018 / 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
REQUERENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE VALENCA DO PIAUI - PI, GEOVAN DA SILVA VIEIRA, GEANE DA SILVA VIEIRA
SENTENÇA

Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais autuado mediante a integração entre o SPCE e o PJE da omissão da Direção Municipal/Comissão Provisória do PARTIDO DOS TRABALHADORES DE VALENÇA DO PIAUÍ/PI em prestar contas eleitorais relativa à arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2024, nos termos dos arts. 47, § 4º e 49, ambos da Resolução TSE n° 23.607/2019.

Agremiação partidária inadimplente devidamente citada por seus representantes legais (id 123883649), permaneceu omissa em apresentar a prestação de contas final (id 123922307).

Autos instruídos com as informações definidas no art. 49, § 5º, III, da Resolução TSE nº 23.607 /2019 (id 123928847).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral pugnou pelo julgamento das contas como não prestadas.

É o breve relatório. DECIDO.

A legislação eleitoral prevê a obrigatoriedade dos órgãos partidários, em todas as suas esferas, em prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência. Assim, mesmo que não tenha realizado campanha e não tenha ocorrido movimentação financeira ou estimável em dinheiro, subsiste o dever de prestar contas. E ainda, o art. 46, §2°, da Resolução TSE nº 23.607/2019, dispõe que são considerados obrigados a prestar contas de campanha os órgãos partidários que estiverem vigentes ou recuperarem a vigência ou tiverem revertida a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, estando obrigados, nesse caso, a prestar contas do período de seu regular funcionamento.

No presente caso, em consulta ao Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), a agremiação partidária inadimplente esteve vigente dentro do período determinado pela legislação e não apresentou a prestação de contas final no prazo determinado, nem no momento oportunizado para manifestação, em descumprimento à determinação legal de prestar contas eleitorais.

Ademais, os processos de prestação de contas têm caráter jurisdicional, exigindo representação por advogado, conforme disposto no art. 45, § 5º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Compulsando os autos, verifica-se que o partido não juntou o instrumento de mandato, permanecendo omisso quanto à obrigatoriedade da apresentação dos documentos exigidos para a regular prestação de contas de campanha, o que conduz ao julgamento pela sua não prestação.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. OMISSÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAIS. CONTAS NÃO PRESTADAS. - Descumprimento do disposto no art. 46, §2º da Resolução TSE nº 23.607/2019 que determina que sem prejuízo da prestação de contas anual prevista na Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários, em todas as suas esferas, devem prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência - Conclusão. A omissão subsiste na medida em que o partido não apresentou a prestação de contas exigida pela norma aplicável no tempo oportuno. - Contas Não Prestadas.

(Recurso Eleitoral nº 060003830, Acórdão de 13/07/2023, Relator Juiz Kelson Carvalho Lopes da Silva, publicado no DJE de 20/07/2023)

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, com fundamento no art. 30, IV, da Lei nº 9.504/1997 c/c art. 74, IV, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, julgo NÃO PRESTADAS as contas do PARTIDO DOS TRABALHADORES DE VALENÇA DO PIAUÍ/PI, relativas às Eleições Municipais de 2024.

Determino a aplicação da sanção de perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, nos termos do art. 80, II, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, enquanto não for regularizada a omissão do partido político requerido.

Publique-se. Registre-se. Ciência ao MPE.

Intime-se o partido na forma do art. 98, §§ 7º, 8º e 9º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Após o trânsito em julgado, notifiquem-se os órgãos nacional e estadual do partido sobre o inteiro teor da decisão, preferencialmente por meio eletrônico, e registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas (SICO).
Determino, ainda, a publicação de edital no DJE na forma do art. 54-A da Resolução TSE nº 23.571 /2018.
Expedientes necessários. Após, arquivem-se.
Valença do Piauí/PI, datado e assinado eletronicamente.
Jesse James Oliveira Sousa
Juiz Eleitoral da 18ª Zona/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600206-61.2024.6.18.0018

PROCESSO	: 0600206-61.2024.6.18.0018 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOVO ORIENTE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE NOVO ORIENTE DO PIAUI - PI
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
REQUERENTE	: FLAVIO ISIDORIO DA SILVA
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
REQUERENTE	: ODENI DE JESUS DA SILVA
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600206-61.2024.6.18.0018 / 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
REQUERENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE NOVO ORIENTE DO PIAUI - PI, FLAVIO ISIDORIO DA SILVA, ODENI DE JESUS DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais da Direção Municipal/Comissão Provisória do PARTIDO DOS TRABALHADORES DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ/PI relativa à arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2024, nos termos da Lei n° 9.504/1997 e da Resolução TSE n° 23.607/2019.
Prestação de contas apresentada tempestivamente, instruída com peças exigidas na Resolução TSE n° 23.607/2019.
Publicado edital, decorreu o prazo sem impugnação às contas prestadas.
Expedida diligência para complemento das informações prestadas, o requerente manifestou-se sobre o relatório e juntou documentos.
Relatório técnico de exame da prestação de contas opinando pela desaprovação das contas.

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação das contas em exame.
É o breve relatório. DECIDO.
A legislação eleitoral prevê a obrigatoriedade dos órgãos partidários, em todas as suas esferas, em prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência. Assim, mesmo que não tenha realizado campanha e não tenha ocorrido movimentação financeira ou estimável em dinheiro, subsiste o dever de prestar contas. E ainda, o art. 46, §2°, da Resolução TSE nº 23.607/2019, dispõe que são considerados obrigados a prestar contas de campanha os *órgãos partidários que estiverem vigentes ou recuperarem a vigência ou tiverem revertida a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, estando obrigados, nesse caso, a prestar contas do período de seu regular funcionamento.*
No presente caso, a prestação de contas foi apresentada diretamente no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), em conformidade com o artigo 64, §1º, da Resolução TSE nº 23.607 /2019, e entregues à Justiça Eleitoral dentro do prazo previsto no art. 49 da mesma resolução. Diligenciado para complementação das informações, apresentou manifestação e juntou documentos.
Adotado o sistema simplificado de prestação de contas, nos termos do art. 62, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, objetivando detectar recebimento direto ou indireto de fontes vedadas, recebimento de recursos de origem não identificada, extrapolação de limite de gastos, omissão de receitas e gastos eleitorais e não identificação de doadores originários nas doações recebidas de outros prestadores de contas.
Nesse sentido, de acordo com o conjunto probatório que compõe as presentes contas, entendo como não atendidas exigências essenciais disciplinadas pelo art. 35 da Resolução TSE nº 23.607 /2019:
Art. 35. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 26) :
[¿.]
§ 3º As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizadas em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha (Lei nº 9.504/1997, art. 26, § 4º) .
§ 4º Para fins de pagamento das despesas de que trata o parágrafo anterior, poderão ser utilizados recursos da campanha, da candidata ou do candidato, do Fundo Partidário ou do FEFC (Lei nº 9.504/1997, art. 26, § 5º) . (grifei)
Compulsando os autos, verifica-se que o prestador de contas não realizou despesas com os serviços contábeis e advocatícios na prestação de contas em exame, conforme disposto no art. 35, § 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Os processos de prestação de contas têm caráter jurisdicional, exigindo representação por advogado, e a arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhados por profissional habilitado em contabilidade, conforme disposto no art. 45, §§ 4º e 5º da Resolução TSE nº 23.607/2019. Juntado aos autos somente o instrumento de procuração do advogado, *sem documentos de regularidade profissional do contador, e, ainda,* permaneceu omisso quanto à obrigatoriedade da apresentação da documentação referente à arrecadação dos recursos e aos gastos eleitorais realizados que comprovem a regularidade dos serviços advocatícios e contábeis contratados.
Vejamos entendimento do TRE/PI:
RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. PARTIDO. DIRETÓRIO MUNICIPAL. IRREGULARIDADES. DESPESAS COM CONTADOR E ADVOGADO. NÃO

ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. APLICÁVEL AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS AINDA QUE REFERENTE A ELEIÇÕES GERAIS. LEI Nº 13.831/2019. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO.

1. Não foi registrada, na presente prestação de contas, despesa com a contratação de serviços jurídicos e contábeis. Omissão de gasto eleitoral. Violação ao art. 53, I, g da Resolução TSE nº 23.607/2019. Serviços de advogado e contador configuram gastos eleitorais e devem ser declarados.

2. A agremiação atendeu ao comando de apresentar suas contas eleitorais, declarando não ter havido receita ou gasto, mas não cumpriu a exigência de abrir conta bancária específica para registrar o movimento financeiro de campanha. Declaração no sentido de não ter participado economicamente do pleito eleitoral.

3. A regra que determina a abertura de conta bancária há de ser interpretada com equidade e sofrer temperamento em situações como a dos autos, em que trata-se de órgão diretivo de partido político vinculado a município pequeno e de as contas serem alusivas a disputas travadas em circunscrições eleitorais a ele estranhas, o qual não recebeu recursos para aquele pleito.

4. Dadas as peculiaridades do caso concreto, a inexistência de conta bancária constitui-se apenas em impropriedade formal.

5. Diante da falha de natureza grave (omissão de gastos), inaplicáveis os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes.

6. Recurso conhecido e parcialmente provido, mantida a desaprovação das contas.

(Recurso Eleitoral nº 060003223, Acórdão de 03/07/2023, Relator Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer, publicado no DJE de 10/07/2023) (grifei)

Na prestação de contas apresentada, observa-se não constar registro de recebimento de recursos públicos pelo partido.

Verifica-se, do que dos autos consta, que a documentação apresentada pelo partido é insuficiente para comprovar a regularidade das contas prestadas, caracterizando omissão na prestação de informações à Justiça Eleitoral relativas ao registro integral da movimentação financeira de campanha, violando a transparência e lisura das contas prestadas, o que conduz ao julgamento pela sua desaprovação.

Ademais, outros eventuais fatos que possam configurar indícios de irregularidades relativos à arrecadação de recursos e gastos eleitorais de campanha eleitoral pela prática de ilícitos antecedentes e/ou vinculados às presentes contas podem ser apurados pelo Ministério Público, conforme disciplinado pelos art. 75 e art. 91 da Resolução nº 23.607/2019, ainda que julgadas pela Justiça Eleitoral.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, na forma do art. 30, III, da Lei nº 9.504 /1997 c/c art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas prestadas pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ/PI, relativas às Eleições Municipais de 2024.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao MPE.

Após o trânsito em julgado, registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas (SICO).

Expedientes necessários. Após, arquivem-se.

Valença do Piauí/PI, datado e assinado eletronicamente.

Jesse James Oliveira Sousa

Juiz Eleitoral da 18ª Zona/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600205-76.2024.6.18.0018

PROCESSO	: 0600205-76.2024.6.18.0018 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOVO ORIENTE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DE NOVO ORIENTE DO PIAUI
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
REQUERENTE	: EMANOEL DOS SANTOS SOARES
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
REQUERENTE	: JOSE DA CRUZ SOARES
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600205-76.2024.6.18.0018 / 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
REQUERENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DE NOVO ORIENTE DO PIAUI, JOSE DA CRUZ SOARES, EMANOEL DOS SANTOS SOARES
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais da Direção Municipal/Comissão Provisória do partido MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ/PI relativa à arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2024, nos termos da Lei n° 9.504/1997 e da Resolução TSE n° 23.607/2019.
Prestação de contas apresentada tempestivamente, instruída com peças exigidas na Resolução TSE n° 23.607/2019.
Publicado edital, decorreu o prazo sem impugnação às contas prestadas.
Expedida diligência para complemento das informações prestadas, o requerente manifestou-se sobre o relatório e juntou documentos.
Relatório técnico de exame da prestação de contas opinando pela desaprovação das contas.
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação das contas em exame.
É o breve relatório. DECIDO.
A legislação eleitoral prevê a obrigatoriedade dos órgãos partidários, em todas as suas esferas, em prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência. Assim, mesmo que não tenha realizado campanha e não tenha ocorrido movimentação financeira ou estimável em dinheiro, subsiste o dever de prestar contas. E ainda, o art. 46, §2°, da Resolução TSE nº 23.607/2019, dispõe que são considerados obrigados a prestar contas de campanha os *órgãos partidários que estiverem vigentes ou recuperarem a vigência ou tiverem revertida a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, estando obrigados, nesse caso, a prestar contas do período de seu regular funcionamento.*

No presente caso, a prestação de contas foi apresentada diretamente no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), em conformidade com o artigo 64, §1º, da Resolução TSE nº 23.607 /2019, e entregues à Justiça Eleitoral dentro do prazo previsto no art. 49 da mesma resolução. Diligenciado para complementação das informações, apresentou manifestação e juntou documentos.

Adotado o sistema simplificado de prestação de contas, nos termos do art. 62, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, objetivando detectar recebimento direto ou indireto de fontes vedadas, recebimento de recursos de origem não identificada, extrapolação de limite de gastos, omissão de receitas e gastos eleitorais e não identificação de doadores originários nas doações recebidas de outros prestadores de contas.

Nesse sentido, de acordo com o conjunto probatório que compõe as presentes contas, entendo como não atendidas exigências essenciais disciplinadas pelo art. 35 da Resolução TSE nº 23.607 /2019:

Art. 35. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 26) :

[¿.]

§ 3º As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizadas em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha (Lei nº 9.504/1997, art. 26, § 4º) .

§ 4º Para fins de pagamento das despesas de que trata o parágrafo anterior, poderão ser utilizados recursos da campanha, da candidata ou do candidato, do Fundo Partidário ou do FEFC (Lei nº 9.504/1997, art. 26, § 5º) . (grifei)

Compulsando os autos, verifica-se que o prestador de contas não realizou despesas com os serviços contábeis e advocatícios na prestação de contas em exame, conforme disposto no art. 35, § 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Os processos de prestação de contas têm caráter jurisdicional, exigindo representação por advogado, e a arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhados por profissional habilitado em contabilidade, conforme disposto no art. 45, §§ 4º e 5º da Resolução TSE nº 23.607/2019. Juntado aos autos somente o instrumento de procuração do advogado, *sem documentos de regularidade profissional do contador, e, ainda,* permaneceu omisso quanto à obrigatoriedade da apresentação da documentação referente à arrecadação dos recursos e aos gastos eleitorais realizados que comprovem a regularidade dos serviços advocatícios e contábeis contratados.

Vejamos entendimento do TRE/PI:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. PARTIDO. DIRETÓRIO MUNICIPAL. IRREGULARIDADES. DESPESAS COM CONTADOR E ADVOGADO. NÃO ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. APLICÁVEL AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS AINDA QUE REFERENTE A ELEIÇÕES GERAIS. LEI Nº 13.831/2019. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO.

1. Não foi registrada, na presente prestação de contas, despesa com a contratação de serviços jurídicos e contábeis. Omissão de gasto eleitoral. Violação ao art. 53, I, g da Resolução TSE nº 23.607/2019. Serviços de advogado e contador configuram gastos eleitorais e devem ser declarados.

2. A agremiação atendeu ao comando de apresentar suas contas eleitorais, declarando não ter havido receita ou gasto, mas não cumpriu a exigência de abrir conta bancária específica para registrar o movimento financeiro de campanha. Declaração no sentido de não ter participado economicamente do pleito eleitoral.
3. A regra que determina a abertura de conta bancária há de ser interpretada com equidade e sofrer temperamento em situações como a dos autos, em que trata-se de órgão diretivo de partido político vinculado a município pequeno e de as contas serem alusivas a disputas travadas em circunscrições eleitorais a ele estranhas, o qual não recebeu recursos para aquele pleito.
4. Dadas as peculiaridades do caso concreto, a inexistência de conta bancária constitui-se apenas em impropriedade formal.
5. Diante da falha de natureza grave (omissão de gastos), inaplicáveis os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes.
6. Recurso conhecido e parcialmente provido, mantida a desaprovação das contas.
(Recurso Eleitoral nº 060003223, Acórdão de 03/07/2023, Relator Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer, publicado no DJE de 10/07/2023) (grifei)
Na prestação de contas apresentada, observa-se não constar registro de recebimento de recursos públicos pelo partido.
Verifica-se, do que dos autos consta, que a documentação apresentada pelo partido é insuficiente para comprovar a regularidade das contas prestadas, caracterizando omissão na prestação de informações à Justiça Eleitoral relativas ao registro integral da movimentação financeira de campanha, violando a transparência e lisura das contas prestadas, o que conduz ao julgamento pela sua desaprovação.
Ademais, outros eventuais fatos que possam configurar indícios de irregularidades relativos à arrecadação de recursos e gastos eleitorais de campanha eleitoral pela prática de ilícitos antecedentes e/ou vinculados às presentes contas podem ser apurados pelo Ministério Público, conforme disciplinado pelos art. 75 e art. 91 da Resolução nº 23.607/2019, ainda que julgadas pela Justiça Eleitoral.
Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, na forma do art. 30, III, da Lei nº 9.504 /1997 c/c art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas prestadas pelo partido MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ/PI, relativas às Eleições Municipais de 2024.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao MPE.
Após o trânsito em julgado, registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas (SICO).
Expedientes necessários. Após, arquivem-se.
Valença do Piauí/PI, datado e assinado eletronicamente.
Jesse James Oliveira Sousa
Juiz Eleitoral da 18ª Zona/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600204-91.2024.6.18.0018

PROCESSO	: 0600204-91.2024.6.18.0018 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOVO ORIENTE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO PROGRESSISTA DE NOVO ORIENTE DO PIAUI

ADVOGADO : TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
REQUERENTE : EDILSON FERREIRA SOARES
ADVOGADO : TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
REQUERENTE : FRANCINALDO FERREIRA MUNIZ
ADVOGADO : TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600204-91.2024.6.18.0018 / 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
REQUERENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO PROGRESSISTA DE NOVO ORIENTE DO PIAUI, EDILSON FERREIRA SOARES, FRANCINALDO FERREIRA MUNIZ
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais da Direção Municipal/Comissão Provisória do PARTIDO PROGRESSISTAS DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ/PI relativa à arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2024, nos termos da Lei n° 9.504/1997 e da Resolução TSE n° 23.607/2019.
Prestação de contas apresentada tempestivamente, instruída com peças exigidas na Resolução TSE n° 23.607/2019.
Publicado edital, decorreu o prazo sem impugnação às contas prestadas.
Expedida diligência para complemento das informações prestadas, o requerente manifestou-se sobre o relatório e juntou documentos.
Relatório técnico de exame da prestação de contas opinando pela desaprovação das contas.
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação das contas em exame.
É o breve relatório. DECIDO.
A legislação eleitoral prevê a obrigatoriedade dos órgãos partidários, em todas as suas esferas, em prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência. Assim, mesmo que não tenha realizado campanha e não tenha ocorrido movimentação financeira ou estimável em dinheiro, subsiste o dever de prestar contas. E ainda, o art. 46, §2°, da Resolução TSE nº 23.607/2019, dispõe que são considerados obrigados a prestar contas de campanha os *órgãos partidários que estiverem vigentes ou recuperarem a vigência ou tiverem revertida a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, estando obrigados, nesse caso, a prestar contas do período de seu regular funcionamento.*
No presente caso, a prestação de contas foi apresentada diretamente no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), em conformidade com o artigo 64, §1º, da Resolução TSE nº 23.607 /2019, e entregues à Justiça Eleitoral dentro do prazo previsto no art. 49 da mesma resolução. Diligenciado para complementação das informações, apresentou manifestação e juntou documentos.
Adotado o sistema simplificado de prestação de contas, nos termos do art. 62, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, objetivando detectar recebimento direto ou indireto de fontes vedadas, recebimento de recursos de origem não identificada, extrapolação de limite de gastos, omissão de receitas e gastos eleitorais e não identificação de doadores originários nas doações recebidas de outros prestadores de contas.

Nesse sentido, de acordo com o conjunto probatório que compõe as presentes contas, entendo como não atendidas exigências essenciais disciplinadas pelo art. 35 da Resolução TSE nº 23.607/2019:

Art. 35. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 26) :

[¿.]

§ 3º As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizadas em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha (Lei nº 9.504/1997, art. 26, § 4º) .

§ 4º Para fins de pagamento das despesas de que trata o parágrafo anterior, poderão ser utilizados recursos da campanha, da candidata ou do candidato, do Fundo Partidário ou do FEFC (Lei nº 9.504/1997, art. 26, § 5º) . (grifei)

Compulsando os autos, verifica-se que o prestador de contas não realizou despesas com os serviços contábeis e advocatícios na prestação de contas em exame, conforme disposto no art. 35, § 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Os processos de prestação de contas têm caráter jurisdicional, exigindo representação por advogado, e a arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhados por profissional habilitado em contabilidade, conforme disposto no art. 45, §§ 4º e 5º da Resolução TSE nº 23.607/2019. Juntado aos autos somente o instrumento de procuração do advogado, *sem documentos de regularidade profissional do contador, e, ainda,* permaneceu omisso quanto à obrigatoriedade da apresentação da documentação referente à arrecadação dos recursos e aos gastos eleitorais realizados que comprovem a regularidade dos serviços advocatícios e contábeis contratados.

Vejamos entendimento do TRE/PI:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. PARTIDO. DIRETÓRIO MUNICIPAL. IRREGULARIDADES. DESPESAS COM CONTADOR E ADVOGADO. NÃO ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. APLICÁVEL AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS AINDA QUE REFERENTE A ELEIÇÕES GERAIS. LEI Nº 13.831/2019. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO.

1. Não foi registrada, na presente prestação de contas, despesa com a contratação de serviços jurídicos e contábeis. Omissão de gasto eleitoral. Violação ao art. 53, I, g da Resolução TSE nº 23.607/2019. Serviços de advogado e contador configuram gastos eleitorais e devem ser declarados.

2. A agremiação atendeu ao comando de apresentar suas contas eleitorais, declarando não ter havido receita ou gasto, mas não cumpriu a exigência de abrir conta bancária específica para registrar o movimento financeiro de campanha. Declaração no sentido de não ter participado economicamente do pleito eleitoral.

3. A regra que determina a abertura de conta bancária há de ser interpretada com equidade e sofrer temperamento em situações como a dos autos, em que trata-se de órgão diretivo de partido político vinculado a município pequeno e de as contas serem alusivas a disputas travadas em circunscrições eleitorais a ele estranhas, o qual não recebeu recursos para aquele pleito.

4. Dadas as peculiaridades do caso concreto, a inexistência de conta bancária constitui-se apenas em impropriedade formal.

5. Diante da falha de natureza grave (omissão de gastos), inaplicáveis os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes.

6. Recurso conhecido e parcialmente provido, mantida a desaprovação das contas.

(Recurso Eleitoral nº 060003223, Acórdão de 03/07/2023, Relator Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer, publicado no DJE de 10/07/2023) (grifei)

Na prestação de contas apresentada, observa-se não constar registro de recebimento de recursos públicos pelo partido.

Verifica-se, do que dos autos consta, que a documentação apresentada pelo partido é insuficiente para comprovar a regularidade das contas prestadas, caracterizando omissão na prestação de informações à Justiça Eleitoral relativas ao registro integral da movimentação financeira de campanha, violando a transparência e lisura das contas prestadas, o que conduz ao julgamento pela sua desaprovação.

Ademais, outros eventuais fatos que possam configurar indícios de irregularidades relativos à arrecadação de recursos e gastos eleitorais de campanha eleitoral pela prática de ilícitos antecedentes e/ou vinculados às presentes contas podem ser apurados pelo Ministério Público, conforme disciplinado pelos art. 75 e art. 91 da Resolução nº 23.607/2019, ainda que julgadas pela Justiça Eleitoral.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, na forma do art. 30, III, da Lei nº 9.504 /1997 c/c art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas prestadas pelo PARTIDO PROGRESSISTAS DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ/PI, relativas às Eleições Municipais de 2024.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao MPE.

Após o trânsito em julgado, registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas (SICO).

Expedientes necessários. Após, arquivem-se.

Valença do Piauí/PI, datado e assinado eletronicamente.

Jesse James Oliveira Sousa

Juiz Eleitoral da 18ª Zona/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600280-18.2024.6.18.0018

PROCESSO	: 0600280-18.2024.6.18.0018 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOVO ORIENTE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: EVANDRO TAJRA HIDD FILHO
INTERESSADO	: RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS
REQUERENTE	: RITA MARIA DE AMORIM CARVALHO
REQUERENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE DO PIAUI DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
REQUERENTE	: LUCILENE SILVA DE CARVALHO

JUSTIÇA ELEITORAL

018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600280-18.2024.6.18.0018 / 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI

REQUERENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE DO PIAUI DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA, LUCILENE SILVA DE CARVALHO, RITA MARIA DE AMORIM CARVALHO

INTERESSADO: EVANDRO TAJRA HIDD FILHO, RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS

SENTENÇA

Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais autuado mediante a integração entre o SPCE e o PJE da omissão da Direção Municipal/Comissão Provisória do PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ/PI em prestar contas eleitorais relativa à arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2024, nos termos dos arts. 47, § 4º e 49, ambos da Resolução TSE n° 23.607/2019.

Agremiação partidária inadimplente devidamente citada por seus representantes legais (id 123883651), permaneceu omissa em apresentar a prestação de contas (id 123922306).

Autos instruídos com as informações definidas no art. 49, § 5º, III, da Resolução TSE nº 23.607 /2019 (id 123928845).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral pugnou pelo julgamento das contas como não prestadas.

É o breve relatório. DECIDO.

A legislação eleitoral prevê a obrigatoriedade dos órgãos partidários, em todas as suas esferas, em prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência. Assim, mesmo que não tenha realizado campanha e não tenha ocorrido movimentação financeira ou estimável em dinheiro, subsiste o dever de prestar contas. E ainda, o art. 46, §2°, da Resolução TSE nº 23.607/2019, dispõe que são considerados obrigados a prestar contas de campanha os órgãos partidários que estiverem vigentes ou recuperarem a vigência ou tiverem revertida a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, estando obrigados, nesse caso, a prestar contas do período de seu regular funcionamento.

No presente caso, em consulta ao Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), a agremiação partidária inadimplente esteve vigente dentro do período determinado pela legislação e não apresentou a prestação de contas no prazo determinado, nem no momento oportunizado para manifestação, em descumprimento à determinação legal de prestar contas eleitorais.

Ademais, os processos de prestação de contas têm caráter jurisdicional, exigindo representação por advogado, conforme disposto no art. 45, § 5º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Compulsando os autos, verifica-se que o partido não juntou o instrumento de mandato, permanecendo omisso quanto à obrigatoriedade da apresentação dos documentos exigidos para a regular prestação de contas de campanha, o que conduz ao julgamento pela sua não prestação.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. OMISSÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAIS. CONTAS NÃO PRESTADAS. - Descumprimento do disposto no art. 46, §2º da Resolução TSE nº 23.607/2019 que determina que sem prejuízo da prestação de contas anual prevista na Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários, em todas as suas esferas, devem prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência - Conclusão. A omissão subsiste na medida em que o partido não apresentou a prestação de contas exigida pela norma aplicável no tempo oportuno. - Contas Não Prestadas.

(Recurso Eleitoral nº 060003830, Acórdão de 13/07/2023, Relator Juiz Kelson Carvalho Lopes da Silva, publicado no DJE de 20/07/2023)

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, com fundamento no art. 30, IV, da Lei nº 9.504/1997 c/c art. 74, IV, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, julgo NÃO PRESTADAS as contas do PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ/PI, relativas às Eleições Municipais de 2024.

Determino a aplicação da sanção de perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, nos termos do art. 80, II, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, enquanto não for regularizada a omissão do partido político requerido.

Publique-se. Registre-se. Ciência ao MPE.

Intime-se o partido na forma do art. 98, §§ 7º, 8º e 9º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Após o trânsito em julgado, notifiquem-se os órgãos nacional e estadual do partido sobre o inteiro teor da decisão, preferencialmente por meio eletrônico, e registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas (SICO).
Determino, ainda, a publicação de edital no DJE na forma do art. 54-A da Resolução TSE nº 23.571 /2018.
Expedientes necessários. Após, arquivem-se.
Valença do Piauí/PI, datado e assinado eletronicamente.
Jesse James Oliveira Sousa
Juiz Eleitoral da 18ª Zona/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600281-03.2024.6.18.0018

PROCESSO	: 0600281-03.2024.6.18.0018 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (VALENÇA DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DE VALENCA DO PIAUI - PI
REQUERENTE	: MARLLOS ROSSANO RIBEIRO GONCALVES DE SAMPAIO
REQUERENTE	: THYAGO ALBERTO DA SILVA EMIDIO

JUSTIÇA ELEITORAL
018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600281-03.2024.6.18.0018 / 018ª ZONA ELEITORAL DE VALENÇA DO PIAUÍ PI
REQUERENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DE VALENCA DO PIAUI - PI, MARLLOS ROSSANO RIBEIRO GONCALVES DE SAMPAIO, THYAGO ALBERTO DA SILVA EMIDIO
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais autuado mediante a integração entre o SPCE e o PJE da omissão da Direção Municipal/Comissão Provisória do partido MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) DE VALENÇA DO PIAUÍ/PI em prestar contas eleitorais relativa à arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2024, nos termos dos arts. 47, § 4º e 49, ambos da Resolução TSE n° 23.607/2019.
Agremiação partidária inadimplente devidamente citada por seus representantes legais (id 123883650), permaneceu omissa em apresentar a prestação de contas (id 123922305).
Autos instruídos com as informações definidas no art. 49, § 5º, III, da Resolução TSE nº 23.607 /2019 (id 123928846).
Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral pugnou pelo julgamento das contas como não prestadas.
É o breve relatório. DECIDO.
A legislação eleitoral prevê a obrigatoriedade dos órgãos partidários, em todas as suas esferas, em prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência. Assim, mesmo que não tenha realizado campanha e não tenha ocorrido movimentação financeira ou estimável em dinheiro, subsiste o dever de prestar contas. E ainda, o art. 46, §2°, da

Resolução TSE nº 23.607/2019, dispõe que são considerados obrigados a prestar contas de campanha os órgãos partidários que estiverem vigentes ou recuperarem a vigência ou tiverem revertida a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, estando obrigados, nesse caso, a prestar contas do período de seu regular funcionamento.

No presente caso, em consulta ao Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), a agremiação partidária inadimplente esteve vigente dentro do período determinado pela legislação e não apresentou a prestação de contas no prazo determinado, nem no momento oportunizado para manifestação, em descumprimento à determinação legal de prestar contas eleitorais.

Ademais, os processos de prestação de contas têm caráter jurisdicional, exigindo representação por advogado, conforme disposto no art. 45, § 5º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Compulsando os autos, verifica-se que o partido não juntou o instrumento de mandato, permanecendo omisso quanto à obrigatoriedade da apresentação dos documentos exigidos para a regular prestação de contas de campanha, o que conduz ao julgamento pela sua não prestação.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. OMISSÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAIS. CONTAS NÃO PRESTADAS. - Descumprimento do disposto no art. 46, §2º da Resolução TSE nº 23.607/2019 que determina que sem prejuízo da prestação de contas anual prevista na Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários, em todas as suas esferas, devem prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência - Conclusão. A omissão subsiste na medida em que o partido não apresentou a prestação de contas exigida pela norma aplicável no tempo oportuno. - Contas Não Prestadas.

(Recurso Eleitoral nº 060003830, Acórdão de 13/07/2023, Relator Juiz Kelson Carvalho Lopes da Silva, publicado no DJE de 20/07/2023)

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, com fundamento no art. 30, IV, da Lei nº 9.504/1997 c/c art. 74, IV, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, julgo NÃO PRESTADAS as contas do partido MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO DE VALENÇA DO PIAUÍ/PI, relativas às Eleições Municipais de 2024.

Determino a aplicação da sanção de perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, nos termos do art. 80, II, "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, enquanto não for regularizada a omissão do partido político requerido.

Publique-se. Registre-se. Ciência ao MPE.

Intime-se o partido na forma do art. 98, §§ 7º, 8º e 9º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Após o trânsito em julgado, notifiquem-se os órgãos nacional e estadual do partido sobre o inteiro teor da decisão, preferencialmente por meio eletrônico, e registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas (SICO).

Determino, ainda, a publicação de edital no DJE na forma do art. 54-A da Resolução TSE nº 23.571/2018.

Expedientes necessários. Após, arquivem-se.

Valença do Piauí/PI, datado e assinado eletronicamente.

Jesse James Oliveira Sousa

Juiz Eleitoral da 18ª Zona/PI

20ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 24/2025 - TRE/20A ZONA

Edital Nº 24/2025 - TRE/20A ZONA

ANEXO VI - EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS (EDITAL Nº 024/2005 - Doc. SEI 0002438501)
(CARTÓRIOS ELEITORAIS DO TRE-PI) - 20ª ZONA ELEITORAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ
O Chefe de Cartório da 20ª Zona Eleitoral de São João do Piauí, Max Zarak Nunes Vieira, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos (Doc. SEI 0002438501), aprovada de acordo com a Decisão Administrativa (Doc. SEI 0001899727), faz saber, a quem possa interessar, que, transcorridos quarenta e cinco dias da data de publicação deste Edital no DJE / TRE-PI, se não houver oposição, o Cartório da 20ª Zona Eleitoral de São João do Piauí eliminará os documentos relativos a Requerimentos de Alistamento Eleitoral (RAE), bem como os documentos a eles anexados, do período 2015, 2016 e 2017, uma vez que decorreu o prazo de 5(cinco) anos para conservação dos citados requerimentos. Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRE-PI.
São João do Piauí(PI), datado e assinado eletronicamente.
Max Zarak Nunes Vieira
Chefe de Cartório da 20ª Zona Eleitoral
Em 17 de junho de 2025.

21ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600325-13.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600325-13.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DANIEL DE SOUSA LIMA
ADVOGADO	: IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 DANIEL DE SOUSA LIMA VEREADOR
ADVOGADO	: IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600325-13.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 DANIEL DE SOUSA LIMA VEREADOR, DANIEL DE SOUSA LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: IARA JANE GOMES DOS SANTOS - PI10053
Advogado do(a) REQUERENTE: IARA JANE GOMES DOS SANTOS - PI10053
SENTENÇA
Trata-se de processo relativo à prestação de contas das eleições de 2024 para o cargo de vereador, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI, apresentada pelo(a) candidato(a) DANIEL DE SOUSA LIMA.
As contas foram apresentadas tempestivamente.

Publicado o Edital, conforme art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, não foram apresentadas impugnações ou denúncias das contas de campanha em questão.
Inicialmente, o Cartório Eleitoral apresentou relatório apontando diligências a serem atendidas pelo prestador (ID 123917138).
Intimado(a), o(a) prestador(a) de contas não se manifestou sobre as diligências, conforme certidão ID n° 123939349.
O Cartório Eleitoral apresentou parecer conclusivo pela desaprovação das contas (ID 123940959).
Instado a se manifestar, o órgão ministerial eleitoral opinou pela desaprovação da prestação de contas (ID 123942753).
Em síntese, é o relatório!
Tudo bem visto e ponderado, passo a decidir!
A análise das contas permite concluir que estas não foram apresentadas satisfatoriamente. Com efeito, as irregularidades constatadas não foram totalmente sanadas, afrontando os comandos da resolução de regência, comprometendo, assim, sua confiabilidade.
Oportunizada a manifestação ao(à) prestador(a) de contas, transcorreu o prazo sem manifestação.
É importante destacar que erros formais e materiais, corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas, não ensejam sua desaprovação e aplicação de sanção, mas não é o caso das presentes contas, principalmente no tocante às irregularidades constatadas nos itens 1.1, 2.1 e 2.2 do parecer técnico conclusivo de ID 123940959, inconsistências que, em conjunto, afetam a fidedignidade das contas, atraindo, assim, a desaprovação, conforme entendimento da jurisprudência:
ELEIÇÕES 2018. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEPUTADO FEDERAL. CONJUNTO DE IRREGULARIDADES. DESAPROVAÇÃO. COMPROMETIMENTO DA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA. PREJUÍZO À CONFIABILIDADE DAS CONTAS. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 30/TSE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. MERA REITERAÇÃO DE TESES RECURSAIS. SÚMULA Nº 26/TSE. DESPROVIMENTO.
1. A reiteração de argumentos formulados nos recursos anteriores, sem apresentar elementos hábeis para reverter a decisão agravada, atrai a incidência da Súmula nº 26/TSE. 2. Na espécie vertente, o TRE/SP concluiu que as irregularidades constatadas - ausência de comprovação de gastos eleitorais e omissão de despesas, divergência na movimentação financeira da prestação de contas e dos extratos bancários e de dados dos fornecedores - em seu conjunto inviabilizaram o efetivo controle das contas e, consequentemente, comprometeram sua higidez e confiabilidade, o que impediu a aprovação das contas com ressalvas. 3. Alterar a conclusão da Corte Regional demandaria revolvimento do acervo fático-probatório, providência inviável na seara recursal extraordinária por força da Súmula nº 24/TSE. 4. No tocante à natureza das irregularidades, "a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que '[...] a omissão de receitas /despesas é irregularidade que compromete a confiabilidade das contas' (AgR-REspe nº 336-77 /AL, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 8.4.2015)" (PC nº 1005-63/DF, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 20.9.2019) e que "a comprovação de despesas deve se dar com a apresentação de documentos fiscais e/ou recibos" (PC nº 242-96/DF, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 18.6.2018), bem como a regular "escrituração contábil - com documentação que comprove a entrada e a saída de recursos recebidos e aplicados - é imprescindível para que a Justiça Eleitoral exerça a fiscalização sobre as contas" (PC nº 229-97/DF, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 19.4.2018), o que ensejou a aplicação da Súmula n° 30/TSE. 5. Consoante assentado no decisum impugnado, é "inviável aplicar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quando as irregularidades identificadas na prestação de contas são graves e inviabilizam sua fiscalização pela Justiça Eleitoral" (AgR-REspe nº 476-02/SE, Rel. Min. Og

Fernandes, DJe de 17.6.2019 e REspe nº 591-05/SE, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 19.6.2019). 6. Agravo regimental ao qual se nega provimento.
(TSE. Agravo de Instrumento nº 060708007, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 25, Data 05/02/2020 - grifado)
Ademais, a falta de apresentação dos extratos bancários (somado às demais irregularidades), em sua forma definitiva constitui falta grave, porquanto impossibilita a aferição da real movimentação financeira do candidato, acarretando a desaprovação das contas, conforme farta jurisprudência a seguir transcrita:
PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO. RENÚNCIA À CANDIDATURA. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. FALHA DE NATUREZA GRAVE. AFRONTA AOS DITAMES DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.553/2017. COMPROMETIMENTO DA REGULARIDADE DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO.
1. É obrigatória a prestação de contas referente ao período de campanha de candidato que haja renunciado à sua candidatura (art. 48, § 8º, da Resolução TSE nº 23.553/2017). 2. A não apresentação de extratos bancários e/ou de declaração emitida pelo banco certificando a ausência de movimentação financeira constitui falha de natureza grave, capaz de ensejar, por si só, a desaprovação das contas. 3. Contas desaprovadas. (TRE-PI - PC: 060196879 TERESINA - PI, Relator: DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Data de Julgamento:12/02/2019, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 35, Data 22/02/2019, Página 22)
RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2016. DIRETÓRIO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE EXTRATO BANCÁRIO EM SUA FORMA DEFINITIVA. FALHA INSANÁVEL. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO.
1. A ausência de extratos bancários em sua forma definitiva impede a fiscalização da real movimentação financeira do prestador de contas, impondo-se a desaprovação das contas de campanha. 2. Recurso desprovido. (TRE-PI - PC: 58587 ALTOS - PI, Relator: AGRIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO, Data de Julgamento: 22/05/2017, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 95, Data 31/05/2017, Página 12)
PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2014. NÃO APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUA FORMA DEFINITIVA. CONTAS DESAPROVADAS.
-A ausência de extrato bancário constitui irregularidade grave, que impossibilita um efetivo controle da movimentação financeira realizada pelo candidato, em prejuízo da transparência das contas e da atuação fiscalizadora da Justiça Eleitoral.
- Na espécie, caracterizadas irregularidades e omissões de caráter grave e insanável, tem-se por inviabilizada a aplicação do princípio da proporcionalidade.
- Prestação de contas desaprovada.
(TRE-MA - PC: 224511 MA. Relator: DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Data de Julgamento: 30 de Julho de 2015, Data de Publicação: DJ - Diário de justiça, Tomo 144, Data 13/08/2015, Página 09)
Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, III, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha do(a) candidato(a) DANIEL DE SOUSA LIMA relativas às Eleições Municipais de 2024.
Registre-se. Publique-se no DJE.
Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 22 da LC nº 64/1990. (Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 81, c/c Lei nº 9.504/1997, art. 22, §4º).
Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato.
Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.

Expedientes necessários!
Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.
Stefan Oliveira Ladislau
Juiz Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral do TRE-PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600326-95.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600326-95.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 OLIMPIA DECERQUEIRA PEREIRA VEREADOR
ADVOGADO	: IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI)
REQUERENTE	: OLIMPIA DECERQUEIRA PEREIRA
ADVOGADO	: IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600326-95.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 OLIMPIA DECERQUEIRA PEREIRA VEREADOR, OLIMPIA DECERQUEIRA PEREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: IARA JANE GOMES DOS SANTOS - PI10053
Advogado do(a) REQUERENTE: IARA JANE GOMES DOS SANTOS - PI10053
SENTENÇA
Trata-se de processo relativo à prestação de contas das eleições de 2024 para o cargo de vereador, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI, apresentada pelo(a) candidato(a) OLIMPIA DE CERQUEIRA PEREIRA.
As contas foram apresentadas tempestivamente.
Publicado o Edital, conforme art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, não foram apresentadas impugnações ou denúncias das contas de campanha em questão.
Inicialmente, o Cartório Eleitoral apresentou relatório apontando diligências a serem atendidas pelo prestador (ID 123917748).
Intimado(a), o(a) prestador(a) de contas não se manifestou sobre as diligências, conforme certidão ID n° 123939347.
O Cartório Eleitoral apresentou parecer conclusivo pela desaprovação das contas (ID 123941131).
Instado a se manifestar, o órgão ministerial eleitoral opinou pela desaprovação da prestação de contas (ID 123942661).
Em síntese, é o relatório!
Tudo bem visto e ponderado, passo a decidir!
A análise das contas permite concluir que estas não foram apresentadas satisfatoriamente. Com efeito, as irregularidades constatadas não foram totalmente sanadas, afrontando os comandos da resolução de regência, comprometendo, assim, sua confiabilidade.
Oportunizada a manifestação ao(à) prestador(a) de contas, transcorreu o prazo sem manifestação.
É importante destacar que erros formais e materiais, corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas, não ensejam sua desaprovação e aplicação de sanção, mas não

é o caso das presentes contas, principalmente no tocante às irregularidades constatadas nos itens 1.1, 2.1 e 2.2 do parecer técnico conclusivo de ID 123941131, inconsistências que, em conjunto, afetam a fidedignidade das contas, atraindo, assim, a desaprovação, conforme entendimento da jurisprudência:

ELEIÇÕES 2018. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEPUTADO FEDERAL. CONJUNTO DE IRREGULARIDADES. DESAPROVAÇÃO. COMPROMETIMENTO DA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA. PREJUÍZO À CONFIABILIDADE DAS CONTAS. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 30/TSE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. MERA REITERAÇÃO DE TESES RECURSAIS. SÚMULA Nº 26/TSE. DESPROVIMENTO.

1. A reiteração de argumentos formulados nos recursos anteriores, sem apresentar elementos hábeis para reverter a decisão agravada, atrai a incidência da Súmula nº 26/TSE. 2. Na espécie vertente, o TRE/SP concluiu que as irregularidades constatadas - ausência de comprovação de gastos eleitorais e omissão de despesas, divergência na movimentação financeira da prestação de contas e dos extratos bancários e de dados dos fornecedores - em seu conjunto inviabilizaram o efetivo controle das contas e, consequentemente, comprometeram sua higidez e confiabilidade, o que impediu a aprovação das contas com ressalvas. 3. Alterar a conclusão da Corte Regional demandaria revolvimento do acervo fático-probatório, providência inviável na seara recursal extraordinária por força da Súmula nº 24/TSE. 4. No tocante à natureza das irregularidades, "a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que '[...] a omissão de receitas /despesas é irregularidade que compromete a confiabilidade das contas' (AgR-REspe nº 336-77 /AL, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 8.4.2015)" (PC nº 1005-63/DF, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 20.9.2019) e que "a comprovação de despesas deve se dar com a apresentação de documentos fiscais e/ou recibos" (PC nº 242-96/DF, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 18.6.2018), bem como a regular "escrituração contábil - com documentação que comprove a entrada e a saída de recursos recebidos e aplicados - é imprescindível para que a Justiça Eleitoral exerça a fiscalização sobre as contas" (PC nº 229-97/DF, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 19.4.2018), o que ensejou a aplicação da Súmula n° 30/TSE. 5. Consoante assentado no decisum impugnado, é "inviável aplicar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quando as irregularidades identificadas na prestação de contas são graves e inviabilizam sua fiscalização pela Justiça Eleitoral" (AgR-REspe nº 476-02/SE, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 17.6.2019 e REspe nº 591-05/SE, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 19.6.2019). 6. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(TSE. Agravo de Instrumento nº 060708007, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 25, Data 05/02/2020 - grifado)

Ademais, a falta de apresentação dos extratos bancários (somado às demais irregularidades), em sua forma definitiva constitui falta grave, porquanto impossibilita a aferição da real movimentação financeira do candidato, acarretando a desaprovação das contas, conforme farta jurisprudência a seguir transcrita:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO. RENÚNCIA À CANDIDATURA. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. FALHA DE NATUREZA GRAVE. AFRONTA AOS DITAMES DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.553/2017.

COMPROMETIMENTO DA REGULARIDADE DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO.

1. É obrigatória a prestação de contas referente ao período de campanha de candidato que haja renunciado à sua candidatura (art. 48, § 8º, da Resolução TSE nº 23.553/2017). 2. A não apresentação de extratos bancários e/ou de declaração emitida pelo banco certificando a ausência de movimentação financeira constitui falha de natureza grave, capaz de ensejar, por si só, a desaprovação das contas. 3. Contas desaprovadas. (TRE-PI - PC: 060196879 TERESINA - PI,

Relator: DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Data de Julgamento:12/02/2019, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 35, Data 22/02/2019, Página 22)

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2016. DIRETÓRIO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE EXTRATO BANCÁRIO EM SUA FORMA DEFINITIVA. FALHA INSANÁVEL. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de extratos bancários em sua forma definitiva impede a fiscalização da real movimentação financeira do prestador de contas, impondo-se a desaprovação das contas de campanha. 2. Recurso desprovido. (TRE-PI - PC: 58587 ALTOS - PI, Relator: AGRIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO, Data de Julgamento: 22/05/2017, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 95, Data 31/05/2017, Página 12)

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2014. NÃO APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUA FORMA DEFINITIVA. CONTAS DESAPROVADAS.

-A ausência de extrato bancário constitui irregularidade grave, que impossibilita um efetivo controle da movimentação financeira realizada pelo candidato, em prejuízo da transparência das contas e da atuação fiscalizadora da Justiça Eleitoral.

- Na espécie, caracterizadas irregularidades e omissões de caráter grave e insanável, tem-se por inviabilizada a aplicação do princípio da proporcionalidade.

- Prestação de contas desaprovada.

(TRE-MA - PC: 224511 MA. Relator: DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Data de Julgamento: 30 de Julho de 2015, Data de Publicação: DJ - Diário de justiça, Tomo 144, Data 13/08/2015, Página 09)

Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, III, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha do(a) candidato(a) OLIMPIA DE CERQUEIRA PEREIRA relativas às Eleições Municipais de 2024.

Registre-se. Publique-se no DJE.

Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 22 da LC nº 64/1990. (Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 81, c/c Lei nº 9.504/1997, art. 22, §4º).

Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato.

Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.

Expedientes necessários!

Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.

Stefan Oliveira Ladislau

Juiz Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral do TRE-PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600324-28.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600324-28.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARIA DO CARMO SAMPAIO DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI)
REQUERENTE	: MARIA DO CARMO SAMPAIO DA SILVA
ADVOGADO	: IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600324-28.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARIA DO CARMO SAMPAIO DA SILVA VEREADOR, MARIA DO CARMO SAMPAIO DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: IARA JANE GOMES DOS SANTOS - PI10053
Advogado do(a) REQUERENTE: IARA JANE GOMES DOS SANTOS - PI10053
SENTENÇA
Trata-se de processo relativo à prestação de contas das eleições de 2024 para o cargo de vereador, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI, apresentada pelo(a) candidato(a) MARIA DO CARMO SAMPAIO DA SILVA.
As contas foram apresentadas tempestivamente.
Publicado o Edital, conforme art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, não foram apresentadas impugnações ou denúncias das contas de campanha em questão.
Inicialmente, o Cartório Eleitoral apresentou relatório apontando diligências a serem atendidas pelo prestador (ID 123917754).
Intimado(a), o(a) prestador(a) de contas não se manifestou sobre as diligências, conforme certidão ID n° 123939350.
O Cartório Eleitoral apresentou parecer conclusivo pela desaprovação das contas (ID 123941158).
Instado a se manifestar, o órgão ministerial eleitoral opinou pela desaprovação da prestação de contas (ID 123941619).
Em síntese, é o relatório!
Tudo bem visto e ponderado, passo a decidir!
A análise das contas permite concluir que estas não foram apresentadas satisfatoriamente. Com efeito, as irregularidades constatadas não foram totalmente sanadas, afrontando os comandos da resolução de regência, comprometendo, assim, sua confiabilidade.
Oportunizada a manifestação ao(à) prestador(a) de contas, transcorreu o prazo sem manifestação.
É importante destacar que erros formais e materiais, corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas, não ensejam sua desaprovação e aplicação de sanção, mas não é o caso das presentes contas, principalmente no tocante às irregularidades constatadas nos itens 1.1, 2.1 e 2.2 do parecer técnico conclusivo de ID 123941158, inconsistências que, em conjunto, afetam a fidedignidade das contas, atraindo, assim, a desaprovação, conforme entendimento da jurisprudência:
ELEIÇÕES 2018. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEPUTADO FEDERAL. CONJUNTO DE IRREGULARIDADES. DESAPROVAÇÃO. COMPROMETIMENTO DA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA. PREJUÍZO À CONFIABILIDADE DAS CONTAS. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 30/TSE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. MERA REITERAÇÃO DE TESES RECURSAIS. SÚMULA Nº 26/TSE. DESPROVIMENTO.
1. A reiteração de argumentos formulados nos recursos anteriores, sem apresentar elementos hábeis para reverter a decisão agravada, atrai a incidência da Súmula nº 26/TSE. 2. Na espécie vertente, o TRE/SP concluiu que as irregularidades constatadas - ausência de comprovação de gastos eleitorais e omissão de despesas, divergência na movimentação financeira da prestação de contas e dos extratos bancários e de dados dos fornecedores - em seu conjunto inviabilizaram o efetivo controle das contas e, consequentemente, comprometeram sua higidez e confiabilidade, o

que impediu a aprovação das contas com ressalvas. 3. Alterar a conclusão da Corte Regional demandaria revolvimento do acervo fático-probatório, providência inviável na seara recursal extraordinária por força da Súmula nº 24/TSE. 4. No tocante à natureza das irregularidades, "a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que '[...] a omissão de receitas /despesas é irregularidade que compromete a confiabilidade das contas' (AgR-REspe nº 336-77 /AL, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 8.4.2015)" (PC nº 1005-63/DF, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 20.9.2019) e que "a comprovação de despesas deve se dar com a apresentação de documentos fiscais e/ou recibos" (PC nº 242-96/DF, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 18.6.2018), bem como a regular "escrituração contábil - com documentação que comprove a entrada e a saída de recursos recebidos e aplicados - é imprescindível para que a Justiça Eleitoral exerça a fiscalização sobre as contas" (PC nº 229-97/DF, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 19.4.2018), o que ensejou a aplicação da Súmula n° 30/TSE. 5. Consoante assentado no decisum impugnado, é "inviável aplicar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quando as irregularidades identificadas na prestação de contas são graves e inviabilizam sua fiscalização pela Justiça Eleitoral" (AgR-REspe nº 476-02/SE, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 17.6.2019 e REspe nº 591-05/SE, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 19.6.2019). 6. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(TSE. Agravo de Instrumento nº 060708007, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 25, Data 05/02/2020 - grifado)

Ademais, a falta de apresentação dos extratos bancários (somado às demais irregularidades), em sua forma definitiva constitui falta grave, porquanto impossibilita a aferição da real movimentação financeira do candidato, acarretando a desaprovação das contas, conforme farta jurisprudência a seguir transcrita:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO. RENÚNCIA À CANDIDATURA. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. FALHA DE NATUREZA GRAVE. AFRONTA AOS DITAMES DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.553/2017.

COMPROMETIMENTO DA REGULARIDADE DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO.

1. É obrigatória a prestação de contas referente ao período de campanha de candidato que haja renunciado à sua candidatura (art. 48, § 8º, da Resolução TSE nº 23.553/2017). 2. A não apresentação de extratos bancários e/ou de declaração emitida pelo banco certificando a ausência de movimentação financeira constitui falha de natureza grave, capaz de ensejar, por si só, a desaprovação das contas. 3. Contas desaprovadas. (TRE-PI - PC: 060196879 TERESINA - PI, Relator: DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Data de Julgamento:12/02/2019, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 35, Data 22/02/2019, Página 22)

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2016. DIRETÓRIO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE EXTRATO BANCÁRIO EM SUA FORMA DEFINITIVA. FALHA INSANÁVEL. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de extratos bancários em sua forma definitiva impede a fiscalização da real movimentação financeira do prestador de contas, impondo-se a desaprovação das contas de campanha. 2. Recurso desprovido. (TRE-PI - PC: 58587 ALTOS - PI, Relator: AGRIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO, Data de Julgamento: 22/05/2017, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 95, Data 31/05/2017, Página 12)

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2014. NÃO APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUA FORMA DEFINITIVA. CONTAS DESAPROVADAS.

-A ausência de extrato bancário constitui irregularidade grave, que impossibilita um efetivo controle da movimentação financeira realizada pelo candidato, em prejuízo da transparência das contas e da atuação fiscalizadora da Justiça Eleitoral.

- Na espécie, caracterizadas irregularidades e omissões de caráter grave e insanável, tem-se por inviabilizada a aplicação do princípio da proporcionalidade.
- Prestação de contas desaprovada.
(TRE-MA - PC: 224511 MA. Relator: DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Data de Julgamento: 30 de Julho de 2015, Data de Publicação: DJ - Diário de justiça, Tomo 144, Data 13/08/2015, Página 09)
Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, III, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha do(a) candidato(a) MARIA DO CARMO SAMPAIO DA SILVA relativas às Eleições Municipais de 2024.
Registre-se. Publique-se no DJE.
Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 22 da LC nº 64/1990. (Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 81, c/c Lei nº 9.504/1997, art. 22, §4º).
Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato.
Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.
Expedientes necessários!
Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.
Stefan Oliveira Ladislau
Juiz Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral do TRE-PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600321-73.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600321-73.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ANTONIO FRANCISCO CARDOSO SILVA
ADVOGADO	: IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ANTONIO FRANCISCO CARDOSO SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600321-73.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 ANTONIO FRANCISCO CARDOSO SILVA VEREADOR, ANTONIO FRANCISCO CARDOSO SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: IARA JANE GOMES DOS SANTOS - PI10053
Advogado do(a) REQUERENTE: IARA JANE GOMES DOS SANTOS - PI10053
SENTENÇA
Trata-se de processo relativo à prestação de contas das eleições de 2024 para o cargo de vereador, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI, apresentada pelo(a) candidato(a) ANTONIO FRANCISCO CARDOSO SILVA.
As contas foram apresentadas tempestivamente.

Publicado o Edital, conforme art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, não foram apresentadas impugnações ou denúncias das contas de campanha em questão.
Inicialmente, o Cartório Eleitoral apresentou relatório apontando diligências a serem atendidas pelo prestador (ID 123918029).
Intimado(a), o(a) prestador(a) de contas não se manifestou sobre as diligências, conforme certidão ID n° 123939344.
O Cartório Eleitoral apresentou parecer conclusivo pela desaprovação das contas (ID 123941138).
Instado a se manifestar, o órgão ministerial eleitoral opinou pela desaprovação da prestação de contas (ID 123942558).
Em síntese, é o relatório!
Tudo bem visto e ponderado, passo a decidir!
A análise das contas permite concluir que estas não foram apresentadas satisfatoriamente. Com efeito, as irregularidades constatadas não foram totalmente sanadas, afrontando os comandos da resolução de regência, comprometendo, assim, sua confiabilidade.
Oportunizada a manifestação ao(à) prestador(a) de contas, transcorreu o prazo sem manifestação.
É importante destacar que erros formais e materiais, corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas, não ensejam sua desaprovação e aplicação de sanção, mas não é o caso das presentes contas, principalmente no tocante às irregularidades constatadas nos itens 1.1, 2.1 e 2.2 do parecer técnico conclusivo de ID 123941138, inconsistências que, em conjunto, afetam a fidedignidade das contas, atraindo, assim, a desaprovação, conforme entendimento da jurisprudência:
ELEIÇÕES 2018. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEPUTADO FEDERAL. CONJUNTO DE IRREGULARIDADES. DESAPROVAÇÃO. COMPROMETIMENTO DA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA. PREJUÍZO À CONFIABILIDADE DAS CONTAS. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 30/TSE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. MERA REITERAÇÃO DE TESES RECURSAIS. SÚMULA Nº 26/TSE. DESPROVIMENTO.
1. A reiteração de argumentos formulados nos recursos anteriores, sem apresentar elementos hábeis para reverter a decisão agravada, atrai a incidência da Súmula nº 26/TSE. 2. Na espécie vertente, o TRE/SP concluiu que as irregularidades constatadas - ausência de comprovação de gastos eleitorais e omissão de despesas, divergência na movimentação financeira da prestação de contas e dos extratos bancários e de dados dos fornecedores - em seu conjunto inviabilizaram o efetivo controle das contas e, consequentemente, comprometeram sua higidez e confiabilidade, o que impediu a aprovação das contas com ressalvas. 3. Alterar a conclusão da Corte Regional demandaria revolvimento do acervo fático-probatório, providência inviável na seara recursal extraordinária por força da Súmula nº 24/TSE. 4. No tocante à natureza das irregularidades, "a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que '[...] a omissão de receitas /despesas é irregularidade que compromete a confiabilidade das contas' (AgR-REspe nº 336-77 /AL, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 8.4.2015)" (PC nº 1005-63/DF, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 20.9.2019) e que "a comprovação de despesas deve se dar com a apresentação de documentos fiscais e/ou recibos" (PC nº 242-96/DF, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 18.6.2018), bem como a regular "escrituração contábil - com documentação que comprove a entrada e a saída de recursos recebidos e aplicados - é imprescindível para que a Justiça Eleitoral exerça a fiscalização sobre as contas" (PC nº 229-97/DF, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 19.4.2018), o que ensejou a aplicação da Súmula n° 30/TSE. 5. Consoante assentado no decisum impugnado, é "inviável aplicar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quando as irregularidades identificadas na prestação de contas são graves e inviabilizam sua fiscalização pela Justiça Eleitoral" (AgR-REspe nº 476-02/SE, Rel. Min. Og

Fernandes, DJe de 17.6.2019 e REspe nº 591-05/SE, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 19.6.2019). 6. Agravo regimental ao qual se nega provimento.
(TSE. Agravo de Instrumento nº 060708007, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 25, Data 05/02/2020 - grifado)
Ademais, a falta de apresentação dos extratos bancários (somado às demais irregularidades), em sua forma definitiva constitui falta grave, porquanto impossibilita a aferição da real movimentação financeira do candidato, acarretando a desaprovação das contas, conforme farta jurisprudência a seguir transcrita:
PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO. RENÚNCIA À CANDIDATURA. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. FALHA DE NATUREZA GRAVE. AFRONTA AOS DITAMES DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.553/2017. COMPROMETIMENTO DA REGULARIDADE DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO.
1. É obrigatória a prestação de contas referente ao período de campanha de candidato que haja renunciado à sua candidatura (art. 48, § 8º, da Resolução TSE nº 23.553/2017). 2. A não apresentação de extratos bancários e/ou de declaração emitida pelo banco certificando a ausência de movimentação financeira constitui falha de natureza grave, capaz de ensejar, por si só, a desaprovação das contas. 3. Contas desaprovadas. (TRE-PI - PC: 060196879 TERESINA - PI, Relator: DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Data de Julgamento:12/02/2019, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 35, Data 22/02/2019, Página 22)
RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2016. DIRETÓRIO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE EXTRATO BANCÁRIO EM SUA FORMA DEFINITIVA. FALHA INSANÁVEL. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO.
1. A ausência de extratos bancários em sua forma definitiva impede a fiscalização da real movimentação financeira do prestador de contas, impondo-se a desaprovação das contas de campanha. 2. Recurso desprovido. (TRE-PI - PC: 58587 ALTOS - PI, Relator: AGRIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO, Data de Julgamento: 22/05/2017, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 95, Data 31/05/2017, Página 12)
PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2014. NÃO APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUA FORMA DEFINITIVA. CONTAS DESAPROVADAS.
-A ausência de extrato bancário constitui irregularidade grave, que impossibilita um efetivo controle da movimentação financeira realizada pelo candidato, em prejuízo da transparência das contas e da atuação fiscalizadora da Justiça Eleitoral.
- Na espécie, caracterizadas irregularidades e omissões de caráter grave e insanável, tem-se por inviabilizada a aplicação do princípio da proporcionalidade.
- Prestação de contas desaprovada.
(TRE-MA - PC: 224511 MA. Relator: DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Data de Julgamento: 30 de Julho de 2015, Data de Publicação: DJ - Diário de justiça, Tomo 144, Data 13/08/2015, Página 09)
Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, III, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha do(a) candidato(a) ANTONIO FRANCISCO CARDOSO SILVA relativas às Eleições Municipais de 2024.
Registre-se. Publique-se no DJE.
Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 22 da LC nº 64/1990. (Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 81, c/c Lei nº 9.504/1997, art. 22, §4º).
Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato.
Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.

Expedientes necessários!
Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.
Stefan Oliveira Ladislau
Juiz Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral do TRE-PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600315-66.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600315-66.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: MARIA DULCINEIA DE SOUSA SANTOS
ADVOGADO	: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MARIA DULCINEIA DE SOUSA SANTOS VEREADOR
ADVOGADO	: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600315-66.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MARIA DULCINEIA DE SOUSA SANTOS VEREADOR, MARIA DULCINEIA DE SOUSA SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) MARIA DULCINEIA DE SOUSA SANTOS, relativas às Eleições 2024, no município de PIRACURUCA/PI.
As contas foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.
Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (id 123399831).
Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (id 123914544), o(a) prestador(a) permaneceu inerte, conforme certidão id nº 123939345.
Em parecer conclusivo, a unidade técnica apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela aprovação com ressalvas das contas (id 123939461).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas (id 123942981).
É o relatório. Decido.
O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.

Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) não cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, foram apontadas as seguintes impropriedades:

1. não foram apresentados os extratos físicos das contas abertas em nome do candidato (Fundo Partidário, FEFC e Outros Recursos), demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha.

2. Omissão de receitas e gastos eleitorais: Há divergências entre a movimentação financeira registrada na prestação de contas e aquela registrada nos extratos eletrônicos. O desacerto nas informações apresentadas à Justiça Eleitoral configura irregularidade prevista no art. 53, I, g e II, a, da Resolução TSE n° 23.607/2019, que, no caso, por si só, enseja a desaprovação das contas.

Além disso, o valor corresponde a 15,73% do total das receitas arrecadadas, impossibilitando, pois, a aplicação do princípio da proporcionalidade. Vejamos:

ELEIÇÕES 2020 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS DE PARTIDO - CONTAS DESAPROVADAS - RECURSO NÃO PROVIDO. Preliminar de não conhecimento de documentos juntados após o parecer conclusivo. Documentos parcialmente conhecidos. Não é possível conhecer da segunda prestação de contas retificadora, por demandar analise técnica, que deveria ter sido feita em primeiro grau. Irregularidades 1) Atraso na entrega dos relatórios financeiros de campanha, em descompasso com o art. 47, 1, da Res. TSE n° 23607/2019. 2) Divergência de informações quantos aos dirigentes partidários, em violação art. 53, I, a, da Res. TSE n° 23607 /2019. 3) Divergência quanto a doação recebida de partido político não registrada na Justiça Eleitoral. Como a divergência não foi esclarecida pelo partido, é de se considerar como recurso de origem não identificada a doação recebida de partido político, cujo número de inscrição CNPJ foi informado incorretamente, nos termos do art. 32, I e III, da Res. TSE n° 23.607/2019. 4) Existência de despesas com combustíveis sem o correspondente registro da cessão de veículos na prestação de contas. Não obstante o recorrente tenha juntado em grau de recurso os termos de cessão e os contratos de locação de veículos utilizados em campanha, não foram apresentados os documentos comprobatórios da propriedade desses veículos e não foi registrada nas contas a respectiva despesa. Dessa forma, configurou irregularidade a omissão de registro nas contas eleitorais de recurso estimável em dinheiro, referente a cessão de veículo para utilização em campanha. 5) Ausência de registro de doação estimáveis em dinheiro Não há registro de doação estimável, ou financeiras, a candidatos, o que configura irregularidade pelo descumprimento do art. 53, I, e, da Res. TSE n° 23.607/2019. 6) Utilização de recursos do FEFC para pagamento de encargos financeiros ou taxas, no valor de R$ 1,20 (um real e vinte centavos), violando o art. 37 da Res. TSE n° 23.607/2019. 7) Divergências entre a movimentação financeira registrada na prestação de contas e aquela registrada nos extratos eletrônicos. O desacerto nas informações apresentadas à Justiça Eleitoral configura irregularidade prevista no art. 53, I, g e II, a, da Resolução TSE n° 23.607 /2019, que, no caso, por si só, enseja a desaprovação das contas. 8) Dados constantes dos extratos bancários e não declarados na prestação de contas. Apesar de seu pequeno valor, a omissão do registro da receita configura irregularidade, nos termos do art. 53, 1, g, Res. TSE n° 23.607/2019. 9) Gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época, em descumprimento ao § 6° da Res. TSE n° 23.607/2019. Como o valor das irregularidades verificadas representou a totalidade dos recursos arrecadados pelo recorrente, deve ser mantida a sentença que desaprovou as contas eleitorais

apresentadas. Não obstante os recursos utilizados em campanha tenham origem no Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, em razão da proibição de *reformatio in pejus*, deixa-se de determinar a devolução do valor das irregularidades ao Tesouro Nacional, conforme preconizado no caput do art. 32 da Res. TSE n° 23.607/2019. Recuso não provido.

Em se tratando da ausência dos extratos bancários físicos, embora consista em irregularidade, não impede a análise e a confiabilidade das contas. É este o entendimento jurisprudencial do TRE-PI, vejamos:

Ementa. DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS NA FORMA DEFINITIVA E DE TODO O PERÍODO DA CAMPANHA. APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS ELETRÔNICOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS EM VALOR SUPERIOR AO DECLARADO NO REGISTRO DE CANDIDATURA. VALOR IRRISÓRIO. NÃO APRESENTAÇÃO DO COMPROVANTE RECOLHIMENTO DE SOBRAS DE CAMPANHA. FALHAS FORMAIS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. PROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME: O candidato ao cargo de vereador no município de Pimenteiras/PI interpôs recurso eleitoral contra a sentença proferida pelo Juízo da 89ª Zona Eleitoral, que desaprovou suas contas de campanha referentes às eleições de 2024, com fundamento no art. 30, III, da Lei nº 9.504 /97 e no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO: 2. Há três questões em discussão: (i) saber se a utilização de recursos próprios em montante superior ao declarado no registro de candidatura caracteriza irregularidade insanável; (ii) saber se a não apresentação dos extratos bancários definitivos comprometeu, no caso, a regularidade das contas; e (iii) saber se a não apresentação do comprovante de recolhimento das sobras de campanha constitui motivo suficiente para desaprovação das contas. III. RAZÕES DE DECIDIR: 3. Em relação à utilização de recursos próprios, verificou-se que o valor envolvido era irrisório e não comprometeu a lisura da prestação de contas, não havendo registro de dolo ou má-fé. Além disso, o art. 27, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o autofinanciamento deve observar o limite de gastos para o cargo disputado, não por parâmetro a renda declarada no ano anterior pelo candidato. 4. No que concerne à não apresentação dos extratos bancários definitivos, embora a Resolução TSE nº 23.607/2019 determine sua obrigatoriedade (art. 53, II, "a"), constatou-se que a análise das contas foi viabilizada por meio de extratos eletrônicos encaminhados diretamente pelas instituições financeiras. Precedentes do TRE-PI indicam que, nesses casos, a falha deve ser considerada meramente formal, passível de ressalvas. No tocante ao não recolhimento das sobras de campanha, o parecer técnico apontou que o montante residual correspondia a recursos privados e que, conforme o art. 12, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, a instituição financeira também possui o encargo de providenciar o encerramento da conta com a correspondente devolução das sobras ao partido político (art. 51). Assim, a irregularidade foi considerada formal e passível de ressalvas. IV. DISPOSITIVO E TESE: 6. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença recorrida e aprovar com ressalvas as contas. 7. Tese de julgamento: "A ausência de extratos bancários definitivos, quando suprida por informações enviadas pela instituição financeira, e a não apresentação do comprovante de recolhimento de sobras de campanha constituem falhas formais que, no caso, não são suficientes para ensejar a desaprovação das contas". Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/97, art. 30, III. Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 12, 27, § 1º; 30, III; 50, §§ 1º e 2º; 51; 53, II, "a"; 74, III. Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, Recurso Eleitoral nº 060008353, Rel. Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, DJE 03/02/2023. RECURSO ELEITORAL nº060019258, Acórdão, Relator(a) Des. Daniel De Sousa Alves, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 04/04/2025.

Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, III, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha do(a) candidato(a) MARIA DULCINEIA DE SOUSA SANTOS, relativas às Eleições Municipais de 2024.
Registre-se. Publique-se no DJE.
Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 22 da LC nº 64/1990. (Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 81, c/c Lei nº 9.504/1997, art. 22, §4º).
Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato.
Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.
Expedientes necessários!
Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.
Stefan Oliveira Ladislau
Juiz da 21ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600355-48.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600355-48.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MISAEL SAMPAIO SOUSA VEREADOR
ADVOGADO	: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI)
REQUERENTE	: MISAEL SAMPAIO SOUSA
ADVOGADO	: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600355-48.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MISAEL SAMPAIO SOUSA VEREADOR, MISAEL SAMPAIO SOUSA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA - PI9822
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA - PI9822
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) MISAEL SAMPAIO DE SOUSA, relativas às Eleições 2024, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI.
As contas foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.
Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (id 123268905).
Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (id 123904440), o(a) prestador(a) permaneceu inerte.
Em parecer conclusivo, a unidade técnica apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela aprovação com ressalvas das contas (id 123938671).

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas (id 123943126).

É o relatório. Decido.

O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.

Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) não cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, não foram apresentados os extratos físicos das contas abertas em nome do candidato (Fundo Partidário, FEFC e Outros Recursos), demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha.

Entretanto, a ausência dos extratos bancários físicos, embora consista em irregularidade, não impede a análise e a confiabilidade das contas. É este o entendimento jurisprudencial do TRE-PI, vejamos:

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2016. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.1. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO. A Resolução TSE nº 23.463/2015, ao tratar da elaboração e da prestação das contas de campanha, no seu art. 48, inicia, já no caput, por determinar a juntada dos extratos bancários à prestação de contas mesmo que não haja movimentação financeira. Entretanto, a análise técnica juntou aos autos os extratos eletrônicos da conta bancária destinada a outros recursos e comprovou a ausência de movimentação financeira registrada pela agremiação, conforme se vê do documento ID 2674070. Desse modo, a faltados extratos físicos, em que pese constitua irregularidade, não impediu a análise e a confiabilidade das contas devendo ser mantida a imposição de ressalvas.2-RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Recurso Eleitoral nº060002471, Acórdão, Relator(a) Des. ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 06/02/2020.

Ementa. DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS NA FORMA DEFINITIVA E DE TODO O PERÍODO DA CAMPANHA. APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS ELETRÔNICOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS EM VALOR SUPERIOR AO DECLARADO NO REGISTRO DE CANDIDATURA. VALOR IRRISÓRIO. NÃO APRESENTAÇÃO DO COMPROVANTE RECOLHIMENTO DE SOBRAS DE CAMPANHA. FALHAS FORMAIS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. PROVIMENTO DO RECURSO. I. CASO EM EXAME: O candidato ao cargo de vereador no município de Pimenteiras/PI interpôs recurso eleitoral contra a sentença proferida pelo Juízo da 89ª Zona Eleitoral, que desaprovou suas contas de campanha referentes às eleições de 2024, com fundamento no art. 30, III, da Lei nº 9.504/97 e no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO: 2. Há três questões em discussão: (i) saber se a utilização de recursos próprios em montante superior ao declarado no registro de candidatura caracteriza irregularidade insanável; (ii) saber se a não apresentação dos extratos bancários definitivos comprometeu, no caso, a regularidade das contas; e (iii) saber se a não apresentação do comprovante de recolhimento das sobras de campanha

constitui motivo suficiente para desaprovação das contas. III. RAZÕES DE DECIDIR: 3. Em relação à utilização de recursos próprios, verificou-se que o valor envolvido era irrisório e não comprometeu a lisura da prestação de contas, não havendo registro de dolo ou má-fé. Além disso, o art. 27, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o autofinanciamento deve observar o limite de gastos para o cargo disputado, não por parâmetro a renda declarada no ano anterior pelo candidato. 4. No que concerne à não apresentação dos extratos bancários definitivos, embora a Resolução TSE nº 23.607/2019 determine sua obrigatoriedade (art. 53, II, "a"), constatou-se que a análise das contas foi viabilizada por meio de extratos eletrônicos encaminhados diretamente pelas instituições financeiras. Precedentes do TRE-PI indicam que, nesses casos, a falha deve ser considerada meramente formal, passível de ressalvas. No tocante ao não recolhimento das sobras de campanha, o parecer técnico apontou que o montante residual correspondia a recursos privados e que, conforme o art. 12, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, a instituição financeira também possui o encargo de providenciar o encerramento da conta com a correspondente devolução das sobras ao partido político (art. 51). Assim, a irregularidade foi considerada formal e passível de ressalvas. IV. DISPOSITIVO E TESE: 6. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença recorrida e aprovar com ressalvas as contas. 7. Tese de julgamento: "A ausência de extratos bancários definitivos, quando suprida por informações enviadas pela instituição financeira, e a não apresentação do comprovante de recolhimento de sobras de campanha constituem falhas formais que, no caso, não são suficientes para ensejar a desaprovação das contas". Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/97, art. 30, III. Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 12, 27, § 1º; 30, III; 50, §§ 1º e 2º; 51; 53, II, "a"; 74, III. Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, Recurso Eleitoral nº 060008353, Rel. Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, DJE 03/02/2023. RECURSO ELEITORAL nº060019258, Acórdão, Relator(a) Des. Daniel De Sousa Alves, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 04/04/2025.

Desse modo, sendo a impropriedades relatada a única falha detectada pela unidade técnica da Justiça Eleitoral, impõe-se a aposição de ressalvas às contas sob exame, por não comprometer su a higidez, confiabilidade e regularidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, II, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo APROVADAS COM RESSALVAS as contas de campanha do(a) candidato(a) MISAEL SAMPAIO SOUSA relativas às Eleições Municipais de 2024.

Registre-se. Publique-se no DJE.

Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato, caso necessário.

Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.

Cumpram-se as providências legais necessárias.

Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.

Stefan Oliveira Ladislau

Juiz da 21ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600318-21.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600318-21.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA	

LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE : ELEICAO 2024 JOAO DE DEUS SOUSA VEREADOR
ADVOGADO : JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)
REQUERENTE : JOAO DE DEUS SOUSA
ADVOGADO : JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600318-21.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 JOAO DE DEUS SOUSA VEREADOR, JOAO DE DEUS SOUSA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) JOÃO DE DEUS SOUSA, relativas às Eleições 2024, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO /PI.
As contas foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.
Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (id 123399859).
Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (id 123905989), o(a) prestador(a) permaneceu inerte.
Em parecer conclusivo, a unidade técnica apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela aprovação com ressalvas das contas (id 123938694).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas (id 123943124).
É o relatório. Decido.
O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.
Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.
Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) não cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, foram apontadas as seguintes impropriedades:
1. não foram apresentados os extratos físicos das contas abertas em nome do candidato (Fundo Partidário, FEFC e Outros Recursos), demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha.

2. Sobras financeiras de campanha. Há divergências de valor ou de identificação das contas de destino das sobras financeiras de campanha. Entretanto, a referida irregularidade não compromete a regularidade das contas, ficando determinado que o referido valor seja transferido à respectiva agremiação partidária municipal.

Em se tratando da ausência dos extratos bancários físicos, embora consista em irregularidade, não impede a análise e a confiabilidade das contas. É este o entendimento jurisprudencial do TRE-PI, vejamos:

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2016. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.1. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO. A Resolução TSE nº 23.463/2015, ao tratar da elaboração e da prestação das contas de campanha, no seu art. 48, inicia, já no caput, por determinar a juntada dos extratos bancários à prestação de contas mesmo que não haja movimentação financeira. Entretanto, a análise técnica juntou aos autos os extratos eletrônicos da conta bancária destinada a outros recursos e comprovou a ausência de movimentação financeira registrada pela agremiação, conforme se vê do documento ID 2674070. Desse modo, a faltados extratos físicos, em que pese constitua irregularidade, não impediu a análise e a confiabilidade das contas devendo ser mantida a imposição de ressalvas.2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Recurso Eleitoral nº060002471, Acórdão, Relator(a) Des. ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 06/02 /2020.

Ementa. DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS NA FORMA DEFINITIVA E DE TODO O PERÍODO DA CAMPANHA. APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS ELETRÔNICOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS EM VALOR SUPERIOR AO DECLARADO NO REGISTRO DE CANDIDATURA. VALOR IRRISÓRIO. NÃO APRESENTAÇÃO DO COMPROVANTE RECOLHIMENTO DE SOBRAS DE CAMPANHA. FALHAS FORMAIS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. PROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME: O candidato ao cargo de vereador no município de Pimenteiras/PI interpôs recurso eleitoral contra a sentença proferida pelo Juízo da 89ª Zona Eleitoral, que desaprovou suas contas de campanha referentes às eleições de 2024, com fundamento no art. 30, III, da Lei nº 9.504 /97 e no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO: 2. Há três questões em discussão: (i) saber se a utilização de recursos próprios em montante superior ao declarado no registro de candidatura caracteriza irregularidade insanável; (ii) saber se a não apresentação dos extratos bancários definitivos comprometeu, no caso, a regularidade das contas; e (iii) saber se a não apresentação do comprovante de recolhimento das sobras de campanha constitui motivo suficiente para desaprovação das contas. III. RAZÕES DE DECIDIR: 3. Em relação à utilização de recursos próprios, verificou-se que o valor envolvido era irrisório e não comprometeu a lisura da prestação de contas, não havendo registro de dolo ou má-fé. Além disso, o art. 27, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o autofinanciamento deve observar o limite de gastos para o cargo disputado, não por parâmetro a renda declarada no ano anterior pelo candidato. 4. No que concerne à não apresentação dos extratos bancários definitivos, embora a Resolução TSE nº 23.607/2019 determine sua obrigatoriedade (art. 53, II, "a"), constatou-se que a análise das contas foi viabilizada por meio de extratos eletrônicos encaminhados diretamente pelas instituições financeiras. Precedentes do TRE-PI indicam que, nesses casos, a falha deve ser considerada meramente formal, passível de ressalvas. No tocante ao não recolhimento das sobras de campanha, o parecer técnico apontou que o montante residual correspondia a recursos privados e que, conforme o art. 12, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, a instituição financeira também possui o encargo de providenciar o encerramento da conta com a correspondente devolução das sobras ao partido político (art. 51). Assim, a irregularidade foi

considerada formal e passível de ressalvas.IV. DISPOSITIVO E TESE:6. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença recorrida e aprovar com ressalvas as contas. 7. Tese de julgamento: "A ausência de extratos bancários definitivos, quando suprida por informações enviadas pela instituição financeira, e a não apresentação do comprovante de recolhimento de sobras de campanha constituem falhas formais que, no caso, não são suficientes para ensejar a desaprovação das contas". Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/97, art. 30, III. Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 12, 27, § 1º; 30, III; 50, §§ 1º e 2º; 51; 53, II, "a"; 74, III. Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, Recurso Eleitoral nº 060008353, Rel. Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, DJE 03/02/2023. RECURSO ELEITORAL nº060019258, Acórdão, Relator(a) Des. Daniel De Sousa Alves, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 04/04/2025.

Desse modo, sendo as impropriedades relatadas as únicas falhas detectadas pela unidade técnica da Justiça Eleitoral, impõe-se a aposição de ressalvas às contas sob exame, por não comprometer sua higidez, confiabilidade e regularidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, II, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo APROVADAS COM RESSALVAS as contas de campanha do(a) candidato(a) MANOEL FERNANDES DA SILVA, relativas às Eleições Municipais de 2024.

Registre-se. Publique-se no DJE.

Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato, caso necessário.

Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.

Cumpram-se as providências legais necessárias.

Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.

Stefan Oliveira Ladislau

Juiz da 21ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600251-56.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600251-56.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (PIRACURUCA - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ANNA JULLIA ROCHA BRITO
ADVOGADO	: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA (22340/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ANNA JULLIA ROCHA BRITO VICE-PREFEITO
ADVOGADO	: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA (22340/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA MELO PREFEITO
ADVOGADO	: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA (22340/PI)
REQUERENTE	: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA MELO
ADVOGADO	: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA (22340/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600251-56.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA MELO PREFEITO, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA MELO, ELEICAO 2024 ANNA JULLIA ROCHA BRITO VICE-PREFEITO, ANNA JULLIA ROCHA BRITO
Advogado do(a) REQUERENTE: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA - PI22340
Advogado do(a) REQUERENTE: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA - PI22340
Advogado do(a) REQUERENTE: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA - PI22340
Advogado do(a) REQUERENTE: DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA - PI22340
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a prefeito (a) FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA MELO.
As contas são relativas às Eleições 2024, no município de PIRACURUCA/PI, foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.
Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (ID 123399912).
Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (id 123928629), o(a) prestador(a) apresentou resposta (id 123935323), complementando as informações e esclarecimentos, sanando eventuais falhas detectadas.
Em parecer conclusivo, a unidade técnica não apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela aprovação das contas (id 123939775).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação das contas (id 123941397).
É o relatório. Decido.
O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.
Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.
Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, não foram constatadas irregularidades e/ou inconsistências que comprometam a sua higidez e confiabilidade.
Diante do exposto, em consonância com o opinativo Ministerial, com fulcro no artigo 30, I, da Lei n. º 9.504/97, combinado com o artigo 74, inciso I, da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO APROVADAS as contas de campanha do(a) prestador(a) acima identificado(a).
Intimações necessárias.
Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO e no ELO, caso necessário.
Em seguida, arquivem-se os autos.
Piracuruca (PI), *datado e assinado eletronicamente*.
STEFAN OLIVEIRA LADISLAU
Juiz Eleitoral da 21ª Zona/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600351-11.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600351-11.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MACIELE FONTENELE DE ANDRADE VEREADOR
ADVOGADO	: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI)
REQUERENTE	: MACIELE FONTENELE DE ANDRADE
ADVOGADO	: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600351-11.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MACIELE FONTENELE DE ANDRADE VEREADOR, MACIELE FONTENELE DE ANDRADE
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA - PI9822
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA - PI9822
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) MACIELE FONTENELE DE ANDRADE, relativas às Eleições 2024, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI.
As contas foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.
Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (id 123358487).
Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (id 123916107), o(a) prestador(a) permaneceu inerte, conforme certidão id nº 123939346.
Em parecer conclusivo, a unidade técnica apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela desaprovação das contas (id 123846892).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se em igual sentido (id 123942982).
Em síntese, é o relatório!
Tudo bem visto e ponderado, passo a decidir!
O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.
Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.
Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) não cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior

Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, foi identificada irregularidade na aplicação de recursos do FEFC, uma vez que não foram apresentados os documentos ficais necessários para a sua comprovação.

Analisando o caso concreto, constata-se que houve irregularidade na Prestação de Contas que afetaram a quantia de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) referente a despesas pagas com recursos públicos.

O valor excedente corresponde a 22,12% do total arrecadado/contratado, impossibilitando a aplicação do princípio da proporcionalidade, acolhendo o parecer técnico que pugna pela desaprovação das contas, conforme entendimento jurisprudencial deste Regional, vejamos:

TRE PI

DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. CANDIDATOS. CARGOS. PREFEITO E VICE-PREFEITO. IRREGULARIDADE. DESAPROVAÇÃO. DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE VALOR AO TESOURO NACIONAL. IRREGULARIDADE NA COMPROVAÇÃO DE GASTO COM RECURSO DO FEFC. AUSÊNCIA DA NOTA FISCAL. RESOLUÇÃO TSE N. 23.607/2019. PERCENTUAL DA FALHA ABAIXO DE 10% DAS RECEITAS. APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PROVIMENTO PARCIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR A SER RECOLHIDO.

I. Caso em exame

1. Recurso eleitoral interposto por candidatos aos cargos de prefeito e vice-prefeito nas eleições de 2024, contra decisão de desaprovação de suas contas, com determinação de recolhimento de valor ao Tesouro Nacional devido à irregularidade na comprovação de gasto com recursos do FEFC.

1.1. O parecer ministerial opinou pelo provimento parcial do recurso, apenas para julgar as contas aprovadas com ressalvas, mas manter a determinação de recolhimento do valor ao Tesouro Nacional.

II. Questão em discussão

2. Há duas questões em discussão:

(i) se a irregularidade identificada no pagamento de despesa com recursos do FEFC, sem a apresentação da nota fiscal, configura irregularidade que justifica a desaprovação total das contas; e

(ii) se é aplicável a mitigação da penalidade com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para aprovação com ressalvas.

III. Razões de decidir

3.1 Conforme art. 60 da Resolução TSE n. 23.607/2019, exige-se a comprovação do gasto por documento fiscal idôneo, o que não ocorreu na presente hipótese.

3.2. Considerando a jurisprudência desta Corte, a omissão do documento fiscal da despesa implica irregularidade grave, porquanto impossibilita a verificação do destino de recursos do FEFC.

3.3. Sendo assim, a falta da documentação fiscal apta a comprovar os gastos pagos com recursos do FEFC enseja irregularidade não sanada pelos recorrentes, apta a desaprovar as contas. 3.4. Porém, o valor da falha representa aproximados 0,8% do total de receitas arrecadadas, viabilizando a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para o fim de afastar a desaprovação e aprovar com ressalvas as contas. 3.5. Em relação à sanção, permanece a necessidade de imposição da devolução de R$ 1.100,00, que devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional, por sua natureza pública, já que se trata de recursos do FEFC que não foram comprovados, na forma do art. 79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019.

IV. Dispositivo e tese 6. Recurso parcialmente provido apenas para o fim de aprovar com ressalvas as contas, permanecendo a determinação de devolução do valor irregular ao Tesouro Nacional.

Desse modo, considerando as irregularidades relatadas pela unidade técnica da Justiça Eleitoral, impõe-se a desaprovação às contas sob exame, por comprometer sua higidez, confiabilidade e regularidade, com a consequente devolução da quantia aplica irregularmente com recursos do FEFC.

Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, II, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as contas de campanha do(a) candidato(a) MACIELE FONTENELE DE ANDRADE relativas às Eleições Municipais de 2024, e DETERMINO a devolução ao Tesouro Nacional do valor de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), uma vez verificada utilização indevida de recurso do FEFC, nos termos do art. 17, § 9º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

O comprovante de devolução ou de recolhimento, conforme o caso, poderá ser apresentado em qualquer fase da prestação de contas ou após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas de campanha e, no caso de recolhimento ao Tesouro Nacional, deverá observar o disposto na Resolução TSE nº 23.709/2022 (art. 32, §2º, Resolução TSE nº 23.607/2019).

Instruções para emissão de GRU constam do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral e o candidato é responsável por sua emissão, recolhimento e apresentação de comprovante nos autos.

Registre-se. Publique-se no DJE.

Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato.

Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.

Cumpram-se as providências legais necessárias.

Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.

Stefan Oliveira Ladislau

Juiz da 21ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600346-86.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600346-86.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 RAIMUNDA DA CONCEICAO CARVALHO VEREADOR
ADVOGADO	: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI)
REQUERENTE	: RAIMUNDA DA CONCEICAO CARVALHO
ADVOGADO	: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600346-86.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 RAIMUNDA DA CONCEICAO CARVALHO VEREADOR, RAIMUNDA DA CONCEICAO CARVALHO

Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA - PI9822

Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA - PI9822

SENTENÇA

Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO CARVALHO relativas às Eleições 2024, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI.

As contas foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.

Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (id 123358485).

Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (ID 123915917), prazo transcorreu sem manifestação (ID 123939351).

Em parecer conclusivo, a unidade técnica apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela aprovação com ressalvas das contas (ID 123940700).

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas (id 123943047).

É o relatório. Decido.

O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.

Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) não cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, foi identificada doação financeira em espécie de valor superior a R$ 1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), em desobediência ao art. 21, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/19.

No ponto, em que pese os argumentos do(a) prestador(a), expostos na petição id 123540098, infiro que remanesce a falha relacionada à doação em espécie acima do limite estabelecido pelo art. 21, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/19, uma vez que o § 4º do mesmo dispositivo não concede qualquer margem de discricionariedade ao julgador, quando expressa que no caso da utilização das doações financeiras recebidas em desacordo com o art. 21, ainda que identificada(o) a doadora ou o doador, os valores devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional.

Nesse sentido, o art. 32, inciso IV, da Resolução TSE nº 23.607/19, prescreve que as doações recebidas em desacordo com o disposto no art. 21, § 1º, quando impossibilitada a devolução à doadora ou ao doador, pois já utilizados, ensejam a devolução ao Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Insta salientar, todavia, que não há que ser devolvido todo o valor utilizado, mas apenas o montante que excede o limite previsto na legislação, qual seja, R$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), o que totaliza, na espécie, R$ 435,90 (quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa centavos).

Na mesma esteira, segue o entendimento jurisprudencial, *in verbis*:

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATA. ELEIÇÕES 2020. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DOAÇÕES RECEBIDAS DE RECURSOS PRÓPRIOS MEDIANTE DEPÓSITO EM

ESPÉCIE EM VALOR ACIMA DO LIMITE LEGAL. APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE TODA A QUANTIA DOADA. DESPROPORCIONALIDADE. ART. 21, § 1º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. REDUÇÃO DA MULTA PARA O PATAMAR EQUIVALENTE APENAS AO QUE EXCEDEU O LIMITE LEGAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. 1. As doações financeiras de valor igual ou superior a R$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal. 2. Na espécie, a candidata fez doações a sua campanha mediante depósitos bancários identificados, em valor acima do mencionado limite legal. Nesse caso, conforme entendimento jurisprudencial, é devido o recolhimento ao Tesouro Nacional somente da quantia que ultrapasse o valor regulamentar (R$1.064,10). 3. Impossibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 4. Recurso provido parcialmente para reduzir o valor a ser devolvido ao Tesouro Nacional. 5. Sentença mantida para desaprovar as contas de campanha. (Recurso Eleitoral nº 060027620, Acórdão, Des. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 29/03/2022)

Por outro lado, importa observar que o excedente corresponde a 8,52% do total das despesas efetuadas, porém, em valores nominais, é inferior a R$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), possibilitando a aplicação do princípio da proporcionalidade/razoabilidade, com imposição de mera ressalva às contas, sem prejuízo da devolução da quantia considerada como RONI, conforme determina o art. 79 da Resolução TSE nº 23.607/19.

Diante do exposto, em consonância com o opinativo Ministerial, com fulcro no artigo 30, II, da Lei n. º 9.504/97, combinado com o artigo 74, inciso II, da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO APROVADAS COM RESSALVAS as contas de campanha do(a) prestador(a) acima identificado(a), com o consequente recolhimento ao Tesouro Nacional da quantia que excedeu o limite de depósito em espécie, no valor de R$ 435,90 (quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa centavos), por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), sobre os quais incidirão atualização monetária e juros moratórios, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, sem possibilidade de parcelamento, nos termos do art. 23, inciso I, da Resolução TSE nº 23.709/22.

Advirto que o comprovante de recolhimento poderá ser apresentado em qualquer fase da prestação de contas ou após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas de campanha, consoante art. 32, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/19.

Intimações necessárias.

Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO e no ELO, caso necessário.

Em seguida, comprovado o recolhimento do RONI, arquivem-se os autos.

Do contrário, proceda-se na forma da Resolução TSE nº 23.709/22.

Piracuruca (PI), *datado e assinado eletronicamente*.

Stefan Oliveira Ladislau

Juiz da 21ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600323-43.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600323-43.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 LUIZ FERNANDO DE JESUS SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)

REQUERENTE : LUIZ FERNANDO DE JESUS SILVA
ADVOGADO : JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600323-43.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 LUIZ FERNANDO DE JESUS SILVA VEREADOR, LUIZ FERNANDO DE JESUS SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) LUIZ FERNANDO DE JESUS SILVA, relativas às Eleições 2024, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI.
O candidato não apresentou a prestação de contas final de campanha das Eleições Municipais de 2024, conforme certidão de inadimplência (ID 123521249), cujo prazo para envio findou em 05/11 /2024 (art. 49 da Res. TSE 23.607/2019).
Após citado para prestar contas no prazo de três dias (ID 123663667), conforme art. 49, IV, da Res. TSE n° 23.607/2019, permaneceu omisso (ID 123713142).
Foram acostados aos autos documentos e informações (ID 123878318), nos quais constata-se que não há registro de recebimento de recursos públicos, fontes vedadas ou de origem não identificada (art. 40, §5º, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019).
O Ministério Público manifestou-se pelo julgamento das contas como não prestadas (ID 123878835).
É o breve relatório. Decido.
O art. 45, *caput* e §3º, c/c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral até o dia 05 de novembro de 2024, estabelecendo a norma de regência rito específico para aqueles ou aquelas que deixam de apresentar as contas dentro do prazo previsto, o qual foi devidamente observado nestes autos.
Convém frisar que o(a) prestador(a) de contas foi citado pessoalmente, na forma do art. 98, § 9º, da Resolução TSE nº 23.607/19, garantindo-se, pois, a oportunidade de apresentação das contas, não havendo que se falar em cerceamento de defesa, uma vez que operada a preclusão.
Feitas essas considerações introdutórias, a ausência absoluta de documentos e informações, em razão da não apresentação das contas pelo candidato, caracteriza irregularidade de natureza grave e insanável, ante o caráter cogente da apresentação de contas de campanha, o que atrai a aplicação do art. 30, IV, da Lei nº 9.504/97. No mesmo sentido é a Res. TSE n° 23.607/2019.
Art. 74. Apresentado o parecer do Ministério Público e observado o disposto no parágrafo único do art. 73 desta Resolução, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo (Lei nº 9.504/1997, art. 30, caput):
I - pela aprovação, quando estiverem regulares;
II - pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade;
III - pela desaprovação, quando constatadas falhas que comprometam sua regularidade;
IV - pela não prestação, quando, observado o disposto no § 2º:

a) depois de citados, na forma do inciso IV do § 5º do art. 49, o candidato ou o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas;

A ausência da prestação de contas impede o necessário e salutar controle da Justiça Eleitoral, independentemente de ter havido ou não movimentação de recursos financeiros, não havendo, na espécie, nem mesmo elementos mínimos de análise, haja vista a completa omissão do dever legal e consequente inexistência de dados e/ou informações no SPCE e nos autos.

Diante do exposto, em consonância com o opinativo Ministerial, com fulcro no artigo 30, IV, da Lei n.º 9.504/97, combinado com o artigo 74, inciso IV, alínea "a", da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO NÃO PRESTADAS as contas de campanha das Eleições Municipais 2024 de LUIZ FERNANDO DE JESUS SILVA, candidato a Vereador no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI, ficando o candidato impedido de obter a certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura e, após esse prazo, enquanto perdurar a omissão (art. 80, I, da Res. TSE nº 23.607/2019).

Publique-se. Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, registre-se o dispositivo da sentença no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais e certifique-se nos autos a anotação do ASE 230, Motivo 1, no cadastro eleitoral do candidato.

Cumpra-se.

Piracuruca (PI), *datado e assinado eletronicamente.*

Stefan Oliveira Ladislau

Juiz Eleitoral da 21ª Zona

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600314-81.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600314-81.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 FILEMOM DE SOUSA SAMPAIO VEREADOR
ADVOGADO	: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)
REQUERENTE	: FILEMOM DE SOUSA SAMPAIO
ADVOGADO	: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600314-81.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 FILEMOM DE SOUSA SAMPAIO VEREADOR, FILEMOM DE SOUSA SAMPAIO

Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008

Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008

SENTENÇA

Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) FILEMOM DE SOUSA SAMPAIO, relativas às Eleições 2024, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI.

As contas foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.

Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (id 123399853).

Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (id 123906326), o(a) prestador(a) permaneceu inerte.

Em parecer conclusivo, a unidade técnica apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela aprovação com ressalvas das contas (id 123938763).

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas (id 123943121).

É o relatório. Decido.

O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.

Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) não cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, foram apontadas as seguintes impropriedades:

1. não foram apresentados os extratos físicos das contas abertas em nome do candidato (Fundo Partidário, FEFC e Outros Recursos), demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha.
2. Omissão de receitas e gastos eleitorais. O valor, por sua vez, corresponde a 1.52% do total das despesas contratadas, permitindo a aplicação do princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

Em se tratando da ausência dos extratos bancários físicos, embora consista em irregularidade, não impede a análise e a confiabilidade das contas. É este o entendimento jurisprudencial do TRE-PI, vejamos:

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2016. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.1. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO. A Resolução TSE nº 23.463/2015, ao tratar da elaboração e da prestação das contas de campanha, no seu art. 48, inicia, já no caput, por determinar a juntada dos extratos bancários à prestação de contas mesmo que não haja movimentação financeira. Entretanto, a análise técnica juntou aos autos os extratos eletrônicos da conta bancária destinada a outros recursos e comprovou a ausência de movimentação financeira registrada pela agremiação, conforme se vê do documento ID 2674070. Desse modo, a faltados extratos físicos, em que pese constitua irregularidade, não impediu a análise e a confiabilidade das contas devendo ser mantida a imposição de ressalvas.2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Recurso Eleitoral nº060002471, Acórdão, Relator(a) Des. ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 06/02 /2020.

Ementa. DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS NA FORMA DEFINITIVA E DE TODO O PERÍODO DA CAMPANHA. APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS ELETRÔNICOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS EM VALOR SUPERIOR AO DECLARADO NO REGISTRO DE CANDIDATURA. VALOR IRRISÓRIO. NÃO

APRESENTAÇÃO DO COMPROVANTE RECOLHIMENTO DE SOBRAS DE CAMPANHA. FALHAS FORMAIS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. PROVIMENTO DO RECURSO.
I. CASO EM EXAME:
O candidato ao cargo de vereador no município de Pimenteiras/PI interpôs recurso eleitoral contra a sentença proferida pelo Juízo da 89ª Zona Eleitoral, que desaprovou suas contas de campanha referentes às eleições de 2024, com fundamento no art. 30, III, da Lei nº 9.504/97 e no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:
2. Há três questões em discussão: (i) saber se a utilização de recursos próprios em montante superior ao declarado no registro de candidatura caracteriza irregularidade insanável; (ii) saber se a não apresentação dos extratos bancários definitivos comprometeu, no caso, a regularidade das contas; e (iii) saber se a não apresentação do comprovante de recolhimento das sobras de campanha constitui motivo suficiente para desaprovação das contas.
III. RAZÕES DE DECIDIR:
3. Em relação à utilização de recursos próprios, verificou-se que o valor envolvido era irrisório e não comprometeu a lisura da prestação de contas, não havendo registro de dolo ou má-fé. Além disso, o art. 27, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o autofinanciamento deve observar o limite de gastos para o cargo disputado, não por parâmetro a renda declarada no ano anterior pelo candidato.
4. No que concerne à não apresentação dos extratos bancários definitivos, embora a Resolução TSE nº 23.607/2019 determine sua obrigatoriedade (art. 53, II, "a"), constatou-se que a análise das contas foi viabilizada por meio de extratos eletrônicos encaminhados diretamente pelas instituições financeiras. Precedentes do TRE-PI indicam que, nesses casos, a falha deve ser considerada meramente formal, passível de ressalvas.
No tocante ao não recolhimento das sobras de campanha, o parecer técnico apontou que o montante residual correspondia a recursos privados e que, conforme o art. 12, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, a instituição financeira também possui o encargo de providenciar o encerramento da conta com a correspondente devolução das sobras ao partido político (art. 51). Assim, a irregularidade foi considerada formal e passível de ressalvas.
IV. DISPOSITIVO E TESE:
6. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença recorrida e aprovar com ressalvas as contas.
7. Tese de julgamento: "A ausência de extratos bancários definitivos, quando suprida por informações enviadas pela instituição financeira, e a não apresentação do comprovante de recolhimento de sobras de campanha constituem falhas formais que, no caso, não são suficientes para ensejar a desaprovação das contas". Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/97, art. 30, III. Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 12, 27, § 1º; 30, III; 50, §§ 1º e 2º; 51; 53, II, "a"; 74, III. Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, Recurso Eleitoral nº 060008353, Rel. Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, DJE 03/02/2023. RECURSO ELEITORAL nº060019258, Acórdão, Relator (a) Des. Daniel De Sousa Alves, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 04/04/2025.
Desse modo, sendo as impropriedades relatada as única falhas detectadas pela unidade técnica da Justiça Eleitoral, impõe-se a aposição de ressalvas às contas sob exame, por não comprometer sua higidez, confiabilidade e regularidade.
Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, II, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo APROVADAS COM RESSALVAS as contas de campanha do(a) candidato(a) FILEMOM DE SOUSA SAMPAIO relativas às Eleições Municipais de 2024.
Registre-se. Publique-se no DJE.

Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato, caso necessário.
Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.
Cumpram-se as providências legais necessárias.
Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.
Stefan Oliveira Ladislau
Juiz da 21ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600319-06.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600319-06.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MANOEL FERNANDES DA SILVA VEREADOR
ADVOGADO	: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)
REQUERENTE	: MANOEL FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO	: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600319-06.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MANOEL FERNANDES DA SILVA VEREADOR, MANOEL FERNANDES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO - PI14008
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) MANOEL FERNANDES DA SILVA, relativas às Eleições 2024, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI.
As contas foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.
Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (id 123543420).
Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (id 123914821), o(a) prestador(a) permaneceu inerte, conforme certidão id nº 123939343.
Em parecer conclusivo, a unidade técnica apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela aprovação com ressalvas das contas (id 123939572).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas (id 1239431 17).
É o relatório. Decido.

O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.

Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) não cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, foram apontadas as seguintes impropriedades:

1. não foram apresentados os extratos físicos das contas abertas em nome do candidato (Fundo Partidário, FEFC e Outros Recursos), demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha.
2. Sobras financeiras de campanha. Há divergências de valor ou de identificação das contas de destino das sobras financeiras de campanha. Entretanto, a referida irregularidade não compromete a regularidade das contas, ficando determinado que o referido valor seja transferido à respectiva agremiação partidária municipal.

Em se tratando da ausência dos extratos bancários físicos, embora consista em irregularidade, não impede a análise e a confiabilidade das contas. É este o entendimento jurisprudencial do TRE-PI, vejamos:

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2016. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.1. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO. A Resolução TSE nº 23.463/2015, ao tratar da elaboração e da prestação das contas de campanha, no seu art. 48, inicia, já no caput, por determinar a juntada dos extratos bancários à prestação de contas mesmo que não haja movimentação financeira. Entretanto, a análise técnica juntou aos autos os extratos eletrônicos da conta bancária destinada a outros recursos e comprovou a ausência de movimentação financeira registrada pela agremiação, conforme se vê do documento ID 2674070. Desse modo, a faltados extratos físicos, em que pese constitua irregularidade, não impediu a análise e a confiabilidade das contas devendo ser mantida a imposição de ressalvas.2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Recurso Eleitoral nº060002471, Acórdão, Relator(a) Des. ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 06/02 /2020.

Ementa. DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS NA FORMA DEFINITIVA E DE TODO O PERÍODO DA CAMPANHA. APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS ELETRÔNICOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS EM VALOR SUPERIOR AO DECLARADO NO REGISTRO DE CANDIDATURA. VALOR IRRISÓRIO. NÃO APRESENTAÇÃO DO COMPROVANTE RECOLHIMENTO DE SOBRAS DE CAMPANHA. FALHAS FORMAIS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. PROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME:

O candidato ao cargo de vereador no município de Pimenteiras/PI interpôs recurso eleitoral contra a sentença proferida pelo Juízo da 89ª Zona Eleitoral, que desaprovou suas contas de campanha referentes às eleições de 2024, com fundamento no art. 30, III, da Lei nº 9.504/97 e no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:

2. Há três questões em discussão: (i) saber se a utilização de recursos próprios em montante superior ao declarado no registro de candidatura caracteriza irregularidade insanável; (ii) saber se a não apresentação dos extratos bancários definitivos comprometeu, no caso, a regularidade das contas; e (iii) saber se a não apresentação do comprovante de recolhimento das sobras de campanha constitui motivo suficiente para desaprovação das contas.

III. RAZÕES DE DECIDIR:

3. Em relação à utilização de recursos próprios, verificou-se que o valor envolvido era irrisório e não comprometeu a lisura da prestação de contas, não havendo registro de dolo ou má-fé. Além disso, o art. 27, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o autofinanciamento deve observar o limite de gastos para o cargo disputado, não por parâmetro a renda declarada no ano anterior pelo candidato.

4. No que concerne à não apresentação dos extratos bancários definitivos, embora a Resolução TSE nº 23.607/2019 determine sua obrigatoriedade (art. 53, II, "a"), constatou-se que a análise das contas foi viabilizada por meio de extratos eletrônicos encaminhados diretamente pelas instituições financeiras. Precedentes do TRE-PI indicam que, nesses casos, a falha deve ser considerada meramente formal, passível de ressalvas.

No tocante ao não recolhimento das sobras de campanha, o parecer técnico apontou que o montante residual correspondia a recursos privados e que, conforme o art. 12, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, a instituição financeira também possui o encargo de providenciar o encerramento da conta com a correspondente devolução das sobras ao partido político (art. 51). Assim, a irregularidade foi considerada formal e passível de ressalvas.

IV. DISPOSITIVO E TESE:

6. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença recorrida e aprovar com ressalvas as contas.

7. Tese de julgamento: "A ausência de extratos bancários definitivos, quando suprida por informações enviadas pela instituição financeira, e a não apresentação do comprovante de recolhimento de sobras de campanha constituem falhas formais que, no caso, não são suficientes para ensejar a desaprovação das contas". Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/97, art. 30, III. Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 12, 27, § 1º; 30, III; 50, §§ 1º e 2º; 51; 53, II, "a"; 74, III. Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, Recurso Eleitoral nº 060008353, Rel. Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, DJE 03/02/2023. RECURSO ELEITORAL nº060019258, Acórdão, Relator (a) Des. Daniel De Sousa Alves, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 04/04/2025.

Desse modo, sendo as impropriedades relatadas as únicas falhas detectadas pela unidade técnica da Justiça Eleitoral, impõe-se a aposição de ressalvas às contas sob exame, por não comprometer sua higidez, confiabilidade e regularidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, II, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo APROVADAS COM RESSALVAS as contas de campanha do(a) candidato(a) MANOEL FERNANDES DA SILVA, relativas às Eleições Municipais de 2024.

Registre-se. Publique-se no DJE.

Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato, caso necessário.

Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.

Cumpram-se as providências legais necessárias.

Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.

Stefan Oliveira Ladislau
Juiz da 21ª Zona Eleitoral/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600350-26.2024.6.18.0021

PROCESSO	: 0600350-26.2024.6.18.0021 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI)
RELATOR	**: 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 GISELIA AMORIM SANTANA VEREADOR
ADVOGADO	: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI)
REQUERENTE	: GISELIA AMORIM SANTANA
ADVOGADO	: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600350-26.2024.6.18.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE PIRACURUCA PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 GISELIA AMORIM SANTANA VEREADOR, GISELIA AMORIM SANTANA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA - PI9822
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA - PI9822
SENTENÇA
Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pelo candidato(a) a vereador (a) GISÉLIA AMORIM SANTANA, relativas às Eleições 2024, no município de SÃO JOSÉ DO DIVINO/PI.
As contas foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607/2019.
Publicado o edital para o conhecimento dos interessados acerca das contas apresentadas, decorreu o prazo e não houve qualquer impugnação pelos legitimados ou legitimadas (id 123268904).
Emitido relatório preliminar para expedição de diligências (id 123904360), o(a) prestador(a) permaneceu inerte.
Em parecer conclusivo, a unidade técnica apontou impropriedades ou irregularidades nas contas analisadas e apresentou manifestação pela aprovação com ressalvas das contas (id 123938665).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas (id 123943129).
É o relatório. Decido.
O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024 até o dia 05 de novembro de 2024.
Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como nas eleições para cargo de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

Do detido exame dos autos, constata-se que o(a) prestador(a) não cumpriu as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que empreendida a análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõem, não foram apresentados os extratos físicos das contas abertas em nome do candidato (Fundo Partidário, FEFC e Outros Recursos), demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha.

Entretanto, a ausência dos extratos bancários físicos, embora consista em irregularidade, não impede a análise e a confiabilidade das contas. É este o entendimento jurisprudencial do TRE-PI, vejamos:

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2016. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.1. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO. A Resolução TSE nº 23.463/2015, ao tratar da elaboração e da prestação das contas de campanha, no seu art. 48, inicia, já no caput, por determinar a juntada dos extratos bancários à prestação de contas mesmo que não haja movimentação financeira. Entretanto, a análise técnica juntou aos autos os extratos eletrônicos da conta bancária destinada a outros recursos e comprovou a ausência de movimentação financeira registrada pela agremiação, conforme se vê do documento ID 2674070. Desse modo, a faltados extratos físicos, em que pese constitua irregularidade, não impediu a análise e a confiabilidade das contas devendo ser mantida a imposição de ressalvas.2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Recurso Eleitoral nº060002471, Acórdão, Relator(a) Des. ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 06/02 /2020.

Ementa. DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS NA FORMA DEFINITIVA E DE TODO O PERÍODO DA CAMPANHA. APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS ELETRÔNICOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS EM VALOR SUPERIOR AO DECLARADO NO REGISTRO DE CANDIDATURA. VALOR IRRISÓRIO. NÃO APRESENTAÇÃO DO COMPROVANTE RECOLHIMENTO DE SOBRAS DE CAMPANHA. FALHAS FORMAIS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. PROVIMENTO DO RECURSO. I. CASO EM EXAME: O candidato ao cargo de vereador no município de Pimenteiras/PI interpôs recurso eleitoral contra a sentença proferida pelo Juízo da 89ª Zona Eleitoral, que desaprovou suas contas de campanha referentes às eleições de 2024, com fundamento no art. 30, III, da Lei nº 9.504 /97 e no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO: 2. Há três questões em discussão: (i) saber se a utilização de recursos próprios em montante superior ao declarado no registro de candidatura caracteriza irregularidade insanável; (ii) saber se a não apresentação dos extratos bancários definitivos comprometeu, no caso, a regularidade das contas; e (iii) saber se a não apresentação do comprovante de recolhimento das sobras de campanha constitui motivo suficiente para desaprovação das contas. III. RAZÕES DE DECIDIR: 3. Em relação à utilização de recursos próprios, verificou-se que o valor envolvido era irrisório e não comprometeu a lisura da prestação de contas, não havendo registro de dolo ou má-fé. Além disso, o art. 27, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 estabelece que o autofinanciamento deve observar o limite de gastos para o cargo disputado, não por parâmetro a renda declarada no ano anterior pelo candidato. 4. No que concerne à não apresentação dos extratos bancários definitivos, embora a Resolução TSE nº 23.607/2019 determine sua obrigatoriedade (art. 53, II, "a"), constatou-se que a análise das contas foi viabilizada por meio de extratos eletrônicos encaminhados diretamente pelas instituições financeiras. Precedentes do TRE-PI indicam que, nesses casos, a falha deve ser considerada meramente formal, passível de ressalvas. No tocante ao não recolhimento das sobras de campanha, o parecer técnico apontou que o montante residual correspondia a recursos privados e que, conforme o art. 12, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019,

a instituição financeira também possui o encargo de providenciar o encerramento da conta com a correspondente devolução das sobras ao partido político (art. 51). Assim, a irregularidade foi considerada formal e passível de ressalvas. IV. DISPOSITIVO E TESE: 6. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença recorrida e aprovar com ressalvas as contas. 7. Tese de julgamento: "A ausência de extratos bancários definitivos, quando suprida por informações enviadas pela instituição financeira, e a não apresentação do comprovante de recolhimento de sobras de campanha constituem falhas formais que, no caso, não são suficientes para ensejar a desaprovação das contas". Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/97, art. 30, III. Resolução TSE nº 23.607/2019, arts. 12, 27, § 1º; 30, III; 50, §§ 1º e 2º; 51; 53, II, "a"; 74, III. Jurisprudência relevante citada: TRE-PI, Recurso Eleitoral nº 060008353, Rel. Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, DJE 03/02/2023. RECURSO ELEITORAL nº060019258, Acórdão, Relator(a) Des. Daniel De Sousa Alves, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, 04/04/2025.

Desse modo, sendo a impropriedades relatada a única falha detectada pela unidade técnica da Justiça Eleitoral, impõe-se a aposição de ressalvas às contas sob exame, por não comprometer su a higidez, confiabilidade e regularidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 30, III, da Lei 9.504/1997 c/c o art. 74, II, da Resolução TSE n° 23.607/2019, julgo APROVADAS COM RESSALVAS as contas de campanha do(a) candidato(a) GISÉLIA AMORIM SANTANA relativas às Eleições Municipais de 2024.

Registre-se. Publique-se no DJE.

Abra-se vista ao órgão ministerial eleitoral, via PJe, para ciência e para os fins previstos no artigo 81 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Proceda às devidas anotações no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO e no Cadastro Eleitoral do candidato, caso necessário.

Após, sem recurso voluntário das partes, proceda à baixa na distribuição com o arquivamento definitivo do feito.

Cumpram-se as providências legais necessárias.

Piracuruca (PI), datado e assinado eletronicamente.

Stefan Oliveira Ladislau

Juiz da 21ª Zona Eleitoral/PI

24ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600180-45.2024.6.18.0024

PROCESSO	: 0600180-45.2024.6.18.0024 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (JOSÉ DE FREITAS - PI)
RELATOR	**: 024ª ZONA ELEITORAL DE JOSÉ DE FREITAS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 JOSE LUIZ DE SOUZA VEREADOR
ADVOGADO	: IAN MENEZES LIMA (23679/PI)
ADVOGADO	: MARIA GISELLE SANTOS PEREIRA (4821/PI)
REQUERENTE	: JOSE LUIZ DE SOUZA
ADVOGADO	: IAN MENEZES LIMA (23679/PI)
ADVOGADO	: MARIA GISELLE SANTOS PEREIRA (4821/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
024ª ZONA ELEITORAL DE JOSÉ DE FREITAS/PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) 0600180-45.2024.6.18.0024
REQUERENTE: ELEICAO 2024 JOSE LUIZ DE SOUZA VEREADOR, JOSE LUIZ DE SOUZA
Advogado(s) do reclamante: IAN MENEZES LIMA, MARIA GISELLE SANTOS PEREIRA

MOVIMENTAÇÃO DE CAMPANHA				
RECEITAS				
FONTE DE RECURSO	QUANTIDADE DE REGISTROS	TOTAL FINANCEIRO R$	TOTAL ESTIMÁVEL R$	TOTAL R$
Fundo Partidário (FP)	0	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)	0	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos (OR)	1	1.000,00	0,00	1.000,00
TOTAL	1	1.000,00	0,00	1.000,00

DESPESAS					
	TOTAL CONTRATAÇÃO	TOTAL PAGO POR FONTE DE RECURSO			
		FP	FEFC	OR	TOTAL
VALOR R$	945,00	0,00	0,00	945,00	945,00
QUANTIDADE DE REGISTROS	1	0	0	1	1

RELATÓRIO PRELIMINAR PARA EXPEDIÇÃO DE DILIGÊNCIAS - RITO SIMPLIFICADO

Em cumprimento ao disposto no art. 69 da Resolução TSE nº 23.607/2019, apresenta-se Relatório Preliminar sobre a presente prestação de contas, a fim de que, expedida a diligência, o(a) Candidato(a) acima, no prazo legal, complemente e/ou corrija as informações prestadas, apresentando os esclarecimentos e documentos necessários, conforme exposto a seguir:

1. FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1.2. Peças integrantes:

Não foram apresentadas as seguintes peças obrigatórias que devem integrar a prestação de contas (art. 53 da Resolução TSE nº 23.607/2019):

. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do Fundo Partidário, se houver

. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), se houver

. Extrato das contas bancárias destinadas à movimentação de Outros Recursos

PROVIDÊNCIA: Apresentar extratos válidos/na forma definitiva correspondente a todo o período de campanha das contas bancárias do candidato que foram abertas para campanha, com saldo inicial e final zerados, sob pena de inviabilizar a análise a ser efetuada pela Justiça Eleitoral.

2. OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS (ART. 53 DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.607 /2019) (6)

2.1. Há no processo de Prestação de Contas qualificação de advogado e contador (ID. 123522326) sem a consignação/demonstração da despesa obrigatória com a prestação de serviços

advocatícios e contábeis, nos termos do art. 35, § 3º c/c o art. 60 da Resolução TSE nº 23.607 /2019.

PROVIDÊNCIA: Apresentar os documentos fiscais das despesas declinadas ou informar sobre o responsável pelo gasto eleitoral sob análise, apresentando documento fiscal e/ou demais documentos aptos a comprovar a alegação bem como nota explicativa, conforme o caso.

3. SOBRAS DE CAMPANHA (ART. 50, DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.607/2019 (11)

3.1. O prestador de contas declarou como sobras de campanha os valores abaixo.

FONTE DO RECURSO	VALOR (R$)	BANCO	AGÊNCIA	CONTA
Outros Recursos	55,00	001	2222	32605

PROVIDÊNCIA: Apresentar comprovação de que o valor foi recolhido à respectiva direção partidária da circunscrição do pleito de acordo com a natureza dos recursos (outros recurso), conforme determina o art. 50, §§ 1º e 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

4. EXPEDIÇÃO DE DILIGÊNCIAS E CONCLUSÃO DE EXAMES

Ao final registra-se que o prestador de contas deverá cumprir a presente diligência no prazo de 03 (três) dias, podendo juntar novos documentos, sob pena de preclusão, conforme o disposto no art. 64, § 3º c/c art. 69, § 1º, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Atendidas as diligências, o(a) Candidato(a) deverá, se for o caso, reapresentar a prestação de contas gerada pelo *Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - SPCE*, com status de prestação de contas retificadora, observados os termos do art. 71, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Nesse caso, deverá, ainda, reapresentar a mídia gerada pelo Sistema, com os documentos digitalizados em formato PDF/OCR, segundo disposto no art. 53, §1º, inciso I, da Resolução supracitada.

José de Freitas/PI, 16 de junho de 2025.

Thiago Rogério Lopes do Nascimento

Chefe do Cartório Eleitoral da 24ª Zona/PI

26ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600304-22.2024.6.18.0026

PROCESSO	: 0600304-22.2024.6.18.0026 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (CURIMATÁ - PI)
RELATOR	**: 026ª ZONA ELEITORAL DE PARNAGUÁ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ANTONIO DE SOUSA BASTOS JUNIOR
ADVOGADO	: MARCOS VINICIUS DIAS DA SILVA (14865/PI)
REQUERENTE	: CAIUAN VIANA VILA NOVA
ADVOGADO	: MARCOS VINICIUS DIAS DA SILVA (14865/PI)
REQUERENTE	: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO DE CURIMATA
ADVOGADO	: MARCOS VINICIUS DIAS DA SILVA (14865/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DA 026ª ZONA ELEITORAL - PARNAGUÁ/PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600304-22.2024.6.18.0026 / 026ª ZONA ELEITORAL DE PARNAGUÁ PI
ASSUNTO: [Partido Político - Órgão de Direção Municipal, Prestação de Contas - de Partido Político]
REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO DE CURIMATA, ANTONIO DE SOUSA BASTOS JUNIOR, CAIUAN VIANA VILA NOVA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS VINICIUS DIAS DA SILVA - PI14865

PROCESSO Nº: 06003042220246180026	
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA À ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2024.	
PRESTADOR : DIREÇÃO MUNICIPAL/COMISSÃO PROVISÓRIA - REPUBLICANOS - CURIMATÁ - PI	
CNPJ : 23.794.351/0001-17	Nº CONTROLE: P10000410634PI1487744
DATA ENTREGA: 09/06/2025 às 10:22:23	DATA GERAÇÃO: 16/06/2025 às 11:52:20
TIPO: FINAL	

RELATÓRIO PRELIMINAR PARA EXPEDIÇÃO DE DILIGÊNCIAS
1. ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (ART. 53, DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.607 /2019) (10)
1.1. Não houve indicação das informações referentes às contas bancárias de Outros Recursos na prestação de contas e na base de dados do extrato eletrônico, contrariando o que dispõe os arts. 8º e 53, II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019, o que impossibilita a análise da movimentação financeira da campanha eleitoral. (10.1.)
DILIGÊNCIA: Apresentar os extratos bancários das contas abertas para movimentação de recursos e/ou justificativa para a não abertura das contas.
2. EXPEDIÇÃO DE DILIGÊNCIAS E CONCLUSÃO DE EXAMES
À vista das inconsistências detectadas, INTIMA-SE o prestador de contas para, no prazo de 03 (três) dias, saná-las, apresentando documentos e/ou informações adequadas aos esclarecimento da situação e, se for o caso, reapresentar a prestação de contas gerada pelo Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - SPCE, com status de prestação de contas retificadora, na hipótese do cumprimento de diligência que implicar a alteração das peças inicialmente apresentadas, nos termos do art. 71, I da Resolução TSE nº 23.607/2019. Realizada a prestação de contas retificadora, deverá, ainda, reapresentar a mídia gerada pelo SPCE.
Parnaguá/PI, datado e assinado eletronicamente.
ALINE BEZERRA BARROSO FONSECA
Chefe do Cartório Eleitoral da 26ª Zona

28ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600009-42.2025.6.18.0028

PROCESSO	: 0600009-42.2025.6.18.0028 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (MONSENHOR HIPÓLITO - PI)
RELATOR	**: 028ª ZONA ELEITORAL DE PICOS PI**

Destinatário	: Destinatário Ciência Pública
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: PARTIDO PROGRESSISTA - PP
ADVOGADO	: JAYRO MACEDO DE MOURA (16469/PI)
REQUERENTE	: DIDIENE NIRVANIA BEZERRA POLICARPO ALVES
REQUERENTE	: JOYCE PINHEIRO BEZERRA

JUSTIÇA ELEITORAL
28ª ZONA ELEITORAL DO PIAUÍ - PICOS-PI
EDITAL
(PRAZO DE 5 DIAS)

De ordem da MM. Juíza Eleitoral da 28ª Zona Eleitoral do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, e, em cumprimento ao disposto na Resolução TSE n.º 23.604/2019, etc.

TORNO PÚBLICO, a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem ciência, que foi protocolizada no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe a Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos referentes à prestação de contas anual abaixo indicada:

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) 0600009-42.2025.6.18.0028
REQUERENTE: PARTIDO PROGRESSISTA - PP, JOYCE PINHEIRO BEZERRA, DIDIENE NIRVANIA BEZERRA POLICARPO ALVES
Advogado(s) do reclamante: JAYRO MACEDO DE MOURA
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024
MUNICÍPIO: MONSENHOR HIPÓLITO/PI

Pelo presente, fica facultado os interessados a, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação do edital, apresentarem impugnação às referidas contas, que deve ser apresentada em petição fundamentada e acompanhada das provas que demonstrem a existência de movimentação financeira ou de bens estimáveis no período, nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução TSE nº 23.604/2019.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, mandou a MMa. Juíza Eleitoral expedir o presente edital, que será publicado no átrio do Cartório Eleitoral e no Diário da Justiça Eletrônico pelo prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º, do CPC). Dado e passado no Cartório Eleitoral da 28ª Zona/PI, sediado no município de Picos-PI, em 16 de junho de 2025. Eu, ELDRO CESAR GONCALVES MOURA REIS, Chefe do Cartório Eleitoral, expedi, de ordem, o presente Edital, conforme autorizado pela Portaria - Zona Eleitoral Nº 5/2025 TRE/28A (SEI nº 0002168558).

32ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600128-24.2024.6.18.0000

PROCESSO	: 0600128-24.2024.6.18.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (PAU D'ARCO DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 032ª ZONA ELEITORAL DE ALTOS PI**

FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: DARA COSTA DE SOUSA
ADVOGADO	: ESTEFANIA SOARES DA SILVA BRITO (15662/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2020 DARA COSTA DE SOUSA VEREADOR
ADVOGADO	: ESTEFANIA SOARES DA SILVA BRITO (15662/PI)
TERCEIRO INTERESSADO	: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

JUSTIÇA ELEITORAL
032ª ZONA ELEITORAL DE ALTOS PI
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600128-24.2024.6.18.0000 / 032ª ZONA ELEITORAL DE ALTOS PI
REQUERENTE: DARA COSTA DE SOUSA, ELEICAO 2020 DARA COSTA DE SOUSA VEREADOR
Advogado do(a) REQUERENTE: ESTEFANIA SOARES DA SILVA BRITO - PI15662
Advogado do(a) REQUERENTE: ESTEFANIA SOARES DA SILVA BRITO - PI15662
SENTENÇA
Trata-se de autos de Requerimento de Regularização de Prestação de Contas Eleitorais da candidata DARA COSTA DE SOUSA, referente às Eleições 2020, autuados via sistema Pje pela parte interessada.
As contas da requerente foram julgadas como não prestadas nos autos do PCE nº 0600050-36.2021.6.18.0032, com Sentença transitada em julgado em 31/05/2021.
Despacho ID 123942938 determinou a intimação da requerente para que apresente o requerimento de regularização na forma definida no art. 54 c/c art. 80, § 2º, III da Res. TSE nº 23.607/2019, ou seja, apresente a prestação de contas, via SPCE, indicando como tipo de entrega: "Regularização da Omissão", e entregue a respectiva mídia eletrônica nesta Justiça Eleitoral, com toda a documentação comprobatória de campanha, sob pena de julgamento de contas como não regularizadas.
Conforme Certidão Cartorária constante do ID. 123953731, após notificação, o pedido de regularização foi apresentado da forma correta por meio do sistema SPCE sendo autuado, por meio de integração automática, o processo RROPCE nº 0600019-74.2025.6.18.0032, o qual atende ao rito determinado na Resolução nº TSE 23.607/2019.
Dessa forma, torna viável a análise eletrônica das informações realizadas por meio de cruzamentos realizados com sistemas da Justiça Eleitoral e com base de dados de outros órgãos da Administração Pública.
No entanto, gera litispendência deste feito com o Processo nº 0600019-74.2025.6.18.0032, já que tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
É o que importa relatar. DECIDO.
Ocorre litispendência quando há repetição de ação anteriormente ajuizada com as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido (CPC, art. 337, §§ 1º a 3º). Litispendência é causa de julgamento e extinção do processo sem resolução do mérito (CPC, art. 485, V).
O órgão julgador pode reconhecer a litispendência de ofício a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado de eventual decisão anteriormente proferida (CPC, art. 485, § 3º).

De fato, verifico que foram peticionados dois processos de Regularização da Omissão de PCE em nome DA candidata DARA COSTA DE SOUSA, referente às Eleições 2020, em razão do motivo suficientemente demonstrado nestes autos, configurando a litispendência descrita.
Diante do exposto, reconheço a existência de litispendência deste feito com o RROPCE 0600019-74.2025.6.18.0032 e, por via de consequência, não conheço do pedido inicial e julgo extinto o presente feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, V, do Código de Processo Civil, tendo em vista que a autuação do presente requerimento de regularização diretamente pela parte no PJe não obedece ao rito exigido pelo art. 80, § 2º, V, da Resolução TSE 23.607/2019, e ainda torna inviável a análise eletrônica das informações contidas nestes autos.
Proceda-se com o download dos documentos que porventura tenham sido anexados pelas partes /MPE nos presentes autos e faça a juntada ao 0600019-74.2025.6.18.0032, caso ainda não constem deste feito.
Registre-se. Publique-se. Intime-se.
Dê ciência ao Ministério Público Eleitoral.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe
Altos/PI, datado e assinado eletronicamente.
CARMEN MARIA PAIVA FERRAZ SOARES
Juíza Eleitoral da 32ª Zona/PI

35ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600122-09.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600122-09.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (GILBUÉS - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD
ADVOGADO	: EDINARDO PINHEIRO MARTINS (12358/PI)
INTERESSADO	: FLAVIA DE MELO LUSTOSA
INTERESSADO	: JANDSON PEREIRA CARVALHO

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600122-09.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
INTERESSADO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD, FLAVIA DE MELO LUSTOSA, JANDSON PEREIRA CARVALHO
Advogado do(a) INTERESSADO: EDINARDO PINHEIRO MARTINS - PI12358
SENTENÇA
Trata-se de prestação de contas apresentada pelo órgão municipal de GILBUÉS-PI do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD, referente ao exercício financeiro de 2023, com fundamento na Lei n.º 9.096/1995 e na Resolução TSE n.º 23.604/2019.

Apresentada a Declaração de Ausência de Movimentação e procuração de constituição de advogado, procedeu-se à publicação do Edital, decorrido o prazo sem apresentação de impugnações.

Foram juntados aos autos os comprovantes da consulta dos extratos bancários encaminhados pelas instituições financeiras e da distribuição dos recursos do Fundo Partidário.

Em relatório conclusivo, o Cartório Eleitoral, considerando que a declaração foi devidamente apresentada, não havendo o encaminhamento de extratos bancários pelas instituições financeiras, tampouco distribuição de recursos do Fundo Partidário/FEFC à agremiação partidária municipal, manifestou-se pelo arquivamento da declaração e aprovação das contas prestadas.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral pugnou pela aprovação de contas.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Consoante regra contida no §1º do artigo 32 da Lei n.º 9.096/95, os partidos políticos estão obrigados a enviar aos Juízes Eleitorais o balanço contábil e a prestação de contas dos órgãos municipais referentes ao exercício financeiro findo até o dia 30 de junho de cada ano.

Ao compulsar os autos, verifico que a agremiação partidária apresentou declaração de ausência de movimentação financeira, atendendo ao disposto no §3º do artigo 28 da Resolução TSE n.º 23.604 /2019, o qual, por seu turno, regulamentou a previsão contida no §4º do artigo 32 da Lei n.º 9.096 /95, então acrescido pela Lei n.º 13.165/2015, senão vejamos:

RESOLUÇÃO TSE N.º 23.604/2019.

Art. 28. O partido político, em todas as esferas de direção, deve apresentar a sua prestação de contas à Justiça Eleitoral anualmente até 30 de abril do ano subsequente, dirigindo-a ao:

(...)

§ 4º A prestação de contas dos órgãos partidários municipais que não tenham movimentado recursos financeiros ou bens estimáveis em dinheiro é realizada por meio da declaração de ausência de movimentação de recursos no período, a qual deve ser apresentada no prazo estipulado no caput e deve ser:

I - será preenchida e emitida no Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA);

II - deverá conter a indicação do presidente, do tesoureiro e dos seus eventuais substitutos no período das contas, que são responsáveis, inclusive criminalmente, pelo teor da declaração prestada;

III - será autuada de forma automática no Processo Judicial Eletrônico, na forma do art. 31; e

IV - processada na forma do disposto no art. 35 e seguintes.

LEI N.º 9.096/95 (alterado pela Lei 13.877/2019)

Art. 32. O partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de junho do ano seguinte.

(¿)

§ 4º Os órgãos partidários municipais que não hajam movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro ficam desobrigados de prestar contas à Justiça Eleitoral, exigindo-se do responsável partidário, no prazo estipulado no caput, a apresentação de declaração da ausência de movimentação de recursos nesse período.

É de se observar que a lei cita expressamente "*órgãos partidários municipais*", de modo que essa declaração de ausência de movimentação financeira - a ser firmada pelo presidente e tesoureiro da agremiação, inclusive criminalmente responsáveis pelo seu teor - restringe-se a essa esfera partidária. Isso nos dá um claro indício da finalidade da norma: regular a situação específica da

maioria dessas agremiações, tomando por base a realidade apresentada no dia a dia desses diretórios locais, que não recebem cotas do fundo partidário e outros recursos, muitas vezes sem sede própria. organizando-se materialmente apenas nos períodos eleitorais.

Trata-se, portanto, de uma maneira simplificada de informar à Justiça Eleitoral a ausência de movimentação financeira no período, levando em consideração as peculiaridades da situação vivenciada pela maioria dos órgãos partidários municipais, com vistas a facilitar, para a referida esfera partidária, a exigência legal de prestação de contas, da qual nenhuma agremiação política pode se eximir.

No caso presente, o órgão municipal apresentou a declaração conforme as exigências legais, fato que foi corroborado pelo parecer técnico emitido pelo Cartório Eleitoral.

Em sendo assim, havendo amparo legal para a declaração de ausência de movimentação financeira apresentada, e estando ela em conformidade com os requisitos legais exigidos, não havendo, ademais, impugnação ou ainda fato ou documento que contrarie o nela exposto, a sua aceitação é medida que se impõe.

Diante de todo o exposto, julgo APROVADAS as contas do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, município de GILBUÉS/PI, relativas ao exercício financeiro de 2023, o que faço com fundamento no artigo 44, VIII, "*a*", da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Após o trânsito em julgado, lance-se a informação no SICO.

Em seguida, arquive-se.

Gilbués-PI, datado e assinado eletronicamente.

Manfredo Braga Filho

Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600577-71.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600577-71.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (GILBUÉS - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ADELMO PEREIRA GOMES
ADVOGADO	: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA (2820/PI)
REQUERENTE	: PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL DE GILBUES
ADVOGADO	: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA (2820/PI)
ADVOGADO	: EDINARDO PINHEIRO MARTINS (12358/PI)
REQUERENTE	: WASHINGTON LUIZ TAVARES DE LIRA
ADVOGADO	: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA (2820/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600577-71.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

REQUERENTE: PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL DE GILBUES, ADELMO PEREIRA GOMES, WASHINGTON LUIZ TAVARES DE LIRA

Advogados do(a) REQUERENTE: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA - PI2820, EDINARDO PINHEIRO MARTINS - PI12358
Advogado do(a) REQUERENTE: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA - PI2820
Advogado do(a) REQUERENTE: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA - PI2820
SENTENÇA
Trata-se de prestação de contas de campanha eleitoral apresentada pelo diretório municipal do Partido dos Trabalhadores - PT, referente às Eleições Municipais de 2024 do Município de Gilbués.
A prestação de contas foi apresentada tempestivamente.
Em cumprimento ao art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, foi publicado edital no Diário da Justiça Eletrônico, dando publicidade à apresentação das contas, facultando a qualquer interessado impugná-las no prazo de 3 (três) dias. Transcorrido o prazo legal, não houve impugnação.
Em análise preliminar, foram identificadas irregularidades quanto às receitas estimadas e às despesas realizadas.
Intimado, o partido político apresentou documentação complementar e manifestação em sede de diligências, de ID nº. 123895983, sanando as irregularidades apontadas, restando apenas impropriedades ensejadoras de ressalvas.
A unidade técnica, em seu parecer conclusivo, manifestou-se pela aprovação das contas com ressalvas.
Da mesma forma, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela aprovação das contas com ressalvas.
É o relatório. Decido.
A prestação de contas foi apresentada tempestivamente, observando o prazo previsto no art. 49, caput, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
No caso em análise, aplicando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, verifico que as falhas identificadas não comprometem a regularidade das contas como um todo.
Ante o exposto, julgo APROVADAS COM RESSALVAS as contas do diretório municipal do PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, de Gilbués/PI, relativas às Eleições Municipais de 2024, nos termos do art. 74, inciso II, da Resolução TSE n.º 23.607/2019.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.
Gilbués-PI, data da assinatura eletrônica.
Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600601-02.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600601-02.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (GILBUÉS - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: CIRES GUADALUPE GUERREIRO DE MACEDO
REQUERENTE	: PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - FRANCISCO AYRES - PI - MUNICIPAL

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600601-02.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERENTE: CIRES GUADALUPE GUERREIRO DE MACEDO, PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - FRANCISCO AYRES - PI - MUNICIPAL
SENTENÇA
Trata-se de omissão na prestação de contas referente às Eleições Municipais de 2024, tendo como requerido o órgão municipal do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB em Gilbués/PI.
A agremiação partidária foi intimada para apresentação das contas (ID Nº. 123823583). Todavia deixou transcorrer *"in albis"* o prazo para apresentação da prestação de contas.
O Órgão Técnico elaborou parecer opinando pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123918763).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123935134).
É o breve relatório. Decido.
A Prestação de Contas das Eleições prevista pela Lei nº 9.504/97 tem como objetivo auferir a legalidade na arrecadação e aplicação de recursos pelos partidos e candidatos, bem como verificar eventuais irregularidades no trato das verbas do fundo partidário, recebimento de recursos de fontes vedadas, gastos com atividades não permitidas ou destoantes da atividade partidária etc., tudo buscando o equilíbrio e lisura do processo eleitoral.
A obrigatoriedade de prestação de contas eleitorais pelos candidatos e partidos à Justiça Eleitoral decorre do art. 28 da Lei dos Eleições (Lei nº. 9504/97) e do art. 45 da Resolução TSE nº 23.607 /2019. Tal prestação deve ser validada pela Zona Eleitoral, nos termos do Art. 55, § 1º, da Res. TSE 23.607/2019.
No caso em exame, o partido político requerido, devidamente intimado, não supriu a omissão quanto à apresentação das contas, assim como entrega de documentação pertinente, conforme apontado no Relatório Conclusivo.
Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS as contas do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB , em GILBUÉS/PI, referente às Eleições Municipais de 2024, nos termos do art. 49, § 5º, VII, art. 55, §§ 1º e 4º c/c art. 74, IV, "a", da Resolução TSE n.º 23.607/2019, com as implicações previstas no art. 80, II, da citada resolução.
DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.
Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público pelo Processo Judicial Eletrônico - PJe.
Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido, por meio eletrônico, para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.
Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.
Arquive-se o presente feito.
Gilbués/PI, data da assinatura eletrônica.
Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600617-53.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600617-53.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SANTA FILOMENA - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: PARTIDO RENOVACAO DEMOCRATICA - PIAUI - ESTADUAL
REQUERENTE	: JOAO LUSTOSA AVELINO
REQUERENTE	: PARTIDO RENOVACAO DEMOCRATICA - SANTA FILOMENA - PI - MUNICIPAL
REQUERENTE	: JOANE NUNES DE CARVALHO

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600617-53.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERENTE: PARTIDO RENOVACAO DEMOCRATICA - SANTA FILOMENA - PI - MUNICIPAL, JOAO LUSTOSA AVELINO, JOANE NUNES DE CARVALHO
INTERESSADO: PARTIDO RENOVACAO DEMOCRATICA - PIAUI - ESTADUAL
SENTENÇA

Trata-se de omissão na prestação de contas referente às Eleições Municipais de 2024, tendo como requerido o órgão municipal do PARTIDO RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA - PRD , em Santa Filomena/PI.

A agremiação partidária não recebeu a intimação para apresentação de contas, conforme ID nº. 123907229 e ID nº. 123907232. Certidão do cartório eleitoral atesta que o endereço para o qual foi encaminhado o mandado de notificação é aquele constante nos assentamentos oficiais desta Justiça Especializada, cujo dever de atualização compete ao órgão partidário, na forma da legislação vigente.

O Órgão Técnico elaborou parecer opinando pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123914770).

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123935142).

É o breve relatório. Decido.

A Prestação de Contas das Eleições prevista pela Lei nº 9.504/97 tem como objetivo auferir a legalidade na arrecadação e aplicação de recursos pelos partidos e candidatos, bem como verificar eventuais irregularidades no trato das verbas do fundo partidário, recebimento de recursos de fontes vedadas, gastos com atividades não permitidas ou destoantes da atividade partidária etc., tudo buscando o equilíbrio e lisura do processo eleitoral.

A obrigatoriedade de prestação de contas eleitorais pelos candidatos e partidos à Justiça Eleitoral decorre do art. 28 da Lei dos Eleições (Lei nº. 9504/97) e do art. 45 da Resolução TSE nº 23.607 /2019. Tal prestação deve ser validada pela Zona Eleitoral, nos termos do Art. 55, § 1º, da Res. TSE 23.607/2019.

No caso em exame, o partido político requerido não supriu a omissão quanto à apresentação das contas, assim como entrega de documentação pertinente, conforme apontado no Relatório Conclusivo.

Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS as contas do PARTIDO RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA - PRD em SANTA FILOMENA/PI, referente às Eleições Municipais de 2024, nos

termos do art. 49, § 5º, VII, art. 55, §§ 1º e 4º c/c art. 74, IV, "a", da Resolução TSE n.º 23.607 /2019, com as implicações previstas no art. 80, II, da citada resolução.

DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.

Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público pelo Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido, por meio eletrônico, para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.

Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.

Arquive-se o presente feito.

Gilbués/PI, data da assinatura eletrônica.

Manfredo Braga Filho

Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600123-91.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600123-91.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (SANTA FILOMENA - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: JOSE DE PAIVA NETO
INTERESSADO	: PARTIDO DOS TRABALHADORES
INTERESSADO	: PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT DIRETORIO MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA

JUSTIÇA ELEITORAL

035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600123-91.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

INTERESSADO: PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT DIRETORIO MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA, JOSE DE PAIVA NETO, PARTIDO DOS TRABALHADORES

SENTENÇA

Trata-se da omissão da prestação de contas do órgão municipal de SANTA FILOMENA/PI do PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT referente ao exercício financeiro de 2023, com fundamento na Lei n.º 9.096/1995 e na Resolução TSE n.º 23.604/2019.

Notificado o partido para suprir a omissão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, conforme documento de ID nº. 123837849, não foi sanada a irregularidade, transcorrendo "in albis" o prazo sem a apresentação da prestação de contas anual com movimentação financeira ou a Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos.

Foram anexadas consultas aos extratos eletrônicos (ID nº. 123884157), disponíveis no sistema SPCA, pelo Cartório Eleitoral. Ademais, não consta repasse ou distribuição de recursos do fundo partidário/FEFC no ano de 2023 para o órgão partidário interessado neste feito.

Emitido parecer técnico conclusivo pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS.
Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS, em parecer de ID nº. 123898307.
Publicado edital de omissão das contas, transcorreu em branco o prazo para impugnação (ID nº. 123940966).
Vieram-se os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Conforme determina o art. 32,§4º da Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários municipais que não tenham movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro, ficam desobrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral, exigindo-se do responsável partidário, a apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos nesse período. Exigências não cumpridas pelo partido político.
Assim, com fundamento no art. 45, IV, "a" da Resolução do TSE 23.604/2019, julgo NÃO PRESTADAS as contas do órgão municipal de SANTA FILOMENA/PI do PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT em análise referente ao exercício 2023.
DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.
Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.
Registre-se. Publique-se. Intime-se mediante publicação da presente sentença no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (DJE/TRE-PI).
Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.
Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.
Por fim, arquive-se com as cautelas de praxe.
Gilbués-PI, data da assinatura eletrônica.
Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600611-46.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600611-46.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SANTA FILOMENA - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: REGINALDO PIRES DE CARVALHO
ADVOGADO	: JULYANA PINHEIRO ALVES (13403/PI)
REQUERENTE	: MILTON REIS
ADVOGADO	: JULYANA PINHEIRO ALVES (13403/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600611-46.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERENTE: REGINALDO PIRES DE CARVALHO, MILTON REIS
Advogado do(a) REQUERENTE: JULYANA PINHEIRO ALVES - PI13403
Advogado do(a) REQUERENTE: JULYANA PINHEIRO ALVES - PI13403
SENTENÇA
Trata-se de omissão na prestação de contas referente às Eleições Municipais de 2024, tendo como requerido o órgão municipal do UNIÃO BRASIL em Santa Filomena/PI.
A agremiação partidária foi intimada para apresentação das contas (ID's nº.s 123854688 e 123854689). Todavia deixou transcorrer *"in albis"* o prazo para apresentação da prestação de contas (ID. 123922064).
O Órgão Técnico elaborou parecer opinando pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123922093).
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123936838).
É o breve relatório. Decido.
A Prestação de Contas das Eleições prevista pela Lei nº 9.504/97 tem como objetivo auferir a legalidade na arrecadação e aplicação de recursos pelos partidos e candidatos, bem como verificar eventuais irregularidades no trato das verbas do fundo partidário, recebimento de recursos de fontes vedadas, gastos com atividades não permitidas ou destoantes da atividade partidária etc., tudo buscando o equilíbrio e lisura do processo eleitoral.
A obrigatoriedade de prestação de contas eleitorais pelos candidatos e partidos à Justiça Eleitoral decorre do art. 28 da Lei dos Eleições (Lei nº. 9504/97) e do art. 45 da Resolução TSE nº 23.607 /2019. Tal prestação deve ser validada pela Zona Eleitoral, nos termos do Art. 55, § 1º, da Res. TSE 23.607/2019.
No caso em exame, o partido político requerido, devidamente intimado, não supriu a omissão quanto à apresentação das contas, assim como entrega de documentação pertinente, conforme apontado no Relatório Conclusivo.
Impende ressaltar que a declaração de ID nº. 123859339 juntada aos autos não tem o condão de suprir o disposto no art. 49 da Resolução TSE nº. 23.607/2019.
Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS as contas do UNIÃO BRASIL - UNIÃO, em SANTA FILOMENA/PI, referente às Eleições Municipais de 2024, nos termos do art. 49, § 5º, VII, art. 55, §§ 1º e 4º c/c art. 74, IV, "a", da Resolução TSE n.º 23.607/2019, com as implicações previstas no art. 80, II, da citada resolução.
DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.
Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público pelo Processo Judicial Eletrônico - PJe.
Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido, por meio eletrônico, para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.

Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.
Arquive-se o presente feito.
Gilbués/PI, data da assinatura eletrônica.
Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600615-83.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600615-83.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SANTA FILOMENA - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB DE SANTA FILOMENA / PI
ADVOGADO	: CLAUDIA PORTELA LOPES (16995/PI)
ADVOGADO	: DAVID PORTELA LOPES (6309/PI)
ADVOGADO	: EMMANUEL FONSECA DE SOUZA (4555/PI)
ADVOGADO	: GUILARDO CESA MEDEIROS GRACA (7308000/PI)
ADVOGADO	: LUIS SOARES DE AMORIM (2433/PI)
ADVOGADO	: NOEME MARQUES DA SILVA (12808/PI)
ADVOGADO	: WILLIAN GUIMARAES SANTOS DE CARVALHO (2644/PI)
REQUERENTE	: DANIELA OLIVEIRA COSTA
REQUERENTE	: JOSE ANTONIO DE CARVALHO
ADVOGADO	: CLAUDIA PORTELA LOPES (16995/PI)
ADVOGADO	: DAVID PORTELA LOPES (6309/PI)
ADVOGADO	: EMMANUEL FONSECA DE SOUZA (4555/PI)
ADVOGADO	: GUILARDO CESA MEDEIROS GRACA (7308000/PI)
ADVOGADO	: LUIS SOARES DE AMORIM (2433/PI)
ADVOGADO	: NOEME MARQUES DA SILVA (12808/PI)
ADVOGADO	: WILLIAN GUIMARAES SANTOS DE CARVALHO (2644/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600615-83.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB DE SANTA FILOMENA / PI, JOSE ANTONIO DE CARVALHO, DANIELA OLIVEIRA COSTA
Advogados do(a) REQUERENTE: WILLIAN GUIMARAES SANTOS DE CARVALHO - PI2644-A, LUIS SOARES DE AMORIM - PI2433, DAVID PORTELA LOPES - PI6309, CLAUDIA PORTELA LOPES - PI16995, EMMANUEL FONSECA DE SOUZA - PI4555, GUILARDO CESA MEDEIROS GRACA - PI7308000, NOEME MARQUES DA SILVA - PI12808

Advogados do(a) REQUERENTE: WILLIAN GUIMARAES SANTOS DE CARVALHO - PI2644-A, LUIS SOARES DE AMORIM - PI2433, DAVID PORTELA LOPES - PI6309, CLAUDIA PORTELA LOPES - PI16995, EMMANUEL FONSECA DE SOUZA - PI4555, GUILARDO CESA MEDEIROS GRACA - PI7308000, NOEME MARQUES DA SILVA - PI12808

SENTENÇA

Trata-se de omissão na prestação de contas referente às Eleições Municipais de 2024, tendo como requerido o órgão municipal do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB, em Santa Filomena /PI.

A agremiação partidária foi intimada para apresentação das contas (ID's nº.s 123834404 e 123854691). Todavia deixou transcorrer *"in albis"* o prazo para apresentação da prestação de contas (ID. 123862438).

O Órgão Técnico elaborou parecer opinando pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123918641).

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123935153).

É o breve relatório. Decido.

A Prestação de Contas das Eleições prevista pela Lei nº 9.504/97 tem como objetivo auferir a legalidade na arrecadação e aplicação de recursos pelos partidos e candidatos, bem como verificar eventuais irregularidades no trato das verbas do fundo partidário, recebimento de recursos de fontes vedadas, gastos com atividades não permitidas ou destoantes da atividade partidária etc., tudo buscando o equilíbrio e lisura do processo eleitoral.

A obrigatoriedade de prestação de contas eleitorais pelos candidatos e partidos à Justiça Eleitoral decorre do art. 28 da Lei dos Eleições (Lei nº. 9504/97) e do art. 45 da Resolução TSE nº 23.607 /2019. Tal prestação deve ser validada pela Zona Eleitoral, nos termos do Art. 55, § 1º, da Res. TSE 23.607/2019.

No caso em exame, o partido político requerido, devidamente intimado, não supriu a omissão quanto à apresentação das contas, assim como entrega de documentação pertinente, conforme apontado no Relatório Conclusivo. Cumpre ressaltar que o documento de ID nº. 123857414 é recibo referente à entrega de prestação de contas da esfera estadual do partido político e não da direção municipal, não havendo, portanto, apresentação de contas nestes autos, nem no sistema SPCE.

Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS as contas do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB, em SANTA FILOMENA/PI, referente às Eleições Municipais de 2024, nos termos do art. 49, § 5º, VII, art. 55, §§ 1º e 4º c/c art. 74, IV, "a", da Resolução TSE n.º 23.607/2019, com as implicações previstas no art. 80, II, da citada resolução.

DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.

Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público pelo Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido, por meio eletrônico, para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.

Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.

Arquive-se o presente feito.
Gilbués/PI, data da assinatura eletrônica.
Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600132-53.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600132-53.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
Destinatário	: Destinatário Ciência Pública
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: DIRETORIO ESTADUAL DO PIAUI DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
INTERESSADO	: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - COMISSAO PROVISORIA SAO GONCALO DO GURGUEIA
REQUERENTE	: FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE NEIVA
REQUERENTE	: LUZIENE BARROS AGUIAR

EDITAL
Por ordem do Dr. Manfredo Braga Filho, Juiz Eleitoral desta 35ª Zona Eleitoral, Gilbués, Estado de Piauí, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem ciência, nos termos do artigo 30, IV, "e" da Resolução TSE 23.604/2019, cujas disposições processuais se aplicam aos processos de prestação de contas ainda não julgados (art. 65, §1º, da mencionada Resolução), que o órgão partidário abaixo nominado restou omisso quanto ao dever de prestar contas:
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) nº 0600132-53.2024.6.18.0035
INTERESSADO:PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - COMISSAO PROVISORIA SAO GONCALO DO GURGUEIA
PRESIDENTE:LUZIENE BARROS AGUIAR
TESOUREIRO:FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE NEIVA
FICA aberto vista aos interessados para se manifestarem sobre as informações e documentos apresentados no processo, no prazo de 3 (três) dias. E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, mandei expedir o presente Edital, que deverá ser publicado no átrio do Cartório Eleitoral e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
DADO E PASSADO, data registrada eletronicamente. Eu, Emiliane Tayaara Pontes da Silva, Chefe de Cartório, que o fiz digitar, conferi e segue com minha subscrição eletrônica.
EMILIANE TAYAARA PONTES DA SILVA
Chefe de Cartório Eleitoral
Portaria delegatória nº 03/2025

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600429-60.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600429-60.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (MONTE ALEGRE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA	

LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 MANOEL MOREIRA DOS SANTOS VEREADOR
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
REQUERENTE	: MANOEL MOREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600429-60.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 MANOEL MOREIRA DOS SANTOS VEREADOR, MANOEL MOREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
SENTENÇA
Trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por MANOEL MOREIRA DOS SANTOS, candidato ao cargo de Vereador no município de MONTE ALEGRE DO PIAUÍ, nas Eleições Municipais de 2024.
A prestação de contas foi apresentada tempestivamente, observando o prazo previsto no art. 49, caput, da Resolução TSE nº 23.607/2019, sendo a análise das contas por meio do rito simplificado, conforme determina o art. 62, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019, que estabelece a prestação de contas simplificada para as eleições de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.
Em cumprimento ao art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, foi publicado edital no Diário da Justiça Eletrônico, dando publicidade à apresentação das contas, facultando a qualquer interessado impugná-las no prazo de 3 (três) dias. Transcorrido o prazo legal, não houve impugnação.
Foram juntados aos autos a documentação e informações exigidas no sistema simplificado de prestação de contas, detalhados nos artigos 64, caput, e 53, II, ambos da Resolução TSE nº 23.607 /2019.
O cartório eleitoral elaborou relatório preliminar apontando irregularidades e determinou diligências para que o candidato apresentasse documentos fiscais comprovando a regularidade dos gastos realizados com recursos do FEFC.
Em resposta, o candidato apresentou manifestação solicitando a dilação do prazo, o que foi deferido. O candidato apresentou prestação de contas retificadora, juntando documentos. Contudo, conforme parecer conclusivo do cartório, não foram sanadas integralmente as irregularidades apontadas quanto à aplicação de recursos do FEFC em despesas relacionadas a locação de bens imóveis. Assim, a unidade técnica manifestou-se pela desaprovação de contas, com recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 4.418,00 (quatro mil, quatrocentos e dezoito reais) .
O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação de contas.
É o relatório. Decido.
A prestação de contas foi apresentada tempestivamente e instruída com os documentos exigidos pela Resolução TSE nº 23.607/2019, permitindo a adequada análise da movimentação financeira de campanha.

Quanto à irregularidade na aplicação de recursos oriundos do FEFC, observo que o prestador de contas apresentou comprovação fiscal devida, em atendimento ao disposto no art. 60 da Resolução TSE nº. 23.607/2019.

Verifico que a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade demonstra ser adequada nos autos em análise, uma vez que para o montante de R$ 4.418,00 (quatro mil, quatrocentos e dezoito reais) relativos às despesas realizadas com recursos do FEFC, houve a devida comprovação, como se vê nos documentos de ID nº.123763042, 123763044, 123763045 e 123763046, não sendo plausível exigir especificação excessiva relativa aos documentos fiscais apresentados, que se revelam idôneos, sem indícios de malversação dos recursos públicos. Restando demonstrada a regular utilização de recursos públicos para fins de locação de imóveis para realização de eventos de campanha, o que é contemplado pelo art. 35 da Resolução TSE nº. 23.607/2019, afasto a necessidade de recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 4.418,00 (quatro mil, quatrocentos e dezoito reais).

Quanto ao atraso na abertura de conta bancária, ensejadora de mera ressalva, tendo em vista que não há indícios de movimentação financeira anterior à data da referida abertura.

Ante o exposto, considerando que o candidato MANOEL MOREIRA DOS SANTOS apresentou documentação suficiente para demonstra a devida utilização de recursos públicos e considerando a aplicação do princípio da razoabilidade e proporcionalidade, JULGO APROVADAS COM RESSALVAS as suas contas de campanha, com fundamento no art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019 c/c o art. 30, II da Lei nº. 9.054/1997.

Após o trânsito em julgado, anote-se a presente decisão no SICO arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Gilbués/PI, data da assinatura eletrônica.

Manfredo Braga Filho

Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600576-86.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600576-86.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (MONTE ALEGRE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: FABIO ANDRADE DOS SANTOS
ADVOGADO	: ROSIANE AGUIAR SILVA (48480/BA)
REQUERENTE	: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT
ADVOGADO	: ROSIANE AGUIAR SILVA (48480/BA)

JUSTIÇA ELEITORAL

035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600576-86.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

REQUERENTE: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT, FABIO ANDRADE DOS SANTOS

Advogado do(a) REQUERENTE: ROSIANE AGUIAR SILVA - BA48480-S

Advogado do(a) REQUERENTE: ROSIANE AGUIAR SILVA - BA48480-S

SENTENÇA

Trata-se de processo de Prestação de Contas Eleitorais apresentadas pela COMISSÃO PROVISÓRIA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT, relativas às Eleições 2024, do município de MONTE ALEGRE DO PIAUÍ/PI.

Foram apresentadas as contas eleitorais finais, conforme previsto na Resolução TSE nº. 23.607 /2019.

Em cumprimento ao art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, foi publicado edital no Diário da Justiça Eletrônico, dando publicidade à apresentação das contas, facultando a qualquer interessado impugná-las no prazo de 3 (três) dias. Transcorrido o prazo legal, não houve impugnação.

O cartório eleitoral elaborou relatório preliminar apontando irregularidades e determinou diligências para que o partido realizasse a devida retificação de contas, com o devido registro de despesas e receitas corretamente no SPCE, bem como se manifestasse sobre diversas inconsistências e irregularidades, dentre as quais a omissão de despesas com serviços advocatícios e contábeis, e a aplicação indevida ou não comprovada de recursos públicos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Em resposta, o prestador se manifestou parcialmente, mantendo inconsistências não sanadas. Portanto, conforme parecer conclusivo do cartório, não foram sanadas todas as irregularidades apontadas. Assim, a unidade técnica manifestou-se pela rejeição de contas, indicando ainda a necessidade de recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 6.650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais).

O Ministério Público Eleitoral pugnou, em ID nº. 123891075, pela rejeição de contas e devolução de valores ao Tesouro Nacional, por haver irregularidade no repasse de recursos públicos.

É o relatório. Decido.

A prestação de contas foi apresentada tempestivamente e instruída parcialmente com os documentos exigidos pela Resolução TSE nº 23.607/2019, permitindo a análise da movimentação financeira de campanha.

Do detido exame dos autos, constata-se que o partido não cumpriu adequadamente as disposições exigidas pela Lei das Eleições nº 9.504/97 e pela Resolução nº 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral para arrecadação de recursos destinados a sua campanha.

Em análise das contas de campanha, de acordo com o conjunto probatório que a compõe, foram constatadas irregularidades que, segundo entendeu a análise técnica, comprometem a sua confiabilidade, pelo que se sugeriu a desaprovação de contas.

Observando o conteúdo dos autos, tem-se que as contas devem ser reprovadas, em face do atraso no repasse de recursos públicos oriundos do FEFC destinados às candidaturas femininas no valor de R$ 6.650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais), que configura irregularidade de natureza grave e atrai a devolução ao Tesouro Nacional, pela aplicação irregular de recursos públicos, ferindo o disposto no art. 17, §10 da Resolução TSE nº. 23.607/2019.

Ademais, somando-se as demais inconsistências remanescentes apontadas no relatório conclusivo, torna-se imperativa a rejeição de contas, vez que não foram apresentados todos os extratos bancários solicitados, houve registros equivocados de despesas e receitas que constituem erros significativos e não meros erros formais ou irrelevantes, além de omissão de despesas eleitorais com serviços contábeis.

Ante o exposto, considerando que a COMISSÃO PROVISÓRIA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT, do município de MONTE ALEGRE DO PIAUÍ/PI, omitiu receitas e despesas eleitorais com serviços contábeis e aplicou irregularmente recursos públicos, diante da impossibilidade de aplicação do princípio da razoabilidade e proporcionalidade, JULGO DESAPROVADAS as suas contas de campanha, com fundamento no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e no art. 30, III, da Lei nº 9.504/97. DETERMINO ainda o recolhimento ao

Tesouro Nacional no valor de R$ 6.650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais), com fulcro no art. 79 da Resolução TSE nº. 23.607/2019. O diretório deverá juntar o comprovante de recolhimento até 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado.
Cientifique-se o MPE da presente sentença, através de expediente no PJE, para os fins previstos no art. 22 da LC n.º 64/90, nos termos do art. 81 da Resolução citada acima.
Após o trânsito em julgado, comprovado o recolhimento ao Tesouro Nacional, determino que sejam realizadas as devidas anotações no SICO, arquivando-se os autos com as cautelas de praxe.
Em caso de não demonstrado o efetivo recolhimento, proceda-se na forma da Resolução TSE nº. 23.709/2022.
Gilbués/PI, data da assinatura eletrônica.
Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600426-08.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600426-08.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (MONTE ALEGRE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 RAIMUNDO VIANA FILHO VEREADOR
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
REQUERENTE	: RAIMUNDO VIANA FILHO
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600426-08.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERENTE: ELEICAO 2024 RAIMUNDO VIANA FILHO VEREADOR, RAIMUNDO VIANA FILHO
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
SENTENÇA
Trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por RAIMUNDO VIANA FILHO, candidato ao cargo de Vereador no município de MONTE ALEGRE DO PIAUÍ, nas Eleições Municipais de 2024.
A prestação de contas foi apresentada tempestivamente, observando o prazo previsto no art. 49, caput, da Resolução TSE nº 23.607/2019, sendo a análise das contas por meio do rito simplificado, conforme determina o art. 62, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019, que estabelece a prestação de contas simplificada para as eleições de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.
Em cumprimento ao art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, foi publicado edital no Diário da Justiça Eletrônico, dando publicidade à apresentação das contas, facultando a qualquer interessado impugná-las no prazo de 3 (três) dias. Transcorrido o prazo legal, não houve impugnação.

Foram juntados aos autos a documentação e informações exigidas no sistema simplificado de prestação de contas, detalhados nos artigos 64, caput, e 53, II, ambos da Resolução TSE nº 23.607 /2019.

O cartório eleitoral elaborou relatório preliminar apontando irregularidades e determinou diligências para que o candidato apresentasse documentos fiscais comprovando a regularidade dos gastos realizados com recursos do FEFC.

Em resposta, o candidato apresentou manifestação solicitando a dilação do prazo, o que foi deferido. O candidato apresentou prestação de contas retificadora, juntando documentos. Contudo, conforme parecer conclusivo do cartório, não foram sanadas integralmente as irregularidades apontadas quanto à aplicação de recursos do FEFC em despesas relacionadas a locação de bens imóveis. Assim, a unidade técnica manifestou-se pela desaprovação de contas, com recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) .

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela desaprovação de contas.

É o relatório. Decido.

A prestação de contas foi apresentada tempestivamente e instruída com os documentos exigidos pela Resolução TSE nº 23.607/2019, permitindo a adequada análise da movimentação financeira de campanha.

Quanto à irregularidade na aplicação de recursos oriundos do FEFC, observo que o prestador de contas apresentou comprovação fiscal devida, em atendimento ao disposto no art. 60 da Resolução TSE nº. 23.607/2019.

Verifico que a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade demonstra ser adequada nos autos em análise, uma vez que para o montante de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) relativos às despesas realizadas com recursos do FEFC, houve a devida comprovação, como se vê nos documentos de ID nº. 123759737, 123759738 e 123759739, não sendo plausível exigir especificação excessiva relativa aos documentos fiscais apresentados, que se revelam idôneos, sem indícios de malversação dos recursos públicos. Restando demonstrada a regular utilização de recursos públicos para fins de locação de bens imóveis para realização de eventos de campanha, o que é contemplado pelo art. 35 da Resolução TSE nº. 23.607/2019, afasto a necessidade de recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Ante o exposto, considerando que o candidato RAIMUNDO VIANA FILHO apresentou documentação suficiente para demonstra a devida utilização de recursos públicos e não havendo irregularidades ou impropriedades remanescentes em sua prestação de contas, JULGO APROVADAS as suas contas de campanha, com fundamento no art. 74, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019 c/c o art. 30, I da Lei nº. 9.054/1997.

Após o trânsito em julgado, anote-se a presente decisão no SICO arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Gilbués/PI, data da assinatura eletrônica.

Manfredo Braga Filho

Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600189-71.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600189-71.2024.6.18.0035 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA	

LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE : ARENALDO RIBEIRO DE AGUIAR
REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DE SAO GONCALO DO GURGUEIA
REQUERENTE : THAMIRES ELIAS DE AGUIAR
REQUERENTE : PARTIDO VERDE
ADVOGADO : ELIZANGELA NUNES SOUSA (24383/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600189-71.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA DE SAO GONCALO DO GURGUEIA, ARENALDO RIBEIRO DE AGUIAR, THAMIRES ELIAS DE AGUIAR, PARTIDO VERDE
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIZANGELA NUNES SOUSA - PI24383
SENTENÇA
Cuidam os autos de pedido de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais do Partido Verde - PV, de São Gonçalo do Gurgueia/PI, relativas às eleições municipais de 2020, na forma da Res. TSE 23.607/2019.
Manifestação da chefe de cartório sugere o deferimento do pedido (ID 123918260).
Parecer favorável do Ministério Público Eleitoral (ID 123935160).
Brevemente relatado. Passo à decisão.
O art. 80, § 1º, inciso II, e 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, assegura ao candidato/partido político cujas contas foram julgadas não prestadas a possibilidade de regularização da situação cadastral, a fim de evitar a incidência das sanções do inciso II do *caput* do art. 73 da Resolução TSE nº 23.463/15, sem a necessidade de manejo de eventual recurso.
Para tanto, a legislação exige que o pedido seja proposto após o trânsito em julgado do processo de prestação de contas, por quaisquer dos legitimados do art. 80, § 2º, da Resolução TSE nº 23. 607/2019, devendo, ainda, estar instruído com todos os dados e documentos previstos no art. 53 da Resolução TSE nº 23.607/19.
Compulsando os autos evidencio o cumprimento dos requisitos legais pelo partido, na medida em que o pedido está instruído com todos os dados e documentos indispensáveis à análise das contas, a exceção dos extratos bancários, em virtude da não abertura de conta bancária à época do pleito, circunstância que, entretanto, não impede a regularização pleiteada, pelos fundamentos consignados na manifestação técnica, os quais adoto como razão de decidir.
Em especial, vislumbro que não foi constatada a existência de recurso de fonte vedada ou de origem não identificada ou outras irregularidades de natureza grave, tampouco houve aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), requisitos condicionantes ao deferimento do pleito.
Pelo exposto, na esteira do parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o presente pedido de regularização cadastral da agremiação partidária, com base no art. 487, inciso I, do CPC c.c. art. 80, § 1º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/19.
Expedientes necessários.
Transitada em julgado, proceda-se o imediato registro no SICO, de tudo certificado.
Após, arquive-se com as cautelas legais.
Cumpra-se.
Gilbués(PI), datado e assinado eletronicamente.

Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600131-68.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600131-68.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (BARREIRAS DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: DIVINO ALANO BARREIRA SERAINE
INTERESSADO	: DIRETORIO ESTADUAL DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP -PI
INTERESSADO	: FRANCISCO LUCAS DUAILIBE SOUSA
INTERESSADO	: PARTIDO PROGRESSISTA - PP

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600131-68.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
INTERESSADO: PARTIDO PROGRESSISTA - PP, DIVINO ALANO BARREIRA SERAINE, FRANCISCO LUCAS DUAILIBE SOUSA, DIRETORIO ESTADUAL DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP -PI
SENTENÇA
Trata-se da omissão da prestação de contas do órgão municipal de BARREIRAS DO PIAUÍ/PI do PARTIDO PROGRESSISTA - PP referente ao exercício financeiro de 2023, com fundamento na Lei n.º 9.096/1995 e na Resolução TSE n.º 23.604/2019.
Notificado o partido para suprir a omissão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, conforme documento de ID nº. 123837832, não foi sanada a irregularidade, transcorrendo "in albis" o prazo sem a apresentação da prestação de contas anual com movimentação financeira ou a Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos.
Foram anexadas consultas aos extratos eletrônicos (ID nº. 123871559), disponíveis no sistema SPCA, pelo Cartório Eleitoral. Ademais, não consta repasse ou distribuição de recursos do fundo partidário/FEFC no ano de 2023 para o órgão partidário interessado neste feito.
Emitido parecer técnico conclusivo pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS.
Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS.
Publicado edital de omissão das contas, transcorreu em branco o prazo para impugnação (ID nº. 123940954).
Vieram-se os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Conforme determina o art. 32,§4º da Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários municipais que não tenham movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro, ficam desobrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral, exigindo-se do responsável partidário, a apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos nesse período. Exigências não cumpridas pelo partido político.
Assim, com fundamento no art. 45, IV, "a" da Resolução do TSE 23.604/2019, julgo NÃO PRESTADAS as contas do órgão municipal de BARREIRAS DO PIAUÍ/PI do PARTIDO PROGRESSISTA - PPem análise referente ao exercício 2023.

DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.

Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.

Registre-se. Publique-se. Intime-se mediante publicação da presente sentença no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (DJE/TRE-PI).

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.

Por fim, arquive-se com as cautelas de praxe.

Gilbués-PI, data da assinatura eletrônica.

Manfredo Braga Filho

Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600430-45.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600430-45.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (MONTE ALEGRE DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 REGINALDO FERNANDES DE LIMA VEREADOR
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
REQUERENTE	: REGINALDO FERNANDES DE LIMA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600430-45.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

REQUERENTE: ELEICAO 2024 REGINALDO FERNANDES DE LIMA VEREADOR, REGINALDO FERNANDES DE LIMA

Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382

Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382

SENTENÇA

Trata-se de prestação de contas de campanha eleitoral apresentada por REGINALDO FERNANDES DE LIMA, candidato ao cargo de VEREADOR pelo PL, no município de MONTE ALEGRE DO PIAUÍ, referente às Eleições Municipais de 2024.

A prestação de contas foi apresentada tempestivamente, observando o prazo previsto no art. 49, caput, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Por se tratar de município com menos de 50 mil eleitores, a análise das contas seguiu o rito simplificado, conforme determina o art. 62, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019, que estabelece a prestação de contas simplificada para as eleições de prefeito e vereador em municípios com menos de 50 mil eleitores.

O candidato recebeu recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os quais foram devidamente aplicados em gastos eleitorais, conforme documentação comprobatória apresentada.

Em cumprimento ao art. 56 da Resolução TSE nº 23.607/2019, foi publicado edital no Diário da Justiça Eletrônico, dando publicidade à apresentação das contas, facultando a qualquer interessado impugná-las no prazo de 3 (três) dias. Transcorrido o prazo legal, não houve impugnação.

O candidato foi intimado para manifestação e apresentação de documentação comprobatória complementar em sede de diligências, não restando inconsistências, impropriedades ou irregularidades remanescentes.

A unidade técnica realizou o exame das contas de forma informatizada, após diligências, não detectando: i) recebimento direto ou indireto de fontes vedadas; ii) recebimento de recursos de origem não identificada; iii) extrapolação de limite de gastos; iv) omissão de receitas e gastos eleitorais; v) não identificação de doadores originários.

O parecer técnico conclusivo manifestou-se pela aprovação das contas.

Com vista dos autos, o Ministério Público Eleitoral opinou pela aprovação das contas.

É o relatório. Decido.

A prestação de contas foi apresentada com observância dos requisitos previstos nos artigos 53 e 64 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A análise técnica não identificou irregularidades ou impropriedades nas contas apresentadas após manifestação às diligências. Os recursos do FEFC recebidos foram devidamente aplicados em gastos eleitorais permitidos pela legislação, com a devida comprovação documental.

O exame realizado pelo rito simplificado, nos termos do art. 65 da Resolução TSE n.º 23.607/2019, não detectou recebimento de recursos de fontes vedadas ou de origem não identificada, extrapolação de limites de gastos ou omissão de receitas e gastos eleitorais.

Diante da ausência de impugnação e considerando os pareceres técnico e ministerial favoráveis, as contas devem ser aprovadas, nos termos do art. 74, I, da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

Ante o exposto, julgo APROVADAS as contas de REGINALDO FERNANDES DE LIMA, candidato ao cargo de VEREADOR pelo PL, relativas às Eleições Municipais de 2024, nos termos do art. 74, inciso I, da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Gilbués-PI, data da assinatura eletrônica.

Manfredo Braga Filho

Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600613-16.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600613-16.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SANTA FILOMENA - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: CRISTINIANO JACOBINA DE CARVALHO

REQUERENTE : MOISES DE SOUSA NERIS
REQUERENTE : PARTIDO PROGRESSISTA - COMISSAO PROVISORIA DE SANTA FILOMENA

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600613-16.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
REQUERENTE: PARTIDO PROGRESSISTA - COMISSAO PROVISORIA DE SANTA FILOMENA, CRISTINIANO JACOBINA DE CARVALHO, MOISES DE SOUSA NERIS
SENTENÇA

Trata-se de omissão na prestação de contas referente às Eleições Municipais de 2024, tendo como requerido o órgão municipal do PROGRESSISTAS - PP, em Santa Filomena/PI.

A agremiação partidária foi intimada para apresentação das contas (ID's nº.s 123877750 e 123877752). Todavia deixou transcorrer *"in albis"* o prazo para apresentação da prestação de contas (ID. 123887930).

O Órgão Técnico elaborou parecer opinando pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123922093).

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como não prestadas (ID. 123936838).

É o breve relatório. Decido.

A Prestação de Contas das Eleições prevista pela Lei nº 9.504/97 tem como objetivo auferir a legalidade na arrecadação e aplicação de recursos pelos partidos e candidatos, bem como verificar eventuais irregularidades no trato das verbas do fundo partidário, recebimento de recursos de fontes vedadas, gastos com atividades não permitidas ou destoantes da atividade partidária etc., tudo buscando o equilíbrio e lisura do processo eleitoral.

A obrigatoriedade de prestação de contas eleitorais pelos candidatos e partidos à Justiça Eleitoral decorre do art. 28 da Lei dos Eleições (Lei nº. 9504/97) e do art. 45 da Resolução TSE nº 23.607 /2019. Tal prestação deve ser validada pela Zona Eleitoral, nos termos do Art. 55, § 1º, da Res. TSE 23.607/2019.

No caso em exame, o partido político requerido, devidamente intimado, não supriu a omissão quanto à apresentação das contas, assim como entrega de documentação pertinente, conforme apontado no Relatório Conclusivo.

Ante o exposto, JULGO NÃO PRESTADAS as contas do PROGRESSISTAS - PP, em SANTA FILOMENA/PI, referente às Eleições Municipais de 2024, nos termos do art. 49, § 5º, VII, art. 55, §§ 1º e 4º c/c art. 74, IV, "a", da Resolução TSE n.º 23.607/2019, com as implicações previstas no art. 80, II, da citada resolução.

DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.

Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público pelo Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido, por meio eletrônico, para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.

Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.
Arquive-se o presente feito.
Gilbués/PI, data da assinatura eletrônica.
Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600124-76.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600124-76.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (GILBUÉS - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: ABSALAO TELES DA SILVA NETO
INTERESSADO	: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
INTERESSADO	: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB - NACIONAL

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600124-76.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
INTERESSADO: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO, ABSALAO TELES DA SILVA NETO, PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB - NACIONAL
SENTENÇA
Trata-se da omissão da prestação de contas do órgão municipal de Gilbués/PI do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB referente ao exercício financeiro de 2023, com fundamento na Lei n.º 9.096/1995 e na Resolução TSE n.º 23.604/2019.
Notificado o partido para suprir a omissão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, conforme documento de ID nº. 123864084, não foi sanada a irregularidade, transcorrendo "in albis" o prazo sem a apresentação da prestação de contas anual com movimentação financeira ou a Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos.
Foram anexadas consultas aos extratos eletrônicos (ID nº. 123884220), disponíveis no sistema SPCA, pelo Cartório Eleitoral. Ademais, não consta repasse ou distribuição de recursos do fundo partidário/FEFC no ano de 2023 para o órgão partidário interessado neste feito (ID's nº.s 123884221 e 123884222).
Emitido parecer técnico conclusivo pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS.
Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS, em parecer de ID nº. 123898305.
Publicado edital de omissão das contas, transcorreu em branco o prazo para impugnação (ID nº. 123912625).
Vieram-se os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Conforme determina o art. 32,§4º da Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários municipais que não tenham movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro, ficam

desobrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral, exigindo-se do responsável partidário, a apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos nesse período. Exigências não cumpridas pelo partido político.

Assim, com fundamento no art. 45, IV, "a" da Resolução do TSE 23.604/2019, julgo NÃO PRESTADAS as contas do órgão municipal de Gilbués/PI do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB em análise referente ao exercício 2023.

DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.

Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.

Registre-se. Publique-se. Intime-se mediante publicação da presente sentença no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (DJE/TRE-PI).

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.

Por fim, arquive-se com as cautelas de praxe.

Gilbués-PI, data da assinatura eletrônica.

Manfredo Braga Filho

Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600135-08.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600135-08.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (BARREIRAS DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: DIRETORIO ESTADUAL DO PIAUI DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
INTERESSADO	: JOSE PEREIRA DA SILVA
INTERESSADO	: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - COMISSAO PROVISORIA DE BARREIRAS DO PIAUI
INTERESSADO	: ROBERTO FONTOURA ACOSTA

JUSTIÇA ELEITORAL

035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600135-08.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI

INTERESSADO: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - COMISSAO PROVISORIA DE BARREIRAS DO PIAUI, ROBERTO FONTOURA ACOSTA, JOSE PEREIRA DA SILVA, DIRETORIO ESTADUAL DO PIAUI DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA

SENTENÇA

Trata-se da omissão da prestação de contas do órgão municipal de BARREIRAS DO PIAUÍ/PI do PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT referente ao exercício financeiro de 2023, com fundamento na Lei n.º 9.096/1995 e na Resolução TSE n.º 23.604/2019.

Notificado o partido para suprir a omissão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, conforme documento de ID nº. 123877732, não foi sanada a irregularidade, transcorrendo "in albis" o prazo sem a apresentação da prestação de contas anual com movimentação financeira ou a Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos.

Foram anexadas consultas aos extratos eletrônicos (ID nº. 123921278), disponíveis no sistema SPCA, pelo Cartório Eleitoral. Ademais, não consta repasse ou distribuição de recursos do fundo partidário/FEFC no ano de 2023 para o órgão partidário interessado neste feito.

Emitido parecer técnico conclusivo pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS, em parecer de ID nº. 123941546.

Publicado edital de omissão das contas, transcorreu em branco o prazo para impugnação (ID nº. 123953977).

Vieram-se os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Conforme determina o art. 32,§4º da Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários municipais que não tenham movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro, ficam desobrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral, exigindo-se do responsável partidário, a apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos nesse período. Exigências não cumpridas pelo partido político.

Assim, com fundamento no art. 45, IV, "a" da Resolução do TSE 23.604/2019, julgo NÃO PRESTADAS as contas do órgão municipal de BARREIRAS DO PIAUÍ/PI do PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT em análise referente ao exercício 2023.

DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.

Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.

Registre-se. Publique-se. Intime-se mediante publicação da presente sentença no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (DJE/TRE-PI).

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.

Por fim, arquive-se com as cautelas de praxe.

Gilbués-PI, data da assinatura eletrônica.

Manfredo Braga Filho

Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600136-90.2024.6.18.0035

PROCESSO	: 0600136-90.2024.6.18.0035 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (BARREIRAS DO PIAUÍ - PI)

RELATOR : 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO : MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
INTERESSADO : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB
INTERESSADO : DESUYTY GALGANEO MARTINS DE ASSIS
INTERESSADO : HALLAN PAULO NUNES BARROS DO NASCIMENTO

JUSTIÇA ELEITORAL
035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600136-90.2024.6.18.0035 / 035ª ZONA ELEITORAL DE GILBUÉS PI
INTERESSADO: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB, DESUYTY GALGANEO MARTINS DE ASSIS, HALLAN PAULO NUNES BARROS DO NASCIMENTO, MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
SENTENÇA
Trata-se da omissão da prestação de contas do órgão municipal de Barreiras do Piauí/PI do PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB referente ao exercício financeiro de 2023, com fundamento na Lei n.º 9.096/1995 e na Resolução TSE n.º 23.604/2019.
Notificado o partido para suprir a omissão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, conforme documento de ID nº. 123805035, não foi sanada a irregularidade, transcorrendo "in albis" o prazo sem a apresentação da prestação de contas anual com movimentação financeira ou a Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos.
Foram anexadas consultas aos extratos eletrônicos (ID nº. 123837903), disponíveis no sistema SPCA, pelo Cartório Eleitoral. Ademais, não consta repasse ou distribuição de recursos do fundo partidário/FEFC no ano de 2023 para o órgão partidário interessado neste feito.
Emitido parecer técnico conclusivo pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS.
Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pela NÃO PRESTAÇÃO DAS CONTAS, em parecer de ID nº. 123864446.
Publicado edital de omissão das contas, transcorreu em branco o prazo para impugnação (ID nº. 123885109).
Vieram-se os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Conforme determina o art. 32,§4º da Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários municipais que não tenham movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro, ficam desobrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral, exigindo-se do responsável partidário, a apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos nesse período. Exigências não cumpridas pelo partido político.
Assim, com fundamento no art. 45, IV, "a" da Resolução do TSE 23.604/2019, julgo NÃO PRESTADAS as contas do órgão municipal de BARREIRAS DO PIAUÍ/PI do PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB em análise referente ao exercício 2023.
DETERMINO a proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não for regularizada a situação do partido político.
Decorrido o prazo recursal para o interessado, comunique-se imediatamente aos Órgãos de Direção Nacional e Regional do Partido para que adotem, sob as penas da lei, as providências necessárias no que se refere à imediata suspensão das quotas do Fundo Partidário e/ou do Fundo

Especial de Financiamento de Campanha eventualmente destinadas ao referido Diretório Municipal.
Registre-se. Publique-se. Intime-se mediante publicação da presente sentença no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (DJE/TRE-PI).
Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.
Certificado o trânsito em julgado, registre-se no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais, e publique-se edital conforme previsto no art. 54-B, "I", da Resolução TSE n.º 23.571/2018.
Por fim, arquive-se com as cautelas de praxe.
Gilbués-PI, data da assinatura eletrônica.
Manfredo Braga Filho
Juiz Eleitoral da 35ª ZE/PI

38ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600358-49.2024.6.18.0038

PROCESSO	: 0600358-49.2024.6.18.0038 REPRESENTAÇÃO (PAULISTANA - PI)
RELATOR	**: 038ª ZONA ELEITORAL DE PAULISTANA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REPRESENTADO	: JOAQUIM JULIO COELHO
ADVOGADO	: HORACIO LOPES MOUSINHO NEIVA (11969/PI)
REPRESENTANTE	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ

JUSTIÇA ELEITORAL
038ª ZONA ELEITORAL DE PAULISTANA PI
REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600358-49.2024.6.18.0038 / 038ª ZONA ELEITORAL DE PAULISTANA PI
REPRESENTANTE: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REPRESENTADO: JOAQUIM JULIO COELHO
Advogado do(a) REPRESENTADO: HORACIO LOPES MOUSINHO NEIVA - PI11969
ATO ORDINATÓRIO
Por este ato, para os fins de direito, intimo HORÁCIO LOPES MOUSINHO NEIVA, advogado inscrito na OAB/PI sob o n° 11.969, procurador de JOAQUIM JÚLIO COELHO, nos termos do Instrumento Particular de Procuração (id. 123036549), do inteiro teor da sentença acostada em ID. 123949673.
Paulistana/PI, 17 de junho de 2025.
ALCINEZIO COSTA ARAUJO
Chefe de Cartório da 38ª Zona Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600019-90.2024.6.18.0038

PROCESSO	: 0600019-90.2024.6.18.0038 REPRESENTAÇÃO (PAULISTANA - PI)
RELATOR	**: 038ª ZONA ELEITORAL DE PAULISTANA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ

INTERESSADO	: EDILSON RIBEIRO
INTERESSADO	: FRANCISCO EDUARDO
REPRESENTADO	: BRAULINO ANTONIO DA SILVA
REPRESENTADO	: DIEGO DO NASCIMENTO CARVALHO
REPRESENTADO	: DIOGO DO NASCIMENTO CARVALHO
REPRESENTADO	: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
REPRESENTADO	: VALFREDO JOSE DE CARVALHO
REPRESENTANTE	: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - DIRETORIO MUNICIPAL
ADVOGADO	: GUSTAVO COELHO DAMASCENO (11918/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
038ª ZONA ELEITORAL DE PAULISTANA PI
REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600019-90.2024.6.18.0038 / 038ª ZONA ELEITORAL DE PAULISTANA PI
REPRESENTANTE: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - DIRETORIO MUNICIPAL
Advogado do(a) REPRESENTANTE: GUSTAVO COELHO DAMASCENO - PI11918
REPRESENTADO: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., DIEGO DO NASCIMENTO CARVALHO, DIOGO DO NASCIMENTO CARVALHO, VALFREDO JOSE DE CARVALHO, BRAULINO ANTONIO DA SILVA
SENTENÇA 052/2025
SENTENÇA
Trata-se de Representação por Propaganda Eleitoral Irregular que move o Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB de Paulistana/PI, em desfavor de BRAU VIEIRA, DIOGO CARVALHO, conhecido com DIEGO INFORMÁTICA, DIOGO CARVALHO, EDILSON RIBEIRO e VALFREDO CARVALHO, administradores do GRUPO A VOZ DO POVO, na rede social WhatsApp, FRANCISCO EDUARDO e WhatsApp Inc, empresa sediada nos Estados Unidos, representada no Brasil por FACEBOOK ONLINE DO BRASIL LTDA.
Assevera o representante que foi veiculado vídeo, por meio do grupo A VOZ DO POVO, na rede social WhatsApp, estruturado a partir de montagem de recortes extraídos de outras mídias, dando conta de que OSVALDO MAMÉDIO DA COSTA, pré-candidato do MDB, está sendo financiado por uma quadrilha que responde a diversos processos, por desvio de recursos públicos.
Acrescenta que A VOZ DO POVO conta com 525 (quinhentos e vinte e cinco) membros, o que demonstra o potencial danoso em desproveito do equilíbrio da disputa eleitoral.
Pugna, preliminarmente, pela concessão de medida liminar *inaudita altera pars*, com vistas à imediata remoção da postagem.
A ausência de indicação da URL do conteúdo e, bem assim, o não cumprimento da diligência determinada na decisão (id. 122293136) e reiterada na decisão (id. 122332890) inviabilizaram a concessão da tutela de urgência.
No mérito, requereu, em síntese, a intimação da provedora, com vistas à a entrega ao juízo demandado dos dados que possibilitem a identificação dos representados, com os registros de conexão e de acesso (IP's,) conforme exarado no art. 39 da Resolução - TSE nº 23.610/2019, as

suas inclusões no polo passivo da presente demanda e correlatas citações, nos termos do art. 18 da Resolução - TSE nº 23.608/2019, e, por fim, a aplicação da multa pecuniária prevista no art. 36, § 3º da Lei nº 9.504/1997, em seu patamar máximo.

É o que impede relatar. Fundamento. Decido.

Ressalte-se, *a priori,* que tentativas diversas de identificação dos representados foram levadas a efeito, nos termos legalmente previstos. Todavia, estes restaram não identificados, em que pesem os esforços realizados por esse juízo.

Nesse particular, dispõe o art. 38, § 8º-A da Resolução - TSE nº 23.610/2019, com redação dada pela Resolução TSE nº 23.732/2024, i*n verbis*:

Art. 38. A atuação da Justiça Eleitoral em relação a conteúdos divulgados na internet deve ser realizada com a menor interferência possível no debate democrático.

[¿]

§ 8º-A. A realização do pleito não acarreta a perda de objeto dos procedimentos em que se apure anonimato ou manifestação abusiva na propaganda eleitoral na internet, inclusive a disseminação de fato notoriamente inverídico ou gravemente descontextualizado tendente a atingir a honra ou a imagem de candidata ou candidato.

Razão porque, inclusive, esse entendimento já se faz consolidado pela jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que permanece o interesse na eventual remoção e abstenção de veiculação de propaganda irregular ainda que após o término do processo eleitoral, não ocorrendo, pois, a perda superveniente do objeto após a realização do pleito, admitida, *ex vi* do citado dispositivo, a imposição da sanção prevista no art. 57-D, § 2º da Lei nº 9.504/1997.

Ademais, nos termos do inciso II do art. 319 do CPC, a que se dá aplicação subsidiária, no caso ora em análise, é obrigatória a completa qualificação das partes, sob pena de se configurar a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Não ofertadas as contestações, por conta da impossibilidade realização das citações, restaria, pois, consubstanciado o cerceamento do direito ao contraditório e à ampla defesa. Causa suficiente à caracterização da nulidade absoluta do processo, frise-se.

Ante o exposto, com fulcro no art. 485, IV do CPC, aqui aplicado subsidiariamente, EXTINGO o presente feito sem, resolução de mérito, eis que verificada a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Registre-se. Publique-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.

Paulistana/PI, 16 de junho de 2025.

DENIS DEANGELIS BRITO VARELA

Juiz da 38ª Zona Eleitoral

39ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO(12560) Nº 0600006-54.2025.6.18.0039

PROCESSO	: 0600006-54.2025.6.18.0039 LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (SÃO MIGUEL DO TAPUIO - PI)
RELATOR	**: 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: PARTIDO MISSAO

ADVOGADO : ARTHUR LUIS MENDONCA ROLLO (153769/SP)
ADVOGADO : MIGUEL SANDALO CALAMARI (456435/SP)
ADVOGADO : RAFAEL LAGE FREIRE (431951/SP)
REQUERIDO : JUÍZO DA 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI

JUSTIÇA ELEITORAL
039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI
LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (12560) Nº 0600006-54.2025.6.18.0039 / 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI
REQUERENTE: PARTIDO MISSAO
Advogados do(a) REQUERENTE: MIGUEL SANDALO CALAMARI - SP456435, ARTHUR LUIS MENDONCA ROLLO - SP153769-A, RAFAEL LAGE FREIRE - SP431951
REQUERIDO: JUÍZO DA 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI
EDITAL Nº 14/2025 - TRE/39A ZONA
LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (12560) Nº 0600006-54.2025.6.18.0039 / 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI
REQUERENTE: PARTIDO MISSÃO
O JUIZ DA 39ª ZONA ELEITORAL DA CIRCUNSCRIÇÃO DO PIAUÍ, DR. SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC.
FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento que, nos termos do artigo 15 da Resolução TSE nº 23.571/2018, foram apresentadas perante este Juízo, pelo Partido Político em formação PARTIDO MISSÃO, nos autos da Lista de Apoiamento para Criação de Partido Político - LAP nº 0600006-54.2025.6.18.0039, fichas físicas originais de apoiamento à criação da referida agremiação partidária que encontram-se disponíveis na sede deste Cartório Eleitoral para consulta pelos interessados.
OBJETO: Publicidade das fichas individuais de apoiamento à criação do Partido Político em formação PARTIDO MISSÃO, subscritas pelos eleitores, nomes e números dos títulos eleitorais em anexo, referentes aos lotes nº PI100390000001 e PI100390000002 do sistema SAPF - Sistema de Apoiamento a Partido em Formação, sendo o primeiro com 46 (quarenta e seis) fichas e o segundo com 8 (oito), perfazendo um total de 54 (cinquenta e quatro) fichas originais para verificação e validação dos dados e das assinaturas.
PRAZO: 5 (cinco) dias contados da publicação para impugnação dos dados constantes nas fichas individuais de apoiamento. E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, determinou o Excelentíssimo Senhor Juiz que o presente edital fosse publicado no Diário da Justiça Eletrônico do TRE-PI e afixado no local de costume na sede do Cartório Eleitoral de São Miguel do Tapuio/PI.
Dado e passado nesta cidade de São Miguel do Tapuio - PI, data e assinatura eletrônica. Eu, Raimunda Reijane Sousa Nunes Lima, Chefe de Cartório da 39ª Zona, digitei o presente Edital, que assino de ordem.
São Miguel do Tapuio - PI, assinado e datado eletronicamente.
Raimunda Reijane Sousa Nunes Lima
Chefe de Cartório da 39ª Zona Eleitoral/PI

ANEXO I EDITAL Nº 14/2025 - TRE/39A ZONA	
Apoiamentos do Lote PI100390000001	
Nome do(a) Eleitor(a)	Título de Eleitor

ADAIL RODRIGUES DA SILVA	****2575****
ADALBERTO VIEIRA DA SILVA JÚNIOR	****4695****
ADÃO ITALO LIRA PASSOS	****0818****
ANA JAYRA ALVES PEREIRA	****7891****
ANNE CAUANI VIEIRA ALVES	****2272****
ANTONIA FABIANA FERREIRA DA COSTA	****2939****
ANTONIO TELES DA SILVA	****4383****
BENSOM SOARES DE SOUSA	****5653****
BIANCA DA SILVA GOMES	****5347****
CAMILA APARECIDA MARQUES DA SILVA	****2122****
CARLA ANDREIA ALVES MARQUES	****2985****
CHIRLEY SILVA DE SOUSA	****4418****
DALILA FERNANDES ALVES	****7876****
DIONATAS JUNIOR DE MORAIS	****4378****
EMANUEL DAVI SOARES DIONIZIO	****3127****
ERICK FERREIRA MATOS	****9698****
FRANCISCO ROGÉRIO DA SILVA	****9881****
GERALDINA GOMES DA SILVA	****3167****
HELLEN DAYANNE SILVEIRA DE ARAUJO	****5091****
HELMAR SERGIO ALVES FERREIRA	****4200****
JHASON SILVA CHAGAS	****5366****
JOHNE ALVES MELO	****2832****
JOSÉ FRANCISCO OLIVEIRA SOARES	****8291****
JOÃO HENRIQUE MARTINS COELHO	****5271****
KAYLANY GERMANO DE OLIVEIRA	****5064****
LIANA SILVA ARAGÃO	****7958****
LUAN REIS RODRIGUES LOPES	****2313****
MARCOS HENRIQUE FRANÇA LIMA	****1601****
MARCOS PAULO SILVA FERREIRA	****5273****
MARIA ALICE MARTINS DA SILVA	****5405****
MARIA CELENE SOARES DE MESQUITA	****6485****
MARIA FLÁVIA LIMA DE SOUSA	****0255****
MARIA JANAINA NOGUEIRA DA ROCHA	****0234****
MARIA MAIANE FERNANDES NASCIMENTO	****1371****
MATHEUS MENDES SOUSA	****7917****
PATRÍCIA DE OLIVEIRA BARROS	****5307****
PAULO HENRIQUE GONÇALVES PEREIRA	****9872****
ROBERTO DE SOUSA RIBEIRO	****2881****
RODRIGO FREITAS GOMES	****5352****
SANDRA MARIA DE SANTANA ROCHA	****3019****
SIMEIA DA SILVA MARQUES	****5213****

TATIANE DA SILVA COSTA	****7360****
TIAGO GONÇALVES RESPLANDES	****0515****
VALDERI GONÇALVES SOARES	****0193****
VIVIANE MARTINS DA SILVA	****0335****
WANDERMON ALVES DE SOUSA	****5262****

ANEXO II EDITAL Nº 14/2025 - TRE/39A ZONA
Apoiamentos do Lote PI100390000002

Nome do Eleitor	Título de Eleitor
CLAUDINÉIA DOMINGOS DA SILVA	****0280****
DANIEL FERNANDES DE SOUSA	****0619***
JOÃO MARTINS DO NASCIMENTO NETO	****5559***
LUIZA MARIA DE SOUSA ROCHA	****9378***
MAYLANIA RODRIGUES DE SOUSA	****2375***
MIRELLY DA SILVA FERREIRA	****0622***
PATRÍCIA MARTINS DA SILVA	****3392***
VALDINEY PEREIRA DE SOUSA	****3413***

LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO(12560) Nº 0600006-54.2025.6.18.0039

PROCESSO	: 0600006-54.2025.6.18.0039 LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (SÃO MIGUEL DO TAPUIO - PI)
RELATOR	**: 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI**
Destinatário	: OUTROS INTERESSADOS
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: PARTIDO MISSAO
ADVOGADO	: ARTHUR LUIS MENDONCA ROLLO (153769/SP)
ADVOGADO	: MIGUEL SANDALO CALAMARI (456435/SP)
ADVOGADO	: RAFAEL LAGE FREIRE (431951/SP)
REQUERIDO	: JUÍZO DA 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI

JUSTIÇA ELEITORAL
039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI
LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (12560) Nº 0600006-54.2025.6.18.0039 / 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI
REQUERENTE: PARTIDO MISSAO
Advogados do(a) REQUERENTE: MIGUEL SANDALO CALAMARI - SP456435, ARTHUR LUIS MENDONCA ROLLO - SP153769-A, RAFAEL LAGE FREIRE - SP431951
REQUERIDO: JUÍZO DA 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI
EDITAL Nº 14/2025 - TRE/39A ZONA
LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (12560) Nº 0600006-54.2025.6.18.0039 / 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI

REQUERENTE: PARTIDO MISSÃO

O JUIZ DA 39ª ZONA ELEITORAL DA CIRCUNSCRIÇÃO DO PIAUÍ, DR. SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC.

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento que, nos termos do artigo 15 da Resolução TSE nº 23.571/2018, foram apresentadas perante este Juízo, pelo Partido Político em formação PARTIDO MISSÃO, nos autos da Lista de Apoiamento para Criação de Partido Político - LAP nº 0600006-54.2025.6.18.0039, fichas físicas originais de apoiamento à criação da referida agremiação partidária que encontram-se disponíveis na sede deste Cartório Eleitoral para consulta pelos interessados.

OBJETO: Publicidade das fichas individuais de apoiamento à criação do Partido Político em formação PARTIDO MISSÃO, subscritas pelos eleitores, nomes e números dos títulos eleitorais em anexo, referentes aos lotes nº PI100390000001 e PI100390000002 do sistema SAPF - Sistema de Apoiamento a Partido em Formação, sendo o primeiro com 46 (quarenta e seis) fichas e o segundo com 8 (oito), perfazendo um total de 54 (cinquenta e quatro) fichas originais para verificação e validação dos dados e das assinaturas.

PRAZO: 5 (cinco) dias contados da publicação para impugnação dos dados constantes nas fichas individuais de apoiamento. E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, determinou o Excelentíssimo Senhor Juiz que o presente edital fosse publicado no Diário da Justiça Eletrônico do TRE-PI e afixado no local de costume na sede do Cartório Eleitoral de São Miguel do Tapuio/PI.

Dado e passado nesta cidade de São Miguel do Tapuio - PI, data e assinatura eletrônica. Eu, Raimunda Reijane Sousa Nunes Lima, Chefe de Cartório da 39ª Zona, digitei o presente Edital, que assino de ordem.

São Miguel do Tapuio - PI, assinado e datado eletronicamente.

Raimunda Reijane Sousa Nunes Lima

Chefe de Cartório da 39ª Zona Eleitoral/PI

ANEXO I EDITAL Nº 14/2025 - TRE/39A ZONA
Apoiamentos do Lote PI100390000001

Nome do(a) Eleitor(a)	Título de Eleitor
ADAIL RODRIGUES DA SILVA	****2575****
ADALBERTO VIEIRA DA SILVA JÚNIOR	****4695****
ADÃO ITALO LIRA PASSOS	****0818****
ANA JAYRA ALVES PEREIRA	****7891****
ANNE CAUANI VIEIRA ALVES	****2272****
ANTONIA FABIANA FERREIRA DA COSTA	****2939****
ANTONIO TELES DA SILVA	****4383****
BENSOM SOARES DE SOUSA	****5653****
BIANCA DA SILVA GOMES	****5347****
CAMILA APARECIDA MARQUES DA SILVA	****2122****
CARLA ANDREIA ALVES MARQUES	****2985****
CHIRLEY SILVA DE SOUSA	****4418****
DALILA FERNANDES ALVES	****7876****
DIONATAS JUNIOR DE MORAIS	****4378****
EMANUEL DAVI SOARES DIONIZIO	****3127****

ERICK FERREIRA MATOS	****9698****
FRANCISCO ROGÉRIO DA SILVA	****9881****
GERALDINA GOMES DA SILVA	****3167****
HELLEN DAYANNE SILVEIRA DE ARAUJO	****5091****
HELMAR SERGIO ALVES FERREIRA	****4200****
JHASON SILVA CHAGAS	****5366****
JOHNE ALVES MELO	****2832****
JOSÉ FRANCISCO OLIVEIRA SOARES	****8291****
JOÃO HENRIQUE MARTINS COELHO	****5271****
KAYLANY GERMANO DE OLIVEIRA	****5064****
LIANA SILVA ARAGÃO	****7958****
LUAN REIS RODRIGUES LOPES	****2313****
MARCOS HENRIQUE FRANÇA LIMA	****1601****
MARCOS PAULO SILVA FERREIRA	****5273****
MARIA ALICE MARTINS DA SILVA	****5405****
MARIA CELENE SOARES DE MESQUITA	****6485****
MARIA FLÁVIA LIMA DE SOUSA	****0255****
MARIA JANAINA NOGUEIRA DA ROCHA	****0234****
MARIA MAIANE FERNANDES NASCIMENTO	****1371****
MATHEUS MENDES SOUSA	****7917****
PATRÍCIA DE OLIVEIRA BARROS	****5307****
PAULO HENRIQUE GONÇALVES PEREIRA	****9872****
ROBERTO DE SOUSA RIBEIRO	****2881****
RODRIGO FREITAS GOMES	****5352****
SANDRA MARIA DE SANTANA ROCHA	****3019****
SIMEIA DA SILVA MARQUES	****5213****
TATIANE DA SILVA COSTA	****7360****
TIAGO GONÇALVES RESPLANDES	****0515****
VALDERI GONÇALVES SOARES	****0193****
VIVIANE MARTINS DA SILVA	****0335****
WANDERMON ALVES DE SOUSA	****5262****

ANEXO II EDITAL Nº 14/2025 - TRE/39A ZONA
Apoiamentos do Lote PI100390000002

Nome do Eleitor	Título de Eleitor
CLAUDINÉIA DOMINGOS DA SILVA	****0280****
DANIEL FERNANDES DE SOUSA	****0619***
JOÃO MARTINS DO NASCIMENTO NETO	****5559***
LUIZA MARIA DE SOUSA ROCHA	****9378***
MAYLANIA RODRIGUES DE SOUSA	****2375***
MIRELLY DA SILVA FERREIRA	****0622***

PATRÍCIA MARTINS DA SILVA	****3392***
VALDINEY PEREIRA DE SOUSA	****3413***

46ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 20/2025 - TRE/46A ZONA

O Exmo. Sr. Juiz da 46ª Zona Eleitoral de Guadalupe e dos termos judiciários dos Municípios de Marcos Parente e Landri Sales - PI, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade, supremacia do interesse público, etc…

Faz saber, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente, o Ministério Público e Partidos Políticos, da relação anexa dos requerimentos de Alistamentos, Transferências, Revisões e Segundas-vias Eleitorais, dos eleitores pertencentes aos municípios de Guadalupe-PI, Marcos Parente-PI e Landri Sales/PI, DEFERIDOS nesta 46.ª Zona Eleitoral, correspondente aos Lotes nº 55,56,57,58,59,60 e 61/2025, criado automaticamente pelo sistema, em cumprimento ao disposto nos arts. 45, § 6.º, 52, § 2.º; 57, caput e § 72.º, do Código Eleitoral; art. 7.º, § 2.º, da Lei n.º 6.996/82 e nos termos da Resolução TSE n.º 23.659/2021, a fim de que passem a fluir o prazo de dez dias nele fixado. E para que chegue ao conhecimento de todos, e, para que no futuro, ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital que será afixado nos locais de costumes deste Juízo(Fórum de Justiça da Comarca de Guadalupe, nas Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais de Guadalupe, Marcos Parente e Landri Sales-PI). Os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para impugnação dos requerimentos de Alistamentos(Título primeira vez), Transferências(mudança de domicílio eleitoral), Revisões (alteração de dados pessoais) e Segundas-vias de Títulos Eleitorais requeridos, no período de 29 /05/2025 a 16/06/2025, conforme relatório anexo ao presente Edital de publicação. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guadalupe(PI), sede da 46.ª Zona Eleitoral, aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (16/06/2025). Eu_____ (Antônio Jorge dos Santos Filho, servidor do TRE/PI, Chefe do Cartório, Mat. 424), preparei o presente Edital, datado e assinado eletronicamente, para afixação nos locais de costumes deste Juízo.

Breno Borges Brasil

Juiz Eleitoral

Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 10898 - GUADALUPE Lote: 0055/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 29/05/2025 a 03/06/2025

Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação

6 ALISTAMENTO 0494****1538 20/12/1993 02/06/2025 ERLINO CARVALHO MOUSINHO

3 REVISÃO 0223****0868 25/04/1954 02/06/2025 FRANCELINA IZABEL DE JESUS LOPES

4 REVISÃO 0481****1570 20/07/2006 02/06/2025 LOHAN ANDRADE DAS CHAGAS

5 REVISÃO 0466****1554 06/05/2004 02/06/2025 RAQUEL ANDRADE GONÇALVES

1 REVISÃO 0363****1511 20/02/1990 30/05/2025 SIDINÁLIA RAILANE ALVES DA SILVA

7 REVISÃO 0470****1538 15/07/2005 02/06/2025 TARWERMERSON SOUSA SILVA

Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 11193 - MARCOS PARENTE Lote: 0055/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 29/05/2025 a 03/06/2025

Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação

2 ALISTAMENTO 0494****1554 16/06/2001 02/06/2025 PEDRO IVO ALVES VIEIRA

Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 10898 - GUADALUPE Lote: 0056/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 03/06/2025 a 04/06/2025
Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação
1 ALISTAMENTO 0494****1511 25/09/2006 04/06/2025 RAYLANE MESSIAS PEREIRA
Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 10898 - GUADALUPE Lote: 0057/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 04/06/2025 a 05/06/2025
Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação
2 TRANSFERÊNCIA 0848****1198 10/10/1974 05/06/2025 ARINALDO SOUZA DOS SANTOS
1 REVISÃO 0025****1503 26/10/1957 05/06/2025 SÔNIA MARIA BRITO DA SILVA
Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 10898 - GUADALUPE Lote: 0058/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 05/06/2025 a 09/06/2025
Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação
1 REVISÃO 0494****1554 10/05/2005 09/06/2025 ENZZO ALLAN LIMA DOS SANTOS
2 TRANSFERÊNCIA 0507****1031 04/08/1974 09/06/2025 ROSENILDO DE BRITO RAMOS
Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 10898 - GUADALUPE Lote: 0059/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 09/06/2025 a 10/06/2025
Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação
1 REVISÃO 0053****1546 13/06/1963 10/06/2025 ANTONIA RODRIGUES GONÇALVES ATUALIZADO
Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 11193 - MARCOS PARENTE Lote: 0059/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 09/06/2025 a 10/06/2025
Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação
2 REVISÃO 0175****1562 20/04/1966 10/06/2025 DEODADO PEREIRA DA SILVA ATUALIZADO
Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 10898 - GUADALUPE Lote: 0060/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 10/06/2025 a 12/06/2025
Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação
2 ALISTAMENTO 0494****1503 01/04/2009 11/06/2025 MARIA APARECIDA BRITO DA SILVA ENVIADO
1 TRANSFERÊNCIA 0459****1503 25/11/2001 11/06/2025 TANIA MARIA SANTANA DA SILVA ENVIADO
Origem: ZE 46 Zona: 046 Município: 11193 - MARCOS PARENTE Lote: 0061/2025 Ordem: ALFABÉTICA Digitação: 12/06/2025 a 13/06/2025
Seq. Operação Inscrição Nascimento Requerim. Nome do eleitor Situação
1 TRANSFERÊNCIA 0491****1503 26/04/2008 13/06/2025 ANDREY GABRYEL OLIVEIRA RODRIGUES
2 TRANSFERÊNCIA 0491****1538 01/06/2008 13/06/2025 FELIPE FERREIRA SOUSA

49ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600331-33.2024.6.18.0049

PROCESSO	: 0600331-33.2024.6.18.0049 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS - PI)
RELATOR	**: 049ª ZONA ELEITORAL DE PORTO PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ

REQUERENTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
REQUERENTE	: MARIA DOS REMEDIOS LOPES
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)
REQUERENTE	: VALDIR FILOMENO DA ROCHA
ADVOGADO	: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DA 49ª ZONA ELEITORAL - PIAUÍ/PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600331-33.2024.6.18.0049 / 049ª ZONA ELEITORAL DE PORTO PI
ASSUNTO: [Partido Político - Órgão de Direção Municipal, Prestação de Contas - de Partido Político]
REQUERENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, MARIA DOS REMEDIOS LOPES, VALDIR FILOMENO DA ROCHA
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
Advogado do(a) REQUERENTE: TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS - PI10640
CARTA DE CITAÇÃO
Assunto: Prestação de Contas Eleitoral - Eleições de 2024
.
Senhoras e Senhores representantes partidários,
.
Ao tempo em que cumprimento Vossas Senhorias, de ordem, sirvo-me da presente para notificá-la a apresentar a documentação relativa à prestação de contas final da campanha de 2024, no prazo de 3 (três) dias, conforme r. despacho (Id. 123953962), sob pena de ter as contas julgadas não prestadas, nos termos do art. 49, §5º, IV, da Resolução TSE n° 23.607/2019.
Quaisquer dúvidas, gentileza entrar em contato com o Cartório Eleitoral no telefone/whatsapp (86) 2140-9149.
Porto/PI, datado e assinado eletronicamente.
Atenciosamente,
Bel. Septimus de Carvalho Meneses Júnior
Chefe de Cartório, em exercício, da 49ª Z.E. - Porto/PI

52ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600042-91.2024.6.18.0052

PROCESSO	: 0600042-91.2024.6.18.0052 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 052ª ZONA ELEITORAL DE ÁGUA BRANCA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B, NO MUNICIPIO DE OLHO D AGUA DO PIAUI - PI

ADVOGADO	: ADIEL RODRIGUES BRITO (12171/PI)
INTERESSADO	: CLENILTON DE SOUSA LIMA
INTERESSADO	: MACARIO DA SILVA BRITO

JUSTIÇA ELEITORAL
052ª ZONA ELEITORAL DE ÁGUA BRANCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
PROCESSO Nº: 0600042-91.2024.6.18.0052
CLASSE: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377)
ASSUNTO: [Prestação de Contas - De Exercício Financeiro]
INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B, NO MUNICIPIO DE OLHO D AGUA DO PIAUI - PI, MACARIO DA SILVA BRITO, CLENILTON DE SOUSA LIMA
Advogado do(a) INTERESSADO: ADIEL RODRIGUES BRITO - PI12171
EDITAL - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA
EDITAL DE ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO
(Art. 44, inciso I, da Resolução TSE nº 23.604/19)
De Ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz da 052ª Zona Eleitoral de Água Branca - PI, em conformidade com o que dispõe o inciso I do artigo 44 da Resolução TSE n.º 23.604, de 17 de dezembro de 2019,
TORNA PÚBLICO, a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que os responsáveis pelo partido acima discriminado entregaram Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos, referente à Prestação de Contas Anual do Exercício de 2023, facultando-se a qualquer interessado, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação deste edital, a apresentação de impugnação que deve ser ofertada em petição fundamentada e acompanhada das provas que demonstrem a existência de movimentação financeira ou de bens estimáveis no período.
Link para acesso ao processo e apresentação de impugnação: https://consultaunificadapje.tse.jus.br/#/public/inicial/index ou https://pje1g-pi.tse.jus.br/pje/login.seam
E para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, mandou o Senhor Juiz Eleitoral expedir o presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.
Dado e passado nesta cidade de ÁGUA BRANCA/PI, em 12 de junho de 2025.
Wildson Carlos Barbosa Lima
Chefe de Cartório da 52ª ZE - PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600043-76.2024.6.18.0052

PROCESSO	: 0600043-76.2024.6.18.0052 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ÁGUA BRANCA - PI)
RELATOR	**: 052ª ZONA ELEITORAL DE ÁGUA BRANCA PI**
Destinatário	: TERCEIROS INTERESSADOS
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
ADVOGADO	: KAUANNA TEIXEIRA SOBRAL PILA (23724/PI)
INTERESSADO	: ANTONIO ALVES DE MOURA

ADVOGADO : KAUANNA TEIXEIRA SOBRAL PILA (23724/PI)
INTERESSADO : JOSE VICTOR ARAUJO MOURA
ADVOGADO : KAUANNA TEIXEIRA SOBRAL PILA (23724/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
052ª ZONA ELEITORAL DE ÁGUA BRANCA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
PROCESSO Nº: 0600043-76.2024.6.18.0052
CLASSE: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377)
ASSUNTO: [Prestação de Contas - De Exercício Financeiro]
INTERESSADO: PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, JOSE VICTOR ARAUJO MOURA, ANTONIO ALVES DE MOURA
Advogado do(a) INTERESSADO: KAUANNA TEIXEIRA SOBRAL PILA - PI23724
EDITAL DE ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO
(Art. 44, inciso I, da Resolução TSE nº 23.604/19)
De Ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz da 052ª Zona Eleitoral de Água Branca - PI, em conformidade com o que dispõe o inciso I do artigo 44 da Resolução TSE n.º 23.604, de 17 de dezembro de 2019,
TORNA PÚBLICO, a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que os responsáveis pelo partido acima discriminado entregaram Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos, referente à Prestação de Contas Anual do Exercício de 2023, facultando-se a qualquer interessado, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação deste edital, a apresentação de impugnação que deve ser ofertada em petição fundamentada e acompanhada das provas que demonstrem a existência de movimentação financeira ou de bens estimáveis no período.
Link para acesso ao processo e apresentação de impugnação: https://consultaunificadapje.tse.jus.br/#/public/inicial/index ou https://pje1g-pi.tse.jus.br/pje/login.seam
E para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, mandou o Senhor Juiz Eleitoral expedir o presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.
Dado e passado nesta cidade de ÁGUA BRANCA/PI, em 16 de junho de 2025.
Wildson Carlos Barbosa Lima
Chefe de Cartório da 52ª ZE - PI

54ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 22/2025 - TRE/54A ZONA

A Dra. Maria da Paz e Silva Miranda, Juíza Eleitoral - 54ª Zona - Demerval Lobão/PI, no uso de suas atribuições legais, etc. e em cumprimento do disposto nos arts. 45, § 6º, 52, § 2º, 57, caput e § 2º, e 77, II, do Código Eleitoral, bem como no art. 57 da Resolução TSE nº 23.659/2021, etc.
FAZ SABER, a quem interessar possa ou deste Edital tiver conhecimento, que, a partir desta data, passa a correr o prazo de 10 (dez) dias para impugnação dos requerimentos que foram deferidos de Alistamento e Transferência dos eleitores e das eleitoras constantes da relação anexa.

Dado e passado nesta cidade de Demerval Lobão/PI, sede da 54ª Zona Eleitoral, aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Eu, Pedro Batista de Melo Júnior, Assistente I de Cartório - 54ª Zona Eleitoral, digitei e subscrevi o presente Edital.
Dra. Maria da Paz e Silva Miranda
Juíza Eleitoral - 54ª Z.E./PI
Relação de Afixação
Requerimento de alistamento e transferências deferidos
Parâmetros: Período: 31/05/2025 a 15/06/2025; UF: PI; ZE: 054; Ordenação: Nome; Requerimentos DEFERIDOS
ZONA: 054 Município: 10650 - DEMERVAL LOBÃO - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação Digitação Lote
ALDERINA DE SOUSA RODRIGUES xxxx 9786 xxxx Transferência 30/05/2025 0041/2025
BIANCA KAROLLYNE DE MORAIS xxxx 1533 xxxx Alistamento 04/06/2025 0044/2025
FRANCINETE DOS SANTOS DA SILVA xxxx 1536 xxxx Alistamento 10/06/2025 0048/2025
FRANCISCO ALBERTO MARTINS xxxx 1534 xxxx Alistamento 04/06/2025 0044/2025
FRANCISCO BISERRA SANTOS xxxx 6915 xxxx Transferência 05/06/2025 0045/2025
JAQUELINE DOS SANTOS BATISTA xxxx 5723 xxxx Transferência 06/06/2025 0046/2025
JESSYCA MARRY ALENCAR LEÃO xxxx 1535 xxxx Alistamento 09/06/2025 0047/2025
JOSE CAMPELO DOS SANTOS xxxx 8686 xxxx Transferência 06/06/2025 0046/2025
KILENE DA SILVA SOUSA xxxx 7433 xxxx Transferência 30/05/2025 0041/2025
MATHEUS MARTINS TRINDADE xxxx 5913 xxxx Transferência 11/06/2025 0049/2025
Total de requerimentos deferidos : 10
DEFERIDOS
ZONA: 054 Município: 12424 - LAGOA DO PIAUÍ - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação Digitação Lote
ANDERSOM DE SOUSA PITA xxxx 7768 xxxx Transferência 12/06/2025 0050/2025
MANOEL DE JESUS PEREIRA GOMES xxxx 8385 xxxx Transferência 02/06/2025 0042/2025
Total de requerimentos deferidos : 2

59ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO(12560) Nº 0600005-09.2025.6.18.0059

PROCESSO	: 0600005-09.2025.6.18.0059 LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (CRISTINO CASTRO - PI)
RELATOR	**: 059ª ZONA ELEITORAL DE CRISTINO CASTRO PI**
Destinatário	: Destinatário Ciência Pública
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: PARTIDO MISSAO
ADVOGADO	: MIGUEL SANDALO CALAMARI (456435/SP)

JUSTIÇA ELEITORAL
059ª ZONA ELEITORAL DE CRISTINO CASTRO PI

LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (12560) Nº 0600005-09.2025.6.18.0059 / 059ª ZONA ELEITORAL DE CRISTINO CASTRO PI
REQUERENTE: PARTIDO MISSAO
Advogado do(a) REQUERENTE: MIGUEL SANDALO CALAMARI - SP456435
DESPACHO
Trata-se de lista de apoiamento do Partido MISSÃO que se encontra em processo de formação. Foram apresentadas fichas digitalizadas referentes a eleitores inscritos nesta 59ª Zona Eleitoral e vieram os autos conclusos.
Expeça-se edital, nos termos do art. 15 da Resolução TSE n. 23.571/2018, para que os interessados possam apresentar impugnação, em petição fundamentada, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, relatando fatos devidamente comprovados.
Ato contínuo, caso não seja interposta impugnação, efetue-se a validação dos dados no Sistema de Apoiamento a Partidos em Formação - SAPF da Justiça Eleitoral.
Após, junta-se o relatório de apoiamentos aptos e retornem-me os autos conclusos.
Cumpra-se.
Cristino Castro/PI, datado e assinado eletronicamente.
CLEBER ROBERTO SOARES DE SOUZA
Juiz Eleitoral da 59ª ZE/PI

64ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600234-85.2024.6.18.0064

PROCESSO	: 0600234-85.2024.6.18.0064 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (SÃO JOSÉ DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 064ª ZONA ELEITORAL DE INHUMA PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: EDIVALDO ALMEIDA BEZERRA
ADVOGADO	: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA (2820/PI)
REQUERENTE	: GALDENCIO MANOEL ROMAO
ADVOGADO	: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA (2820/PI)
REQUERENTE	: PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO JOSE DO PIAUI - PI
ADVOGADO	: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA (2820/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
064ª ZONA ELEITORAL DE INHUMA PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600234-85.2024.6.18.0064 / 064ª ZONA ELEITORAL DE INHUMA PI
REQUERENTE: PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO JOSE DO PIAUI - PI, EDIVALDO ALMEIDA BEZERRA, GALDENCIO MANOEL ROMAO
Advogado do(a) REQUERENTE: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA - PI2820
Advogado do(a) REQUERENTE: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA - PI2820
Advogado do(a) REQUERENTE: CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA - PI2820

SENTENÇA

Trata-se de processo de prestação de contas finais de campanha relativas às eleições ordinárias 2024 não apresentadas pelo órgão partidário acima nominado.

Os autos foram instruídos com os documentos e informações relativas ao recebimento de recursos financeiros e estimáveis, em atendimento ao art. 49, §5º, da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

Regularmente intimado para apresentar a prestação de contas, o partido deixou transcorrer o prazo sem manifestação, conforme certidão em Id 123852164.

Instado, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela não prestação das contas, com a consequente aplicação das sanções previstas (Id 123935975).

É o relatório. Passo à decisão.

O art. 45, *caput* e §3º, c.c art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024.

No caso dos órgãos partidários, o dever de prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência, recai sobre todas as esferas, sem prejuízo da prestação de contas anual prevista na Lei nº 9.096/95, mesmo àqueles em que a comissão provisória ou diretório foi extinto(a) ou dissolvido(a), em relação ao período de vigência.

Do detido exame dos autos, constata-se que o prestador deixou de cumprir várias das disposições contidas na Resolução TSE nº 23.607/2019, na medida em que não apresentou as contas por meio do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais, conforme determina o art. 54 da norma de regência, e por consequência deixou de apresentar os documentos e informações exigidos no art. 53, restando ausentes os elementos mínimos que permitam a análise da prestação de contas (art. 74, §2º).

A ausência de prestação de contas constitui vício grave de formalização do processo, que impede o exercício da fiscalização pela Justiça Eleitoral, sendo, por sua vez, forçoso julgar as contas como não prestadas, uma vez que a hipótese em exame se subsume ao regramento dos artigos 49, § 5º, inciso VII, da Resolução TSE nº 23.607/19 c.c. art. 30, inciso IV, da Lei n.º 9.504/97.

Corroborando com essa posição, segue o julgado abaixo colacionado:

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020. VEREADORA. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS FINAIS A TEMPO E MODO. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS MÍNIMOS PARA APRECIAÇÃO DAS CONTAS. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A prestação de contas é obrigação imposta a todos aqueles que participam da campanha eleitoral, como forma de conferir transparência à movimentação dos recursos financeiros e possibilitar o efetivo controle contábil e financeiro atribuído a esta Justiça Eleitoral (Lei n. 9.504/97 e Resolução TSE 23.607/2019). 2. Se, apesar de devidamente intimado, o candidato omisso não apresenta a prestação de contas final na forma e tempo previsto em lei, o julgamento das contas como não prestadas é medida que se impõe (Resolução TSE 23.607/2019, artigo 49, § 5º, inciso VII; e Lei 9.504/97, artigo 30, inciso IV). 3. Recurso conhecido e desprovido.

(RECURSO ELEITORAL nº 060032781, Acórdão, Relator(a) Des. Lino Sousa, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 89, Data 20/05/2022)

Em suma, a ausência da prestação de contas impede o necessário e salutar controle da Justiça Eleitoral, independentemente de ter havido ou não movimentação de recursos financeiros, não havendo, na espécie, nem mesmo elementos mínimos de análise, haja vista a completa omissão do dever legal e consequente inexistência de dados e/ou informações no SPCE e nos autos.

Diante do exposto, com fulcro no artigo 30, IV, da Lei n.º 9.504/97, combinado com o artigo 74, inciso IV, "a", da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO NÃO PRESTADAS as contas de

campanha do diretório do PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ/PI, referente às Eleições 2024, ficando este, por conseguinte, impedido de receber cota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, persistindo os efeitos da restrição até a efetiva apresentação das contas.

Publique-se.

Intime-se o órgão partidário, por seus responsáveis.

Cientifique-se o MPE.

Caso não seja apresentado recurso, certifique-se o trânsito em julgado e registre-se o resultado do julgamento no SICO - Sistema de Informação de Contas Partidárias e Eleitorais.

Publique-se edital de contas não prestadas no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, para fins previstos no inciso I, art. 54-B, da Resolução TSE nº 23.571/2018, alterada pela Resolução TSE nº 23.662/2021.

Vista do edital supramencionado ao Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, para os fins previstos no inciso II, art. 54-B e art. 54-N, caput e §2º, ambos da Resolução TSE nº 23.571/2018, alterada pela Resolução TSE nº 23.662/2021.

Notifiquem-se os órgãos nacional e estadual do partido sobre o inteiro teor da decisão, nos termos do art.54-B, III e §1º da Resolução TSE nº 23.571/2018.

Após, arquive-se com as cautelas de praxe.

Cumpra-se.

Inhuma (PI), *data registrada eletronicamente*.

Élvio Íbsen Barreto de Souza Coutinho

Juiz Eleitoral da 64ª ZE/PI

69ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600311-79.2024.6.18.0069

PROCESSO	: 0600311-79.2024.6.18.0069 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (PEDRO LAURENTINO - PI)
RELATOR	**: 069ª ZONA ELEITORAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: ARLETE VILANOVA DE SOUSA
ADVOGADO	: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI)
ADVOGADO	: FERNANDO GALVAO NETO (15941/PI)
ADVOGADO	: JESSICA BRENDA RIBEIRO DE SOUSA FORTES (12904/PI)
REQUERENTE	: ELEICAO 2024 ARLETE VILANOVA DE SOUSA VEREADOR
ADVOGADO	: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI)
ADVOGADO	: FERNANDO GALVAO NETO (15941/PI)
ADVOGADO	: JESSICA BRENDA RIBEIRO DE SOUSA FORTES (12904/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL

69ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600311-79.2024.6.18.0069 / 069ª ZONA ELEITORAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ PI
REQUERENTE: ELEIÇÃO 2024 ARLETE VILANOVA DE SOUSA VEREADOR, ARLETE VILANOVA DE SOUSA
Advogados do(a) REQUERENTE: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - PI12306, FERNANDO GALVÃO NETO - PI15941, JESSICA BRENDA RIBEIRO DE SOUSA FORTES - PI12904
Advogados do(a) REQUERENTE: DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA - PI12306, FERNANDO GALVÃO NETO - PI15941, JESSICA BRENDA RIBEIRO DE SOUSA FORTES - PI12904
SENTENÇA

Trata-se de processo de prestação de contas de campanha relativas às eleições ordinárias 2024 apresentadas pela prestadora, acima nominada.

Publicado edital (ID 123401643) dando ciência da apresentação das contas, não houve proposição de impugnação (ID 123753835).

Ato contínuo, o setor técnico emitiu parecer conclusivo, detectando inconsistência nas contas analisadas, opinando pela sua desaprovação (ID 123922444).

Instado a se manifestar (ID 123922446), o Ministério Público Eleitoral opinou no mesmo sentido do parecer técnico, tal seja pela desaprovação das contas sob exame (ID 123932431).

É o relatório. Passo à decisão.

O artigo 45, caput e §3º c/c artigo 49, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019, alterada pela Resolução TSE nº 23.624/2020, preveem a obrigatoriedade de candidatas, candidatos e partidos políticos prestarem contas dos recursos arrecadados e aplicados na campanha eleitoral de 2024, até o 30º (trigésimo) dia posterior à realização das eleições.

Noutro giro, a Resolução de regência estabelece o sistema de análise simplificada para candidatos e candidatas que apresentem movimentação financeira correspondente a R$ 20.000,00 (vinte mil reais), no máximo, bem assim nas eleições para cargo de prefeito e vereador, em municípios com menos de 50.000 (cinquenta mil) eleitores.

O sistema de análise simplificada se caracteriza pela análise informatizada da prestação de contas, que será composta, exclusivamente, pelas informações prestadas diretamente no SPCE, e pelos documentos descritos nas alíneas "a", "b", "d" e "f ", do inciso II, do *caput*, do artigo 53 da Resolução TSE nº 23.607/19, com os objetivos que seguem: a) detectar recebimento direto ou indireto de fontes vedadas; b) recebimento de recursos de origem não identificada; c) extrapolação de limite de gastos; d) omissão de receitas e gastos eleitorais; e) não identificação de doadoras ou de doadores originários, nas doações recebidas de outras prestadoras ou de outros prestadores de contas (artigo 65 da Resolução TSE nº 23.607/19).

Feitas essas considerações introdutórias, vislumbro que a prestação de contas, sob exame, possui elementos mínimos, na medida em que foram apresentados os documentos comprobatórios das receitas arrecadadas, bem assim das despesas contratadas e respectivos comprovantes de pagamentos, e a candidata se fez representar por advogado, conforme instrumento de procuração anexado aos autos (ID 123636461), e por profissional contábil, devidamente habilitado junto ao conselho competente (ID 123128769).

Registro, por relevante, e nos termos apontados pelo parecer da unidade técnica, que as despesas com aluguel de veículos automotores, no valor total de R$4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), extrapolaram o limite de 20% (vinte por cento) do total de gastos de campanha contratados, infringindo o disposto no artigo 42, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A questão em discussão, na hipótese, consiste, portanto, em analisar se a extrapolação do limite de gastos com veículos automotores justifica a desaprovação das contas, ou se é possível aprová-las com ressalvas.

No caso dos autos, o total das despesas contratadas foi de R$15.639,00 (quinze mil, seiscentos e trinta e nove reais), logo, nos termos do artigo 42, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, a prestadora de contas poderia gastar até R$3.127,80 (três mil, cento e vinte e sete reais e oitenta centavos), o que corresponderia a 20% (vinte por cento) do valor total dos gastos de campanha. Entretanto, realizou locação de veículo automotor no valor de R$4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), o que extrapolou em R$1.172,20 (mil cento e setenta e dois reais e vinte centavos) aquele limite de gastos.

A par disso, inobstante a manifestação técnica acostada aos autos, compreendo que a irregularidade apontada no parecer conclusivo, aplicando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, seguindo, neste passo, a jurisprudência assente da nossa E. Corte, enseja a aplicação de meras ressalvas, visto que não impossibilitou atestar a real origem dos recursos declarados, a documentação apresentada demonstrou a idoneidade da contratação, o valor ou percentual da extrapolação é inexpressivo, inexistindo, de outro passo, má-fé ou desvio de finalidade, vez que a candidata já recolheu ao Tesouro Nacional o valor excedente, como faz prova a Guia de Recolhimento da União - GRU, colacionada ao ID 123762293.

Ainda na linha de precedentes do nosso Regional, a extrapolação do limite de 20% (vinte por cento) de gastos com aluguel de veículos automotores não dá ensejo à aplicação da multa prevista no artigo 6º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (artigo 18-B, da Lei nº 9.504/97), porquanto aplicável, apenas, aos limites de gastos de campanhas previstos nos artigos 4º e 5º, da mesma Resolução.

Diante do exposto, com fulcro no artigo 30, II, da Lei n.º 9.504/97, combinado com o artigo 74, inciso II, da Resolução TSE n.º 23.607/2019, JULGO APROVADAS COM RESSALVAS as contas de campanha de Arlete Vilanova de Sousa, candidata ao cargo de Vereadora do Município de Pedro Laurentino/PI, nas Eleições 2024.

Publique-se. Intimem-se.

Dê-se ciência ao representante do Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, registre-se no SICO. E, por derradeiro, arquivem-se os autos, com adoção das cautelas legais.

São João do Piauí (PI), data registrada eletronicamente.

Carmelita Angélica Lacerda Brito de Oliveira

Juíza Eleitoral

71ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL(11527) Nº 0600245-93.2024.6.18.0071

PROCESSO	: 0600245-93.2024.6.18.0071 AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI**
AUTOR	: A MUDANÇA QUE O POVO QUER [PP/MDB] - BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI
ADVOGADO	: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA (17878/PI)
AUTOR	: ANTONIO LUIS SILVA
ADVOGADO	: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA (17878/PI)
AUTOR	: FRANCISCO PINTO RIBEIRO
ADVOGADO	: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA (17878/PI)

FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INVESTIGADO	: GENIR FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
INVESTIGADO	: LUCIENE RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
INVESTIGADO	: VALDEMIR ALVES DA SILVA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0600245-93.2024.6.18.0071 / 071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI
AUTOR: ANTONIO LUIS SILVA, FRANCISCO PINTO RIBEIRO, A MUDANÇA QUE O POVO QUER [PP/MDB] - BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI
Advogado do(a) AUTOR: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA - PI17878-A
Advogado do(a) AUTOR: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA - PI17878-A
Advogado do(a) AUTOR: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA - PI17878-A
INVESTIGADO: GENIR FERREIRA DA SILVA, LUCIENE RODRIGUES DA SILVA, VALDEMIR ALVES DA SILVA
Advogado do(a) INVESTIGADO: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
Advogado do(a) INVESTIGADO: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
Advogado do(a) INVESTIGADO: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE), formulada pela Coligação Majoritária "A MUDANÇA QUE O POVO QUER" Compostas Pelos Partidos PP e MDB do Município de Boqueirão - PI, neste ato representada por neste ato representada por ANTÔNIO JOSÉ SILVA, brasileiro, solteiro(o), fisioterapeuta, inscrito no CPF n° 934.273.523-15, RG n° 2104492, com inscrição eleitoral n° 028665201511, residente e domiciliado na Rua 7 De Setembro, S/N, Centro, Boqueirão Do Piauí- Pi, CEP: 64283-000, com endereço eletrônico: antoniojoseaninha@hotmail.com, ANTONIO LUIS SILVA, brasileiro, solteiro, médico, portador do CPF n° 642.015.463-49, residente na Rua Sete de Setembro, S/N, bairro Centro, município de Boqueirão do Piauí-PI, CEP 64.283-000 e FRANCISCO PINTO RIBEIRO, candidato a vice-prefeito, CPF nº 240.377.883-49, Residente na AV. PRIMAVERA, 1205, Bairro Centro, de Boqueirão do Piauí-PI, CEP 64.270 000, respectivamente Candidatos a prefeito e vice-prefeito, em face de GENIR FERREIRA DA SILVA, candidata a cargo político eletivo, inscrita no CPF sob o n.º 001.144.553-09, com endereço na Rua Cicero Pinto, S/N, Centro, CEP 64283-000, Boqueirão do Piauí, a vice LUCIENE RODRIGUES DA SILVA, brasileira, casada, candidata ao cargo de Vice-prefeita, portadora do CPF nº 929.760.933-34, com endereço na Rua Maria Saraiva Costa, nº 168, Centro, Boqueirão do Piauí, CEP: 64.283-000, registro de candidatura nos autos do processo 0600111-66.2024.6.18.0071, e de VALDEMIR ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, Comerciante, portador do CPF nº 395.033.643 53, residente e domiciliado na Rua Maria Saraiva Costa, nº 168, Centro, Boqueirão do Piauí-PI, CEP: 64.283-000.

Aduz a inicial que, anteriormente ao dia da votação no pleito de 2024, durante a Campanha Eleitoral os Representados, Sra. GENIR FERREIRA DA SILVA, em conluio com sua candidata a vice-prefeita LUCIENE e o esposo desta, o senhor VALDEMIR ALVES DA SILVA, oferecem e entregaram dinheiro em troca de votos.

Consta que circularam áudios em vários grupos através do aplicativo de conversa Whatsapp por toda cidade de Boqueirão do Piauí, e que os promoventes, de posse desses áudios, procederam em uma investigação em busca de identificar quem seriam as pessoas que os fizeram.

Anotam que conseguiram identificar um deles, como sendo de Antônio Clebson Sousa Santos (86) 98141-6973, filho de Antônia Silva de Sousa, Residência na localidade Santana, mas estuda em Campo Maior, tendo como residência temporária enquanto estuda naquela cidade no endereço rua Alípio Ibiapina, sn, Bairro Santa Cruz

Informam um segundo áudio foi identificado sendo de Francisco de Souza Araújo, filho de Maria Odorico de Sousa Araújo, residente na Avenida Primavera, SN, Centro de boqueirão do Piauí, conhecido como Chaguinha e trabalha como Pedreiro (86)98173-8787.

Um terceiro áudio, de uma mulher que também circulou na cidade, que não foi identificada a autoria, mas se presumiria que tal prática não é isolada.

Pelos fatos, requerem a aplicação do disposto no art. 22, caput e inciso XIV, da LC nº 64/90, c/c o art. 41-A, da Lei 9.504/97.

Despacho de ID 122953155 , determinando a citação dos investigados.

Defesa da investigada LUCIENE RODRIGUES DA SILVA, junto ao ID 123550726 .

Preliminarmente, requer a extinção do feito pela inépcia da inicial, ante a ausência de fato ou fundamentação jurídica, havendo apenas uma série de áudios não especificados e datados.

No mérito, argumenta a imprestabilidade da mídia anexada, posto que não acompanhada das respectivas transcrições.

Defendem ainda, a inexistência de provas que caracterizem o abuso de poder político ou econômico, de modo a comprometer a legitimidade do pleito e a paridade de armas entre candidatos.

Defesa dos investigados GENIR FERREIRA DA SILVA E VALDEMIR ALVES DA SILVA, apresentadas no ID 123560485 .

Preliminarmente, requer a extinção do feito pela inépcia da inicial, ante a ausência de fato ou fundamentação jurídica, havendo apenas uma série de áudios não especificados e datados.

No mérito, argumenta a imprestabilidade da mídia anexada, posto que não acompanhada das respectivas transcrições.

Defendem ainda, a inexistência de provas que caracterizem o abuso de poder político ou econômico, de modo a comprometer a legitimidade do pleito e a paridade de armas entre candidatos.

Ata de audiência de instrução constante do ID 123913390 , realizada na data de 13/05/2025.

Alegações finais dos investigantes no ID 123917360 , nas quais requerem a procedência dos pedidos iniciais.

Alegações finais dos investigados no ID 123917470 , nas quais requerem a improcedência do feito.

Parecer do MPE no ID 123931903 , no qual se manifesta pela improcedência do feito, mencionando que os autos não apresentam substrato suficientemente capaz de comprovar as alegativas da inicial, porquanto desprovida de quaisquer elementos mínimos, robustos e inconcussos da prática dos ilícitos descritos, que possibilitem o aparato sancionatório da Justiça Eleitoral para o caso.

É o relatório.

DECIDO.

A Ação de Investigação Judicial Eleitoral tem previsão no Art. 14, §9°, da Constituição Federal, em que são previstas situações de inelegibilidade com a precípua finalidade de garantir o processo eleitoral das intempéries do poder econômico.

Ensinam Flávio Cheim Jorge, Ludgero Liberato e Marcelo Abelha Rodrigues, em Curso de Direito Eleitoral, Editora JusPodivm, 2016,

"É evidente que a ação de investigação judicial eleitoral tem assento cativo no art. 14, §9°, da CF /1988, pois é a técnica que o julgador encontrou de criar situações de inelegibilidade que visem à proteção da legitimidade e normalidade contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Em suma, a ação de investigação judicial eleitoral consiste na demanda prevista no Direito Eleitoral com a finalidade precípua de condenar o réu com a sanção de inelegibilidade. O art. 22, XIV, da LC 64/90, diz literalmente que se "declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade".

(...).

Como dito, a AIJE foi concebida para condenar o réu com a sanção de inelegibilidade ante o reconhecimento da prática do abuso de poder. Assim, sua causa de pedir reside na existência do abuso de poder genérico (político ou econômico) e seu pedido na declaração de inelegibilidade por 08 anos e cassação do registro ou do diploma." Pág. 541. (Grifos e negritos meus).

No que concerne ao abuso do poder econômico ou político, leciona Marcos Ramayana, em Direito Eleitoral, 15ª. Edição, Rio de Janeiro: Impetus, 2016,

"O abuso do poder político ou econômico é toda a conduta ativa ou omissiva que tenha gravidade para atingir o equilíbrio entre candidatos que almejam determinado pleito eleitoral.

O abuso se traduz em uma ação que acarreta gravidade no equilíbrio ideal entre os candidatos, sendo uma espécie de concorrência desleal que abala a competição, podendo levar ou não o infrator à vitória no pleito eleitoral.

A magnitude lesiva é verificada por exemplos concretos, casuisticamente, tais como: fornecimento de alimentos, utilização indevida de servidores, realização de concurso público em período não autorizado por lei, recebimento de dinheiro de sindicato ou organização estrangeira, uso de material público, desvio de verbas, etc. Geralmente, os atos de abuso também acarretam consequências penais ou à luz da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n°. 8.429/1992).

(...).

O abuso do poder é uma expressão que também se exterioriza pelo excesso ou desvio de poder. O excesso é medido pela quantidade dos bens e serviços, enquanto o desvio se perscruta pela quantidade desses valores públicos, quando a finalidade é destinada ao benefício de uma candidatura ou de um grupo de candidatos." (Pág. 786 e 787). Grifos e negritos meus.

Continua a autor,

"Quanto à natureza jurídica, a maioria da doutrina entende que uma ação cognitiva com carga decisória de consistência desconstitutiva ou constitutiva negativa (no caso em que cassa o registro) e carga puramente declaratória (no caso em que se declara a inelegibilidade por oito anos). A inelegibilidade é contada da data da eleição (outubro do ano eleitoral).

Cumpre ressaltar que a natureza jurídica da representação do art. 22 da Lei Complementar n°. 64 /90, que é procedimento comum adotado para o abuso do poder econômico ou político, captação ilícita de sufrágio, de recursos eleitorais e a ação contra doadores que extrapolam os limites legais permitidos e condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais (art. 41-A e 30-A e 73, §12°, da Lei das Eleições) não é penal, em bora possa servir como prova emprestada para futuras ações penais. Pág. 789.

No que concerne ao bem jurídico tutelado, ensina o doutrinar,

"Normalidade e legitimidade das eleições e interesse público primário da lisura eleitoral. A tutela jurisdicional subsume-se nos valores fundamentais à eficácia social do regime representativo.
Para a caracterização do abuso do poder econômico ou político, é necessária a prova da (gravidade), (...). Pág. 799.
(...).
Afigura-se relevante destacar que a sanção de inelegibilidade ou cassação do registro ou diploma leva em consideração o desequilíbrio causado com a prática da ação comissiva por parte do infrator ou de seus cabos-eleitorais e simpatizantes em geral. Pág. 800. (Grifos e negritos meus).
Ensinam Marcos Ramayana, em Direito Eleitoral, 15ª. Edição, Rio de Janeiro: Impetus, 2016,
(...) A Ação de Investigação Judicial Eleitoral parte exatamente do pressuposto de que há uma candidatura deferida, ou em processo para deferimento, e busca desconstituí-la pelo fato de que quem pleiteia o cargo eletivo praticou ato de grande gravidade para as eleições, tenham sido estes antes, ou depois, do pedido de registro. Pág. 543. (Grifos e negritos meus).
No mesmo sentido a jurisprudência,
ELEIÇÕES 2016. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO ELEITORAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. CARACTERIZAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ART. 73, V, DA LEI 9.504/1997. MULTA. INEXISTÊNCIA. PROVA. BENEFÍCIO. CANDIDATO. ABUSO DO PODER POLÍTICO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. *1. A caracterização da prática do abuso do poder político exige a presença de um robusto conjunto probatório nos autos apto a demonstrar que o investigado utilizou-se indevidamente do seu cargo público para angariar vantagens pra si ou para outrem.* 2. *Na espécie, não há provas de que as contratações de servidores temporários pelo chefe do poder executivo, conduta devidamente sancionada com multa pecuniária por esta Justiça especializada nos termos do art. 73, V, da Lei n. 9.504/1997, violou a legitimidade e lisura do pleito, o que desautoriza reconhecer a prática do abuso do poder político.* 3. AIJE. Recurso especial de Charles Fernandes provido parcialmente para afastar a inelegibilidade, mantida a multa pecuniária pela prática de conduta vedada a agente público. 4. AIME. Agravos prejudicados devido ao término dos mandatos.
(TSE - REspEl: 20006 GUANAMBI - BA, Relator.: Min. Luís Roberto Barroso, Data de Julgamento: 16/12/2021, Data de Publicação: 22/03/2022).
No que refere à legitimidade, prevê expressamente o Art. 22, da LC 64/90,
Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito (...).
Nos termos do preceptivo, tem legitimidade ativa *qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral.*
No que concerne à legitimidade passiva, segundo Marcos Ramayana, em Direito Eleitoral, 15ª. Edição, Rio de Janeiro: Impetus, 2016, pode ser ocupado pelo candidato, pré-candidato e também qualquer pessoa que tenha contribuído para a prática abusiva, inclusive autoridades públicas.
Conforme Súmula 38 do TSE,
Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.
Não podem figurar no polo passivo Pessoas Jurídicas (TSE, Ag.Rg. na Rp 321.796, Relator Ministro Aldir Guimarães Passarinho Junior, julgada em 07/10/2010, DJe 30/11/2010), Coligações Partidárias e Partidos Políticos.

Postas essas premissas, elencado o objeto jurídico e legitimidade ativa e passiva, passo à análise do caso concreto.

Conforme consta da inicial, os investigados GENIR FERREIRA DA SILVA, em Conluio com sua candidata a vice-prefeita LUCIENE e o esposo desta, o senhor VALDEMIR ALVES DA SILVA, teriam praticado o ato de compra de votos, mediante oferecimento de dinheiro a eleitores do município.

Como prova do alegado, mencionam áudios que teriam circulado na *Urbe,* com os seguintes conteúdos, de Antônio Clebson dos Santos e Francisco de Sousa Araújo, respectivamente,

"Rapaz, eu tava decidido que ia votar no 15, aí, ehhh, eles tinha umas proposta boa e tal, mas só que ele não dá nada pra ninguém. Aí quando foi dias antes das eleição a Genir e o Solteiro chegaram aqui em casa, só chegarem aqui e me perguntam quanto é que era. Aí eu também estava precisando. Peguei e falei q meu voto era uns 500. Lá eles me deram. Votei pra eles, porque é hoje em dia é assim, a gente ajuda quem ajuda a gente."

"Eu falei assim: já era 15! Eu quase ia votando no quinze réi, tendeu? Se iludindo aqui pelos outro aqui, tendeu? Marraí o Solteiro vei aqui em casa, tendeu? Ai deixou quinhentão aqui em casa, ai eu peguei foi o dinherin dos candidato ai ó, ai os Aninha não me deram nada, só proposta besta, se lascaram eles, tendeu?, a gente tem que ficar é de fora dos políticos, tendeu? Da uma de difícil pro cara ganha dinheiro, eu aprendi foi isso aí na política, que tem que dá uma de difícil pro cara ganha dinheiro viu, aí o cara vê que o cara num... ai o Solteiro ficava rindo (vindo) aqui em casa e eu num tava aqui em casa, tendeu? ai ja vei nas últimas horas já aqui em casa, e ele achou aqui em casa, achou eu aqui em casa. Aí ele jogou quinhentão nim mim, oxi vou votar no Aninha se eles não me deram nenhum centavo?".

Entretanto, realizada a audiência de instrução, colheu-se o seguinte acervo probatório.

ANTÔNIO CLEBSON SOUSA SANTOS, declarou,

QUE o áudio é uma brincadeira. QUE não tinha intenção de prejudicar ninguém. QUE não recebeu visita dos candidatos investigados, e que mora em Campo Maior. QUE fez a brincadeira porque todos estavam falando também, e fez um áudio semelhante aos que estava ouvindo. QUE ouviu sobre compra de votos, com troca de favores, mas não sabe se é verdade. QUE não recebeu nenhum valor. QUE apenas ouviu sobre pessoas terem recebido dinheiro em troca de votos, mas não sabe se é verdade. QUE o áudio de sua autoria teria sido feito após as eleições. QUE o valor dito nas gravações, foi baseado nas informações que ouviu na Cidade. QUE reside em Campo Maior, e estuda de segunda a sexta-feira. QUE somente vai aos finais de semana à cidade de Boqueirão do Piauí, onde residem seus pais. QUE foi apenas no dia das eleições a Boqueirão do Piauí. QUE não recebeu nada e nem foi procurado por ninguém sobre as eleições. QUE pediram para a testemunha inventar a questão da compra de votos, e inventou a pedido de seu irmão.

FRANCISCO DE SOUZA ARAÚJO, declarou,

QUE nenhum dos investigados foram à sua casa. QUE nunca pediram voto ao declarante. QUE o áudio é do declarante, mas foi apenas uma brincadeira conversando com seu irmão. QUE não sabe para quem eu irmão enviou o áudio, mas foi uma brincadeira. QUE ninguém pediu para o declarante inventar as declarações constantes do áudio. QUE o áudio foi produzido após as eleições. QUE estava conversando com seu irmão, e seu irmão gravou a conversa. QUE estava conversando com seu irmão no mesmo ambiente e alguém gravou, mas não sabe se foi seu irmão ou outra pessoa. QUE não enviou o áudio para ninguém nem nunca recebeu qualquer valor de político.

O que se nota é a fragilidade das provas produzidas em sede judicial, que não demonstram, estreme de dúvidas, as condutas narradas na inicial, cuja gravidade salta aos olhos.

O que transpareceu, em vista da inexistência de força probatória quanto à condutas, foram supostas brincadeiras, no intuito mais de denigrir a imagem dos eleitos. Não foi produzida, portanto, prova no sentido de que tenha existido compra de votos, ou de outra conduta igualmente gravosa que tenha resultado em desequilíbrio do pleito eleitoral, comprometendo sua legitimidade, como tem exigido a doutrina e jurisprudência.

Ementa: Direito Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Abuso de poder econômico. Alegações de atividades gratuitas, distribuição de brindes e publicidade institucional com suposto caráter eleitoral . Ausência de provas robustas. Improcedência II. Questão em discussão. 2 . A questão em discussão consiste em verificar se as provas apresentadas evidenciam abuso de poder econômico capaz de comprometer a legitimidade e a normalidade do pleito. III. Razões de decidir 3. A contratação de serviços realizados em estradas foi comprovada mediante depoimentos claros e documentos, como notas fiscais, recibos e registros de pagamento, afastando a presunção de gratuidade e desvio de finalidade . Dispositivo e tese 7 . Recurso provido. Sentença reformada. Improcedência da AIJE. Tese de julgamento: "O abuso de poder econômico, para ser configurado, exige prova robusta e inequívoca de conduta capaz de comprometer a normalidade e legitimidade do pleito . A realização de atividades empresariais regulares, patrocínios de eventos e publicidade comercial sem pedido explícito de votos ou desvio de finalidade não configura, por si só, abuso de poder econômico."

TRE-PE - REI: 06001736320246170062 SERTÂNIA - PE 060017363, Relator.: Des. Rodrigo Cahu Beltrao, Data de Julgamento: 18/12/2024, Data de Publicação: DJE - 384 Diário de Justiça Eletrônico do TRE-PE, data 23/12/2024

Não sendo colacionada *prova robusta e inequívoca da conduta narrada,* de compra de votos pelos investigados, a improcedência se impõe.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos constantes desta AIJE, nos termos acima expostos.

Publique. Registre. Intimem-se.

Sem custas e honorários.

Transitada em julgado, baixa e arquivamento.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600001-33.2025.6.18.0071

PROCESSO	: 0600001-33.2025.6.18.0071 REPRESENTAÇÃO (BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REPRESENTADA	: GENIR FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
REPRESENTADA	: LUCIENE RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
REPRESENTANTE	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB
ADVOGADO	: ITALO RIBEIRO SILVA LIMA (23924/PI)
ADVOGADO	: LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA (7301/PI)
ADVOGADO	: THIAGO IBIAPINA COELHO (5960/PI)
ADVOGADO	: WALLYSON SOARES DOS ANJOS (10290/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI
REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600001-33.2025.6.18.0071 / 071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI
REPRESENTANTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB
Advogados do(a) REPRESENTANTE: THIAGO IBIAPINA COELHO - PI5960, ITALO RIBEIRO SILVA LIMA - PI23924, LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA - PI7301-A, WALLYSON SOARES DOS ANJOS - PI10290-A
REPRESENTADA: GENIR FERREIRA DA SILVA, LUCIENE RODRIGUES DA SILVA
Advogado do(a) REPRESENTADA: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
Advogado do(a) REPRESENTADA: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
DESPACHO
Vistos, etc.
Intimem-se as representadas, ora recorridas, via DJE, para apresentarem contrarrazões no prazo de 03 (três) dias.
Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos para o E. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, para apreciação.
Expedientes necessários.
Cumpra-se.
Capitão de Campos/PI, datado e assinado eletronicamente.
Sandro Francisco Rodrigues
Juiz Titular da 71ª Zona Eleitoral do TRE-PI

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL(11527) Nº 0600245-93.2024.6.18.0071

PROCESSO	: 0600245-93.2024.6.18.0071 AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI**
AUTOR	: A MUDANÇA QUE O POVO QUER [PP/MDB] - BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI
ADVOGADO	: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA (17878/PI)
AUTOR	: ANTONIO LUIS SILVA
ADVOGADO	: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA (17878/PI)
AUTOR	: FRANCISCO PINTO RIBEIRO
ADVOGADO	: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA (17878/PI)
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INVESTIGADO	: GENIR FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
INVESTIGADO	: LUCIENE RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)
INVESTIGADO	: VALDEMIR ALVES DA SILVA
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0600245-93.2024.6.18.0071 / 071ª ZONA ELEITORAL DE CAPITÃO DE CAMPOS PI
AUTOR: ANTONIO LUIS SILVA, FRANCISCO PINTO RIBEIRO, A MUDANÇA QUE O POVO QUER [PP/MDB] - BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI
Advogado do(a) AUTOR: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA - PI17878-A
Advogado do(a) AUTOR: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA - PI17878-A
Advogado do(a) AUTOR: MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA - PI17878-A
INVESTIGADO: GENIR FERREIRA DA SILVA, LUCIENE RODRIGUES DA SILVA, VALDEMIR ALVES DA SILVA
Advogado do(a) INVESTIGADO: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
Advogado do(a) INVESTIGADO: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
Advogado do(a) INVESTIGADO: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO - PI22382
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE), formulada pela Coligação Majoritária "A MUDANÇA QUE O POVO QUER" Compostas Pelos Partidos PP e MDB do Município de Boqueirão - PI, neste ato representada por neste ato representada por ANTÔNIO JOSÉ SILVA, brasileiro, solteiro(o), fisioterapeuta, inscrito no CPF n° 934.273.523-15, RG n° 2104492, com inscrição eleitoral n° 028665201511, residente e domiciliado na Rua 7 De Setembro, S/N, Centro, Boqueirão Do Piauí- Pi, CEP: 64283-000, com endereço eletrônico: antoniojoseaninha@hotmail.com, ANTONIO LUIS SILVA, brasileiro, solteiro, médico, portador do CPF n° 642.015.463-49, residente na Rua Sete de Setembro, S/N, bairro Centro, município de Boqueirão do Piauí-PI, CEP 64.283-000 e FRANCISCO PINTO RIBEIRO, candidato a vice-prefeito, CPF nº 240.377.883-49, Residente na AV. PRIMAVERA, 1205, Bairro Centro, de Boqueirão do Piauí-PI, CEP 64.270 000, respectivamente Candidatos a prefeito e vice-prefeito, em face de GENIR FERREIRA DA SILVA, candidata a cargo político eletivo, inscrita no CPF sob o n.º 001.144.553-09, com endereço na Rua Cicero Pinto, S/N, Centro, CEP 64283-000, Boqueirão do Piauí, a vice LUCIENE RODRIGUES DA SILVA, brasileira, casada, candidata ao cargo de Vice-prefeita, portadora do CPF nº 929.760.933-34, com endereço na Rua Maria Saraiva Costa, nº 168, Centro, Boqueirão do Piauí, CEP: 64.283-000, registro de candidatura nos autos do processo 0600111-66.2024.6.18.0071, e de VALDEMIR ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, Comerciante, portador do CPF nº 395.033.643 53, residente e domiciliado na Rua Maria Saraiva Costa, nº 168, Centro, Boqueirão do Piauí-PI, CEP: 64.283-000.
Aduz a inicial que, anteriormente ao dia da votação no pleito de 2024, durante a Campanha Eleitoral os Representados, Sra. GENIR FERREIRA DA SILVA, em conluio com sua candidata a vice-prefeita LUCIENE e o esposo desta, o senhor VALDEMIR ALVES DA SILVA, oferecem e entregaram dinheiro em troca de votos.
Consta que circularam áudios em vários grupos através do aplicativo de conversa Whatsapp por toda cidade de Boqueirão do Piauí, e que os promoventes, de posse desses áudios, procederam em uma investigação em busca de identificar quem seriam as pessoas que os fizeram.
Anotam que conseguiram identificar um deles, como sendo de Antônio Clebson Sousa Santos (86) 98141-6973, filho de Antônia Silva de Sousa, Residência na localidade Santana, mas estuda em Campo Maior, tendo como residência temporária enquanto estuda naquela cidade no endereço rua Alípio Ibiapina, sn, Bairro Santa Cruz
Informam um segundo áudio foi identificado sendo de Francisco de Souza Araújo, filho de Maria Odorico de Sousa Araújo, residente na Avenida Primavera, SN, Centro de boqueirão do Piauí, conhecido como Chaguinha e trabalha como Pedreiro (86)98173-8787.

Um terceiro áudio, de uma mulher que também circulou na cidade, que não foi identificada a autoria, mas se presumiria que tal prática não é isolada.
Pelos fatos, requerem a aplicação do disposto no art. 22, caput e inciso XIV, da LC nº 64/90, c/c o art. 41-A, da Lei 9.504/97.
Despacho de ID 122953155 , determinando a citação dos investigados.
Defesa da investigada LUCIENE RODRIGUES DA SILVA, junto ao ID 123550726 .
Preliminarmente, requer a extinção do feito pela inépcia da inicial, ante a ausência de fato ou fundamentação jurídica, havendo apenas uma série de áudios não especificados e datados.
No mérito, argumenta a imprestabilidade da mídia anexada, posto que não acompanhada das respectivas transcrições.
Defendem ainda, a inexistência de provas que caracterizem o abuso de poder político ou econômico, de modo a comprometer a legitimidade do pleito e a paridade de armas entre candidatos.
Defesa dos investigados GENIR FERREIRA DA SILVA E VALDEMIR ALVES DA SILVA, apresentadas no ID 123560485 .
Preliminarmente, requer a extinção do feito pela inépcia da inicial, ante a ausência de fato ou fundamentação jurídica, havendo apenas uma série de áudios não especificados e datados.
No mérito, argumenta a imprestabilidade da mídia anexada, posto que não acompanhada das respectivas transcrições.
Defendem ainda, a inexistência de provas que caracterizem o abuso de poder político ou econômico, de modo a comprometer a legitimidade do pleito e a paridade de armas entre candidatos.
Ata de audiência de instrução constante do ID 123913390 , realizada na data de 13/05/2025.
Alegações finais dos investigantes no ID 123917360 , nas quais requerem a procedência dos pedidos iniciais.
Alegações finais dos investigados no ID 123917470 , nas quais requerem a improcedência do feito.
Parecer do MPE no ID 123931903 , no qual se manifesta pela improcedência do feito, mencionando que os autos não apresentam substrato suficientemente capaz de comprovar as alegativas da inicial, porquanto desprovida de quaisquer elementos mínimos, robustos e inconcussos da prática dos ilícitos descritos, que possibilitem o aparato sancionatório da Justiça Eleitoral para o caso.
É o relatório.
DECIDO.
A Ação de Investigação Judicial Eleitoral tem previsão no Art. 14, §9°, da Constituição Federal, em que são previstas situações de inelegibilidade com a precípua finalidade de garantir o processo eleitoral das intempéries do poder econômico.
Ensinam Flávio Cheim Jorge, Ludgero Liberato e Marcelo Abelha Rodrigues, em Curso de Direito Eleitoral, Editora JusPodivm, 2016,
"É evidente que a ação de investigação judicial eleitoral tem assento cativo no art. 14, §9°, da CF /1988, pois é a técnica que o julgador encontrou de criar situações de inelegibilidade que visem à proteção da legitimidade e normalidade contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
Em suma, a ação de investigação judicial eleitoral consiste na demanda prevista no Direito Eleitoral com a finalidade precípua de condenar o réu com a sanção de inelegibilidade. O art. 22, XIV, da LC 64/90, diz literalmente que se "declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade".
(...).

Como dito, a AIJE foi concebida para condenar o réu com a sanção de inelegibilidade ante o reconhecimento da prática do abuso de poder. Assim, sua causa de pedir reside na existência do abuso de poder genérico (político ou econômico) e seu pedido na declaração de inelegibilidade por 08 anos e cassação do registro ou do diploma." Pág. 541. (Grifos e negritos meus).

No que concerne ao abuso do poder econômico ou político, leciona Marcos Ramayana, em Direito Eleitoral, 15ª. Edição, Rio de Janeiro: Impetus, 2016,

"O abuso do poder político ou econômico é toda a conduta ativa ou omissiva que tenha gravidade para atingir o equilíbrio entre candidatos que almejam determinado pleito eleitoral.

O abuso se traduz em uma ação que acarreta gravidade no equilíbrio ideal entre os candidatos, sendo uma espécie de concorrência desleal que abala a competição, podendo levar ou não o infrator à vitória no pleito eleitoral.

A magnitude lesiva é verificada por exemplos concretos, casuisticamente, tais como: fornecimento de alimentos, utilização indevida de servidores, realização de concurso público em período não autorizado por lei, recebimento de dinheiro de sindicato ou organização estrangeira, uso de material público, desvio de verbas, etc. Geralmente, os atos de abuso também acarretam consequências penais ou à luz da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n°. 8.429/1992).

(...).

O abuso do poder é uma expressão que também se exterioriza pelo excesso ou desvio de poder. O excesso é medido pela quantidade dos bens e serviços, enquanto o desvio se perscruta pela quantidade desses valores públicos, quando a finalidade é destinada ao benefício de uma candidatura ou de um grupo de candidatos." (Pág. 786 e 787). Grifos e negritos meus.

Continua a autor,

"Quanto à natureza jurídica, a maioria da doutrina entende que uma ação cognitiva com carga decisória de consistência desconstitutiva ou constitutiva negativa (no caso em que cassa o registro) e carga puramente declaratória (no caso em que se declara a inelegibilidade por oito anos). A inelegibilidade é contada da data da eleição (outubro do ano eleitoral).

Cumpre ressaltar que a natureza jurídica da representação do art. 22 da Lei Complementar n°. 64 /90, que é procedimento comum adotado para o abuso do poder econômico ou político, captação ilícita de sufrágio, de recursos eleitorais e a ação contra doadores que extrapolam os limites legais permitidos e condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais (art. 41-A e 30-A e 73, §12°, da Lei das Eleições) não é penal, em bora possa servir como prova emprestada para futuras ações penais. Pág. 789.

No que concerne ao bem jurídico tutelado, ensina o doutrinar,

"Normalidade e legitimidade das eleições e interesse público primário da lisura eleitoral. A tutela jurisdicional subsume-se nos valores fundamentais à eficácia social do regime representativo.

Para a caracterização do abuso do poder econômico ou político, é necessária a prova da (gravidade), (...). Pág. 799.

(...).

Afigura-se relevante destacar que a sanção de inelegibilidade ou cassação do registro ou diploma leva em consideração o desequilíbrio causado com a prática da ação comissiva por parte do infrator ou de seus cabos-eleitorais e simpatizantes em geral. Pág. 800. (Grifos e negritos meus).

Ensinam Marcos Ramayana, em Direito Eleitoral, 15ª. Edição, Rio de Janeiro: Impetus, 2016,

(...) A Ação de Investigação Judicial Eleitoral parte exatamente do pressuposto de que há uma candidatura deferida, ou em processo para deferimento, e busca desconstituí-la pelo fato de que quem pleiteia o cargo eletivo praticou ato de grande gravidade para as eleições, tenham sido estes antes, ou depois, do pedido de registro. Pág. 543. (Grifos e negritos meus).

No mesmo sentido a jurisprudência,

ELEIÇÕES 2016. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO ELEITORAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. CARACTERIZAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ART. 73, V, DA LEI 9.504/1997. MULTA. INEXISTÊNCIA. PROVA. BENEFÍCIO. CANDIDATO. ABUSO DO PODER POLÍTICO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. *1. A caracterização da prática do abuso do poder político exige a presença de um robusto conjunto probatório nos autos apto a demonstrar que o investigado utilizou-se indevidamente do seu cargo público para angariar vantagens pra si ou para outrem.* 2. *Na espécie, não há provas de que as contratações de servidores temporários pelo chefe do poder executivo, conduta devidamente sancionada com multa pecuniária por esta Justiça especializada nos termos do art. 73, V, da Lei n. 9.504/1997, violou a legitimidade e lisura do pleito, o que desautoriza reconhecer a prática do abuso do poder político.* 3. AIJE. Recurso especial de Charles Fernandes provido parcialmente para afastar a inelegibilidade, mantida a multa pecuniária pela prática de conduta vedada a agente público. 4. AIME. Agravos prejudicados devido ao término dos mandatos. (TSE - REspEl: 20006 GUANAMBI - BA, Relator.: Min. Luís Roberto Barroso, Data de Julgamento: 16/12/2021, Data de Publicação: 22/03/2022).

No que refere à legitimidade, prevê expressamente o Art. 22, da LC 64/90,

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito (...).

Nos termos do preceptivo, tem legitimidade ativa *qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral.*

No que concerne à legitimidade passiva, segundo Marcos Ramayana, em Direito Eleitoral, 15ª. Edição, Rio de Janeiro: Impetus, 2016, pode ser ocupado pelo candidato, pré-candidato e também qualquer pessoa que tenha contribuído para a prática abusiva, inclusive autoridades públicas.

Conforme Súmula 38 do TSE,

Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.

Não podem figurar no polo passivo Pessoas Jurídicas (TSE, Ag.Rg. na Rp 321.796, Relator Ministro Aldir Guimarães Passarinho Junior, julgada em 07/10/2010, DJe 30/11/2010), Coligações Partidárias e Partidos Políticos.

Postas essas premissas, elencado o objeto jurídico e legitimidade ativa e passiva, passo à análise do caso concreto.

Conforme consta da inicial, os investigados GENIR FERREIRA DA SILVA, em Conluio com sua candidata a vice-prefeita LUCIENE e o esposo desta, o senhor VALDEMIR ALVES DA SILVA, teriam praticado o ato de compra de votos, mediante oferecimento de dinheiro a eleitores do município.

Como prova do alegado, mencionam áudios que teriam circulado na *Urbe,* com os seguintes conteúdos, de Antônio Clebson dos Santos e Francisco de Sousa Araújo, respectivamente,

"Rapaz, eu tava decidido que ia votar no 15, aí, ehhh, eles tinha umas proposta boa e tal, mas só que ele não dá nada pra ninguém. Aí quando foi dias antes das eleição a Genir e o Solteiro chegaram aqui em casa, só chegarem aqui e me perguntam quanto é que era. Aí eu também estava precisando. Peguei e falei q meu voto era uns 500. Lá eles me deram. Votei pra eles, porque é hoje em dia é assim, a gente ajuda quem ajuda a gente."

"Eu falei assim: já era 15! Eu quase ia votando no quinze réi, tendeu? Se iludindo aqui pelos outro aqui, tendeu? Marraí o Solteiro vei aqui em casa, tendeu? Ai deixou quinhentão aqui em casa, ai eu peguei foi o dinherin dos candidato ai ó, ai os Aninha não me deram nada, só proposta besta, se lascaram eles, tendeu?, a gente tem que ficar é de fora dos políticos, tendeu? Da uma de difícil pro cara ganha dinheiro, eu aprendi foi isso aí na política, que tem que dá uma de difícil pro cara ganha dinheiro viu, aí o cara vê que o cara num... ai o Solteiro ficava rindo (vindo) aqui em casa e eu num tava aqui em casa, tendeu? ai ja vei nas últimas horas já aqui em casa, e ele achou aqui em casa, achou eu aqui em casa. Aí ele jogou quinhentão nim mim, oxi vou votar no Aninha se eles não me deram nenhum centavo?".

Entretanto, realizada a audiência de instrução, colheu-se o seguinte acervo probatório.

ANTÔNIO CLEBSON SOUSA SANTOS, declarou,

QUE o áudio é uma brincadeira. QUE não tinha intenção de prejudicar ninguém. QUE não recebeu visita dos candidatos investigados, e que mora em Campo Maior. QUE fez a brincadeira porque todos estavam falando também, e fez um áudio semelhante aos que estava ouvindo. QUE ouviu sobre compra de votos, com troca de favores, mas não sabe se é verdade. QUE não recebeu nenhum valor. QUE apenas ouviu sobre pessoas terem recebido dinheiro em troca de votos, mas não sabe se é verdade. QUE o áudio de sua autoria teria sido feito após as eleições. QUE o valor dito nas gravações, foi baseado nas informações que ouviu na Cidade. QUE reside em Campo Maior, e estuda de segunda a sexta-feira. QUE somente vai aos finais de semana à cidade de Boqueirão do Piauí, onde residem seus pais. QUE foi apenas no dia das eleições a Boqueirão do Piauí. QUE não recebeu nada e nem foi procurado por ninguém sobre as eleições. QUE pediram para a testemunha inventar a questão da compra de votos, e inventou a pedido de seu irmão.

FRANCISCO DE SOUZA ARAÚJO, declarou,

QUE nenhum dos investigados foram à sua casa. QUE nunca pediram voto ao declarante. QUE o áudio é do declarante, mas foi apenas uma brincadeira conversando com seu irmão. QUE não sabe para quem eu irmão enviou o áudio, mas foi uma brincadeira. QUE ninguém pediu para o declarante inventar as declarações constantes do áudio. QUE o áudio foi produzido após as eleições. QUE estava conversando com seu irmão, e seu irmão gravou a conversa. QUE estava conversando com seu irmão no mesmo ambiente e alguém gravou, mas não sabe se foi seu irmão ou outra pessoa. QUE não enviou o áudio para ninguém nem nunca recebeu qualquer valor de político.

O que se nota é a fragilidade das provas produzidas em sede judicial, que não demonstram, estreme de dúvidas, as condutas narradas na inicial, cuja gravidade salta aos olhos.

O que transpareceu, em vista da inexistência de força probatória quanto à condutas, foram supostas brincadeiras, no intuito mais de denigrir a imagem dos eleitos. Não foi produzida, portanto, prova no sentido de que tenha existido compra de votos, ou de outra conduta igualmente gravosa que tenha resultado em desequilíbrio do pleito eleitoral, comprometendo sua legitimidade, como tem exigido a doutrina e jurisprudência.

Ementa: Direito Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Abuso de poder econômico. Alegações de atividades gratuitas, distribuição de brindes e publicidade institucional com suposto caráter eleitoral . Ausência de provas robustas. Improcedência II. Questão em discussão. 2 . A questão em discussão consiste em verificar se as provas apresentadas evidenciam abuso de poder econômico capaz de comprometer a legitimidade e a normalidade do pleito. III. Razões de decidir 3. A contratação de serviços realizados em estradas foi comprovada mediante depoimentos claros e documentos, como notas fiscais, recibos e registros de pagamento, afastando a presunção de gratuidade e desvio de finalidade . Dispositivo e tese 7 . Recurso provido. Sentença reformada. Improcedência da AIJE. Tese de julgamento: "O abuso de poder

econômico, para ser configurado, exige prova robusta e inequívoca de conduta capaz de comprometer a normalidade e legitimidade do pleito . A realização de atividades empresariais regulares, patrocínios de eventos e publicidade comercial sem pedido explícito de votos ou desvio de finalidade não configura, por si só, abuso de poder econômico."

TRE-PE - REI: 06001736320246170062 SERTÂNIA - PE 060017363, Relator.: Des. Rodrigo Cahu Beltrao, Data de Julgamento: 18/12/2024, Data de Publicação: DJE - 384 Diário de Justiça Eletrônico do TRE-PE, data 23/12/2024

Não sendo colacionada *prova robusta e inequívoca da conduta narrada,* de compra de votos pelos investigados, a improcedência se impõe.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos constantes desta AIJE, nos termos acima expostos.

Publique. Registre. Intimem-se.

Sem custas e honorários.

Transitada em julgado, baixa e arquivamento.

EDITAIS

ALISTAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS DEFERIDOS - LOTES 26/2025 AO 30 /2025

Edital Nº 17/2025 - TRE/71A ZONA

ALISTAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS

O Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral da 71ª Zona Eleitoral do Piauí, com sede em Capitão de Campos e foro nos municípios de Boqueirão do Piauí, Capitão de Campos e Cocal de Telha, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao disposto Resolução TSE nº 23.659/2021 e na Lei nº 6.996/82 etc.,

TORNA PÚBLICA, pelo prazo de 10 (dez) dias, em cumprimento ao disposto no art. 57, da Resolução TSE nº 23.659/2021, a relação de eleitores que requereram Alistamento eleitoral e Transferência de título no Cartório Eleitoral da 71ª ZE/PI, relativo ao Lotes RAE 26/2025, 27/2025, 28/2025, e 30/2025(conforme anexo). E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, determinou o M.M. Juiz Eleitoral a expedição do presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, bem como no lugar de costume deste Cartório Eleitoral. Dado e passado nesta cidade de Capitão de Campos, Estado do Piauí, datado e assinado eletronicamente. Eu, Maria Dilma de Andrade Gomes Carvalho, Assistente I da 71ª Zona /PI, digitei.

SANDRO FRANCISCO RODRIGUES

Juiz da 71ª Zona Eleitoral do TRE-PI

ANEXO AO EDITAL 17/2025 - TRE/71A - ZONA -CAPITÃO DE CAMPOS-PI- Parâmetros: Período: 24/04/2025 a 11/05/2025.

DEFERIDOS

ZONA: 071 Município: 10472 - CAPITÃO DE CAMPOS - PI - LOTE 26/2025

Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação

FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO FILHO xxxx 6331 xxxx 0026/2025Transferência 13/05/2025

LINDOMAR JOSÉ DA SILVA xxxx 6611 xxxx 0026/2025Transferência 19/05/2025

Total de requerimentos deferidos : 2

ZONA: 071 Município: 12149 - BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI - LOTE 26/2025

Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação

ANTONIA JANAYLSA ANDRADE DE ARAUJO xxxx 7780 xxxx 0026/2025Transferência 23/05 /2025

ANTONIO DOS SANTOS BARBOSA xxxx 3404 xxxx 0026/2025Transferência 20/05/2025
Total de requerimentos deferidos : 2
ZONA: 071 Município: 12360 - COCAL DE TELHA - PI -LOTE 26/2025
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
FRANCISCO RAY FERREIRA DA SILVA xxxx 3001 xxxx 0026/2025Alistamento 19/05/2025
Total de requerimentos deferidos : 1
:
ZONA: 071 Município: 10472 - CAPITÃO DE CAMPOS - PI
ZONA: 071 Município: 10472 - CAPITÃO DE CAMPOS - PI - LOTE 27/2025
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
FRANCISCO GUSTAVO NOGUEIRA DO NASCIMENTO xxxx 3003 xxxx 0027/2025Alistamento 30 /05/2025
LEONARDO DA SILVA SANTOS xxxx 3573 xxxx 0027/2025Transferência 29/05/2025
Total de requerimentos deferidos : 2
ZONA: 071 Município: 10472 - CAPITÃO DE CAMPOS - PI - LOTE 28/2025
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
KEMILLY MAYARA OTAVIANO RODRIGUES xxxx 3004 xxxx 0028/2025Alistamento 03/06/2025
RAYANNE RODRIGUES DA SILVA xxxx 3005 xxxx 0028/2025Alistamento 03/06/2025
WANDEMARIA RODRIGUES xxxx 7391 xxxx 0028/2025Transferência 03/06/2025
Total de requerimentos deferidos : 3
ZONA: 071 Município: 12149 - BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI- LOTE 28/2025
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
LORRANE WIRES CARDOSO xxxx 7453 xxxx 0028/2025Transferência 03/06/2025
Total de requerimentos deferidos : 1
ZONA: 071 Município: 10472 - CAPITÃO DE CAMPOS - PI - LOTE 30/2025
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
ANTONIO FRANCISCO PORTELA DA SILVA xxxx 3007 xxxx 0030/2025Alistamento 09/06/2025
PEDRO LUCAS DA SILVA COSTA xxxx 3006 xxxx 0030/2025Alistamento 09/06/2025
SILVANA MARIA DE OLIVEIRA xxxx 7578 xxxx 0030/2025Transferência 09/06/2025
Total de requerimentos deferidos : 3

72ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600475-35.2024.6.18.0072

PROCESSO	: 0600475-35.2024.6.18.0072 REPRESENTAÇÃO (ITAUEIRA - PI)
RELATOR	**: 072ª ZONA ELEITORAL DE ITAUEIRA PI**
Parte	: SIGILOSO
Parte	: SIGILOSO
ADVOGADO	: ADRIANO BESERRA COELHO (3123/PI)
Parte	: SIGILOSO
ADVOGADO	: CELSO DE FARIA MONTEIRO (138436/SP)
Parte	: SIGILOSO

JUSTIÇA ELEITORAL

072ª ZONA ELEITORAL DE ITAUEIRA PI
REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600475-35.2024.6.18.0072 / 072ª ZONA ELEITORAL DE ITAUEIRA PI
REPRESENTANTE: ANTONIO LUIS DA COSTA FEITOSA
Advogado do(a) REPRESENTANTE: ADRIANO BESERRA COELHO - PI3123
INTERESSADO: FACEBOOK BRASIL
REPRESENTADO: JUVENTUDE RIOGRANDENSE CONSCIENTE
Advogado do(a) INTERESSADO: CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP138436-A
SENTENÇA
Vistos etc.
Trata-se de representação apresentada por ANTONIO LUIS DA COSTA FEITOSA, Candidato a Prefeito pelo Partido Socialista Democrático - PSD, no Município de Rio Grande do Piauí, no Pleito Eleitoral de 2024, em desfavor do Responsável/Administrador pelo perfil do *Facebook* denominado de: Juventude Riograndense Consciente (https://www.facebook.com/profile.php?id=100004087330495), pela suposta prática de propaganda eleitoral negativa - "*Fake News*", com pedido de liminar (123017806).
Segundo narrado na inicial, teria ocorrido grave caso de compartilhamento de desinformação com significativo impacto no processo eleitoral de 2024. Narra que se estaria veiculando, através do perfil do *Facebook* denominado de Juventude Riograndense Consciente, postagem descontextualizada com o objetivo de manipular o eleitor com falsificação da realidade, buscando induzir o eleitor a pensar de determinada forma, manipulando informações, ao divulgar imagem contida na página do divulgacand do *site* da Justiça Eleitoral relacionada às eleições de 2008, quando o representante teria sido candidato a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB e tivera sua candidatura indeferida/inapta. Alega que a intenção do administrador é exatamente informar ao eleitorado da cidade uma inverdade, aproveitando-se de uma situação ocorrida em 2008, como se fosse atual, confundido a cabeça do eleitor, o que deveria ser imediatamente ceifado pela Justiça Eleitoral.
Pede a concessão de liminar para determinar a retirada da publicação com conteúdo falso e negativo da rede, sob pena de multa diária por descumprimento, com base no § 3º do art. 57-D, da Lei 9.504/97, bem como, a determinação de diligências por este Juízo Eleitoral, nos termos dos §§ 1º e 1º-B, do art. 17, da Resolução TSE n. 23.608/2019 e § 1º do art. 319, do CPC/2015, para identificação dos responsáveis pelos perfis do Facebook: Juventude Riograndense Consciente (https://www.facebook.com/profile.php?id=100004087330495), com expedição de determinação para que a empresa controladora e provedora do FACEBOOK entregue em Juízo todos os dados que possibilitem a identificação dos administradores dos perfis acima citados, como registros de conexão e de acesso (IPs), nos termos dos arts. 39 e 40 da Resolução TSE nº 23.610/2019, sob pena de multa por eventual descumprimento.
Com a inicial, vieram procuração e documentos (123017808, 123017810, 123018214, 123018216).
Foi deferida a medida liminar pleiteada, determinando-se a notificação do responsável pelo perfil do Facebook para retirada da publicação com conteúdo falso referido nos autos, no prazo de 06 (seis) horas, sob pena de multa. Da mesma forma, determinou-se a notificação da empresa controladora e provedora do FACEBOOK para informar todos os dados que permitam a correta identificação dos administradores dos perfis acima citados, como registros de conexão e de acesso (IPs), nos últimos 07 (sete) dias, sob pena de incidência em multa (123019866).
Notificado (123020573), o Facebook habilitou-se nos autos e prestou informações (123026410).
Certificou-se sobre a citação dos responsáveis pelo perfil representado (123038932), por e-mail, sem apresentação e resposta no prazo concedido (123132831).

Determinou-se a intimação do representante para manifestar-se nos autos, requerendo o que entender cabível em face dos representados (123563692).
Intimado (123564928), o representante não se manifestou.
Tendo vista dos autos, o Ministério Público Eleitoral pugnou pela procedência parcial da representação, apenas para remover as publicações ofensiva ao representante, sem aplicação de penalidade ao representado em face da ausência de provas quanto à autoria das publicações (123782874).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Fundamento e decido.
Do que se observa nos autos, por ocasião do ajuizamento da presente representação, pretendeu o então candidato representante a retirada de publicação com conteúdo falso ("*Fake News*") e negativo da rede mundial de computadores, pelo que pediu o deferimento de medida liminar para coibir o ato que considerou ilícito eleitoral. Quando da análise do pedido liminar, ainda em juízo sumário, consideraram-se presentes os requisitos autorizadores da tutela de urgência requerida pela parte representante, pelo que se deferiu liminarmente o provimento visando proibir a divulgação do conteúdo questionado, sob pena de multa.
De outro lado, após as notificações/citações, possibilitada a instrução do feito com documentos e informações apresentados, observando-se o contraditório, considera-se mantida a compreensão a que se chegou quando da análise liminar, no sentido de ser necessária a retirada da propaganda eleitoral negativa combatida na demanda, por constituir ilícito eleitoral.
Com efeito, conforme já referido no âmbito da decisão liminar, os documentos apresentados pela parte representante com a inicial, analisados em conjunto, levam à convicção da verossimilhança dos fatos articulados, no sentido de ter havido descumprimento da legislação eleitoral, com a publicação de informação falsa em rede social da internet, com possível repercussão negativa na campanha eleitoral. De fato, nota-se que, no perfil do Facebook questionado, publicou-se conteúdo descontextualizado e cronologicamente anacrônico, tendo elevado potencial de manipular o eleitor com falsificação da realidade, já que se divulgou, no curso da campanha eleitoral de 2024, imagem contida na página do divulgacand do *site* da Justiça Eleitoral relacionada às eleições de 2008, quando o representante teria sido candidato a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB e tivera sua candidatura indeferida/inapta. Conforme alegou o representante, há evidência de que a intenção do administrador seria informar ao eleitorado uma inverdade, aproveitando-se de uma situação ocorrida em 2008, como se atual fosse.
No que se refere à manifestação de terceiros em ambiente de internet, a lei eleitoral, sedimentando o princípio constitucional da liberdade de expressão e de informação (art. 5º, IV, XIV, e art. 220 da Constituição Federal), assegura a possibilidade de as pessoas manifestarem-se livremente, inclusive sobre temas políticos, desde que se evite o anonimato, assegurado o direito de resposta. Nesse sentido, é o teor do art. 57-D da Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições):
Art. 57-D. É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores - internet, assegurado o direito de resposta, nos termos das alíneas *a*, *b* e *c* do inciso IV do § 3º do art. 58 e do 58-A, e por outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)
Regulamentando os termos da lei, o Tribunal Superior Eleitoral editou a Resolução TSE n. 23.610 /2019, que em seu art. 27, § 1º, reforça a liberdade de manifestação na internet, com vedação do anonimato, cuja limitação somente se pode dar em caso de ofensa à honra ou à imagem de quem disputa as eleições ou das agremiações partidárias, ou em caso de divulgação de fatos sabidamente inverídicos. Veja-se o texto do normativo:

Art. 27. É permitida a propaganda eleitoral na internet a partir do dia 16 de agosto do ano da eleição (Lei nº 9.504/1997, art. 57- A) .

§ 1º A livre manifestação do pensamento de pessoa eleitora identificada ou identificável na internet somente é passível de limitação quando ofender a honra ou a imagem de candidatas, candidatos, partidos, federações ou coligações, ou divulgar fatos sabidamente inverídicos, observado o disposto no art. 9º-A desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021)

§ 2º As manifestações de apoio ou crítica a partido político ou a candidata ou candidato ocorridas antes da data prevista no caput deste artigo, próprias do debate democrático, são regidas pela liberdade de manifestação. (Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021)

Conforme acima referido, no caso destes autos, tem-se a existência de postagem em página do Facebook com conteúdo supostamente falso ("*Fake News*") ou com distorção da realidade, eis que apesentaria a candidatura do representante como "indeferida/inapta" pela Justiça Eleitoral, divulgando imagem contida na página do divulgacand do *site* da Justiça Eleitoral como se relacionada ao pleito eleitoral de 2024, ao passo que fora situação relativa às eleições de 2008, quando o representante teria sido candidato a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB. Por certo, tem-se que a divulgação da informação no momento do pleito eleitoral tem elevado potencial manipulador da informação, pois não havia indeferimento/inaptidão do candidato representante no pleito de 2024, o que poderia induzir o leitorado a erro, constituindo desinformação.

Sabe-se que a jurisprudência dos tribunais eleitorais inclina-se no sentido de permitir maior liberdade de manifestação de crítica em desfavor de pessoas que ocupam ou disputam cargos públicos, pois inerente ao regime democrático o escrutínio popular da conduta dos gestores, para o qual contribuem os órgãos de imprensa, sem prejuízo da responsabilidade pelos abusos. Por outro lado, tem-se atuado para inibir as publicações de conteúdos sabidamente falsos ou que distorcem a realidade. Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado:

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL NEGATIVA. CARACTERIZAÇÃO. ABUSO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO. OFENSA À HONRA E IMAGEM DE CANDIDATA. NOTÍCIA FALSA (FAKE NEWS). DESCABIMENTO DE MULTA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO ELEITORAL. 1. A livre manifestação do pensamento, a liberdade de imprensa e o direito de crítica não encerram direitos ou garantias de caráter absoluto, atraindo a sanção da lei eleitoral, a posteriori, no caso de ofensa a outros direitos, como os de personalidade. 2. Caso em que a matéria publicada pela recorrente difundiu notícia falsa (fake news) e maculou a reputação da candidata recorrida. 3. A propaganda eleitoral negativa por meio da internet durante o período eleitoral não enseja a aplicação de multa, mas somente direito de resposta ou remoção do conteúdo, salvo se houver descumprimento de determinação judicial ou prática de anonimato, não sendo a hipótese dos autos. Afastamento da multa aplicada. (Precedentes) 4. Conhecimento e provimento do Recurso Eleitoral.

(TRE-MA - REI: 0601248-78.2020 .6.10.0093 RAPOSA - MA 060124878, Relator.: Lino Sousa Segundo, Data de Julgamento: 26/06/2023, Data de Publicação: DJE-119, data 07/07/2023)

Conforme já referido, no caso tratado nestes autos, é de se reconhecer a veiculação de informação distorcida, apresentando-se conteúdo de eleição anterior como se correspondente a fato do pleito de 2024, o que colocou em risco a campanha eleitoral do representante, que poderia ser afetado com a desinformação. Dessa forma, na linha da manifestação do Ministério Público Eleitoral, tem-se que a liminar deferida deve ser confirmada, para manter-se a retirada da publicação.

De outro lado, na mesma linha do parecer ministerial, entendo que não é o caso de aplicação de multa, eis que as diligências levadas a efeito não revelaram de forma clara o responsável efetivo pela publicação no perfil do Facebook. De fato, as informações prestadas não esclareceram a

pessoa física responsável pela postagem questionada, sendo que não houve realização nem pedido de novas diligências por parte do representante, a fim de tentar esclarecer a autoria da publicação, inviabilizando a imposição de multa.

Pelo exposto, acolho a manifestação ministerial e, com fundamento no art. 57-D da Lei n. 9.504/97 c/c art. 27, § 1º, da Resolução do TSE n. 23.610/2019, julgo parcialmente procedente a representação, confirmando a decisão liminar para manter a retirada da publicação com conteúdo falso/distorcido referido nos autos, sob pena de multa diária por descumprimento já fixada.

Sem custas e sem condenação em honorários.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itaueira/PI, 16 de junho de 2025.

MÁRIO SOARES DE ALENCAR

Juiz Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600475-35.2024.6.18.0072

PROCESSO	: 0600475-35.2024.6.18.0072 REPRESENTAÇÃO (ITAUEIRA - PI)
RELATOR	**: 072ª ZONA ELEITORAL DE ITAUEIRA PI**
Parte	: SIGILOSO
ADVOGADO	: ADRIANO BESERRA COELHO (3123/PI)
Parte	: SIGILOSO
ADVOGADO	: CELSO DE FARIA MONTEIRO (138436/SP)
Parte	: SIGILOSO
Parte	: SIGILOSO

JUSTIÇA ELEITORAL

072ª ZONA ELEITORAL DE ITAUEIRA PI

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600475-35.2024.6.18.0072 / 072ª ZONA ELEITORAL DE ITAUEIRA PI

REPRESENTANTE: ANTONIO LUIS DA COSTA FEITOSA

Advogado do(a) REPRESENTANTE: ADRIANO BESERRA COELHO - PI3123

INTERESSADO: FACEBOOK BRASIL

REPRESENTADO: JUVENTUDE RIOGRANDENSE CONSCIENTE

Advogado do(a) INTERESSADO: CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP138436-A

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de representação apresentada por ANTONIO LUIS DA COSTA FEITOSA, Candidato a Prefeito pelo Partido Socialista Democrático - PSD, no Município de Rio Grande do Piauí, no Pleito Eleitoral de 2024, em desfavor do Responsável/Administrador pelo perfil do *Facebook* denominado de: Juventude Riograndense Consciente (https://www.facebook.com/profile.php?id=100004087330495), pela suposta prática de propaganda eleitoral negativa - "*Fake News"*, com pedido de liminar (123017806).

Segundo narrado na inicial, teria ocorrido grave caso de compartilhamento de desinformação com significativo impacto no processo eleitoral de 2024. Narra que se estaria veiculando, através do perfil do *Facebook* denominado de Juventude Riograndense Consciente, postagem descontextualizada com o objetivo de manipular o eleitor com falsificação da realidade, buscando

induzir o eleitor a pensar de determinada forma, manipulando informações, ao divulgar imagem contida na página do divulgacand do *site* da Justiça Eleitoral relacionada às eleições de 2008, quando o representante teria sido candidato a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB e tivera sua candidatura indeferida/inapta. Alega que a intenção do administrador é exatamente informar ao eleitorado da cidade uma inverdade, aproveitando-se de uma situação ocorrida em 2008, como se fosse atual, confundido a cabeça do eleitor, o que deveria ser imediatamente ceifado pela Justiça Eleitoral.

Pede a concessão de liminar para determinar a retirada da publicação com conteúdo falso e negativo da rede, sob pena de multa diária por descumprimento, com base no § 3º do art. 57-D, da Lei 9.504/97, bem como, a determinação de diligências por este Juízo Eleitoral, nos termos dos §§ 1º e 1º-B, do art. 17, da Resolução TSE n. 23.608/2019 e § 1º do art. 319, do CPC/2015, para identificação dos responsáveis pelos perfis do Facebook: Juventude Riograndense Consciente (https://www.facebook.com/profile.php?id=100004087330495), com expedição de determinação para que a empresa controladora e provedora do FACEBOOK entregue em Juízo todos os dados que possibilitem a identificação dos administradores dos perfis acima citados, como registros de conexão e de acesso (IPs), nos termos dos arts. 39 e 40 da Resolução TSE nº 23.610/2019, sob pena de multa por eventual descumprimento.

Com a inicial, vieram procuração e documentos (123017808, 123017810, 123018214, 123018216).

Foi deferida a medida liminar pleiteada, determinando-se a notificação do responsável pelo perfil do Facebook para retirada da publicação com conteúdo falso referido nos autos, no prazo de 06 (seis) horas, sob pena de multa. Da mesma forma, determinou-se a notificação da empresa controladora e provedora do FACEBOOK para informar todos os dados que permitam a correta identificação dos administradores dos perfis acima citados, como registros de conexão e de acesso (IPs), nos últimos 07 (sete) dias, sob pena de incidência em multa (123019866).

Notificado (123020573), o Facebook habilitou-se nos autos e prestou informações (123026410).

Certificou-se sobre a citação dos responsáveis pelo perfil representado (123038932), por e-mail, sem apresentação e resposta no prazo concedido (123132831).

Determinou-se a intimação do representante para manifestar-se nos autos, requerendo o que entender cabível em face dos representados (123563692).

Intimado (123564928), o representante não se manifestou.

Tendo vista dos autos, o Ministério Público Eleitoral pugnou pela procedência parcial da representação, apenas para remover as publicações ofensiva ao representante, sem aplicação de penalidade ao representado em face da ausência de provas quanto à autoria das publicações (123782874).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Do que se observa nos autos, por ocasião do ajuizamento da presente representação, pretendeu o então candidato representante a retirada de publicação com conteúdo falso ("*Fake News*") e negativo da rede mundial de computadores, pelo que pediu o deferimento de medida liminar para coibir o ato que considerou ilícito eleitoral. Quando da análise do pedido liminar, ainda em juízo sumário, consideraram-se presentes os requisitos autorizadores da tutela de urgência requerida pela parte representante, pelo que se deferiu liminarmente o provimento visando proibir a divulgação do conteúdo questionado, sob pena de multa.

De outro lado, após as notificações/citações, possibilitada a instrução do feito com documentos e informações apresentados, observando-se o contraditório, considera-se mantida a compreensão a que se chegou quando da análise liminar, no sentido de ser necessária a retirada da propaganda eleitoral negativa combatida na demanda, por constituir ilícito eleitoral.

Com efeito, conforme já referido no âmbito da decisão liminar, os documentos apresentados pela parte representante com a inicial, analisados em conjunto, levam à convicção da verossimilhança dos fatos articulados, no sentido de ter havido descumprimento da legislação eleitoral, com a publicação de informação falsa em rede social da internet, com possível repercussão negativa na campanha eleitoral. De fato, nota-se que, no perfil do Facebook questionado, publicou-se conteúdo descontextualizado e cronologicamente anacrônico, tendo elevado potencial de manipular o eleitor com falsificação da realidade, já que se divulgou, no curso da campanha eleitoral de 2024, imagem contida na página do divulgacand do *site* da Justiça Eleitoral relacionada às eleições de 2008, quando o representante teria sido candidato a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB e tivera sua candidatura indeferida/inapta. Conforme alegou o representante, há evidência de que a intenção do administrador seria informar ao eleitorado uma inverdade, aproveitando-se de uma situação ocorrida em 2008, como se atual fosse.

No que se refere à manifestação de terceiros em ambiente de internet, a lei eleitoral, sedimentando o princípio constitucional da liberdade de expressão e de informação (art. 5º, IV, XIV, e art. 220 da Constituição Federal), assegura a possibilidade de as pessoas manifestarem-se livremente, inclusive sobre temas políticos, desde que se evite o anonimato, assegurado o direito de resposta. Nesse sentido, é o teor do art. 57-D da Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições):

Art. 57-D. É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores - internet, assegurado o direito de resposta, nos termos das alíneas *a*, *b* e *c* do inciso IV do § 3º do art. 58 e do 58-A, e por outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

Regulamentando os termos da lei, o Tribunal Superior Eleitoral editou a Resolução TSE n. 23.610 /2019, que em seu art. 27, § 1º, reforça a liberdade de manifestação na internet, com vedação do anonimato, cuja limitação somente se pode dar em caso de ofensa à honra ou à imagem de quem disputa as eleições ou das agremiações partidárias, ou em caso de divulgação de fatos sabidamente inverídicos. Veja-se o texto do normativo:

Art. 27. É permitida a propaganda eleitoral na internet a partir do dia 16 de agosto do ano da eleição (Lei nº 9.504/1997, art. 57- A) .

§ 1º A livre manifestação do pensamento de pessoa eleitora identificada ou identificável na internet somente é passível de limitação quando ofender a honra ou a imagem de candidatas, candidatos, partidos, federações ou coligações, ou divulgar fatos sabidamente inverídicos, observado o disposto no art. 9º-A desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021)

§ 2º As manifestações de apoio ou crítica a partido político ou a candidata ou candidato ocorridas antes da data prevista no caput deste artigo, próprias do debate democrático, são regidas pela liberdade de manifestação. (Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021)

Conforme acima referido, no caso destes autos, tem-se a existência de postagem em página do Facebook com conteúdo supostamente falso ("*Fake News*") ou com distorção da realidade, eis que apesentaria a candidatura do representante como "indeferida/inapta" pela Justiça Eleitoral, divulgando imagem contida na página do divulgacand do *site* da Justiça Eleitoral como se relacionada ao pleito eleitoral de 2024, ao passo que fora situação relativa às eleições de 2008, quando o representante teria sido candidato a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB. Por

certo, tem-se que a divulgação da informação no momento do pleito eleitoral tem elevado potencial manipulador da informação, pois não havia indeferimento/inaptidão do candidato representante no pleito de 2024, o que poderia induzir o leitorado a erro, constituindo desinformação.

Sabe-se que a jurisprudência dos tribunais eleitorais inclina-se no sentido de permitir maior liberdade de manifestação de crítica em desfavor de pessoas que ocupam ou disputam cargos públicos, pois inerente ao regime democrático o escrutínio popular da conduta dos gestores, para o qual contribuem os órgãos de imprensa, sem prejuízo da responsabilidade pelos abusos. Por outro lado, tem-se atuado para inibir as publicações de conteúdos sabidamente falsos ou que distorcem a realidade. Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado:

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL NEGATIVA. CARACTERIZAÇÃO. ABUSO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO. OFENSA À HONRA E IMAGEM DE CANDIDATA. NOTÍCIA FALSA (FAKE NEWS). DESCABIMENTO DE MULTA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO ELEITORAL. 1. A livre manifestação do pensamento, a liberdade de imprensa e o direito de crítica não encerram direitos ou garantias de caráter absoluto, atraindo a sanção da lei eleitoral, a posteriori, no caso de ofensa a outros direitos, como os de personalidade. 2. Caso em que a matéria publicada pela recorrente difundiu notícia falsa (fake news) e maculou a reputação da candidata recorrida. 3. A propaganda eleitoral negativa por meio da internet durante o período eleitoral não enseja a aplicação de multa, mas somente direito de resposta ou remoção do conteúdo, salvo se houver descumprimento de determinação judicial ou prática de anonimato, não sendo a hipótese dos autos. Afastamento da multa aplicada. (Precedentes) 4. Conhecimento e provimento do Recurso Eleitoral.

(TRE-MA - REl: 0601248-78.2020 .6.10.0093 RAPOSA - MA 060124878, Relator.: Lino Sousa Segundo, Data de Julgamento: 26/06/2023, Data de Publicação: DJE-119, data 07/07/2023)

Conforme já referido, no caso tratado nestes autos, é de se reconhecer a veiculação de informação distorcida, apresentando-se conteúdo de eleição anterior como se correspondente a fato do pleito de 2024, o que colocou em risco a campanha eleitoral do representante, que poderia ser afetado com a desinformação. Dessa forma, na linha da manifestação do Ministério Público Eleitoral, tem-se que a liminar deferida deve ser confirmada, para manter-se a retirada da publicação.

De outro lado, na mesma linha do parecer ministerial, entendo que não é o caso de aplicação de multa, eis que as diligências levadas a efeito não revelaram de forma clara o responsável efetivo pela publicação no perfil do Facebook. De fato, as informações prestadas não esclareceram a pessoa física responsável pela postagem questionada, sendo que não houve realização nem pedido de novas diligências por parte do representante, a fim de tentar esclarecer a autoria da publicação, inviabilizando a imposição de multa.

Pelo exposto, acolho a manifestação ministerial e, com fundamento no art. 57-D da Lei n. 9.504/97 c/c art. 27, § 1º, da Resolução do TSE n. 23.610/2019, julgo parcialmente procedente a representação, confirmando a decisão liminar para manter a retirada da publicação com conteúdo falso/distorcido referido nos autos, sob pena de multa diária por descumprimento já fixada.

Sem custas e sem condenação em honorários.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itaueira/PI, 16 de junho de 2025.

MÁRIO SOARES DE ALENCAR

Juiz Eleitoral

80ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600222-23.2024.6.18.0080

PROCESSO	: 0600222-23.2024.6.18.0080 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (SÃO JOÃO DO ARRAIAL - PI)
RELATOR	**: 080ª ZONA ELEITORAL DE MATIAS OLÍMPIO PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: ANTONIA REGINA DE SOUSA ROCHA
INTERESSADO	: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB
INTERESSADO	: JUSCELINO AUGUSTO ROCHA

JUSTIÇA ELEITORAL
080ª ZONA ELEITORAL DE MATIAS OLÍMPIO PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600222-23.2024.6.18.0080 / 080ª ZONA ELEITORAL DE MATIAS OLÍMPIO PI
INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB, JUSCELINO AUGUSTO ROCHA, ANTONIA REGINA DE SOUSA ROCHA
Edital Nº 24/2025 - TRE/80A ZONA
PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS - EXERCÍCIO 2023
Prazo: 03 (três) dias
De ordem da Excelentíssima Senhora Doutora RITA DE CÁSSIA DA SILVA, Juíza Eleitoral, em substituição, desta 80ª Zona Eleitoral do Piauí, com sede em Matias Olímpio/PI, no uso de suas atribuições legais,
FAÇO SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que a COMISSÃO PROVISÓRIA DO PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB, de SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI (RESPONSÁVEIS: JUSCELINO AUGUSTO ROCHA - Presidente e ANTONIA REGINA DE SOUSA ROCHA - Tesoureira) apresentou sua Prestação de Contas Anual referente ao Exercício Financeiro 2023, na forma de Declaração de Ausência de Movimentação Financeira de Recursos, nos termos do § 4º, do art. 28 da Resolução TSE nº 23.604/2019, por meio dos autos eletrônicos do Processo nº 0600222-23.2024.6.18.0080, que podem ser acessados através do módulo Consulta Pública de Processos - Zonas Eleitorais (https://pje1g.tse.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam), bem como também mediante o seguinte link: https://divulgaspca.tse.jus.br/#/divulga/home, para que o Ministério Público Eleitoral ou outra agremiação partidária, querendo, possa impugná-la em petição fundamentada e acompanhada das provas que demonstrem a existência de movimentação financeira ou de bens estimáveis no período, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação do presente edital, com fulcro no art. 44, I, da Resolução TSE nº 23.604/2019.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou a Excelentíssimo Senhora Juíza Eleitoral que expedisse o presente edital, que será publicado por meio do Diário da Justiça Eletrônico do TRE - PI. Dado e passado nesta cidade de Matias Olímpio, Estado do Piauí, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (17/06/2025). Eu, *Rogério Aguiar Portela*, Servidor Requisitado, preparei e digitei o presente edital.
Rita de Cassia da Silva
Juíza Substituta da 80ZE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600410-16.2024.6.18.0080

PROCESSO	: 0600410-16.2024.6.18.0080 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (MATIAS OLÍMPIO - PI)
RELATOR	**: 080ª ZONA ELEITORAL DE MATIAS OLÍMPIO PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERENTE	: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP DO MUNICIPIO DE MATIAS OLIMPIO - PI
ADVOGADO	: THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA (7558/PI)
REQUERENTE	: EDISIO ALVES MAIA
ADVOGADO	: THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA (7558/PI)
REQUERENTE	: MANOEL CAMILO DE ARAUJO
ADVOGADO	: THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA (7558/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
080ª ZONA ELEITORAL DE MATIAS OLÍMPIO PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600410-16.2024.6.18.0080 / 080ª ZONA ELEITORAL DE MATIAS OLÍMPIO PI
REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP DO MUNICIPIO DE MATIAS OLIMPIO - PI, EDISIO ALVES MAIA, MANOEL CAMILO DE ARAUJO
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA - PI7558
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA - PI7558
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA - PI7558
SENTENÇA
I - Relatório.
Trata-se de Prestação de Contas Eleitorais Final apresentada pelo PARTIDO PROGRESSISTA - PP, de MATIAS OLÍMPIO/PI, agremiação partidária municipal, vigente, durante as Eleições 2024.
Foram juntadas aos autos a documentação e informações que o partido entendeu pertinentes ao julgamento das suas contas de campanha, conforme exigido no sistema simplificado de prestação de contas, detalhadas nos artigos 64, caput, e 53, II, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação, nos termos do art. 56, *caput*, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
Concluída a análise técnica houve a necessidade de expedição de relatório preliminar para cumprimento de diligências, nos termos do § 3º, art. 64 e 69, ambos da Resolução TSE nº 23.607 /2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 4º).
A Unidade Técnica do Cartório Eleitoral emitiu Parecer Conclusivo opinando pela Aprovação das Contas com Ressalva.
Da mesma forma, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como Aprovadas com Ressalvas, nos termos do art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
É o breve relatório.
Decido.
II - Fundamentação.

O dever de prestar contas à Justiça Eleitoral, pelas agremiações partidárias, candidatos e candidatos, vem insculpido no inciso III, art. 17, da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 30 e seguintes, da Lei nº 9.096/95, devidamente regulamentados pela Resolução TSE nº 23.607 /2019, para prestação de contas de campanha eleitoral.

Inicialmente verifico que as contas finais foram apresentadas diretamente no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE, em conformidade com o artigo 54, da Resolução TSE nº 23.607/19.

Houve a regular integração entre o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE e o Processo Judicial Eletrônico - PJe, com a autuação da informação na classe processual de Prestação de Contas Eleitorais, conforme preceitua o § 3º, e inciso II, § 5º, art. 49, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A presente prestação de contas tramitou segundo o rito ordinário, em virtude do prestador de contas tratar-se de agremiação partidária, nos termos do parágrafo único, art. 62, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Durante a fase de análise técnica, pelo Cartório Eleitoral, houve a necessidade de intimação do prestador de contas para manifestação, no prazo de 03 (três) dias, nos termos do § 1º, art. 69, da Resolução TSE nº 23.607/2019, em razão de inconsistências detectadas.

Após devidamente intimado, o partido permaneceu inerte, não sanando as falhas apontadas. No entanto, as inconsistências não sanadas não comprometem a regularidade das contas apresentadas por não possuírem gravidade suficiente que levem à rejeição das contas em exame, gerando, porém, apenas ressalva às mesmas.

Ademais, durante a análise das contas, verificou-se que não houve o recebimento direto ou indireto de fontes vedadas, nos termos do art. 31, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Da mesma forma, não houve o recebimento de recursos de origem não identificada, nos termos do art. 31, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Não foi constatada a arrecadação de recursos, nem foi detectada a realização de despesas.

Salienta-se, por fim, que não houve o recebimento de recursos do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), além da verificação informatizada da prestação de contas simplificada, não se aplicando, portanto, a análise dos documentos de que trata o § 5º, art. 64, e parágrafo único, art. 65, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Não foi detectada a presença de indícios ou provas de irregularidades que possam configurar ilícitos, ou que ensejem a apuração judicial, frisando-se, porém, que o julgamento da prestação de contas pela Justiça Eleitoral não afasta a possibilidade de apuração por outros órgãos quanto à prática de eventuais ilícitos antecedentes e/ou vinculados, verificados no curso de investigações em andamento ou futuras, nos termos do art. 75, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Ressalta-se, também, que meros erros formais e/ou materiais corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas não ensejam sua desaprovação e aplicação de sanção, conforme preceitua o art. 75, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, §§ 2º e 2º-A).

Dessa forma, em consonância com a unidade técnica do Cartório Eleitoral e com o Ministério Público Eleitoral, forma-se com este Juízo Eleitoral o tríplice consenso jurídico pela aprovação das contas, com ressalvas, não havendo nenhuma impropriedade ou irregularidade capaz de comprometer ou macular a higidez das contas prestadas.

III - Dispositivo.

Isto Posto, em razão dos fatos e argumentos jurídicos explanados, JULGO APROVADAS COM RESSALVAS as contas apresentadas pelo prestador de contas PARTIDO PROGRESSISTA - PP, de MATIAS OLÍMPIO/PI, relativas às Eleições 2024, com fulcro no art. 30, II, da Lei nº 9.504/97 c/c o art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Registre-se. Publique-se.

Intimem-se o(s) Requerente(s), na pessoa de seu(s) procurador(es) judicial(is), com prazo de 03 (três) dias, servindo a presente Sentença como MANDADO DE INTIMAÇÃO, para todos os fins legais, cujo cumprimento efetiva-se mediante a sua publicação no de Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (DJE/TRE-PI), nos termos do art. 98, *caput* e § 7º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Ciência ao Representante do Ministério Público Eleitoral, via expediente no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 99, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Da decisão deste Juízo Eleitoral, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, que decidirá sobre o recebimento com ou sem efeito suspensivo, no prazo de 03 (três) dias, com igual prazo para contrarrazões, contados da sua publicação no DJE/TRE-PI, nos termos do art. 85, e parágrafo único, art. 86, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 5º).

O recurso apresentado contra a sentença proferida pelo Juiz Eleitoral tem natureza ordinária e deve ser processado na forma do art. 265 e seguintes do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).

Registre-se o julgamento das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, após a verificação do trânsito em julgado, nos termos do § 10, art. 74, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (§ 2º, II, art. 9º, da Resolução TSE nº 23.384/2012, e art. 32, *caput*, da Lei nº 9.096 /1995).

Diligências necessárias, após arquive-se com as cautelas de praxe.

Barras/PI, datado e assinado eletronicamente.

RITA DE CÁSSIA DA SILVA

Juíza Eleitoral da 80ª Zona/PI, em substituição

88ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 15/2025 - TRE/88A ZONA

Exmo. Dr. Ivanildo Ferreira dos Santos, MMº. Juiz Eleitoral que responde pelo expediente da 88ª Zona, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução do TRE/PI nº 63, de 11/12 /2001 (Regimento dos Juízos e Cartórios Eleitorais da Circunscrição do Piauí) etc.

FAZ SABER a quantos interessar possa e virem o presente Edital ou dele tiverem conhecimento, principalmente aos delegados de partidos políticos, que requereram e obtiveram deferimento de ALISTAMENTO, TRANSFERÊNCIA, nos municípios de Avelino Lopes, Morro Cabeça no Tempo e Júlio Borges, durante o período de 01/06/2025 a 15/06/2025 pelo Sistema On-line e presencial, as pessoas constantes da listagem em anexo.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MMº. Juiz Eleitoral expedir o presente Edital, que será afixado na sede deste Fórum e Juízo Eleitoral da 88ª Zona, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do TRE/PI, podendo os delegados de partidos políticos e o Ministério Público Eleitoral recorrerem dos deferimentos destes no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do disposto artigo 57 da Resolução 23.659/2021 c/c art. 7º da Lei nº 6.996/82.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Avelino Lopes, Estado do Piauí, sede da 88ª Zona Eleitoral, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (16.06.2025). Eu, Felipe Abreu Araújo, Chefe do Cartório, o digitei e subscrevi.

Relatório de Afixação - Requerimentos Deferidos

ZONA: 088 Município: 10219 - AVELINO LOPES - PI

Nome Inscrição Eleitoral Operação Digitação Lote

IVANETE PEREIRA LACERDA xxxx 1973 xxxx Transferência 09/06/2025 0022/2025

WÉSLEI RIBEIRO DA SILVA xxxx 1197 xxxx Transferência 13/06/2025 0022/2025
Total de requerimentos deferidos : 2
IVANILDO FERREIRA DOS SANTOS
Juiz Eleitoral da 88ª ZE/PI
Documento assinado eletronicamente por Ivanildo Ferreira dos Santos, Juiz(a) Eleitoral, em 16/06/2025, às 10:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

95ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600005-95.2025.6.18.0095

PROCESSO	: 0600005-95.2025.6.18.0095 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (FARTURA DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: CLARISMAR RIBEIRO DA SILVA BRAGA
INTERESSADO	: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD

JUSTIÇA ELEITORAL
095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600005-95.2025.6.18.0095 / 095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
INTERESSADO: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD, CLARISMAR RIBEIRO DA SILVA BRAGA
EDITAL nº 28/2025
(Prazo 3 dias)
A MMª Juíza Eleitoral da 95ª Zona Eleitoral, UISMEIRE FERREIRA COELHO, no uso de suas atribuições legais.
Faz saber, a todos que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que foi apresentada a DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - exercício 2024, dos seguintes partidos políticos:

PARTIDO	CIDADE	PJe
PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)	FARTURA DO PIAUÍ	0600003-28.2025.6.18.0095
REPUBLICANOS (REPUBLICANOS)	FARTURA DO PIAUÍ	0600004-13.2025.6.18.0095
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)	FARTURA DO PIAUÍ	0600005-95.2025.6.18.0095

A declaração apresentada encontra-se disponível a qualquer interessado que, querendo, poderá impugná-la no prazo de 03 (três) dias, conforme art. 44, inciso I, da Resolução TSE nº 23.604/2019, a contar da publicação deste edital.
E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou a Excelentíssima Juíza Eleitoral expedir o presente edital e publicá-lo no DJe. Dado e passado neste município de SRN, eu, Hugo Pinto, Chefe de Cartório, digitei o presente que vai, por ordem, por mim assinado.
São Raimundo Nonato - Piauí
Hugo Pinto - Chefe de Cartório

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600003-28.2025.6.18.0095

PROCESSO	: 0600003-28.2025.6.18.0095 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (FARTURA DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: ABDON PEREIRA DIAS
INTERESSADO	: EMILIANA DE MIRANDA SILVA
INTERESSADO	: PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

JUSTIÇA ELEITORAL
095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600003-28.2025.6.18.0095 / 095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
INTERESSADO: PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, ABDON PEREIRA DIAS, EMILIANA DE MIRANDA SILVA
EDITAL nº 28/2025
(Prazo 3 dias)
A MMª Juíza Eleitoral da 95ª Zona Eleitoral, UISMEIRE FERREIRA COELHO, no uso de suas atribuições legais.
Faz saber, a todos que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que foi apresentada a DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - exercício 2024, dos seguintes partidos políticos:

PARTIDO	CIDADE	PJe
PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)	FARTURA DO PIAUÍ	0600003-28.2025.6.18.0095
REPUBLICANOS (REPUBLICANOS)	FARTURA DO PIAUÍ	0600004-13.2025.6.18.0095
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)	FARTURA DO PIAUÍ	0600005-95.2025.6.18.0095

A declaração apresentada encontra-se disponível a qualquer interessado que, querendo, poderá impugná-la no prazo de 03 (três) dias, conforme art. 44, inciso I, da Resolução TSE nº 23.604 /2019, a contar da publicação deste edital.
E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou a Excelentíssima Juíza Eleitoral expedir o presente edital e publicá-lo no DJe. Dado e passado neste município de SRN, eu, Hugo Pinto, Chefe de Cartório, digitei o presente que vai, por ordem, por mim assinado.
São Raimundo Nonato - Piauí
Hugo Pinto - Chefe de Cartório

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600004-13.2025.6.18.0095

PROCESSO	: 0600004-13.2025.6.18.0095 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (FARTURA DO PIAUÍ - PI)
RELATOR	**: 095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI**
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERESSADO	: ALGEMIRO RIBEIRO VIANA
INTERESSADO	: ANDERSON DIAS BRAGA
INTERESSADO	: REPUBLICANOS

JUSTIÇA ELEITORAL
095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600004-13.2025.6.18.0095 / 095ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PI
INTERESSADO: REPUBLICANOS, ALGEMIRO RIBEIRO VIANA, ANDERSON DIAS BRAGA
EDITAL nº 28/2025
(Prazo 3 dias)
A MMª Juíza Eleitoral da 95ª Zona Eleitoral, UISMEIRE FERREIRA COELHO, no uso de suas atribuições legais.
Faz saber, a todos que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que foi apresentada a DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - exercício 2024, dos seguintes partidos políticos:

PARTIDO	CIDADE	PJe
PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)	FARTURA DO PIAUÍ	0600003-28.2025.6.18.0095
REPUBLICANOS (REPUBLICANOS)	FARTURA DO PIAUÍ	0600004-13.2025.6.18.0095
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)	FARTURA DO PIAUÍ	0600005-95.2025.6.18.0095

A declaração apresentada encontra-se disponível a qualquer interessado que, querendo, poderá impugná-la no prazo de 03 (três) dias, conforme art. 44, inciso I, da Resolução TSE nº 23.604 /2019, a contar da publicação deste edital.
E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou a Excelentíssima Juíza Eleitoral expedir o presente edital e publicá-lo no DJe. Dado e passado neste município de SRN, eu, Hugo Pinto, Chefe de Cartório, digitei o presente que vai, por ordem, por mim assinado.
São Raimundo Nonato - Piauí
Hugo Pinto - Chefe de Cartório

EDITAIS

EDITAL Nº 27/2025 - TRE/95A ZONA

Edital Nº 27/2025 - TRE/95A ZONA
A JUÍZA ELEITORAL DA 95ª ZONA, Dra. LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TENDO EM CONTA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 20132, DE 19/03 /1998, COM AS ALTERAÇÕES DA RESOLUÇÃO - TSE Nº 20.442/99.
RESOLVE:
TORNAR PÚBLICA a lista de eleitores que fizeram solicitação de ALISTAMENTO ELEITORAL, TRANSFERÊNCIA DE DOMICILIO, SEGUNDA VIA de título de eleitor e REVISÃO DA INSCRIÇÃO ELEITORAL, no município de BONFIM DO PIAUÍ - PI, SÃO BRAZ DO PIAUÍ - PI e VARZEA BRANCA - PI, no período de 16/05/2025 a 05/06/2025, cujos requerimentos de Alistamento Eleitoral - RAE, fizeram parte do LOTE RAE 0032/2025, LOTE RAE CA 203 0033 /2025 e para o fim de impugnação do domicílio eleitoral pretendido pelos eleitores inscritos, observando-se os prazos do Código Eleitoral, art. 45, § 6º, 52, § 2º, 57 caput e § 2º, 77,II e Lei 6996 /82, art.7º, § 1º, a serem contados a partir da data desta publicação.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, determinou a MMa. Juíza Eleitoral expedir o presente Edital, que será afixado na sede deste Fórum e Juízo Eleitoral da 95ª Zona, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do TRE/PI.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, sede da 95ª Zona Eleitoral, data e hora do sistema. Eu, Lúcio Flávio Macena Maciel, Assistente de Cartório, digitei e conferi o presente Edital que vai assinado pela MMª Juíza Eleitoral.

SRN, DATA E ASSINATURA ELETRÔNICA
LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA
Juíza substituta do Eleitoral da 95ª ZE/PI
Parâmetros: Período: 16/05/2025 a 05/06/2025; UF: PI; ZE: 095; Nº Lote de RAE:0032/2025; Ordenação: Nome;
Requerimentos: Deferidos
de 1
DEFERIDOS
ZONA: 095 Município: 10502 - SÃO BRAZ DO PIAUÍ - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
RONALDO DE BRITO CARVALHO xxxx 3019 xxxx 0032/2025Transferência 21/05/2025
Total de requerimentos deferidos : 1
DEFERIDOS
ZONA: 095 Município: 10588 - VÁRZEA BRANCA - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
ANA ALICE PAES LANDIM LIMA xxxx 1822 xxxx 0032/2025Alistamento 20/05/2025
BRENA PAES LANDIM COSTA SANTOS xxxx 1823 xxxx 0032/2025Alistamento 20/05/2025
DHARILENY BARBOSA RAMOS xxxx 2839 xxxx 0032/2025Transferência 20/05/2025
FABIO RODRIGUES PEREIRA xxxx 9042 xxxx 0032/2025Transferência 20/05/2025
GEFFERSON PAES LANDIM xxxx 0554 xxxx 0032/2025Transferência 20/05/2025
HENRY MARTINHO DO ROSARIO xxxx 1824 xxxx 0032/2025Alistamento 20/05/2025
HILMARA RIBEIRO SOARES OLIVEIRA xxxx 1825 xxxx 0032/2025Alistamento 20/05/2025
NIVALDA DIAS DO NASCIMENTO xxxx 7987 xxxx 0032/2025Transferência 20/05/2025
ROSA FERREIRA BARBOSA DA SILVA xxxx 8360 xxxx 0032/2025Transferência 20/05/2025
SAMARA DOS SANTOS COELHO xxxx 6012 xxxx 0032/2025Transferência 20/05/2025
TERESA PINDAIBA SOUSA xxxx 7073 xxxx 0032/2025Transferência 20/05/2025
VALÉRIA PINDAÍBA DE SOUSA xxxx 1935 xxxx 0032/2025Transferência 20/05/2025
Total de requerimentos deferidos : 12
Parâmetros: Período: 16/05/2025 a 28/05/2025; UF: PI; ZE: 095; Nº Lote de RAE:0033/2025; Ordenação: Nome;
Requerimentos: Deferidos
de 1
DEFERIDOS
ZONA: 095 Município: 10081 - BONFIM DO PIAUÍ - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
ISMAEL RIBEIRO MARQUES PAES LANDIM xxxx 4706 xxxx 0033/2025Transferência 16/05/2025
VANDERSON ASSIS ALVES xxxx 1826 xxxx 0033/2025Alistamento 20/05/2025
Total de requerimentos deferidos : 2
DEFERIDOS
ZONA: 095 Município: 10502 - SÃO BRAZ DO PIAUÍ - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
NISMARA DOS SANTOS OLIVEIRA xxxx 6120 xxxx 0033/2025Transferência 20/05/2025
Total de requerimentos deferidos : 1
DEFERIDOS
ZONA: 095 Município: 10588 - VÁRZEA BRANCA - PI
Nome Inscrição Eleitoral Operação LoteDigitação
JULIANA CORDEIRO SOARES xxxx 1821 xxxx 0033/2025Alistamento 16/05/2025
VALDENICE RAMOS DOS SANTOS xxxx 1727 xxxx 0033/2025Transferência 20/05/2025

Total de requerimentos deferidos : 2
Em 13 de junho de 2025.

96ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL(11527) Nº 0600166-39.2024.6.18.0096

PROCESSO	: 0600166-39.2024.6.18.0096 AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (CAMPO MAIOR - PI)
RELATOR	**: 096ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI**
ASSISTENTE	: A coligação A FORÇA DO POVO, integrada pelos partidos/federações: Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, MDB, SOLIDARIEDADE, PSD
ADVOGADO	: AUGUSTO PEREIRA FILHO (12726/PI)
ADVOGADO	: DIEGO ALENCAR DA SILVEIRA (4709/PI)
ADVOGADO	: SILVIA NEIDE SOUSA NUNES (9241/PI)
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INVESTIGADO	: JOAO FELIX DE ANDRADE FILHO
ADVOGADO	: HORACIO LOPES MOUSINHO NEIVA (11969/PI)
INVESTIGADO	: SEBASTIAO DE SENA ROSA NETO
ADVOGADO	: HORACIO LOPES MOUSINHO NEIVA (11969/PI)
INVESTIGADO	: JOARES OLIVEIRA CAVALCANTE JUNIOR
ADVOGADO	: JOSEFA MARQUES LIMA MIRANDA (11660/PI)
REPRESENTANTE	: FEDERACAO PSOL-REDE
ADVOGADO	: NICOLE BEATRIZ BATISTA DA SILVA (22938/PI)

JUSTIÇA ELEITORAL
ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DA 96ª ZONA ELEITORAL - CAMPO MAIOR/PI
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0600166-39.2024.6.18.0096 / 096ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MAIOR PI
ASSUNTO: [Inelegibilidade - Representação ou Ação de Investigação Judicial Eleitoral Jugada Procedente pela Justiça Eleitoral]
REPRESENTANTE: FEDERACAO PSOL-REDE
ASSISTENTE: A COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO, INTEGRADA PELOS PARTIDOS /FEDERAÇÕES: FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, MDB, SOLIDARIEDADE, PSD
Advogado do(a) REPRESENTANTE: NICOLE BEATRIZ BATISTA DA SILVA - PI22938
Advogados do(a) ASSISTENTE: SILVIA NEIDE SOUSA NUNES - PI9241, AUGUSTO PEREIRA FILHO - PI12726, DIEGO ALENCAR DA SILVEIRA - PI4709
INTIMAÇÃO
INTIMAR a coligação "A FORÇA DO POVO" para manifestar sobre o Despacho id nº 123923873, no prazo de 2 (dois) dias.

Campo Maior, 16 de junho de 2025
João Oliveira Silva
Chefe de Cartório-96ª ZE

EDITAIS

EDITAL Nº 34/2025 - TRE/96A ZONA

O Dr. Sérgio Roberto Marinho Fortes do Rego, Juiz Eleitoral desta 96ª Zona de Campo Maior/PI, nos termos dispostos na Resolução TSE nº 23.569/2021 e no uso de suas atribuições legais etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente aos representantes dos Partidos Políticos e ao Ministério Público Eleitoral, em listas anexas, a RELAÇÃO DE ELEITORES E AS RESPECTIVAS OPERAÇÕES efetivadas e deferidas no âmbito desta 96ª Zona Eleitoral/PI, referente ao *LOTE de RAE: nº 025/2025, Decisão evento SEI nº (0002431786) , c*onforme anexos dos municípios de *CAMPO MAIOR - PI e NOSSA SENHORA DE NAZARÉ* , nos autos do Processo SEI nº 0008195-52.2025.6.18.8096, ficando facultado a qualquer interessado se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, em consonância com o artigo 57 da Resolução TSE nº 23.659/2021, contados a partir da data da publicação deste Edital.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, afim de que fiquem cientes e não venham alegar ignorância, determinou o Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral que fosse publicado o presente edital no Diário da Justiça Eletrônico e no mural da sede do Cartório Eleitoral. Dado e passado nesta cidade de Campo Maior/PI, sede da 96ª Zona Eleitoral/PI, dezesseis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco (16 / 06 / 2025). Eu_____ Francisco das Chagas Frota Fontenele, Auxiliar Administrativo da 96ª ZE/PI, preparei e conferi o presente edital que vai assinado pelo Exmo. Juiz Eleitoral.
Sérgio Roberto Marinho Fortes do Rego
Juiz Eleitoral da 96ª ZE
ANEXO EDITAL 034/2025
ZONA: 096 Município: 10430 - *CAMPO MAIOR - PI*
Nome Inscrição Eleitoral Lote Operação Digitação
MARIA TICIANE SILVA RODRIGUES xxxx 9193 xxxx 0025/2025 Alistamento 11/06/2025
Total de requerimentos deferidos : 1
ZONA: 096 Município: 10928 - *NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - PI*
Nome Inscrição Eleitoral Lote Operação Digitação
FRANCISCO KLEBER RODRIGUES FORTES xxxx 3680 xxxx 0025/2025 Transferência 10/06 /2025
PRISCILA BRITO GOMES xxxx 9192 xxxx 0025/2025 Alistamento 06/06/2025
Total de requerimentos deferidos : 2
Em 09 de junho de 2025.

98ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 26/2025 - TRE/98A ZONA ALISTAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS

A Dra. Gláucia Mendes de Macêdo, Juíza Eleitoral da 98ª Zona Eleitoral de Teresina - PI, no uso de suas atribuições legais e, em cumprimento ao disposto na Resolução TSE Nº 23.659/2021 e na Lei nº 6.996/82 etc.,
TORNA PÚBLICO, pelo prazo de 10 (dez) dias, em cumprimento ao disposto nos arts. 54 e 57 da Resolução TSE nº 23.659/2021, como também às disposições da Portaria Conjunta nº 7/2020 -

TRE/CRE/COCRE, a relação de eleitores que requereram Alistamento eleitoral e Transferência de título, nesta 98ª ZE/PI, no período de 02/06/2025 a 13/06/2025, relativa aos Lotes RAE 0114/2025, 0118/2025, 0119/2025, 0120/2025, 0121/2025, 0122/2025, 0123/2025, 0124/2025, 0125/2025 e 0126/2025 (conforme anexos), do município de Teresina/PI, cujos requerimentos foram DEFERIDOS em Decisões constantes de documentos SEI (0002428908), (0002431016), (0002431921), (0002431938), (0002433137), (0002434134), (0002434140), (0002434976), (0002436264) e (0002437230). E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, determinou a MM. Juíza Eleitoral a expedição do presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, bem como no lugar de costume deste Cartório Eleitoral. Dado e passado no Cartório Eleitoral da 98ª Zona Eleitoral do Piauí, sediado no município de Teresina/PI, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (16/06/2025). Eu, Nara Danielle Silveira Borges, servidora requisitada a serviço do Cartório da 98ª Zona Eleitoral, preparei e conferi o presente Edital, que vai assinado pela MM. Juíza Eleitoral.

(documento datado e assinado eletronicamente)

GLÁUCIA MENDES DE MACÊDO

Juíza Eleitoral da 98ª ZE/PI

A N E X O

Justiça Eleitoral - 98ª Zona/PI

Origem: ZE 98 Zona: 098 Município: 12190 - TERESINA

Nome	Inscrição	Operação	Digitação	Lote
ÁLLYSON VINÍCIUS MARTINS SOARES	xxxx 5629 xxxx	Alistamento	06/06/25	0120 /2025
ANA JESSYKA BEATRIZ OLIVEIRA AQUINO	xxxx 5628 xxxx	Alistamento	05/06/25	0118 /2025
ANALIANA MACEDO DE MOURA	xxxx 5634 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
ANNA CAROLINE LOPES DO NASCIMENTO	xxxx 5626 xxxx	Alistamento	05/06/25	0118 /2025
ARYELLE ALVES DOS SANTOS	xxxx 5662 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025
AYSLAN DANILO DA SILVA SANTOS	xxxx 5624 xxxx	Alistamento	05/06/25	0118 /2025
CARLOS AUGUSTO DUTRA DO NASCIMENTO	xxxx 5632 xxxx	Alistamento	06/06/25	0120 /2025
CARLOS EDUARDO SILVA ANDRADE	xxxx 5643 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
DEBORA SILVA DE FREITAS	xxxx 5666 xxxx	Alistamento	13/06/25	0126 /2025
DIEGO PEREIRA COSTA	xxxx 5648 xxxx	Transferência	06/06/25	0119 /2025
EDILEUZA CRUZ SILVA	xxxx 8516 xxxx	Transferência	11/06/25	0124 /2025
EDUARDO ESDRAS DA SILVA TEIXEIRA	xxxx 5638 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025

ENEDINA DO NASCIMENTO QUITERIA	xxxx 5006 xxxx	Transferência	11/06/25	0124 /2025
FELLYPE A'DRIAN ARAUJO DE SOUSA	xxxx 5633 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
FLÁVIA MARIA CUNHA SILVA	xxxx 2873 xxxx	Transferência	03/06/25	0114 /2025
FRANCISCO ALVES VIANA	xxxx 0275 xxxx	Transferência	06/06/25	0120 /2025
FRANCISCO DAVI DOS SANTOS RODRIGUES	xxxx 5659 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025
FRANCISCO YGOR CANTUÁRIA LEITE	xxxx 5656 xxxx	Alistamento	11/06/25	0124 /2025
GABRIELLA DE OLIVEIRA REIS	xxxx 5622 xxxx	Alistamento	05/06/25	0118 /2025
GONÇALO JHONES DA SILVA	xxxx 5645 xxxx	Alistamento	10/06/25	0123 /2025
GRACIELE RODRIGUES GOMES	xxxx 5653 xxxx	Alistamento	11/06/25	0124 /2025
HAYSLLAN DAVI SILVA PEREIRA	xxxx 5655 xxxx	Alistamento	11/06/25	0124 /2025
HELENA ALBUQUERQUE BELFORT DE CARVALHO	xxxx 5651 xxxx	Alistamento	11/06/25	0124 /2025
HENZO CRISTIAN SILVA MELO	xxxx 7930 xxxx	Transferência	12/06/25	0125 /2025
HONORATA KELRILENE SANTOS BARROS	xxxx 3642 xxxx	Transferência	05/06/25	0118 /2025
IRLAN VIEIRA BATISTA	xxxx 2548 xxxx	Transferência	10/06/25	0123 /2025
ISABEL CRISTINA OLIVEIRA DE SOUSA	xxxx 5639 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
ISABELA FIRMINO DO NASCIMENTO	xxxx 5658 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025
ITALO FELIPE COSTA SANTOS	xxxx 5657 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025
ITALO MARTINS DE SOUSA	xxxx 3963 xxxx	Transferência	05/06/25	0118 /2025
IVANDETE SILVA DE AGUIAR	xxxx 9860 xxxx	Transferência	09/06/25	0121 /2025
JHONATAS FERREIRA DE MACÊDO LOPES	xxxx 5623 xxxx	Alistamento	05/06/25	0118 /2025
JOÃO DE DEUS ALVES DE OLIVEIRA	xxxx 5648 xxxx	Alistamento	10/06/25	0123 /2025
JOAO VICTOR SANTOS DO NASCIMENTO	xxxx 5663 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025

JOSE SEVERINO DA SILVA	xxxx 2571 xxxx	Transferência	10/06/25	0123 /2025
KAILANE DA SILVA LIRA	xxxx 5652 xxxx	Alistamento	11/06/25	0124 /2025
KAMILLA CRISTHINA RODRIGUES	xxxx 1793 xxxx	Transferência	09/06/25	0121 /2025
KASSIO EDUARDO AMORIM DA SILVA	xxxx 5640 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
KETHELEEN MILENA DE QUEIROZ DINIZ	xxxx 5660 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025
LEONARDO HENRIQUE PEDREIRA E CUNHA	xxxx 4174 xxxx	Transferência	03/06/25	0114 /2025
LYVNA IBIAPINA RUFINO	xxxx 5630 xxxx	Alistamento	06/06/25	0120 /2025
MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	xxxx 5646 xxxx	Alistamento	10/06/25	0123 /2025
MANOEL GOMES SOUSA DA SILVA	xxxx 2555 xxxx	Transferência	10/06/25	0123 /2025
MARCOS ARAUJO PINTO	xxxx 1670 xxxx	Transferência	09/06/25	0122 /2025
MARCUS VINICIUS LOURENCO	xxxx 1895 xxxx	Transferência	09/06/25	0121 /2025
MARIA APARECIDA LIMA VIERA	xxxx 5627 xxxx	Alistamento	05/06/25	0118 /2025
MARIA DA CONCEIÇÃO CHAVES FEITOZA	xxxx 3778 xxxx	Transferência	02/06/25	0114 /2025
MARIA EDUARDA BACELAR MARTINS	xxxx 5649 xxxx	Alistamento	10/06/25	0123 /2025
MARIA ISABELLY LIMA DE SOUSA	xxxx 5661 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025
MARIA SUELY DE SOUSA VALENTE RAMOS	xxxx 9517 xxxx	Transferência	02/06/25	0114 /2025
MARILIA TAYKE SILVA COSTA	xxxx 5635 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
MATEUS SOARES ARCOVERDE	xxxx 5631 xxxx	Alistamento	06/06/25	0120 /2025
MATEUS THIERRY DE SOUSA CASTRO	xxxx 5636 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
MAYRA VICTÓRIA MENDES SANTOS	xxxx 5664 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025
NATÁLIA PADILHA CORRÊA DE OLIVEIRA	xxxx 3279 xxxx	Transferência	12/06/25	0122 /2025
PÂMELA INGRID DE SOUSA SANTOS	xxxx 5637 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025

PAULO RICARDO GONÇALVES RAMOS	xxxx 5625 xxxx	Alistamento	05/06/25	0118 /2025
RAIMUNDO GINO PEREIRA CORDEIRO	xxxx 5605 xxxx	Alistamento	30/05/25	0113 /2025
RAMAIANI ALVES DA SILVA	xxxx 1750 xxxx	Transferência	03/06/25	0114 /2025
RITA DE SOUZA MACHADO	xxxx 3179 xxxx	Transferência	13/06/25	0126 /2025
ROBERT WILLIAM DO NASCIMENTO SANTOS	xxxx 5644 xxxx	Alistamento	10/06/25	0123 /2025
ROGERIO SILVA	xxxx 8135 xxxx	Transferência	13/06/25	0126 /2025
RYANA PEREIRA ALVES REIS	xxxx 5641 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
SHELDA DA SILVA SILVA	xxxx 5654 xxxx	Alistamento	11/06/25	0124 /2025
TAIS MOREIRA GOMES	xxxx 5647 xxxx	Alistamento	10/06/25	0123 /2025
THIAGO CARVALHO DOS SANTOS	xxxx 6087 xxxx	Transferência	11/06/25	0122 /2025
VALDENCIO DA SILVA DE OLIVEIRA	xxxx 6119 xxxx	Transferência	10/06/25	0123 /2025
WALLISSON DA CUNHA NUNES	xxxx 5665 xxxx	Alistamento	12/06/25	0125 /2025
YASMIM STEFFANELY COSTA BARBOSA	xxxx 5642 xxxx	Alistamento	09/06/25	0121 /2025
YTHALLO GUILHERME ALVES CARDOSO	xxxx 5650 xxxx	Alistamento	10/06/25	0123 /2025

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ADIEL RODRIGUES BRITO (12171/PI) 380
ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO (6651/PI) 77 77
ADRIANO BESERRA COELHO (3123/PI) 402 406
AKAYAMA SAMALA DE SOUSA DOURADO (20510/PI) 260
ANDERSON DA SILVA SOARES (8214/PI) 251 251 251 258 258 258
ANGELICA COELHO LACERDA (13504/PI) 21 21 21 21 57 57 88 88 93 93 95 95 127 127 155 155 157 157 207 207 220 220 228 228
ARTHUR LUIS MENDONCA ROLLO (153769/SP) 372 375
ARYEL NICOLAS ANJOS COELHO (23184/PI) 25 25
AUGUSTO PEREIRA FILHO (12726/PI) 418
AZIZ MARCELO HIDD (25147/PI) 6 6
BEN TEN DE SOARES E MARTINS NETO (7121/PI) 269
CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES (2723/PI) 5 5 5 5 181 181
CARMEN LUCIA DOS SANTOS RIBEIRO (16051/PI) 147 147
CELSO DE FARIA MONTEIRO (138436/SP) 402 406

CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA (2820/PI) 346 346 346 384 384 384
CLAUDIA PORTELA LOPES (16995/PI) 353 353
DANIEL DE AGUIAR GONCALVES (11881/PI) 60 60 64 64 67 67 86 86 89 89 216 216 231 231 236 236
DANIEL LEONARDO DE LIMA VIANA (12306/PI) 90 90 98 98 227 227 386 386
DAVID MARTINS NUNES (14903/PI) 46 46 46
DAVID PORTELA LOPES (6309/PI) 353 353
DAVYSON HERNANDEZ SOUSA SILVA (22340/PI) 31 322 322 322 322
DHOVAN ALVES MENDES (19149/PI) 21 21 21
DIEGO ALENCAR DA SILVEIRA (4709/PI) 418
DIOGO SANTOS FONTAO (19808/PI) 40 229 229
EDINARDO PINHEIRO MARTINS (12358/PI) 344 346
ELIZANGELA NUNES SOUSA (24383/PI) 360
EMMANUEL FONSECA DE SOUZA (4555/PI) 353 353
ESTEFANIA SOARES DA SILVA BRITO (15662/PI) 342 342
FELIPE PONTES LAURENTINO (7755/PI) 248 248
FERNANDO GALVAO NETO (15941/PI) 386 386
FRANCISCA SYNARA PEREIRA DE SOUSA (17399/PI) 19 19
FRANCISCO EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS (10685/PI) 261
FRANCISCO PETRONIO DE PAULA ALVES (24730/PI) 176 176 176 176 179 179 179 179
FRANCISCO RENAN BARBOSA DA SILVA (10030/PI) 6 6
GABRIEL DE LIMA RIBEIRO E CARVALHO (23925/PI) 195 195
GABRIEL OLIVEIRA ANDRADE (23796/PI) 248 248
GENESIO DA COSTA NUNES (5304/PI) 46 46 46 111 111 173 173 263 263 263
GLAUDSON LIMA GOMES (14499/PI) 147 147
GUILARDO CESA MEDEIROS GRACA (7308000/PI) 353 353
GUSTAVO COELHO DAMASCENO (11918/PI) 370
GUSTAVO SOUSA BEZERRA (19440/PI) 119 119
HANNA CAROLINE SOARES DE MIRANDA (12926/PI) 173 173
HILDETE OLIVEIRA DA SILVA (21765/PI) 223 223 232 232
HORACIO LOPES MOUSINHO NEIVA (11969/PI) 31 31 370 418 418
IAN MENEZES LIMA (23679/PI) 338 338
IARA JANE GOMES DOS SANTOS (10053/PI) 303 303 306 306 308 308 311 311
IGOR MARTINS FERREIRA DE CARVALHO (5085/PI) 31
ITALO RIBEIRO SILVA LIMA (23924/PI) 394
IVILLA BARBOSA ARAUJO (8836/PI) 21 21 130 130 184 184
JASON NUNES RIBEIRO GONCALVES (10611/PI) 40 229 229
JAYRO MACEDO DE MOURA (16469/PI) 341
JESSICA BRENDA RIBEIRO DE SOUSA FORTES (12904/PI) 386 386
JOAO EVANGELISTA BATISTA DE AGUIAR NETO (16374/PI) 261 261 261 261
JOAO VICTOR LOPES ANCHIETA (23954/PI) 167 167
JOSAFA DE FRANCA (4636/PI) 24 24 24
JOSE ADAILTON ARAUJO LANDIM NETO (13752/PI) 36
JOSE DA SILVA BRITO JUNIOR (19616/PI) 12 105
JOSE DE JESUS SOUSA BRITO (10614/PI) 31
JOSE EVALDO DE SOUSA FILHO (23182/PI) 25 25
JOSE PLACIDO ARCANJO FILHO (14008/PI) 314 314 319 319 328 328 330 330 333 333
JOSEFA MARQUES LIMA MIRANDA (11660/PI) 418

JULYANA PINHEIRO ALVES (13403/PI) 351 351
KAROL WOJTYLA DE OLIVEIRA MARTINS (13772/PI) 20 20
KAUANNA TEIXEIRA SOBRAL PILA (23724/PI) 381 381 381
LARISSA RACHEL SECUNDO MAIA (16256/PI) 42 42
LEO SALES MACHADO (5485/PI) 243 243
LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES (139537/MG) 94 94 97 97
LUCAS MARIANO PEREIRA RAMOS (10727/PI) 19 19
LUIS FELLIPE MARTINS RODRIGUES DE ARAUJO (16009/PI) 259
LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA (7301/PI) 394
LUIS RODRIGO SA DE CARVALHO (24102/PI) 237 237
LUIS SOARES DE AMORIM (2433/PI) 353 353
LUIZ JOSE ULISSES JUNIOR (3729/PI) 19 19
LUIZ MARIO DE ARAUJO ROCHA (10542/PI) 270 270 273 273 277 277
LUIZA BEATTRYS PEREIRA DOS SANTOS LIMA (20147/PI) 23 23 23 31
MARCELO NUNES DE SOUSA LEAL (4450/PI) 21 21 21 140 140
MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO (15999/PI) 124 124 144 144 192 192 233 233
MARCIO PEREIRA DE MOURA (19178/PI) 252 252
MARCOS ROGERIO DE BRITO SOUSA (9822/PI) 317 317 323 323 326 326 336 336
MARCOS VINICIUS DIAS DA SILVA (14865/PI) 340 340 340
MARIA GISELLE SANTOS PEREIRA (4821/PI) 338 338
MARIO CLEITON SILVA DE SOUSA (17878/PI) 388 388 388 395 395 395
MARJORIE CARDOSO CASTRO (22675/PI) 259
MIGUEL SANDALO CALAMARI (456435/SP) 372 375 383
NICOLE BEATRIZ BATISTA DA SILVA (22938/PI) 418
NOEME MARQUES DA SILVA (12808/PI) 353 353
OSVALDO MARTINS DA SILVA (20403/PI) 71 71
PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES (131667/MG) 94 94 97 97
PAULO TASSO SANTOS ARAUJO CASTRO (24247/PI) 25 25
RAFAEL LAGE FREIRE (431951/SP) 372 375
RICARDO AFONSO RODRIGUES RAMOS (13729/PI) 134 134
ROSIANE AGUIAR SILVA (48480/BA) 357 357
SAMUEL DE SOUSA LEAL MARTINS MOURA (6369/PI) 16
SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO FILHO (22382/PI) 247 247 355 355 359 359 363 363 388 388 388 394 394 395 395 395
SILVIA NEIDE SOUSA NUNES (9241/PI) 418
TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (6170/PI) 21 21 21 57 57 155 155 157 157 228 228
TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS (10640/PI) 6 6 25 25 31 291 291 291 293 293 293 296 296 296 379 379 379
TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA (9106/PI) 263
THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA (7558/PI) 410 410 410
THIAGO IBIAPINA COELHO (5960/PI) 394
THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (5671/PI) 42 42 74 74 91 91 204 204 235 235
THIAGO RAMOS SILVA (10260/PI) 266 267 267 268 268 281 281 283 283 285 285 286 287
ULISSES JOSE DA SILVA NETO JUNIOR (11350/PI) 36
VALDILIO SOUZA FALCAO FILHO (3789/PI) 19 19 42 42 91 91

VANESSA SARAIVA MARTINS (23131/PI) 31
VERBENHA DE MARIA RUBIM BROXADO (9769/PI) 24 24 24
VINICIUS GOMES PINHEIRO DE ARAUJO (18083/PI) 31
VIVIANE ALVES FARIAS DE OLIVEIRA (24509/PI) 211 211
WAGNER JOSE DE SOUSA (17216/PI) 152 152
WALLYSON SOARES DOS ANJOS (10290/PI) 147 147 394
WILLIAN GUIMARAES SANTOS DE CARVALHO (2644/PI) 353 353
YOANNA LAIS XAVIER ARAUJO (1538100/PI) 147 147

ÍNDICE DE PARTES

43-PV- Partido Verde 24
A MUDANÇA QUE O POVO QUER [PP/MDB] - BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI 388 395
A coligação A FORÇA DO POVO, integrada pelos partidos/federações: Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, MDB, SOLIDARIEDADE, PSD 418
ABDIAS LIMA DE QUEIROZ FILHO 93
ABDON PEREIRA DIAS 414
ABIMAEL JOSE DO NASCIMENTO LIMA 259
ABSALAO TELES DA SILVA NETO 366
ADELMO PEREIRA GOMES 346
ALGEMIRO RIBEIRO VIANA 415
ALYSSON FRANCISCO LEAL DA SILVEIRA 249
AMARILDO DE JESUS COSTA MOTA JUNIOR 232
ANDERSON DIAS BRAGA 415
ANISIA MARIA TEIXEIRA PEREIRA DA SILVA 95
ANNA JULLIA ROCHA BRITO 322
ANTONIA REGINA DE SOUSA ROCHA 410
ANTONIO ALVES DE MOURA 381
ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA 220
ANTONIO DE SOUSA BASTOS JUNIOR 340
ANTONIO FRANCISCO CARDOSO SILVA 311
ANTONIO LUIS SILVA 388 395
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO 227
ANTONIO SERGIO SOUSA SANTOS 89
ANTONIO SOARES DOS SANTOS 269
ANTONIO VENICIO DO O DE LIMA 21
ARENALDO RIBEIRO DE AGUIAR 360
ARICELINA SILVA GOMES 228
ARLETE VILANOVA DE SOUSA 386
AVELAR DE CASTRO FERREIRA 263
BRAULINO ANTONIO DA SILVA 370
BRUNO GALISA VILARINHO SOARES 21
BRUNO OLIVEIRA DA SILVA 229
CAIUAN VIANA VILA NOVA 340
CALEBE FARIAS SILVA VERAS 57
CAMILA CASTRO DA COSTA 152
CARLA CLEIA ALVES DA SILVA 105
CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAUJO NETTO 12

CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA 60
CARLOS GABRIEL DA SILVA BARBOSA 94
CASSIO DE SOUSA BORGES 111
CELIA MARIA BISPO DA COSTA 273
CIDADANIA - DIRETORIO ESTADUAL DO PIAUI 40
CIRES GUADALUPE GUERREIRO DE MACEDO 347
CLARISMAR RIBEIRO DA SILVA BRAGA 414
CLEMILTON LIRA DO NASCIMENTO 216
CLENILTON DE SOUSA LIMA 380
COLIGAÇÃO O PROGRESSO VAI CONTINUAR 259
COMISSAO PROVISORIA DE SAO GONCALO DO GURGUEIA 360
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO 31
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP DO MUNICIPIO DE MATIAS OLIMPIO - PI 410
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO 366
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO DE CURIMATA 340
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD 414
COMISSAO PROVISORIA DO PMB - PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA DO PIAUI 16
COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO ECOLOGICO NACIONAL DE AMARANTE PI 249
COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB DE SANTA FILOMENA / PI 353
COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO VERDE - PV - PALMEIRAIS PI 256
CRISTINIANO JACOBINA DE CARVALHO 364
CYNTIA RAQUEL DA COSTA FALCAO 233
DANIEL DE SOUSA LIMA 303
DANIEL GONÇALVES GUIMARAES 269
DANIELA OLIVEIRA COSTA 353
DARA COSTA DE SOUSA 342
DENISE DE SOUSA TRIGUEIRO CAMPOS 140
DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA 5 5
DEOCLECIANO GUEDES FERREIRA 24
DESUYTY GALGANEO MARTINS DE ASSIS 368
DIDIENE NIRVANIA BEZERRA POLICARPO ALVES 341
DIEGO DO NASCIMENTO CARVALHO 370
DIEGO LAMARTINE SOARES TEIXEIRA 251
DILSON RESENDE DE ARAUJO 16
DIOGO DO NASCIMENTO CARVALHO 370
DIRETORIO ESTADUAL DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP -PI 362
DIRETORIO ESTADUAL DO PIAUI DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA 355 367
DIRETORIO MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE DO PIAUI DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA 299
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B 263
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B, NO MUNICIPIO DE OLHO D AGUA DO PIAUI - PI 380
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL DE ANTONIO ALMEIDA - PI 267 268

DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA DE ILHA GRANDE-PI 243
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB 394 410
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DE NOVO ORIENTE DO PIAUI 293
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DE VALENCA DO PIAUI - PI 301
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES 264
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT 23 379
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE NOVO ORIENTE DO PIAUI - PI 291
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE VALENCA DO PIAUI - PI 289
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO PROGRESSISTA DE NOVO ORIENTE DO PIAUI 296
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DE AMARANTE 258
DIVINO ALANO BARREIRA SERAINE 362
Destinatário Ciência Pública 249 256 341 355 383
EDILSON FERREIRA SOARES 296
EDILSON RIBEIRO 370
EDIMO GRACIANO DE ALMEIDA 40
EDISIO ALVES MAIA 410
EDIVALDO ALMEIDA BEZERRA 384
ELEICAO 2020 DARA COSTA DE SOUSA VEREADOR 342
ELEICAO 2022 IDONEIL SANTANA MESQUITA DEPUTADO ESTADUAL 21
ELEICAO 2022 RAIMUNDO VIANA FILHO DEPUTADO FEDERAL 20
ELEICAO 2022 TERESINHA DE SOUSA MEDEIROS SANTOS DEPUTADO FEDERAL 19
ELEICAO 2024 ABDIAS LIMA DE QUEIROZ FILHO VEREADOR 93
ELEICAO 2024 AMARILDO DE JESUS COSTA MOTA JUNIOR VEREADOR 232
ELEICAO 2024 ANISIA MARIA TEIXEIRA PEREIRA DA SILVA VEREADOR 95
ELEICAO 2024 ANNA JULLIA ROCHA BRITO VICE-PREFEITO 322
ELEICAO 2024 ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA VEREADOR 220
ELEICAO 2024 ANTONIO FRANCISCO CARDOSO SILVA VEREADOR 311
ELEICAO 2024 ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO VEREADOR 227
ELEICAO 2024 ANTONIO SERGIO SOUSA SANTOS VEREADOR 89
ELEICAO 2024 ARICELINA SILVA GOMES VEREADOR 228
ELEICAO 2024 ARLETE VILANOVA DE SOUSA VEREADOR 386
ELEICAO 2024 BRUNO OLIVEIRA DA SILVA VEREADOR 229
ELEICAO 2024 CALEBE FARIAS SILVA VERAS VEREADOR 57
ELEICAO 2024 CAMILA CASTRO DA COSTA VEREADOR 152
ELEICAO 2024 CARLA CLEIA ALVES DA SILVA VEREADOR 105
ELEICAO 2024 CARLOS ALBERTO DA COSTA ARAUJO NETTO VEREADOR 12
ELEICAO 2024 CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA VEREADOR 60
ELEICAO 2024 CARLOS GABRIEL DA SILVA BARBOSA VEREADOR 94
ELEICAO 2024 CASSIO DE SOUSA BORGES VEREADOR 111
ELEICAO 2024 CELIA MARIA BISPO DA COSTA VEREADOR 273
ELEICAO 2024 CLEMILTON LIRA DO NASCIMENTO VEREADOR 216
ELEICAO 2024 CYNTIA RAQUEL DA COSTA FALCAO VEREADOR 233

ELEICAO 2024 DANIEL DE SOUSA LIMA VEREADOR 303
ELEICAO 2024 DENISE DE SOUSA TRIGUEIRO CAMPOS VEREADOR 140
ELEICAO 2024 DENISE EVELLYN SANTOS ALMEIDA VEREADOR 5 5
ELEICAO 2024 ELEUZA DIAS DA SILVA VEREADOR 119
ELEICAO 2024 ELIAS PEREIRA LOPES VEREADOR 167
ELEICAO 2024 EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAUJO VEREADOR 223
ELEICAO 2024 ERISVALDO RODRIGUES DE SOUSA VEREADOR 64
ELEICAO 2024 FILEMOM DE SOUSA SAMPAIO VEREADOR 330
ELEICAO 2024 FLABIANO ROCHA DOS REIS VEREADOR 277
ELEICAO 2024 FLAVIANO ALVES CAMPOS VEREADOR 6
ELEICAO 2024 FRANCISCO CANINDE DIAS ALVES VEREADOR 236
ELEICAO 2024 FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA ROCHA VEREADOR 270
ELEICAO 2024 FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA MELO PREFEITO 322
ELEICAO 2024 FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE ABREU VEREADOR 184
ELEICAO 2024 FRANCISCO ITAMAR DOS REIS VEREADOR 25
ELEICAO 2024 FRANCISCO WILSON AMARAL AGUIAR JUNIOR PREFEITO 261
ELEICAO 2024 GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO PREFEITO 176 179
ELEICAO 2024 GERIMARIO RODRIGUES VEREADOR 31
ELEICAO 2024 GISELIA AMORIM SANTANA VEREADOR 336
ELEICAO 2024 HASSAN SAID SOUZA VEREADOR 74
ELEICAO 2024 HUMBERTO ROLDAO DE OLIVEIRA SOUSA VEREADOR 90
ELEICAO 2024 ISABELA MICHELLE ALVES DOS SANTOS VEREADOR 186
ELEICAO 2024 JOAO BATISTA COSTA PEREIRA VEREADOR 211
ELEICAO 2024 JOAO DE DEUS SOUSA VEREADOR 319
ELEICAO 2024 JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO VICE-PREFEITO 176 179
ELEICAO 2024 JOSE DA LUZ SILVA VEREADOR 91
ELEICAO 2024 JOSE DE RIBAMAR CARVALHO VEREADOR 248
ELEICAO 2024 JOSE LUIZ DE SOUZA VEREADOR 338
ELEICAO 2024 JOVENTINA MOURA DUARTE PIMENTEL VEREADOR 71
ELEICAO 2024 KAYLANNE DA SILVA OLIVEIRA PREFEITO 42
ELEICAO 2024 LARISSA FREIRE DE FARIAS LIMA VEREADOR 161
ELEICAO 2024 LARISSA KATIUSSA DO NASCIMENTO CAVALCANTE DANTAS VEREADOR 88
ELEICAO 2024 LEILA SOARES BATISTA SANTANA LIMA VEREADOR 98
ELEICAO 2024 LUCIVANIA RODRIGUES MUNDURI VEREADOR 173
ELEICAO 2024 LUIZ FERNANDO DE JESUS SILVA VEREADOR 328
ELEICAO 2024 LUZIMAR PEREIRA DE AZEVEDO VEREADOR 283
ELEICAO 2024 MACIEL VIEIRA DOS SANTOS VEREADOR 285
ELEICAO 2024 MACIELE FONTENELE DE ANDRADE VEREADOR 323
ELEICAO 2024 MANOEL FERNANDES DA SILVA VEREADOR 333
ELEICAO 2024 MANOEL MOREIRA DOS SANTOS VEREADOR 355
ELEICAO 2024 MARCELO SILVA CASTELO BRANCO VEREADOR 192
ELEICAO 2024 MARCELO SOARES DE ARAUJO VEREADOR 42
ELEICAO 2024 MARCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA VEREADOR 134
ELEICAO 2024 MARIA ANTONIA DA SILVA VIEIRA VEREADOR 124
ELEICAO 2024 MARIA APARECIDA JUCA E SILVA VEREADOR 67
ELEICAO 2024 MARIA DA LUZ OLIVEIRA DE SOUSA VEREADOR 247
ELEICAO 2024 MARIA DALVA FERNANDES VERAS VEREADOR 155

ELEICAO 2024 MARIA DE FATIMA NUNES PEREIRA VEREADOR 204
ELEICAO 2024 MARIA DO CARMO SAMPAIO DA SILVA VEREADOR 308
ELEICAO 2024 MARIA DULCINEIA DE SOUSA SANTOS VEREADOR 314
ELEICAO 2024 MARINALVA DE SANTANA RIBEIRO VEREADOR 147
ELEICAO 2024 MICHELLE MOREIRA LIMA VEREADOR 195
ELEICAO 2024 MISAEL SAMPAIO SOUSA VEREADOR 317
ELEICAO 2024 OLIMPIA DECERQUEIRA PEREIRA VEREADOR 306
ELEICAO 2024 PATRICIA PIMENTEL CERQUEIRA VICE-PREFEITO 261
ELEICAO 2024 PAULO AFONSO MARTINS DE CARVALHO VEREADOR 97
ELEICAO 2024 PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA VEREADOR 181
ELEICAO 2024 PAULO ROBERTO BEZERRA DE OLIVEIRA VEREADOR 77
ELEICAO 2024 PEDRO ALVES DA PAZ VEREADOR 127
ELEICAO 2024 RAIMUNDA DA CONCEICAO CARVALHO VEREADOR 326
ELEICAO 2024 RAIMUNDO ALVES DE ANDRADE VEREADOR 281
ELEICAO 2024 RAIMUNDO VIANA FILHO VEREADOR 359
ELEICAO 2024 REGINALDO FERNANDES DE LIMA VEREADOR 363
ELEICAO 2024 ROSANGELA DOS ANJOS BATISTA VEREADOR 130
ELEICAO 2024 SANDYS LIMA DE OLIVEIRA VEREADOR 237
ELEICAO 2024 SUELY DA CONCEICAO DE SOUSA SILVA VEREADOR 231
ELEICAO 2024 THIAGO MARTINS VAZ DE SOUSA VEREADOR 144
ELEICAO 2024 VALDEMAR DA PENHA VEREADOR 235
ELEICAO 2024 VALDIVA RIBEIRO RODRIGUES VEREADOR 252
ELEICAO 2024 VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA VEREADOR 207
ELEICAO 2024 VANIA LUCIA DA SILVA ARAUJO REIS VEREADOR 157
ELEICAO 2024 WILZIANNE CORREIA DE OLIVEIRA VEREADOR 86
ELEUZA DIAS DA SILVA 119
ELIAS PEREIRA LOPES 167
EMANOEL DOS SANTOS SOARES 293
EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAUJO 223
EMILIA RODRIGUES DE OLIVEIRA 36
EMILIANA DE MIRANDA SILVA 414
ERISVALDO RODRIGUES DE SOUSA 64
ETEVALDO DE SOUSA BRITO 23
EVANDRO TAJRA HIDD FILHO 299
FABIO ANDRADE DOS SANTOS 357
FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. 370
FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL) 267 268
FEDERACAO PSOL-REDE 418
FILEMOM DE SOUSA SAMPAIO 330
FLABIANO ROCHA DOS REIS 277
FLAVIA DE MELO LUSTOSA 344
FLAVIANO ALVES CAMPOS 6
FLAVIO ISIDORIO DA SILVA 291
FRANCINALDO FERREIRA MUNIZ 296
FRANCISCO CANINDE DIAS ALVES 236
FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA ROCHA 270
FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE NEIVA 355
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA MELO 322

FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE ABREU 184
FRANCISCO EDUARDO 370
FRANCISCO ITAMAR DOS REIS 25
FRANCISCO LUCAS DUAILIBE SOUSA 362
FRANCISCO PINTO RIBEIRO 388 395
FRANCISCO WILSON AMARAL AGUIAR JUNIOR 261
GALDENCIO MANOEL ROMAO 384
GEANE DA SILVA VIEIRA 289
GENIR FERREIRA DA SILVA 388 394 395
GEOVAN DA SILVA VIEIRA 289
GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO 176 179
GERALDO SOARES DA SILVA 31
GERIMARIO RODRIGUES 31
GILBERTO NERES DE JESUS FILHO 46
GISELIA AMORIM SANTANA 336
GUILHERME TEIXEIRA LIMA 251
HALLAN PAULO NUNES BARROS DO NASCIMENTO 368
HASSAN SAID SOUZA 74
HUMBERTO ROLDAO DE OLIVEIRA SOUSA 90
IDEVANIA PEREIRA DE SOUSA 40
IDONEIL SANTANA MESQUITA 21
ISABELA MICHELLE ALVES DOS SANTOS 186
JANDSON PEREIRA CARVALHO 344
JOANA ROSILENE DE SANTANA 263
JOANE NUNES DE CARVALHO 348
JOAO BATISTA COSTA PEREIRA 211
JOAO DE DEUS SOUSA 319
JOAO FELIX DE ANDRADE FILHO 418
JOAO GERVASIO DOS SANTOS NETO 176 179
JOAO LUSTOSA AVELINO 348
JOAQUIM JULIO COELHO 370
JOARES OLIVEIRA CAVALCANTE JUNIOR 418
JOELSON ALVES DE SOUSA 46
JOSE ANTONIO DE CARVALHO 353
JOSE DA CRUZ PAULINO DE SOUSA 258
JOSE DA CRUZ SOARES 293
JOSE DA LUZ SILVA 91
JOSE DE PAIVA NETO 350
JOSE DE RIBAMAR CARVALHO 248
JOSE ERASMO RIBEIRO 263
JOSE LUIZ DE SOUZA 338
JOSE PEREIRA DA SILVA 367
JOSE VICTOR ARAUJO MOURA 381
JOVENTINA MOURA DUARTE PIMENTEL 71
JOYCE PINHEIRO BEZERRA 341
JUNIVAL NEGREIROS SOARES 263
JUSCELINO AUGUSTO ROCHA 410
JUÍZO DA 002ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI 41

JUÍZO DA 039ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO PI 372 375
JUÍZO DA 063ª ZONA ELEITORAL DE TERESINA PI 41
JUÍZO DA 10ª ZONA ELEITORAL DO PIAUI 260
KAYLANNE DA SILVA OLIVEIRA 42
LARISSA FREIRE DE FARIAS LIMA 161
LARISSA KATIUSSA DO NASCIMENTO CAVALCANTE DANTAS 88
LEILA SOARES BATISTA SANTANA LIMA 98
LUANE BORGES RIBEIRO 21
LUCIENE RODRIGUES DA SILVA 388 394 395
LUCILENE SILVA DE CARVALHO 299
LUCIVANIA RODRIGUES MUNDURI 173
LUIZ FERNANDO DE JESUS SILVA 328
LUZIENE BARROS AGUIAR 355
LUZIMAR PEREIRA DE AZEVEDO 283
MACARIO DA SILVA BRITO 380
MACIEL VIEIRA DOS SANTOS 285
MACIELE FONTENELE DE ANDRADE 323
MANOEL CAMILO DE ARAUJO 410
MANOEL FERNANDES DA SILVA 333
MANOEL MIRANDA DE SOUSA NETO 256
MANOEL MOREIRA DOS SANTOS 355
MARCELO SILVA CASTELO BRANCO 192
MARCELO SOARES DE ARAUJO 42
MARCIA CRISTINA VILA NOVA PEREIRA 134
MARIA ANTONIA DA SILVA VIEIRA 124
MARIA APARECIDA JUCA E SILVA 67
MARIA DA LUZ OLIVEIRA DE SOUSA 247
MARIA DALVA FERNANDES VERAS 155
MARIA DE FATIMA NUNES PEREIRA 204
MARIA DO CARMO SAMPAIO DA SILVA 308
MARIA DOS REMEDIOS LOPES 379
MARIA DULCINEIA DE SOUSA SANTOS 314
MARIANY SILVA MIRANDA 256
MARINALVA DE SANTANA RIBEIRO 147
MARIO ROGERIO DA COSTA SOARES 40
MARLENE DA SILVA GUIMARAES 286
MARLLOS ROSSANO RIBEIRO GONCALVES DE SAMPAIO 301
MAURICIO PEREIRA DE SOUSA 40
MICHELLE MOREIRA LIMA 195
MILTON REIS 351
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO 5 6 12 16 19 20 21 21 23 24 25 31 31 36 40 40 41 42 42 46 342
MISAEL SAMPAIO SOUSA 317
MOISES DE SOUSA NERIS 364
MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO 368
MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - ANTONIO ALMEIDA - PI - MUNICIPAL 266 286 287
Movimento Democrático Brasileiro do Município de Aroeiras do Itaim - PI 260

ODENI DE JESUS DA SILVA 291
OLIMPIA DECERQUEIRA PEREIRA 306
OSEAS LEAL MOREIRA 23
OSMIDIO MACIEL GOMES FILHO 21
OUTROS INTERESSADOS 375
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL PC DO B - BOM JESUS - MUNICIPAL - PI 46
PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - FRANCISCO AYRES - PI - MUNICIPAL 347
PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - COMISSAO PROVISORIA DE BARREIRAS DO PIAUI 367
PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - COMISSAO PROVISORIA SAO GONCALO DO GURGUEIA 355
PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT 357
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO 269
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - DIRETORIO MUNICIPAL 370
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB 368
PARTIDO DOS TRABALHADORES 36 350
PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL DE GILBUES 346
PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO JOSE DO PIAUI - PI 384
PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT 414
PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT DIRETORIO MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA 350
PARTIDO MISSAO 372 375 383
PARTIDO PROGRESSISTA - COMISSAO PROVISORIA DE SANTA FILOMENA 364
PARTIDO PROGRESSISTA - PP 341 362
PARTIDO PROGRESSISTAS - AMARANTE - PI - MUNICIPAL 251
PARTIDO RENOVACAO DEMOCRATICA - PIAUI - ESTADUAL 21 348
PARTIDO RENOVACAO DEMOCRATICA - SANTA FILOMENA - PI - MUNICIPAL 348
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB 40
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB - NACIONAL 366
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD 344
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO 21 381
PARTIDO VERDE 360
PATRICIA PIMENTEL CERQUEIRA 261
PAULO AFONSO MARTINS DE CARVALHO 97
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA 181
PAULO ROBERTO BEZERRA DE OLIVEIRA 77
PEDRO ALVES DA PAZ 127
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ 5 57 60 64 67 71 74 77 86 88 89 90 91 93 94 95 97 98 105 111 119 124 127 130 134 140 144 147 152 155 157 161 167 173 176 179 181 184 186 192 195 204 207 211 216 220 223 227 228 229 231 232 233 235 236 237 243 247 248 248 249 251 252 256 258 259 260 261 263 263 264 266 267 268 269 270 273 277 281 283 285 286 287 289 291 293 296 299 301 303 306 308 311 314 317 319 322 323 326 328 330 333 336 338 340 341 342 344 346 347 348 350 351 353 355 355 357 359 360 362 363 364 366 367 368 370 370 370 372 375 379 380 381 383 384 386 388 394 395 410 410 414 414 415 418
PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DE SAO RAIMUNDO NONATO - PI 263
RAIMUNDA DA CONCEICAO CARVALHO 326
RAIMUNDO ALVES DE ANDRADE 281
RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS 299

RAIMUNDO NONATO DE SOUSA MARQUES 264
RAIMUNDO VIANA FILHO 20 359
REGINALDO FERNANDES DE LIMA 363
REGINALDO PIRES DE CARVALHO 351
REPUBLICANOS 415
RITA MARIA DE AMORIM CARVALHO 299
ROBERTO FONTOURA ACOSTA 367
ROSANGELA DOS ANJOS BATISTA 130
SAMUEL SOARES DE ALMEIDA 258
SANDYS LIMA DE OLIVEIRA 237
SEBASTIAO DE SENA ROSA NETO 418
SIGILOSO 402 402 402 402 406 406 406 406
SILAS SILVA SALES 243
SOLANGE DA SILVA LIMA 16
SUELY DA CONCEICAO DE SOUSA SILVA 231
TERCEIROS INTERESSADOS 263 263 264 381
TERESA DOS SANTOS SOUSA BRITTO 24
TERESINHA DE SOUSA MEDEIROS SANTOS 19
THAMIRES ELIAS DE AGUIAR 360
THIAGO MARTINS VAZ DE SOUSA 144
THYAGO ALBERTO DA SILVA EMIDIO 301
Terceiros interessados 40 41
UNIÃO FEDERAL 20 21 40
VALDEMAR DA PENHA 235
VALDEMIR ALVES DA SILVA 388 395
VALDIR FILOMENO DA ROCHA 379
VALDIVA RIBEIRO RODRIGUES 252
VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA 207
VALFREDO JOSE DE CARVALHO 370
VANIA LUCIA DA SILVA ARAUJO REIS 157
VANICLEIDE DA SILVA PAES LANDIM 264
WASHINGTON LUIZ TAVARES DE LIRA 346
WILZIANNE CORREIA DE OLIVEIRA 86
WLADMIR PAULO DA SILVA BORGES 286

ÍNDICE DE PROCESSOS

AIJE 0600166-39.2024.6.18.0096 418
AIJE 0600245-93.2024.6.18.0071 388 395
CCCiv 0600051-09.2024.6.18.0002 41
CumSen 0600078-89.2024.6.18.0002 86
CumSen 0600086-66.2024.6.18.0002 236
CumSen 0600088-36.2024.6.18.0002 89
CumSen 0600090-06.2024.6.18.0002 232
CumSen 0600098-80.2024.6.18.0002 90
CumSen 0600100-50.2024.6.18.0002 227
CumSen 0600110-94.2024.6.18.0002 93
CumSen 0600116-04.2024.6.18.0002 91

CumSen 0600131-70.2024.6.18.0002 235
CumSen 0600151-61.2024.6.18.0002 95
CumSen 0600177-59.2024.6.18.0002 94
CumSen 0600182-24.2023.6.18.0000 40
CumSen 0600183-51.2024.6.18.0007 248
CumSen 0600184-51.2024.6.18.0002 97
CumSen 0600190-58.2024.6.18.0002 88
CumSen 0600199-20.2024.6.18.0002 233
CumSen 0600215-71.2024.6.18.0002 229
CumSen 0600563-89.2024.6.18.0002 228
CumSen 0601375-11.2022.6.18.0000 20
CumSen 0601422-82.2022.6.18.0000 21
LAP 0600005-09.2025.6.18.0059 383
LAP 0600006-54.2025.6.18.0039 372 375
PC-PP 0600003-28.2025.6.18.0095 414
PC-PP 0600004-13.2025.6.18.0095 415
PC-PP 0600005-95.2025.6.18.0095 414
PC-PP 0600009-42.2025.6.18.0028 341
PC-PP 0600040-59.2024.6.18.0008 251
PC-PP 0600041-44.2024.6.18.0008 256
PC-PP 0600042-29.2024.6.18.0008 249
PC-PP 0600042-91.2024.6.18.0052 380
PC-PP 0600043-76.2024.6.18.0052 381
PC-PP 0600045-32.2025.6.18.0013 264
PC-PP 0600047-02.2025.6.18.0013 263
PC-PP 0600048-30.2024.6.18.0010 260
PC-PP 0600048-84.2025.6.18.0013 263
PC-PP 0600067-42.2024.6.18.0008 258
PC-PP 0600122-09.2024.6.18.0035 344
PC-PP 0600123-91.2024.6.18.0035 350
PC-PP 0600124-76.2024.6.18.0035 366
PC-PP 0600131-68.2024.6.18.0035 362
PC-PP 0600132-53.2024.6.18.0035 355
PC-PP 0600135-08.2024.6.18.0035 367
PC-PP 0600136-90.2024.6.18.0035 368
PC-PP 0600184-91.2023.6.18.0000 21
PC-PP 0600207-37.2023.6.18.0000 24
PC-PP 0600222-23.2024.6.18.0080 410
PC-PP 0600345-04.2023.6.18.0000 40
PCE 0600081-44.2024.6.18.0002 176 179
PCE 0600091-88.2024.6.18.0002 64
PCE 0600119-56.2024.6.18.0002 216
PCE 0600123-93.2024.6.18.0002 231
PCE 0600132-55.2024.6.18.0002 167
PCE 0600180-45.2024.6.18.0024 338
PCE 0600196-65.2024.6.18.0002 60
PCE 0600203-09.2024.6.18.0018 289
PCE 0600204-91.2024.6.18.0018 296

PCE 0600205-76.2024.6.18.0018 293
PCE 0600206-61.2024.6.18.0018 291
PCE 0600206-73.2024.6.18.0014 285
PCE 0600224-94.2024.6.18.0014 283
PCE 0600227-85.2024.6.18.0002 77
PCE 0600230-40.2024.6.18.0002 204
PCE 0600234-85.2024.6.18.0064 384
PCE 0600235-47.2024.6.18.0007 247
PCE 0600240-48.2024.6.18.0014 281
PCE 0600250-31.2024.6.18.0002 186
PCE 0600251-56.2024.6.18.0021 322
PCE 0600265-97.2024.6.18.0002 173
PCE 0600268-52.2024.6.18.0002 71
PCE 0600269-37.2024.6.18.0002 111
PCE 0600274-59.2024.6.18.0002 207
PCE 0600278-60.2024.6.18.0014 270
PCE 0600280-18.2024.6.18.0018 299
PCE 0600281-03.2024.6.18.0018 301
PCE 0600281-15.2024.6.18.0014 277
PCE 0600283-21.2024.6.18.0002 181
PCE 0600283-82.2024.6.18.0014 273
PCE 0600286-46.2024.6.18.0011 261
PCE 0600290-13.2024.6.18.0002 140
PCE 0600294-44.2024.6.18.0004 237
PCE 0600304-22.2024.6.18.0026 340
PCE 0600311-79.2024.6.18.0069 386
PCE 0600314-81.2024.6.18.0021 330
PCE 0600315-66.2024.6.18.0021 314
PCE 0600318-21.2024.6.18.0021 319
PCE 0600319-06.2024.6.18.0021 333
PCE 0600321-73.2024.6.18.0021 311
PCE 0600323-43.2024.6.18.0021 328
PCE 0600324-28.2024.6.18.0021 308
PCE 0600325-13.2024.6.18.0021 303
PCE 0600326-95.2024.6.18.0021 306
PCE 0600329-10.2024.6.18.0002 57
PCE 0600331-33.2024.6.18.0049 379
PCE 0600346-46.2024.6.18.0002 157
PCE 0600346-86.2024.6.18.0021 326
PCE 0600350-26.2024.6.18.0021 336
PCE 0600351-11.2024.6.18.0021 323
PCE 0600353-38.2024.6.18.0002 98
PCE 0600355-48.2024.6.18.0021 317
PCE 0600372-38.2024.6.18.0004 243
PCE 0600376-81.2024.6.18.0002 147
PCE 0600386-28.2024.6.18.0002 152
PCE 0600387-13.2024.6.18.0002 105
PCE 0600392-35.2024.6.18.0002 74

PCE 0600403-46.2024.6.18.0008 252
PCE 0600410-16.2024.6.18.0080 410
PCE 0600421-85.2024.6.18.0002 184
PCE 0600426-08.2024.6.18.0035 359
PCE 0600429-60.2024.6.18.0035 355
PCE 0600430-45.2024.6.18.0035 363
PCE 0600437-39.2024.6.18.0002 220
PCE 0600438-24.2024.6.18.0002 195
PCE 0600450-38.2024.6.18.0002 134
PCE 0600461-67.2024.6.18.0002 223
PCE 0600467-74.2024.6.18.0002 144
PCE 0600468-59.2024.6.18.0002 192
PCE 0600472-96.2024.6.18.0002 119
PCE 0600504-04.2024.6.18.0002 161
PCE 0600514-48.2024.6.18.0002 155
PCE 0600564-74.2024.6.18.0002 211
PCE 0600574-21.2024.6.18.0002 67
PCE 0600576-86.2024.6.18.0035 357
PCE 0600576-88.2024.6.18.0002 130
PCE 0600577-71.2024.6.18.0035 346
PCE 0600578-58.2024.6.18.0002 124
PCE 0600579-43.2024.6.18.0002 127
PCE 0600601-02.2024.6.18.0035 347
PCE 0600611-46.2024.6.18.0035 351
PCE 0600613-16.2024.6.18.0035 364
PCE 0600615-83.2024.6.18.0035 353
PCE 0600617-53.2024.6.18.0035 348
PCE 0601039-07.2022.6.18.0000 19
REI 0600009-72.2024.6.18.0094 31
REI 0600123-60.2024.6.18.0013 36
REI 0600150-76.2024.6.18.0002 6
REI 0600202-72.2024.6.18.0002 5
REI 0600232-40.2024.6.18.0089 25
REI 0600269-52.2024.6.18.0094 23
REI 0600282-60.2024.6.18.0091 42
REI 0600296-20.2024.6.18.0002 12
REI 0600313-12.2024.6.18.0049 31
REI 0600405-92.2024.6.18.0015 46
REI 0600581-73.2024.6.18.0079 42
RROPCE 0600128-24.2024.6.18.0000 342
RROPCE 0600189-71.2024.6.18.0035 360
RROPCO 0600040-41.2024.6.18.0014 269
RROPCO 0600042-11.2024.6.18.0014 286
RROPCO 0600045-63.2024.6.18.0014 287
RROPCO 0600061-17.2024.6.18.0014 266
RROPCO 0600063-84.2024.6.18.0014 268
RROPCO 0600064-69.2024.6.18.0014 267
RROPCO 0600398-48.2024.6.18.0000 16

Rp 0600001-33.2025.6.18.0071 394
Rp 0600019-90.2024.6.18.0038 370
Rp 0600358-49.2024.6.18.0038 370
Rp 0600475-35.2024.6.18.0072 402 406
RpCrNotCrim 0600480-87.2024.6.18.0062 259